

Estudos do campo discursivo na contemporaneidade

Estudios contemporáneos en el ámbito del discurso

**Rodrigo Acosta Pereira
Maria Alexandra A. Guedes Pinto
María Cristina Arancibia Aguilera
Organizadores**

**Estudos do campo discursivo na
contemporaneidade**

**Estudios contemporáneos en el ámbito del
discurso**



Pedro & João
editores

**Rodrigo Acosta Pereira
Maria Alexandra A. Guedes Pinto
María Cristina Arancibia Aguilera
(Organizadores)**

**Estudos do campo discursivo na
contemporaneidade**

**Estudios contemporáneos en el ámbito del
discurso**



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Rodrigo Acosta Pereira; Maria Alexandra A. Guedes Pinto; María Cristina Arancibia Aguilera [Orgs.]

Estudos do campo discursivo na contemporaneidade. Estudios contemporáneos en el ámbito del discurso. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 625p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1126-8 [Digital]

1. Estudos discursivos. 2. Estudos das Linguagens. 3. Análise do discurso. 4. Linguística. I. Título.

CDD – 410

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao PROEX/CAPES, Nº Auxílio: 0349/2021, Nº Processo: 23038.008664/2021-28, que subsidiou a obra por completo. Nosso agradecimento à CAPES por potencializar a publicação científica de pesquisadores brasileiros.



O 1º organizador agradece a concessão de bolsa CAPES/Print para missão internacional na Universidade do Porto em Portugal.



ORGANIZAÇÃO

Universidade Federal de Santa Catarina



Universidade do Porto



Pontifícia Universidad Católica de Chile



SUMÁRIO

ESTUDOS DISCURSIVOS CONTEMPORÂNEOS	11
Maria Alexandra A. Guedes Pinto María Cristina Arancibia Aguilera Rodrigo Acosta Pereira	
RESSIGNIFICAÇÃO E REVASCULARIZAÇÃO DISCURSIVAS EM CONTEXTO DIGITAL: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE INSURREIÇÃO	21
Roberto Leiser Baronas	
AS ENUNCIÇÕES EXPÕEM OS SUJEITOS, SUA LÍNGUA, SEUS DISCURSOS, AÍ INCLUÍDO O PESQUISADOR	41
Beth Brait	
A FILOSOFIA BAKHTINIANA DE LINGUAGEM E A PERTINÊNCIA DA VERBIVOCOVISUALIDADE	71
Luciane de Paula José Antonio Rodrigues Luciano	
O <i>CLUBE DOS CARIMBADORES</i> NO DISPOSITIVO CRÔNICO DA AIDS DO BRASIL: UMA LEITURA NEOMATERIALISTA PARA OS ESTUDOS DO DISCURSO	127
Atilio Butturi Junior	
POR UMA CONCEPÇÃO <i>DIALÓGICA</i> DE DISCURSO E DE SUJEITO	155
Adriana Delmira Mendes Polato Maria Ligia Freire Guilherme Rodrigo Acosta Pereira	

DISCURSO, SENTIDO, INTERPRETAÇÃO. A CONTEMPORANEIDADE EM DIFERENÇAS SIGNIFICANTES Suzy Lagazzi	193
OS ESTUDOS DO DISCURSO E DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LEITURA: CONVERGÊNCIAS DE PESQUISAS NA ÁREA DA LINGUÍSTICA APLICADA Rosângela Hammes Rodrigues	213
<i>O SUJEITO</i> NA ABORDAGEM DIALÓGICA DE DISCURSO Luana de Araújo Huff Rodrigo Acosta Pereira	249
A PERSPETIVA SOCIOCOGNITIVA E CRÍTICA DOS ESTUDOS DISCURSIVOS NA CONTEMPORANEIDADE: SINERGIAS, APLICAÇÕES E DESAFIOS Augusto Soares da Silva	281
OBJETIVAR O DISCURSO? MODOS E ESTRATÉGIAS DE APAGAMENTO ENUNCIATIVO Maria Aldina Marques	331
UNIDADE E DIVERSIDADE EM ANÁLISE DO DISCURSO Maria Alexandra Guedes Pinto	367
DISCURSO(S), INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO Antónia Coutinho	395
ADIESTRARNOS EN LA DUDA DESDE LA EXPERIENCIA EN LOS ESTUDIOS CRÍTICOS DEL DISCURSO Claudio Araya Seguel	433

LAS REPRESENTACIONES DE LA MATERNIDAD Y LA IDENTIDAD MATERNA: UN ESTUDIO CRÍTICO DEL DISCURSO EN UN GRUPO DE MADRES CHILENAS PERTENECIENTES A TRES GRUPOS SOCIOECONÓMICOS Consuelo Gajardo Moller	457
ESTUDIOS DEL DISCURSO Y PRÁCTICAS DE MINORIZACIÓN: EL ENFOQUE CRÍTICO COMO PRÁCTICA DOCENTE E INVESTIGATIVA Carolina Pérez-Arredondo	495
ESTUDIAR EL DISCURSO DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES CONTEMPORÁNEOS: UN ENFOQUE SOCIOCOGNITIVO CRÍTICO Camila Cárdenas-Neira	521
ANÁLISIS DEL DISCURSO Y MEDIATIZACIÓN DE TRES ACONTECIMIENTOS EN EL MARCO DEL CONFLICTO CHILENO-MAPUCHE Pablo Segovia Lacoste	553
LOS ESTUDIOS DEL DISCURSO EN AMÉRICA LATINA: PASADO Y PRESENTE María Cristina Arancibia Aguilera María Teresa Oteíza	581
BIODATAS	621

ESTUDOS DISCURSIVOS CONTEMPORÂNEOS

Um olhar para o *discurso* em três línguas

Este livro reúne pesquisadores do Brasil, Portugal e Chile. As discussões voltam-se para os estudos do campo discursivo em diferentes abordagens teórico-metodológicas, dentre elas, as perspectivas de análise do discurso, análise crítica do discurso e análise dialógica do discurso. Ademais, o livro responde às inquietações contemporâneas sobre as contribuições dos estudos do discurso para compreender e ressignificar as práticas sociais, não apenas desvelando sentidos como, por conseguinte, redimensionando-os à luz de aspectos sociais, históricos, políticos, etc. Esta apresentação está escrita em três línguas, português brasileiro, português europeu e espanhol.

Os capítulos de pesquisadores do Brasil se iniciam com *Ressignificação e revascularização discursivas em contexto digital: espaços de resistência e de insurreição* de Roberto Leiser Baronas (DL-PPGL-UFSCar/CNPq). Nesse capítulo, o autor, a partir da teoria da ressignificação discursiva, proposta por Paveau (2019a, 2019b, 2020 e 2021), discute a possibilidade de ampliação da referida teoria, inserindo na discussão a proposta da categoria de revascularização discursiva.

Em sequência, Beth Brait (PUC-SP/USP/CNPq), com o capítulo *As enunciações expõem os sujeitos, sua língua, seus discursos, aí incluído o pesquisador*, busca ampliar as discussões sobre a multiplicidade epistemológica, teórica e metodológica das diferentes vertentes do que se denomina Estudos da Linguagem/Estudos das Linguagens/Estudos dos discursos/Estudos discursivos. À luz dessas reflexões, a autora leva ao debate os lugares axiológicos que ora aproximam, ora distanciam essas vertentes.

O terceiro capítulo, intitulado *A filosofia bakhtiniana de linguagem e a pertinência da verbivocovisualidade*, de Luciane de Paula e José Antonio Rodrigues Luciano dialoga com outros trabalhos de Paula

(2021a; 2021b; 2021c; 2021d; 2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2017; 2014, 2013, 2012, 2011, 2010, 2007, 2003, dentre outros), de Luciano (2021) e em coautoria de Paula com outros autores, tanto pesquisadores brasileiros (como com Barissa, 2023; Souza, 2023, 2019; Oliveira, N, 2022; Sant'ana, 2022; Batista, 2021; Moura, 2021; Santana, B, 2021; Santana, W, Francelino e Silveira, 2021; Siani, 2021, 2020, 2019; Teixeira, 2021; Vieira, Camargo e Matias, 2021; Villarta-Neder, 2021, 2022; Di Fanti e Ponzio, L, 2021; Diniz e Almeida, 2020; Gonçalves, 2020; Paglione, 2020; Serni, 2017) quanto estrangeiros (como Ponzio, L, 2020, por exemplo) e ainda de produções que norteiam o GED – Grupo de Estudos Discursivos, coordenado por ela, que ratificam a orientação teórico-metodológica de estudo da verbivocovisualidade discursiva a partir da perspectiva dialógica dos escritos do Círculo. De Paula é a autora brasileira que inaugura e desenvolve a tese da proposta tridimensional (verbo-voco-visual, entendida como concretude da verbivocovisualidade, mais ampla porque capacidade semiológica humana de linguagem) de estudo da multissemiótica. Esse capítulo apresenta-nos uma discussão substancial à luz da filosofia bakhtiniana acerca da análise das distintas materialidades semióticas e, em conjunto, propõe um alargamento da questão sobre a concepção de linguagem para o Círculo. O capítulo é uma fração do conjunto de publicações dos autores, em especial das produções de Paula, sobre o olhar para a verbivocovisualidade sob a abordagem dialógica da linguagem, entendida tanto pela expressão concreta explícita em diversas materialidades quanto pela cognoscência necessária, na relação interna e externa do ser/sujeito com a cultura, a sociedade e outro (também interior e exterior), na constituição da consciência (tal qual compreendida por Volóchinov) e na interação que constitui, filosoficamente, sentido de existência humana.

O clube dos carimbadores no dispositivo crônico da AIDS do Brasil: uma leitura neomaterialista para os estudos do discurso, de Atilio Butturi Junior (UFSC/CNPq), nos conduz a uma reflexão sobre os discursos de criminalização das pessoas que vivem com HIV (PVHIV), materializados nos enunciados do “Clube dos

Carimbadores” que são mote de três textos: uma reportagem de O Globo, o PL 1048/2015 e um texto do site Pheeno. O autor nos apresenta uma rica discussão sobre sujeito e acontecimento tecnobiodiscursivo.

Os capítulos brasileiros seguem com *Por uma concepção dialógica de discurso e de sujeito*, de autoria de Adriana Delmira Mendes Polato (Unespar), Maria Ligia Freire Guilherme (UTFPR) e Rodrigo Acosta Pereira (UFSC/CNPq). Os autores, nesse capítulo, buscam refletir sobre a concepção dialógica de discurso e de sujeito a partir de um olhar para conceitos e considerações cunhados nos escritos de Bakhtin e o Círculo e nos desenvolvimentos interpretativos de seus interlocutores contemporâneos em *Análise Dialógica de Discurso*. Os autores, dentre várias questões abordadas, buscam mostrar como as noções discutidas acabam por se imbricarem umas às outras, visto que compõem um todo maior e mais complexo do discurso para a filosofia da língua(gem) do Círculo.

Com *Discurso, sentido, interpretação. A contemporaneidade em diferenças significantes*, Suzy Lagazzi (DL/IEL/Unicamp) propõe uma discussão em volta da interpretação na/da análise de discurso em sua filiação materialista. Dentre outras questões abordadas, a autora reforça que todo ato de interpretação é um ato político, e que interpretação, em seu trabalho simbólico, é um instrumento político. Ainda, a autora nos leva a repensar sobre as diferentes materialidades significantes em imbricação, em capturas simbólicas que me instigam e me movem e que podem ser desveladas pela análise de discurso.

Rosângela Hammes Rodrigues (UFSC), no capítulo *Os Estudos do Discurso e do Ensino e Aprendizagem da leitura: convergências de pesquisas a área da Linguística Aplicada*, nos apresenta reflexões e proposições de como os estudos do campo discursivo contribuem para a prática de leitura em contexto da escola de Educação Básica. A autora apresenta contribuições sob a perspectiva dialógica, não apenas reiterando o quanto tais estudos ratificam uma postura sociológica para a linguagem, quanto, por consequência, reiteram o trabalho com a linguagem como discurso.

Por fim, encerrando as discussões de pesquisadores do Brasil, segue o capítulo de Rodrigo Acosta Pereira e Luana de Araújo Huff, intitulado *O sujeito na abordagem dialógica de discurso*. Os autores buscam, de forma geral, revisitar as obras de M. Bakhtin e V. Volochínov a fim de delinear aspectos conceituais sobre a concepção de sujeito no conjunto da obra desses pensadores.

Os capítulos desenvolvidos por autores portugueses convergem, como seria de esperar, em vários aspectos. Alguns dos que mais se destacam são: a concepção do discurso como unidade linguística primacial, na medida em que nele se fundam as unidades e as estruturas de uma língua e nele se funda a própria interação social; a concepção do sentido como construção ou processo, determinada em função dos usos linguísticos; a construção da própria subjetividade como realidade enunciativa, dependente das formas de presença do locutor no seu discurso e das “vozes” que nele convergem e divergem; e, finalmente, a consideração da análise linguística como uma análise contextualizada, respeitando os contextos autênticos de emergência do discurso. Este conjunto de capítulos, por outro lado, ilustra bem a diversidade de orientações teóricas coexistentes na área.

Augusto Soares da Silva, em *A perspectiva sociocognitiva e crítica dos estudos discursivos na contemporaneidade: sinergias, aplicações e desafios*, propõe-se desenvolver uma perspectiva sociocognitiva e crítica, capaz de dar conta das três dimensões do discurso: discursiva, cognitiva e social. Neste enquadramento, a sinergia entre Linguística Cognitiva e Análise Crítica do Discurso responde ao desafio de compreender como fatores cognitivos e sociais interagem na produção, representação e perpetuação de ideologias, ao mesmo tempo que favorece uma contestação crítica das mesmas. O autor testa empiricamente estas relações e produz evidências, a partir da análise da metáfora conceptual, em dois *corpora*. Por um lado, num *corpus* multimodal de discurso da imprensa portuguesa, sobre a crise financeira global e as políticas de austeridade; por outro lado, num *corpus* de discurso populista de extrema-direita, do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, na rede social Twitter. O autor defende, ainda,

a necessidade de estender a perspectiva sociocognitiva do discurso à interação conversacional e aos discursos multimodais, que colocam desafios renovados às teorias do discurso.

Maria Aldina Marques, em *Objetivar o discurso? Modos e estratégias de apagamento enunciativo*, elege a problemática da enunciação, e, por consequência, dos modos de presença das vozes no discurso, como central na análise dos funcionamentos discursivos, propondo-se problematizar, em particular, o Apagamento Enunciativo como noção fundamental para a descrição e explicação da construção discursiva. A autora concebe a confluência de vozes no discurso e o apagamento discursivo do locutor como uma *mise-en-scène* enunciativa, ou seja, como uma simulação, que deixa marcas observáveis. Importa, pois, consolidar o estudo deste dispositivo de apagamento enunciativo, relacionando modos de presença do locutor, responsabilidade enunciativa e gêneros de discurso, já que os próprios modos de presença do locutor no discurso variam em função do gênero discursivo, podendo constituir um parâmetro de gênero. O recurso a documentos autênticos, oriundos do discurso político, do discurso jornalístico e do discurso científico permite à autora exemplificar, neste estudo, alguns funcionamentos discursivos do tópico em questão.

Maria Alexandra Guedes Pinto, em *Unidade e Diversidade em Análise do Discurso*, propõe-se refletir sobre como deve o investigador e o professor de Análise do Discurso lidar com a diversidade teórico-metodológica que caracteriza a área. Esta questão conduz a autora a discorrer sobre os fatores desta diversidade, nomeadamente, a natureza do objeto *discurso*, a história da área científica e a orientação descritivo/explicativa ou crítica das pesquisas. Diferentes orientações de análise materializam-se em estudos aplicados naturalmente diferentes, mas complementares e igualmente relevantes. O diálogo entre as diversas correntes, assente na existência de eixos comuns, é garantia da manutenção de alguma unidade e coesão na área científica. Certas propriedades do objeto *discurso* - subjetividade, forma de ação, interatividade, heterogeneidade... - parecem constituir-

se como território consensual entre os espaços de pesquisa, servindo como pontos de união, que são ressaltados no estudo.

Antónia Coutinho, em *Discurso(s), inteligência artificial e desenvolvimento humano*, propõe-se demonstrar como é entendida a noção de discurso(s) no quadro teórico e epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo, que, pela interação de aspetos linguísticos, psicológicos e didáticos, põe em relevo a importância fulcral dos discursos no desenvolvimento humano. Para contrastar a conceção de discurso como fator de desenvolvimento com a conceção de produção discursiva dos modelos de inteligência artificial, a autora procede, numa fase experimental do seu capítulo, a uma análise de respostas dadas pela ferramenta ChatGPT, em termos de tipos discursivos. Não negando eventuais utilidades associadas aos textos produzidos por esta ou por outras ferramentas de Inteligência Artificial idênticas, a autora salienta que o modelo de construção discursiva (automático, ainda que inteligente), por elas representado, impede que se fale, nestes casos, de discurso como forma de desenvolvimento pessoal, diretamente ligado ao desenvolvimento da própria linguagem, como especificidade biológica, comportamental e sócio-histórica da espécie humana.

Desde Chile, Los Estudios Críticos del Discurso, como coinciden en afirmar las investigadoras e investigadores que contribuyen con sus estudios a este libro, poseen un reconocimiento, no solamente local y regional, sino mundial en razón de la relevancia que tiene el poder abordar problemáticas sociales mediante una mirada al discurso. Cada uno de los artículos que conforma la presencia de Chile en este libro, muestra las problemáticas sociales que son propias de nuestra región y de nuestro país: el conflicto de las madres trabajadoras, de las comunidades mapuche, de los ciudadanos que, no teniendo espacio para expresar su desaliento, encuentran su lugar en el colectivo que estalla de furia en las calles y en los inmigrantes que diariamente enfrentan la discriminación. Todos estos temas abren un espacio de reflexión y discusión con nuestros lectores.

El artículo que abre este espacio de lectura y discusión es escrito por el Dr. Claudio Araya Seguel, académico de la Universidad de Santiago de Chile. En su escrito *Adiestrarnos en la Duda desde la Experiencia en los Estudios Críticos del Discurso*, el autor propone una reflexión respecto a los desafíos que enfrentan los ECD en relación con sus objetivos, con el fenómeno discursivo estudiado y con la discusión académica. En relación con el objetivo de los ECD, se propone reflexionar sobre la presión que existe en el medio académico por la producción de artículos, esto de acuerdo al autor, puede estar obstruyendo la labor de observación de la realidad que todo analista del discurso debe cultivar para vislumbrar su objeto de estudio. Respecto del objeto de estudio, el autor menciona que en algunos casos se tiende hacia una la mirada reduccionista de los ECD, entendiéndolo como un espacio de denuncia o reproche ético. Asimismo, el artículo llama a repensar la metodología, puesto que muchos análisis muestran una distancia entre la interpretación y la evidencia lingüística. Finalmente, desde la discusión académica, el autor insta al investigador a expresarse con transparencia y a alejarse de los neologismos hipnóticos y estilos exotéricos para preferir la discusión académica sencilla y sólida.

El segundo artículo es de autoría de la Dra. Consuelo Gajardo, académica de la Pontificia Universidad Católica de Chile. En su capítulo *Las representaciones de la maternidad y la identidad materna: un estudio crítico del discurso en un grupo de madres chilenas pertenecientes a tres grupos socioeconómicos*, la autora define los ECD como un movimiento interdisciplinar de la lingüística, orientado a la resolución de problemas sociales. La investigación presentada por la autora explora la tensión que se produce en la construcción identitaria de las entrevistadas como madres y como mujeres. Las entrevistas ponen de manifiesto la valoración positiva y negativa que cada persona hace de su experiencia como madre, no obstante, es importante destacar que cada entrevistada construye su experiencia desde espacios sociales diferentes, lo que permite al lector visualizar la riqueza discursiva con que se construye este rito de paso tan vital.

El siguiente artículo *Estudios del discurso y prácticas de minorización: El enfoque crítico como práctica docente e investigativa* de la Dra. Carolina Pérez-Arredondo, académica de la Universidad de O'Higgins, aborda el aspecto crítico de los ECD mediante una discusión que pone de relieve el significado de lo crítico, que puede ser malinterpretado, como señala Araya (2023). En su artículo, Pérez-Arredondo, enfatiza la relevancia del componente crítico, puesto que lejos de implicar la expresión de juicios de valor, requiere por sobre todo tomar distancia de lo datos para comprender desde una mirada social, la manera en que se interpretan los datos. La autora hace un recorrido por temas contingentes de la agenda social de Chile, posicionándose desde el concepto de la normalización desvergonzada que deja a la vista la existencia en la sociedad chilena de estereotipos etarios, corporales y raciales que abundan en la escena política, pero también se hace sentir en los contextos educativos, en los que la interculturalidad se construye sobre la base de una matriz colonial y, por consiguiente, racializada.

La siguiente autora, la Dra. Camila Cárdenas-Neira, académica de la Universidad Austral de Chile, contribuye a nuestro libro con su artículo titulado *Estudiar el discurso de los movimientos sociales contemporáneos: Un enfoque sociocognitivo crítico*. La autora enfatiza el carácter interdisciplinar de los ECD debido a la necesidad de integrar variados enfoques teórico-metodológicos para abordar los aspectos mentales, sociales, lingüísticos y multimodales que intervienen en prácticas semióticas complejas. Cárdenas-Neira releva en su artículo las prácticas semióticas emprendidas por los movimientos sociales (MS). La autora hace un recorrido por la importante investigación que ha realizado respecto de los discursos de protesta que los MS elaboran, apropian y difunden a la luz de un análisis que contempla conceptos como marcos, narraciones y metáforas, componentes que participan de la construcción ideológica e identitaria de estos grupos.

El quinto artículo es de autoría del Dr. Pablo Segovia Lacoste, académico de la Universidad de Concepción, que tiene como título *Análisis del Discurso y mediatización de tres acontecimientos en el marco*

del conflicto chileno-mapuche. El autor coincide con las perspectivas de las académicas y académicos que contribuyen a esta sección de nuestro libro desde Chile, respecto de señalar la necesidad de realizar una constante reflexión en relación con las metodologías y acercamientos teóricos que se aplican a la exploración de problemáticas sociales cada vez más complejas. El autor enfoca su reflexión hacia los ECD desde su investigación de la mediatización del conflicto chileno-mapuche anclado a una historia de represión, discriminación y estigmatización de la población mapuche en el sur de Chile. Segovia Lacoste hace especial énfasis en las estrategias de nominación que utiliza la prensa chilena para referir como fuente del conflicto a la población mapuche, instalando así la idea de una nueva guerra, de una zona roja, de enfrentamientos contantes que instalan la idea de la inseguridad, de la violencia y del peligro de manera unidireccional, sin reparar que los pueblos indígenas en Chile han soportado por siglos la violencia y el exterminio en silencio.

Finalmente, la sección dedicada a la contribución de Chile a los ECD cierra con el capítulo titulado *Estudios críticos del discurso, pasado, presente y futuro*. Nuestro capítulo, se propone mostrar de manera muy sucinta, las investigaciones que se realizan en la región, relevando los temas que han inspirado y siguen inspirando las investigaciones que se realizan en Latinoamérica y en Chile. Asimismo, hacemos un recorrido breve por las perspectivas teórico-metodológicas desde las que se enfocan las investigaciones en el área. Posteriormente, en el contexto de la perspectiva sociosemiótica abordamos la crisis hídrica que afecta a Chile, mediante un análisis de las perspectivas intersubjetivas que las voces oficialistas del Gobierno del presidente Sebastián Piñera (2018-2022) y las voces de expertos en climatología asumen respecto de la sequía que afectó fuertemente a Chile entre 2019 y 2021. El análisis muestra que las voces de autoridades políticas construyen la sequía como el fenómeno responsable de la desarticulación de la vida rural en amplias zonas del país. Por otro lado, las voces expertas construyen la sequía como un resultado de

la intervención humana mediante actividades que han destruido el equilibrio ecológico.

Agradecemos la invitación del Dr. Rodrigo Acosta Pereira, académico de la Universidad Federal de Santa Catarina para coordinar esta sección dedicada al trabajo investigativo de esta generación de investigadoras e investigadores chilenas y chilenos que trabajan desde los ECD, contribuyendo a visualizar y a dar voz a las problemáticas sociales de nuestra región.

Referências¹

FAIRCLOUGH, N. (2010). **Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language**. London/New York: Routledge.

FAIRCLOUGH, N. (2018). CDA as dialectical reasoning. En F. Flowerdew y J. Richardson (Eds), **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**, (pp, 13-25). London, New York: Routledge.

FOWLER, R., Hodge, B., Kress, G., y Trew, T. (1979). **Language and Control**. London, New York: Taylor and Francis.

MONTECINO, L. (2010). **Discurso, pobreza y exclusión en América Latina**. Santiago, Chile: Cuarto Propio.

MONTECINO, L. (2008). **Personas en situación de Calle en Santiago de Chile**, *Discurso y Sociedad*, 2(2), pp.330-356.

VAN DIJK, T. (2016). Análisis crítico del Discurso. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, 30, pp.203-222.

VAN DIJK, T. (2018). Socio-Cognitive discourse studies. En F. Flowerdew y J. Richardson (Eds), **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**, (pp, 26-59). London, New York: Routledge.

WODAK, R. y Meyer, M. (2009). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage.

¹ As referências, nos diferentes capítulos, seguem as normas bibliográficas dos três países envolvidos, Brasil, Portugal e Chile.

RESSIGNIFICAÇÃO E REVASCULARIZAÇÃO DISCURSIVAS EM CONTEXTO DIGITAL: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE INSURREIÇÃO¹

Roberto Leiser Baronas²

“As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira, que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido.

E através dessas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição”.

Michel Pêcheux, 1990.

¹ Uma versão bastante modificada deste texto foi publicada na Alfa: Revista de Linguística, volume 66, em 2022. O artigo está disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/13708>. Outra versão modificada deste texto foi apresentada em mesa redonda, intitulada Análise do discurso digital e Linguística popular: intersecções, no Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB do IEL da UNICAMP, em 27 de outubro de 2022. Essa apresentação pode ser acessada no canal do YouTube do Labeurb em <https://www.youtube.com/watch?v=rz7bFt2kr2Q>.

² Professor no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos e Pesquisador do CNPq - Brasil. E mail: baronas@ufscar.br

Primeiras palavras

Durante o ano de 2016, diversos enunciados geralmente misóginos ofendendo a ex-presidenta Dilma circularam pelas cidades brasileiras, desde pichações até adesivos colados no tanque de combustível dos carros. O enunciado “Fora Dilma!”, por exemplo, esteve muito presente, não só, mas, sobretudo, nos grandes meios de comunicação, em diferentes dispositivos linguageiros. À época, fevereiro de 2016, nos porões do Congresso Nacional e nas salas da Casa Grande, o Golpe Parlamentar, que depôs a presidenta Dilma do governo, estava em franco processo de maquinação.

Num muro específico de Florianópolis, o sutil e genial trabalho de um locutor anônimo estava escrito com grafite majoritariamente em preto “Força Dilma!”. Visualmente, o cedilha havia sido grafado posteriormente com grafite em vermelho, dando para inferir que um primeiro locutor escreveu em preto “Forca Dilma!” e o outro ressignificou esse enunciado para “Força Dilma!”, ao acrescentar, em vermelho, um pequeno traço, transformando-o em cedilha. O trabalho do último locutor, com o acréscimo de um pequeno sinal diacrítico à letra C, evidenciou que esta palavra não tem mais som de “cá” [k’a] e sim de “esse” [’esi]. A partir do uso do grafite vermelho, o enunciado mudou completamente de sentido, e o que era a intenção de uma espécie de sentença de morte, metonímia para o pedido de impeachment – “Forca Dilma!” – se tornou uma demonstração de apoio a Dilma – “Força Dilma!”. O mais interessante nesse exemplo é que este cedilha intruso em vermelho, engendrado pelo inconformismo de um sujeito que se sentiu ofendido, deixa evidente a renhida disputa pelos sentidos entre diferentes grupos sociais que marcou, desde o início, todo o processo de deposição da primeira presidenta brasileira legitimamente eleita.

O exemplo em questão, embora produzido fora do ambiente digital, poderia talvez ser entendido como uma ressignificação. Em outras palavras, ele é pertinente para mostrar a inversão semântica

e axiológica, por recontextualização do enunciado ofensivo “Força Dilma!”, a partir de sua carga ofensiva, efetuada pelo sujeito agredido com efeito reparador, transformando esse enunciado com base em um sutil ato de subversão de sentido, o acréscimo em vermelho do cedilha intruso, em “Força Dilma!”. O sujeito, em vez de incorporar a ofensa que lhe foi desferida produziu uma resposta discursiva e ideologicamente inovadora.

Neste capítulo, a partir da teoria da resignificação discursiva, proposta por Paveau (2019a, 2019b, 2020 e 2021) discutimos a possibilidade de ampliar essa teoria, inserindo na discussão a categoria de revascularização discursiva. Os dados analisados não são muito exaustivos, mas indicam a pertinência de tal categoria para a compreensão do discurso digital.

Sobre resignificação discursiva

Marie-Anne Paveau (2019a, 2019b, 2020 e 2021) apresenta uma tipologia das práticas tecnodiscursivas resignificantes, baseando-se em três categorias: 1. a recontextualização enunciativa, quando um enunciado insultante é retomado engendrando em seu lugar uma resignificação; 2. a publicação analógica, quando o enunciado insultante é retomado engendrando em seu lugar uma resignificação que passa a circular em contextos distintos dos quais inicialmente circulou e 3. a produção de um dispositivo cultural ou intelectual, quando o enunciado insultante é retomado engendrando em seu lugar uma resignificação, que passa a circular em contextos distintos dos quais inicialmente circulou e essa resignificação se transforma num dispositivo cultural e intelectual de resistência. Nesse sentido, a autora propõe uma teorização da resignificação, de modo a convertê-la numa noção operatória para a análise do discurso, na esteira de Butler, do trabalho de Brontsema, pesquisas anteriores sobre a noção (Paveau 2013a, 2017a, 2017b, 2019) e integrando igualmente a perspectiva de Kunert. Essa teorização excede a própria prática de reapropriação das designações de pessoa e se desvencilha da abordagem lexical ou categorial

frequentemente apresentada para exemplificar a ressignificação. Ela se abre para outras práticas e táticas discursivas, permitidas pelos universos discursivos digitais, mas não por eles apenas, envolvendo não somente os designativos, mas os discursos, os signos, as imagens, os sons. A ressignificação não é, portanto, apenas um processo semântico-pragmático, mas um dispositivo discursivo total, que envolve formas discursivas variadas e plurissemióticas [das quais os sujeitos ofendidos se valem para responder aos seus ofensores] (PAVEAU, 2020, p. 30).

Para analisar a ressignificação em contextos digitais, a partir das três tipologias propostas, a pesquisadora francesa propõe ainda sete critérios linguístico-discursivos, que, segundo ela, constituem a ressignificação como processo discursivo:

1. critério pragmático: existe uma ferida linguageira provocada pelo insulto, estigmatização, ataque etc. a respeito da identidade de uma pessoa ou grupo;

2. critério interacional: uma resposta ao enunciado ofensivo é produzida;

3. critério enunciativo: o sujeito agredido é a origem enunciativa da resposta, que ele retoma do enunciado ofensivo por conta própria como auto-categorização, ou ele provoca uma simples recontextualização;

4. critério semântico-axiológico: o enunciado-resposta compreende uma inversão ou mudança semântica e/ou axiológica;

5. critério discursivo: o enunciado-resposta é produzido em contexto diferente do enunciado ofensivo, que é recontextualizado pela "abertura a contextos desconhecidos" (Butler, 2005, p. 234);

6. critério sócio-semântico: o uso recontextualizado do elemento linguageiro é julgado como aceitável e reconhecido como tal pelos sujeitos implicados, que formam um sujeito coletivo;

7. critério pragmático-político: o enunciado ressignificado é revolucionário, pois produz uma reparação e uma resistência, ampliando a coesão do sujeito militante (Kunert, 2010) (PAVEAU, 2020, p. 39).

Com base nesses 07 critérios, a autora define a ressignificação como uma prática linguageira, linguística e material de resposta (2) a um enunciado ofensivo (1), efetuada pelo sujeito agredido pela auto-categorização ou recontextualização simples (3), que estabelece um retorno do enunciado ofensivo (4) num contexto

alternativo (5), o novo uso sendo aceito coletivamente (6) e produzindo uma reparação e uma resistência (7).

Um bom exemplo da fecundidade da teoria da ressignificação, aqui entendida enquanto prática tecnodiscursiva e ao mesmo tempo um fato discursivo, que possibilita pensar também na sua ampliação, advém de uma campanha criada pelo movimento #MachadodeAssisReal, que objetiva reparar uma injustiça racial, qual seja a de que até hoje, tal qual como alhures, as editoras retratam Machado de Assis como se ele fosse branco. Esse movimento criou ainda um abaixo-assinado virtual na plataforma Change.org³ pedindo para que as imagens embranquecidas do escritor brasileiro sejam substituídas.



Divulgado em Catraca Livre

Você sabia que o considerado maior escritor da literatura brasileira, Machado de Assis, era negro? É bem provável que não, isso porque até hoje as editoras de livros retratam o autor como se ele fosse branco. Para corrigir essa injustiça racial, o...

[Leia a reportagem completa](#)

[Compartilhar](#) [Tuitar](#) [Email](#)

Sobrenome

Email

Exibir minha assinatura e meu comentário neste abaixo-assinado

[Assinar este abaixo-assinado](#)

Ao assinar, você aceita os [Termos de uso](#) e a [Política de privacidade](#) da Change.org, e concorda em receber e-mails ocasionais sobre mobilizações feitas na Change.org. Você pode cancelar a qualquer momento.

Imagem 02. Fotografias de Machado de Assis, que evidenciam como ele foi embranquecido pelas editoras brasileiras

O movimento #MachadodeAssisReal criado em abril de 2019 é o resultado de uma parceria entre a Faculdade Zumbi dos Palmares e a agência Grey Brasil, contando ainda com o apoio de

³ Disponível em <https://www.change.org/p/editoras-substituir-nos-livros-a-foto-de-machado-de-assis-embranquecido-pela-real>

organizações como o Quilombhoje de incentivo à literatura de autoras e autores negros. Para os organizadores do movimento:

Mais do que corrigir o passado, queremos que esse absurdo racial deixe de ser perpetuado na literatura brasileira. Por isso, criamos este abaixo-assinado para que as editoras e livrarias deixem de imprimir, publicar e comercializar livros em que o escritor aparece embranquecido e substitua a imagem preconceituosa pela foto de Machado de Assis Real.

Como dissemos trata-se de um bom exemplo de resignificação. Temos neste exemplo, os 7 critérios, propostos por (Paveau, 2019a, 2019b, 2020 e 2021) funcionando:

1. critério pragmático: um grupo de atores institucionais, dentre eles a Faculdade Zumbi dos Palmares, considera as fotografias embranquecidas, que circulam nas obras de e sobre Machado de Assis, uma ofensa aos negros;

2. critério interacional: esses atores sociais convocam por meio de tecnodiscursos milhares de brasileiros a corrigirem livros, onde a imagem de Machado de Assis aparece embranquecida, trocando-a por uma imagem real, recriada com base em dados históricos, respeitando seus traços, sua origem e o tom da sua pele;

3. critério enunciativo: essa substituição da fotografia embranquecida pela fotografia real de Machado de Assis busca se constituir numa reparação histórica de que o escritor Machado de Assis faz jus;

4. critério semântico-axiológico: essa reparação histórica faz conhecer a todos que umas das maiores personalidades da história da literatura brasileira, é um negro e, cujo passado, trajetória de luta, superação e resiliência se assemelha à maioria dos negros do país;

5. critério discursivo: o movimento que se inicia com base em um tecnografismo #MachadodeAssisReal, acompanhado de um abaixo-assinado virtual, passa a circular em outros ambientes tanto no digital quanto fora dele;

6. critério sócio-semântico: as pessoas compreendem o significado, o peso simbólico, da ação proposta e mostram bastante engajamento passando a substituir nos seus próprios exemplares as fotografias embranquecidas pelas fotografias reais;

7. critério pragmático-político: a retratação demandada inicialmente pelos atores sociais institucionais ganha o sentido de luta coletiva dos negros de maneira em geral, avalizada também por outros atores sociais.

A fala do Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, Prof. Dr. José Vicente e a imagem a seguir são bastante ilustrativas da configuração coletiva, portanto política, que adquiriu o movimento:

[a troca] permite a reformulação de juízos e valores e torna o escritor uma importante referência à comunidade negra do país. Estabelece e confirma que o negro é portador de saberes, habilidades e competências extraordinárias e grande potência como gênio inventivo, criador e transformador. Eleva a autoestima, gera modelo a ser admirado e seguido, transforma-se em referência positiva. Promove e eleva o sentimento de orgulho, honra, entusiasmo e empoderamento para toda a comunidade negra do Brasil.

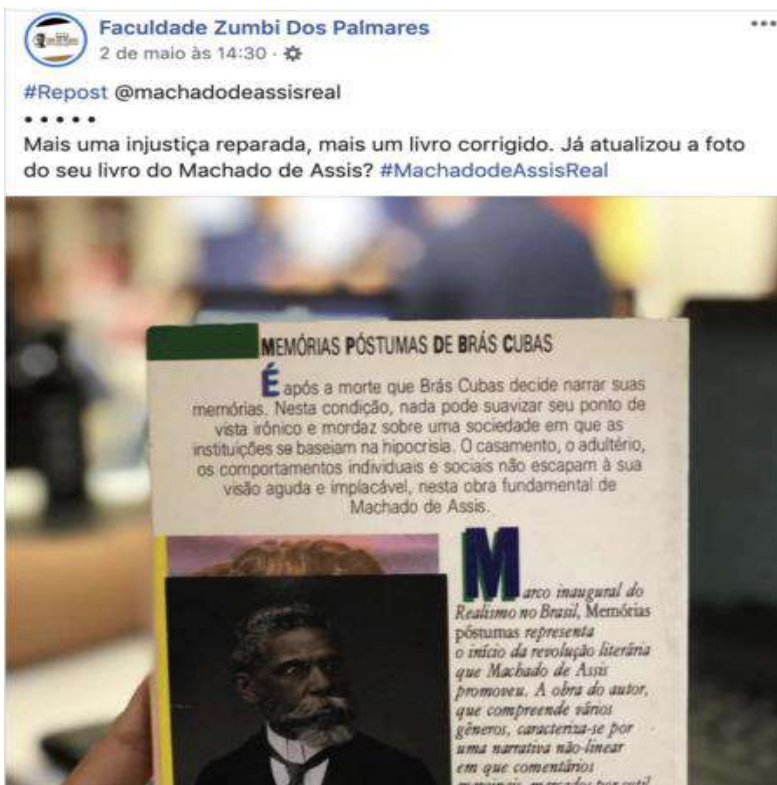


Imagem 03. Captura de tela de post de uma rede social da Faculdade Zumbi dos Palmares, evidenciando a troca de fotografias

Um dado problema

Durante a partida entre Internacional e Corinthians, no dia 14 de maio passado, pelo Campeonato Brasileiro, Edenilson disse que foi chamado de “macaco” pelo jogador Rafael Ramos. O laudo afirma que, pelas imagens, não foi possível ver o movimento da língua do jogador do Corinthians. A situação iria facilitar na conclusão sobre o estudo, permitindo que fosse possível descobrir o que foi dito pelo atleta. O recurso de leitura labial foi descartado por não ter validade jurídica. Por conta disso, não existem elementos sonoros para aprofundar a pesquisa, então o caso segue sem um resultado definitivo. Os peritos escreveram que “Sobre o

pedido de exame pericial de leitura labial, ressalta-se que não foi encontrada metodologia científica, aplicada à análise forense de vídeos, que sustente esse tipo de trabalho. Existem apenas publicações sobre percepção visual da fala e aprendizagem de leitura labial”.

Em um gesto de resistência, o atleta mudou o nome do seu perfil oficial do Instagram para “Macaco Edenilson Andrade dos Santos”.



Edenilson mudou seu nome para 'Macaco Edenilson' no Instagram Reprodução/Instagram

Outro dado problema: no último domingo, dia 21 de maio, o jogador Vini Jr. Foi mais uma vez vítima de racismo, em partida pelo campeonato espanhol, entre Real Madrid e Valência. Durante o jogo, parte da torcida do Valência, presente no estádio Mestalla, hostilizou fortemente o jogador brasileiro com gritos racistas de *mono*, macaco em espanhol. No segundo tempo, o jogo chegou a ser interrompido por oito minutos. Depois de o árbitro conversar com os dois treinadores, o jogo foi reiniciado. Já no final do jogo após confusão com o goleiro do Valência, Vini Jr. foi expulso. Depois em seu perfil no Instagram Vini Jr. desabafou: “O prêmio que os

racistas ganharam foi a minha expulsão! ‘Não é futebol é a LaLiga’”.



Essa última parte do desabafo de Vini Jr. faz menção ao slogan da LaLiga espanhola de futebol utilizado em campanhas publicitárias da entidade. Nesse post de Vini Jr., temos uma captação e uma subversão (Maingueneau, 2010) do slogan da entidade espanhola de futebol: “No és fútbol, es @laliga”.

Com efeito, essa mudança de nome do jogador Edenílson, em suas redes sociais, ou mesmo a captação e a subversão do slogan da LaLiga por parte de Vini Jr. poderiam ser consideradas também exemplos de ressignificação discursiva? Ou haveria a necessidade de *fazer ranger*, no sentido de render ao máximo, essa categoria para dar conta de dados semelhantes ao do jogador do Internacional e do Real Madrid?

A revascularização discursiva: fundamentos⁴

A proposta de uma teoria discursiva da revascularização dialoga numa relação de *aliêmica*⁵, por um lado, com a discussão feita por Gayatri C. Spivak (2010) em seu ensaio seminal, publicado originalmente em 1985, no periódico *Wedge* e intitulado *Pode o subalterno falar?*⁶ e, por outro, com a teoria da ressignificação perquirida por Marie-Anne Paveau (2019a, 2019b, 2020 e 2021).

Para Spivak (2010), na atualidade, a tarefa do intelectual, longe de se propor como um porta-voz do subalterno, uma espécie de voz autorizada que denuncia as mazelas pelas quais passam os subalternos, é criar estrategicamente espaços enunciativos para que este último possa falar e, acima de tudo, possa ser ouvido. No entendimento da pesquisadora, esse tipo de trabalho do intelectual, o de criar espaços enunciativos para o subalterno, permite que se realize um trabalho contra a subalternidade, e não favor dela como tem sido feito até então. Essa perspectiva retira assim os subalternos da obscuridade enunciativa e histórica.

Desobstrução discursiva simples

O procedimento cirúrgico denominado revascularização do miocárdio pode explicar algumas das práticas discursivas realizadas por alguns atores sociais, sobretudo, mas não só, os que se encontram numa condição de vulnerabilidade social, por meio do uso das mais variadas tecnologias.

⁴ As discussões sobre uma possível teoria da revascularização vêm sendo desenvolvidas no projeto de pesquisa intitulado *Da ressignificação à revascularização discursiva em contexto digital*, que conta com o apoio do CNPq, na modalidade de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Processo número: 307327/2021-3.

⁵ Palavra-valise que junta aliança e polêmica.

⁶ Em 2010, esse artigo foi traduzido para o português, pela Profa. Sandra Regina Goulart Almeida *et al.*, transformado num pequeno livro e publicado pela Editora da Universidade Federal de Minas Gerais – EdUFMG, com o título *Pode o subalterno falar?* (SPIVAK, 2010).

O corpus desse capítulo é construído por uma pequena coleção de exemplos nos quais é possível perceber que um determinado sujeito, diante de um obstáculo (uma obstrução discursiva), acaba encontrando percursos alternativos para ultrapassar essas dificuldades. Perscrutamos que há dois tipos de revascularização discursiva: a simples e a complexa. Tanto a primeira quanto à segunda têm de atender aos seguintes critérios por nós postulados: obstrução discursiva; percurso discursivo; fluxo discursivo e capilarização discursiva. Inicialmente, será apresentado um exemplo, que atende aos quatro critérios da revascularização discursiva simples (obstrução discursiva; percurso discursivo; fluxo discursivo e capilarização discursiva), a partir da desobstrução simples. Observemos:



A imagem projetada na tela nos mostra a cenografia de um sujeito em condição de vulnerabilidade, um morador de rua, praça, viaduto... com todos os elementos interdiscursivos que o constituem, (homem negro, camiseta da CBF com o número zero, numa tensão explícita com a 10 de Pelé...), subvertendo, por meio de uma espécie de *reesura* (reescrita/rasura), o enunciado, que faz parte da estética bolsonarista: “*Sou a favor que todo brasileiro tenha uma arma em casa*”, transformando-o em “**Sou a favor que todo brasileiro tenha uma casa**”. Essa presença do outro, pode ser entendida, para além de uma marca explícita de uma não-coincidência dos dizeres (Authier-Revuz – 1998), como uma forma de revascularização simples. Nesse sentido, é possível conceituar a revascularização discursiva como uma **obstrução discursiva** que precisa ser desviada. Assim, é proposto um **percurso discursivo** alternativo, para desviar dessa obstrução. Esse percurso alternativo libera o então **fluxo discursivo**, levando a concretização de um percurso narrativo almejado. Com o fluxo liberado, há uma **capilarização discursiva**, isto é, a circulação em diferentes dispositivos.

Desobstrução discursiva complexa: #forabolsonaro

A União Nacional dos Estudantes (em meio também à polêmica do Exame Nacional dos Estudantes que à época não foi cancelado, a saber, #AdiaEnem⁷), promoveu no dia 8 de maio de 2020 uma manifestação social intitulada #ForaBolsonaro. Essa manifestação social foi toda efetivada no espaço digital e ancorada em duas práticas tecnodiscursivas principais: num primeiro momento, a publicação nas redes sociais dos sujeitos segurando cartazes, nos quais estavam escritas uma ou várias das hashtags de reivindicação⁸ e, num segundo momento, a participação da manifestação #forabolsonaro, por meio do site *manif. app*.

⁷ Disponível em: <http://adiaenem.com.br/> Acesso: 18/05/2020.

⁸ A saber, #peloadiamentodoenem;#pelademocracia; #emdefesadosus; #porauxilioemergencialparaosestudantes

Essas duas práticas tecnodiscursivas (PAVEAU, 2017), conforme a teoria da revascularização discursiva, propõe um percurso discursivo alternativo, para desviar uma obstrução primeira. Essa obstrução é tanto ideológica, como dissemos, encarnada na presença de um sujeito autoritário e incapaz de lidar efetivamente com a pandemia no Brasil, evidenciada, por exemplo, no fato de que em três meses de pandemia, o governo Bolsonaro já havia trocado o seu terceiro ministro da saúde, quanto uma obstrução física, a impossibilidade dos sujeitos de se deslocarem fisicamente no espaço social e, especialmente discursiva, os sujeitos não tem as suas demandas ouvidas.

A partir então da publicação do cartaz que contém, dentre outras, a hashtag #forabolsonaro (que intitula a manifestação desse dia proposta pela UNE), esse percurso libera o fluxo discursivo, dando vazão às afetividades que vivenciam os brasileiros em tempos de pandemia, acrescida de crise política e a geração de determinada vulnerabilidade política - a decadência da representatividade - e também de vulnerabilidade física - a doença e a fome.



Imagem 9⁹



Imagem 10¹⁰



Imagem 11¹¹

#peladesadaciênciaepesquisabrasileiras;
 #contraademiãodosostagiáriosduranteapandemia; #foraweintraub e
 #forabolsonaro.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3357655077595260&set=pcb.3357655314261903> Acesso: 18/05/2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3340622775965157&set=pcb.3340623445965090> Acesso: 18/05/2020.

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3340593215968113&set=pcb.3340593765968058> Acesso: 18/05/2020.

Nessa mesma manifestação social digital, foi proposta a participação pelo site *manif.app*. Esse site foi criado pelo artista francês Antoine Schmitt em 2019, "durante as intensas manifestações dos Gilets Jaunes (Coletes Amarelos), em 2018-2019, por conta das dificuldades de acesso às manifestações devido à repressão policial¹²" e seu uso foi aberto ao público em 2020, por conta da demanda de reivindicação social sem a necessidade de aglomerações, expressamente proibidas, como medida de contenção da propagação do vírus.

O site *manif.app* está disponível em dez línguas, dentre elas o português, e logo na apresentação enuncia seu objetivo, que chamamos de desobstrução:

você deseja apoiar uma manifestação, mas você não pode ir pessoalmente (você está doente, você está muito longe, você está confinado em casa por causa de uma pandemia,...). O site Manif.app lhe permite participar colocando o seu avatar no mapa, exatamente no lugar onde a manifestação está sendo realizada e assim demonstrar o seu apoio. O seu avatar será visível no mapa bem como todos os outros avatares¹³.

A capilarização discursiva é, por conseguinte, efetivada na possibilidade de criação de um avatar que se manifesta digitalmente em relação a determinada demanda: #forabolsonaro, por exemplo, criando um avatar, isto é, "uma representação gráfica de si na internet"¹⁴. De um ponto de vista linguístico-discursivo é interessante ainda observar a possibilidade de "personalizar o seu avatar, associando o mesmo a um cartaz sobre o qual você pode escrever seu slogan. Você pode mover o seu avatar à vontade, ou retirá-lo da manifestação"¹⁵. Observemos a seguir o funcionamento

¹² Disponível em: <https://www.mobletime.com.br/tapps/06/05/2020/manif-app/> Acesso: 18/05/2020.

¹³ Disponível em: https://www.manif.app/wp/sobre/#pll_switcher Acesso: 18/05/2020.

¹⁴ Disponível em: <https://www.meusdicionarios.com.br/avatar> Acesso: 18/05/2020.

¹⁵ *Idem* nota 36.

dessa nova forma de militantismo digital (CASTELLS, 2017). Nela, é apresentado no canto superior esquerdo uma caixa com a palavra "slogan", na qual é possível então digitar as palavras de ordem que serão inseridas no cartaz digital. Ao centro da imagem o avatar próprio do sujeito-manifestante é apresentado em vermelho, acompanhado do enunciado digitado/reivindicado. Em Brasília naquele momento tínhamos mais de 7 mil avatares, conforme observamos a seguir:



Imagem 12 - Avatar no *manifi.app*¹⁶

O percurso da desobstrução discursiva complexa é, portanto, cumprido, no exemplo da manifestação da UNE, #forabolsonaro, quando a partir de uma obstrução discursiva (subjéctiva ou pragmática, conforme explicitamos anteriormente), **critério 1**; é proposto um percurso discursivo alternativo, qual seja, manifestar-se - como e onde for possível - contra os malefícios vivenciados, **critério 2**; esse percurso libera então um fluxo discursivo, que estava sendo retido, isto é, a impossibilidade por conta da

¹⁶ Imagem gerada no dia da manifestação #forabolsonaro da UNE no *manifi.app* (08/05/2020 - 15h).

pandemia de sair às ruas, **critério 3** e há, por fim, a capilarização discursiva em diferentes dispositivos (a rede social Facebook e o site *manif.app*, por exemplo), **critério 4**.

Um breve efeito de fim

Como enunciamos, a teoria da ressignificação proposta por Marie-Anne Paveau dialoga numa relação de *aliêmica* com o que perscrutamos enquanto teoria da revascularização, isto é, há entre as duas algumas diferenças que gostaríamos de destacar:

A teoria da ressignificação se fundamenta numa epistemologia da salamandra, da regeneração, proposta inicialmente por Haraway (2007); a teoria da revascularização se fundamenta na epistemologia da recriação, que também é do âmbito da biologia, mas que reflete sobre a condição do sujeito a partir de uma obstrução, que pode ser insultuosa ou não, propor um percurso alternativo, isto é, não se trata de uma resposta, mas de propor um caminho alternativo, que estrategicamente desvie a obstrução.

A teoria da revascularização se propõe a dar conta não somente da web participativa, como no caso de Paveau (2017), especialmente nos casos de ciberviolência, mas busca dar conta dos mais variados tipos de tecnodiscursos que circulam na web, especialmente no que concerne às práticas discursivas produzidas por sujeitos em situação de vulnerabilidade. Dito de outro modo, enquanto a ressignificação se centra na resposta a uma ciberviolência, a revascularização se centra em buscar percursos alternativos, que desviem as obstruções.

A teoria da ressignificação de Marie-Anne Paveau parte de uma ferida produzida por um sujeito em outro; a teoria da revascularização não depende de uma ferida para compreender o seu processo, mas se propõe a compreender como o sujeito, em situação de vulnerabilidade, encontra percursos discursivos alternativos para solucionar a sua obstrução discursiva e, como depois de liberado o fluxo discursivo, esse mesmo fluxo se capilariza pelos mais diferentes médiuns.

Paveau em sua teoria da ressignificação apresenta uma tipologia dessas práticas tecnodiscursivas, baseando-se em três categorias: a recontextualização enunciativa; a publicação analógica e a produção de um dispositivo cultural ou intelectual. A teoria da revascularização, seguindo a tipologia da revascularização do miocárdio, que a divide em venosa e arterial, baseia-se em duas categorias de desobstrução discursiva: a desobstrução discursiva simples e a desobstrução discursiva complexa. Cumpre dizer que a obstrução é entendida aqui discursivamente e não no âmbito pragmático e que a diferença entre simples e complexa é de natureza e não valorativa.

A teoria da revascularização propõe critérios distintos dos da teoria da ressignificação: 1) há uma **obstrução discursiva** que precisa ser desviada – um sujeito em condições de vulnerabilidade que não consegue falar e ser ouvido; 2) propõe-se um **percurso discursivo** alternativo para desviar a obstrução – a inexistência de um lugar enunciativo faz com que o sujeito crie rotas alternativas para resolver o seu sufocamento; 3) esse percurso alternativo libera o **fluxo discursivo** – encontrado um desvio o sujeito desobstrui o seu sufocamento e 4) com o fluxo liberado, há uma **capilarização discursiva** em diferentes dispositivos – com o fluxo liberado a enunciação do vulnerável passa a ser audível.

Referências

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. Trad. de Sírio Possenti, et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARGALIT, A. **La Société Décente**. Paris: Champs Flammarion, 2007.

MOIRAND, S. **L'apport de petits corpus à la compréhension des faits d'actualité**. Corpus, [s. l.], n.18, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/corpus.3519>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/corpus/3519>, 2018. Acesso em: 26 jan. 2022.

- PAVEAU, M.-A. **Féminismes 2.0**. discours numériques de la génération connectée. Argumentation et analyse du discours, Tel Aviv, n.18, 2017a. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad/2345>. Acesso em: 26 jan. 2022
- PAVEAU, M.-A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- PAVEAU, M.-A. **Feminismos 2.0**. usos tecnodiscursivos da geração conectada. Trad. Julia Lourenço Costa. In: LOURENÇO, J.; BARONAS, R. L. Feminismos em convergências: discurso, internet e política. Portugal: Grácio Editor, 2020. p. 19-23.
- PAVEAU, M.-A. **L'analyse du discours numérique**: dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann, 2017b. PAVEAU, M.-A. Langage et morale: une éthique des vertus discursives. Limoges: Lambert- Lucas, 2013a.
- PAVEAU, M.-A. **La blessure et la salamandre**: théorie de la resignification discursive. In: COLLOQUE DU CARISM, 2019, Paris. Stigmatiser: normes sociales et pratiques médiatiques. Paris: Université de Paris, 2019b. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02003667>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- PAVEAU, M.-A. **La resignification**: pratiques tecnodiscursives de répétition subversives sur le web relationnel. In: PAVEAU, M.-A. (dir.). Discours numériques natifs: des relations sociolangagières connectées. Langage & Société, Paris, n.167, 2019a. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02145765/document>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- PAVEAU, M.-A.; BARONAS, R. L.; LOURENÇO, J. **Ressignificação em contexto digital**. São Carlos: EDUFSCar-FAPESP, 2021.
- PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Trad. de José Horta Nunes. Caderno de Estudos Linguísticos da UNICAMP, número 19, 1990.
- PÊGO-FERNANDES, P. M.; GAIOTTO, F. A.; GUIMARÃES-FERNANDES, F. **Estado atual da cirurgia de revascularização do miocárdio**. Revista de Medicina, São Paulo, v.87, n.2, p.92-98, 2008.

AS ENUNCIACÕES EXPÕEM OS SUJEITOS, SUA LÍNGUA, SEUS DISCURSOS, AÍ INCLUÍDO O PESQUISADOR

Beth Brait¹

Relações entre linguagem, vida e plurilinguismo teórico

Pensar as dimensões da linguagem reconhecidas como *língua* em movimento, como *discurso*, implica, antes de tudo, reconhecer a multiplicidade epistemológica, teórica e metodológica representada pelas diferentes vertentes que constituem o vasto campo denominado *Estudos da Linguagem/Estudos das Linguagens/Estudos dos discursos/Estudos discursivos*. Essas vertentes representam, cada uma delas, lugares axiológicos, pontos de vista, centro de valores, pontos de confluência de valores que as aproximam ou as distanciam.

Nesse sentido, o estudioso da linguagem escolhe conscientemente, e de acordo com suas necessidades descritivas, analíticas e interpretativas, uma delas (ou intersecções possíveis entre vertentes), considerando-a/s o melhor ângulo, ou a perspectiva que, de forma adequada, responde às necessidades de compreensão da linguagem e seus sujeitos, sob determinado ponto de vista, sob determinadas circunstâncias existenciais, culturais, sociais. Dessa forma, insere-se na corrente discursivo-teórica como sujeito ativo, como observador instrumentalizado que, por meio de rigorosas pesquisas, estabelece relações produtivas e científicas entre linguagem e vida, apoiando-se, quando necessário, nas ciências humanas, nas ciências sociais, na psicanálise e mesmo na estatística e na informática. Não fosse essa abertura e a possibilidade de

¹ PUC-SP/USP/CNPq – Brasil. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*

escolhas, o alcance dos estudos estaria fadado ao *monologismo teórico*, assumindo não a autoridade legitimamente conferida a pesquisadores/cientistas, mas o autoritarismo indiferente à diversidade necessária ao estudo da rica complexidade representada pelas línguas, pela linguagem, pelos discursos.

É possível considerar com Boris Schnaiderman (2013, p. 14) que “[...] a língua autoritária reduz tudo a uma única voz, sufocando a variedade e a riqueza que existem na comunicação humana”. Essa afirmação aponta para o que Mikhail Bakhtin (1895-1975) considera o *plurilinguismo* (*heteroglossia* ou *heterodiscurso*, dependendo da tradução) que constitui cada língua, representado por meio do que ele define como *forças centrípetas* e *forças centrífugas*, e que, *mutatis mutandis*, vale também para o discurso teórico e seus sujeitos:

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das *forças centrípetas*, como das *centrífugas*. Os processos de centralização e descentralização, de unificação e de separação cruzam-se nesta enunciação e ela basta não apenas à língua, como encarnação discursiva individualizada, mas também ao *plurilinguismo*, tornando-se seu participante ativo. (BAKHTIN, 1988, p. 82; destaque meu)

Considerando-se os estudos do discurso/estudos discursivos (daqui em diante, serão utilizadas as duas formas, indiferentemente), observa-se que os pesquisadores se movimentam entre a comunicação humana, entre os sujeitos e suas enunciações, expondo a diversidade, as tensões, os antagonismos, as falácias, de maneira especial em momentos de desafios *democráticos*, abordando não apenas os temas políticos, mas também a questão dos gêneros, da ancestralidade, da infodemia das *fakesnews*, dentre outras candentes temáticas contemporâneas. Nesse sentido, escolhas teóricas implicam a assunção de lugares axiológicos, os quais mostram e constituem, enunciativa e discursivamente, o sujeito pesquisador, sua *ética*, sua *estética*.

Hoje, mais do que nunca, articular discurso a crises e desafios democráticos é uma premência e ao mesmo tempo uma condição ética para todos os que trabalham com linguagem e, de maneira especial, com discurso. O árduo trabalho do pesquisador, que escolhe um ângulo para abordar, escutar e fazer ouvir vozes na tensão entre a vida e a linguagem, desvela aspectos da sociedade, da cultura, das vivências em tempos de crise, de mudanças, de intolerâncias, mas também de esperanças e possibilidades.

Feitas essas considerações, neste trabalho o objeto de reflexão será o *discurso teórico*, sua pluralidade, suas formas de fazer dialogar *corpus* emergentes da contemporaneidade com o pontos de vista do pesquisador, em um produtivo embate *alteritário*, tensionando necessidades e desafios. O ponto de partida é que as enunciações teóricas, como todas as demais incluídas no universo comunicativo, reflexivo, expressivo, expõem seus sujeitos, assim como as relações que eles mantêm com a língua em uso, com os discursos que os atravessam e que são por eles atravessados. É o discurso teórico que, em nossa condição de pesquisadores, nos envolve, nos constitui e por vezes nos desestabiliza frente à sua capacidade de enfrentamento de eventos sociais, culturais, linguísticos. Para empreender essa discussão, objetivando as frestas por onde os discursos são apreendidos, analisados e interpretados, algumas premissas serão evocadas, explicitadas e exploradas a seguir.

Todas as teorias são boas e necessárias. Por vezes, elas dialogam e se interpenetram epistemologicamente

Para discutir as especificidades do discurso teórico, seu alcance, sua importância, assim como suas faces plurais, imersas no plurilinguismo epistemológico, é necessário reconhecer a existência de diferentes, de inúmeras concepções de *língua*, de *linguagem*, de *discurso*, de *sujeito*. Ainda que o pesquisador esteja centrado unicamente nesse campo de construção de conhecimento denominado *estudos linguísticos, enunciativos, discursivos*, ou de

forma ainda mais específica, mobilizado pelas *análises-teorias do discurso, análises teorias discursivas* (ADs) e suas legítimas, diferentes e produtivas vertentes, ele estará necessariamente imerso em um plurilinguismo epistemológico, no qual, por exemplo, os termos de base *língua, linguagem, discurso* e *sujeito* se constituem como diferentes conceitos, categorias ou noções. Não há possibilidade de se tomar como sinônimos, nas diferentes vertentes das ADs, esses quatro termos, sem desconstruir a arquitetura epistemológica implicada em cada uma delas. A todas elas, abrangidas por esse vasto campo, quer sejam de bases linguísticas, enunciativas ou essencialmente discursivas, correspondem perspectivas teóricas, metodológicas e, em última análise, epistemológicas, voltadas para a construção de conhecimento sobre a linguagem, o que implica postura específica e rigor científico, conforme compreendidos pelas Ciências Humanas em geral.

Essa é uma dimensão vivenciada pelo estudioso/pesquisador desde sua formação na Graduação, na Pós-Graduação, na Extensão e principalmente na pesquisa. Nesse percurso, pouco a pouco ele vai fazendo suas escolhas, aprofundando-se em algumas vertentes, de acordo seus interesses pela língua em uso, em movimento, descobrindo maneiras de estabelecer relações teóricas entre linguagem e vida. Nos espaços institucionais (de estudo e de ensino), ele se depara com bifurcações e cruzamentos possibilitados pela multiplicidade epistemológica, teórica e metodológica. E, sem alibi, envereda por algumas direções, por alguns caminhos.

Um fator decisivo para definir escolhas, na fase inicial da construção do pesquisador, encontra-se nas disciplinas, no universo acadêmico povoado não apenas pelos livros, artigos, canais de divulgação do conhecimento etc., mas especialmente pela sedução representada pelos professores/pesquisadores. Comprometidos e apaixonados pelas teorias que mobilizam, reconhecidos pela contribuição que representam na área e, conseqüentemente, na sociedade e na vida profissional e pessoal dos *iniciantes*, eles vão despertando o gosto pelo conhecimento e

indiciando caminhos para as obrigatórias e difíceis opções. Essas opções têm a ver, portanto, também com paixão, impulsionando maneiras de abraçar determinadas vertentes e seus casamentos com outros campos do conhecimento, desenhando caminhos também para a vida profissional.

E nesse sentido que é preciso considerar que todas as teorias, em princípio, são boas. Todas precisam de estudiosos que as abracem, que a elas se dediquem, dando continuidade à descrição, análise e interpretação sistemática de línguas em movimento, de discursos, dessas maneiras especiais de ver o mundo, de conhecer e reconhecer a existência de povos, comunidades, parcelas sociais e culturais que lhes dão vida, em parceria total com a existência humana, em seus diferentes tempos, espaços, coerções, tensões brilhos e silenciamentos.

Nesse sentido, as pesquisas voltadas para o discurso têm a notável característica de, ao definir a complexidade de seu objeto, necessitar, por vezes, do auxílio de olhares já construídos cientificamente em outros campos do estudo da linguagem, caso da fonologia e da fonética, por exemplo, em suas articulações com a sociolinguística e com diferentes perspectivas discursivas. Ou mesmo da morfologia, da morfossintaxe, das semânticas enunciativa ou formal. São conquistas teóricas, científicas, dessa ampla área denominada estudos da linguagem que, os estudos discursivos podem incorporar, dependendo de suas necessidades descritivas, analíticas, interpretativas, desde que, de uma perspectiva epistemológica, não haja incompatibilidades. A seguir, são apresentadas algumas articulações possíveis.

Termos podem ser sinônimos, ainda que imperfeitos. Conceitos apontam, necessariamente, para diferentes lugares teóricos

A afirmação de que a linguagem é uma condição humana, um diferenciador do ser humano entre todos os outros animais, incluindo os que têm um sofisticado sistema de comunicação, é um tópico dos estudos linguísticos, enunciativos e discursivos que

pode ser abordado a partir de diferentes e promissoras perspectivas teóricas. O apoio em uma delas, entretanto, mesmo conhecendo e reconhecendo as diversas outras existentes, dependerá da afinidade filosófica, linguística, discursiva, ou de outra natureza, do pesquisador com a reflexão nela construída e com o acontecimento discursivo que ele pretende focalizar. Assim sendo, é possível empreender uma discussão rigorosa a respeito da distância existente entre *termos* da língua e *conceitos* cunhados em teorias específicas, partindo, por exemplo, das diferenças existentes entre *língua*, *linguagem*, *discurso* e *comunicação*.

Para tanto, a escolha pode recair sobre a refinada e potente teoria da enunciação de Émile Benveniste (1902-1976), a qual se encontra reunida basicamente em dois tomos: *Problemas de linguística geral I e II* (1988; 1989). Essas coletâneas, que os especialistas têm mobilizado desde a década de 1960, quando elas tiveram sua primeira edição, têm conhecido complementações por meio de vários outros estudos e pesquisas, incluindo as descobertas em arquivo do autor. Cabe aqui, para efeito dessa reflexão, a distinção existente entre *linguagem humana* e *comunicação animal*, que se encontra, de forma específica, no texto “Comunicação animal e linguagem humana” (1988, p. 60-67) e pode ser complementada com o ensaio “Da subjetividade na linguagem” (1988, p. 284-293).

No primeiro estudo, depois de historiar as pesquisas sobre a sofisticada comunicação das abelhas, o linguista apresenta várias e essenciais diferenças entre essa forma de comunicação e aspectos constitutivos da linguagem humana. Dentre elas, destaca:

Uma diferença capital aparece também na situação em que se dá a comunicação. *A mensagem das abelhas não provoca nenhuma resposta do ambiente, mas apenas uma certa conduta que não é uma resposta*. Isso significa que *as abelhas não conhecem o diálogo que é a condição da linguagem humana*. Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana. [...] no diálogo, a referência à experiência objetiva e a reação à manifestação linguística se misturam livremente, ao infinito. A

abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem. (BENVENISTE, p. 65; destaque meu)

Benveniste conduz científica e minuciosamente a questão, trazendo à luz o entendimento de que a *linguagem humana* envolve (ao menos) duas dimensões que implicam diálogo: a linguística, que diz respeito à organização da mensagem envolvendo interlocutores em atividade comunicativa, e a enunciativa, que se refere à forma pela qual os interlocutores se enunciam na e pela linguagem, tornando-se *sujeitos* da enunciação. A comunicação das abelhas, por sua vez, ainda que extremamente sofisticada, não pode ser reconhecida como *linguagem*, no sentido benvenistiniano. Isso porque essa forma de comunicação não possibilita aos *indivíduos* dessa espécie enunciarem-se enquanto sujeitos (falantes). Esse é um fator que vai sendo perseguido por Benveniste nesse trabalho, o qual participa, juntamente com muitos outros, da configuração de sua *teoria enunciativa*.

Se isso vai sendo demonstrado ao longo do texto, a passagem a seguir pode ser considerada exemplar no aspecto referente ao fato de que a comunicação das abelhas não acontece a partir de um *sistema* formado por *signos* e *leis combinatórias* (dimensão linguística) impossibilitando, do ponto de vista científico, sua análise em componentes discretos, conforme acontece com as línguas, com a linguagem humana:

A mensagem das abelhas não se deixa analisar. Não lhe podemos ver senão um conteúdo global, ligando-se a única diferença: a posição espacial do objeto relatado. É impossível, porém, decompor esse conteúdo nos seus elementos formadores, nos seus “morfemas”, de maneira a fazer corresponder cada um desses morfemas é um elemento do enunciado. A linguagem humana caracteriza-se justamente aí. Cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações - de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer tudo. (1988, p. 66)

Em “Da subjetividade da linguagem”, dando continuidade à diferença entre linguagem e comunicação, de uma perspectiva enunciativa, Benveniste discute, dentre outras coisas, a razão de a linguagem não poder ser tomada como um instrumento, como acontece em várias outras teorias: “Falar de instrumento é colocar em oposição o homem e a natureza [...] A linguagem está na natureza do homem [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem” (1988, p. 285). Dessa maneira, introduzindo a questão da *subjetividade*, que em outros momentos ele caracterizará como *intersubjetividade*², ele também deixará clara sua concepção de *discurso: produto da enunciação*. Para tanto, ele retoma a questão dos pronomes pessoais, e das dêixis em geral, para explicitar a dimensão subjetiva da linguagem como uma propriedade da linguagem humana, diretamente ligada ao conceito de *sujeito* enquanto *locutor*:

A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. [...] Ora, essa ‘subjetividade’[...] não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É o ‘ego’ que diz ego. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo status linguístico da ‘pessoa’³ (1988, p. 286).

Fica claro, portanto, que essa concepção de *linguagem* envolve a perspectiva estruturalista de *sistema*, à qual Benveniste agrega a *dimensão enunciativa*, na qual o sujeito/locutor se enuncia, se faz sujeito, na e pela linguagem. O retorno do sujeito aos estudos linguísticos, ainda que na figura do *falante*, sem dúvida representa uma revolução epistemológica, que abre uma brecha no estruturalismo linguístico. A comunicação das abelhas, por sua vez, não responde a esses dois aspectos, segundo o autor, definidores da linguagem humana. Essa dimensão enunciativa,

² Para maior detalhamento da questão, ver Brait (2006b)

³ Sabemos que a teoria enunciativa se articula a partir de três pilares: a pessoa (*eu*), o espaço (*aqui*) e o tempo (*agora*).

magnificamente arquitetada por Benveniste, não significa que os conceitos de *língua, linguagem, discurso, interlocutor* e *sujeito* transitarão intactos pelas perspectivas discursivas, especialmente as *análises do discurso* (ADs). Cada uma delas terá sua própria maneira de conceber epistemologicamente esses conceitos.

É possível, entretanto, como acontece na Análise Dialógica do Discurso (ADD)⁴, mobilizar a concepção enunciativa de Benveniste como parte de um arcabouço em que os aspectos *linguísticos* e *enunciativos* de um enunciado, ou de um conjunto de enunciados, auxiliam a análise do tecido discursivo que os constitui, expondo interlocutores, sujeitos, formas específicas de interlocuções discursivas, espaços, tempos, por meio da observação criteriosa da materialidade linguístico-enunciativa, configurada por traços essenciais para atingir a dimensão discursiva. Mais adiante, algumas análises ajudarão a esclarecer o ponto de vista dialógico, advindo de Bakhtin e o Círculo, que sem se confundir com a perspectiva essencialmente enunciativa, reconhece a dimensão linguístico-enunciativa por meio da qual um sujeito social, cultural, histórico se enuncia, mobilizando e sendo mobilizado por discursos. Sendo dialógico, discursivo, o pensamento bakhtiniano vai além da dimensão enunciativa da linguagem.

Nesse sentido, para o pensamento bakhtiniano, que engloba os vários pensadores do Círculo, diferentemente do que compreende Benveniste, a *enunciação* não é o *processo* do qual o *discurso* é o *produto*. Enunciação e enunciado estão amalgamados, como revela a palavra em russo. “Enunciado: no original (*viskázivanie*). [...] Bakhtin nunca fez nenhuma distinção entre o produto do discurso e o ato de sua produção” (BEZERRA, 2015, p. 246). Portanto, da perspectiva dialógica, o pesquisador terá no *discurso*, que integra enunciado/ enunciação, seu *objeto* de estudo, ou seja, “a língua em sua integridade concreta e viva”. Isso implica um olhar não somente para o *falante*, para o *locutor*, mas para os sujeitos discursivos constituídos no enunciado concreto, participantes

⁴ Ver, para maior clareza, trabalhos de Brait (2006a, 2012, 2020, 2022).

ativos de redes discursivas instauradas e mobilizadas histórica, social, culturalmente.

Aqui, para respaldar e esclarecer esse posicionamento, ou seja, de que a teoria enunciativa de Benveniste, mesmo apresentando diferenças de fundo em relação ao pensamento bakhtiniano, pode ser mobilizada em determinados casos como elemento auxiliar da análise, sem incompatibilidades epistemológicas, é necessário retomar Bakhtin, no exato momento em que ele se propõe a fazer, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, “Algumas observações metodológicas prévias” à sua exposição a respeito de “O discurso em Dostoiévski”.

Intitulamos este capítulo “O discurso em Dostoiévski” porque temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por esse motivo as nossas análises subsequentes não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalinguística subtendendo-a como um estudo - ainda não constituído em disciplinas particulares definidas - daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam - de modo absolutamente legítimo - os limites da linguística. As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a linguística e devem aplicar os seus resultados. A linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto muito complexo e multifacético - o discurso -, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente, e não se fundir. Na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência. (BAKHTIN, 2008, p. 207; itálico do autor, sublinhado meu)

Essa é uma definição de *discurso* como objeto da *metalinguística*, uma disciplina ou conjunto de disciplinas que o pensador russo estava propondo naquele momento e que, hoje, explicita-se como uma vertente dos estudos discursivos

contemporâneos, podendo ser entendida como Análise Dialógica do Discurso (ADD), inteiramente derivada do conjunto dos estudos dos pensadores do Círculo e das pesquisas desenvolvidas, especialmente no Brasil, desde os anos 1970. A Análise Dialógica do Discurso (ADD) diferencia-se, do ponto de vista epistemológico, teórico e metodológico, das demais análises do discurso, caso, por exemplo, da AD francesa e suas vertentes contemporâneas, assim como da Análise Crítica do Discurso.

É curioso observar, no trecho citado, a maneira como Bakhtin diferencia a *metalinguística* da *linguística*, apresentando-as como necessárias e complementares, explicitando que elas não se fundem ou confundem de um ponto de vista teórico e metodológico, justamente porque trabalham a linguagem a partir de *objetos diferentes*. Segundo ele (e isso poderá ser constatado não apenas nos estudos por ele desenvolvidos, mas também nas obras dos demais membros do hoje denominado Círculo), “As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a linguística e devem aplicar os seus resultados”.

Mais adiante, dando continuidade à definição da metalinguística e de seu objeto, que segundo ele deve, necessariamente, ser abordado pelo ângulo dialógico que o constitui, Bakhtin afirma:

As relações dialógicas (inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria fala) são objetos da metalinguística.

[...]

Na linguagem, enquanto objeto da linguística, não há e nem pode haver quaisquer relações dialógicas: estas são impossíveis entre os elementos no sistema da língua (por exemplo, entre as palavras no dicionário, entre morfemas, etc.) ou entre elementos do “texto” num enfoque rigorosamente linguístico deste.

[...] Assim, as relações dialógicas são extralinguísticas. Ao mesmo tempo não podem ser separadas do campo do *discurso*, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles qual a usam.

[...]

Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isto, tais relações devem ser estudadas pela metalinguística, que ultrapassa os limites da linguística e possui objeto autônomo e metas próprias. (BAKHTIN, 2008, p. 208-209; itálicos meus)

É necessário reafirmar que, por essa forma de reconhecer possibilidades de abordar a linguagem, uma análise dialógica do discurso, denominada *metalinguística* por Bakhtin⁵, poderá mobilizar a materialidade linguística e enunciativa, especialmente como tratadas por Benveniste. Essa poderá ser uma das estratégias para iniciar o estabelecimento de relações dialógicas que, não estando prontas e definidas de uma vez por todas, dependerão da maneira como o pesquisador se aproxima teórica e metodologicamente de enunciados concretos e da forma como esses estão arquitetados linguística, enunciativa e discursivamente. Enquanto contemplador analista, o pesquisador é necessariamente um participante da construção de sentidos, iluminando efeitos de sentido, a partir de seu lugar axiológico, de sua extraposição e de seu embate dialógico, alteritário, com o *corpus*, evento discursivo delimitado para estudo. Nessa interação prenhe de valores, a materialidade linguístico-enunciativa indicará, por assim dizer, as relações que vão sendo tecidas dialogicamente entre o pesquisador e o *corpus*.

Ponto de vista, corpus e objeto

Um outro aspecto importante, que deriva das reflexões feitas até aqui, é a articulação entre *ponto de vista, corpus e objeto*, a qual atravessa e, em certa medida define, as vertentes dos estudos da linguagem, aí incluídos os estudos discursivos. Como referido anteriormente, as escolhas teóricas e metodológicas vão constituindo o pesquisador, ou seja, aquele que observa, descreve, analisa, interpreta a língua em movimento, a língua em uso,

⁵ E que Todorov vai traduzir como *translinguística* (1981).

voltando-se para determinados *corpura* e configurando, a partir deles e do ponto de vista assumido, diferenciados *objetos*.

Para pensar a distinção entre *corpus* e *objeto*⁶, é possível evocar, inicialmente, Ferdinand de Saussure, o que pode parecer contraditório de um ponto de vista discursivo, mas que, de fato, representa um marco inicial para a discussão:

Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um *objeto linguístico concreto*; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão de uma ideia, como correspondente do Latim *nudum* etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que *é o ponto de vista que cria o objeto*. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 15; destaques meus)

Nesse trecho, Saussure toca em um aspecto importante, ao considerar que a *palavra* pode ser observada de diversificados pontos de vista, o que a torna *objeto diferenciado* em diferentes perspectivas. Cientificamente pensando, ela não é *algo* pronto e acabado antes de uma análise específica. Claro que essa afirmação desencadeia discussões, considerando-se que está no coração do estruturalismo clássico, de forma que nem todos irão concordar com isso. Aqui, entretanto, para demonstrar a hipótese de que cada um olha para a *língua em movimento* de um lugar axiológico específico o que, necessariamente, delinea, implica diferentes *objetos* a partir do mesmo *corpus*, a constatação saussureana pode ser retomada, *mutatis mutandis*, de uma perspectiva dialógica.

Em artigo intitulado “Corpus e objeto em perspectiva dialógica: uma análise em obras de M. Bakhtin”, a pesquisadora Elizabeth Queijo declara, no início do resumo, ter como objetivo discutir, “por meio da análise dos estudos desenvolvidos por Mikhail Bakhtin a propósito da obra de Fiódor Dostoiévski e François Rabelais [...], as fronteiras e a relação entre *corpus* e *objeto*”,

⁶ A respeito da diferença entre *corpus* e *objeto*, ver Queijo (2022a).

para, ao final, afirmar: “os resultados revelam que, ainda que *corpus* e *objeto* se apresentem *a priori* amalgamados, é a imprescindível relação do autor-pesquisador com esse *corpus* que vai, gradualmente, destacando o objeto (QUEIJO, 2022a, p. 89). A ideia está muito bem desenvolvida nesse texto e, também, em sua tese de doutorado *O método dialógico em Bakhtin*, defendida no LAEL/PUC-SP (QUEIJO, 2022b). O discurso teórico bakhtiniano e seu fazer investigativo são os motores dessa excelente e original pesquisa, que enfrenta a questão das especificidades do *método dialógico*, especialmente em Bakhtin, mas com fortes relações com os escritos de Volóchinov e Medviédev.

Não se trata, portanto, de mobilizar novamente a ideia de um sistema abstrato e imutável, como científica e legitimamente defendia Saussure (mesmo que ele não tenha sido evocado por Elizabeth Queijo em seu artigo e em sua tese), mas da retomada de uma questão, por ele proposta, que volta a ser pensada em diferentes momentos, de diversificadas maneiras, e, neste trabalho, pelas lentes da perspectiva dialógica de estudo de discursos. Apoiada sobretudo na noção de *alteridade*, essa análise-teoria dialógica do discurso sublinha que cada pesquisador, ou grupo de pesquisadores, focaliza, ilumina o que lhe interessa para entender um enunciado ou conjunto de enunciados, a partir, não de uma postura pronta e imutável, mas de um *embate alteritário* com o *corpus*, esse *sujeito discursivo* que fala, que por vezes silencia, que polemiza com o analista. E é isso que permite ao pesquisador delinear um objeto singular, único, entrevisto a partir de centros de valores em tensão.

Na sequência, alguns recortes de *corpus*, colocam em movimento a relação constitutiva entre *ponto de vista*, *corpus* e *objeto*.

O poema se deixa ver por lentes linguísticas e/ou literárias

O primeiro recorte recai em um pequeno trecho do poema “Jaguadarte” [Jabberwocky], de Lewis CARROLL [1832-1898], presente em CAMPOS, A.; CAMPOS, H. (1971).

“Jaguadarte” “Jabberwocky”

Era briluz. As lesmolisas touvas Twas brillig, and the slithy toves
Roldavam e relviam nos gramilvos. Did gyre and gimble in the
wabe:

Estavam mimsicais as pintalouvas, All mimsy were the borogoves,
E os momirratos davam grilvos. And the mome raths outgrabe.

“Foge do Jaguadarte, o que não morre!” Beware the Jabberwock, my
son!

Garra que agarra, bocarra que urra! The jaws that bite, the claws that
catch!

Foge da ave Felfel, meu filho, e corre Beware the Jubjub bird, and
shun

Do frumioso Babassurra! “The frumious Bandersnatch!”

[...]

Tratando-se um discurso artístico, literário, a abordagem poética, estética, interessada na relação *nonsense*, criativa, inovadora, inusitada e humorada, a qual se estabelece na articulação entre material, forma e conteúdo, é a mais esperada. O poema parece escrito em outra língua, tanto no original inglês quanto em sua tradução para o português. Um limiar entre o que o leitor conhece e o que desconhece se instaura, por meio de um discurso *colorido*, em que os sons se fazem ouvir, os movimentos se propagam, personagens se locomovem em um espaço idílico e em um tempo mítico.

Mas um linguista atento, leitor de poemas, amante de literatura em geral, pode resolver trazer esse poema para a sua classe de *Introdução aos estudos da linguagem*. O ponto de vista dele será o do linguista, do interessado nos estudos da linguagem pela perspectiva linguística em suas diferentes vertentes. E uma estratégia possível será, depois da leitura e do despertar do interesse dos alunos, instigá-los a refletir sobre o que estão entendendo e o que não estão, por meio de perguntas também estratégicas, caso de “Quais seriam os elementos novos, desconhecidos, que capturam a atenção do leitor? E partir da

resposta dos alunos o professor/linguista demonstrará que o que funciona de imediato como um obstáculo, como estranhamento, é o léxico. Ou seja, *briluz, lesmolisas, relviam, gramilvos, pintalouvas* etc., no sentido de que essas palavras não estão no dicionário. Mas que poderiam perfeitamente estar, pois sua construção segue rigorosamente as normas da formação de palavras da língua portuguesa.

Como linguista, o professor vai descrever cada uma delas em sua legítima possibilidade de existência, apelando para o funcionamento sistemático da língua. Ele se esforçará para demonstrar que, do ponto de vista da fonologia, da fonética, da morfologia, etc., essas palavras, assim como o todo do enunciado poético, seguem exatamente as combinatórias linguísticas previstas na língua, aí incluídas as estruturas sintáticas. É possível, porém, que aula esteja sendo dada em conjunto com seu colega da teoria literária ou da análise do discurso poético.

E esse colega, partindo da novidade do léxico e seus efeitos de sentido, poderá, por exemplo, explorar o *jogo entre o diferente e o conhecido*, mostrado pelo professor linguista, reiterando a transversalidade desse mote na estrutura narrativa do poema. À primeira vista, demonstrará que essa estrutura pode parecer completamente nova, mas uma observação mais acurada, apontará para uma organização canônica, conhecida e reconhecida (ainda que não racionalmente em um primeiro momento), característica dos contos populares, dos contos de fada. E lançando mão de exemplos, sinalizará, como exemplo, que o verbo ser no imperfeito “Era” (de era uma vez...) instaura um tempo-espaço mítico e cíclico, por onde transitam criaturas fantásticas, heróis, anti-heróis, em constantes deslocamentos, enfrentando desafios, lutas, chegando a um clímax, retornando ao espaço-tempo inicial (a primeira e a última estrofe são idênticas). Esse universo, criado pelos efeitos das combinatórias linguísticas, poeticamente exploradas enquanto sonoridade, ritmo, movimento, visualidade colorida, delineia o acontecimento, tecido no limiar entre o conhecido e o desconhecido. Ou seja, *o mesmo*, advindo da memória coletiva,

onde se situa a linguagem artística e a cotidiana, é radicalmente *outro*, novo e original.

Portanto, a partir de um mesmo *corpus*, onde o pesquisador da literatura, da poesia delinearía um *objeto literário, poético, estético*, o pesquisador da linguagem não artística vai dar contornos a um *objeto linguístico*. E esses desenhos de diferentes objetos indiciam, pelas posições enunciativas disseminadas nos discursos teóricos que conduzem didática e cientificamente as reflexões, sujeitos discursivos, seus valores, assim como os discursos teóricos que os constituem e são por eles mobilizados.

Enunciado cotidiano ou artístico?

Dando sequência a esta reflexão, um outro recorte de *corpus*, também literário, demonstra que o estudioso da linguagem, no caso um pensador do Círculo, escolhe um *corpus* (ou é escolhido por ele...) e olha-o a partir de seu *ponto de vista estilístico dialógico*, delineando um objeto discursivo, por meio de uma análise refinada, constituída e mobilizada a partir de princípios fundantes da perspectiva dialógica do Círculo, explicitada via análise e não apenas teoricamente.

Esse é o caso de Valentín Volóchinov (1895-1936), que em um dos seus artigos, “Estilística do discurso literário II: A construção do enunciado”, datado de 1930, portanto um ano após a primeira edição de *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, dedica-se à discussão de um dos conceitos fundantes dos estudos bakhtinianos, da análise dialógica do discurso, que é *enunciado*. Para concretizar como se dá a *construção do enunciado* ele vai escolher trechos de *Almas mortas*, de Nikolai Gógol (2019/1842), constituindo-os como *corpus* para, por meio de uma minuciosa análise, delinear seu *objeto discursivo* e não literário.

A tradução brasileira aqui utilizada (VOLÓCHINOV, 2019, p. 266-305), realizada a partir do russo e baseada em fontes primárias, traz, no título, o termo *estilística*, designando um ponto de vista

particular: a perspectiva sob a qual a construção do enunciado será explicitada, esmiuçada, compreendida.

Aqui é necessário lembrar que a questão do estilo, quer dos gêneros, quer dos falantes, dos *sujeitos discursivos*, está fortemente presente nos trabalhos do Círculo, de forma especial em Volóchinov e Bakhtin⁷. Para Volóchinov, por exemplo, o estilo decorrente de um homem singular e sua maneira individual e expressiva de mobilizar a língua, como afirmou Buffon (1707-1788), não dá conta da relação eu/outro, autor/ouvinte/leitor implicada socialmente na construção de um *estilo*.

“O estilo não é o homem”, mas podemos falar que o estilo é, pelo menos, dois homens, mais precisamente, o homem e seu grupo, social na pessoa de seu representante autorizado, ou seja, o ouvinte que é um participante constante do discurso interior e exterior do homem. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 143)

Essa perspectiva vai instaurar um procedimento estilístico de análise e interpretação dos enunciados, que pode ser recuperado nas análises mobilizadas pelos pensadores do Círculo, diferenciado dos fundamentos de uma estilística clássica, filológica, por assim dizer, em suas diferentes, legítimas e produtoras vertentes. No artigo escolhido, que é mais precisamente um ensaio, a presença do termo *estilística* se encontra na primeira parte do título⁸, sublinhando uma maneira de conceber a análise, de enfrentar a construção de um enunciado concreto, quer artístico ou não, dimensão que percorre toda obra do autor. Nesse sentido, essa estilística de teor dialógico diferencia-se por assumir a questão da *alteridade* como cerne do estilo.

⁷ Para maiores detalhes e aprofundamento da questão do estilo nos estudos bakhtinianos, ver Brait (2005, p. 79-102).

⁸ O mesmo termo está presente em dois outros artigos: “Estilística do discurso literário I: O que é linguagem/língua (1930)” (VOLÓSHINOV, 2019, p. 234-265) e “Estilística do discurso literário III: A palavra e sua função social (1930)” (VOLÓSHINOV, 2019, p. 306-336).

Ela é compartilhada por Bakhtin, como se observa em suas magníficas análises das obras de Dostoiévski e de Rabelais, e está constituída a partir do conjunto de conceitos fundantes do pensamento bakhtinano, assim como dos princípios teóricos e metodológicos que o caracterizam. Para concretizar-se, essa estilística dialógica enfrenta a língua em movimento, seus sujeitos em interação discursiva, concebendo e levando em conta tanto o estilo dos enunciadores, quanto o do gênero em que o enunciado se constitui, mobilizado a partir de determinada esfera da atividade humana. Assim, é essa *estilística dialógica* que, ao enfrentar os gêneros que circulam no cotidiano, tenta desvendar a construção dos enunciados cotidianos, demonstrando que o estilo de um falante, de um sujeito discursivo, sofre variações, que dependem, nas palavras de Volóchinov, da situação específica, do auditório, das posições, dos valores que constituem os interlocutores e, necessariamente, do contexto mais amplo que os abrange.

Antes de trazer a análise realizada por Volóchinov, no texto “Estilística do discurso literário II: A construção do enunciado”, um exemplo bastante significativo da mobilização do procedimento estilístico dialógico encontra-se na obra *Questões de estilística no ensino da língua* (BAKHTIN, 2013), na qual o pensador russo apresenta seu lado professor, imerso na sala de aula, tendo de ensinar sintaxe. Para tanto, juntamente com os alunos e suas produções escritas, ele vai articular gramática e estilística, afirmando:

As formas gramaticais não podem ser estudadas sem que se leve em conta seu significado estilístico. Quando isolada dos aspectos semânticos e estilísticos da língua, a gramática inevitavelmente degenera em escolasticismo. (BAKHTIN, 2013, p. 23)

Pode-se observar que a questão de uma *estilística dialógica* perpassa os escritos do Círculo, mesmo quando é necessário pensar a língua de um ponto de vista gramatical.

Voltando a Volóchinov e sua perspectiva estilístico-dialógica, observa-se que ao logo do texto ele vai expondo teoricamente os

elementos que participam da construção de um enunciado cotidiano, destacando, nos cinco primeiros itens, a relação social e a interação discursiva, o discurso monológico e o discurso dialógico, a dialogicidade do discurso interior, a orientação social do enunciado, a parte extraverbal subentendida do enunciado, dentre outros aspectos. É no item 6. “A situação e a forma do enunciado; a entonação, a escolha das palavras e a disposição das palavras” e no item 7. “A estilística do enunciado cotidiano”, que ele procede à análise minuciosa de um *corpus*. Não se trata de uma aplicação da teoria, mas de dar vida ao arcabouço teórico-metodológico, a partir de um evento discursivo. O fato de esse *corpus* ser literário será motivo de uma explicação do autor, considerando que seu objetivo primeiro é explicitar *a construção do enunciado cotidiano*.

É claro que o procedimento de simular a interpretação de um enunciado literário como um enunciado cotidiano, realizado historicamente, é algo perigoso do ponto de vista científico e admissível apenas em casos excepcionais. Entretanto, como não temos um disco de gramofone que pudesse nos transmitir uma gravação real de uma conversa entre pessoas vivas, temos que fazer uso do material literário, é claro, considerando o tempo todo sua natureza artística específica.

Assim, tomemos por enquanto a ficção que reflete a vida pela própria vida [...] resta-nos mostrar *como* uma dada situação e um auditório encontram sua *expressão* na construção de um gênero cotidiano já definido e acabado: o diálogo entre pessoas que estão se conhecendo e que se encontram em diferentes degraus da escala sócio-hierárquica. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 294-295)

Sem dúvida, não se trata de uma leitura literária, embora, fatalmente, a escritura de Gógol salte aos olhos do leitor. De fato, é a análise empreendida por um estudioso da linguagem, por um analista de discurso, por um ourives olhando para os detalhes linguísticos-enunciativos-discursivos, para as nuances que implicam a construção dos sentidos, para elementos específicos

dessa construção do enunciado num evento cotidiano. Esse acontecimento é surpreendido como *gênero cotidiano*, aparentemente simples, isto é, momento em que uma pessoa se apresenta a outra. Nesse caso, as *peçoas* aí implicadas caracterizam-se por ser uma delas, Bietríchev, respeitável, importante, e a outra, Tchítchikov, menos importante, mas de aparência bastante “respeitável”, segundo a voz narrativa, e que será responsável, enquanto voz, por importantes estratégias discursivas. Nessa interação discursiva prevista social e discursivamente, os interlocutores serão considerados, por Volóchinov, em sua condição de sujeitos discursivos, a partir das enunciações de cada um, de suas entonações, de suas posições valorativas, da forma como essas enunciações se articulam dialogicamente, constituindo o enunciado por meios dos discursos de diferentes fontes.

A análise de Volóchinov é longa, detalhada, minuciosa, demonstrando o quanto os membros do Círculo chegam a conceitos teóricos mobilizando cientificamente *corpus*. Se aqui é a *construção do enunciado* e o *estilo* de um dos interlocutores, entrevistados a partir de uma *interação discursiva*, de um *gênero cotidiano*, desvelando o pulo do gato, por assim dizer, em Bakhtin vai acontecer coisa semelhante quanto do advento do conceito de *polifonia*, surpreendido pela análise da materialidade discursivo-estético-filosófica das obras de Dostoiévski.

É com lupas e instrumental teórico metodológico afinado e refinado que Volóchinov trabalha a *situação* e a *forma do enunciado*; a *entonação*, a *escolha* e a *disposição das palavras*. Ele vai tirando consequências desse procedimento para a compreensão das particularidades dessa interação discursiva, de enunciado concreto que aí se realiza, mostrando a predominância de palavras e expressões emprestadas do *discurso religioso* e *livresco*, assim como a grande quantidade de palavras e expressões “descritivas”, dentre outras minúcias recuperadas no fio da materialidade linguística e enunciativa. Ele constata que é a interrelação entre os sujeitos discursivos que vai determinando o estilo de cada um, por vezes

subvertendo o próprio estilo do gênero, como acontece com Tchitchikov.

O que então é mais característico na construção desse enunciado? Desconsideraremos o próprio conteúdo do discurso de Tchitchikov, relacionado, é claro, ao conteúdo geral da obra [*Almas mortas*], e nos deteremos só na sua forma. [...]

[...] resta-nos mostrar *como* uma dada situação e um auditório encontram sua *expressão* na construção de um *gênero cotidiano* já definido e acabado: *o diálogo entre pessoas que estão se conhecendo e que se encontram em diferentes degraus da escala socio-hierárquica*.

[...] O fragmento citado encerra dois temas [...] são *entoados* com um respeito e uma autodiminuição extremos. [...] *ao considerar a expressão por meio dos gestos da orientação social dos enunciados de Tchitchikov, orientação apontada pelo “discurso autoral” (“Inclinando respeitosamente a cabeça para o lado” e “sentando não no meio da poltrona, mas na diagonal”, e segurando com a mão braço da poltrona...”*, não podemos duvidar de que *a entonação corresponde bem à transformação de “águia em perdiz”* (VOLÓCHINOV, p. 294-295-296, destaques meus).

O projeto estilístico de Tchitchikov, que segundo Volóchinov é “construir seu enunciado de modo que sua personalidade se torne a mais imperceptível possível”, vai sendo observado pelo analista na *omissão do pronome pessoal*, na *ausência da alusão gramatical à pessoa do falante*, assim como na *mobilização do verbo no passado e não no presente*, como seria esperado na *gênero apresentação*, o *encurtamento da frase*, a *troca do acusativo pelo dativo* (Vossa Excelência/A Vossa Excelência), ou seja, nas *filigranas semânticas, sintáticas, entonacionais e rítmicas* que vão construindo a “*insignificância*” de Tchitchikov e a *importância do interlocutor*.

Volóchinov pretende demonstrar, e demonstra, que o gênero cotidiano “*apresentação*”, que praticamente não admite muitas inovações, nesse caso inova com a *introdução de nuances, tons, transformação da construção semântica e até gramatical da frase*. Para isso, considera o tamanho da frase, o lugar por ela ocupado, assim

como seu funcionamento, mostrando a dimensão sonora em conjunção com a avaliativa e os efeitos de sentido causados por essa articulação. Observa que as “massas verbais que possuem um fluxo extremamente suave e rítmico” auxiliam a compreensão do ritmo *do discurso prosaico*.

Ele também cuida da dimensão visual, da gestualidade, das posições que produzem sentidos e que se articulam à expressão verbal dos interlocutores, concretizando e evidenciando, discursivamente, o distanciamento social existente entre eles. Assim, o pensador russo, que desenvolve a análise ao longo de várias páginas, interpreta a verbo-visualidade dessa interação discursiva extraída de *Almas mortas*, oferecendo ao leitor um procedimento estilístico dialógico exemplar, especialmente para que se enxergue como se dá uma análise que concretiza essa perspectiva, que leva em conta a concretude do discurso, trazendo para dentro da interação discursiva o extraverbal que a sustenta.

O detalhamento concretiza a ideia das *peculiaridades da construção de um enunciado cotidiano*, de uma interação discursiva, mobilizados por um gênero cotidiano de discurso bastante simples que, pela sua arquitetônica, torna-se extremamente sofisticado, configurando a entonação insinuante e bajuladora, por parte de um dos interlocutores, no seu projeto discursivo de parecer menor para cair no agrado do outro.

Volóchinov olha para a linguagem verbal e para as demais linguagens aí envolvidas, atingindo seus objetivos, ou seja, perscrutando um enunciado concreto, sua construção, e delineando pelo ponto de vista de uma estilística dialógica, um *objeto discursivo* que revela não apenas a tensão entre lugares sociais de poder, mas um projeto discursivo capaz de desestabilizar as expectativas em torno de um gênero cotidiano.

Não há álibi para o ponto de vista

Para finalizar este trabalho, um mini *corpus*, formado na verdade apenas por uma pequena lista de seis enunciados, foi

delimitado a partir de uma variação linguística atual, contemporânea, presente em enunciações que funcionam como a saudação inicial de um sujeito discursivo ao iniciar (ou finalizar) uma palestra, uma aula, um curso, ou uma interação discursiva de outra natureza que exija esse protocolo. Dentro desse espectro, foram recolhidas variantes aparentemente muito simples, com o objetivo de reiterar a hipótese aqui mobilizada de que as enunciações, de uma perspectiva discursiva, expõem os sujeitos, sua língua, seus discursos, aí incluído o pesquisador e o discurso teórico que ele escolhe, o qual indicia o ponto de vista que possibilita a argumentação científica em torno de um evento linguageiro.

(i) *Boa tarde a todos*, que me honram com a presença nesta palestra.

(ii) *Boa tarde a todos e todas*, que me honram com a presença nesta palestra.

(iii) *Boa tarde a todas e todos*, que me honram com a presença nesta palestra.

(iv) *Boa tarde a todos, todas e todes*, que me honram com a presença nesta palestra.

(v) *Boa tarde a todes, todas e todos*, que me honram com a presença nesta palestra.

(vi) *Boa tarde a todas as pessoas* que me honram com a presença nesta palestra.

De antemão, é necessário declarar que a escolha das variantes de gênero não visa uma entrada científica na discussão a respeito de linguagem binária e não binária, objeto de pertinentes reflexões de estudiosos e adeptos de uma das possibilidades. A expressão *todes*, por exemplo, presente em alguns dos enunciados elencados, tem suscitado de forma legítima, do ponto de vista dos estudos linguísticos, enunciativos e discursivos, a constituição de diferentes *objetos*. Aceitando-se a ideia apresentada neste trabalho sobre o *plurilinguismo epistemológico*, que se espraia como *plurilinguismo teórico* e *metodológico*, é possível, sem dúvida, considerar pertinente

a abordagem da questão do *gênero* pela perspectiva do *sistema linguístico*. Essa, entretanto, consideradas as relações existentes entre linguagem e vida, não é pode ser um ponto de vista que exclua outras possibilidades, tais como, por exemplo, as enunciativas e discursivas.

Olhar esse mini *corpus* por uma outra perspectiva que não a exclusivamente linguística no sentido estrito, embora não se possa excluí-la, significa delinear outros *objetos*, expondo, pela dimensão enunciativa, por exemplo, as posições do *eu*, *aqui*, *agora*, do falante que enuncia e se enuncia, segundo a teoria enunciativa de Emile Benveniste, já referida neste trabalho.

É possível pensar que, precisamente por essa condição enunciativa da língua atualizada em uma situação concreta de enunciação, ou seja, da língua se realizando histórica e socialmente em um tempo, em um lugar, a partir de um sujeito discursivo, que, assim como seu discurso, está atravessado constitutivamente pela *alteridade*, pela relação eu/outro, esse enunciado concreto, segundo a perspectiva dialógica, expõe a língua em movimento, assim como os discursos e os sujeitos (no plural) aí implicados ativa e responsivamente. Esses sujeitos discursivos, esses discursos, estão entretecidos por diferentes vozes, aqui entendidas como posições axiológicas, como centro de valores em tensão.

Essa é uma perspectiva discursiva que constitui seu *objeto* a partir de enunciados concretos, mostrando como a língua em movimento, na sua constituição linguística, enunciativa, discursiva, reflete e refrata os eventos da vida, os acontecimentos existenciais, as vivências experimentadas na vida e na e pela linguagem.

Nesse sentido, como mostrou Volóchinov em sua brilhante análise estilístico dialógica, a escolha das palavras e de sua ordem, por exemplo, constrói sentidos, efeitos de sentido, incluindo os sujeitos discursivos em relação, em interação discursiva, assim como os discursos que os constituem e estão por eles constituídos nos enunciados. Ao olhar para esse evento discursivo que é o enunciado em sua completude arquitetônica, apenas indiciada nos

enunciados escolhidos e no conjunto formado por eles, o pesquisador contemplador também se enuncia e põe em movimentos os discursos que o constituem.

Não é indiferente, do ponto de vista discursivo, a escolha de dirigir-se a um auditório unicamente pelo pronome *todos*, ou articular *todos* e *todas*, ou ainda, mais recentemente, *todos*, *todas* e *todes*. Se de uma perspectiva estritamente linguística o masculino plural dá conta, sistemicamente, da diversidade aí implicada, a inclusão de *todas* e *todes* vai apontar para movimentos historicamente situados, nos quais os sujeitos discursivos, enquanto vozes axiológicas, reivindicam seu não apagamento e o acolhimento da diversidade na vida e na linguagem. A ordem também diz muito sobre o enunciador, sobre o sujeito discursivo, sobre os discursos que o constituem, assim como sobre a possibilidade de fugir das implicações da mobilização desses pronomes por meio de uma substituição: “Boa tarde a *todas as pessoas* que me ouvem...”.

Seja qual for a escolha, seja qual for o debate legitimamente existente em torno das tensões indiciadas nas enunciações, nos enunciados concretos, os diferentes sujeitos discursivos aí envolvidos mostram sua cara, aí incluído o pesquisador e seu discurso teórico. Da perspectiva dialógica, Mikhail Bakhtin, um pensador dos momentos de crise, auxilia a discussão em pauta, quando teoriza, como já referenciado, a eterna tensão que se estabelece em uma língua, mobilizada entre *as forças centrípetas*, que tendem à unidade, a estabilização, a não mudança, e *forças centrífugas* que impulsionam mudanças, plurilinguisticamente.

Referências

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4. ed. revista e ampliada. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, M. **Questões de estilística no ensino de língua.** Tradução, posfácio e notas Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Apresentação Beth Brait. Organização e notas da edição russa Serguei Botcharov e Liudmila Gogotichvíli. São Paulo: Editora 34, 2013.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I.** Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. 2.ed. Campinas: Pontes, 1988. [1ª edição francesa 1966]

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II.** Trad. Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989. (1ª edição francesa 1974).

BEZERRA, P. Breve glossário de alguns conceitos-chave. *In:* BAKHTIN, M. **Teoria do romance I: A estilística.** Tradução, prefácio, notas e glossário Paulo Bezerra. Organização da edição russa Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.

BRAIT, B. Análise dialógica do discurso. *In:* Maria Carmen Aires Gomes; Juan Pablo Chiaparra; Joelma Siqueira Santana; Aparecida de Araújo; Ana Luiza Gediél. (Org.). **Estudos de linguística, ensino e literatura em múltiplas perspectivas.** Viçosa: Editora UFV/Universidade Federal de Viçosa/MG, 2022, v. 1, p. 101-108.

BRAIT, B. Perspectiva dialógica: um percurso brasileiro. *In:* BAGNO, Marcos; VIEIRA, Francisco Eduardo (orgs.). **História das línguas, história da linguística:** homenagem a Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2020.p. 41-60.

BRAIT, B. Perspectiva dialógica. *In:* BRAIT, B; SOUZA-e-SILVA, M. C. (orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012, p.9-29.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. *In:* BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2006a, p. 9-31.

BRAIT, B. **Enunciação e intersubjetividade.** *Letras*, (33), 2006b, p. 37–50. <https://doi.org/10.5902/2176148511922>

BRAIT, B. Estilo. *In:* BRAIT, B.(org.). **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 79-102.

CAMPOS, A. e CAMPOS, H. **Panaroma do Finnegans Wake.** Trad. Augusto de Campos. São Paulo: Perspectiva, 1971. [Edição bilíngue de fragmentos do *Finnegans Wake* de James Joyce]. [From *Through*

the Looking-Glass and What Alice Found There, 1872. [Através do Espelho].

GÓGOL, N. **Almas mortas**. 2. ed. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Editora 34, 2019. [1842]

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Bally, C. & Sechehaye (org.). Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

QUEIJO, Maria. Elizabeth da Silva. Corpus e objeto em perspectiva dialógica: uma análise em obras de M. Bakhtin. **Bakhtiniana. Revista De Estudos Do Discurso**, 17(2), Port. 89–117 / Eng. 93. <https://doi.org/10.1590/2176-4573p56746>

QUEIJO, Maria. Elizabeth da Silva. **O método dialógico em obras de M. Bakhtin**. 2022. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/26099>

SCHNAIDERMAN, B. Bakhtin 40 graus (Uma experiência brasileira com a sua obra). In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. 2. ed. 4ª. reimpressão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013, p.13-21.

TODOROV, T. **Mikahil Bakhtine: le prince dialogique suivi de écrits du Cercle de Bakhtine**. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

VOLÓCHINOV, V. Estilística do discurso literário I: O que é linguagem/língua (1930)". In: Volóchinov, V. (Círculo de Bakhtin). **A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica**; Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 234-265.

VOLÓCHINOV, V. Estilística do discurso literário II: A construção do enunciado. In: Volóchinov, V. (Círculo de Bakhtin). **A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica**; Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 117-130; p. 266-305.

VOLÓCHINOV, V. Estilística do discurso literário III: A palavra e sua função social (1930). *In*: Volóchinov, V. (Círculo de Bakhtin). **A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica**; Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 306-336.

A FILOSOFIA BAKHTINIANA DE LINGUAGEM E A PERTINÊNCIA DA VERBIVOCOVISUALIDADE

Luciane de Paula¹

José Antonio Rodrigues Luciano²

Introdução

Pelo menos desde os anos 80, o pensamento bakhtiniano tem nos provocado a refletir acerca da pertinência dos autores russos que compuseram o Círculo de Vitebsk para análises de diferentes materialidades semióticas, que constituem a humanidade. Pesquisadores e pesquisadoras, nacionais e internacionais, têm se debruçado sobre as formulações bakhtinianas ao longo dos séculos XX e XXI, a fim de encontrarem fundamentos para suas análises e interpretações da vida social.

Alguns dos expressivos trabalhos partem de categorias bakhtinianas específicas (como diálogo, discurso, cultura popular, gênero discursivo, cronotopo, exotopia, esfera de atividade humana, ética e estética, entre outras). No que concerne aos signos visuais, destacamos Stam (1982; 1989; 1992), Haynes (1995; 2013), Wall (2014; 2015); no que se refere à música, citamos Cook & Everist

¹ Docente do Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação (DELLE) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), do Câmpus de Assis, credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa do Câmpus de Araraquara e ao ProfLetras/ UNESP. Coordenadora do GED – Grupo de Estudos Discursivos (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1727-0376>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9546185363173636>. E-mail: lucianedepaula1@gmail.com

² Doutorando no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Araraquara, e membro do GED - Grupo de Estudos Discursivos (UNESP). Apoio CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1748-8279>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4301370177650518>. E-mail: trodrigues01.tr@gmail.com.

(2001), Dixon (2007), Cassotti (2009), Nassif Schroeder & Schroeder (2011); no teatro, McCaw (2015) é um ícone; além da noção de verbo-visualidade, proposta por Brait (2009), a partir da Análise Dialógica do Discurso (ADD), assim também nomeada pela pesquisadora.

No esteio desse movimento, nossas pesquisas, desenvolvidas há 13 anos no Grupo de Estudos Discursivos (GED) têm se voltada para o tema da tridimensionalidade verbivocovisual (Paula, 2014; 2017) presente na concepção filosófica da linguagem elaborada pelo Círculo “B.M.V.” (Vauthier, 2010). São pesquisas de fôlego em diversos níveis (Pós-Doutorado, Doutorado, Mestrado, Iniciação Científica, na Graduação e Ensino Médio³), muitas delas atreladas ao ensino e à extensão, voltadas a diferentes objetos, materialidades e enfoques, todas centradas na concepção de linguagem bakhtiniana, bem como em sua pertinência para análises enunciativas de modo teórico-metodológico-analítico. Destacam-se, na temática específica da verbivocovisualidade, tomada como centro epistemológico propositivo da filosofia bakhtiniana da linguagem, as pesquisas dos autores desta reflexão [Mestrado (Luciano, 2021a), Doutorado (Luciano 2021b – em andamento; Paula, 2007), Pós-Doutorado (Paula, 2011) e Livre-Docência (Paula, 2023 – em andamento)], centradas em questões teóricas, metodológicas e analíticas, com resultados publicados em artigos e capítulos em coautoria (Paula & Luciano, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e; 2021a; 2021b; 2022a; 2022b).

Este estudo não se opõe a perspectivas existentes (como a abordagem da verbo-visualidade, por exemplo) pela coincidência ao entendimento de que os enunciados sincréticos devem ser lidos e analisados em sua totalidade e não como etapas ou níveis separados ou distintos de semioses (a verbalidade, a vocalidade/sonoridade e a visualidade não são compreendidos por nós como níveis ou como se se organizassem em planos diferentes, mas sim como elementos

³ As pesquisas concluídas e em andamento podem ser encontradas em <https://www.gedunesp.org/>, nas abas “integrantes” e “publicações”.

conjuntos que, de modo organizado processual, resultam num todo de sentido único, o enunciado multimodal, de modo coeso, sem hierarquia), pois se caracterizam como elementos constitutivos de um todo de sentido único (o enunciado em si, integral). Contudo, nossa proposta apresenta sua singularidade, a saber, a concepção de linguagem como tridimensional em sua potencialidade interna e como essa verbivocovisualidade se expressa, mesmo quando não identificada de modo manifesto explicitamente, mas por suas significações, dadas as pistas e o ato enunciativo-comunicativo interno-externo, como processo cognoscível mental sîgnico (valorativo/axiológico e emotivo-volitivo) e não meramente como produto textual-discursivo. Ademais, enquanto Brait o faz da ADD, situamos o desenvolvimento de nosso trabalho a partir da filosofia da linguagem. Posicionamento que nos coloca em um outro lugar teórico-metodológico, com outros diálogos estabelecidos, que diferem em certa medida da ADD.

Em outras palavras, se, por um lado, concordamos com a plena possibilidade de trabalhar com distintas materialidades, inclusive, de maneira sincrética, por outro, propomos um alargamento da questão ao trazer para a discussão a concepção de linguagem para o Círculo, incluindo o vocal-sonoro e, especialmente, ao considerarmos não apenas o explicitamente expresso no material enunciado externo (produto), mas também o ato enunciativo processual, isto é, o projeto de dizer arquetetônico e a compreensão ativa que produzem o sentido discursivo em dado gênero do discurso e que compreendem uma tridimensionalidade interna processual, que se manifesta, a depender do projeto, de modo externo explícito ou potencial, por vestígios que nos remetem a elementos não necessariamente concretizados no produto/material externo, mas presentes na constituição cognoscível (sîgnica) da linguagem. Ademais, também procuramos estabelecer os fundamentos teórico-metodológicos como parte de um constructo filosófico-semiótico proposto pelo coletivo pensante B.M.V. a partir de seus diálogos com artistas e filósofos, e não apenas utilizar

determinados conceitos à parte para o trabalho com dada materialidade.

Evidentemente, como ocorre com a verbo-visualidade, com as nomenclaturas “Círculo de Bakhtin”, “Círculo B.M.V.”, com outras derivações e com outros registros referentes às abordagens e aos entendimentos de uma proposta epistemológica, muitas vezes, objetos de questionamento, dada a extemporaneidade de suas utilizações, isso também acontece com a nomeação verbivocovisualidade, igualmente extemporânea, atribuída por nós, como já explicamos em outras publicações (Paula & Serni, 2017; Paula & Luciano, 2020a, 2020b, 2020c), inspirada na concepção criada e usada por Joyce ao se referir à sua criação romanesca⁴ (logo, do ponto de vista de sua concretização explícita, exclusivamente “verbal”, mas tomada pelo autor como verbivocovisual – especialmente ao se referir a *Finnegans Wake*) e retomada pelo Grupo Noigandres para definir o projeto

⁴ Destacamos a relevância de Joyce criar e utilizar o termo verbivocovisualidade para designar sua prosaística romanesca para enfatizar que a nomenclatura não apenas não se refere, desde a sua concepção fundamental, apenas à identificação explícita do enunciado produzido (como produto sógnico), mas também a produções exclusivamente construídas pela materialização aparente de um único código, no caso do romance, o verbal, pois ela diz respeito ao processo cognoscível de criação, tendo em vista também elementos da comunicação real, que não só altera, mas também produz uma outra significação, uma vez que demanda, no ato de sua execução (leitura), uma compreensão ativa que considera, como nos chamam atenção Bakhtin, Volóchinov e Medviédev em muitos trechos de seus estudos, o todo da enunciação (ou, como diriam os estudiosos russos: a necessidade da oralidade com a leitura em voz alta, a gestualidade, a visualização da cena descrita etc, como, por exemplo, afirma Bakhtin (2013), em *Questões de Estilísticas no Ensino de Língua*, ao se referir à poesia de Púckhin, entre outros momentos e obras do Círculo, que sempre considera a situacionalidade do ato enunciativo e, em diversos momentos, também voltam seus estudos e exemplos ao gênero romanesco, como Joyce). Além disso, ainda precisamos chamar atenção para o fato, já amplamente discutido e compreendido, de que o fato de o Círculo tratar do verbal não exclui o não-verbal como constitutivo da enunciação e da comunicação, como os próprios estudiosos explicam em suas obras (para que não nos esqueçamos do contexto e dos demais elementos – vocais/sonoros e visuais – que constituem a cena enunciativa).

arquitetônico semiótico da poesia concreta⁵ como “máxima potência” da verbivocovisualidade (também inspirados em Joyce e em artistas russos vanguardistas, como Maiakóvski, Kandinsky e Chostakóvich, por exemplo – como temos estudado).

Um exemplo da verbivocovisualidade de Joyce, que muito se assemelha à proposta da poesia concreta e também é utilizada por Guimarães Rosa (considerada, pela crítica, como estilo autoral de

⁵ Ainda que a poesia concreta traga para a sua materialidade, elementos vocais (sonoridades fonético-fonológicas e mesmo musicalidade) e visuais (tipografia, cores etc), há muitos poemas que apenas remetem a esses códigos (vocal e visual) pelo trabalho exclusivo com a verbalidade, por meio, por exemplo, de figuras de linguagem e de outros procedimentos linguísticos (como a assonância e a aliteração que, pela repetição, respectivamente, de vogais e consoantes, em um trabalho estético específico, refletem e refratam a vocalidade, mesmo em discursos concretizados por registros escritos; a seleção de vocábulos com determinada sonoridade tônica e átona, que semiotizam dada sonoridade rítmica, também refletindo e refratando determinada sonoridade; o uso de lexemas compostos por fonemas mais abertos ou mais fechados, que constroem a significação de dada atmosfera à criação discursiva; a utilização, na contemporaneidade, de caixa alta ou baixa para remeter à tonalidade alta ou baixa da voz, o que remete à oralidade pelo tom; a pontuação para a criação de determinados sentidos de continuidade, pausa, ênfase à rítmica oral; a sinestesia, que remete aos cinco sentidos e pode construir sensações visuais, auditivas, olfativas, táteis e até gustativas, apenas pela construção material verbal; a descrição, que remete à construção da cenografia de dada situação; entre outros procedimentos). Assim, a “máxima potência” a que se referem Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Déco Pignatari não se refere, exclusivamente, à construção sincrética material, mas sim ao sentido verbivocovisual, que pode ser construído, concretamente, por um único código, que semiotiza os demais (como ocorre por meio de procedimentos linguísticos, como, por exemplo alguns aqui citados). Essa semiotização não é exclusividade da verbalidade. Os demais códigos também criam sentido verbivocovisual (como os emojis e os emoticons, por exemplo, que remetem a emoções e sensações por meio de signos visuais). Essa potencialidade sígnica, presente na concepção criada por Joyce e utilizada pelos poetas concretos, que se refere à construção processual do sentido tridimensional da linguagem é o que mais nos interessa e diferencia a perspectiva de nossa abordagem e é essa potencialidade, real, mesmo que não explicitada materialmente, que percebemos também existir como preocupação filosófica bakhtiniana, especialmente pelos estudiosos considerarem o processo interno-externo do ato enunciativo dialógico em sua concretização. Processo existente e não abstrato, pois semioticamente cognoscível.

sua poética), é a construção de ruptura com a morfologia e a sintaxe. No caso da morfologia, pelo processo de aglutinação, elementos linguísticos remetem a elementos vocais/sonoros e visuais internamente. Há um parágrafo famoso do capítulo em que a trama romanesca de *Ulisses* é apresentada por Joyce (1966, p. 41-42), que demonstra esse trabalho verbivocovisual da e com a linguagem:

Inelutável modalidade do visível (*ineluctable modality of the visible*): pelo menos isso se não mais, pensado através dos meus olhos. Assinaturas de todas as coisas estou aqui para ler, marissêmen e maribodelha, a maré montante, estas botinas carcomidas. Verdemuco, azulargênteo, carcoma: signos coloridos. Limites do diáfano. Mas ele acrescenta: nos corpos. Então ele se compenetrava deles corpos antes deles coloridos. Como? Batendo com sua cachola contra eles, com os diabos. Devagar. Calvo ele era e milionário, *maestro di color che sanno*. Limite do diáfano em. Por que em? Diáfano, adíafano. Se se pode pôr os cinco dedos através, é porque é uma grade, se não uma porta. Fecha os olhos e vê. (Grifos do autor)

Nesse trecho, a relação som-cor, exaltada na linguagem verbal de Joyce, reforça nossa pesquisa e nos convida a pensar as possíveis formas de potencializar padrões de percepção. Como explica Garner (2015, p. 75), ao tratar da questão da interação do ponto de vista da proposta ecolinguística de Haugen (logo, numa outra perspectiva epistemológica que dialoga com a filosofia da linguagem proposta pelo Círculo B. M. V.):

A língua interage com todos os aspectos não verbais – contato ocular, expressões faciais, postura corporal, gestos e assemelhados – bem como com as percepções dos participantes e o que pensam de si e dos outros, além do cenário físico, social e cultural. Tudo isso, e mais, age em conjunto para formar o todo complexo que é a interação.

Joyce articula a mescla de linguagens, representadas em texto, ao suscitar a conexão entre os sentidos por meio de cores (visão), sons (audição), texturas (tato, olfato e paladar). O ato de ver se

manifesta de diversas formas em Joyce, não só em união a outros sentidos, mas também além do fisiológico/material (externo, explícito), em sua construção simbólica, quando o ato de ver, em certo sentido, nos constitui. Como afirma Joyce (1966, p. 41-42), “devemos fechar os olhos pra ver” e essa é a “inelutável modalidade do visível”. O ato de ver se forma pelo que interpretamos internamente, em nossa consciência cognoscível.

Os neologismos de Joyce (“marissêmen”, “maribodelha”, “verdemuco” e “azulargênteo”) conferem à visão, pela construção verbal mental, um papel multissensorial e, ao mesmo tempo, em certo sentido, independente dos olhos físicos. A expressão “verdemuco”, por exemplo, sugere uma textura ao ato da visão, pois o muco, como algo ligado ao tato ou ao olfato e ao paladar, fornece uma ideia de textura, de cheiro e de gosto à visão da cor verde. O sentido da visão intercruza-se sinestesticamente com o do olfato, o do paladar e o do tato no mesmo ato, marcado pelo signo (sempre ideológico). O muco pode ainda representar uma memória atrelada a uma emoção específica, um simbolismo que se acessa a partir do ato de fechar os olhos para ver, mas abrir os demais sentidos.

O tópico frasal “marissêmen e maribodelha, a maré montante”, caracterizado pela aliteração do /m/, funciona acusticamente como uma expressão, uma figura de som, um padrão rítmico. Assim, apresenta, de outro modo, o entrecruzamento verbal-vocal/sonoro-visual, assim como “bodelha” (algas esverdeadas), que também evoca a cor: verbivocovisualidade expressa pelo verbal, sem identificação pontual material explícita.

Imagens sonoras construídas por assonância, aliteração, rima e onomatopeia revelam o encontro da linguagem verbal com um estrato acústico que, em sua expressividade (significante), apresenta uma forma composicional que dá acabamento ao conteúdo temático por meio de dada carga semântica (significado) enunciativa, com determinado estilo autoral e genérico, em geral, explicitado pelo trabalho morfológico e sintático.

A frase de Joyce “pensado através dos meus olhos” atribui outro papel ao olhar, já que o olho assume a condição de pensar (consciência cognoscível): o pensar através dos olhos convida a nos vermos, a vermos o outro e o mundo. O ato de ver se forma a partir do que se pensa e do que se interpreta. Nesse caso, o olho pensa.

Campos e Campos (1971), ao analisarem *Finnegans Wake*, de Joyce, afirmam que “dois ou mais sentidos assumem o mesmo espaço”. Os sentidos da visão e da audição, a cor e o som, conjugados no signo verbal, “exigem um tipo de leitura integrada” (HIPPERTT, 2018, p. 73), que coloca em funcionamento a verbivocovisualidade da linguagem. Um exemplo do romance de Joyce usado pelos irmãos Campos⁶, traduzido por eles, demonstra a verbivocovisualidade expressa pelo/no verbal:

Agora, para reglossar outravez e de novo insolar-se no panaroma de todas as flores da fala, se um ser humano devidamente fatigado por sua jornalidade no tediário, tendo plenitude de tempo em suas mãos gotosas e lazares de espaço em seus pés sonambulantes e tão desventurado atrás dos sonhos de exatidão como qualquer camelot príncipe da sinamarga, fosse nesse presente futuro compassado inistante, em estado de suspensiva exanimação, convindo, pelo caolho de uma agulha, ao cabo, numa ouvidente visão da velha boaesperança com todos os ingredientes e egregiunt trâmites e tramas por que no curso de sua persistência o curso de sua whigstória houverá de estar tendo seus recursos, a reverberação dos contangentes sems, a reconjugação dos negaceáveis sims, a redissilusão dos mentecaptados soms, e a conseguinte demo lição de Ludo, pudera esse insujeito, enquanto vésper volve os damaleões à cama das camélias, e até que a intempestuosa Nox lograsse ouver o

⁶ Augusto de Campos e Cid Campos, depois, em 1995, lançam, pela Polygram, um disco em CD, intitulado *Poesia é risco*, em que Augusto entoia o poema concreto “Colidouescapo” (1970), composição criada de sua tradução (por ele concebida como transcrição) desse fragmento de *Finnegans Wake*. A música e a execução são de Cid. Há uma versão animada desse poema concreto, criada por Binho Miranda, disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cl6wQIFvOjD/> que coloca o poema em movimento e lhe dá visualidade.

galicanto e a aurora lucanora, distinguir [de] num luance qual é o X e por que é bis, como alguém dê que ama alguma quer algemas, a seiva subindo, as folhas falhando, o nimbo agora nihilante em volta da girl anda tão comportado, os gêmulos no ventre, todos os rivais para todomar, lançaganha, Oh disastro! lançaperde, Oh quão sinastro! mas Heng tem algo do nariz de Horsa e Jeff tem os sinais de Ham em torno à boca e o belo que empalidece na paleta, que rugirroza ouranja ou âmbar, é ver de azul na anihilina! Violeta extinta! então o que poderia esse longe vidente parecer paracimesmo aparecer parecendo, resconda-me? Resposta: Um colidouescapo!

Apenas à guisa de ilustração, destacamos alguns signos que explicitam a verbivocovisualidade da linguagem expressa pelo trabalho verbal morfológico e fonológico: “ouver” (ver e ouvir como ato sincrético único), “ouvidente” [ouvido vidente (visão) em trocadilho com “evidente”], “houverá (houver + ouve + verá), “reverberar” (re-ver-berrar). Além disso, expressões como “ver de azul” e “rugirroza” unem modalidades verbo-voco-visuais⁷ e constroem representações simbólicas ambíguas e múltiplas. “Rugirroza” (verbal), por exemplo, materializa a síncrese de rugir (vocal) + rosa (visual). A duplicação do grafema “r” (“rr”) semiotiza a sonoridade (fonético-fonológica) rasgada e barulhenta do /r/ que, no caso ilustrado, remete à onomatopeia do rugido.

Conteúdo (significado) e forma (significante) assumem o mesmo corpo sígnico, que emprega uma outra lógica e reconfigura a noção de língua e de linguagem ao enunciar processos de materialização que expressam processos de pensamento/consciência (cognitivo) por meio de informação conjugada de dimensões distintas em síncrese: o signo verbal composto pelo ato de ver atrelado à audição e a outros sentidos suscita uma nova concepção de construção simbólica tridimensional da linguagem. A integração entre o verbal, o vocal/sonoro e o visual, como apresentada, explicita uma noção de

⁷ Separamos, aqui, o termo verbivocovisual apenas para destacar as três dimensões da linguagem em fusão.

linguagem e amplia a compreensão e o alcance dos procedimentos de semiotização.

O termo verbivocovisualidade não foi utilizado pelo Círculo russo, posto que os membros não se preocupavam em classificar aquilo que faziam, mas isso, de modo algum, invalida a(s) investigação(ões) a respeito do pensamento bakhtiniano, pois o que é caro ao campo são as propostas formuladas pelos pensadores russos, mais que os termos literais, os quais eram constantemente reformulados pelo próprio Círculo, que os retomam com outras significações, as abandonam ou as utilizam sem explicações de como as concebem, uma vez que a proposta se encontrava em construção e, até hoje, pode ser considerada inacabada e aberta. Além disso, nossa preocupação ao adotar esse termo não é o de reproduzir um termo como “aplicação” em sua acepção técnica e ultrapassada, mas sim o de pensar o quanto a tridimensionalidade verbivocovisual já aparece no bojo central da proposta de linguagem do Círculo e o quanto ela é profícua para refletirmos sobre as construções multimodais na contemporaneidade, com arranjos semióticos sincréticos possibilitados pelo desenvolvimento tecnológico hoje existente (por exemplo, com plataformas, aplicativos, programas e outra ordem de construção enunciativa).

Assim sendo, não nos interessa apenas a pertinência do uso do termo verbivocovisual atrelado à proposta bakhtiniana de linguagem no contexto de produção das obras do Círculo (no século XX, especialmente, nos anos 20 e, com Bakhtin, até os anos 70), mas também como vislumbre de desdobramento e continuidade dessa proposta na contemporaneidade, com as configurações discursivas produzidas hoje (ainda que não só, pois compreendemos a verbivocovisualidade como característica da linguagem, logo, como processo humano, como demonstramos a partir de Joyce e dos Campos).

A denominação nos interessa não como mera classificação, mas sim no sentido de explicitar uma prática latente no Círculo como proposta teórico-filosófica dialético-dialógica: o estudo da linguagem em sua interrelação tridimensional verbivocovisual.

Prática que carece de maiores delimitações, por um lado, devido ao acesso restrito (seja pela barreira linguística, seja pela perda de materiais) à produção desse grupo de intelectuais na Rússia dos anos 20 e 30 do século XX; e que, por outro, é inegável ao tomarmos conhecimentos de alguns textos (como, por exemplo, as análises da obra de Beethoven e de concerto feitas por Volóchinov, presentes na coletânea *Palavra na vida e palavra na poesia* (2019); os estudos sobre óperas e tipos de sinfonias desenvolvidas por Sollertínski (2016); as reflexões sobre a interpretação musical realizadas por Yudina (2020); os cursos de filosofia da música dados por Bakhtin (2008) e seus apontamentos sobre pintura (2011); entre outros). Em outras palavras, é fato que, nas reuniões do Círculo B. M. V. (Vauthier, 2011), havia discussão e análise da linguagem em suas diferentes manifestações (verbal, visual, sonora), o que carece é justamente definir/remontar as bases teórico-metodológicas para o trabalho com esses códigos a partir da proposição filosófica bakhtiniana de linguagem. Essa é a nossa proposta neste texto ensaístico ao nos voltar à verbivocovisualidade da linguagem.

Este capítulo tem como objetivo, dentro dos limites de espaço, realizar uma síntese dos fundamentos teórico-metodológicos expostos ao longo de nossas pesquisas, ao destacar aspectos centrais para a compreensão da noção de verbivocovisualidade na filosofia bakhtiniana da linguagem, e, simultaneamente, uma revisão crítica do que publicamos até o momento para, em seguida, propor continuidades, voltadas à metodologia analítica.

O pensamento do Círculo, compreendido em sua unidade, é, para nós, ao mesmo tempo, fundamento e objeto de reflexão. No desenvolvimento deste texto, conforme propõe o Círculo (Volóchinov, 2017), seguiremos o seguinte caminho metodológico: 1) as condições de produção e os diálogos da filosofia bakhtiniana da linguagem, em conjunto com as formas de desenvolvimento e constituição do pensamento bakhtiniano na relação com as condições sócio-histórico-culturais; 2) a revisão dos conceitos de linguagem, sujeito, enunciado e diálogo, formulados pelo coletivo pensante B.M.V. Tais procedimentos, além de fundamentarem o

percurso desta reflexão, são critérios teórico-metodológicos para a delimitação e o trabalho com a verbivocovisualidade da linguagem. Esses fundamentos são considerados em sua interrelação para compreendermos a noção e a construção de sentido da verbivocovisualidade nos enunciados e são tratados conjuntamente neste texto.

Fundamentos teórico-metodológicos para uma filosofia bakhtiniana da linguagem verbivocovisual

A opção pelo tratamento dos fundamentos teórico-metodológicos, sem uma análise completa, ocorre por uma questão de espaço e de respeito ao gênero capítulo de livro. Impossível tratar, com o devido cuidado e de modo verticalizado, os procedimentos analíticos a partir dos fundamentos teórico-metodológicos, ao mesmo tempo em que os explicamos, sem ser um esboço, num capítulo. Fazemos isso em nossas pesquisas, com mais tempo e em outros gêneros ou em publicações que possuem o propósito analítico como objetivo central. Assim, o que abordamos aqui não é uma perspectiva abstrata e generalista, mas sim uma opção de percurso metodológico, tendo em vista o objetivo da reflexão. Conforme apresentamos os fundamentos, ilustramos com pequenos esboços analíticos, uma vez que não é o intuito, aqui, demonstrar metodologia de análise. Essa questão ficará para outra publicação. Para o leitor que quiser ver como temos procedido do ponto de vista analítico, temos publicações que se voltam a esse fim (como, por exemplo: Paula & Luciano, 2021b, 2022c; Paula & Batista, 2021; Paula & Oliveira, 2022; Paula & Sant'ana, 2022; Paula & Souza, 2019, 2023; Paula & Teixeira, 2021; Paula & Villarta-Neder, 2022).

Ao pensarmos que a proposta dialético-dialógica do Círculo possui uma perspectiva de linguagem como verbivocovisual, consideramos que o trabalho com o enunciado precisa considerar a síncrese dessas linguagens em seu cerne, mesmo que, explicitamente, não apareça determinada multimodalidade, tendo em vista a construção interna cognoscível de produção de sentidos,

como prevê Joyce e os poetas concretos, que, ao nosso ver, também é como consideram Bakhtin, Volóchinov e Medviédev. Assim, se, por um lado, pensamos a metodologia discursiva bakhtiniana como flexível, com as categorias teóricas demandadas pelo objeto, como afirma Brait (2006, p. 14)

Não há categorias a priori aplicáveis de forma mecânica a textos e discursos, com a finalidade de compreender formas de produção de sentido num dado discurso (...). As diferentes formas de conceber o “enfrentamento dialógico da linguagem” constituem, por sua vez, movimentos teóricos e metodológicos que se desenvolvem em diferentes direções.

Afinal,

(...) o maior ensinamento de Bakhtin [é] a atitude diante da linguagem que consiste não na aplicação de conceitos pré-estabelecidos a um corpus imobilizado pelas lupas do analista, mas numa atitude dialógica que permite que os conceitos sejam extraídos do corpus, a partir de um constante diálogo entre a postura teórico-metodológica e a dinâmica das atividades, da linguagem e da rica parceria por elas estabelecida. (...) (Brait, 2007, p. 28).

por outro lado, não podemos, como estudiosos, deixar analisar os elementos verbivocovisuais marcados no enunciado, ou seja, sua materialidade linguística (campos semântico, estilístico, sintático, morfológico e fonético-fonológico e a construção de sentidos que determinada construção revela) e os elementos presencialmente vocais/sonoros e visuais, tendo em vista sua construção integral, que temos nomeado como verbivocovisual, mesmo quando, concretamente, o discurso, aparentemente, não esteja explicitamente construído de modo sincrético (como exemplificamos com os trechos de Joyce, mas também podemos pensar em Guimarães, Arnaldo Antunes, entre outros casos), tendo em vista o movimento processual interno de produção de sentido. Visualmente, então, podemos pensar que o trabalho do analista é

marcado, nesta perspectiva, pela zona convergente tridimensional da linguagem, como tentamos vislumbrar no gráfico que segue:

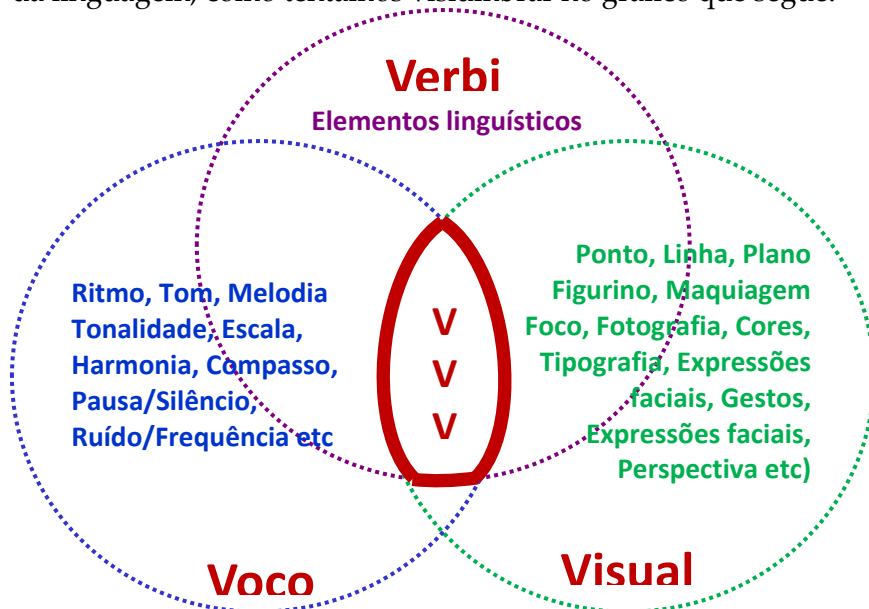


Gráfico 1: Categorias de análise da verbivocovisualidade - elaboração dos autores

Esses elementos, claro, não são analisados separadamente, pois todo enunciado é situado, valorado e responsivo. Logo, as singularidades precisam ser observadas, relacionadas ao gênero, às esferas e ao tempo-espaço de produção, circulação e recepção enunciativa. Por isso, as categorias mencionadas no gráfico por nós elaborado não devem ser encaradas como uma norma tipológica estática e fechada a ser seguida, pois não se trata de uma “camisa de força” ou uma “fôrma”, mas apenas um exemplo.

Ao tratar da relação do signo com a existência, Volóchinov (2017, p. 110) afirma que

(...) é necessário guiar-se pelas seguintes exigências metodológicas fundamentais:

1. *Não se pode isolar a ideologia da realidade material do signo (ao inseri-la na “consciência” ou em outros campos instáveis e imprecisos).*

2. *Não se pode isolar o signo das formas concretas da comunicação social (pois o signo é uma parte da comunicação social organizada e não existe, como tal, fora dela, pois se tornaria um simples objeto físico).*

3. *Não se pode isolar a comunicação de suas formas da base material*

Ao realizar-se no processo da comunicação social, todo signo ideológico, inclusive o signo verbal, é determinado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social.

(Grifos do autor)

Assim, ao termos em mente esse percurso, dividimos esta seção, por uma questão de organização, em dois subitens, voltados especificamente, a: 1) o solo social da filosofia bakhtiniana da linguagem; e 2) a abordagem filosófico-semiótica de linguagem do Círculo “B.M.V.”, centrada nas noções de linguagem e enunciado, signo e consciência cognoscível, diálogo/dialogia, para sustentar a pertinência de nosso entendimento da proposição filosófica bakhtiniana de linguagem como verbivocovisual.

O solo social da filosofia bakhtiniana – uma cena verbivocovisual

O primeiro critério metodológico ao qual nos atentamos para pensar sobre a questão da verbivocovisualidade nos estudos bakhtinianos se volta à situacionalidade da produção do pensamento dialógico dos estudiosos russos. Ora, se o próprio Círculo preconiza como fundamento teórico-metodológico que todo enunciado é situado, ao tomarmos a filosofia dialético-dialógica como objeto de reflexão, precisamos conhecer seu contexto de produção, circulação e recepção – neste caso, o período soviético do século XX (especialmente dos anos 20 a 50) e o cenário brasileiro do século XXI (em suas duas primeiras décadas).

Ao tomarmos a filosofia bakhtiniana da linguagem como um enunciado, nós a entendemos como “uma gota no fluxo da comunicação discursiva” em dada vida social e, por isso, “seria uma tarefa infrutífera tentar compreender a construção dos enunciados

que compõem a comunicação discursiva sem traçar uma relação com as condições sociais reais (a situação) produtoras desses enunciados” (Volóchinov, 2019, p. 267-268), posição adotada também por Bakhtin (2011) e Medviédev (2012). Por isso, retomamos o contexto da Rússia e da União Soviética do final do século XIX à primeira metade do século XX, período de ebulição intelectual, do qual participou ativamente o coletivo pensante B.M.V.

Desde a segunda metade do século XIX, pairava uma atmosfera hostil ao debate filosófico e à pluralidade de ideias na Rússia. Nesse momento, a arte – em especial, a literatura e a crítica literária – aparece como possibilidade de formulação, proposição, reflexão e discussão de ideias filosóficas, de modo que a influência da literatura e das revistas por onde eram publicados os textos se intensificou com nomes como os de Púckhin, Gógol, Tchaádaiev, Polevoi, Liérmontov e Koltsov. Periódicos conhecidos tais quais *O Telégrafo* [*Telegraf*], *O mensageiro de Moscou* [*Moskóvski Viéstnik*], *O Telescópio* [*teleskop*], *Biblioteca para a Leitura* [*Bibliotieka dliá Tchtienia*] e outros contribuíram, durante mais de 25 anos, para a democratização e a difusão do conhecimento (Herzen, 2017). Desse momento até a primeira metade do século XX, sob outras formas de cerceamento, a arte/literatura “era o mundo real” (Emerson, 2003, p. 26, grifos da autora).

Junto ao clima sobre os intelectuais, com perseguições ao livre pensar, aparecem os primeiros círculos secretos de reuniões e cria-se uma tradição de círculos de discussão (*krug*), que constituíram uma forma maior da vida intelectual na Rússia, prática que acontece até, pelo menos, a segunda metade do século XX e à qual se filia o Círculo “B.M.V.”.

Conforme ressalta Brandist (2002, p. 34), as artes cumpriam um papel ético na vida cultural e nos debates filosóficos na Rússia, sobretudo no período soviético, de modo que “o relacionamento e as fronteiras entre estética e ética [eram vistas] como dimensões da vida

e da cultura”⁸. Essa ideia foi formulada, em sua estrutura clássica, por Bielínski durante a década de 1830 e se espalhou, predominantemente, entre as críticas literárias. De acordo com o poeta e intelectual russo, a literatura era a fonte da vida russa, pois, segundo essa perspectiva, por meio dela, os sentimentos, a moral, a alma se formam e impregnam-se na vida social. Para ele, cada representante de épocas diferentes das artes (da literatura) e da sociedade russa trazem consigo “uma relação viva entre seus conceitos e suas convicções literárias e de vida” (Bielínski, 2017, p. 119).

Se já na segunda metade do século XIX, a dimensão estética cumpria um papel central na vida russa, na virada do milênio, com a Revolução Russa e um novo projeto de sociedade, o cenário de agitação intelectual foi intensificado e, com ele, o papel social da arte. Com as vanguardas, a experimentação com a linguagem passou a predominar nas construções artísticas, que refletiam sobre o novo regime que se instaurava. Nas palavras de Schnaiderman (2010, p. 18-19, grifos nossos),

a interpenetração das artes encontra então seu momento privilegiado. A relação dos poetas cubo-futuristas russos com a pintura e o cinema; a preocupação dos próprios simbolistas, sobretudo Andréi Biéli, com a problemática do signo; as experiências teatrais de Meyerhold, Taírov, Vakhtangov e outros, que ampliaram o campo de ação do teatro, visto na totalidade dos elementos visuais e sonoros, enquanto a própria semiótica do teatro já era iniciada com os trabalhos de P. Bogatirév; os projetos arrojadíssimos de Tátlin, em que a escultura e a arquitetura se fundiam e criavam-se conjuntos giratórios emissores de sons; as experiências gráficas de El Lissitski, que elevavam a tipografia à condição de arte maior; enfim, são realizações e mais realizações, todas no sentido de expressar uma das aspirações máximas do século: arte, ciência e técnica, fundidas numa totalidade e oferecidas ao homem para uso cotidiano.

⁸ Tradução nossa do inglês: “the relationship and boundaries between aesthetics and ethics as dimensions of life and culture”.

Um dos principais princípios no experimento com a linguagem era pensá-la de modo interrelacional: as distâncias e as aproximações, as fronteiras, possibilidades geradas graças ao trabalho coletivo dos intelectuais soviéticos, os quais também participavam e desenvolviam suas ideias a partir da tradição de círculos. Um exemplo: o Círculo Unovis, com Malevitch, e o encontro de Chostakóvich (músico), Ródtchenko (artista visual), Meyerhold (dramaturgo) e Maiakóvski (poeta e ator), para a produção da peça *O percebejo*, de autoria desse último. Unem-se a essas produções também outras realizações, como as de Eisenstein no teatro e no cinema a partir do seu interesse pela sinestesia; os projetos de Víctor Chklóvski e Óssip Brik como roteiristas, no cinema; as fotomontagens do próprio Ródtchenko, em colaboração com Maiakóvski e o cineasta Dziga-Viertov (Schnaiderman, 1971); os estudos de Mikhail Mikhaylovich Ivanov, compositor e crítico musical que possui trabalhos como Púchkin, em música. Viviam-se um período de grande revolução não apenas social e política, mas também artística, com a finalidade de expressar a realidade e o homem.

Dentre os artistas desse período que se destacaram no mundo por suas formulações teórico-estéticas, mencionamos Kandinsky como um ícone por suas ideias convergirem com a situação acima descrita, assim como o pensamento bakhtiniano, uma vez que compartilham o mesmo solo social. Embora reconhecido quase exclusivamente por sua relação com a pintura e por sua teorização sobre a abstração no campo, com livros teórico-metodológicos, hoje, canônicos [como *Ponto, Linha e Plano* (1970) e *Do espiritual na arte* (1996), entre outros, por exemplo] sobre essa temática (do abstracionismo e dos princípios estéticos da Escola de Bauhaus), Kandinsky também se voltou para a música (*Scritti intorno alla musica*, 1979), campo que influencia seus quadros, e à poética (*Sounds* 1981). Além disso, o pintor russo atuou na escola de vanguarda em Bauhaus, conhecida pelo estudo da combinação entre artes (em especial, pintura, arquitetura, música e teatro), entre os anos de 1922 e 1933.

Kandinsky (1996), como Volóchinov (2017), ainda que com outros interesses e objetivos, também pensa sobre a relação interior e exterior, forma e conteúdo sígnicos. Afirma o artista que “cada forma também possui um conteúdo interior. A forma é a manifestação exterior desse conteúdo” (p. 71-72), o que pode ser observado em suas telas da série Composição. Aqui, demonstramos como o criador do abstracionismo relaciona cores, formas e música, com interior e exterior, tendo em vista signo e existência, com o quadro *Amarelo, vermelho e azul* (1925)⁹

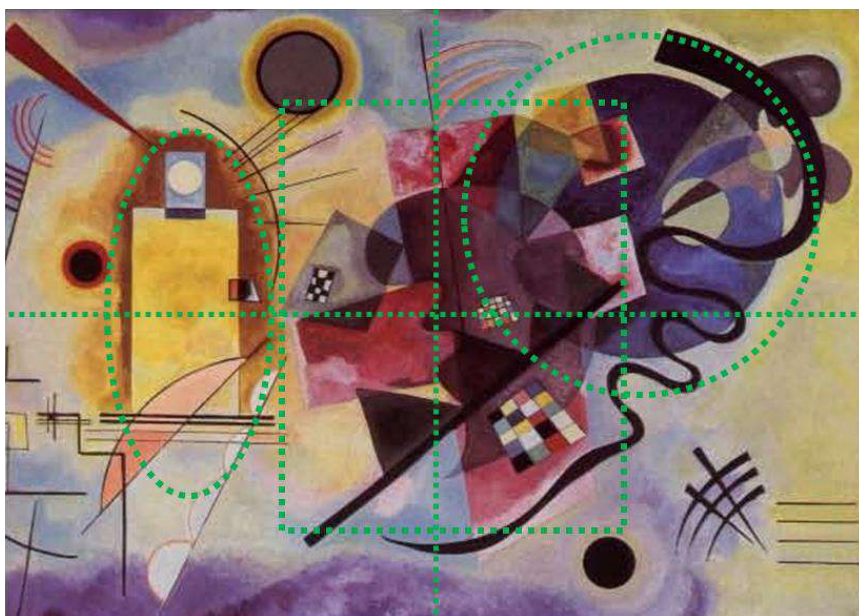


Figura 1: Kandinsky (1925). *Amarelo, vermelho e azul*.

Essa tela, de certa forma, sintetiza toda a teoria de Kandinsky, explicitada tanto em *Ponto, Linha, Plano* (1970), quanto em *O espiritual da arte* (1996), pois revela uma complexidade de grandes

⁹ Pintura a óleo sobre tela, com as dimensões de 127 x 200cm, localizada no Museu Nacional de Arte Moderna, Centro Georges Pompidou, em Paris – França. A reprodução usada se encontra disponível na WikiArt: <https://www.wikiart.org/pt/wassily-kandinsky/amarelo-vermelho-azul-1925>.

dimensões, graças às variações cromáticas e à sobreposição de formas e das possibilidades expressivas que dela derivam.

As principais formas circulares, quadradas e triangulares são coloridas com as cores “respectivas” da teoria proposta pelo autor-pintor para estabelecer os valores harmônicos da composição: da direita para a esquerda do quadro (que a nós se encontra invertido, por isso, contrário à direção da leitura – como o reflexo do espelho), destacadas por linhas pontilhadas verdes, retângulo amarelo, quadrado vermelho e círculo azul, justamente na mesma ordem cromática que nomeia o quadro. Mas, essas formas e cores não se encontram estanques umas das outras, elas se complexificam com uma multiplicidade de linhas que traçam as direções da força da pintura e os contornos no plano de fundo, como que aquarelados, marcam uma dissonância entre o que as formas coloridas apresentam, o que remete à contradição e ao embate de valores existenciais expressos, uma vez que revelam, no todo uma contradição ambivalente entre o concreto, terreno, angular e solar (lado direito da tela) e o espiritual, misterioso, etéreo, lunar e circular (lado esquerdo da tela), ligados pelo centro avermelhado, quadrado (essas zonas terrena e espiritual ficam mais enfatizadas quando dividimos a tela em dois – como fizemos com o corte pontilhado verde, na vertical e ao meio).

Outras formas e cores apoiam a tensão existente no quadro em sobreposições periféricas: um triângulo vermelho à direita, um círculo neutro de ouro amarelado no centro e pequenas grades multicoloridas orientadas à esquerda constituem “intrusões” em cada área, no início, fortemente delimitada e, no todo, fluida e solta. Essa tensão dramática entre cores, pontos, linhas e planos revela a ambivalência humana que compõe dilemas psíquicos (consciente/inconsciente, interior/exterior etc).

As auréolas que circundam alguns dos círculos presentes na obra revelam o trabalho de contraste elaborado nos escritos teórico de Kandinsky: círculo azul com auréola amarela e vice-versa. Essa combinação cromática compõe espaços conflitantes, reforçados pela orientação das linhas, algumas voltadas para a esquerda, ora

para a direita, algumas retas, outras angulares e outras circulares, tendo ainda algumas entrecortadas entre si.

Em *Ponto, Linha, Plano*, Kandinsky (1970) propõe uma correspondência entre formas, cores e música. Para o autor, o ponto é o descanso, o proto-elemento do desenho, em relação dialética com a linha, sua antítese, que simboliza o movimento de desejo de traçar o plano, que se expressa pela delimitação entre interior e exterior. Com isso em mente, o pintor cria uma teoria de correspondência entre formas geométricas básicas (triângulo, quadrado e círculo) e cores primárias sólidas (amarelo, vermelho e azul), assim como pensa a valoração (ideológica) e a simbologia das formas relacionadas com as cores e a música.

Kandinsky chega a compor (música) para suas pinturas e tenta pintar a música (muitos de seus quadros são intitulados “Improvisação”, “Harmonia” e “Composição”, em diversas versões, como ensaios inacabados – “Composição I”, “Composição III” etc, sendo a obra mais famosa a “Composição VIII”). Por meio do fluxo de cores difusas e opostas, o artista procurou representar sons e cada elemento que compõe um quadro tem som e “alma” em si, pois vive por vibração (o que desenvolve em *O espiritual da arte*, 1996). Assim como um músico pode provocar uma resposta emocional de um espectador com os sons, o pintor esperava produzir uma arte que aludisse às emoções sem objetos definidos e limites físicos. Com esse objetivo, cria uma espécie de vocabulário geométrico-musical figurativo:

Ângulo	Forma	Cor	Som
Agudo	Triângulo	Amarelo	Agudo e alto
Reto	Quadrado	Vermelho	Mediano
Obtuso	Círculo	Azul	Grave e baixo

Tabela 1: Síntese de correspondência entre formas, cores e sons – elaboração dos autores

Amarelo, Vermelho, Azul nos convida a experimentar uma sinfonia de estilos artísticos da época (técnicas da Bauhaus, ideias

suprematistas e teologia artística). Nesse quadro, as formas se tornam imagens que lutam entre si pelo domínio, não resolvido exatamente porque é a tensão dialética sem solução a temática humana retratada. Afinal, conforme Kandinsky (1996, p. 88),

No conjunto, as cores afiadas estão bem adaptadas por formas afiadas (por exemplo, um triângulo amarelo), e cores suaves e profundas por formas redondas (por exemplo, um círculo azul). Mas é preciso ter em atenção que uma combinação inadequada da forma e da cor não é necessariamente discordante, mas pode, com a manipulação, mostrar o caminho para novas possibilidades de harmonia... Na música a luz azul é como uma flauta, um azul mais escuro um violoncelo, um mais escuro um contrabaixo trovejante, e o azul mais escuro de todos um órgão...

Assim, a clássica dicotomia terreno, expansivo, agudo, disperso, estável, amarelo retangular e espiritual, grave, instável, fluido, concêntrico, azul circular se relativiza dialeticamente porque é inundada pelo outro. Os dois lados se invertem pela nuvem colorida invertida do fundo da tela e ainda se ligam pelo quadrado vermelho médio e central.

A sinestesia constitui o estilo de Kandinsky (1996, p. 65), que teoriza sobre ela ao pensar as cores e a música: “Há cores que parecem rugosas e ferem a vista. Outras, pelo contrário, dão a impressão de lisas, de aveludadas. Sente-se vontade de acariciá-las [...] Fala-se correntemente do ‘perfume das cores’ ou de sua sonoridade.”. Pela sinestesia, o artista constrói o que denomina como “composição cênica” a partir do “princípio da necessidade interior”. Segundo ele (p. 126-127), “os meios empregados para cada arte, vistos do exterior, são completamente diferentes: sonoridade, cor, palavra!... Em último lugar e vistos do interior, esses meios são absolutamente semelhantes: o objetivo final suprime as diferenças exteriores e desvenda a identidade interior”, uma vez que “(...) toda a coisa exterior também encerra, necessariamente, um elemento interior (que aparece, segundo os

casos, mais fraca ou mais fortemente). Portanto, cada forma também possui um conteúdo interior. A forma é a manifestação exterior desse conteúdo.” (p. 76), que pode ser expresso sinestesticamente. Maiakóvski parte do mesmo princípio para criar sua poesia. Assim como vemos relação entre esse pensamento e a proposição bakhtiniana.

O interesse de Kandinsky em investigar as diferentes formas de linguagem se relaciona, como a aspiração dos demais intelectuais russos, à compreensão da humanidade. Ao analisar o movimento de interiorização do homem na arte, o autor (1996) debruça-se sobre o procedimento na literatura, na música e na pintura, a fim de compreender como ocorre esse fenômeno em cada materialidade semiótica, a partir de suas especificidades técnicas e quais as semelhanças e diferenças entre elas. Por exemplo, em Maeterlinck, a palavra poética é determinada na alma pela entonação em que é pronunciada, dada a geração de uma complexa vibração interior. Na música, isso ocorre por meio de *leitmotiv* puramente musical, no caso das obras de Wagner, por exemplo. Na pintura, aparece com as manifestações impressionistas, que tendem ao abstrato. A natureza de tais observações parte (ou leva, já que uma está interligada à outra) de uma concepção unitária da arte e, por excelência, da linguagem. De acordo com o Kandinsky (1996, p. 59, grifos nossos):

Cada arte, ao se aprofundar, fecha-se em si mesma e separa-se. Mas compara-se às outras artes, e a identidade de suas tendências profundas as leva de volta à unidade. Somos levados assim a constatar que cada arte possui suas forças próprias. Nenhuma das forças de outra arte poderá tomar seu lugar. Desse modo se chegará, enfim, à união das forças de todas as artes.

Como nos aponta Ivanova (2011) sobre o contexto russo, a relação entre artes e linguagens é uma situação geral de pesquisa entre o final do século de XIX e o começo do XX, com apogeu nos anos 20, em que “A elaboração da teoria do diálogo é uma

característica” (p. 240), com destaque para o campo da linguística, ainda que seja conhecida apenas como pertencente ao pensamento bakhtiniano. A linguística soviética buscou novidades em outros campos (no teatro, na música, na literatura, nas belas-artes etc) durante esse período, com o intuito de criar objetos, materiais e percursos metodológicos.

Podemos expandir tal afirmação ao evidenciar que não apenas a linguística se caracteriza dessa maneira, mas que há um movimento amplo entre os intelectuais da época, inclusive como uma recorrente prática metodológica nos estudos desenvolvidos no regime soviético na época em questão: um método consciente e sistemático de pesquisa e procedimentos comparativos entre as artes no estudo das categorias conceituais da linguagem. Isso nos demonstra um pensamento de época, seja ao lermos os artistas-críticos mencionados por Schnaiderman (1971; 2010), seja ao nos debruçarmos sobre os escritos de Maiakóvski, Kandinsky e do Círculo (Volóchinov, Sollertinsky, Bakhtin, Yudina), ao se voltarem a uma “potencial linguagem das linguagens única” (Bakhtin, 2011, p. 311).

Ao mesmo tempo em que os estudiosos admitem a singularidade de cada linguagem/código/sistema (pictórico, musical, linguístico etc), eles, mais que aproximar elementos e procedimentos, voltam-se à unicidade semiológica cognoscível da linguagem.

Segundo Kandinsky (1996, p. 58, grifos nossos), não basta comparar os procedimentos entre as diferentes artes, é preciso *“ajustar-se aos princípios de uma e de outra. Uma arte deve aprender de outra arte o emprego de seus meios, inclusive os mais particulares, e aplicar depois, segundo seus próprios princípios, os que são dela e somente dela”*, sem esquecer-se que cada meio corresponde à particularidade de cada materialidade e, concomitantemente, remete ao comum, cognoscível, típico humano.

Esse processo também nos remete às formas simbólicas da cultura estudadas por Cassirer (2001), filósofo neokantiano da Escola da Marburgo, que tanto influenciou a filosofia bakhtiniana da linguagem. Afinal, as formas simbólicas (linguagem, mito,

religião e ciência), para Cassirer, mediam o homem e a sociedade porque, imbricadas, representam dada cultura. Para o autor, na cultura, os sujeitos se encontram e se agrupam em atividades. Nessas atividades, em interação, os sujeitos se reconhecem e tomam consciência de seus atos, por meio das de formas (simbólicas) que compõem a cultura e a sociedade. Daí, a importância da relação eu/outro para o Círculo, assim como a relevância da noção de consciência no processo interno-externo de produção de linguagem.

Para Cassirer, as formas simbólicas são compreendidas ao serem formuladas e transformadas pela linguagem, internalizadas pela consciência e externalizadas novamente por meio da linguagem (diríamos, em enunciados outros). Nesse sentido, a linguagem é a forma simbólica de representação da realidade mais elaborado na atividade cultural, o mais relevante para o homem. E como linguagem, a partir de Cassirer e do Círculo B. M. V., assumimos as diversas semioses em interrelação, enunciada de dada maneira, concretizada em gêneros organizados conforme o projeto de dizer dos sujeitos (na organização estética, do autor-criador), em movimento dialético-dialógico sociocultural.

Segundo Cassirer (2012, p. 68), há um entrelaçamento das formas simbólicas, do qual “é precisamente o que nos permite reconhecer um objeto cultural”¹⁰. Para o autor (2012, p. 65), há um movimento do qual “cada forma pode ser trocada por outra; tudo pode nascer de tudo”¹¹ e nessa troca, cada manifestação produz vestígios do pensamento (ou do que Bakhtin chama de “linguagem única”, da qual as demais nascem, com suas peculiaridades).

Diante do entendimento da construção do pensamento da época, com tantos diálogos entre intelectuais e artistas, a noção da linguagem como interrelacional e tridimensional, aparece em

¹⁰ Tradução nossa da versão em espanhol: “es precisamente lo que nos permite reconocer un objeto cultural”.

¹¹ Tradução nossa da versão em espanhol: “cada forma puede trocarse em outra; todo puede nacer de todo”

efervescência e, ao retomar os escritos do Círculo, torna-se evidente para nós o quanto essa epistemologia permeia não apenas os estudos desse período, em que as materialidades verbal, sonora e visual estão constantemente no horizonte dos intelectuais russos, mas em todo o horizonte do Círculo B. M. V.

Passemos, então, ao segundo passo teórico-metodológico proposto pelo Círculo (Bakhtin, 2011; Medviédev, 2012; Volóchinov, 2017), pois, tendo em vista o contexto de produção em que o Círculo estava inserido, as formulações feitas e a forma de elaborá-las do coletivo pensante russo, torna-se mais perceptível para nós a presença central de uma concepção tridimensional da linguagem como cerne de sua proposta filosófica dialético-dialógica. Nesse sentido, além de não ser fortuito que o grupo tenha sido constituído por especialistas (Kagan, Bakhtin, Volóchinov, Medviédev, Yudina, Sollertinsky, Pumpiánski, Tubiánski, Kanaev, Vaguinov, Zubákin, Kliúev e outros) com diferentes formações (filósofos, musicistas, linguistas, poetas, escultores, literatos, teóricos da cultura, físicos, biólogos) e atuantes em variados campos (linguística, literatura, ciências sociais, educação, história, filosofia, psicologia, música, biologia, física, entre outras), em diálogo com diversas áreas e correntes teóricas, faz mais sentido o entendimento dessa diversidade ao pensarmos que esse Círculo tinha como foco de discussão, em torno da linguagem, tomada como objeto de reflexão, voltar-se a questões relacionadas à sociedade, à cultura e ao homem.

Dada essa pluralidade, é compreensível a existência de uma profusão de conceitos, utilizados metaforicamente, advindos de lugares não-comuns às concepções canônicas dos estudos da linguagem (casos, por exemplo, das noções de polifonia, voz, entoação, escuta, tom, tonalidade, ritmo, arquetônica, plástico-pictural, máscara, imagem de autor, forças centrípetas e centrífugas, reflexo e refração), além de trabalhos com referências a diferentes materialidades. Alguns exemplos são: de Volóchinov: “M. P. Mússorgski 1835-1881: por ocasião dos quarenta anos de sua morte” (1921), “O estilo do concerto” (1923), “Problemas da obra de

Beethoven I e II" (1922 e 1923); de Sollertínski: "Gustav Mahler" (1932), "As sinfonias de Brahms" (1935-1941), "Tipos históricos de dramaturgia sinfônica" (1941); de Yudina: "Reflexão sobre a interpretação musical" (1967), "Quadros de uma exposição", de M. P. Mússorgski (1970); conferências de Pumpiánski sobre filosofia da música (1921); cursos e conferências de Bakhtin sobre filosofia da música em Vitebsk; além das relações com as artes visuais feitas por Bakhtin (2011) em "Autor e a personagem na atividade estética" e por Medviédev ([2012] em *Método Formal nos estudos literários*).

A partir desses breves apontamentos acerca do contexto de produção bakhtiniano, especialmente no que concerne ao pensamento dialógico, a partir da relação entre as artes, alguns elementos essenciais se destacam e nos levam à compreensão da tridimensionalidade verbivocovisual da filosofia bakhtiniana da linguagem:

a) a categoria estética não estava apartada da vida, ela era vital para a reflexão e para a análise da dimensão ética. Nesse sentido, quando o coletivo pensante B.M.V., filiado a essa tradição de círculos, debruça-se sobre o material estético é para pensar a vida em sua totalidade, composta por signos verbivocovisuais, como Volóchinov (2019) explicita em seu texto "Palavra na vida e palavra na poesia", ao afirmar que os gêneros secundários em geral (dentre eles, a arte) nascem e saem da vida, para em seguida retornar a ela, em contínuo processo de renovação do próprio enunciado (estético) e dos sentidos no decorrer do grande e do pequeno tempo da cultura/vida. Igualmente, não é arbitrário que, ao desenvolver uma filosofia da linguagem, o Círculo se volta ao romance (não apenas, é claro), pois, segundo Bakhtin, em seu texto *Teoria do Romance I – A estilística*, "o objeto fundamental, 'especificador' do gênero romanesco, que cria sua originalidade estilística, são o falante e sua palavra" (2015b, p. 124, grifos nossos), o que contextualiza uma aparente predileção por esse objeto de estudo;

b) uma orientação metodológica interrelacional nas pesquisas com/sobre/em linguagem na União Soviética, que leva a artistas e

teóricos a investigarem dada materialidade semiótica na relação com outras;

c) o conteúdo filosófico proposto a partir da estética. Afinal, as artes eram lugar de reflexão, formulação, debate e circulação de ideias filosóficas. O ato de filosofar se con-fundia com o ato artístico e isso gerou um fazer epistemológico diferente do modo como a cultura ocidental está habituada (com limites entre os campos melhor definidos), em que as fronteiras entre as artes, entre as artes e a linguagem, entre as artes, a linguagem, a filosofia e a vida sociocultural transitam, em constante movimento. Daí, a dialogia como centro nevrálgico da filosofia bakhtiniana da linguagem: uma lógica interacional e plurissignificativa ético-estética verbivocovisual.

Para pensarmos numa abordagem filosófica, nosso segundo critério teórico-metodológico para o trabalho com a tridimensionalidade verbivocovisual da linguagem bakhtiniana, precisamos nos voltar ao campo (da filosofia), pois, segundo afirma Brandist (2002), o Círculo “B.M.V.” possui raízes nele, mais especificamente na filosofia alemã, de modo que, como vimos, segue a tradição de debate filosófico a partir da categoria estética. Sobre esse aspecto, nós nos debruçamos no próximo ponto em destaque.

A abordagem filosófico-semiótica do Círculo

Conforme já apontamos (Paula & Luciano, 2020e), desde o seu aparecimento no Ocidente, ainda no final dos anos 60, as ideias do coletivo pensante B.M.V. tiveram diferentes modos de recepção em diversas culturas, ainda que, atualmente, se encontrem na Europa em período de estagnação, com núcleos esparsados em universidades de diferentes países e, frequentemente, relacionadas a outras linhas de pensamento (por exemplo, teoria social e estudos culturais) ou centradas em categorias específicas (como é o caso dos conceitos de carnavalização, diálogo e discurso).

No Brasil, hoje, o pensamento do Círculo possui uma de suas recepções e de sua expansão situadas no campo da Linguística, sob a perspectiva da Análise Dialógica do Discurso (ADD), conforme

propõe Brait (2006). Esta proposição está vinculada, principalmente, à tradição francesa dos estudos da linguagem, dadas as relações entre os países, o modelo de universidade, entre outros fatores socioculturais, políticos e acadêmicos. Com a pulverização e, ao mesmo tempo, uma herança de inspirações em outras culturas, condiciona-se um olhar particular para as formulações dos pensadores russos, do mesmo modo que, em cada sociedade, há peculiaridades na interpretação das obras bakhtinianas.

Pensar as ideias do Círculo a partir da ADD nos coloca em outra perspectiva, diferente da filosofia da linguagem, por exemplo, uma vez que ao se filiar ao campo da linguística, a ADD toma a teoria saussuriana como central e ponto de partida no embate, situado essencialmente no campo de uma linguística estrutural, sobre a concepção de signo travada nos escritos bakhtinianos, enquanto as discussões soviéticas, em especial dos anos 20, a respeito da linguagem, estão ligadas ao pensamento alemão, localizado no campo filosófico, anterior às ideias formuladas por Saussure. Debates que nos apresentam outra lógica sobre o que é linguagem, arte, cultura e filosofia – como discutimos no primeiro ponto da seção deste capítulo. Este apontamento é, inclusive, destacado pela professora e tradutora das obras do Círculo, Sheila Grillo, que afirma que, nos manuais soviéticos de filosofia e linguística, é recorrente o conhecimento acerca das formulações de Wilhelm von Humboldt sobre a noção de signo¹². Além desse pensador, podemos incluir também Kant, Hegel, Schelling e Fichte, ideias pouco familiares para os estudos da linguagem no Brasil¹³.

¹² Conforme fala intitulada “A noção de contexto na obra de Bakhtin e do Círculo”, de Sheila Grillo, realizada em uma sessão FAPS (Fórum de Atualização de Pesquisa Semiótica), sob organização do Grupo de Estudos Semióticos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FhdFjwSU_NI. Acesso em: 03 jul. 2023.

¹³ Atualmente, existem pesquisadores brasileiros que têm se dedicado ao tema da relação entre o Círculo e a filosofia alemã, como é o caso, por exemplo, de Domingues (2020) e Vilas Boas & Castro Dias (2022).

Não desconsideramos o embate do Círculo com a tradição saussuriana e com as contribuições da ADD no Brasil e não pretendemos esgotar a questão do estatuto filosófico do pensamento bakhtiniano. Apenas ressaltamos a importância em tratar do tema, para demonstrar a existência de uma filosofia da linguagem proposta pelo coletivo pensante russo, a qual, inclusive, coloca-nos em outro lugar de entendimento sobre os conceitos, bem como nos permite compreender a concepção da tridimensionalidade linguagem.

Ademais, debruçarmo-nos a conhecer o pensamento bakhtiniano em torno da linguagem requer o desafio de contemplar a complexidade das ideias formuladas por esses pensadores, visto que o debate não era feito por um único indivíduo, mas por um coletivo com formações heterogêneas que vão da filosofia à biologia, passando pelo teatro, a literatura, a música e a física. Consequentemente, os conceitos elaborados incorporam referências a essas diferentes áreas do conhecimento e cabe a nós, estudiosos das obras, apreendê-las sob pena de reduzir a reflexão proposta pelo Círculo – é inquestionável a dificuldade de um pesquisador dar conta de tal abrangência, o que, diante de tal tarefa árdua que é a compreensão das ideias bakhtinianas, talvez nos provoque a refletir sobre nosso modo de entendimento e relação com conhecimento nos (inter)grupos.

Nesse sentido, propomo-nos a pensar os escritos bakhtinianos de nosso lugar de estudiosos da linguagem adentrando no campo da filosofia da linguagem, num exercício de movimentação entre saberes e epistemes, pois, do mesmo modo que as reflexões no campo filosófico permitem aos autores uma compreensão mais ampla e consolidada dos fundamentos da natureza da linguagem e dos objetivos de sua análise, para, ao voltar ao seu lugar de fala, elaborar sua proposição dialógica, ao retomarmos essas discussões, com esse movimento de deslocamento, também procuramos entender a concepção de linguagem para o Círculo “B.M.V.” e, ao retomarmos nosso lugar de pesquisa e estudo, trabalharmos questões teórico-metodológicas e analíticas, ao considerarmos a

verbivocovisualidade a partir da episteme bakhtiniana, na contemporaneidade, como temos feito em nossos trabalhos.

O primeiro fundamento bakhtiniano destacado por nós que remete ao campo da filosofia da linguagem e remete ao percurso por nós traçado em nossos estudos se refere à noção de metalinguística, que converge, na abordagem do Círculo, ao próprio fazer filosófico e analítico, como elaboração teórico-metodológica de seus procedimentos de estudo da linguagem. A filosofia é definida como mãe de todas as ciências e modalidades de conhecimento e consciência (Bakhtin, 2011, p. 400), assim como é caracterizada por seu caráter metalinguístico e por se situar entre fronteiras. Nesse sentido, podemos pensar a proposta do pensamento bakhtiniano como filosófica, uma vez que em sua abordagem da linguagem, os autores conceberem o enunciado inserido no campo da ideologia, mas os gêneros pertencentes à linguagem, o que resulta em “um campo limítrofe. Uma filosofia da linguagem” (Bakhtin, 2016, p. 134). Por esse viés, compreendemos o método dialético-dialógico (materialista histórico) como filosófico, dado o seu caráter fronteiro.

Embora não apareça delimitado formalmente (até porque essa não é uma característica do Círculo), na primeira versão do *Problemas da Obra de Dostoiévski*, de Bakhtin(2022), escrito em 1929, o conceito filosófico do campo de estudo bakhtiniano como fronteiro é explicitado pelo autor ao conter em sua base a fenomenologia para analisar a obra de Dostoiévski, ao ter o diálogo, o embate, a tensa relação de aproximações e distanciamentos eu-outro (sujeitos e enunciados) discutidos como espaço de interação (cultural, de acordo com a noção de Cassirer) na constituição da vida social (sociedade) do homem. Essa perspectiva representou um marco na história da filosofia russa, segundo Copleston (1986) e Zenkovski (1953). Conforme Bakhtin (2011, p. 307, grifos do autor),

Cabe denominar *filosófica* a nossa análise antes de tudo por considerações de índole negativa: não é uma análise linguística, nem

filológica, nem crítico-literária ou qualquer outra análise (investigação) especial. As considerações positivas são estas: nossa pesquisa transcorre em campos limítrofes, isto é, nas fronteiras de todas as referidas disciplinas, em seus cruzamentos e junção.

Em segundo lugar, quando recorremos ao termo “filosofia da linguagem” na Rússia para compreendermos do que se trata esse campo, quais os seus limites e a relação com o pensamento bakhtiniano, encontramos uma convergência sobre os temas pertencentes ao campo e aqueles abordados pelo coletivo pensante B.M.V. De acordo com a *Nova enciclopédia em quatro tomos* (Stiépin e Semíguin, 2010, p. 238 *apud* Grillo, 2017, p. 12, tradução e grifos da autora), filosofia da linguagem consiste no:

campo de pesquisa da filosofia em que não somente é analisada a *interrelação entre pensamento e linguagem, mas se evidencia o papel constitutivo da linguagem, da palavra, e da fala às diferentes formas de discurso, à cognição e às estruturas da consciência e do conhecimento.*

A filosofia clássica tematizou a problemática da linguagem sob dois ângulos de visão: 1) a explicação da gênese da linguagem, em que foram apresentadas duas concepções alternativas - o surgimento da linguagem pela natureza (concepção desenvolvida inicialmente pelos sofistas e pelos estoicos e posteriormente no iluminismo) e por convenção (dos gregos atomistas até T. Hobbes e J.-J. Rousseau); e 2) *a interrelação entre linguagem e pensamento*, que, apesar da grande variedade de concepções dedicadas a esse conjunto de problemas, todas confluíam para a visão de que a língua é uma espécie de material plástico para a expressão do pensamento, este concebido como uma estrutura impessoal e objetivo-ideal de significados idênticos.

Para Grillo (2017, p. 11), “a presença da expressão ‘filosofia da linguagem’ no título” de *Marxismo e filosofia da linguagem* é nodal para a compreensão do livro de Volóchinov (2017), porquanto é essencial para a abordagem das questões teóricas, sobretudo a partir da relação entre os pensadores russos e alemães dos séculos

XIX e XX. Essa observação abrange não apenas o texto de Volóchinov, mas o pensamento do Círculo, enquanto proposta epistemológica, posto que as questões centrais do campo da filosofia da linguagem ocupam um forte prestígio nos escritos do coletivo pensante russo.

O tópico sobre o problema do surgimento da linguagem, explanado por Volóchinov, estava presente entre as preocupações de três interlocutores do Círculo, a saber, Potebniá, Badouin de Courtenay e Humboldt (autor central na discussão sobre a linguagem nas filosofias alemã e russa). Os embates entorno desse tema podem ser observados em textos como “O que é linguagem?” e no próprio *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, ambos de Volóchinov. A temática em torno da relação linguagem e pensamento pode ser vista ao longo das obras de Bakhtin (2011), Medviédev (2012) e, principalmente, Volóchinov (2017; 2019).

Dedicar-nos-emos, aqui, ao tema da relação entre linguagem e pensamento, assim como da função constitutiva dos signos – verbal, visual e sonoro – para as estruturas da consciência, aspecto debatido por Bakhtin (2015a; 2022), Medviédev (2012) e, principalmente, por Volóchinov (2017). Essa questão aparece nos trabalhos do Círculo de modo expressivo, em especial, na discussão sobre o conceito de sujeito, a partir do problema da consciência e na relação com linguagem e enunciado, conforme veremos a seguir. Para tratar dessas concepções, os autores entram em embate com as duas principais correntes do campo naquele período, denominadas por Volóchinov (2017) como “objetivismo abstrato” e “subjetivismo idealista”, respectivamente, positivismo e idealismo para Medviédev (2012), com a finalidade de pensar dialeticamente o problema da relação linguagem e pensamento.

De acordo com Volóchinov (2017, p. 96), em cada uma das tendências filosófico-linguísticas, a consciência (do sujeito) ocupa um lugar diferente em relação ao mundo: de um lado, para o objetivismo abstrato, ela não existe, pois o que predomina é o sistema da linguagem (entendido como autônomo), que se impõe para o sujeito passivo, pois a consciência tem a função de apreender

a realidade. De outro lado, para o subjetivismo idealista, há a primazia do interior em relação ao exterior, pois o indivíduo é o centro organizador e criativo de tudo, a consciência é a fonte da linguagem e do mundo.

Na primeira parte do *Método Formal nos Estudos Literários*, Medviédev (2012) posiciona-se de forma semelhante e aponta para as dificuldades até aquele momento de uma solução coerente para o debate, o que gera uma crise nas duas tendências. O jornalista literário russo, logo no início, indica a dificuldade em qualquer corrente filosófica¹⁴ na “tarefa de unificar uma síntese ampla e uma concepção geral de mundo com o domínio dos fenômenos ideológicos, em sua diversidade material e em sua constituição histórica” (p. 47), pois, de um lado, há um afastamento do idealismo em relação à realidade concreta e, de outro, há a ausência de sentido do positivismo e do naturalismo, incapazes de realizar sínteses diante da diversidade e da especificidade de cada encarnação material existente.

Em virtude do problema colocado pelos autores na abordagem das duas correntes com as quais entram em embate, Volóchinov e Medviédev propõem o que eles mesmos chamam de uma síntese dialética (que não é um ponto final na questão, mas, a partir do embate dialógico, uma nova proposição), de maneira a colocar a consciência na relação sujeito-realidade, a partir da filosofia da linguagem. Sem que ela seja excluída do processo, nem que assuma a posição criadora da existência. Nesse sentido,

A consciência é uma ficção fora da objetivação, fora da encarnação em um material determinado (o material do gesto, da palavra interior, do grito). Trata-se de uma construção ideológica ruim, criada por meio de uma abstração dos fatos concretos da expressão social. Todavia, a consciência como uma expressão material organizada (no material ideológico da palavra, do signo, do desenho, das tintas, do som

¹⁴ Importante salientar que Medviédev, assim como Volóchinov em MFL, utiliza o termo “filosófico” na discussão, o que nos revela ainda mais a inserção no debate filosófico da época.

musical etc.) é um fato objetivo e uma enorme força social. Entretanto, essa consciência não se encontra acima da existência nem pode determiná-la de modo constitutivo, pois a consciência é uma parte da existência, uma das suas forças e, portanto, possui a capacidade de agir, de desempenhar um papel no palco da existência. [...] quando ela passa todos os estágios da objetivação social e entra no campo da força da ciência, da arte, da moral, do direito, ela se torna uma força verdadeira, capaz até de exercer uma influência inversa nas bases econômicas da vida social. É claro, a força da consciência está na sua encarnação em determinadas organizações sociais e na sua fixação em expressões ideológicas estáveis (ciência, arte e assim por diante, porém ela já era um pequeno acontecimento social, e não um ato individual e interior, na forma primária vaga de um pensamento e uma vivência instantâneos (Volóchinov, 2017, p. 211-212, grifos do autor)

Cada produto ideológico e todo seu “significado ideal” não estão na alma, nem no mundo interior e nem no mundo isolado das ideias e dos sentidos puros, mas no *material ideológico disponível e objetivo, na palavra, no som, no gesto, na combinação das massas, das linhas, das cores, dos corpos vivos, e assim por diante* (Medviédev, 2012, p. 50, grifos nossos).

Por isso, na análise de um enunciado, todos os elementos que constituem o discurso devem ser analisados em conjunto e em relação uns aos outros, sem hierarquização entre eles e sem separação entre os códigos que o compõem. Assim, como procedimento metodológico de análise, devemos perseguir a construção de sentido(s) de dado enunciado, em sua unidade integral, com a análise dos elementos que o constituem (foco, tipografia, sons, fonemas, construção linguística, cor, linhas, figuras geométricas, pontos, planos, cenografia, vestimenta, expressões corporais e faciais, gestos etc).

Em Bakhtin (2015a; 2022), o tema também reaparece com ênfase, sobretudo em seu estudo sobre Dostoiévski. Antes de tudo, Bakhtin (2015a) reconhece a dimensão filosófica da obra de Dostoiévski, posto que, para ele, ao ter contato com os textos parece

se tratar mais de “discursos filosóficos” de diferentes pensadores do que propriamente de um conjunto de obras de um artista. Isso se liga à segunda característica da obra dostoiévskiana, pois, como dissemos, o objeto literário de Dostoiévski é o homem. Nas palavras do estudioso russo (2015a, p. 35), “Seu herói é o homem, e o romancista, em suma, não representava a ideia no homem, mas, segundo suas próprias palavras, ‘o homem no homem’” e, por isso, os discursos proferidos na obra não podem ser isolados dos personagens que enunciam.

Como afirmamos em outro trabalho (Paula & Luciano, 2020b), foi na sociologia marxista formulada por Bukhárin que o Círculo buscou sua base filosófica neokantiana. Ao articulá-la com o materialismo histórico-dialético, o Círculo encontrou fundamentos necessários para a superação da crise entre o positivismo e o idealismo, e pôde realizar sua proposição dialético-dialógica. Por meio da linguagem, Bakhtin, Medviédev e Volóchinov combinam a noção de cultura do neokantismo com a concepção de ideologia do materialismo histórico-dialético de Marx. Dessa combinação, a linguagem é concebida: pela constituição da consciência cognoscível materializada em sistemas específicos da interação. Com isso, o material sígnico torna-se “terreno comum entre psiquismo e ideologia” (Grillo, 2017, p. 58).

Essa compreensão do lugar do sujeito entre o idealismo e o marxismo para a abordagem da filosofia da linguagem é fundamental para a elaboração do conceito de linguagem bakhtiniano. Os fenômenos da criação ideológica (obras de arte, trabalhos científicos, símbolos e cerimônias religiosas, os estados de espíritos, as concepções de mundo, as crenças etc) não estão presentes no interior do ser, na vida da consciência, tampouco isoladas dela, mas são objetos materiais e partes da realidade que abarcam o sujeito. Esses fenômenos, ao mesmo tempo que são constituídos na relação com a consciência, também são formados nesse processo.

A relação dialético-dialógica que compõe essa proposição bakhtiniana revela a interdependência entre os fenômenos do

mundo interior (da consciência, do sujeito) e do mundo exterior (o real, mundo físico-natural) que se encarnam no material semiótico, sem a qual não há existência, como esclarece Volóchinov (2017, p. 137-138, grifos do autor):

Não há o signo exterior sem o signo interior. Um signo exterior, incapaz de entrar no contexto dos signos interiores, ou seja, de ser compreendido e vivido, deixa de ser um signo e torna-se um objeto físico.

O signo ideológico vive por meio da sua realização psíquica, assim como a realização psíquica vive por meio do seu conteúdo ideológico. A vivência psíquica é o interior que se torna exterior; o signo ideológico é o exterior que se torna interior.

O movimento dialético entre interior e exterior, de construção do processo e do produto significativo é o que interessa ao coletivo pensante B. M. V. Uma dupla orientação, dialógica e indissociável. Essa relação aparece no ato enunciativo e na compreensão ativa, realizados na interação entre os sujeitos eu-outro (mesmo que esse outro seja outro de mim):

Essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre o interior e o exterior, se realiza sempre reiteradamente na palavra, em cada enunciado, por mais insignificante que seja. Em cada ato discursivo, a vivência subjetiva é eliminada no fato objetivo da palavra-enunciado dita; já a palavra dita, por sua vez, é subjetivada no ato de compreensão responsiva, para gerar mais cedo ou mais tarde uma réplica responsiva. (Volóchinov, p. 140)

O entendimento desse processo sujeito-mundo nos autoriza afirmar que todo e qualquer enunciado é constituído, ao mesmo tempo, pelo ato discursivo e pela compreensão ativa. Em outras palavras, a construção do enunciado acontece tanto pelo que é expresso (produto) quanto pela compreensão ativa (processo), ainda que na forma de uma escuta silenciosa. Novamente: exterior e interior, social e individual, ideológico e consciência.

Para exemplificar, tomemos as análises do próprio Bakhtin (2013). Em *Questões de estilística no ensino de língua*, o professor Bakhtin busca demonstrar como as presenças ou não de conjunções nos versos de Gógol e Púchkin podem alterar o sentido. Com isso, notamos também, indicadas pelo próprio autor, com maior ou menor evidencia, marcas da tridimensionalidade constitutiva da linguagem. O produto trata dos versos de dois poetas russos expressos a partir da materialidade verbal, contudo, para a construção de sentido por meio do contato com outra consciência (Bakhtin), outros elementos enunciativos são demandados, como o gesto, a entonação, a dramaticidade, a pausa. A depender da forma do gestual, do movimento, da expressão facial, da cadência rítmica, melódica, do timbre, da altura do som em relação à semântica dos signos verbais, a significação é alterada.

Ao ler o primeiro verso, “Triste estou: o amigo não está”, de Púchkin, Bakhtin (2013, p. 30) aponta para a necessidade de “ lê-la com uma expressividade máxima, até reforçando um pouco a sua estrutura de entonação e enfatizando, com ajuda da mímica e de gestos o elemento dramático contido nessa frase” para que os alunos, no caso do autor, e nós, agora, como leitores, possamos “sentir o papel norteador exercido pela entonação nos períodos desse tipo, eles [os alunos] devem sentir e ver qual é a necessidade interna de combinar a entonação com a mímica e o gesto quando o verso de Púchkin é pronunciado em voz alta”.

Por mais que o gesto, a expressão facial, a mímica, a musicalidade sejam expressos por aquele que lê, o próprio filósofo russo destaca a presença interna desses elementos no verso por meio da organização material na relação com a arquitetônica discursiva. Prova disso, usada pelo próprio autor-professor, ocorre com a inserção ou a supressão de conectivos e outros elementos sintáticos nos versos, como quando se adiciona as conjunções “porque” ou “uma vez que”, por exemplo, que impõem uma mudança sintática no período e “aquela entonação, a mímica e o gesto com ajuda dos quais expressávamos a dramaticidade interna durante a leitura em voz alta do texto de Púchkin tornaram-se claramente inconvenientes

na leitura da nossa reformulação” (idem, p. 31). Logo, consiste no jogo entre exterior e interior, expressão e compreensão, produto e processo, a construção de sentido.

No verso de Gógol, “Acordei: cinco estações tinham ficado para trás”, Bakhtin é ainda mais enfático ao mostrar a força expressiva dos elementos internos do período:

A pausa entre as orações simples (marcada por um travessão) transmite a expectativa diante da surpresa, o que tem de ser expresso na leitura dramática por meio da entonação, da mímica e do gesto [...]. Na apresentação desse período, a mímica e o gesto estão pedindo para serem usados – não dá para segurá-los! À nossa frente vemos esse viajante que esfrega os olhos sonolentos e, com agradável surpresa, descobre que, enquanto dormiu, já passaram cinco estações. (Bakhtin, 2013, p. 37-38)

A análise feita pelo pensador russo é semelhante à de Anthony Wall ao analisar os quadros Bisbilhoteiros, de Maes, a partir da perspectiva bakhtiniana. Segundo o pesquisador canadense (Wall, 2015, p. 234, grifos do autor):

Para apreciar as obras de Nicolaes Maes que retratam bisbilhoteiros, o observador precisa não só olhar como, especialmente, escutar. O quadro da Wallace Collection torna a pintura audível de um modo muito peculiar, literalmente sugerindo, se nos for permitido brincar com *Problemas da Poética de Dostoievsky*, que não basta ver a bisbilhoteira pintada; também temos de ouvi-la (BAKHTIN, 2002, p. 53). Temos de escutar os seus gritos de ajuda usando as pistas visuais que o quadro fornece.

Aqui, Wall (2015) é tão preciso quanto Bakhtin (2013), inclusive, ao reforçar a pertinência das conclusões do filósofo russo, pois utiliza o mesmo princípio legitimamente na materialidade visual, sem distorções. Kandinsky faz o mesmo com suas telas, ao pintar composições musicais e ainda teoriza sobre todo o movimento do abstracionismo, com explicações sobre significações

que interrelacionam campos estéticos que se caracterizam, estruturalmente, de modo majoritário, por linguagens distintas, que se amalgamam num todo de sentido organizado multimodal, de modo mais ou menos explícito. Logo, Wall e Kandinsky também salientam uma unidade constitutiva da linguagem, a qual denominamos em nossos estudos, com o termo verbivocovisualidade.

O entendimento da categoria bakhtiniana sobre sujeito na relação com o material semiótico concretizado, assim como sobre a prática analítica é essencial para a compreensão do que propomos, ou seja, da concepção tridimensional verbivocovisual da linguagem na filosofia bakhtiniana, entendida na relação com contexto histórico. A partir desse percurso, compreendemos a delimitação de linguagem elaborada por Bakhtin (2011) anos depois da dissolução do Círculo, que “manteve-se fiel a seus princípios fundamentais” de uma “concepção de linguagem e produção discursiva *compartilhada*” (Bakhtin *apud* Medviédev, Medviedeva, Shepherd, 2016, p. 103, grifos do autor). Afinal, nas palavras do autor, “por trás de cada texto está o sistema da linguagem” (Bakhtin, 2011, p. 309), uma vez que

Todo sistema de signos (isto é, qualquer língua), por mais que sua convenção se apoie em uma coletividade estreita, em princípio sempre pode ser codificado, isto é, traduzido para outros sistemas de signos (outras linguagens); conseqüentemente, existe uma lógica geral dos sistemas de signos, uma potencial linguagem das linguagens única (que, evidentemente, nunca pode vir a ser uma linguagem única concreta, uma das linguagens). [...] é indiscutível a potencial linguagem das linguagens. (Bakhtin, 2011, p. 311)

Embora o filósofo russo ressalte a impossibilidade de a potencial “linguagem das linguagens única” ser concreta, uma vez que cada linguagem possui sua particularidade e seu modo de refletir e refratar a existência, ele assume a sua inegável constituição (processo) em cada ato enunciativo (produto). Essa

percepção sobre o fenômeno semiótico já estava presente no período de reuniões do Círculo, reforçando a fala de Bakhtin, pois, no texto “O estilo do concerto”, de 1923, Volóchinov (2019, p. 363) afirma ser legítima a combinação entre música e outros fenômenos, como a palavra, a linha e a cor e que “na prática, há muito tempo essa possibilidade foi provada pela existência da ópera, do balé e etc”. É graças a essa condição da linguagem que podemos ouvir os quadros de Maes, como Wall (2015) ou ver o viajante a esfregar os olhos nos versos de Gógol, como Bakhtin (2013).

Brandist (2002) assume a existência de uma filosofia da linguagem e da significação em geral, com particular referência ao material literário, elaborada pelos pensadores russos entre os anos de 1927 e 1929, especialmente ao relacionarmos as obras, como fizemos acima. Essa posição também é partilhada por Grillo (2017, p. 14), ao confirmar que “as opções de Bakhtin, Medviédev e Volóchinov, tanto no domínio das teorias da linguagem quanto no da poética, buscam uma fundamentação em abordagens filosóficas da linguagem e das artes”.

Entendemos que a proposição de uma filosofia bakhtiniana da linguagem, ainda que tenha vindo à luz de forma mais consolidada nos livros de 1927 e 1929, é desenvolvida desde os tempos de Vitebsk, sobretudo por se tratar de uma cidade de vanguarda e de efervescência cultural que retrata o cenário descrito por Schnaiderman (2010), onde os membros do Círculo tiveram contato com o Teatro Itinerante, as ideias de Malevitch e Chagall, as quais certamente contribuíram para o pensamento do grupo.

Em decorrência dessa concepção filosófica (e tridimensional) da linguagem elaborada pelo coletivo pensante B.M.V, torna-se possível relacioná-la com o conceito de verbivocovisualidade, de Joyce, e assim denominá-la, visto que, Pignatari e os irmãos Campos (Augusto e Haroldo), tomam o poema concreto ou, se preferirmos, de modo alargado, o enunciado, como uma “estrutura ótico-sonora irreversível e funcional, e, por assim dizer, geradora da ideia, criando uma entidade toda dinâmica, ‘verbivocovisual’” (Campos; Pignatari; Campos, 1975, p. 34), à disposição do próprio

poema-enunciado, que constitui a própria coisa (a palavra-coisa, segundo os poetas concretos). Essa ideia corresponde a uma concepção de linguagem que se aproxima com a do Círculo, como explicamos (Paula & Luciano, 2020d, p. 143), essa é uma concepção de linguagem

[...] caracterizada pela potencialidade máxima da verbivocovisualidade (interrelação indissociável entre as linguagens verbal, vocal/musical e visual). A seguir o que os poetas concretos denominam como uma tradição explorada por Joyce, E. Cummings, Mallarmé, Pound, os futuristas, entre outros, a poesia concreta organiza, em seu projeto arquitetônico material disponível (palavra, sílaba, fonema, som, fisionomia acústico-vocal-visual dos elementos linguísticos, campo gráfico etc), a concretude verbivocovisual da linguagem, de modo a explicitar a palavra-coisa como poema que traduz, de maneira metalinguística, a linguagem como um objeto tridimensional dinâmico, uma célula viva (bakhtinamente, “traduzimos” essa ideia como “organismo vivo”). Dada essa situacionalidade do termo verbivocovisual(idade), apropriado por Paula (2017), de maneira metafórica, é que o utilizamos para pensar a relação de uma linguagem tridimensional proposta pelo Círculo e a concepção apresentada pelos Concretos.

Essa possibilidade ocorre porque os Concretistas do Noigandres e o Círculo compartilham raízes em comum, como, por exemplo, Humboldt (fundamental para a ideia de produto e processo – *érgon* e *enérgia*), Cassirer (essencial para pensarmos a noção de cultura e pensamento, forma simbólica – signo ideológico e realidade – e, por fim, a noção de linguagem como ato), os formalistas russos, Maiakóvski, a fenomenologia e outros.

Como afirma Bakhtin (2011 p. 348), a participação na existência exige a integralidade do ser e o sujeito “aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal” para participar do diálogo e dele “o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos”. Por

isso, a atitude humana torna-se “um texto em potencial e pode ser compreendida (como atitude e não ação física) unicamente no contexto dialógico da própria época (como réplica, como posição semântica, como sistema de motivos)” (idem, p. 312). Na vida, “cada movimento, cada gesto, cada experiência vivida, cada pensamento, cada sentimento – deve ser um ato responsável” (Bakhtin, 2010, p. 101).

Assim, sendo o sujeito constituído simultaneamente por signos verbivocovisuais e participante ativo da construção enunciativa; e o enunciado, a efetivação de dada realidade da existência, a partir do jogo interior e exterior, todo e qualquer ato enunciativo, independentemente de sua materialidade expressa, manifesta a articulação e a organização tridimensional da linguagem em determinado tempo e espaço histórico, visto que o homem e o mundo não são arquivos fragmentados. Ao contrário. A totalidade do sujeito e da existência se realiza na linguagem verbivocovisual, ao mesmo tempo em que esta se encarna na unidade do indivíduo, que a torna corpo. Desse modo, a linguagem se manifesta de maneira tridimensional porque se realiza e efetiva (n)o sujeito organizado culturalmente e (n)o mundo, ao passo que o homem e a sociedade somente encontram sua totalidade concreta abarcada na linguagem. Compreendemos a linguagem como verbivocovisual porque o sujeito se constitui assim, tridimensionalmente, enquanto a consciência se constitui verbivocovisualmente, pois a linguagem se caracteriza e se comporta dessa maneira ao semiotizar o homem na sua unidade integral.

Por fim, ao pensarmos nessa rede complexa de ideias e (re)leituras do pensamento bakhtiniano, nos distanciamos de propostas que consideram apenas ou principalmente apenas a exteriorização explícita concreta ou que desconsideram uma das semioses da tridimensionalidade da linguagem em seu bojo (no caso, em especial, a vocalidade), como é o caso, por exemplo, da proposta de Brait (2009; 2013; 2015), pois, ao propor a verbo-visualidade, a autora considera, essencialmente, o material expresso exteriormente: “um enunciado concreto articulado por

um projeto discursivo do qual participam, com a mesma força e importância, a linguagem verbal e a linguagem visual”, ou seja, o produto, que “estará constituído a partir de determinada esfera ideológica, a qual possibilita e dinamiza sua existência, interferindo diretamente em suas formas de produção, circulação e recepção” (Brait, 2013, p. 194). Compreensão que se aproxima mais de uma leitura bakhtiniana de tradição francesa na linguística, como está situada a ADD – posição que há mais proximidade com a Semiótica, Análise do Discurso francesa, com Pêcheux, Foucault, Maingueneau, entre outros, em que a exterioridade predomina, o sujeito é interpelado pela ideologia e ocupa uma posição mais passiva em relação à linguagem e ao social, diferente do que ocorre na filosofia da linguagem que assumimos como bakhtiniana, que considera o jogo vivo em embate entre interior e exterior, produto e processo e a relação dialógica entre o eu e o outro, como natureza própria do enunciado¹⁵. Desconsiderar a relação potencial, vestígios e explicitude, no jogo de produção enunciativa (processo-

¹⁵ Como já apontado (Luciano, 2021), apenas em seu trabalho mais recente, a pesquisadora, em parceria com Amorim (2020), pensa em potencialidade, mas ainda de maneira exígua para uma diferenciação discreta, não formulada sistematicamente, da materialidade e da presença potencial de outras linguagens em um único material, denominado de verbo-visual em presença (quando há as duas materialidades expressas) e força verbo-visual, quando há possibilidade intrínseca (p. 21). No texto “Ver com palavras”, as estudiosas dedicam-se para “*diferentes formas de diálogo existentes entre as dimensões verbal, visual e verbo-visual, desenvolvidos pelas autoras no Brasil e na França*.” (p. 1, grifos do texto), partem de textos de Mário Quintana (poemas *Apontamentos de história sobrenatural* [1976]), Walter Benjamin (“Equipamentos de escritório” [1928]) e Honoré de Balzac (A obra-prima ignorada [1831]) na relação com pintores como Magritte e Rembrandt, para pensarem a potencialidade do visual no material verbal e do verbal no visual, apoiadas nos trabalhos anteriores acima citados por nós. Contudo, ainda que reconheçam essa potencialidade já evidenciada por nós a partir de Paula (2014; 2017), as pesquisadoras limitam-se às questões verbo-visuais, sem considerar o vocal (por nós, compreendido, como já explicitamos anteriormente (Paula & Luciano, 2020), como verbo-vocal), não consideram essa potencialidade em todo e qualquer enunciado, tomado como tridimensional e, tampouco, tomam essa noção como uma concepção própria do Círculo “B.M.V.”.

produto), apaga o funcionamento sistêmico da linguagem (por detrás da linguagem), do qual nos fala Bakhtin (2011), bem como a interação discursiva, uma vez que a compreensão ativa, a vivência interior na e pela consciência é colocada em segundo plano, o que dissipa o papel do outro no diálogo. Por fim, esse tipo de posição incorre também no apagamento do caráter constitutivo da linguagem, que abarca a totalidade do sujeito e da existência, isto é, da realidade social, que passa a ser entendida de forma fragmentada, mais cartesiana e pouco evidenciada como tridimensional (verbivocovisual), de modo articulado na unidade efetiva de realidade objetiva concreta do Ser-evento, constituída no ato enunciativo, de maneira integral, como consideramos ser essencial na proposição filosófica da linguagem do coletivo pensante B.M.V.

Encaminhamentos

Conforme destacamos, alguns elementos são essenciais para a nossa proposta. O primeiro deles é a indissociabilidade entre ética e estética naquele momento histórico da União Soviética. Ainda que a arte possa ser vista e compreendida de diferentes perspectivas naquele período, ela se volta para um modo de olhar a própria vida, a realidade social. Soma-se a isso, o papel central da arte, em especial da literatura, para o desenvolvimento do debate filosófico, que se caracteriza, precisamente, como uma reflexão sobre a vida. Por isso, quando nos deparamos com embates estéticos (seja por ou sobre obras de arte, seja por formulações teóricas, as quais estavam fundidas), estamos diante, ao mesmo tempo, metalinguisticamente, de um debate filosófico sobre o mundo. Esse é o modo de filosofar soviético, ao qual o pensamento bakhtiniano não se encontra apartado. Ao contrário.

Nessa fronteira do fazer artístico-filosófico, o segundo aspecto que se destaca se refere a uma orientação metodológica comparativa entre as artes/materialidades. Como vimos, a prática de se estudar dado material semiótico/forma artística na relação

com outro é recorrente. O diálogo, longe de ser uma proposta exclusivamente bakhtiniana, é método de pesquisa presente na União Soviética. Esse procedimento dialético-dialógico também não se limita aos atos enunciativos, mas se refere a sujeitos, materialidades, artes, objetos, vozes, visões de mundo, signos interiores e exteriores, social e individual, produto e processo, todos tornados palpáveis no enunciado. Esse modo de investigação reflete a atmosfera socioideológica da época, em que prevalece o sociocultural e o coletivo em oposição ao Ocidente, mais individual. Não é arbitrário que as produções teóricas, filosóficas e estéticas eram desenvolvidas em círculos de discussões. A construção do saber era coletiva, produzida na relação com o outro (de outro campo, de outro ponto de vista, na interrelação).

Outro ponto central que nos leva a pensar sobre a verbivocovisualidade a partir do escopo bakhtiniano é a construção do enunciado e a noção de sujeito, compreendidas na relação eu-outro. Quando o Círculo estabelece a relação dialógica constitutiva do ato enunciativo, os pensadores russos colocam nela o momento fundamental da arquetônica do mundo (Bakhtin, 2010). Isso significa que não há uma predominância entre o exterior e o interior, entre o eu e o outro, pois a constituição da linguagem em ato ocorre na (tensa) relação entre os polos, de modo que é, simultaneamente, o eu e o outro, produto e processo, exterior e interior, individual e social, psicológico e ideológico que se retroalimentam, constitutivamente, no jogo dialógico. Assim, do mesmo modo que o enunciado expresso possui sua importância (o exterior, o produto), a compreensão ativa (o interior, o processo) também possui relevância na construção de sentido, uma vez que sem um desses elementos, a produção semiológica cognoscível não é possível. Esse é, justamente, o desafio e a complexidade da filosofia bakhtiniana, que nomeamos de verbivocovisual.

O percurso traçado por nós em nossas pesquisas durante os anos que temos nos debruçado sobre a temática da verbivocovisualidade (de 2014 até o momento – e ainda em andamento), tem nos levado a encontrar critérios teórico-

metodológicos para o desenvolvimento analítico dos enunciados, com especial atenção para os discursos estéticos, em sua relação ética sociocultural. Assim, coube a esta reflexão estabelecermos os princípios parâmetros da abordagem proposta por nós a partir do Círculo: a) compreender o pensamento bakhtiniano na relação com seu contexto de formação; b) partir do campo da filosofia da linguagem como constructo semiológico que busca, por meio da produção do enunciado (interna e externamente, dialogicamente) compreender a relação homem e mundo.

A heterogeneidade de olhares é bem-vinda, pois é com a diferença que avançamos. Da plurissignificação e da múltipla compreensão, o conhecimento é composto, como já nos ensinou o Círculo russo e nosso olhar é apenas mais um, atento à proposição filosófica bakhtiniana. Por isso, o trajeto percorrido neste capítulo é central para que seja possível compreender nosso “lugar de fala” (Ribeiro, 2019) dentre os estudos que se propõem a pensar sobre a multimodalidade e a construção de sentidos como processo-produto.

Nosso objetivo foi o de nos posicionar junto ao quadro das demais perspectivas, com as quais aprendemos, às quais respeitamos e com as quais acreditamos colaborar, ao marcar a pertinência e a relevância do nosso olhar, justificado pela leitura situada das obras bakhtinianas, estudadas de modo dialógico, a partir do seu quadro de produção, a fim de demonstrar que, muito embora o Círculo não tenha utilizado o termo verbivocovisualidade, é possível pensarmos nessa nomenclatura a partir da proposição bakhtiniana, especialmente, ao considerarmos o campo da filosofia da linguagem como o *locus* e os acontecimentos históricos e estéticos da Rússia do final do século XIX até o final da primeira metade do século XX como o tempo de construção desse pensamento.

Ao pensarmos sobre a contribuição que a proposta bakhtiniana pode trazer para a contemporaneidade, ao ultrapassar sua época, o trabalho com a multimodalidade nos salta aos olhos. E, para trabalharmos com a plurissignificação de enunciados

sincréticos, estáticos e/ou em movimento, considerar a relação processo-produto, potência, vestígio e explicitação nos é fundamental para levarmos a cabo, de maneira integral, a complexidade da filosofia da linguagem proposta pelo Círculo. Afinal, não partimos da reprodução do que os pensadores russos disseram, tentando replicá-las ou encaixá-las de modo formatado, assim como não partimos de afirmações preconceituosas que questionam se os escritos do Círculo ainda têm algo a nos dizer nos dias de hoje. Partimos, sim, do que a filosofia dialógica nos apresenta como proposta, estudamos o seu contexto de produção, circulação e recepção, as concepções teóricas que sustentam a proposta filosófica de linguagem, a metodologia construída e queremos dar continuidade à grandeza, à riqueza e à complexidade desse pensamento, ao pensá-lo na contemporaneidade.

Assim, esta reflexão não quis nem quer negar o que veio antes, ao contrário, somos gratos ao caminho traçado até aqui, com o qual pretendemos somar, com outra visão. Das diferenças e das peculiaridades entre os olhares dos pensadores russos, sua filosofia dialógica nasceu. Pensamos ser a diversidade de olhares e a heterogeneidade científica e filosófica o caminho para adentrarmos na complexidade da multissemiose, especialmente a produzida na contemporaneidade, que abarca tantos elementos e os sincretiza, demandando do estudioso da linguagem que ele se debruce, cada vez mais, de modo aprofundado, por mais áreas para conseguir abarcar os sentidos em movimento processual nos enunciados em circulação.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. de Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 3ª edição. São Carlos: Pedro e João, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Obra de Dostoiévski**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova. São Paulo: 34, 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Estilística no Ensino de Língua**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Volkóva Américo. São Paulo: 34, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance I: A Estilística**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2015b.

BAKHTIN, Mikhail & DUVAKIN, Viktor. **Mikhail Bakhtin em diálogo**: Conversas de 1973 com Viktor Duvakin. São Carlos: Pedro & João, 2008.

BIELÍNSKI, Vissarion. Pensamento e observações sobre a literatura russa. In: GOMIDE, B. B. (Org.). **Antologia do pensamento crítico russo**. 2ª ed. São Paulo: 34, 2017. p. 113-146.

BRAIT, Beth. A Palavra mandioca do verbal ao verbo-visual. **Bakhtiniana**. Revista de Estudos do Discurso, [S.l.], n. 1, jun. 2009. ISSN 2176-4573. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/3004/1935> >. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRAIT, Beth. “Análise e teoria do discurso”. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRAIT, Beth. **Literatura e outras linguagens**. São Paulo: Contexto, 2015.

BRAIT, Beth. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. **Bakhtiniana**. Revista de Estudos do Discurso, [S. l.], v. 8, n. 2, p. Port. 43–66 / Eng. 42, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/16568>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRAIT, Beth; AMORIM, Marília. Ver com Palavras. **DELTA**, São Paulo, v. 36, n. 3, 2020, 2020. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502020000300400&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 02 Jan. 2021.

- BRANDIST, Craig. **The Bakhtin Circle: Philosophy, Culture and Politics**. London: Pluto Press, 2002.
- CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio. CAMPOS, Haroldo de. **Teoria da Poesia Concreta**. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- CAMPOS, Augusto de; CAMPOS, Haroldo de. **Panorama de Finnegan's Wake**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- CASSIRER, Ernest. **A filosofia das formas simbólicas**. V. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CASSIRER, Ernest. **Las ciencias de la cultura**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- CASSOTTI, Rosa Maria Stella. **I linguaggi musicale nel circolo di Bachtin e oltre**. Bari: Edizioni Giuseppe Laterza, 2009.
- COOK, Nicholas; EVERIST, Mark. **Rethink Music**. New York: Oxford University Press, 2001.
- COPLESTON, Frederick Charles. **Philosophy in Russia: from Herzen to Lenin and Berdyaev**. Indiana: University of Notre Dame Press, 1986.
- DIXON, Gavin Thomas. **Polystylism as dialogue: a Bakhtinian interpretation of Schnittke's symphonies 3, 4, and his concerto grosso no.4/symphony no.5**. 2007. 318f. Thesis (Doctor in Music) - University of London, Goldsmiths College, London, 2007.
- DOMINGUES, Taciane. **Diálogos entre Volóchinov e Humboldt na filosofia da linguagem: a participação do idealismo na síntese marxista**. 2020. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.8.2020.tde-18112020-201141. Acesso em 14 de dezembro de 2020.
- EMERSON, Caryl. **Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
- GARNER, Mark. Ecologia da língua como teoria linguística. Trad.: Hildo Honório do Couto. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 01, n. 02, p. 65-78, 2015.
- GRILLO, Sheila. Marxismo e filosofia da linguagem: uma resposta à ciência da linguagem do século XIX e do início século XX. In:

- VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: 34, 2017.
- HAYNES, Deborah. **Bakhtin and Visual Arts**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- HAYNES, Deborah. **Bakhtin Reframed**. New York: I. B. Taurus, 2013.
- HERZEN, Aleksandr. Literatura e pensamento social depois do 14 de dezembro de 1825. In: GOMIDE, B. B. (Org.). **Antologia do pensamento crítico russo**. 2ª ed. São Paulo: 34, 2017. p. 161-186.
- HIPPERTT, Rebeca Torrezani Martins. *Ouver: a relação entre o som e a cor na percepção*. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3291/1/CT_PPGTE_HIPPERTT%2CRebeca%20Torrezani%20Martins_2018.pdf.
- IVANOVA, Irina. O diálogo na linguística soviética dos anos 1920-1930. **Bakhtiniana**. Revista de Estudos do Discurso, [S.l.], n. 6, p. 239-267, nov. 2011. ISSN 2176-4573. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/6089> >. Acesso em: 23 maio 2020.
- JOYCE, James. **Ulisses**. Trad.: Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 41-42.
- KANDINSKY, Wassily. **Amarelo, Vermelho, Azul**. Pintura a óleo sobre tela, dimensões de 127 x 200cm, localizada no Museu de Arte Moderna, Centre Georges Pompidou, em Paris – França. Disponível na WikiArt.
- KANDINSKY, Wassily. **Ponto, Linha, Plano** – contribuição para análise dos elementos picturais. Lisboa: Edições 70, 1970.
- KANDINSKY, Wassily. **Do espiritual na arte: e na pintura em particular**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KANDINSKIJ, Vasilij. **Scritti intorno alla musica**. A cura di Nilo Pucci. Fiesole: Discanto, 1979.
- KANDISKY, Wassily. **Sounds**. Translation Elizabeth R. Napier. New Haven and London: Yale University Press, 1981.

LUCIANO, José Antonio Rodrigues. **Filosofia da linguagem bakhtiniana**: concepções verbivocovisuais. 2021a. 278f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, SP 2021a. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/204473> >

LUCIANO, José Antonio Rodrigues. **A verbivocovisualidade em ato**: aspectos teórico-metodológicos da filosofia da linguagem bakhtiniana. 2021b. Em andamento. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, SP.

MCCAWE, Dick. *Bakhtin and Theatre - Dialogues with Stanislavsky, Meyerhold and Grotowski*. Abingdon: Routledge, 2015.

MEDVIÉDEV, Pavel. **O Método Formal nos estudos literários**. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Volkóva Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDVIÉDEV, Iúri Pávlovitch; MEDVIÉDEVA, Dária Aleksándrovna; SHEPHERD, David. A polifonia do Círculo **Bakhtiniana**. Revista de Estudos do Discurso, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 99-144, nov. 2015. ISSN 2176-4573. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/24397> >. Acesso em: 20 maio 2020.

NASSIF SCHROEDER, Silvia Cordeiro; SCHROEDER, Jorge Luiz. Música como discurso: uma perspectiva a partir da filosofia do círculo de Bakhtin. **Música em Perspectiva**, [S.l.], v. 4, n. 2, sep. 2011. ISSN 2236-2126. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/musica/article/view/27495> >. Acesso em: 21 apr. 2021.

PAULA, Luciane de. **O SLA funk de Fernanda Abreu**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista - Unesp, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, 2007. Mimeo.

PAULA, Luciane de. **A imagem do som**: análise do gênero discursivo canção. (Pós-Doutorado em Letras) – Université François Rabelais (Tours), França, 2011.

PAULA, Luciane de. **Análise Dialógica de Discursos verbo-voco-visuais**. Projeto de Pesquisa trienal na UNESP. Assis-SP: UNESP, 2014.

PAULA, Luciane de. **Verbivocovisualidade: uma abordagem bakhtiniana tridimensional da linguagem**. Projeto de Pesquisa. UNESP, 2017.

PAULA, Luciane de. **Teoria, metodologia e análise verbivocovisual: uma proposta de abordagem filosófico-dialógica brasileira contemporânea**. Projeto de Pesquisa em andamento. UNESP, 2023.

PAULA, Luciane de; BATISTA, Rafaela dos Santos. A verbivocovisualidade criptografada de Augusto de Campos. **Revista da ANPOLL**, 52(3), 2021, p. 55-75.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. A filosofia da linguagem bakhtiniana e sua tridimensionalidade verbivocovisual. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 49, p. 706-722, 2020a.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. A tridimensionalidade verbivocovisual da linguagem bakhtiniana. **Revista Linha D'Água**, v. 33, p. 105-134, 2020b.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. Dialogismo verbivocovisual: uma proposta bakhtiniana. **Polifonia: Estudos Da Linguagem**, v. 27, p. 15-46, 2020c.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. Filosofia da Linguagem Bakhtiniana: concepção verbivocovisual. **Revista Diálogos** (REVDIA), v. 8, p. 132-151, 2020d.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. Recepções do pensamento bakhtiniano no ocidente: a verbivocovisualidade no brasil. In: BUTTURI JUNIOR, Atilio; BRAGA, Sandro; SOARES, Thiago Barbosa. (Org.). **No campo discursivo: Teoria e Análise**. 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2020e, v. 1, p. 133-166.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. As noções bakhtinianas de linguagem e enunciado. **Letras de Hoje**, v. 56, p. 453-464, 2021a.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. The Verbivocovisual Architectonic of the Stage La Conversione Di Un Cavallo. **Global Journal of Human-Social Science Research** (online), v. 21, p. 1-13, 2021b.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. A música em Dostoiévski: voz e polifonia sob o viés bakhtiniano. **Cerrados**, v. 31, p. 134-146, 2022a.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. O sujeito, a consciência individual e a consciência coletiva: noção de consciência em Marxismo e Filosofia da Linguagem. In: JESUS, Sérgio Nunes de; FERRAREZI JUNIOR, Celso. (Org.). **Pilares da Teoria Dialógica do Discurso**: a obra de Valentin Volóchinov (da década de 1920 aos dias atuais). 1ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022b, v. 1, p. 245-266.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. A prática verbivocovisual de ensino-aprendizagem - uma encenação dialógica gravada. In: MATSUNAGA, P.; IELPO, R.; PASCOLATI, S. (Orgs.). **Teatro e Ensino**: Dramaturgias e Direitos Humanos - Coleção Caderno Temático Teatro E Ensino, V. 3. Campinas (SP): Pontes, 2022c, p. 42-85.

PAULA, Luciane de; OLIVEIRA, Rafael Junior de. A pandemia no Brasil: atos de dizer e fazer do Governo Federal. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 2022, 51(2), p. 779-807.

PAULA, Luciane de; SANT'ANA, Carolina Gomes. O sorriso (enigma) de Mona Lisa: mulheres e sociedades em embate. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 22, n. 4, 2022, p. 871-908.

PAULA, Luciane de; SERNI, Nicole Mioni. A vida na arte: a verbivocovisualidade do gênero filme musical. **Raído**, Dourados (MS), v. 11, n. 25, jan./jun. 2017 p. 178-201.

PAULA, Luciane de; SOUZA, Douglas Neris. de. Antropofagia Dialógica - olhar Tarsila do Amaral. **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina (PR), v. 22, n. 3 (2019), p. 75-105.

PAULA, Luciane de; SOUZA, Douglas Neris. de. Operários no contexto pandêmico: o nada "novo normal" da covid-19. **Cadernos Discursivos** (CADIS), v. 1, n. 2, 2023, p. 256-297.

PAULA, Luciane de; TEIXEIRA, Laura Pereira. Barbies Perfeitas: o antifeminismo contemporâneo. In: ABREU-TARDELLI, L. S.; GARCIA, T. S.; G. FERREIRA, A. de A. G. D'O. **Pesquisas em Linguagem: diálogos com a contemporaneidade**. Campinas (SP): Pontes, 2021, p. 54-83.

PAULA, Luciane de; VILLARTA-NEDER, Marco Antonio. Black lives matter: ethical acts answerable-responsible against structural racism. **International Journal of Latest Research in Humanities and Social Science (IJLRHSS)**, V. 05 - Issue 10, 2022, p. 141-151.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

SCHNAIDERMAN, Boris (org). **A poética de Maiakóvski através de sua prosa**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

SCHNAIDERMAN, Boris. Semiótica na U.R.S.S.: uma busca de “elos perdidos” (à guisa de introdução). In: SCHNAIDERMAN, B. (org.). **Semiótica russa**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 9-27.

SOLLERTÍNSKI, Ivan. **Musica e letteratura al tempo dell'Unione Sovietica**. A cura di Samuel Manzoni. Italia: LIM Editrice, 2016.

STAM, Robert. **Bakhtin: Da Teoria Literária à Cultura de Massa**. São Paulo: Ática, 1992.

STAM, Robert. **Brazilian Cinema**. Michigan: Fairleigh Dickinson University Press, 1982.

STAM, Robert. **Subversive Pleasures: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film**. London: Johns Hopkins University Press, 1989.

VILAS BOAS, Thayrine; CASTRO DIAS, Fábio Luiz. Dos fundamentos kantianos do conceito de cronotopo de Mikhail Bakhtin: convergências e divergências. **A palo seco: escritos de filosofia e literatura**, v. 15, p. 8-28, 2022.

VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2019.

WALL, Anthony. A bisbilhotice na pintura. **Bakhtiniana**. Revista de Estudos do Discurso, [S.l.], v. 11, n. 1, p. Eng. 200-233 / Port. 228-263, nov. 2015. ISSN 2176-4573. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/24398> >. Acesso em: 20 maio 2020.

WALL, Anthony. Bakhtin e a noção de crise ou como ler por Bakhtin a pintura arquitetural do Século das Luzes. In: PAULA, L de (org). **Discursos em perspectivas**: humanidades dialógicas. São Paulo: Mercado das Letras, 2014.

Yudina, Maria; Souvtchinsky, Pierre. **Corresponde et documents (1959-1970)**. Édité et traduit par Jean-Pierre Collot. Genève: Contrechamps Éditions, 2020.

ZENKOVSKY, Basile. **Histoire de la philosophie russe**. Paris: Librairie Gallimard, 1953.

O CLUBE DOS CARIMBADORES NO DISPOSITIVO CRÔNICO DA AIDS DO BRASIL: UMA LEITURA NEOMATERIALISTA PARA OS ESTUDOS DO DISCURSO

Atilio Butturi Junior¹

Introdução

Logo que iniciei minhas pesquisas no campo do discurso², ainda na Iniciação Científica – e lá se vão mais de vinte anos – , aprendi num texto da Eni Orlandi (2007) que havia uma diferença entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico: enquanto o primeiro funcionaria como uma espécie de rede conceitual de base, o segundo era formado por demandas próprias de cada objeto.

O mote do dispositivo analítico trouxe consigo uma exigência na formação, qual seja, de atentar para as particularidades dos objetos que, desde então, eu elegeria para as minhas pesquisas. Como apontava Foucault, era justamente na acontecimentalidade desses objetos complexos e em atenção a eles que valeria, afinal, fazer uma análise do discurso.

É no bojo dessa prescrição de prudência³ dupla, sobre as demandas objetais e sobre sua acontecimentalidade, que passei a praticar e a inventar um modo de fazer análise do discurso. Inicialmente, facilmente definível como filiado à uma *análise foucaultiana dos discursos*, marcada por uma forte relação com a

¹ UFSC/CNPq - Brasil

² Estou aqui pensando a própria AD na ordem imaginada por Bourdieu e depois retomada por Maingueneau (2010).

³ Foucault (2009[1976]) afirma que são quatro prescrições de prudência para se descrever dispositivos: 1) imanência, 2) variações contínuas, 3) duplo condicionamento e 4) polivalência tática dos discursos.

história e a filosofia política e interessada nos problemas da biopolítica; mais tarde, a partir de 2015, num esforço de produção de tensionamentos, no que tenho chamado de análise neomaterialista dos discursos, afeita a pensar os problemas que o realismo agencial traz para o campo dos estudos discursivos.

Tais deslocamentos teórico-práticos de minha trajetória de analista dizem respeito justamente à tomada de um acontecimento e de um objeto: o dispositivo crônico da aids. Nas minhas investigações sobre esse dispositivo pude, num mesmo movimento: i) efetivar a preocupação foucaultiana com a *ontologia de nós mesmos* e a *ontologia do presente*. Nos termos de Foucault (2008), no curso *O governo de si e dos outros*, poderíamos pensar a contemporaneidade como a exigência de uma *ontologia do presente* ou de uma *ontologia de crítica de nós mesmos* como o conjunto de formas de descrever a produção de subjetividades e exercer a possibilidade de dessubjetivação⁴ em formas novas de relacionar o si consigo mesmo. No caso da análise que empreendemos, trata-se de colocar em xeque os modos pelos quais, na atualidade, permanecemos produzindo exceções racial-gendradas – notadamente, como é o caso das minhas pesquisas, voltadas para pessoas gênero-dissidentes; ii) pensar um modo contemporâneo de fazer análise do discurso, nos termos de Agamben (2019), como uma forma específica de se relacionar com o tempo que suscita uma crítica à atualidade e um compromisso ético com uma outra temporalidade.

Dessa perspectiva, então, é que o presente capítulo toma por objeto os discursos de criminalização das pessoas que vivem com hiv (PVHIV) materializados nos enunciados do “Clube dos Carimbadores”, que são mote de três textos: uma reportagem de *O Globo*, o PL 1048/2015 e um texto do site *Pheeno*. Meu esforço é

⁴ Essa ontologia histórica, já delineada por Foucault no texto editado por Dreyfus e Rabinow (1995), estaria relacionada à verdade na qual nos constituímos, aos campos de força que atuam sobre essas verdades e as possibilidades de uma invenção ética diante da verdade e dos dispositivos – no último caso, em práticas de dessubjetivação.

relacionar o campo de discurso à ontologia do presente, como modo de colocar em suspeição a produção de subjetividades, de corporalidades e de exceção em associações entre sujeitos humanos e não-humanos – aplicativos, remédios e tecnologias de bioascese.

Para tanto, organizo o escrito da seguinte maneira: inicialmente, discorro sobre a proposição de uma análise neomaterialista dos discursos, de modo a oferecer um ponto de estofo teórico-metodológico para a análise e, sobretudo, de apresentar o modo pelo qual tenho realizado minhas pesquisas; depois, descrevo o dispositivo crônico da aids em seu acontecimento tecnobiodiscursivo; por fim, descrevo algumas séries tecno-político-discursivas e intento uma breve análise do problema dos carimbadores.

As problematizações e a atualidade de uma análise neomaterialista dos discursos

Meu ponto de partida teórico metodológico, como apontei precedentemente, é o que temos chamado, eu e Nathalia Muller Camozzato, de uma análise neomaterialista dos discursos. Essa proposta tem se desenvolvido desde 2019, quando forjei o conceito de *tecnobiodiscursivo* para dar conta da condição pós-humana dos estudos sobre a linguagem e o hiv (BUTTURI JUNIOR, 2019) e, mais tarde, quando Camozzato (2022) publicou sua tese pautada na *tecnobiovoz*.

Essa análise neomaterialista dos discursos pretende colocar no centro da cena de análise o problema da relação entre a linguagem e o mundo e as associações entre humanos e não-humanos no interior dos dispositivos. Dito de outro modo, interessa-nos investigar a produção de exceções tecnobiopolíticas segundo a ordem dos efeitos – de sentido e de sentido-coisa.

No campo dos debates foucaultianos, Lemke (2016, 2021) tem se voltado para o papel que os agentes não-humanos (coisas, tecnologias, técnicas) desempenham nos dispositivos de poder saber e, sobretudo, como colocam em xeque a agência humana

transcendental, nos termos que aparecem entre os autores e autoras de vários matizes do que se convencionou chamar de realismo agencial (BARAD, 2017; BENNETT, 2010). Lemke (2016), para tanto, retoma dois sentidos do materialismo: o primeiro, ocupado com uma leitura marxiana que dizia respeito às condições materiais de produção de uma Bioeconomia e diria respeito às estratégias dos dispositivos de governo de calcular e gerir a vida como um ativo do capitalismo; o segundo, porém, diz respeito ao *material turn* contemporâneo da nova guinada materialista que, ao invés de tomar a matéria como inerte na cadeia do biocapital, passa a questioná-la segundo a ordem de sua agência, sua capacidade de produzir efeitos e de criar associações com agentes/atores⁵ humanos. A questão que o filósofo coloca, justamente numa recuperação do papel das coisas em Michel Foucault⁶, em sua agentividade, é a de pensar a governamentalidade sob a égide relacional dessas duas formas de materialismo.

Diferente das críticas de Barad e de Bennett acerca do antropocentrismo em Foucault, Lemke (2021, não numerado) toma o conceito de dispositivo e a problematização da governamentalidade como um ponto de deslocamento da arqueogenealogia em direção à agência dos não-humanos:

The notion of the dispositive successfully grasps the complexities of material-discursive entanglements; Foucault's understanding of technology exceeds the domain of the social; and the concept of the milieu systematically takes into account more-than-human practices. Thus, Foucault's work contains elements of new materialist thought, captured in the idea of a government of things which he briefly outlines in his lectures at the Collège de France.

⁵ Neste trabalho, usaremos agentes e atores como sinônimos. Ainda que saibamos que se são inscrições teóricas distintas, estamos entendendo a distribuição da agência entre humanos e não-humanos, ainda que desigual, o que os coloca como parte da rede de atorização – nos moldes de Latour (1994, 2004).

⁶ Para um debate sobre as coisas e sua agência em Foucault, ver Butturi Junior (2023), no prelo.

Dessa nova leitura dos dispositivo – também realizada em Butturi Junior (2019) –, postulamos (BUTTURI JUNIOR; CAMOZZATO, 2023) seis prescrições de prudência para a produção de análises neomaterialistas dos discursos, a saber:

1) É mister inquirir nosso conceito de materialidade e dar a ver aquilo que se dá entre no linguístico e no não linguístico;

2) É preciso manter a relação, muitas vezes indiscernível, do dizível e do visível, tendo como pressupostos que a análise neomaterialista assume a *limitrofia*⁷(DERRIDA, 2002) constitutiva de suas práticas.

3) É importante observar que são os corpora e os objetos que solicitam uma abordagem neomaterialista, na medida em que perfazem compósitos entre corpos, coisas e sentido.

4) É preciso pensar em topologias locais de poder e resistências, nos moldes propostos pro Collier (2011) e não partir de grandes blocos de dominância permanentes.

5) É no interior de assembles que se dá a distribuição de forças, sempre de modo específico e de acordo com distribuições diferenciais e não-hierárquicas de agência.

6) É na modalidade de intra-ação (BARAD, 2011) e segundo um regime que engloba o discursivo e o *power-thing* que poderemos inteligir a produção de gênero, raça, espaço, tempo, subjetividade, conhecimento e saber.

Então, vejamos: no caso dos dispositivos da aids, como o descreveremos na seção seguinte, é justamente o limite entre o linguístico e o não-linguístico, por um lado, e as relações de poder e de agência na intra-ação, por outro, que estarão em jogo e que, por conseguinte, solicitam um pacto ontológico específico.

⁷ Por *limitrofia*, Derrida (2002) está lendo o problema de se criar, arbitrariamente, limites que definam o humano. No texto, esses limites dizem respeito, sobretudo, às distinções entre uma humanidade e uma animalidade, mas tomo esse esforço do corte naquilo que ele exige para que se pense numa distribuição da agência entre humanos e não-humanos e, relacionado a isso, na dificuldade de se distinguir entre o linguístico (como marca do humano) e o não-linguístico (como efeito produzido por humanos e não-humanos).

Penso aqui desde Bruno Latour (1994 [1991]), que inicia seu *Jamais Fomos Modernos* com a afirmação de que a aids diz respeito, a um só tempo: a um agente não-humano, o vírus, e sua interação com os corpos; a relações geopolíticas, como as que existem entre o Ocidente desenvolvido e o continente africano; à relação entre saberes acadêmicos e saberes locais; às políticas públicas; os discursos sobre a sexualidade; às relações econômicas etc. Ora, para ele, o que ocorre é um efeito de montagem que, ao invés de separar o político, o científico e o discursivo, exige que pensemos nos vértices desses arranjos, partir de um enunciado sobre o hiv⁸.

É dessa contestação sobre os limites do humano e da linguagem humana que parte Haraway (2000 [1985], p.37) quando, no *Manifesto Ciborgue*, vai suscitar um esgotamento da biopolítica com o acontecimento do ciborgue. No limite, o hiv e a aids fazem parte desse deslocamento que coloca em xeque a pureza do humano – já que as relações com técnicas e medicamentos ficam cada vez mais evidentes – e vai inaugurar um período em que a microbiologia e a informática, em seu funcionamento como saberes e como estratégias de poder, borram os limites entre objetos naturais e objetos tecnológicos.

É desse *problema de limitrofia* entre o discursivo e não-discursivo em sua positividade, na qual o hiv/aids é engendrado (PATTON, 1991; TREICHLER, 1987), que parto para pensar os dispositivos da aids no Brasil. Como dispositivo, ele toma o entendimento de Michel Foucault, qual seja:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

⁸ No texto, grafarei hiv e aids em minúsculas. O gesto é o da memória das PVHIV e foi solicitado por Herbert Daniel em muitos de seus textos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. [...] Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudança de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 2009 [1977], p. 244)

No interior do realismo agencial e de suas leituras, Lemke (2021, não numerado) sugere que há aproximações e diferenças em relação ao conceito foucaultiano (que ele define como *dispositif* e não como *apparatus*, afastando-se de Agamben e de Barad) e os de *apparatus* e de *assemblage*:

While the latter terms [apparatus, assemblage] tend to focus on ontological and technological questions, only the former [dispositive] explicitly articulates these dimensions together with strategic concerns. The concept of the dispositive captures the interplay of ontological, technological, and strategic issues in order to address the problem of “ontological politics,” paving the way for a more materialist approach to government.

Não me deterei aqui às diferenças teóricas, justamente porque estamos operando em pontos de convergência entre o realismo agencial e a arqueogenealogia. Interessa-nos ressaltar, porém, que é como conjunto de estratégias e resistências, caras à ontologia do presente e a Foucault, que leremos ambos – *dispositif*, *apparatus* ou *assemblage*. Sob tal égide é que vamos à próxima seção e descreveremos o dispositivo crônico da aids brasileiro.

A descrição de um dispositivo

O saber sobre o hiv e a aids teve, desde o início, uma dupla inscrição: por um lado, os saberes médicos de captura e de controle

– diríamos, de produção de saúde e de exceção; por outro, os saberes incorporados das PVHIV, notadamente os homens homossexuais, os primeiros “sujeitos do hiv” que inscreveram uma outra história, de luta e de resistência, diante do que se chamou, então, de dispositivo da aids.

Esse dispositivo⁹ foi materializado em hipótese teórica por Perlonguer (1987), tendo em vista a produção de exceção e morte e o disciplinamento dos prazeres e das formas mais inventivas de homossexualidade – porque promíscuas e perigosas. No mesmo ano em que Perlonguer sugeria o funcionamento da aids como dispositivo, Treichler (1987) publicava um texto fulcral em que relacionava a doença, os corpos homossexuais e os discursos, dando a ver o caráter de “epidemia de sentidos” e de *assemblage* daquele acontecimento:

Of course, AIDS is a real disease syndrome, damaging and killing real human beings. Because of this, it is tempting-perhaps in some instances imperative-to view science and medicine as providing a discourse about AIDS closer to its "reality" than what we can provide ourselves. Yet the AIDS epidemic-with its genuine potential for global devastation-is simultaneously an epidemie of a transmissible lethal disease and an epidemie of meanings or signification.² Both epidemies are equally crucial for us to understand, for, try as we may to treat AIDS as "an infectious disease" and nothing more, meanings continue to multiply wildly and at an extraordinary rate. **This epidemie of meanings is readily apparent in the chaotic assemblage of understandings of AIDS that by now exists.** (TREICHLER, 1987, p. 32, grifos meus)

⁹ Em Portugal, Carvalho (2010) também problematizou a aids segundo a ordem do dispositivo. A autora elencava entre suas práticas e discursos: i) da biomedicina, desde a invenção de uma síndrome e de sua nomeação; ii) de exceção, materializada nos “grupos menores” e em conceitos como o de “grupos de risco” que sustentavam cisões nas formas de subjetividade; iii) de saberes não-científicos como os da imprensa, que produziram regimes de verdade sobre a doença e os doentes; iv) de disciplina e de segurança, na medida em que implicavam modos de relação consigo e de controle, por um lado, e de calcular os riscos; v) de produção de formas de subjetividade e de invenção de resistências.

Perlonguer e Treichler trazem justamente à tona o problema da *limitrofia* que avento para uma análise neomaterialista dos discursos e, além disso, evocam as relações estratégicas tencobiopolíticas que estão nesse jogo tecnobiodiscursivo (BUTTURI JUNIOR, 2019), este último entendido como um regime de produção de sentidos, coisas e subjetividades em que se relacionam tecnologias, formas de existência, discursos e práticas, respondendo a urgências históricas específicas. No caso do dispositivo da aids, um recrudescimento das normas morais e um adensamento da exceção de certas formas de vida tomadas como exageradas, perigosas e, no limite, criminalizáveis – como tentarei discutir na seção analítica deste texto.

Desde 2016, defendo a hipótese que, diante desse dispositivo, de que houve uma série de descolamentos, cujo ponto de viragem seria a aparição de novas tecnologias médico-farmacológicas: o uso de Inibidores Nucleosídeos da Transcriptase Reversa combinados com Inibidores de Protease – os primeiros, como a Zamiudina (o AZT), uma espécie de marca de bioidentidade dos anos noventa, como atesta Daniel (1990) – e sua distribuição pública e gratuita pelo SUS garantida pela lei 9.313, de 13 de novembro de 1996, que “Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS” (BRASIL, 1996). Concomitantemente a esse deslocamento, outro acontecia nos discursos, que passaram a se pautar pelo tensionamento entre a positivação e a aparição de um viver com hiv e, de modo contrário, por uma constante vulnerabilização da vida soropositiva.

Esse dispositivo crônico da aids pode ser definido como uma techno-semiótica, conforme designação de Preciado (2008), que coloca em funcionamento um micro controle tecnobiológico e que exige que se inventem discursos e formas de subjetividade, tenho em vista algumas estratégias: i) a do “fazer viver” a partir da adesão à Terapia Antirretroviral (TARV), reconhecida inicialmente como “coquetel” e distribuída gratuitamente desde 1996 no Brasil; ii) a de naturalização da vida com hiv (SQUIRE, 2013), na forma de uma governamentalidade que coloca em jogo a relação de

aderência à bioidentidade e a bioascese, estabelecida por um gerenciamento de políticas nacionais e supranacionais em direção aos cidadãos (ORTEGA, 2003); iii) a da criação de formas de subjetividade novas para PVHIV, segundo a ordem da cronicidade; iv) a de reinscrição das formas de soberania e exceção, seja na modalidade da *sidadanização* (PELÚCIO, MISKOLCI, 2009), seja nas práticas de racialização indireta (FOUCAULT, 2010b [1976]) materializadas em discursos ordinários ou mesmo no de políticas públicas, que mantém no seu escopo categorizações anormalizantes (como, por exemplo, àquelas relacionadas ao “risco); v) a de redistribuição da vulnerabilidade, implicando a permanência da infecção, desta feita em grupos mais empobrecidos e mais racializados e, além disso, instaurando um discurso de “fim da aids” (PARKER, 2015), cuja marca é novamente a exceção; vi) a de produção de estratégias de prevenção diretamente relacionadas ao uso e adesão de medicamentos, como a do Indetectável=Intransmissível ou a do tratamento como prevenção – como parte das táticas de prevenção combinada (BRASIL, 2019, UNAIDS, 2018), de efeitos ambíguos para as PVHIV – como tentaremos esclarecer nas análises¹⁰.

Gostaria de pautar, nesse escrito, a relação agonística ente viver com hiv e cronicidade, por um lado, e a proletarização de corpos da tecnobiopolítica do regime tecnopornográfico defendida por Preciado (2008, p.23), cuja característica é a de cisão biopolítica e de exposição vulnerabilizante de certos corpos e modalidades de existência: “[...] corpos pornográficos, cuja vida (condição técnica mais que puramente biológica), desprovida de direitos de cidadania, [...] está exposta e construída por aparatos de autovigilância, publicidade e mediatização globais.”. Dessa perspectiva é que, na próxima seção descrevo as estratégias de prevenção e tratamento e o aparecimento de táticas de criminalização para PVHIV.

¹⁰ Este parágrafo, com algumas alterações, pode ser encontrado também em Butturi Junior e Lara (2022).

Uma problematização neoconservadora da sexualidade: os indetectáveis e o kit gay

Nesta seção, descrevo brevemente alguns deslocamentos que funcionam como condições de produção tecnodiscursivas para o aparecimento da criminalização como questão para o debate pública. São duas séries de práticas e discursos que elenco a seguir.

A indetectabilidade

A primeira diz respeito ao dispositivo crônico da aids, que trouxe consigo uma reinvenção ambígua da normalidade e adensou as relações entre o hiv, a biomedicina e os sujeitos. Na forma da exceção e, como estratégia de governo biopolítico, os protocolos clínicos passaram a relacionar o diagnóstico precoce, o controle da carga viral e a adesão ao tratamento “[...] **na perspectiva de redução da transmissibilidade do HIV**, considerando a motivação da PVH” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p.67, grifos meus).

Como política pública, no Brasil e no mundo, o *testar e tratar* evoca não apenas o direito à saúde universal, definido pela Constituição, mas passam a implicar a PVHIV com a responsabilidade de gestão de sua saúde e de uma injunção à adesão como forma de prevenção. As diretrizes de tratamento do hiv/aids atuais estabelecem um exame de carga viral semestral para as pessoas soropositivas, que quantifica a presença do vírus no sangue. Um tratamento exitoso é aquele no qual o hiv é suprimido até os níveis de indetectabilidade – o que, por consequência, indica a manutenção do funcionamento do sistema imunológico. Quando em TARV eficiente, o sujeito passa à condição de “indetectável” (BUTTURI JUNIOR, LARA, 2022).

É interessante notar que a história do testar e tratar se liga intimamente à da distribuição da TARV (Terapia Antiretroviral). Todavia, o conceito médico-político de indetectabilidade sofre uma espécie de atraso, ao sabor das condições históricas e políticas de

cada país. Noto que a primeira produção científica da indetectabilidade vinha à tona a chamada *Declaração da Suíça* – texto publicado no *Bulletin des médecins suisses* por Pietro Vernazza, Bernard Hirschel, Enos Bernasconi e Markus Flepp –, que afirmava:

Une personne séropositive ne souffrant d’aucune autre MST et suivant un traitement antirétroviral (TAR) avec une virémie entièrement supprimée (condition désignée par «TAR efficace» ci-après) ne transmet pas le VIH par voie sexuelle, c’est-à-dire qu’elle ne transmet pas le virus par le biais de contacts sexuels. (VERNAZZA *et al.*, 2008, p.165)¹¹

Nesse dispositivo crônico, o indetectável-zerado é uma forma de subjetividade cujo funcionamento é o vértice entre o cuidado de si, os imperativos da saúde biomédica e as implicações dos discursos do risco, é também aquele:

Espera-se que, após seis meses de tratamento antirretroviral (TARV) adequado, o exame de carga viral tenha **seu resultado “indetectável”**. O resultado indetectável quer dizer que não foi possível encontrar vírus naquela amostra de sangue.

Evidências científicas recentes, obtidas a partir de estudos que incluíram vários países, comprovaram que não há risco de transmissão do HIV por via sexual para as pessoas com adequada adesão aos antirretrovirais e com carga viral indetectável por pelo menos seis meses.

Essa descoberta traz uma informação que muda o cotidiano das pessoas soropositivas: pessoas vivendo com HIV, que estão em tratamento e com carga viral indetectável sustentada, podem declarar com confiança que o tratamento antirretroviral torna o **HIV intransmissível sexualmente**. (BRASIL, 2018, grifos meus)¹²

¹¹Tradução livre: *Uma pessoa soropositiva não sofrendo de qualquer outra DST e em terapia antirretroviral (TARV), com viremia completamente suprimida (uma condição denominada “TARV eficaz” [<40 cópias/ml]) não transmite HIV sexualmente. Isso quer dizer que ela não transmite o vírus através do contato sexual.*

¹² A informação constava no site [aids.gov.br](http://antigo.aids.gov.br/indelectavel/intransmissivel.html), link Intransmissível: <http://antigo.aids.gov.br/indelectavel/intransmissivel.html>.

Um editorial da *The Lancet HIV* (2017), dá conta do longo percurso desse esforço de normalização, sobretudo descrevendo as pesquisas-chave, com casais sorodiscordantes, que fizeram notar a impossibilidade de transmissão. Todavia, como política pública, a indetectabilidade teria um percurso menos acelerado. Foi só em 2016 que a campanha U=U (*Undetectable = untransmittable*) pode acontecer, com apoio de 400 organizações de 60 países, incluindo brasileiras. Efetivamente, os estados e o governo federal brasileiros só a partir de 2017 passam a adotar o conceito de U=U (na tradução, I=I, *Indetectável=Intransmissível*).

Não obstante o tempo longo (quase dez anos) para a produção de um novo verdadeiro sobre a cronicidade, essas tecnobiopolíticas permanecem em vigor, como se pode notar no *Manual do cuidado contínuo das pessoas vivendo com HIV/aids*, publicado recentemente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023). No entanto, o que me interessa aqui é a produção da exceção – *apesar dos discursos científicos*. No nível do discurso em sua intra-ação com os medicamentos, cabe questionar por que justamente quando aparece a TARV e o sujeito indetectável, reaparece a inscrição do hiv como risco de morte e da PVHIV como uma potencial criminosa – neste artigo, materializado em 3 recortes discursivos, ambos da segunda metade da segunda década do século XXI.

Passemos à segunda série de práticas discursivas.

Os perigos neoconservadores

É mister tem em conta os deslocamentos da governamentalidade (BUTTURI JUNIOR, LARA, 2022) em que esses discursos e práticas são possíveis: por um lado, a ascensão e a visibilização das pessoas LGBTQIAP+ nos âmbitos social, cultural e político; do outro e na modalidade da resistência, a invenção de uma Nova Direita cristã-liberal que colocava em xeque uma suposta crise moral e inventariava, segundo a ordem da família cristão ciosheteronormativa, novos (velhos inimigos) (COWAN, 2014) no Brasil e na América Latina. Segundo Birolli, Vaggione e Machado

(2020), a invenção dos discursos sobre a *ideologia de gênero* funcionou como um ponto de reunião desse neoconservadorismo racializador: “[...] a noção de ‘ideologia de gênero’ como estratégia política constituiu em uma novidade que permitiu coalizões amplas desde os anos 1990 e aumentou a popularidade nos anos 2000”.

Observo que a produção de inimidade (MBEMBE, 2021) passa a funcionar como estratégia axial e tem seus alvos que datam da Constituinte: “[...] o movimento feminista, o movimento gay, a esquerda laica, o humanismo secular, o modernismo cultural, a indústria da pornografia, a intelectualidade esnobe [...]”. (PIERUCCI, 1989, p.111). Esse neoconservadorismo e seus inimigos não devem ser minorados. Tomo 2015, ano do PL 198 e do texto sobre os carimbadores das organizações Globo. Marco um enunciado e um acontecimento que compõem a rede e o solo que tornam possível tornar a PVHIV um problema de ordem policial: o primeiro, do deputado Marco Feliciano, que ocupa a manchete dos jornais afirmando que há uma ditadura gay. Vejamos:

Vivemos a ditadura gay, venho falando sobre ela desde 2011. Sem haver no código penal o crime por homofobia, Levy foi condenado, imaginem se homofobia estivesse tipificada no código penal... Pastores e padres não poderão mais pregar em seus púlpitos o que a Bíblia diz ser pecado.

Interessa, inicialmente, indicar que a matéria é do jornal O Globo e dá conta da multa de um milhão de reais a que Levy Fidelix foi condenado a pagar, depois de vociferar no debate presidencial que “aparelho excretor não reproduz”. Ora, foi também em 2015 que foi publicada nas redes, pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), o *Caderno Escola sem Homofobia*, produzido em 2011 e arquivado diante das manifestações públicas que passaram a colocar em xeque o chamado “kit gay”. Coloquemos esse como um acontecimento, pois é na rede por ele produzida que, nos três anos seguintes, o capitão reformado Bolsonaro fará sua *cruzada pela família e contra a*

ideologia de gênero que o levará à presidência. Em 2018, no *Jornal Nacional*, ele daria a seguinte declaração:

Eles tinham acabado o 9º Seminário LGBT Infantil. Estavam discutindo ali, comemorando o lançamento de um material para combater a homofobia, que passou a ser conhecido como “kit gay”. Entre esse material, Bonner, estava esse livro lá, Bonner. Então, o pai que tenha filho na sala agora, retira o filho da sala, para ele não ver isso aqui. (BOLSONARO *apud* MENDES, 2022)

Aponto aqui a polivalência tática dos *discursos do kit gay* e uma espécie de sequestro de seus sentidos pela direita conservadora. No *Caderno*, sugere-se a existência de um kit: “Este Caderno e o kit de ferramentas educacionais que o acompanha compõem a base teórica ematerial com que se pretende dar o passo inicial para a promoção e garantia de uma escola livre de homofobia” (p.8). Chamo a atenção para o qualificador *gay*, que retoma a ditadura gay e, por sua vez, coloca no centro da problematização sobre a segurança, sobre a família e sobre a sexualidade aquela figura perigosa inventada no século XIX: o homossexual (FOUCAULT, 2009 [1976]).

É sobre esse perigo e de sua relação com a exceção que me voltarei na seção final.

A produção de exceção no dispositivo: o acontecimento dos carimbadores no brasil

Tendo em vista as séries descritas na seção precedente, gostaria de colocar no jogo analítico três excertos, respectivamente: o texto sobre a matéria *Veja como age o “Clube dos Carimbadores”*, vinculada no Fantástico, da Rede Globo, em 15 de março de 2015; o PL 1048/2015, do deputado Sóstenes Cacalcante; o texto *Internauta alerta usuários sobre o significado do emoji de escorpião em aplicativos de pegação*, publicado no site *Pheeno* em 4 de março de 2022.

Trata-se, como se verá, de um cotejamento entre materialidades distintas, no esforço de pensar o acontecimento da criminalização da pessoa com hiv e da ascensão da soropositividade como um problema moral e econômico do Estado (BUTTURI JUNIOR, 2022), no qual o corpo e a as formas de subjetividade estão em disputa.

Excerto 1:

Denominado de “Clube do Carimbo”, um grupo de homossexuais soropositivos se reúne em sites para passar dicas de como transmitir Aids para outras pessoas. A premissa é que se todos tiverem a doença, ela não será mais um problema social. Junto com isso, a prática do bareback, o sexo sem camisinha, misturado com uma dita sensação de aventura faz com que as “carimbadas” aconteçam mais e já se tornem um problema de saúde pública. (O GLOBO, 15 de março de 2015)

Excerto 2:

O projeto apresentado objetiva conferir maior efetividade no combate a comportamento que vem trazendo grande insegurança à sociedade. Com a reforma legislativa ora deduzida, faz-se frente a fenômeno social assaz reprovável, que, aliás, estampou as páginas dos periódicos nacionais. Em reportagem publicada pelo jornal O Globo, registrou-se a ação de um grupo intitulado Clube do Carimbo, cujas peculiaridades daninhas inspiraram a presente iniciativa. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015a, PL 1048/2015, de 8 de abril de 2015)

Excerto 3:

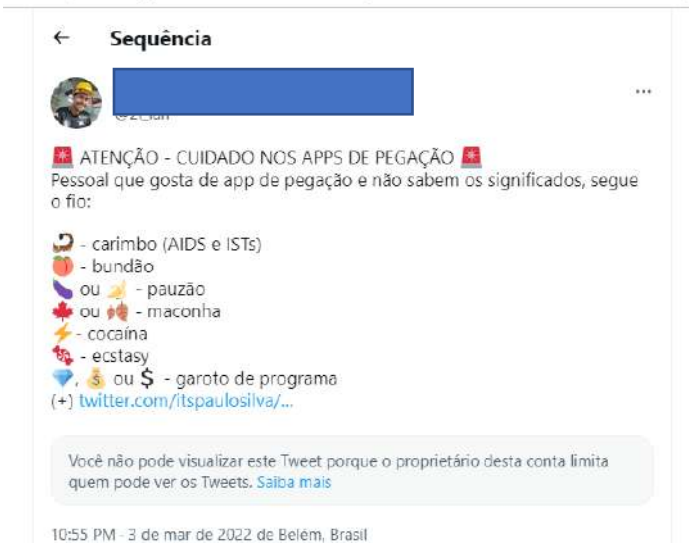


Imagem: post de perfil do Instagram

Fonte: Souza (2022)

O excerto 1 funciona como um ponto de retomada da memória do dispositivo da aids e dos modos pelos quais a homossexualidade passou a ser materializada. Volto e ele e recupero o acontecimento dos carimbadores, em sua primeira versão, a saber: a reportagem *Bug chasers, the men who long to be hiv+*, publicada em fevereiro de 2003 pela revista Rolling Stone sobre a suposta existência de um grande grupo de homossexuais que deliberadamente faziam sexo desprotegido para infectar uns aos outros. A reportagem, amplamente criticada e cujos números foram desmentidos publicamente, produziu seus efeitos. No caso brasileiro, essa positividade foi retomada ao gosto da governamentalidade liberal-cristã.

Assim é que, se como pânico moral (THOMPSON, 2005 [1998]), O Globo e o Fantástico podem noticiar a existência de um “clube”, isso não pode ser desvinculado das várias aparições que figuras como Bolsonaro e Feliciano tiveram no jornal, em defesa da suposta família e contra a ideologia de gênero. O *clube*, aliás, marca a

disjunção da família e o perigo de dissolução dos laços sociais que a homossexualidade promíscua e atávica traria consigo: eles não se importavam com os problemas de saúde pública.

Agonisticamente, assim como aconteceu nos Estados Unidos em 2003, as entidades de direitos de pessoas LGBTQIAP+ e de PVHIV se manifestaram de modo efusivo. Leiamos o texto da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA, 2015), de 17 de março de 2015:

A equipe do Fantástico errou gravemente ao tentar induzir a opinião pública a acreditar que uma pessoa em tratamento antirretroviral permanece com alta carga viral para a transmissão do vírus do HIV. A ABIA esclarece que alguém que esteja tomando regularmente a medicação durante anos possui maior probabilidade de alcançar uma baixa carga viral e, portanto, tem menor chance de transmitir o vírus. Enfatizamos também que o tratamento como prevenção está disponível no SUS porque a sua eficácia como prevenção já foi exaustivamente comprovada.

A ABIA esclarece que a abordagem usada pelo Fantástico gera mais “pânico moral”, reforça preconceitos e estigmas contra jovens gays e soropositivos com reflexos negativos na vida das pessoas. A reportagem é também um “desserviço” para a população na construção de uma resposta eficaz à epidemia na medida em que desloca para os supostos ‘carimbadores’ a responsabilidade pela transmissão entre jovens gays.

A reportagem de O Globo funciona a partir do recorte e da exacerbação de características de uma memória da aids e sobretudo de uma memória acerca dos homossexuais que opera como ratificação dos enunciados da cristãos-liberais: o hiv é um problema da carne e do pecado, mas é também um problema econômico, que afeta o Sistema Único de Saúde. O perigo homossexual é duplo.

Esse jogo de invenção de uma subjetividade perigosa vai aparecer no heterodiscurso do PL 1048/205, de autoria de Sóstenes Cavalcante, deputado da bancada evangélica do Rio de Janeiro, cujo partido era o PDS e que atualmente tem mandato pelo PL,

partido da base de apoio de Jair Bolsonaro. Seu projeto de lei recupera aquele de 1999, de o PL 130/1999 de autoria deputado federal Enio Bacci (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1999) – do PDT, partido que produz sentidos de progressismos, há que se notar – e cujo teor é “[...] tornar crime hediondo a transmissão deliberada do vírus da Aids”, com o acréscimo do inciso IX ao artigo 1º da Lei Federal 8.072 (que dispõe sobre os crimes hediondos), estabelecendo no inciso: Transmitir e infectar, consciente e deliberadamente a outrem com o vírus da Aids” (BRASIL, 1999).

No caso de Cavalcante, a estratégia era explícita na ementa: Tipifica o crime de perigo de contágio de moléstia incurável. O teor, como se viu no excerto, era o de atentar para o perigo da peculiaridade, qual seja: as PVHIV que deliberadamente estariam contaminando outras pessoas. É importante ressaltar que a demanda de Cavalcante e dos outros deputados estava já prevista no Código Penal, em seu artigo 131 – “[...] praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir contágio”. Essa presença suficiente foi um dos motivos do arquivamento dos PLs, justamente porque não havia crime hediondo – sobretudo tendo em vista o caráter crônico do hiv. Interessa, porém, pensar nos efeitos do acontecimento da criminalização naquilo que, em aliança com a imprensa e as redes sociais, ele pode inventar de perigo.

Chama a atenção que em 2015 foram três retomadas: a de Cavalcante; a do deputado Pompeo de Mattos - PDT/RS – que tinha por teor a reabertura do PL de Bacci (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015b, PL 9198/2015, de 4 de fevereiro de 2015); e, finalmente, o PL 1971/20155, de autoria de Victor Mendes, do PV do Maranhão – alinhado, novamente, ao bolsonarismo, que também recupera o “clube do carimbo” das Organizações Globo:

Recentemente tivemos maior destaque na mídia com a notícia de pessoas ou grupos de pessoas que, cientes que estão infectadas pelo vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), deliberadamente o transmitem a outros cidadãos não infectados pela simples vontade

de infectar outras pessoas. A prática prolifera-se também pela internet, onde muitas pessoas infectadas incentivam a formação de “grupos de carimbadores”, assim denominados as pessoas portadoras do vírus HIV que se propõem a propositalmente transmitir o vírus ao maior número de pessoas possível.(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015c, PL 1971/2015, de 17 de junho de 2015)

Como informa Tomso (2017), esse movimento que se materializa nos PLs diz respeito à produção de leis e de normalização da vida soropositiva, nos mais variados países (o autor ensina que são 60 países que têm leis restritivas), numa economia biopolítica que desenha uma nova monstruosidade. No caso brasileiro, a monstruosidade circunscreve as práticas homoeróticas e homossexuais e se produz como problema de uma governamentalidade biopolítica em que se propõe uma cruzada ao mesmo tempo moral, religiosa e biológica, separando “os grupos de pessoas cientes” e os “cidadãos não infectados”.

No entanto, seus efeitos permanecem – para além do arquivamento dos três PLs e para um momento histórico de derrota nas eleições presidenciais. Ora, aqui gostaria de observar o excerto 3. Para isso, trago outro enunciado da mesma série:



Imagem 2: captura do Twitter

Na modalidade do pânico moral, os enunciados dos homens homossexuais, os mesmo que foram tornados inimigos centrais do dispositivo crônico e da criminalização, parecem indicar uma espécie de adesão à bioascese. Note-se que há um choque nos dois usuários da última imagem, que parecem pactuar de uma limpeza moral e sexual relativa à homossexualidade masculina.

Em textos recentes, tenho discutido o que Halperin (2016) chama de *good gay* e os processos de exclusão e de guerra contra o sexo que subjetividade ao mesmo tempo evoca e exige. Assim, o

caráter de denúncia do site *Pheeno* não pode ser lido como erro ou desinformação, mas a produção de sujeito e de discursos que aderem à normalização e ao controle cisheteronormativo. Produzem-se numa normalidade homossexual e, portanto, passam a criar cisões, inimigos e monstros.

Em Butturi Junior e Camozzato (2021), notamos o funcionamento de discursos e práticas cindidas entre “homossexuais promíscuos” e “homossexuais normalizados”. Os primeiros eram marcados pelos outros justamente pela adesão à PreP (Profilaxia Pre-Exposição) e por um discurso da responsabilização e do exagero. É, ao que parece, o mesmo discurso que move a moralidade cristã-liberal e que serve de mote para os PLs e para os processos de criminalização e exclusão em curso. Funcionamentos polivalentes e similares, de formas de subjetividade supostamente aporéticas, mas que guardam consigo os efeitos da exclusão e da morte.

Considerações finais

Recentemente, tem-se discutido o uso da Doxicilina como PreP para infecções sexuais por bactérias – notadamente, clamídia e sífilis (VASCONCELOS, 2021). Como no caso da criminalização que aqui tentei discutir, o que lemos é uma escalada moralizante e cuja origem é diversa. Em jogo, está o discurso de que há uma normalidade sexual e que há um certo uso não-abusivo da tecnologia farmacológica.

Quando aproximamos esse problema tecno-médico moral da Doxicilina ao da criminalização, vemos que a memória da doença e da morte permanece como eixo de grande parte dos discursos e coloca em funcionamento as estratégias da governabilidade neoliberal-cristã em que vivemos. Ora, se desde 2008, ao menos, tornou-se consenso que o hiv é uma infecção crônica e, além disso, que a PVHIV em tratamento não transmite o vírus, cabe perguntar: sobre quais alicerces se sustenta o discurso de morte, o discurso do criminoso, o discurso do homicida?

Foucault (2006 [1978]) ensinava que cada sociedade produz seus modos de instituir o indivíduo perigoso. No limite, ele tem sempre uma gênese marcadas por estratégias nem sempre morais, nem sempre justas. O que o dispositivo crônico da aids materializa é esse jogo que, permite e exige, por exemplo, quem em 2021, o jornal *O Globo* retorne aos carimbadores e à operação do Ministério Público – sem da operação dar maiores detalhes. É nesse lugar ambíguo entre a segurança, a saúde e a exceção que, sustento, pode operar a análise neomaterialista que tenho aventado. Ali onde o corpo, a tecnologia, os dispositivos, o discurso e as estratégias guardam relações e ganham espessuras e ali onde, ainda, é preciso inventariar os exercícios do poder e, sobretudo, os pontos de fuga, de invenção e de reinvenção do si mesmo.

Referências

- ABIA. ABIA condena reportagem exibida no Fantástico sobre o “Clube do Carimbo”, 17 mar. 2015. Disponível em: <https://abiaids.org.br/abia-condena-reportagem-exibida-no-fantastico-sobre-o-clube-do-carimbo/28188>. Acesso em: 9 set. 2022.
- BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. Trad. Thereza Rocha. **Vazantes**. v.1, n.1, 2017 [2011].
- BENNETT, J. **Vibrant Matter - A Political Ecology of Things**. Londres: Duke University Press, 2010.
- BIROLI, F.; VAGGIONE, R. M. ; MACHADO, M. das D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- BUTTURI JUNIOR, A. O hiv, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, p. 637-657, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ta/a/kgpnjbsdxvskhpqbldc3fbp/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.
- BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, N. M. A PrEP, o HIV e as táticas de desobediência. **Fórum Linguístico**, v. 18, p. 6332-6350,

2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/79952>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, N. M. Prolegômenos a uma análise neomaterialista dos discursos. In: SEVERO, C. G.; BUSATO, M. E. K. (org.). **Cosmopolítica e Linguagem**. Araraquara: Letraria, 2023. p. 76-95.

BUTTURI JUNIOR, A; LARA, C. DE A. O dispositivo crônico da aids e os discursos da soropositividade: uma análise dos enunciados de mulheres brasileiras e portuguesas. **Revista da Anpoll – Para uma análise foucaultiana dos discursos**, Florianópolis, v.53, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1735>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. 2011. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88K Sj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1048/2015**. Tipifica o crime de perigo de contágio de moléstia incurável, de 8 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945940>. Acesso em: 3 abr. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1971/2015**. Altera o artigo 131º da Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) para incluir especificamente a prática de transmissão proposital do vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), como crime, punido com reclusão de 06 (seis) a 08 (oito) anos e multa. 16 jun. 2015c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1384571>. Acesso em: 3 abr. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 198/2015**. Torna crime hediondo a transmissão deliberada do vírus da AIDS. 2015b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945940>. Acesso em: 3 abr. 2022.

CAMOZZATO, N. M. **Vozes gênero-dissonantes: uma cartografia pós-humanista**. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa

de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

COLLIER, S. J. Topologias de poder a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.5, p. 252-284, 2011.

COWAN, B. A. ‘Nosso terreno’: crise moral, política evangélica e formação da “nova direita” brasileira. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p.101-125. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752014000100006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 30 set. 2019.

DANIEL, Herbert. “primeiro AZT a gente nunca esquece. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 set. 1990.

DERRIDA, J. **O animal que logo sou** (a seguir). Trad. Fábio Landa. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. A evolução da noção de ‘indivíduo perigoso’ na Psiquiatria Legal do século XIX. *In*: MOTTA, M. B. FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1978].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 19.ed. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

HALPERIN, D. M. The Biopolitics of HIV Prevention Discourse. *In*: VERNON, W.; MORAR, N. (ed.). *Biopower: Foucault and beyond*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2016. p. 199-227.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: TADEU, T (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1994 [1985]. p.243-288.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaios** sobre antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa: Rio de Janeiro: Edições 34, 1994.

LATOUR, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Trad. Carlos Aurélio Mota de Souza,. Bauru: EDUSC, 2004.

LEMKE, T. Rethinking biopolitics: The new materialism and the politics economy of life. *In*: WILME, S. E.; ŽUKAUSKAITĖ, A. (ed.). **Resisting biopolitics**: philosophical, political, and performative strategies. Londres: Routledge, 2016. p.57-73.

LEMKE, T. **The Government of Things**: Foucault and the New Materialisms. New Yor: New York University Press, 2021.

MAINGUENEAU, D. Campo discursivo: a propósito do campo literário. *In*: Maingueneau, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 49-62.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1, 2021.

MENDES, D. De 'kit gay' a 'casamento com Guedes', relembre a entrevista de Bolsonaro no Jornal Nacional em 2018. **O Globo online**, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/08/de-kit-gay-a-casamento-com-guedes-relembre-a-entrevista-de-bolsonaro-no-jornal-nacional-em-2018.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual do cuidado contínuo das pessoas vivendo com HIV/aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. . Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/2023/manual-do-cuidado-contínuo-das-pessoas-vivendo-com-hiv-aids.pdf/view>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para manejo da infecção pelo hiv em adultos**. Ministério da Saúde: Brasília: 2013.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PARKER, R. *et al.* (org.). **A Aids no Brasil (1982-1992)**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS, UERJ, 1994.

PARKER, R. O fim da AIDS? **Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids**, 2015.

PATTON, C. **Inventing aids**. Londres: Routledge, 1991.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, p. 125-157, 2009.

PERLONGHER, N. **O que é AIDS**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989. 104-132.

PRECIADO, P. B. **Texto yonque**. Madrid: Espasa, 2008.

SOUZA, F. Internauta alerta usuários sobre o significado do emoji de escorpião em aplicativos de pegação. **Pheeno**, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://pheeno.com.br/2022/03/internauta-alerta-usuarios-sobre-o-significado-do-emoji-de-escorpiao-em-aplicativos-de-pegacao/>. Acesso em: 13 de abr. 2023.

SQUIRE, C. **Living with HIV and ARVs: Three-letter lives**. Springer, 2013.

THE LANCET HIV. U=U taking off in 2017. **The Lancet**, Editorial, v. 4, issue 11, November 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2352-3018\(17\)30183-2](https://doi.org/10.1016/S2352-3018(17)30183-2). Acesso em: 13 out. 2018.

THOMPSON, K. **Moral panics**. London, New York: Routledge, 2005 [1998].

TOMSO, G. HIV monsters: gay men, criminal law, and the new political economy of HIV. In: HALPERIN, D. M.; HOPPE, T. (ed.). **The war on sex**. Durham and London: Duke University Press, 2017. p.353-377.

TREICHLER, P. A. AIDS, Homophobia, and biomedical discourse: an epidemic of signification. **The MIT Press**, v.47, 1987.

VASCONCELOS, R. Estudo de PrEP com antibiótico tem zero casos de clamídia e sífilis. **UOL**, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/rico-vasconcelos-estudo-de-prep-com-antibiotico-tem-zero-casos-de-clamidia-e-sifilis/>. Acesso em: 21 abr. 2022

POR UMA CONCEPÇÃO DIALÓGICA DE DISCURSO E DE SUJEITO

Adriana Delmira Mendes Polato¹

Maria Ligia Freire Guilherme²

Rodrigo Acosta Pereira³

Introdução

Neste capítulo, apresentamos e refletimos sobre a concepção dialógica de discurso e de sujeito, a partir de um olhar para conceitos e considerações cunhados nos escritos de Bakhtin e o Círculo e nos desenvolvimentos interpretativos de seus interlocutores contemporâneos em Análise Dialógica de Discurso (ADD). Dessa forma, abordamos, nas subseções a seguir, conceitos fundantes da teoria dialógica como cronotopo, discurso, enunciado, ideologia e valoração, os quais ajudam a constituir a ADD como perspectiva de análise comprometida com a produção, a circulação e a recepção de discursos na vida social, de maneira responsável e ética.

A compartilhar o pressuposto de que os conceitos presentes nas obras de Bakhtin e o Círculo não se encontram exauridos de maneira linear e categorizada pelos textos, mas são apreendidos a partir de um olhar para o todo da(s) obra(s), seu entendimento demanda uma compreensão ativa e atenta a acompanhar o próprio movimento dialógico de sua constituição, para que as concepções se evidenciem a partir das relações dialógicas instauradas. As noções apresentadas e aqui discutidas acabam por se imbricarem

¹ Unespar - Brasil

² UTFPR - Brasil

³ UFSC/CNPq - Brasil

umas às outras, visto que compõem um todo maior e mais complexo do discurso para a filosofia da língua(gem).

A porta de entrada do estudo do discurso: o cronotopo

As considerações de Bakhtin acerca do universo da cronotopia são discutidas a partir de suas teorizações e análises entorno do discurso literário mobilizado no gênero romance. Exemplos desse movimento são as discussões relevantes a uma Análise Dialógica do Discurso empreendidas em *Teoria do romance I: a estilística, “O discurso no romance”* (BAKHTIN, 2015[1934-1935]), *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (BAKHTIN, 2010 [XXX]). Todavia, no âmbito da arquitetura dessas discussões, é especificamente em *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo*, que Bakhtin (2018 [1975]) se dedica verticalmente ao tema e nomeia a interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas na e pela literatura como *cronotopo*. Assim, ratifica que os “estudos literários são um dos ramos da ciência das ideologias” (MEDVIÉDEV, 2019 [1928], p.59) e que o próprio discurso literário, em sua constituição heterodiscursiva, apreende refratariamente a realidade ideológica e socioeconômica e reflete em seu conteúdo (cronotópico) a totalidade do horizonte do qual ele é parte.

No entanto, a apesar de o foco da perspectiva bakhtiniana na compreensão do cronotopo se ancorar no estudo do discurso literário, entendemos que o pensamento e a filosofia bakhtinianos evocam, a partir desse lugar, reflexões universais basilares e atuais, para o olhar a quaisquer dados discursivos. Holquist (2015), em sua análise dos dez capítulos componentes de *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo* (BAKHTIN, 2018 [1975]), afirma que as “Observações finais” de Bakhtin (2018 [1975], p. 236) nessa obra visam elucidar que “qualquer entrada no campo dos sentidos se concretiza pela porta dos cronotopos”. Para o Holquist, então, esse “[...] décimo capítulo expande o termo cronotopo de (vaga) aplicação literária [...] para uma categoria

epistemológica abrangente” (2015, p. 35). Isso posto, facilita-se a compreensão de nossa incursão interpretativa nas discussões de Bakhtin ao tomar enunciados literários do gênero romance como dados discursivos, para que possamos reapresentar as principais caracterizações do conceito de cronotopo a sua produtividade à Análise Dialógica do Discurso.

Iniciamos nossas reflexões a partir do olhar de Bakhtin (1987[1965]) à obra de Rabelais. Na e a partir dela, o autor busca compreender de que forma o francês descreve ações e ritos humanos em suas configurações dentro dos escopos de tempo-espaço, mais precisamente a partir das festas populares. A tratar das festas dos povos medievais, com destaque às festividades carnavalescas, o autor entende haver um princípio de liberdade atrelado à noção de tempo, uma vez que o tempo daqueles eventos inseridos na linearidade do grande tempo histórico eram únicos, como pode ser lido no trecho a seguir: “Enquanto dura o carnaval, não se conhece outra vida senão a do carnaval. Impossível escapar a ela, pois o carnaval não tem nenhuma fronteira espacial. Durante a realização da festa, só se pode viver de acordo com as suas leis, isto é, as leis da liberdade” (BAKHTIN, 1987[1965], p. 6).

Esse princípio de liberdade atrelado à noção de tempo do qual nos fala Bakhtin (1987[1965]) ao tratar do cronotopo carnavalesco refratado e refletido na obra de Rabelais, pode ser mais bem compreendido se recuarmos no tempo para elucidar que as leis da liberdade temporária instituídas no carnaval, na passagem da Idade Média para Moderna, constituem-se a partir da tensão entre um forte regime hierárquico de opressão vigente nas relações sociais da época e uma proposta Renascentista de ruptura. O carnaval é um evento que conclama vivências sociais nos espaços públicos, nas praças, nas ruas, per si, espaços de liberdade. Há uma pausa no grande tempo histórico de opressão e ele deságua sobre os espaços mencionados, para instituir um cronotopo de liberdade temporária do carnaval. A explosão resultante dessa proposta fomenta rupturas nas relações sociais, confere índices únicos de identidade aos sujeitos, à medida que o tempo histórico tinge o

matiz axiológico-emocional do evento da alegria, da liberdade, do riso subversivos, pondo abaixo, pelo entrelaçamento do histórico e do público-social, as hierarquias sociais tão marcadas entre os sujeitos e suas classes nesse período. Desse modo, “o próprio cronotopo fornece um terreno importante para a exigibição-representação dos acontecimentos” (BAKHTIN, 2018 [1975]), p. 227), de modo que, no âmbito do universo espaçotemporal rebelaisiano, nada se tolhe, nada se limita. O mundo moribundo e todos os seus representantes são ridicularizados e a existência humanista é exaltada.

Nesse sentido, a interpretação rebelaisiana do evento do carnaval é exemplo que des(revela) essa e outras características fundamentais do cronotopo, discutidas por Bakhtin (2018 [1975]) em *Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo*: a) Tempo e espaço formam uma dimensão indissociável, mas não fundida, porque o tempo é fio condutor do cronotopo, que se derrama às diferentes variantes espaciais, consubstanciando índices de identidade aos sujeitos, pois “o tempo [...] é a dimensão do movimento, da transformação” (AMORIM, 2016, p. 102); b) a dimensão espaçotemporal una é refratária primeira de todas as avaliações sociais compartilhadas na produção-recepção e circulação das discursividades, ou seja, o cronotopo “sempre inclui o elemento axiológico” (BAKHTIN, 2018 [1975], p. 217) na constituição do discurso.

Nesse sentido, tanto os sujeitos quanto o conteúdo temático dos enunciados mobilizados nos gêneros discursivos são cronotópicos. Por isso, ao analisar o discurso literário, Bakhtin (2018 [1975], grifos do autor, p. 230) afirma que “é dos cronotopos reais desse mundo que representa que se originam os cronotopos refletidos e *criados* no mundo representado na obra (texto)”. Nesse bojo, entendemos que o cronotopo viabiliza uma compreensão sobre as relações que se estabelecem entre os sujeitos e os eventos espaço-temporais que vivem (MORSON; EMERSON, 2008).

Entendemos, ainda, que a *interligação fundamental/essencial* entre tempo e espaço de que trata Bakhtin (2014[1934-1935]) é de

suma importância para a compreensão de como a situação extraverbal ampla e imediata de interação constitui enunciado por dentro, uma vez que faz refratar e refletir nos enunciados imagens de sujeito(s) e de sua realidade. Nesse sentido, a corroborar a visão de Medviédev (2019 [1928]) de que o discurso literário é reflexo e refração que refrata as refrações outras áreas, sendo por essa razão capaz de “infiltrar-se no próprio laboratório social das suas formações e formulações” (MEDVIÉDEV, 2019 [1928], p. 60), Bakhtin (2018 [1975]) compreende que relação espaço-tempo permeia todos os elementos do discurso/ da obra literária: evento, autor, personagens, enredo e até mesmo o ponto de vista, sempre axiológico. Sobre isso, o autor afirma:

[...] o ponto de vista é cronotópico e abrange tanto o elemento espacial quanto o temporal. A isto se vincula imediatamente o ponto de vista axiológico (hierárquico) (a relação com o alto e o baixo). O cronótopo de um acontecimento representado, o cronótopo do narrador e o cronótopo do autor (a última instância autoral) (BAKHTIN, 2015[1979], p. 369).

No romance e prosa em geral, os cronotopos internos constituem-se centros organizacionais e formam os nós do enredo, têm orientação simbólica, interlocutiva e temática. Em razão disso, “as generalizações filosóficas e sociais, as ideias, as análises das causas e efeitos” (BAKHTIN, 2015 [1975], p. 227) enchem-se de vida essencial e constituem a figuração, ou seja, o enredo em sua orientação temática, como também trata Medviédev (2019 [1928]). Por isso, Bakhtin afirma que a própria forma interna do discurso é cronotópica, assim como Volóchinov (2018 [1929-1930]) também prenuncia que a estrutura do enunciado é puramente social, pois há uma assimilação do tempo pela linguagem que corrobora a formulação dos acervos de imagens no discurso, entre elas, as imagens discursivizadas dos sujeitos (HUFF, 2021). Toda imagem discursivizada, portanto, está plena de potencial histórico. A análise de tal fenômeno é perfeitamente extensiva a outros gêneros literários

e não literários que em sua natureza pluriestilística mobilizam elementos narrativos, como por exemplo, a notícia, o relato, a fotografia e a própria poesia, com seu poder gerador de imagens.

Rohling (2020, p. 5224), ao interpretar a discussão de Bakhtin (2018 [1975]) sobre cronotopo, confirma que o “processo de assimilação do tempo e do espaço históricos reais e do homem histórico e real que neles se revela [...] transcorre de modo complexo e descontínuo”. A considerar isso, tanto falamos dos grandes cronotopos essenciais que consubstanciam os enunciados, os quais são mencionados por Bakhtin, quanto falamos dos pequenos cronotopos refletidos no discurso, todos de formulação simbólica. Conforme explica Rohling (2020, p. 5226) “dentro das grandes séries cronotópicas insere-se uma quantidade ilimitada de pequenos cronotopos, uma vez que cada tema possui o seu próprio”. Esses pequenos cronotopos representados nas obras, e aqui acrescentamos, nos enunciados em geral, “[...] podem incorporar-se uns aos outros, coexistir, entrelaçar-se, permutar-se, confrontar-se, contrapor-se ou encontrar-se em inter-relações mais complexas” (BAKHTIN, 2018[1975], p. 229).

Ao compreendermos essa noção, assumimos, portanto, que um discurso não pode ser separado da situação extraverbal de interação discursiva ampla e imediata que o gerou, uma vez que o enunciado está ancorado em um determinado espaço-tempo, permeado por suas características e peculiaridades. Compreendemos, ainda, que o olhar para os cronotopos possibilita uma compreensão integral do discurso e de seus gêneros. Para Bakhtin (2014[1934-1935]), essa concepção é de fundamental importância para o estudo dos gêneros na literatura, uma vez que as variedades dos gêneros se dão por meio do cronotopo:

[...] nele é importante a expressão de indissolubilidade de espaço e de tempo (tempo como a quarta dimensão do espaço). Entendemos o cronotopo como uma categoria conteudístico-formal da literatura (aqui não relacionamos o cronotopo com outras esferas da cultura). No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais

e temporais num *todo compreensivo e concreto*. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. (BAKHTIN, 2014[1934-1935], p. 211, grifo nosso)

Sob esse prisma, entendemos, portanto, que os discursos e seus gêneros se situam e ancoram nas intersecções entre espaço e tempo, sendo o cronotopo o elemento que organiza acontecimentos discursivos. Conforme Bakhtin (2014[1934-1935]), o *todo compreensivo e concreto* se constitui a partir das relações cronotópicas. Assim, confirmam Morson e Emerson (2008, p.443) que “ao especificar as normas, os pressupostos e os valores para um tipo particular de troca, um dado gênero discursivo também cria expectativas para o tipo de tempo e espaço dos quais a troca dependerá”. Sobre essa questão, Amorim (2006) afirma ser o cronotopo um produto histórico que delinea um todo espaço-temporal onde as histórias se constituem. Assim, para a autora, o cronotopo “está ligado aos gêneros e sua trajetória. Essas acepções no levam a compreender que diferentes discursos se distinguem uns dos outros dada a distinção espaço-temporal entre eles, suas realidades imediatas, os sujeitos que os enunciam e os contextos sociais em que estão inseridos. Cada discurso e seu gênero, portanto, se assentam em um determinado cronotopo (RODRIGUES, 2001).

Inúmeras são as possibilidades de olhares para um dado discursivo a partir de seu cronotopo. Acosta Pereira, Rodrigues e Costa-Hübes (2019), por exemplo, apresentam uma série de pressupostos teórico-metodológicos acerca da noção de cronotopo, entendendo-o como uma unidade fundamental para a percepção da realidade cotidiana dos sujeitos e uma categoria pela qual os sujeitos compreendem o mundo em que vivem. Bakhtin (2018[1937-1939]) reflete sobre essas fronteiras entre o mundo real e o mundo da obra literária e na relação cronotópica que se cria entre ambos.

Apesar de toda a impossibilidade de fusão do mundo representado e mundo do que representa, apesar da presença irrevogável da fronteira principal entre esses mundos, eles estão indissolavelmente ligados um ao outro e se encontram em constante interação [...]. Sem dúvida, esse processo de troca é ele mesmo cronotópico: realiza-se, antes de tudo, no mundo social que se desenvolve historicamente, mas também sem se separar do espaço histórico em mutação (BAKHTIN, 2018[1937-1939], p. 231).

Como vemos, Bakhtin (2018 [1975]) adverte que não se pode confundir o mundo real com o mundo representado no discurso. O autor nos fala do mundo criador do texto-enunciado e de todos os seus elementos, entre eles a própria realidade refletida, os autores, os interpretadores, os interlocutores reais que o recriam e renovam constantemente e que igualmente participam do mundo discursivamente representado. Para o autor, não há possibilidade de fusão entre o mundo representado e o que se representa no discurso, sendo inegável, no entanto, a interação entre eles. Nesse sentido, a vida social participa do discurso, ao passo que o próprio discurso dela se embebe e para ela se volta, enriquecendo-a, em processo complexo e descontínuo, conforme postula Rohling (2020).

Portanto, essas relações cronotópicas acabam por ressignificar as relações sociais, que se dão em espaços e tempos únicos e irrepetíveis pela mediação do discurso. A partir disso, podemos dizer o mesmo da imagem do sujeito que se constitui e vive nesse espaço-tempo: ele é singular e inacabado. O olhar analítico para o cronotopo de um dado discurso é, portanto, relevante ao passo que inclui novas possibilidades de interação entre seus interlocutores. Dito isso, passamos para a próxima subseção em que tratamos do conceito de *discurso*.

Em torno da *língua viva e concreta* nas interações sociais: o discurso

Compreender a noção de discurso é de suma importância uma vez que essa concepção é amplamente debatida nas obras do Círculo por representar a materialização da língua(gem) de forma concreta. Para Bakhtin (2015[1963], p. 207), o discurso pode ser entendido como “a língua em sua integridade concreta e viva”, isso quer dizer que o discurso não pode ser analisado somente por meio exclusivo de seus atributos linguísticos, uma vez que esse olhar estritamente objetivista, estrutural não leva em consideração as peculiaridades e especificidades da realidade da enunciação dos discursos. Fora do plano enunciativo, a língua é apenas uma abstração, pois é justamente o extraverbal do enunciado que constitui seu sentido.

Um dos flancos que corroboram a formulação do conceito de discurso por Bakhtin e o círculo se constitui a partir da análise de romances. Em *Teoria do romance I: a estilística* Bakhtin (2015[1930-1936]) assume que o autor, na produção literária, mobiliza estilos, línguas e vozes diversas para compor sua obra, ou seja, mobiliza variados discursos. Portanto, para Bakhtin, o romance é um todo verbalizado, é um “fenômeno pluriestilístico, heterodiscursivo e heterovocal” (BAKHTIN, 2014[1934-1935], p. 27), ou seja, um sistema complexo de linguagens. A partir disso, entendemos ser a língua(gem) heterodiscursiva, ou seja, constituída por meio de diferentes vozes e discursos. Justamente ao refletir sobre a diversidade social de língua(gens) organizadas dentro dos romances, Bakhtin (2014[1934-1935]) encontra terreno fértil para desenvolver o que chama de orientação dialógica do discurso.

Nesse momento, Bakhtin (2014[1934-1935]) discorre sobre como o discurso concreto – a enunciação – encontra seu objeto já perpassado por outros discursos, pontos de vista, apreciações e entonações e, por se orientar para o seu objeto, o discurso acaba por penetrar nesse universo dialogicamente tenso de julgamentos e discursos outros, incorporando os *já ditos* nesse processo. A

orientação dialógica do discurso é, portanto, um fenômeno próprio do discurso. Dessa forma, considerando que “o discurso nasce no diálogo como sua réplica viva, forma-se na mútua-orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem desse objeto é dialógica” (BAKHTIN, 2014[1934-1935], p. 89). Assim, entendemos que o nosso olhar para os discursos deve se voltar, sobretudo, às relações dialógicas, ou relações de sentido entre enunciados integrais. Para Bakhtin (2015[1979], p. 209, grifos do autor):

As relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que *por si mesmas* carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas.

Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, ao se voltar às obras literárias do referido autor, Bakhtin (2015 [1963] afirma que as relações dialógicas são extralinguísticas, mas que podem ser separadas da língua concreta, integral e viva. Assim,

as relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciados integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica do outro, como representante do enunciado do outro, ou seja, se nela ouvimos a voz do outro (BAKHTIN, 2015 [1963], p. 210).

Na mesma obra, o autor afirma que as relações dialógicas podem se manifestar entre diferentes estilos de linguagem, entre dialetos e linguagens sociais, entre fenômenos conscientizados da linguagem, como relações estabelecidas entre imagens, sendo todos esses fenômenos vistos como relações de sentido entre enunciados concretos de diferentes sujeitos do discurso que

remetem às relações sociais, tendo-se a interação discursiva como centro mediador delas.

Importante destacarmos, que em acepção dialógica, a importância dada às relações dialógicas não nos exige de nos voltarmos também para as relações lógicas concretizadas na língua, visto que essas compõem o todo do discurso, ao suscitarem sentidos. Como adverte Volóchinov (2018 [1929-1930]) sobre as relações lógicas, a sociedade seleciona e gramaticaliza “(ou seja, insere na estrutura gramatical da língua) [...] os aspectos da percepção ativa e avaliativa do enunciado alheio que são socialmente pertinentes e constantes, e por conseguinte, baseiam-se na própria existência econômica de uma coletividade falante” (VOLÓCHINOV, 2018 [1929-1930], p. 252). Por isso, as relações lógicas também constituem os sentidos do discurso ao lado das relações dialógicas. Entendemos, assim, que é justamente a dialogicidade interna do discurso que define sua forma e conteúdo, em um movimento que começa internamente, “pois o diálogo social ressoa no seu próprio discurso, em todos os seus elementos, sejam eles de ‘conteúdo’ ou de ‘forma’” (BAKHTIN, 2014[1934-1935], p. 106).

Ao assumirmos o pensamento filosófico de Bakhtin e o Círculo, passamos a considerar, portanto, a natureza dialógica e socioideológica da língua(gem). Para Bakhtin (2015[1979]), o discurso se constitui na forma de enunciações de sujeitos do discurso e se materializa na forma de enunciados.

Considerando, então, a importância do entendimento das relações dialógicas para a compreensão da noção de discurso, devemos nos voltar também para os fatores extralinguísticos do enunciado, que não podem ser separados do discurso concreto. Segundo Bakhtin (2015[1963]), a língua(gem) vive na comunicação dialógica entre os sujeitos que a usam. Esse vínculo entre os sujeitos exerce grande influência na constituição dos discursos, visto que “todo discurso está voltado para uma resposta e não pode evitar a influência profunda do discurso responsivo antecipável” (BAKHTIN, 2015[1930-1936], p. 52).

Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, ainda, Bakhtin (2015[1963]) traça uma delimitação da noção de discurso por meio da oposição do que chama de discurso monovocal (ou monológico) e discurso bivocal (ou dialógico). Para o autor, os monovocais são abstraídos da realidade concreta, são discursos sem vida e limitados às relações lógicas. Porém, essa língua(gem) ao ser atravessada pelas relações dialógicas, se torna viva e em interação constante com seu contexto e sua realidade.

Sobre o diálogo, Bakhtin (2015[1963]) afirma que a palavra alheia possui influência direta no discurso do autor, visto que esse autor, antecipando possíveis reações e interpretações, molda, de antemão, seu discurso, como efeito da orientação discursiva de seu outro, sempre em relação de alteridade (AMORIM, 2004). Assim, “as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais” (BAKHTIN, 2015[1963], p. 223). Com isso, o chamado discurso bivocal surge sob as condições da comunicação dialógica, da vida autêntica da palavra. Por isso, para Bakhtin (2015[1963], p. 211), “as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes”.

Sobre essa relação que se elabora a partir do embate entre duas vozes, entendemos, portanto, a importância do papel do *outro* no discurso. Esse outro, evoca a noção de alteridade em relação ao sujeito, visto que um discurso é sempre enunciado por alguém e direcionado a um outro alguém – mesmo que esse alguém seja o próprio enunciatador. Com isso, assumimos que no processo de interação discursiva não há interlocutores passivos, uma vez que o processo de construção dos sentidos de um dado discurso é de natureza responsiva. Como afirma Bakhtin (2016[1952-1953], p. 25): “toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante”.

Feitas essas considerações sobre a noção de discurso, assumimos, portanto, que os discursos refletem e refratam a realidade em que estão inseridos, exercendo influência sob ela. Essa

maleabilidade inerente ao discurso permite que ele seja constituído por outros discursos e posicionamentos axiológicos variados. Entendemos, portanto, o discurso como sendo sempre carregado de ideologias e valorações e engendrado pelas vozes de um outro ou, como afirma Volochínov (2013[1930], p. 168): “todo discurso é dialógico, dirigido a outra pessoa, à sua compreensão e à sua efetiva resposta potencial. Essa orientação a um outro, a um ouvinte, pressupõe inevitavelmente que se tenha em conta a correlação sócio-hierárquica entre ambos os interlocutores”. Dito isso, seguimos para a seção seguinte, em que adentramos na questão do *enunciado* como unidade que materializa, por meio da língua(gem), o(s) discurso(s).

A unidade concreta e material da comunicação discursiva: o enunciado

Nesta seção, trazemos reflexões e ponderações teóricas acerca do enunciado, conceito fundante para a perspectiva bakhtiniana e para o entendimento da língua(gem) como um fenômeno social. Para Bakhtin (2015[1979], p. 261), “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Isso quer dizer que os discursos existem e se materializam a partir das enunciado que ocorrem entre os sujeitos datados e situados.

Como vimos, se um enunciado existe e passa a ter sentido e vida a partir do contato com um outro, entendemos, portanto, que os enunciados não existem senão em diálogo com enunciados outros, como afirma Volochínov (2013[1925-1930], p. 163, grifos do autor): “Pode-se dizer que qualquer comunicação verbal, qualquer interação verbal, se desenvolve sob a forma de *intercâmbio de enunciações*, ou seja, sob a forma do *diálogo*”. Isso ocorre uma vez que a comunicação, como fenômeno interacional, se constitui também a partir da pressuposição da existência de um falante e um ouvinte.

Entendemos então que a enunciado é composta por duas dimensões: uma verbal (linguística) e a extraverbal (extralinguística) (VOLOCHÍNOV, 2013[1925-1930]; BAKHTIN, 2015[1979]). A dimensão verbal trata da materialidade linguística/semiótica que compõe o enunciado, enquanto a dimensão extraverbal carrega as especificidades do contexto dos enunciados, o que lhes confere vida. Segundo Volochínov (2013[1925-1930], p. 86), “quaisquer que sejam o sentido vital e a viva significação da enunciação não coincidem com a estrutura puramente verbal. As palavras ditas estão impregnadas do suposto e do não-dito”.

Volochínov (2013[1925-1930]) entende que, para além da dimensão verbal do enunciado, os elementos externos a essa dimensão são os que conferem substância e valor semântico e ideológico a eles. Para o autor, a palavra na vida não pode ser autocentrada, mas sim, se constitui, se conserva e adquire sentido a partir da situação extraverbal, ou seja, junto dela formam um todo indissolúvel. Assim, são os elementos extraverbais do enunciado que possibilitam criar sentido e assumir determinadas tonalidades valorativas. Sobre isso, Volochínov (2013[1925-1930], p. 77) afirma:

Esses juízos e valorações se referem a uma certa totalidade, na qual a palavra diretamente entra em contato com o acontecimento da vida e se funde com ele em uma unidade indissolúvel. A palavra tomada isoladamente, como fenômeno puramente linguístico, não pode ser verdadeira, nem falsa, nem atrevida, nem tímida.

A existência e a pressuposição de um outro discursivo acaba por interferir na constituição do próprio discurso. Isso porque o sujeito falante de uma dada enunciação prevê um interlocutor e, considerando as características e expectativas em relação a esse outro, antecipa as suas reações, moldando, a partir disso, seu discurso antes mesmo de enunciá-lo, o que Bakhtin (2016[1952-1953]) nomeia como reação resposta ativa. Isso quer dizer que os participantes de uma determinada situação de interação estão

constantemente avaliando os conteúdos dos enunciados, por meio de uma atitude responsiva. Essa resposta, segundo o autor, pode ocorrer imediatamente após a enunciação (com o cumprimento de uma ordem, por exemplo) ou pode ocorrer de forma silenciosa e tardiamente. Bakhtin (2016[1952-1953], p. 24-25) assim explica:

o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante.

Os enunciados, para Bakhtin (2015[1979]) possuem ainda três peculiaridades constitutivo-funcionais, que são próprias de cada enunciado e importantes para sua caracterização. São elas: a) *a alternância dos sujeitos do discurso*; b) *a conclusibilidade específica*; c) *a relação do enunciado com o próprio falante e com outros participantes da comunicação discursiva*.

Para Bakhtin (2015[1979]), a *alternância dos sujeitos do discurso* se dá a partir da noção de que um enunciado sempre responde a outros enunciados e tem relação com a sua natureza dialógica. Como explica Bakhtin (2015[1979]), a *alternância dos sujeitos do discurso* cria uma unidade firme, que delimita o enunciado de/dos outros, constituindo-o como unidade de comunicação discursiva, distinta das unidades língua, e, logo, como uma unidade completa de análise.

A segunda peculiaridade constitutivo-funcional do enunciado, a *conclusibilidade*, por sua vez, é intimamente relacionada à anterior, e corresponde a “uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2015[1979], p. 280). Segundo o autor, para que no processo de comunicação discursiva os sujeitos possam alternar seus papéis no diálogo é necessário que cada falante encerre aquilo que pretendia

dizer naquele determinado momento. A conclusibilidade se refere à plenitude acabada do enunciado, que assegura a possibilidade de resposta. Ela é determinada por três fatores intrinsecamente ligados e formadores da totalidade orgânica do enunciado: “1) a exauribilidade semântico-objetal; 2) o projeto do discurso ou vontade de discurso do falante; 3) as formas típicas da composição e do acabamento de gênero” (BAKHTIN, 2016 [1979], p. 36).

Explicam Fuza e Rodrigues (2022) que, por estar nos limites do enunciado, o objeto do qual ele trata é considerado como seu tema/conteúdo, ou conteúdo temático. Esse objeto, carregado de sentido, é apreendido do meio social para ali ser exaurido sob determinado posicionamento axiológico, “o que permite falar da ‘exauribilidade do objeto e do sentido’ ou ‘exauribilidade semântico-objetal do tema’ (HOUAISS, 2004, p. 281),[como] um dos fatores que proporciona abordar a totalidade acabada do enunciado” (FUZA; RODRIGUES, 2022, p. 21). Em todo enunciado, portanto, uma temática é discursivizada e “privado desse conteúdo, o enunciado se transforma em um conjunto de sons sem nenhuma significação e perde seu caráter de interação discursiva” (VOLÓCHINOV, 2019[1930], p. 282).

O projeto do discurso ou vontade discursiva do falante, portanto, está diretamente ligado à questão da exauribilidade semântico-objetal ou ao conteúdo temático do enunciado. Por isso, afirma Bakhtin que a intenção é um momento subjetivo do enunciado, que se imbrica ao tema, aos interlocutores, à situação, aos enunciados precedentes (BAKHTIN, 2016 [1979]).

A conclusibilidade do enunciado, ainda, acaba por ser relacionar com as formas de acabamento que lhe conferem cada gênero discursivo. Como discute Medviédev (2019 [1928]), cada gênero tem suas formas especiais de acabamento, meios de compreender e de se orientar na realidade que são acessíveis somente a ele. O enunciado mobilizado em gênero tem seu próprio tom e é expressivo. Essa expressividade se constrói na e a partir das relações dialógicas com outros enunciados integrais e se manifesta na forma de valorações compartilhadas no enunciado. Por isso,

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive obras criadas) está pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos (BAKHTIN, 2016[1979], p. 54).

Bakhtin explica que a expressividade não é uma propriedade própria das palavras como unidades da língua abstrata. A expressividade ou é própria do gênero ou é expressão individual alheia, que representa a plenitude do enunciado alheio em nosso enunciado. De todo modo, ela inclui relações dialógicas e modulação axiológica. Sendo os gêneros constituídos por composição, estilo e conteúdo, os dois primeiros elementos, indissolivelmente unidos, servem à realização do terceiro, ou seja, toda a realização estilístico-composicional do enunciado realiza o conteúdo, para formar a arquitetônica dos sentidos. Nesse sentido, palavras, orações “servem igualmente bem a quaisquer juízos de valor, os mais diversos os e contraditórios, a quaisquer posições valorativas”(BAKHTIN, 2016 [1979], p. 56), ou seja, a escolha dos meios linguísticos/semióticos tem orientação semântico-objetiva e interlocutiva. Nesse sentido, Volóchinov (2019 [1926], nos elucida que o enunciado encerra uma interação social entre autor-interlocutor-tema.

Finalmente, retornamos à terceira e última peculiaridade constitutivo-funcional do enunciado que é a sua *relação com o próprio falante e com outros participantes da comunicação*. Esse entendimento, para Bakhtin (2026 [1979]), é o que nos leva à peculiaridade da relação do enunciado com o falante e demais participantes da comunicação discursiva. A partir disso, entendemos finalmente o papel fundamental do enunciado como parte do diálogo social, como unidade que encerra um posicionamento axiológico sobre dado tema social. Assim, passamos para a próxima seção, em que apresentamos a noção de ideologia a partir da perspectiva bakhtiniana. Essa noção, subsidia

a compreensão de que as valorações se constituem arraigadas às partidas ideológicas que, por meio do processo de interação discursiva e mediação dos enunciados, participam da formação ininterrupta das consciências socioideológicas dos sujeitos, influenciando no modo de apreenderem apreciativamente os enunciados alheios como atuações discursivas completas, os avaliem e finalmente a eles responderem.

Modos sociais de *compreender a realidade*: a ideologia

Nesta seção, tratamos da noção de *ideologia*, conceito esse que não se encontra definido pontualmente ou precisamente pelas obras do Círculo, mas que é discutido de maneira fragmentada e com diferentes terminologias ao longo dos escritos. O fenômeno ideológico – também referido como *semântico e axiológico, verbo-ideológico, social e ideológico e cultural-ideológico* – não é, sob essa perspectiva, atravessado de teores negativos ou positivos, mas é tratado como um termo descritivo (FARACO, 2013).

Em termos gerais, para Bakhtin e o Círculo, ideologia pode ser entendida como uma construção social, que surge a partir das relações entre os indivíduos e se materializa, essencialmente, por meio da língua(gem). Para Volochínov (2013[1925-1930], p. 193, grifos do autor), “a palavra, por sua própria natureza intrínseca, é desde o início um fenômeno puramente ideológico. Toda realidade objetiva da palavra consiste exclusivamente na sua destinação de ser um signo”.

Segundo Volochínov (2017[1929]), os signos apresentam sempre um significado que remete a elementos externos a ele, ou seja, são sempre ideológicos. Entendemos, a partir da perspectiva do Círculo, que é por meio dos signos que os sujeitos – cada qual pertencente a uma determinada realidade sócio-histórica – constroem os conjuntos de valores e ideias que mobilizam para interpretar e significar a realidade em que vivem. Por esse motivo, os signos não podem nunca ser neutros. Sobre isso, Volochínov (2017[1929], p. 32) afirma que

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.).

Os signos, por serem fruto da interação social e situados em uma dada esfera social, acabam por carregar certas nuances desses espaços e realidades que ocupam. Por outro lado, como no fenômeno físico da refração em que um raio de luz altera sua constituição ao atravessar um meio óptico diferente, o signo, ao atravessar uma realidade, a afeta e é também afetado por ela.

Signos ideológicos constituem valorativamente as manifestações discursivas, sejam eles verbais ou não verbais. No entanto, inclusive os signos não verbais, “são envolvidos pelo universo verbal” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929/1930], p. 100- 101). Nesse sentido e em outros, a palavra da língua é signo ideológico por excelência. Ela absorve, integralmente, a função de ser refratária de valorações e/ou ideologias diversas, e por ser o único signo produzido exclusivamente pelo organismo humano, sem ajuda externa, é capaz de adentrar a consciência humana e constitui-la socioideológica. A palavra, portanto, é médium que, “em síntese dialética entre o psíquico e o ideológico, entre o interior e o exterior, realiza-se reiterada na palavra-enunciado” (VOLÓCHINOV, 2018 [1929/1930], p. 140), a refratar e a refletir “a lógica da comunicação ideológica, da interação sgnica de uma coletividade” (VOLÓCHINOV, 2018, [1929/1930], p. 97). Desse modo, a própria consciência se constitui como consciência a partir do conteúdo ideológico que está nela impregnado. E, como mencionado, esse fenômeno ocorre no processo de interação sociodiscursiva (VOLOCHÍNOV, 2017[1929]).

Assim, quando falamos de palavra estamos nos referindo à palavra parte de uma enunciação real, inseparável de seu conteúdo ideológico. Para Volochínov (2013[1925-1930], p. 196), “A palavra torna-se palavra somente no intercâmbio comunicativo social vivo,

na enunciação real, que pode ser compreendida e avaliada não somente pelo falante, mas também pelo seu auditório, seja este potencial ou realmente existente”.

Fica claro, então, que não somente os atravessamentos ideológicos são formados a partir da relação entre sujeitos com a constituição e materialização dos enunciados, mas também os produtos da criação ideológica – como as obras de arte, trabalhos científicos, símbolos e ritos religiosos, por exemplo – são objetos materiais que fazem parte da realidade do sujeito (MEDVIÉDEV, 2016[1928]). Assim, não somente a ideologia se constitui e se manifesta por meio do uso da língua(gem), como também a própria língua(gem) é ideologicamente saturada ou axiologicamente constituída. Para Faraco (2013, p. 173),

É da ordem própria das linguagens sociais dar forma a visões axiológica/ideologicamente saturadas. Ou, como algumas vezes também lemos nos textos do Círculo, qualquer linguagem social/ voz social, qualquer signo não apenas representam o mundo, mas também (e sempre) o refratam, são sempre representações refratadas do mundo.

Entendemos, dessa maneira, que na perspectiva do Círculo, a ideologia não é concebida como uma entidade dominante, mas sim como um sistema ideológico que se constitui por ideologias formalizadas (ideologia oficial) e ideologias do cotidiano.

Sobre a ideologia oficial, entendemos que abarca as estruturas ideológicas cujos teores possuem certa estabilidade, como é o caso da ciência, política, religião, mídia etc. A ideologia oficial tenta manter a estabilidade do valor dos signos, para manter a estabilidade das relações sociais. Já as ideologias do cotidiano possuem bases mais instáveis, nervosas e sensíveis que adentram mais facilmente nos redutos individuais, como afirma Volochínov (2013[1930], p. 151, grifos do autor):

Estabeleçamos o acordo de chamar de ideologia cotidiana a todo conjunto de sensações cotidianas – que refletem e refratam a realidade social objetiva – e as expressões exteriores imediatamente a ela ligadas. A ideologia cotidiana dá significado a cada ato nosso, a cada ação nossa e a cada um de nossos estados “conscientes”.

Nessa direção, assumimos que essas ideologias convivem em uma dinâmica dialógica, em que essas forças se interpenetram. Assim, a(s) ideologia(s) do cotidiano pouosa(m) nas bases da ideologia oficial, fazendo com que se crie um movimento entre elas que, ao passo que a ideologia oficial enforma e influencia a ideologia do cotidiano, essa, por sua vez, pressiona e influencia a ideologia oficial, em um embate dialógico constante. Importa ressaltar, que nessa dinâmica dialógica, a linguagem é atividade constitutiva dos sujeitos e de suas consciências e principalmente a palavra, em termos sociais, históricos, “é o elemento ideológico puro, pois transita dialeticamente tanto na infraestrutura econômica quanto na superestrutura dos sistemas ideológicos constituídos” (FREITAS, 1999, p. 113). O meio social, portanto, e todos os intercâmbios ideológicos que constituem as ideologias enformadas e cotidianas e os laços sociais amplos e imediatos dá aos sujeitos as palavras, unindo-as a “determinados significados e apreciações” (BAKHTIN, 2014 [1927], p. 86).

Nesse sentido, Franco, Acosta Pereira e Costa-Hübes (2019) afirmam que as relações dialógicas são de teor semântico-ideológico-valorativo, que abarcam sentidos, marcas ideológicas e matizes valorativos de um dado discurso. Com isso, entendemos que a produção dos sentidos de um texto se constitui também a partir de seus atravessamentos ideológicos e valorativos. Dessa forma, a questão da ideologia, tratada nessa seção, e da valoração, tratada na próxima, estão diretamente relacionadas.

Modos sociais de *avaliar a realidade*: a valoração

Tratamos, neste momento, da noção de valoração a partir da perspectiva de Bakhtin e o Círculo, mas fazendo menções e referências ao conceito de ideologia, debatido acima, devido à relação intrínseca entre essas duas questões. Ao assumirmos que a interação entre sujeitos social e historicamente situados se dá por meio da língua(gem), que é atravessada por ideologias materializadas na forma dos signos, assumimos também que os signos não podem nunca ser neutros, pelo contrário, eles carregam em si diferentes visões de mundo e pontos de vista representativos de um dado indivíduo ou grupo social, ou seja, valorações.

Segundo Franco, Acosta Pereira e Costa-Hübes (2019), é por meio da valoração ou avaliação social que compreendemos como as ideologias são sempre carregadas de um índice social de valor. Para os autores, é justamente o valor social que matiza a ideologia, atravessando-a de uma marca singular e responsiva às manifestações da interação discursiva. Para o Círculo, os signos ideológicos, além de serem terreno em que se realizam as lutas de classes, trazem também consigo marcas valorativas, “um valor social, uma posição/projeção/marca axiológica” (FRANCO *et al*, 2019, p. 279)

O signo, para Volochínov (2017[1929]), é o palco onde se confrontam valores sociais contraditórios – os índices de valor. Para o autor, “a cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular” (VOLOCHÍNOV, 2017[1929], p. 46). Dessa forma, fica evidente o vínculo tão estreito entre ideologia e valoração. Acerca disso, Volochínov (2017[1929], p. 46, grifos do autor) afirma ainda que: “*não podem entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social*”, isto é, todo índice de valor possui atributos ideológicos.

Sobre essa questão, Medviédev (2016[1928]) afirma que em todo processo enunciativo, o sujeito carrega seu discurso de avaliações

sociais, visto que para o autor a avaliação social – expressão que usa para se referir à valoração – está presente em cada palavra viva. Assim, entendemos que todo enunciado é também atravessado valorativamente, visto que os sujeitos estão constantemente avaliando e emitindo juízos e apreciações frente a tudo que dizem e ouvem.

Como mencionado anteriormente quando adentramos na noção de enunciado, assumimos aqui que os discursos são sempre orientados a um determinado sujeito, um *outro* discursivo. Isso implica que no processo da enunciação e das trocas discursivas, se delinea um movimento responsivo entre os sujeitos que está sempre carregado de valorações que os posicionam frente ao tema em tela. Sobre isso, Volochínov (2017[1929], p. 140, grifos do autor) afirma que sem a modalidade apreciativa não se pode haver a enunciação, visto que “toda enunciação compreende antes de mais nada uma *orientação apreciativa*”. Nessa perspectiva, cada elemento da enunciação possui um sentido e também uma apreciação, ou seja, são sempre dialógicos.

Ao assumirmos que todo enunciado possui a expressividade como um de seus elementos constitutivos, assumimos, portanto, que todo enunciado é engendrado por valorações. Esses valores expressivos que constituem os enunciados têm a ver com as características sociais, econômicas e políticas do espaço-tempo em que vivem os sujeitos do discurso. Sobre isso, Volochínov (2013[1925-1930], p. 77) pontua que:

Esses juízos e valorações se referem a uma certa totalidade, na qual a palavra diretamente entra em contato com o acontecimento da vida e se funde com ele em uma unidade indissolúvel. A palavra tomada isoladamente, como fenômeno puramente linguístico, não pode ser verdadeira, nem falsa, nem atrevida, nem tímida.

Com isso, nos voltamos mais uma vez para a questão da dimensão social – extraverbal – dos enunciados, da palavra viva e do discurso entre sujeitos de uma dada enunciação. É justamente a partir das tensões das forças sociais que os sujeitos se situam e

conseguem, dessa forma, criar sentidos para os discursos trocados na interação verbal. Para Medviédev (2016[1928]) compreender um dado enunciado demanda que o sujeito conheça seu tema e que o avalie valorativamente. O autor entende a avaliação social como um elemento que reúne tanto a materialidade da palavra quanto seu sentido.

Volochínov (2013[1925-1930], p. 80) aborda essa questão social da valoração como parte de uma *unidade material do mundo* que faz parte do horizonte de cada falante de uma dada interação discursiva e da *unidade das condições reais da vida* de cada um, o que gera a *comunidade das valorações*. Segundo o autor, as valorações subentendidas são atos socialmente necessários e não emoções individuais. Para Volochínov (2013[1925-1930], p. 80), “as emoções individuais, por sua vez, somente podem acompanhar o *tom principal da valoração social* em sua qualidade de *matiz*: um ‘eu’ somente pode realizar-se na palavra se se apoia nos ‘outros’”.

Medviédev (2016[1928]) destaca que a avaliação social acaba por determinar todos os aspectos de um dado enunciado e uma vez que o atravessa por inteiro, é a valoração que encontrará a expressão pura da *entonação expressiva*, chamada por Volochínov (2017[1929]) de *expressão sonora da valoração social*. Segundo Medviédev (2016[1928], p. 185), é a entonação expressiva que reflete a singularidade histórica do enunciado, “o caráter expressivo é determinado não pelo esquema lógico do sentido, mas por toda sua plenitude e integridade individual, e por toda sua situação concreta e histórica”.

Dessa maneira, entendemos que a entonação expressiva é a responsável por evidenciar a avaliação social do enunciado. É a partir dela que seu tema se desenvolve, a partir de um tom valorativo que perpassa o tema e cria sentidos para ele. É justamente em razão da dinamicidade da relação entre os índices de valor que o signo ideológico se mantém vivo e em movimento constante. Para Volochínov (2017[1929]), o tema possui sempre um índice de valor social, que tem características ideológicas específicas e se materializa a partir dos discursos dos sujeitos de

um determinado contexto social que, ao se depararem a um objeto tecem sobre ele valorações.

Assumimos, portanto, que nas enunciações vivas, os elementos possuem sentidos e também apreciações e que somente elementos abstratos no sistema da língua podem existir sem valores apreciativos. Enfatizamos ainda que as mudanças de significação – chamadas por Volochínov (2017[1929]) de *reavaliação* – que se dão a partir de um deslocamento de uma palavra de um contexto avaliativo para outro têm vínculo estreito com as condições sócio-históricas da sua enunciação. Sobre isso, Volochínov (2017[1929], p. 141) afirma que:

É justamente para compreender a evolução histórica do tema e das significações que o compõem que é indispensável levar em conta a apreciação social. A evolução semântica da língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo – sentido da totalidade de tudo que tem sentido e importância aos olhos de um determinado grupo – é inteiramente determinada pela expansão da infra-estrutura econômica. À medida que a base econômica se expande, ela promove uma real expansão no escopo de existência que é acessível, compreensível e vital para o homem.

A partir dessas reflexões, entendemos que a valoração/avaliação social pode ser entendida como um elemento integralizador da materialidade da palavra e seu(s) sentido(s), que reflete o contexto histórico e as forças sociais em que situam as enunciações. Nesse sentido, conforme discutem Acosta Pereira e Brait (2020), a valoração engendra-se no enunciado a reverberar a própria interação social. Como elemento constitutivo-funcional próprio da enunciação, é índice social avaliativo, expressivo, axiológico que determina as escolhas linguísticas e composicionais e, logo, os sentidos da enunciação.

Com isso, encerramos as seções em que buscamos delinear uma concepção dialógica de discurso, a partir de discussões de alguns conceitos fundamentais para a teoria dialógica: cronotopo,

discurso, enunciado, ideologia e valoração. Em seguida, na próxima seção, trazemos reflexões teóricas, a fim de revisitarmos a concepção dialógica de sujeito do Círculo.

Por uma concepção dialógica de sujeito

Muitas das discussões empreendidas até o momento abordam a importante figura do outro discursivo para a constituição dos enunciados. Essa figura é também relevante para a delimitação da presente seção, em que buscamos apresentar a concepção de *sujeito* a partir dos estudos de Bakhtin e o Círculo, além de alguns de seus interlocutores contemporâneos.

Partimos de uma noção de sujeito imbricada à noção de língua(gem), visto que é por meio dela que o sujeito se constitui como tal (PIRES, 2003; PINHEIRO, 2008; SEVERO, 2013; CAVALCANTE FILHO; TORGA, 2011). Tratamos, primeiramente, da noção de alteridade, buscando justamente refletir sobre essa oposição entre o *eu* e o *tu* para a perspectiva bakhtiniana. Geraldi (2010) afirma ser a alteridade uma contraposição entre o eu e o outro e uma relação que só pode ser vivida por meio da palavra – meio pelo qual se forma e constitui a consciência. O autor indica ser por meio dos signos que se constitui a materialidade da consciência do sujeito, o que se dá na e a partir dos processos de interação social, acarretando na noção de que o sujeito consciente deve ser sempre constituído socialmente, apontando para uma orientação social da consciência.

Para Bakhtin (2015[1979]), é por meio da relação de alteridade que a interação acontece. Ao tratar especificamente da noção de sujeito, Bakhtin (2012[1920-1924]) tece algumas considerações sobre o que considera serem atributos do sujeito, visto como um ser responsável, agentivo e consciente. A questão da responsabilidade é fundamental para a constituição do sujeito bakhtiniano. Para o autor,

Tal pensamento, enquanto ato, forma um todo integral: tanto seu conteúdo-sentido quanto o fato de sua presença em minha

consciência real de um ser humano singular, precisamente determinado e em condições determinadas – ou seja, toda a historicidade concreta de sua realização – estes dois momentos, portanto, seja o do sentido, seja o histórico-individual (factual), são dois momentos unitários e inseparáveis na valoração deste pensamento como meu ato responsável (BAKHTIN, 2012[1920-1924], p. 44).

A partir do excerto acima, entendemos que a responsabilidade do sujeito está associada à noção de ato, visto que para Bakhtin (2012[1920-1924]) a própria consciência do sujeito se organiza, por meio da língua(gem), a partir de atos. Com isso, compreendemos que o sujeito bakhtiniano é, além de responsável, um sujeito agente, cuja vida é constituída a partir de uma sequência de atos e que não pode ser substituído por nenhum outro sujeito no contexto único de sua existência, seu existir-evento (BAKHTIN, 2012[1920-1924]). A noção de responsabilidade do sujeito tem vínculo com a sua agentividade, visto que o princípio da responsabilidade tem a ver com a unicidade do sujeito, ela “se funda no pensamento participativo e a participação de cada um no Ser único e singular é insubstituível” (GERALDI, 2010, p. 107). Assim, compreendemos que são os atos concretos que realizam a existência do Ser único do universo que sou, de que faço parte e por que sou responsável. Esse Ser não está nunca acabado, mas sempre em processo de construção de si.

Partindo, portanto, da compreensão da eventicidade única da existência de um sujeito, que ocupa um lugar que é só dele e que não pode ser substituído por nenhum outro, adentramos na questão do não-álibi da existência. Essa noção é discutida por Bakhtin (2012[1920-1924]) e comporta a unicidade do sujeito e a sua relação com o outro. Sobre isso, o autor afirma que “Este fato do meu não-álibi no existir, que está na base do dever concreto e singular do ato, não é algo que eu aprendo e do qual tenho conhecimento, mas algo que eu reconheço e afirmo de um modo singular e único” (BAKHTIN, 2012[1920-1924], p. 96).

Desse modo, entendemos que cada existência é única e que todas as demandas, peculiaridades e atos desse dado sujeito são dele e não podem ser substituídas. Cada sujeito é, portanto, atuante e participante no seu modo de viver e ocupa um lugar único no seu existir singular. Sobre o não-álibi do existir, Bakhtin (2012[1920-1924], p. 96) afirma que:

Neste preciso ponto singular no qual agora me encontro, nenhuma outra pessoa jamais esteve no ponto singular e no espaço singular de um existir único. E é ao redor deste ponto singular que se dispõe todo o existir singular de modo singular e irrepetível. Tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca. A singularidade do existir presente é irrevogavelmente obrigatória [...]. este fato do *meu não-álibi* no existir [...], que está na base do dever concreto e singular do ato, não é algo que eu aprendo e do qual tenho conhecimento, mas algo que eu *reconheço e afirmo de um modo singular e único*.

Ainda, Bakhtin (2012[1920-1924]) relaciona o não-álibi da existência ao ato responsável, que, para o autor, é aquele que se baseia no reconhecimento da singularidade do sujeito. Para o autor, é a afirmação do meu não-álibi no existir que fundamenta a existência do sujeito tanto como realidade tanto como projeção, “É apenas o não-álibi no existir que transforma a possibilidade vazia em ato responsável real (através da referência emotivo-volitiva a mim como aquele que é ativo) (BAKHTIN, 2012[1920-1924], p. 99).

Da mesma forma que, ao longo dos textos de Bakhtin e o Círculo, fica clara uma noção de língua(gem) que é dialógica e, uma vez que entendemos que a constituição do sujeito se dá por/na língua(gem), assumimos que, nessa perspectiva, o sujeito é também um ser dialógico. Para Cavalcante Filho e Torga (2011), esse movimento se dá porque tanto ambos – a língua(gem) e o sujeito – são atravessados por discursos alheios e por relações dialógicas entre esses discursos.

A partir dessas reflexões iniciais, pudemos delinear uma noção de sujeito a partir do olhar de Bakhtin e alguns de seus

interlocutores. O sujeito bakhtiniano é consciente de seus atos e, além de ser socialmente situado e responsivo. Entendemos, dessa forma, que um sujeito se constitui a partir das relações dialógicas tecidas entre o eu e o seu outro (BAKHTIN, 2015[1979]), mais precisamente a partir do olhar desse outro. Assim, passamos à subseção seguinte em que tratamos mais profundamente desse lugar privilegiado e exotópico do outro.

O excedente de visão: a exotopia

Muitas são as possibilidades de se pensar a constituição do sujeito a partir da perspectiva bakhtiniana, mas a espinha dorsal desse entendimento pousa justamente no vínculo entre esse sujeito com seu outro e nas relações dialógicas que se dão entre eles. Assim, a questão da alteridade é muito importante nesse percurso justamente por remeter à dialogicidade da língua(gem) e das relações sociais. Sobre como se organiza e se dá a relação do eu com o outro e como esse vínculo acaba por delimitar e definir a constituição do sujeito, adentramos aqui na questão da *exotopia*.

Falemos então sobre o lugar privilegiado de distanciamento do eu em que se encontra o outro. Como mencionado, o sujeito – que é inacabado – só se constitui a partir do olhar de um outro, que lhe confere acabamento. É somente pelos olhos desse outro, ancorado em um local exotópico, que o sujeito pode se constituir como tal. Sobre isso, Bakhtin (2012[1920-1924], p. 104) afirma:

Do meu lugar único, somente eu-para-mim-mesmo sou eu, enquanto todos os outros são outros para mim (no sentido emotivo-volitivo do termo). De fato o meu ato (e o sentimento como ato) se orienta justamente sobre o que é condicionado pela unicidade e irrepetibilidade do meu lugar. O outro, na minha consciência emotiva-volitiva participante, está exatamente no seu lugar, enquanto eu o amo como outro, não como eu mesmo.

A partir desse excerto, Bakhtin (2012[1920-1924]) retoma as discussões que mobilizamos na seção anterior destacando a

unicidade do sujeito e a irrepetibilidade da sua existência. Para o autor, os sujeitos possuem um lugar único no mundo e as suas ações são atravessadas pelas peculiaridades desse espaço-tempo. Ainda, para Bakhtin (2012[1920-1924]), a relação de alteridade se dá especificamente em razão do não acabamento do Ser. Isso quer dizer que, nessa perspectiva, um sujeito nunca está pronto ou acabado e, por essa razão, sempre precisará do olhar do outro para que lhe sejam conferidos seus acabamentos. Da mesma forma, o eu também é quem confere acabamento ao outro, remetendo ao princípio dialógico da relação entre os sujeitos. Sobre esse lugar de privilégio do outro em relação ao eu, Bakhtin (2019[1943]) fala sobre a impossibilidade de acabamento do sujeito se não pelo olhar exotópico do outro:

O ponto de vista da exotopia e a sua excedência. O uso privilegiado de tudo aquilo que o outro, por princípio, não pode saber de si mesmo, não pode, em si, observar e ver. São todos esses elementos a desenvolver por excelência uma função de acabamento. Uma possibilidade de auto-consciência que seja objetivamente neutra e de autoavaliação que não depende do ponto de vista do eu ou do outro. É precisamente essa a mortificante imagem *em ausência*. A imagem é privada de dialogicidade e de inacabamento. A unidade *acabada* é sempre em ausência. Por isso é impossível ver o todo acabado desde o interior, mas apenas de fora. A exotopia que dá acabamento. (BAKHTIN, 2019[1943], p. 47, grifos do autor).

A figura do outro, para Bakhtin (2015[1979]), é dotada do que chama de *excedente de visão*. Assim, o sujeito sabe do outro o que esse não pode saber de si mesmo e vice-versa, ou seja, há uma relação de dependência entre ambos. Chamamos de privilegiado esse lugar de distanciamento do outro em relação ao eu por entendermos que aquele que está fora de nós consegue enxergar coisas em nós mesmos que não são visíveis aos nossos olhos.

A partir disso, entendemos que esse excedente de visão do outro – presente na relação alteritária – “é condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do meu lugar no mundo:

porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em um dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim” (BAKHTIN, 2015[1979], p. 21). Uma analogia para essa relação é a do auto reflexo no espelho. Quando uma pessoa olha para seu reflexo em um espelho ela não se vê por completo, mas fragmentos de si, de seu rosto, vestimentas, há sempre algo de si que não é visível no espelho e que não conseguimos enxergar sozinhos, o topo da cabeça, as costas. Assim, é necessário o olhar do outro, que nos vê de longe, vê também o nosso entorno e pode, dessa maneira, nos conferir acabamento. No texto *O homem ao espelho*, Bakhtin (2019[1943]) trata justamente dessa relação entre o sujeito e o seu outro e sobre como é a partir desse olhar alheio que construímos e tecemos valorações sobre nós mesmos.

Entendemos que é por meio do excedente de visão⁴ do outro – que “nasce da não-coincidência de duas consciências (sejam de dois sujeitos diferentes ou de um mesmo sujeito em cronotopos distintos) que se penetram e se distanciam” (OLIVEIRA; HUFF; ACOSTA PEREIRA, 2019, p. 143) que os sujeitos se constituem. É o olhar do outro externo a mim que eu passo a me enxergar por completo.

O sujeito no mundo: a constituição cronotópica e ideológico-valorativa

Buscamos nesta subseção retomar algumas noções discutidas previamente a fim de discorrer sobre a *constituição cronotópica e ideológico-valorativa do sujeito*. Sabemos que o discurso só ganha vida na forma de enunciações concretas entre falantes, os sujeitos do discurso. Esses sujeitos são necessariamente situados social e historicamente e a relação entre eles é imprescindível para a

4 Bakhtin (2003[1930-1940]) usa também a expressão *excedente de conhecimento*: “A penetração no outro (fusão com ele) e a manutenção da distância (do meu lugar), manutenção que assegura o excedente de conhecimento” (BAKHTIN, 2003 [1930-1940], p. 394-395).

constituição da identidade de ambos, um em relação ao outro. Isso quer dizer que cada sujeito está ancorado em um determinado espaço tempo e que as peculiaridades desses cronotopos também fazem parte da formação desses sujeitos, assim como seus pontos de vista e olhares para as realidades que os circundam.

Compreendemos, desse modo, ser por meio da língua(gem) que o existir evento do sujeito se constitui. Para Oliveira (2020), é através da língua(gem) que o ato ético do sujeito e, conseqüentemente, seus posicionamentos e suas relações com as vozes sociais se manifestam – por meio dos enunciados. Sobre essa questão, Medviédev (2016[1928]) entende que o sujeito existe participativamente e por meio da língua(gem). Assim, os sentidos se constroem a partir do entrecruzamento extraverbal. Volochínov (2017[1929]), por sua vez, pensa na construção do sujeito a partir dos seus variados diálogos e pela sua existência na coletividade. Sobre o existir participativo e os atravessamentos axiológicos dessa existência, Bakhtin (2012[1920-1924, p. 58]) afirma:

Tal existir como evento singular não é algo pensado: tal existir *é*, ele se cumpre realmente e irremediavelmente através de mim e dos outros – e, certamente, também no ato de minha ação-conhecimento; ele é vivenciado, asseverado de modo emotivo-volitivo, e o conhecer não é senão um momento deste vivenciar-asseverar global. A singularidade única não pode ser pensada, mas somente vivida de modo participativo.

Para Bakhtin (2012[1920-1924]), é na relação entre duas consciências que a palavra ganha vida e se torna plena, na expressão da eventicidade única da existência do sujeito em relação ao seu outro. Nessa perspectiva, entendemos que a participação única do Ser dentro dessa arquitetônica de que fala Bakhtin (2012[1920-1924]) não se dá de forma randômica, mas é sustentada por relações espaço-temporais que conferem valor em torno dos atos.

Pensando por esse prisma, compreendemos como a questão abstrata da temporalidade da existência dos sujeitos interfere na

sua própria constituição. Sobre isso, Bakhtin (2012[1920-1924], p. 55) reflete e compara as historicidades do existir real e abstrato ao afirmar que “o momento abstrato da validade extratemporal da verdade pode também ser contraposto ao momento abstrato da temporalidade do objeto da cognição histórica: mas toda a contraposição não sai dos confins do mundo teórico, e só neste tem sentido e validade”. Assim, para o autor, a validade extratemporal do mundo teórico da verdade adentra totalmente na historicidade real do existir-evento, enriquecendo-o.

Ainda sobre as relações espaço temporais, Bakhtin (2015[1979]) afirma que os limites cronotópicos do sujeito não são definidos por ele mesmo, mas sim por meio do contato com o outro: “A mim não são dadas as minhas fronteiras temporais e espaciais, mas o outro me é dado integralmente. Eu vivo em um mundo espacial, neste sempre se encontra o outro. As diferenças de espaço e de tempo do *eu* e do *outro*. (BAKHTIN, 2015[1979], p. 383, grifos do autor).

A partir dessas reflexões, entendemos que para essa perspectiva é justamente por intermédio da relação com o outro, posicionado de modo exotópico ao eu, que é possível dar acabamento ao sujeito e que esse se constitui a partir da sua situação histórica e na relação com o outro. Compreendemos ainda que na interação discursiva, os sujeitos buscam, além de se expressarem, se posicionarem ideológico e valorativamente.

Com vistas a concluir essa subseção, trazemos, finalmente, um excerto de Oliveira, Huff e Acosta Pereira (2019, p. 137-138) que sumariza nossas reflexões:

O estudo do sujeito e das relações que engaja/estabelece com outrem, na alteridade/outridade, permite-nos entender que (i) todo sujeito é sempre atravessado pela alteridade; (ii) todo sujeito constitui-se por um excedente de visão –um distanciamento exotópico; (iii) que todo sujeito constitui-se a partir da relação intersubjetiva com o outro no interior de plurais situações de interação social; (iv) todo sujeito relaciona-se com o outro a partir de horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidentes; (v) todo sujeito é

singular, pois todo sujeito é único e insubstituível; (vi) todo sujeito é responsável, uma vez que é responsável pelo seu projeto de dizer; (vii) todo sujeito é cronotópico, pois sempre ocupa um tempo e um espaço únicos; (viii) todo sujeito é inconcluso, todo sujeito está em construção contínua; (ix) todo sujeito é um sujeito em devir, aberto a possibilidade de transformação (OLIVEIRA; HUFF; ACOSTA PEREIRA, 2019, p. 137-138).

Com essa discussão sobre a constituição do sujeito, finalizamos esse capítulo em que discutimos sobre as ancoragens epistemológica e teórico-metodológicas assumidas a partir de reflexões sobre os escritos de Bakhtin e o Círculo e de seus interlocutores contemporâneos sobre discurso e sujeito. A seguir, tecemos nossas considerações finais e elencamos as referências mobilizadas.

Considerações Finais

Esse é um capítulo essencialmente teórico. Visamos, ao longo desta discussão, revisitar obras do Círculo e de pesquisadores contemporâneos a fim de reenunciar algumas das diretrizes conceituais propostas pelo Círculo em torno do discurso e do sujeito. Essa discussão é ampla e inacabada e, portanto, aqui, buscamos alcançar um relativo acabamento. Diferentes leituras e compreensões do conjunto da obra do Círculo são possíveis, nesse capítulo apenas discursivizamos nossa reação-resposta aos escritos dos pensadores do Círculo: nossa compreensão.

Referências

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo; RODRIGUES, Rosângela Hammes; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. O estudo dos gêneros do discurso sob a perspectiva dialógica da linguagem: considerações sobre cronotopo, ideologia e valoração. In: NASCIMENTO, Elvira

Lopes; CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes; LOUSADA, Eliane. (Org.). **Gêneros de texto/discurso: novas práticas e desafios.** 01ed. Campinas - SP: Pontes, 2019, v. 01, p. 349- 370.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: Brait, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave.** 2. ed., São Paulo: Contexto, 2006. p. 96–114.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal.** Tradução Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2015[1979].

BAKHTIN, Mikhail M. **Os gêneros do discurso.** Tradução do russo por Paulo Bezerra. Editora 34: São Paulo, 2016[1952-1953].

BAKHTIN, Mikhail M. **Para uma filosofia do ato responsável.** Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012[1920-1924].

BAKHTIN, Mikhail. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo: Editora Hucitec, 1987[1965].

BAKHTIN, Mikhail. **O homem ao espelho.** Apontamentos dos anos 1940. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019[1943].

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski.** Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015[1963].

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance.** Tradução de Aurora Fornoni Bernardini [et al]. 7ed. São Paulo: Hucitec, 2014[1934-1935].

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance I: a estilística.** Tradução do russo por Paulo Bezerra. Editora 34: São Paulo, 2015[1930-1936].

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance II: as formas do tempo e do cronotopo.** Tradução do russo por Paulo Bezerra. Editora 34: São Paulo, 2018[1937-1939].

CAVALCANTE FILHO, Urbano; TORGA, Vânia Lúcia Menezes. Língua, Discurso, Texto, Dialogismo e Sujeito: compreendendo os gêneros discursivos na concepção dialética, sóciohistórica e ideológica da língua(nem). In: **Anais I CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, VITÓRIA-ES, 18 A 21 DE OUTUBRO DE 2011**

FARACO, Carlos Alberto. "A ideologia no/do Círculo de Bakhtin". In: PAULA, Luciane de.; STAFUZZA, Grenissa (Orgs). **Círculo de Bakhtin: pensamento interacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

FRANCO, N.; ACOSTA PEREIRA, R.; COSTA-HÜBES, T. C. da. Por uma análise dialógica do discurso. In: GARCIA, D. A.; SOARES, A. S. F. **De 1969 a 2019: um percurso da/na análise de discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 275-300.

GERALDI, João W. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Tradução: Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2016[1928]

MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística**. São Paulo: Edusp, 2008.

OLIVEIRA, Amanda Maria. **Inteligibilidades sobre os Estudos Em Análise Dialógica do Discurso no Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

OLIVEIRA, Amanda Maria; HUFF, Luana de Araújo; ACOSTA PEREIRA, Rodrigo. Considerações teórico-metodológicas para o estudo da palavra-discurso: respostas a dois ensaios de Mikhail Bakhtin. **CAMINHOS EM LINGUÍSTICA APLICADA**, v. 20, p. 131- 151, 2019.

PINHEIRO, Petrilson Alan. Bakhtin e as identidades sociais: uma possível construção de conceitos. In: **REVISTA PHILOLOGUS**, v. 40, p. 1-20, 2008

PIRES, Vera Lúcia. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. In: **Organon (UFRGS)**, UFRGS - Porto Alegre, v. 16, n.32/33, p. 35-48, 2003.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. Tese (doutorado em linguística aplicada e estudos da linguagem) - LAEL/PUCSP: São Paulo, 2001.

SEVERO, Cristine Gorski. Sobre o sujeito na perspectiva (do Círculo) de Bakhtin. In: **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**. V. 7. n. XXV, Abr-Jun-2008.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. **A construção da Enunciação e Outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 [1925-1930].

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929]

DISCURSO, SENTIDO, INTERPRETAÇÃO. A CONTEMPORANEIDADE EM DIFERENÇAS SIGNIFICANTES

Suzy Lagazzi¹

Certamente a vida aí se põe em questão. Porque o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma: do trabalho da história e do significante, em outras palavras, do trabalho do sujeito. (ORLANDI, 1996, p. 22)

[...] um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (PÊCHEUX, 1990a, p. 51)

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há *o outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. (PÊCHEUX, 1990a, p. 54)

No movimento da interpretação

Nossa escuta vai se ancorando nas falas, nos sons, na musicalidade... nosso olhar vai sendo capturado pelas imagens que vão se sucedendo, pelas cores que nos impactam, por traços que desenharam o espaço, pelas escritas em suas diversidades, pelos

¹ DL/IEL/Unicamp - Brasil

corpos que passam e nos afetam... os cheiros provocam a memória, aromatizam... a boca saliva em saudade daquele sabor... o corpo dança e nos faz respirar em diferentes ritmos... Significantes que demandam sentidos num movimento de constantes retomadas. Nem início nem fim demarcados e derivas sempre possíveis. A interpretação nos desafia o tempo todo e nos convida a ousar em gestos que nos lançam em terrenos muitas vezes desconhecidos, nos expõem a relações inusitadas, a incômodos que nos obrigam a sair do lugar, ao inesperado que nos sacode... Sim, “certamente a vida aí se põe em questão”, quero concordar com Orlandi (1996, p. 22).

O mundo nos convoca em sentidos e pede interpretação, numa provocação significativa que cada vez mais se impõe em diferentes materialidades. A linguagem nos constitui em suas muitas formas e estamos sempre demandados pelos sentidos com que nos identificamos, sempre convocados a significar (n)as diferentes materialidades que nos rodeiam, atualizando a memória discursiva em novos capítulos de uma história que nos move. A linguagem visual, a linguagem verbal, a linguagem verbo-visual, a linguagem gestual, a linguagem corporal, a linguagem musical, a linguagem pictórica, a linguagem artística, a linguagem dos aromas e sabores... nos falam de imagens que se compõem por cores, luz e sombra, por traçados, nos falam do desenho, da ilustração, da língua que se realiza na escrita e na fala, das palavras, de sinais, do grafite e da pichação, do corpo, dos gestos, da música e da musicalidade, da dança, da percussão e do ritmo, da respiração, do espaço, dos diferentes sons, cheiros e gostos... Nessa profusão incompleta, temos materialidades significantes em imbricação, como gosto de reiterar (LAGAZZI, 2009)², que nos convidam para a deriva, “no relançar indefinido das interpretações”, tal qual nos diz Pêcheux (1990a, p. 51).

² A discussão sobre a imbricação das diferentes materialidades significantes foi amadurecendo ao longo de meu percurso analítico e se apresenta em alguns momentos de maneira bastante produtiva, como em Lagazzi (2017, 2019a, 2021).

Estamos diante de diferentes elementos significantes que vão compor, retomando as palavras de Orlandi (1996, p. 12) “processos de significação diversos”. A autora reitera que “há muitos modos de significar e a matéria significante tem plasticidade, é plural. [...] afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele” (idem). Fazendo ressoar as palavras de Orlandi, ressalto que esses elementos significantes, que são matéria significante, se estruturam em relações simbólicas compondo as diferentes materialidades significantes, dando suporte à interpretação. “São diferentes modos significantes pelos quais os sentidos se formulam por e para sujeitos” (LAGAZZI, 2023, p. 317).

Afetar o sujeito em suas práticas simbólicas nas mais diversas formas de significar é um objetivo discursivo contemporâneo, que olha para o mundo como um intervalo intenso de diferenças a serem consideradas no movimento das interpretações que as tensionam. O trabalho da interpretação demanda visibilidade em suas reiteraões e naturalizações, em seus confrontos e silenciamentos. Enfrentar discursivamente a diferença de maneira consequente é uma urgência extremamente contemporânea e a via dos sentidos é um dispositivo potente. “Fazer um furo no social”³ pelo trabalho com os sentidos, dando o primado ao significante, é uma tarefa discursiva necessária, uma metáfora instigante e um objetivo revolucionário. A contemporaneidade exige compreensões para que “o círculo da repetição” (PÊCHEUX, 1990b, p. 17) possa ser quebrado.

Dar o primado ao significante nos demanda olhar para a história em suas “diferentes versões” (ORLANDI, 1996, p. 14), já que os sentidos serão sempre um efeito no conjunto das determinações históricas e já que os sujeitos se constituem na evidência dos sentidos. Isso nos leva a compreender a interpretação como um trabalho simbólico, sempre em aberto (ORLANDI, 1996),

³ Paul Henry (1990, p. 14) afirma que “Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social”.

“dos sentidos sobre os sentidos”, tal qual lemos com Pêcheux (1990, p. 51), trabalho ancorado na cadeia significante, reiteramos.

Ducrot e Todorov (1982, p. 413) nomeiam o primado do significante como uma “viragem na história do conceito de signo”, que durante muito tempo esteve sob o domínio do significado, com as consequentes perguntas informacionais sobre o texto e intencionais sobre o sujeito. Quais as ideias principais do texto? O que o autor quis dizer? A partir da reflexão de Lacan, o sentido passa a ser compreendido como efeito produzido na cadeia significante, com o significado deslizando sob o significante. Essa nova compreensão imprime movimento não só à relação entre significante e significado, nos possibilitando falar da polissemia, mas traz movimento entre os significantes, o que nos permite olhar para a materialidade em relações de deriva e imbricação. É uma viragem conceitual que muda os procedimentos analíticos para focarmos no modo da formulação em suas condições de produção. Dizer de outras maneiras afeta a interpretação. Este é um princípio que nos move como analistas de discurso.

Em uma das epígrafes, lemos com Pêcheux que “as relações sociais [se organizam] em redes de significantes” (PÊCHEUX, 1990a, p. 54). Um enunciado que faz ressoar um outro, estruturante da perspectiva discursiva materialista: somos sujeitos de linguagem interpelados ideologicamente, e por isso estamos sujeitos às linguagens, na história, sob o primado do significante, importante reafirmar mais uma vez. Somos constituídos pelas diferentes linguagens e não dominamos os sentidos, nunca estamos fora do simbólico. Os sentidos vão se produzindo na história, sob condições de produção específicas, a partir das demandas significantes que nos capturam e que, como ressaltamos, na contemporaneidade são de uma profusão quase desconcertante. São as mais diversas materialidades significantes em imbricação a nos convocar, seduzir, apaixonar, enfurecer, entristecer, questionar, confrontar, conflitar... Efeitos os mais variados. E para nós, analistas de discurso, retorna sempre a pergunta: como afetar os sujeitos em suas práticas simbólicas? Como, na

contemporaneidade, fazê-los duvidar dos sentidos evidentes que os capturam sem ressalvas? Como seduzi-los em novas searas? Como deixar vaziar a certeza para que o alhures se formule nas mais diferentes materialidades? Um pouco do “impossível” (PÊCHEUX, 1990b, p. 8), é o que sempre buscamos.

A filiação discursiva materialista

Retomo Paul Henry (1990, p. 14), para ressaltar a filiação de Pêcheux a Althusser, a partir da releitura que este fez de Marx, assim como a aproximação de Pêcheux da psicanálise, tal como reformulada por Lacan, e também a retomada do estruturalismo em alguns de seus aspectos. Portanto, o que nomeamos filiação discursiva materialista é a proposta decorrente desse “entremeio” (ORLANDI, 1996, p. 23), no qual o materialismo histórico, a psicanálise e o estruturalismo, pela linguística, juntos e se entremeando em contradição, constituirão esse novo investimento linguageiro a que nomeamos análise do discurso. “Uma disciplina de entremeio é uma disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente”. E é pela contradição que os pressupostos discursivos na filiação materialista são continuamente discutidos (idem), numa relação em que teoria e prática, princípios e procedimentos se demandam incessantemente, reitera Orlandi (idem). Nesse entremeio, temos a história, em suas determinações, que conformam possibilidades, sem, no entanto, que os rituais se fechem; o sujeito no descentramento de sua constituição, interpelado ideologicamente e ancorado no inconsciente pelo desejo e pela falta; a linguagem concebida como estrutura falha, que tem a incompletude como seu real. Uma disciplina de entremeio, com um dispositivo também de entremeio, e uma consequência importante: a não categorização das compreensões analíticas, o que nos leva a trabalhar com procedimentos sempre em reorganização, a partir da pergunta do analista sobre o material tomado para análise. Sedução a toda

prova, na angústia da incerteza que a ausência de início e fim definidos nos traz.

Ser consequente com essa perspectiva materialista é se deixar afetar pelo material tomado para análise, a partir da pergunta que estabelece o objetivo do analista, o que ele quer compreender, e que orienta toda a análise. Sempre importante reiterar, com Pêcheux (1990a, p. 50), que no batimento entre descrever e interpretar, o primado é dos “gestos de descrição das materialidades discursivas”. Observar esse primado da descrição sobre a interpretação nos permite colocar a interpretação, e o sujeito dessa interpretação, em suspenso, perguntando sobre as evidências que constituem a interpretação, compreendendo o sujeito como identificado a uma posição discursiva, na diferença com tantas outras posições. Analisar o modo da formulação no jogo de paráfrases possíveis, perguntando pelo que não está, pelo não-dito, pelo que poderia estar de outro modo, é ser consequente com o descentramento do sujeito na recusa do idealismo, reconhecendo o princípio materialista de que o real tem primazia sobre o que o sujeito produz como conhecimento sobre esse real.

Coloco em pauta o sujeito em seus processos simbólicos, questionando a evidência de suas interpretações, para fazer paragem na alteridade.

É preciso esmiuçar os trajetos de linguagem em suas relações de alteridade: “é porque há *o outro* nas sociedades e na história [...] que aí pode haver [...] a possibilidade de interpretar” (idem, p. 54). A alteridade se faz possibilidade de significar. É na diferença com as outras interpretações que refutamos, ignoramos, consideramos ingênuas, simplistas... que a interpretação com que nos identificamos nos mobiliza. É sempre na diferença que os sentidos nos capturam e isso aprendemos já com Saussure, quando lemos, no *Curso de Linguística Geral*, que os valores são “puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 1916, p. 136).

Essa definição do valor pelo negativo, que nos situa fora do conteduidismo e localiza significado e significante num jogo de “diferenças sem termos positivos” (idem, p. 139), é um dos princípios que sustenta nossa prática de leitura materialista discursiva, que tem a deriva como processo constitutivo em linguagens incompletas e falhas, nas suas diferentes formas. Como reiteram Gadet e Pêcheux (2004, p. 58), “colocar o valor como peça essencial do edifício” saussuriano significa buscar, na diferença, o não-dito, considerar o efeito *in absentia* da associação e seu primado sobre a “presença” do dizer.

O efeito *in absentia* da associação ressalta a potência das relações associativas e, no conjunto dos quatro eixos trabalhados por Saussure no *Curso de Linguística Geral*, do eixo da associação pelo significante, apontada por Gadet e Pêcheux (idem, p. 59) como “aquela que dá abertura, na obra de Saussure, à formulação da questão da língua, sem que o horizonte da alíngua seja imediatamente foracluído”. A alíngua sustenta a possibilidade da língua, nos diz Milner (2012, p. 107), o que nos permite acrescentar que a associação pelo significante é aquela que, nas diferentes linguagens, sustenta a deriva no inesperado do vir a ser, deixando que o alhures nos espreite. Gadet e Pêcheux (2004, p. 58) reiteram: “o espaço do valor é o de um sistêmico capaz de subversão em que, no máximo, qualquer coisa pode ser representada por qualquer coisa”. Em termos do dispositivo analítico discursivo, esse procedimento relacional, determinado pelas condições de produção, é fundante, e, por isso, nosso fio condutor analítico são as relações em deriva, nunca pré-determinadas. Sempre buscamos relações possíveis, nos guiando pelo efeito *in absentia* da relação a_.

“Dizer que os valores são ‘relativos’ significa que eles são relativos uns em relação aos outros”, ressaltam Gadet e Pêcheux (idem, p.57). Trata-se da alteridade nos movendo. É na alteridade constitutiva do simbólico que o social pode ser ressignificado em novas possibilidades, num afetar-se que desorganiza trajetos e desestabiliza as interpretações legitimadas. Abrir espaço para a escuta do outro, do novo, para ver o que ainda não tínhamos visto,

para sermos capturados por um sentido que coloque em questão as verdades tão bem encaixadas e tão nossas são tarefas a serem enfrentadas pelo analista de discurso. Reafirmamos aqui o alhures, o que pode vir a ser, falamos da resistência do sujeito no confronto com os sentidos.

Da resistência na contradição

Sim, resistir é estar no confronto com os sentidos. Essa afirmação faz eco na perspectiva materialista discursiva, ao situar a resistência no espaço do simbólico, negando-a como “tomada de consciência” ou “salto voluntarista”, para retomar expressões de Pêcheux (1988, p. 295). Sendo conseqüente com a constituição do sujeito pela linguagem, e acrescento, pelas diferentes linguagens, direi que resistir discursivamente é uma prática simbólica, em que o sujeito “começa a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido” (PÊCHEUX, 1990b, p. 17):

É através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição (PÊCHEUX, 1990b, p. 17).

Ainda nas palavras de Pêcheux, lemos o lapso e o ato falho como

esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa “de uma outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia tirando partido de seu desequilíbrio (PÊCHEUX, 1988, p. 301).

Os recortes acima me permitem compreender que a eficácia da dominação não está em uma força coercitiva externa, mas na identificação do sujeito aos sentidos reafirmados em dominação. Trata-se, portanto, do que faz sentido para o sujeito e do que pode capturá-lo em novas significações, de buscar condições para que o sujeito encontre ancoragem em novos sentidos, identifique-se e se reconheça em novos processos simbólicos. Abrir-se ao imprevisto, para novas escutas na diferença, levando às consequências o simbólico como especificidade do sujeito. A isso chamo “resistência simbólica” (LAGAZZI, 2019b).

Estamos sujeitos à ordem significante, em trajetos históricos marcados por contradições, ainda reitero, insistindo que, na perspectiva discursiva materialista, resistir é, sempre, resistir na contradição.

Quando, pela resistência, falo em novas escutas na diferença, falo de contradição, pois o novo se produz entre a reprodução e a transformação, entre a estabilização e a mudança, entre a repetição e a deriva. O campo das disciplinas de interpretação é um “espaço de necessidade equívoca [...] suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis”, afirma Pêcheux (1990a, p. 33). Não há síntese quando se fala do social. Não há um bem comum. As ideologias diferem em suas práticas e os sujeitos se movimentam em relações que vão da aliança ao confronto, passando por diferentes laços. O equívoco, que marca a diferença nas interpretações, é constitutivo das relações languageiras, porque os sentidos e os sujeitos estão em movimento na história.

Investir analiticamente na contradição pelo trabalho com o equívoco é uma maneira consequente de fazer um “furo no social” nesta nossa contemporaneidade tão intensamente esgarçada e premente de laços mais inspiradores, que possam se compor de fios díspares em composições heterogêneas. O trabalho com o significante nos convoca na contradição, pela resistência.

No intervalo das diferenças

Como afetar o sujeito em suas práticas simbólicas na contemporaneidade? Retorno a esta pergunta que se impõe.

Considerar a contemporaneidade num intervalo de diferenças a serem enfrentadas no movimento das interpretações que as tensionam exige pensar a diferença nos diferentes modos pelos quais ela se apresenta no tecido social. É importante considerar os modos pelos quais a diferença vai sendo formulada no social, em demandas significantes materialmente distintas, que se apresentam em objetos simbólicos os mais diversos.

Organizadas em “redes de significantes”, como nos diz Pêcheux (1990a, p. 54), as relações sociais são espaço de divergência, convergência, alianças, oposição, amor e ódio, confrontos, acordos... e os sujeitos, em seus processos de interlocução, estão sempre atravessados pelo equívoco. A contemporaneidade, em suas diferenças constitutivas, impõe aos sujeitos uma profusão significativa que os convoca em meio à equivocidade desses conflitos. A urgência em se posicionar, em responder, em saber do que se fala... desafia os sujeitos na tensão contemporânea das diferentes interpretações, na tensão contemporânea dos gestos que significam os sujeitos e, muitas vezes, os agrupam, atropeladamente, sob divisões e nomeações categorizantes. A diferença reclama a contradição para que o equívoco possa nos fazer questões, para que a interpretação possa se fazer objeto do trabalho simbólico.

Juntamente com Michel Pêcheux, Paul Henry (1994) e Eni Orlandi (1996) me convidam a retomar reflexões importantes sobre a interpretação.

Ao discutir o papel da história no campo das ciências humanas e sociais, Henry faz uma afirmação que é retomada por muitos analistas de discurso de filiação materialista:

É bem verdade que é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não

há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. (HENRY, 1994, p. 51-52)

Estamos num mundo já significado, estabilizado, mas não imobilizado. A história já é interpretação, e esse percurso de sentidos chamado história, que se apresenta para o sujeito como dado e estabilizado, apaga a interpretação como uma prática que vai determinando e legitimando sentidos ao longo do tempo. Se afirmamos que a história já é interpretação, diremos que a interpretação é uma prática histórica, entre sujeitos, no movimento dos sentidos.

Nessa mesma direção do que afirma Henry, Orlandi (1996) nos diz:

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos. (ORLANDI, 1996, p. 09)

Os sujeitos, em seus diferentes gestos de interpretação, vão materializando sentidos e historicizando a vida, suas relações no social. Ainda com Orlandi (idem, p. 18), repetimos que a interpretação “é o lugar próprio da ideologia”, marcando para o sujeito sua filiação na memória do dizer, organizando para a sociedade a direção que o político vai tomando e as possibilidades que os sentidos vão encontrando. “Sempre é possível apreender a textualização do político no gesto de interpretação” (idem, p. 19). Portanto, mobilizados no político, nossos gestos vão nos significando e dando contornos ao social, materializando a ideologia e delimitando os trajetos significantes em suas diferenças. Dar visibilidade a essas diferenças na contemporaneidade, de modo a que o político se faça possibilidade de contradição, lugar de interlocução na alteridade e não apenas disputa, é um trabalho

discursivo consequente. O trabalho da interpretação precisa ser enfrentado na equivocidade, disponibilizado em suas contradições. Negar a interpretação como um trabalho simbólico é, na contemporaneidade, ficar à margem da história ignorando o confronto dos sentidos na profusão significativa que convoca os sujeitos, é não reconhecer que o mundo gira em versões significantes, provocando e demandando os sujeitos na “injunção a interpretar” (idem, p. 30), na diferença.

O trabalho da interpretação

Dar a ver o trabalho da interpretação é sempre um desafio analítico, cuja mirada discursiva tem, na contemporaneidade, cada vez mais nos convidado a investimentos em materiais simbolicamente heterogêneos, compostos por diferentes materialidades significantes em imbricação.

A noção de imbricação material (LAGAZZI, 2009, p. 68) me permitiu considerar, na composição de diferentes materialidades significantes, a relação dessas materialidades pela contradição, em que elas se demandam na incompletude e na falha que as constitui, em brechas significantes que se movimentam na remissão de uma materialidade à(s) outra(s). Portanto, não se trata de falar em materialidades que se complementam, somando suas especificidades. A contradição se impõe.

A análise que apresento a seguir⁴, de uma fotografia de Nínil Gonçalves⁵, vai ressaltando, numa imbricação instigante, os diferentes modos significantes pelos quais a interpretação vai se produzindo na equivocidade do olhar.

⁴ Esta é uma versão parcialmente retomada da análise publicada em Lagazzi (2022).

⁵ Nascido em Cristina (MG), fotógrafo, poeta e professor, publicou os livros *Absorções* (poemas), *Cristina nos olhos*, *Cristinidades* e *Cristinas, Terezas, Marias, Anas...* (fotografia). Em 2018, teve um ensaio fotográfico publicado no livro trimestral da Academia Brasileira de Letras (ABL) (número 94). <https://ninelgoncalves.wixsite.com/ninelgoncalves>.



A enunciado “*fuck city*” foi o primeiro ponto de inscrição do meu olhar. Esse enunciado traz a eloquência de um grito sobre a cidade⁶. O vidro completamente embaçado pela poeira dá suporte às duas palavras que o *spray* escreveu no idioma que impõe sua força de ultrapassar fronteiras: “*Fuck city*”. O enunciado, imbricado na imagem, me provoca no jogo parafrástico: “*Fuck you*”, “*Fuck all*”, “*Fuck everything*” ... “Foda-se a cidade”, “Foda-se você”, “Fodam-se

⁶ Como não lembrar aqui da bela análise de Modesto (2018) do filme *Ó pai, ó?*

todos”, “Foda-se tudo”... A equivocidade se afirma. Quem fala e para quem fala? Há aí uma interlocução? A quem se endereça “*Fuck city*”? A hostilidade⁷ está enunciada e a interlocução, me diz a fotografia, interdita. Vemos a inscrição do abandono no abandono. O vidro quebrado, a folha de metal enferrujada e quase caindo, uma porta que não fecha, cuja função passou a ser a de um mini *outdoor* que inscreve o descaso que a cidade faz sentir. O tempo fez suas marcas. O tempo do abandono, que faz ressoar o grito sobre a cidade: “*Fuck city*”. Um grito que ressoa sem interlocução. Do lado de fora, o mato tímido e mirrado teima em brotar no cimentado sujo e esburacado. O verde traz o vestígio da vida na brecha do descaso. Um verde pálido, encostado a uma pintura descascada, nos fala de quais vidas? Talvez sobrevivência seja uma palavra mais adequada. Na imbricação material da fotografia, o verde e o azul compõem com o preto que radicaliza a penumbra. Cores, luz e sobra. Uma imbricação que tensiona o olhar.

Em meio à penumbra interna, meu olhar se divide. Entre paredes, porta e chão, um garoto dá corpo à cena. No contraponto com a luminosidade que destaca “*Fuck city*”, seu rosto, voltado para o vidro com a inscrição em inglês, está apenas parcialmente iluminado, num perfil que me demanda em muitas perguntas. No piso desgastado e quebrado, encontro os pequenos pés vestindo os chinelos de dedo. O azul tonaliza a camiseta e a calça com mangas e barras viradas, para se adequarem ao tamanho do garoto. O colorido em azul reitera a densidade da cena, ressaltando o pequeno corpo na fronteira entre a claridade e a penumbra, que deixa ver pouco e sugere muito. Nessa imbricação com a luz e a sombra, o azul toma corpo e faz o corpo falar no lamento da cor. A composição, assim como o grito sobre a cidade, é eloquente. O que faz uma criança em meio a esse abandono? Meu olhar dança em desencontro entre o

⁷ Orlandi (2004, p. 35), quando fala do processo de verticalização da cidade, traz a relação entre “*socius*” (o aliado) e “*hostis*” (o inimigo), ressaltando como “as diferenças, verticalizadas, se significam pela remissão categórica a níveis de dominação”, o que “impede a convivência, o trânsito horizontal, as relações de contiguidade”.

enunciado e o garoto. Um vai e vem constrangido, sem síntese. O que faz *esta* criança em meio a *este* abandono?

Retomo a pergunta na determinação que ela merece: Trata-se de perguntar pelas condições presentes que reiteram a possibilidade deste clique fotográfico. 'Esta criança' localiza de maneira dolorida a partição do social. Sabemos que há crianças que nunca comporão esta cena fotografada. Falamos de uma cidade dividida na equivocidade do urbano. A que vem e a quem serve a urbanidade? Quais os sentidos que a urbanidade engloba? Quem habita a cidade? Quem está fora dela? Que cidade é essa? O equívoco me angustia. A interdição à cidade se dá de muitas e diferentes maneiras, e é vivida por muitos, silenciosamente. Trata-se de uma exclusão estruturante do modo de produção da urbanidade capitalista, e é condição de produção para a inscrição desse enunciado sem conciliação. Uma violência cotidiana que explode em revolta: "*Fuck city*".

Meu olhar insiste e volta ao *spray* no vidro embaçado. O enunciado reverbera em um grito de xingamento. Escrever "*Fuck city*" no vidro empoeirado é um gesto que, na imbricação entre o verbal e o visual, busca denunciar a hostilidade do abandono, que não pode ser invisibilizada, não pode ser esquecida na naturalização meritocrática do esforço individual que silencia a total falta de condições de vida que a urbanidade capitalista impõe a tantos, marginalizando-os. A hostilidade do abandono precisa ser significada em toda a sua dimensão e suas consequências que interditam o estar na cidade para determinados sujeitos. Sentida como insensibilidade ou descaso, a hostilidade do abandono é um gesto político, pensado e planejado a partir da ideologia capitalista, especificada pela formação discursiva moral burguesa⁸. Barrar a cidade para a população considerada perigosa, inconveniente, imoral, nociva, danosa... normalmente agregada sob o equívoco

⁸ Cf. a discussão feita por Ferraça (2019) sobre a constituição do Jardim Itatinga, em Campinas (SP).

título de “pobre”⁹, faz parte da planificação urbana em nosso modo de produção capitalista, que precisa higienizar a cidade¹⁰ para que o olhar não encontre os vestígios do que escapa a essa ordem urbana. Esta fotografia, em sua circulação, me leva a perguntar pelas razões do abandono que o clique recorta e expõe a contradição nesse equívoco pequeno corpo, silenciado em sua fragilidade, pedindo acolhimento e, ao mesmo tempo, explodindo revolta no grito “*Fuck city*”. A contradição também constitui a cidade e a significa ao mesmo tempo como inclusão e exclusão, fazendo do pertencimento um gesto dividido. A diferença assusta, impõe recusas e divisões. Por que é tão difícil estar na diferença? Esta pergunta me acompanha e, mais que nunca, faz sentido na contemporaneidade. Temos um Brasil dividido, em que a interlocução, tal como nesta foto, está interdita. Um Brasil em que a interpretação está imobilizada na oposição. Mas a diferença é nosso lugar de resistir, é a possibilidade de o imprevisito ressoar no desequilíbrio das certezas, “rompendo o círculo da repetição”, reafirmo com Pêcheux (1990b, p.17).

O discurso na contemporaneidade

Para que possamos praticar a análise do discurso em sua filiação materialista, no batimento entre descrição e interpretação, em que o significante ancora nossa escuta e nosso olhar, dando consequência à relação entre linguagem e história nas diferentes materialidades significantes que a contemporaneidade nos oferece, é importante que a interpretação, em seu trabalho simbólico, seja um instrumento político. Dar a ver o trabalho da interpretação é um gesto político necessário. Afetar os sujeitos em suas práticas simbólicas, na sensibilização para uma sociedade menos radicalizada, em que a diferença não seja razão para segregar e

⁹ Importante não invisibilizar nos significantes ‘pobre’ e ‘pobreza’ todas as determinações raciais e de gênero já-significadas na marginalização da cidade.

¹⁰ Cf. a discussão de Anjos (2021) sobre a higienização na relação entre favela e cidade.

aniquilar, é um objetivo contemporâneo dos mais prementes. Diferença não significa divisão, e sim possibilidade de novas composições na alteridade. É o Outro, nos outros, que nos permite nos reconhecemos, que nos dá a dimensão do eu. A sedução da deriva está no imprevisto que a alteridade promete, sem, no entanto, garantir, assim como a potência da análise do discurso está nas perguntas que virão, sem que possamos adiantá-las. A sociedade contemporânea me inquieta no confronto com as diferentes materialidades significantes em imbricação, em capturas simbólicas que me instigam e me movem.

Referências

- ANJOS, L. S. dos. **O funcionamento discursivo da promessa de pacificação**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 181 p., 2021.
- DUCROT, O; TODOROV, T. **Dicionário de Ciências da Linguagem**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- FERRAÇA, M. **(R)esistir no Jardim Itatinga: laços entre sujeitos e espaço urbano**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 287 p., 2019.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.
- HENRY, P. A história não existe? **Gestos de Leitura**. E. Orlandi (org.). Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 29-53.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. F. Gadet; T. Hak (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 13-38.
- LAGAZZI, S. A arte da ilustração materializando o social. **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia** - volume 5. Flores, Giovanna Benedetto (org.) et al. Campinas, SP: Pontes, 2021. p. 135-151.

LAGAZZI, S. A hostilidade do abandono no testemunho da fotografia. **Entrenós da Língua, do Sujeito, do Discurso** / Volume 2. Luiza Castello Branco (org.) et al. Campinas, SP: Pontes, 2022. p. 253-266.

LAGAZZI, S. A interpretação em composição: de *Marielle Presente ao Samba da Utopia*. **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia** - volume 4. Flores, G., Neckel, N., Gallo, S., Lagazzi, S., Pfeiffer, C., Zoppi-Fontana, M. (Orgs.) Campinas, SP: Pontes, 2019a. p 179-193.

LAGAZZI, S. O recorte significante na memória. [Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007]. Indursky, F.; Ferreira, M. C. L.; Mittmann, S. (org.). **O Discurso na Contemporaneidade**. Materialidades e Fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

LAGAZZI, S. Trajetos do sujeito na composição fílmica. **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia** - volume 3. Flores, G., Gallo, S., Lagazzi, S., Neckel, N., Pfeiffer, C., Zoppi-Fontana, M. (Orgs.) Campinas, SP: Pontes, 2017. p.23-39.

LAGAZZI, Suzy. Resistência Simbólica. In: MARIANI, Bethania (Coord.). **Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)**. Niterói: UFF, 2019b. Disponível em: <https://youtu.be/I8xWY2wjiD0> Acesso em 10 nov. 2022.

LAGAZZI, S. Materialidade Discursiva: “Não se pode dizer não importa o quê”. **Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje - Dialogue avec Analystes du Discours: réflexions sur la pertinence de la pensée de Michel Pêcheux aujourd’hui** / Grigoletto, E.; Carneiro, T. C. da Costa (org.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. p. 314-319; E-book: 7 Mb; PDF.

MILNER, J-C. **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MODESTO, R. “*Você matou meu filho*” e outros gritos: um estudo das formas da denúncia. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 244 p., 2018.

ORLANDI, E. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. **Interpretação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990b.
PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 1990a.
PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
SAUSSURE, F. [1916] **Curso de Linguística Geral**. 9ª edição

OS ESTUDOS DO DISCURSO E DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LEITURA: CONVERGÊNCIAS DE PESQUISAS NA ÁREA DA LINGUÍSTICA APLICADA

Rosângela Hammes Rodrigues¹

Introdução

O objetivo deste ensaio é discutir a relação *motivada* dos estudos de análise de discurso e das pesquisas em ensino e aprendizagem de línguas, com foco no ensino de leitura, na área da Linguística Aplicada. Para tanto, abordo a área da Linguística Aplicada tal como esta é entendida na contemporaneidade, articulando dois de seus *campos* de pesquisa, a saber, os estudos de discurso e os estudos de ensino e aprendizagem de línguas. Tomo como referências teóricas Luiz Paulo da Moita Lopes (2006; 2009) para conceituar a Linguística Aplicada na contemporaneidade; Mikhail M. Bakhtin (1993a [1924], 1993b [1934], 1997a [1963], 1997b [1959], 1997c [1940], 2013[1945]) e Valentin N. Volochínov (2013a [1930], 2013b [1930], 2017 [1929]), dentre outros autores, para apresentar os estudos do discurso; e João Wanderley Geraldi (1985 [1984]; 1993 [1991]), dentre outros autores, para compreender uma concepção de ensino de línguas em uma perspectiva interacionista voltada para a ampliação do domínio de língua(gem) dos estudantes nas diferentes esferas sociais. Assim sendo, este ensaio encontra-se dividido em três seções, além da introdução e da conclusão: a) a primeira, que aborda a Linguística Aplicada como área de pesquisa aplicada orientada para as práticas sociais de linguagem, na qual destacarei um dos campos, o ensino e a aprendizagem de línguas; b) apresentada a área da Linguística

¹ UFSC - Brasil

Aplicada e um de seus campos, segue a segunda seção, que apresenta os estudos do campo do discurso na área da Linguística Aplicada; e c) a terceira seção, que estabelece a relação de pesquisa *motivada* entre os estudos do discurso e os do ensino e aprendizagem de leitura na Educação Básica no Brasil², incluindo a apresentação de alguns excertos analíticos de uma pesquisa realizada.

A Linguística Aplicada na contemporaneidade: estudos investigativos e interventivos sobre/nas práticas de linguagem e no ensino e aprendizagem de línguas

Parto da concepção de Luiz Paulo da Moita Lopes (2006) de que a afirmação de que a Linguística Aplicada não é aplicação de teorias produzidas pela área da Linguística é hoje um truísmo para quem atua naquela. Segundo o autor,

Tendo começado sob a visão de que seu objetivo seria aplicar teorias linguísticas [...], principalmente ao ensino de línguas, a LA já fez a crítica a essa formulação reducionista e unidirecional de que as teorias linguísticas forneceriam a solução para os problemas relativos à linguagem com que se defrontam professores e alunos em sala de aula. O simplismo aqui é claro. Como é possível pensar que teorias linguísticas, independentemente das convicções dos teóricos, poderiam apresentar respostas para a problemática do ensinar e do aprender em sala de aula? Uma teoria linguística pode fornecer uma descrição mais acurada de um aspecto linguístico do que outra, mas ser completamente ineficiente do ponto de vista do ensinar e do aprender línguas. Tal processo está sob contingências outras que nenhuma teoria linguística pode contemplar: aspectos sociais e psicológicos da aprendizagem em sala de aula são somente algumas delas, estando bem distantes do escopo de uma teoria linguística. [...]. É possível que uma descrição linguística que tenha mais a ver com o modo como as pessoas (falantes, redatores etc.) compreendem o uso da língua [...], ou seja, os conhecimentos que as pessoas têm de

² Embora tome como referência a Educação Básica no Brasil, o que aqui é discutido abrange o ensino da leitura em qualquer sistema de ensino de línguas.

suas práticas linguísticas, seja mais útil para o processo de ensinar/aprender do que uma descrição informada por determinada teoria. (MOITA LOPES, 2006, p. 17-18).

Ainda segundo Luiz Paulo da Moita Lopes (2009), esse questionamento levou à primeira virada da Linguística Aplicada, ou seja, quando ela passou da aplicação das teorias da Linguística à Linguística Aplicada como área de produção de teorias próprias, uma vez que os objetos de pesquisa exigem teorias que lhes sejam específicas. No contexto dessa primeira virada, percebem-se duas características da Linguística Aplicada: a pesquisa em contextos educacionais de ensino de línguas como campo predominante e a produção de teorias na área. A segunda virada, segundo o autor, ocorre pela ampliação dos objetos de investigação, agora não mais restritos ao ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras (com predominância da língua inglesa) e à tradução, nos quais ela se constituiu, mas também na pesquisa em ensino e aprendizagem de línguas maternas, em políticas linguísticas educacionais e, mais do que isso, para pesquisas que se situam em outras esferas sociais para além da escola, como os estudos de letramento, as pesquisas em ambientes de trabalho, em políticas linguísticas de Estado, em clínicas, em delegacias da mulher etc. Ou seja, o estudo da língua nas práticas sociais de linguagem a partir da concepção epistemológica de *pesquisa aplicada* tal como entendida pela Linguística Aplicada, como mencionarei na sequência.

O que ampliou e consolidou essa nova virada da Linguística Aplicada foi, em grande medida, o diálogo com as teorias sócio-históricas de Lev Vygotsky e do chamado Círculo de Bakhtin³ acerca da linguagem e do sujeito, uma vez que produziram outros olhares para a língua como interação em situações sociais que lhe

³ Em relação a questões controversas como a autoria das obras do Círculo de Bakhtin e a própria expressão *Círculo de Bakhtin*, em relação à autoria dos textos, sigo o autor registrado pelo tradutor da obra; já em relação à expressão, uso-a considerando o contexto histórico em que foi cunhada, o que abrange os demais autores, como Valentin N. Volochínov.

são constitutivas, a relação entre linguagem e ideologia e a constituição social dos sujeitos mediada pela linguagem.

Assim, o foco de pesquisa da Linguística Aplicada, agora também de natureza trans ou indisciplinar, dada a complexidade dos seus objetos de pesquisa, passa a ser a pesquisa acerca de *questões sociais nas quais a linguagem tem um papel central*. Nas palavras de Luiz Paula da Moita Lopes (2006), a Linguística Aplicada, em suas pesquisas, busca “[...] *criar inteligibilidades sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central* [...], [cujos pesquisadores] têm sentido a necessidade de vincular seu trabalho a uma epistemologia e a teorias que falem ao mundo atual [...]”. (MOITA LOPES, 2006, p. 17-18, *itálicos do autor*). Ou, ainda, pesquisa acerca *das práticas de linguagem nas diferentes esferas sociais, motivadas por questões de ensino e aprendizagem de línguas voltadas para a ampliação dessas práticas de línguas dos estudantes*, acrescento.

Após essa primeira virada, a Linguística Aplicada também passa a questionar a proposição de soluções generalizantes para esses *problemas/questões* sociais de uso da linguagem, tal como ocorria com o ensino de inglês, por meio de material didático cujas atividades de ensino e aprendizagem ignoravam a realidade, a cultura e as línguas dos aprendizes. Assim sendo, ela passa a operar em duas frentes de pesquisa: a busca por *inteligibilidades sobre questões sociais em que a linguagem tem um papel central nesse problema* e a busca por *respostas/soluções situadas para esses problemas; ou, ainda, estudo das práticas de linguagem que são objeto de ensino e aprendizagem nas aulas de línguas, para dialogar com a elaboração didática dessas práticas*.

Eis aqui a especificidade da Linguística Aplicada como área de pesquisa em relação a outras áreas que também podem ter como objeto de investigação a língua, seja em uma visada imanente, seja em uma visada de uso⁴: a sua epistemologia de pesquisa aplicada

⁴ Aqui está tanto a confluência quanto a diferenciação das pesquisas em Linguística Aplicada e da Linguística, como as pesquisas de sociolinguística ou outras vertentes de estudos do discurso que, no limite, residualmente abordam

que parte da práxis e a ela retorna, que dialoga com os sujeitos que se encontram naqueles problemas/questões sociais, buscando soluções situadas, que produz pesquisa a partir da práxis e a ela volta e cuja práxis ilumina a pesquisa, ou seja, na qual teoria e prática dialogam e se reorientam; e, ainda, seu diálogo constante com estudos de outras áreas de conhecimento, dada a complexidade de seus objetos de pesquisa. Em síntese, o que motiva a pesquisa da língua nas práticas sociais são as questões sociais nos quais a linguagem tem algum papel e a busca por respostas situadas para essas questões, trazendo *ganhos* para os sujeitos dessas práticas.

Nessas duas viradas da Linguística Aplicada, o ensino e aprendizagem de línguas passa a receber novos olhares, seja pelos questionamentos do porquê se ensinar determinadas línguas, o que se ensina e como se ensina, para que se ensina e para quem se ensina, quem aprende essas línguas, seja no caso de segunda língua, língua estrangeira, línguas adicionais, seja no caso das chamadas línguas maternas, oficiais⁵ etc., em toda as valorações, complexidades, apagamentos e dificuldades que essas nomeações envolvem. Junto com o ensino e aprendizagem de línguas, as políticas linguísticas de Estado e as políticas linguísticas educacionais passam a ser foco de atenção, seja como questão social a ser estudada, sejam em proposição de políticas linguísticas educacionais inclusivas que respeitem os direitos dos aprendizes.

aplicações dos resultados de suas pesquisas: mas não são a motivação e nem o ponto de partida dessas pesquisas.

⁵ No caso do ensino de línguas, nos documentos oficiais de muitos países a tendência é de se considerar a língua oficial como a língua do país e a língua materna dos sujeitos. A criação dessa relação unívoca entre língua oficial e língua materna, motivada pelas forças centrípetas (BAKHTIN, 1993b [1934]) das ideologias nacionalistas acerca das línguas, apresenta relações conflituosas e de apagamentos linguísticos desde sua origem, porque para muitos sujeitos a língua oficial não é sua língua materna. No Brasil, por exemplo, a língua materna pode ser uma das inúmeras línguas dos povos indígenas, as línguas dos imigrantes dos séculos passados etc.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela abertura política e por muitas discussões na esfera educacional, motivadas tanto pelos sujeitos que da escola participam, como pelos pesquisadores das universidades. Essas discussões reverberaram de alguma forma nas novas propostas curriculares (mais ou menos alinhadas a uma dada concepção de ensino de línguas, embora, muitas vezes, mais como um acréscimo de objetivos, objetos de ensino, mantendo a tradição de ensino de línguas, a saber, o estudo conceitual e taxionômico sobre a língua); na formação inicial e continuada de professores; na elaboração de material didático; e ainda mais fortemente nas pesquisas realizadas nas pós-graduações.

Dentre os questionamentos, os que mais reverberaram foi o olhar para o modo como se organizava o componente curricular Língua Portuguesa⁶ na escola, cujos resultados de pesquisa na época apontaram para: poucas atividades de uso da língua, ou seja, de leitura/compreensão de textos e de produção de textos escritos/orais (estas sendo as mais escassas); excesso de atividades sobre a língua, numa visão descaracterizada da gramática geral, a saber, ensino e cobrança da gramática conceitual/taxionômica, em suas definições e classificações: saber responder o que é determinada categorial gramatical e suas divisões, por exemplo; e baseadas numa concepção centrípeta e única da língua; ou ainda sobre a literatura, com foco predominante nas chamadas escolas literárias no ensino médio⁷, a despeito da não consideração da formação do leitor de literatura.

Um dos autores que se destacaram nesse campo de pesquisa foi João Wanderley Geraldi (1985 [1984]; 1993 [1991]), que não se ateve somente ao *estudo da arte*, mas que propôs uma reorientação

⁶ Sigo a terminologia da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018a), que usa esse termo em lugar de *disciplina*. Outrossim, quando me refiro à uma língua, grafo em letras minúsculas: língua portuguesa; já quando me refiro ao componente curricular da Educação Básica, grafo em letras maiúsculas: Língua Portuguesa.

⁷ O Ensino Médio faz parte da Educação Básica no Brasil. Em outros sistema de ensino, corresponde à segunda etapa do Ensino Secundário.

para o ensino de línguas, posteriormente chamada de *virada pragmática* do ensino de língua portuguesa: da prevalência do estudo taxionômico/gramatical da língua para a ampliação do domínio das práticas de linguagem dos estudantes. Ou seja, o autor não se centrou em uma nova metodologia para os conteúdos já postos pela tradição de ensino de línguas, mas nas finalidades/objetivos do ensino de língua portuguesa na escola, que reverberou em uma outra concepção de ensino de línguas, como novos conteúdos como objetos de ensino e de aprendizagem. O que, por sua vez, precisou reorientar novas abordagens/metodologias de ensino, agora centradas na proposição de atividades que propiciassem a ampliação do domínio das práticas de linguagem dos estudantes, ou seja, elaborar aulas de ensino e aprendizagem de leitura, de escuta, de produção de textos, mediadas pela reflexão sobre a linguagem a favor da ampliação desses domínios. E isso porque a escola estava pautada no modelo de ensino da pedagogia tradicional: o professor apresentava um conteúdo, que poderia ser ministrado apenas por meio de uma aula expositiva, e o estudante memorizava esse conteúdo sobre a língua, que não necessariamente reverberava na ampliação de suas práticas de linguagem.

No texto *Unidades Básicas do Ensino de Português*, publicado no livro *O texto na sala de aula* (1985 [1984]), voltado aos professores da Educação Básica, como resposta ao *o que fazer e como fazer* nas aulas de Língua Portuguesa, que era o *desconhecido* para os docentes, o autor propõe o texto como ponto de partida e de chegada das aulas de língua em três grandes unidades de ensino: práticas de leitura, práticas de produção textual e práticas de análise linguística, retomadas na década seguinte no livro *Portos de Passagem* (1993 [1991]). Como os nomes das unidades sugerem, as aulas de Língua Portuguesa estavam articuladas em torno do aprender a ler, aprender a produzir textos⁸, tomados pelo autor como o eixo do

⁸ Na década de 1990 o autor inclui as práticas orais nessas unidades de ensino. A premência do ensino da produção textual escrita na escola, na década de 1980, em

uso da língua, mediadas pela prática de análise linguística, conceito cunhado pelo autor para arregimentar a reflexão sobre a interação, o texto e a língua, pensada para a ampliação dos usos, no eixo da reflexão sobre a língua⁹. No texto acima mencionado, o autor insere a prática de análise linguística nas aulas de reescritura dos textos, dando nortes de trabalho ao professor, com questões que nomeou, por exemplo, como: *problemas de ordem textual, problemas de ordem estilística, problemas de ordem sintática* etc. Já em *Portos de Passagem* o autor reconhece a relevância da prática de análise linguística articulada às aulas de leitura¹⁰.

São foco da prática de análise linguística todos os aspectos relevantes implicados nas interações sociais mediadas pela linguagem, desde os elementos da situação social que fazem parte da interação (esfera social, projeto de dizer do autor, interlocutor, por exemplo) aos elementos do texto produzido ou a ser produzido (progressão textual, referenciação, por exemplo), da língua (estilo, adequação vocabular, norma, organização frasal etc.) e da escrita (ortografia, pontuação, paragrafação etc.), vistos de modo integrado nas aulas de leitura e escuta e nas de produção textual. Tanto a proposição do autor quanto a de outros pesquisadores foram pautadas na leitura inicial de obras do Círculo de Bakhtin, de modo especial na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, cuja concepção interacionista da linguagem alavancou suas pesquisas.

Não avançamos além do conhecimento. Olhando retrospectivamente, ainda que pautado em uma concepção interacionista no nível proposicional, o trabalho com o ensino e

um país ainda com grande parte da população analfabeta ou com pouca circulação em práticas letradas, obliterou o trabalho com a oralidade, cuja retomada aconteceu na década de 1990.

⁹ Uma discussão sobre o conceito de *prática de análise linguística* desde sua apresentação por João Wanderley Geraldi até suas reinterpretações posteriores, muitas das quais alijando esse conceito, pode ser lida em *A prática de análise linguística: emergência, reenunciações, abrangência e produtividade do conceito* (RODRIGUES, 2021).

¹⁰ Voltarei a essa questão em seção seguinte.

aprendizagem da leitura nos documentos e nas práticas escolares ora se pautava apenas no incentivo à leitura, ora no incentivo à leitura literária para a formação do leitor de literatura (do qual participaram ativamente pesquisadores da área da literatura), que trouxeram ganhos efetivos na formação do leitor na escola; e o trabalho docente com a produção textual ainda se mantinha no quadro das tipologias das estruturas textuais (narração, descrição e dissertação). Ademais, essas pesquisas foram realizadas não apenas por pesquisadoras da Linguística Aplicada, mas também da Literatura e da Linguística, a exemplo de João Wanderley Geraldi, mais próximo dos estudos enunciativos, à época. Por sua vez, a Linguística Aplicada, em muitas de suas pesquisas, ainda estava no *limiar*, entre a aplicação de teorias linguísticas e a produção de teorias, fortemente marcada pela visada cognitivista, especialmente no ensino da leitura¹¹; em outras, avançava com as pesquisas balizadas pelas teorias sócio-históricas de Lev Vygotsky e do Círculo de Bakhtin.

Já a partir da segunda metade da década de 1990 as pesquisas em Linguística Aplicada estão mais pautadas na segunda virada da área, quer nos estudos das práticas de linguagem em outras esferas sociais, quer no estudo do ensino e aprendizagem de línguas na esfera escolar. A ausência do ensino sistemático e efetivo da produção textual escrita e da sua rarefação na escola e as poucas pesquisas acerca do ensino e aprendizagem da produção textual da década anterior foram tomadas, agora, como mote de pesquisas em muitos programas de pós-graduação, muitas delas assentadas nas teorias sócio-históricas de Lev Vygotsky e do Círculo de Bakhtin, quer para nortear a concepção de língua e de sujeito, quer para nortear as pesquisas sobre ensino e aprendizagem. Na releitura das obras do Círculo despontam os conceitos de dialogismo, esferas sociais, ideologia e, de modo particular, o conceito de gêneros do discurso, que, como mediador das interações sociais, seja na

¹¹ Podemos citar as pesquisas de Angela Kleiman produzidas nessa década, como, por exemplo, *Oficina de leitura: teoria & prática* (1993).

produção dos enunciados/textos¹² ou na sua interpretação, mostrou-se um conceito frutífero para as pesquisas em ensino e aprendizagem da produção textual e, posteriormente, da leitura, articulando as práticas de uso da linguagem com as de reflexão sobre a linguagem (a prática de análise linguística), fazendo convergir, também, os estudos do discurso com os de ensino e aprendizagem de línguas na área da Linguística Aplicada. Se o ensino e aprendizagem das práticas de linguagem na esfera escolar é uma questão na qual a linguagem tem um papel central, seja porque os processos de ensino e aprendizagem são mediados pela linguagem, seja porque a aprendizagem dessas práticas requer também seu estudo nas esferas sociais em que se materializam e medeiam as interações (jornalismo, arte, por exemplo), o estudo dessas práticas também é objeto de pesquisa da Linguística Aplicada. Nesse sentido, a língua mediando as interações, entendida por Mikhail M. Bakhtin como a língua na sua condição de discurso (1997a), torna-se objeto de pesquisa nessa área. Passamos, então, para o estudo do discurso na Linguística Aplicada e sua articulação com o ensino e aprendizagem de línguas, com foco na leitura.

A análise de discurso e a leitura: ler é compreender e responder valorativamente a discursos de outrem

Embora o Círculo de Bakhtin não possa ser considerado como *fundador*, no sentido estrito desse termo, do que se entende hoje como o *campo dos estudos do discurso*, podemos considerar o Círculo como precursor dos estudos do discurso, seja pelas suas

¹² Os conceitos de texto e de enunciado, a depender da teoria, apresentam divergências. Segundo o que Mikhail M. Bakhtin discute no texto *O problema do texto nas áreas da linguística, da filologia das ciências humanas. Tentativa de uma análise filosófica* (1997b [1959]), podemos olhar o texto como estrutura, quando abstraída a dimensão social de interação do enunciado, ou seja, o texto visto em sua imanência; ou como enunciado, quando se considera a dimensão social como parte constitutiva do texto/enunciado.

concepções de língua e de sujeito, seja pela concepção de Mikhail M. Bakhtin acerca da necessidade de a Linguística da época ampliar o olhar sobre a língua para além do limite da oração ou da frase. Por exemplo, em *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária* (1993a [1924]), o autor fala acerca do objeto de pesquisa da Linguística da época e da necessidade de ela aumentar o seu escopo, tal como podemos ler na citação a seguir:

A linguística é uma ciência na medida que domina o seu objeto: a língua. A língua é definida linguisticamente por um pensamento puramente linguístico. [...]. Não foi em todos os campos que a linguística soube dominar uniformemente o seu objeto de forma metódica: ela apenas começa agora a dominá-lo, com dificuldade, na sintaxe, muito pouco foi feito no campo da semasiologia, ainda não foi minimamente elaborada a seção que deve dirigir os grandes conjuntos verbais: longos enunciados da vida corrente, diálogos, discursos, tratados, romances, etc., pois esses enunciados também podem e devem ser definidos e estudados de modo puramente linguístico, como fenômenos da língua. [...]. A sintaxe dos grandes conjuntos verbais (ou a composição como parte da linguística, diferentemente da composição que leva em conta a tarefa artística ou científica) ainda espera sua fundamentação: até hoje a linguística ainda não ultrapassou cientificamente a oração complexa: este é o mais longo fenômeno da língua já explorado linguisticamente: tem-se a impressão de que a língua precisamente linguística e metodologicamente pura de repente termina ali e de repente tem início a ciência, a poesia, etc.; entretanto, a análise linguística pura pode ser levada mais adiante, por mais difícil que pareça e por mais tentador que seja aqui introduzir aqui pontos de vista alheios à linguística. (BAKHTIN, 1993a, p. 46-47).

Além disso, Mikhail M. Bakhtin apresenta uma nova área de estudos da linguagem, por meio da proposição de um conjunto de disciplinas, que nominou como metalinguística/translinguística¹³.

¹³ O autor concebe a metalinguística como uma translinguística; ou seja, um conjunto de disciplinas que ultrapassavam o objeto da Linguística da época, a

Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, ele define a *metalinguística* como um estudo – ainda não constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam os limites do objeto da Linguística. Assim se posiciona o autor acerca do que seria o objeto da metalinguística, que hoje podemos em parte ver contemplado nos estudos do discurso na área da Linguística Aplicada:

Intitulamos este capítulo “O discurso em Dostoiévski” porque temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto da linguística [da época em que o autor escreveu essa obra], obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por este motivo, as nossas análises subsequentes não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalinguística, subtendendo-a como um estudo - ainda não-constituído em disciplinas particulares definidas - daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam - de modo absolutamente legítimo - os limites da linguística. As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a linguística e devem aplicar os seus resultados. A linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético - o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se. (1997a, p.181, itálicos do autor).

Nesse contexto teórico, podemos considerar, sim, as proposições do Círculo de Bakhtin como fundadoras e nucleadoras para os estudos do discurso na área da Linguística Aplicada¹⁴.

saber, que tinham como objeto de pesquisa a língua como discurso, ou seja, a língua no intercurso social, materializando discursos, refletindo e refratando a realidade.

¹⁴ Isso não exclui outras vertentes de análise de discurso, que podem tomar outros referenciais teóricos e inclusive não se filiar à Linguística Aplicada. Apesar de essas correntes em algum momento terem dialogado com os escritos do Círculo.

Conceitos como interação, ideologia, valoração, dialogismo, situação social, refração do signo linguístico são centrais para os estudos do discurso, justamente pela inextricável relação da dimensão social e da dimensão semiótica nos conceitos de enunciado, de gênero de discurso, de língua, de signo e de relações dialógicas. A esse respeito, são também centrais duas considerações de Valentin N. Volochínov, a primeira delas já anunciada aqui: a relação inextricável entre o social e o semiótico/verbal para estarmos no campo da linguagem e para compreendermos/pesquisarmos a língua como mediadora das interações. Segundo o autor, se nos limitarmos ao campo do social, perdemos nosso objeto de estudo, a linguagem; se nos limitarmos a estudar a linguagem apartada do social, da interação, também a perdemos, pois, nesse processo de retirada/abstração da língua do intercurso social, o que teremos diante de nós é a língua não mais como discurso, mas como um sistema, um conjunto de potencialidades, obtido por meio de abstrações¹⁵, das quais se excluíram justamente os que produzem os sentidos nas interações. O autor exemplifica essa situação com uma possível pequena frase da vida cotidiana, “Ah, é assim” (VOLOCHÍNOV, 2013b, p. 171), que pode ter sentidos distintos, a depender de onde tiver sido proferida, uma vez que será a parte verbal de enunciados distintos:

Muitos leitores, provavelmente, ouviram ou pronunciaram as palavras “Ah, é assim!”. E, a cada vez, por mais que se quebre a cabeça, não se compreenderá o significado dessa enunciação se não se conhecem todas as condições nas quais ela foi pronunciada. Em condições distintas, em situações distintas, essa enunciação terá também significados distintos.

Propomos a nossos leitores encontrar exemplos nos quais a mesma enunciação verbal “Ah, é assim!” *tenha um significado completamente distinto*: será um signo de surpresa, de indignação, de alegria, de tristeza; em outras palavras, será nossa resposta, nossa réplica, a

¹⁵ Trata-se das correntes de estudo da língua que o autor cunhou como *objetivismo abstrato*.

acontecimentos e circunstâncias absolutamente diversos e dessemelhantes. Quase todas as palavras da nossa língua podem ter significados distintos, segundo o *sentido geral* de toda enunciação. Esse sentido geral depende tanto da situação imediata que gerou diretamente a enunciação, como de todas as causas e condições gerais mais remotas daquele intercâmbio comunicativo específico. (VOLOCHÍNOV, 2013b [1930], p. 171, itálicos do autor).

E como uma mesma expressão verbal pode produzir sentidos diversos em situações de interação diversas? Valentin N. Volochínov explica isso pela relação constitutiva entre linguagem e ideologia. O autor compreende a ideologia como “[...] como todo o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural que se *sucedem no cérebro do homem*, fixamos por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas sígnicas.” (VOLOCHÍNOV, 2013a [1930], p. 171, itálicos do autor, sublinhados meus). Embora o autor fale de reflexos e interpretações que se sucedem no cérebro do homem, é preciso lembrar que para os autores do Círculo a consciência e o discurso interior são também de natureza social. É na inter-relação social que o sujeito social se constitui, por meio de um processo de apropriação dos discursos do outro: o inter-discurso se transforma em intra-discurso.

Portanto, a ideologia, segundo Valentin N. Volochínov expõe em *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (2017 [1929]), não pode ser reduzida à consciência ou ao psiquismo, como queriam a filosofia idealista e a visão psicologista da cultura, mas a sua realidade objetiva e sígnica. E isso porque todo fenômeno ideológico para ter existência precisa ter uma *encarnação* material, ou seja, uma encarnação sígnica. Eis a relação entre ideologia e linguagem. Por isso a linguagem não apenas reflete a realidade, mas o faz de modo *refratado* (valorado ideologicamente). Logo, onde há signo há ideologia.

E todo esse processo de formação social da consciência; o caráter semiótico e o papel contínuo da comunicação social como fatores condicionantes da linguagem; a influência inversa, isto é, o papel da

linguagem no processo de desenvolvimento da consciência e da vida social, para Valentin N. Volochínov aparecem de maneira mais específica, dentre todos os materiais semióticos, na linguagem verbal. E isso pelas propriedades particulares da linguagem verbal, dentre elas, a de não ter outra realidade que não a de ser signo e a sua ubiquidade social (estar em todas as esferas sociais). Neste aspecto, ou seja, pela sua ubiquidade social, o signo, como *signo linguístico*, é neutro, isto é, por ter a propriedade de poder mediar a interação em todas as esferas sociais. Não obstante, em cada uma dessas esferas e interações, como *signo linguístico-ideológico* em enunciados/textos, ele nunca é neutro, pelo contrário, é saturado de *axiologias*. Ou seja, a língua vista como discurso é “[...] uma língua ideologicamente saturada, [...] uma concepção de mundo, e até como uma opinião concreta que garante um *maximum* de compreensão mútua, em todas as esferas da vida ideológica.” (BAKHTIN, 1993b [1934], p. 81, itálicos do autor). A língua, pela sua historicidade, registra essas refrações, sendo o signo sempre pluridiscursivo. Por isso as palavras, as expressões, enfim, a língua é pluridiscursiva; ao *auscultarmos* a língua, nela sentimos e ouvimos os ecos das vozes de onde ela vive sua vida, onde medeia as interações.

Assim sendo, qualquer enunciado se materializa face a outros enunciados já-ditos, com os quais dialoga, bem como é voltado para o seu interlocutor, cuja resposta procura orientar, de modo que isso também influi na produção do enunciado. Por isso, em cada enunciado *auscultamos um coro de vozes, com seus discursos*. Vejamos a análise de alguns discursos em dois enunciados específicos: uma embalagem de um produto alimentício e uma publicidade desse mesmo produto.



Figura 1: embalagem de produto alimentício

Trata-se da embalagem de um produto alimentar, pedaços de peito de frangos, animais criados em modo confinado e abatidos em escala de produção industrial. A respeito desse modo de criação e consumo de animais, há hoje um conjunto de discursos que questionam tanto o modo de produção e criação desses animais; como a qualidade dessa carne, dado o crescimento acelerado para abate rápido e a alimentação que lhes é oferecida. Engloba ainda questões éticas mais amplas, como a finalidade de toda essa criação em larga escala e em confinamento, que causa sofrimento a esses animais e cuja existência é *objetificada exclusivamente para consumo*, ou o próprio consumo de carne.

Esses discursos têm ganho cada vez mais circulação social, criando embate entre visões de mundo diferentes, isto é, ideologias diferentes, que se materializam em discursos, de tal modo que a indústria alimentícia já não os pode mais ignorar, seja em seus processos de produção desse animal/alimento, seja nos seus discursos de consumo, uma vez que aqueles reverberam hoje nos consumidores. Assim, ao invés de manter esses discursos no mutismo, hoje é mais vantajoso responder a esses discursos, contra argumentá-los em seus diálogos com o consumidor, como se pode ver nos trechos apresentados em forma de lista ao lado esquerdo e parte inferior da embalagem: “Certificado de bem-estar animal”; “Criado sem melhoradores de desempenho”; “Ração 100% vegetal”. Essa informação verbal é registrada na cor verde, com ícones imagéticos¹⁶ como coração, folhas de árvores etc. Esses trechos dialogam e trazem para o discurso da empresa alimentícia esses outros discursos, que enunciam/denunciam essa produção em larga escala para consumo sem levar em conta a ética nessa produção. A indústria responde a eles (*nós os produzimos com bem estar animal, a nossa ração não contém restos de animais*¹⁷), contra argumentando-os. Temos aqui os ecos de outros discursos no discurso da empresa alimentícia. A afirmação responde a um outro discurso. É uma afirmação que é uma contra-argumentação, ou melhor, uma negação de outros discursos. Nesse processo, auscultamos as relações dialógicas de ideologias conflitantes.

Ao mesmo tempo, observamos como o discurso é voltado para o consumidor - seu interlocutor -, que busca por uma alimentação

¹⁶ O entrelaçamento da linguagem verbal com a linguagem pictórica converge para a produção dos sentidos. Dado os objetivos e o espaço desse ensaio, não me aprofundo na análise.

¹⁷ Esses ecos chegam ao fenômeno da vaca louca, resultado de ração animal produzidas com restos de animais. E hoje há um discurso que enuncia que as aves recebem restos de aves trituradas na ração. Transcende aos objetivos do ensaio atestar a veracidade ou não de todas essas informações. Meu objetivo é mostrar a relação dialógica de discursos com suas valorações. Esse mesmo alerta faço quando ao uso ou não uso de antibióticos na produção das aves em confinamento nas produções em escala industrial.

mais saudável, objetivando a sua adesão ao produto. Assim, além das informações acima mencionadas, que também estão orientadas a esse consumidor, há, no lado direito da embalagem, em um fundo vermelho, a informação “Criado sem antibiótico¹⁸”, que responde ao discurso de que as aves confinadas e em produção industrial, para evitar as pestes e a morte, são criadas com uso de antibióticos, que podem trazer malefícios à saúde de quem consome essa carne. Com isso, a empresa informa ao seu interlocutor que esse produto é resultado de uma criação de aves sem antibiótico na alimentação. Trata-se, portanto, de um discurso que afirma a produção de um alimento diferenciado oferecido ao consumidor (e, logo, com valor mais caro) que, ao contrário de outras aves, que podem estar sendo criadas com uso de antibióticos¹⁹.

¹⁸ Em muitas publicidades, a informação não diferencia produtos ou produções, como, por exemplo, afirmar que determinada marca de óleo vegetal é livre de colesterol.

¹⁹ A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) regula a produção de carne, como se pode ver no documento *Limites Máximos de Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos de Origem Animal* (BRASIL, 2018b). Também há um conjunto de normas, como, por exemplo, a Instrução Normativa nº 1, de 13 de janeiro de 2004, emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária, que passou a proibir, “em todo território nacional, a importação, a fabricação, a comercialização e o uso de aditivos melhoradores de desempenho que contenham os antimicrobianos tilosina, lincomicina e tiamulina” (BRASIL, 2004).




DaGranja
 Saiba tudo sobre o seu frango Seara

FEITO COM TODO O CUIDADO QUE VOCÊ MERECE.

Os frangos Seara DaGranja são 100% naturais, sem conservantes, criados sem antibióticos e hormônios* e alimentados com ração 100% vegetal.

*Sem uso de hormônios, como estabelece a legislação brasileira.

Figura 2: Publicidade de produto alimentar
 Disponível em: <https://origemseara.hojetemfrango.com.br/?pais=55&sku=A686166&lg=pt-br&sif=1194>

Nessa publicidade, dentre outros aspectos semióticos e discursivos, temos a reprodução da embalagem, um enunciado sendo re-enunciado em outro enunciado. Assim, além da reprodução de parte do que consta na embalagem, em outro espaço do texto, ou seja, acima da reprodução da embalagem, constam também outras informações, com destaque para “[...] 100% naturais, sem conservantes, criados sem antibióticos e hormônios* e alimentados com ração 100% vegetal.”. Ao final do texto, semelhantemente a uma nota de rodapé, há a informação “*Sem uso de hormônios, como estabelece a legislação brasileira”, embora não seja citada o número da legislação a que se refere. Ou seja, a empresa traz para seu discurso o discurso oficial e legal, que normatiza a produção do produto, a que ela indica seguir, o que qualifica o produto perante o consumidor, a quem ela objetiva atingir. Muito embora essa informação não seja um produto diferenciador de outros modos de produção e marcas, uma vez que a legislação brasileira proíbe o uso de hormônios para toda a produção de aves, de acordo com Instrução Normativa N^o 17, de 18 de junho de 2004²⁰:

Art. 1^o Proibir a administração, por qualquer meio, na alimentação e produção de aves, de substâncias com efeitos tireostáticos, androgênicos, estrogênicos ou gestagênicos, bem como de substâncias β -agonistas, com a finalidade de estimular o crescimento e a eficiência alimentar. (BRASIL, 2004).

Não obstante, para a análise dos discursos presentes na publicidade isso é um dado importante, uma vez que ao trazer a voz do discurso oficial, ecoa um coro de vozes da arena discursiva em torno da criação de animais em escala industrial e de como isso

²⁰ A análise aqui apresentada apenas objetiva mostrar o estudo dos discursos no campo da Linguística Aplicada; logo, é uma análise mais pontual, que precisaria ser aprofundada com a participação de pesquisadores de outros campos para analisar com mais propriedade essas relações entre os discursos da produção de animais para consumo em escala industrial e os discursos legais.

é feito. Ecoam as vozes que questionam esse modo de reprodução de animais e de produção de comida, seja por conta dos animais, seja por conta do tipo de alimentação produzida para a população, dentre as quais a introdução de hormônios na alimentação animal para acelerar seu crescimento. Se o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento emite Instrução Normativa que não apenas regula a produção e alimentação dessas aves, mas *proíbe* certas práticas, é de se inferir que elas existiam. Há práticas e discursos outros ecoando nesse discurso normativo proibitivo. Nesse coro de vozes há uma arena discursiva de discursos que estão em conflito e disputa, que se assentam em diferentes concepções de mundo, ou seja, diferentes ideologias, sobre ética animal, consumo, mercado e lucro.

Da análise desses dois textos, tomados como enunciados proferidos em dada esfera social, com dada finalidade, analisamos a língua como materializadora e veiculadora de discursos que não apenas reflete a realidade, mas a refrata na apresentação dos objetos de discurso desses dois enunciados, valorados ideologicamente. Os discursos-já ditos sobre esse objeto são trazidos e re-acentuados a favor do projeto de dizer da empresa, que visa ampliar seu número de consumidores.

Nesse contexto, o interlocutor entra em relação dialógica com o discurso da empresa, ao qual não consegue não reagir, porque não há como não responder ao outro ao entrar na cadeia dialógica dos discursos. Se o autor do discurso se enuncia levando em conta o interlocutor e seu fundo aperceptivo, ou seja, seus horizontes apreciativos, do mesmo modo não há interlocutor passivo, não há como este não responder ao outro. Inclusive o silêncio ou silenciamento de outras vozes é discursivo, porque é uma reação ao outro e seu dizer. A respeito do interlocutor e da sua compreensão e resposta face ao discurso do outro, Mikhail M. Bakhtin assim resume sua reação-resposta:

A compreensão. Articulação da compreensão em atos distintos. Na compreensão efetiva, real e única, esses atos se fundem

indissolúvelmente num único e mesmo processo de compreensão; no entanto, cada ato distinto tem uma autonomia ideal de sentido (de conteúdo) e pode ser isolado do ato empírico concreto. 1) A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma espacial). 2) O *reconhecimento* do signo (como algo conhecido ou desconhecido); a compreensão de sua *significação* reproduzível (geral) na língua. 3) A compreensão de sua *significação* em dado contexto (contíguo ou distante). 4) A compreensão dialógica ativa (concordância-discordância); a inserção num dado contexto dialógico; o juízo de valor, seu grau de profundidade e de universalidade. (BAKHTIN, 1997c [1940], p. 401, itálicos do autor).

Nessas notas, Mikhail M. Bakhtin focaliza um conjunto de elementos indispensáveis à produção da compreensão dialógica (ou reação-resposta ativa), que, nesse processo, transformam-se em atos. Embora o autor os cite separadamente, para melhor compreensão, ele lembra que esses atos estão sempre e obrigatoriamente articulados e são simultâneos nos processos interacionais para que essa compreensão aconteça; ou seja, esses atos podem ser destacados para fins de observação e estudo, como, por exemplo: o ato de perceber e reconhecer o signo, seja ele verbal ou outra de modalidade semiótica; o ato de compreender sua significação na língua; o ato de compreender sua significação em dada situação de interação; o ato da produção da resposta.

Tomar o ato da leitura nessa perspectiva é reconhecer que há um conjunto de atos imbricados e que todos precisam ser objetos de ensino e aprendizagem da leitura na escola para a formação de um leitor que não apenas decodifique mensagens, mas que seja um interlocutor apreciativo e crítico, por exemplo, face aos discursos com os quais interage nas diferentes esferas sociais.

O ensino da leitura também orientado pelos estudos do discurso: aprender a ler na escola para compreender e responder valorativamente a discursos de outrem

Historicamente, a leitura tem sido associada predominantemente ao ato de decodificação da linguagem escrita, o que fortemente influenciou o ensino da leitura na escola. Nesse contexto, também a própria concepção de língua influenciou todo esse processo, seja de compreensão do que é a leitura, seja de seu ensino: a língua como sistema de signos dos quais o emissor faz uso para a produção de uma mensagem escrita, a qual o interlocutor recebe e decodifica para compreendê-la. Muitos dos processos de alfabetização e de ensino de leitura são fortemente marcados por essa visão de língua. Cabe à escola ensinar a decodificar, deixando-se *o restante* para o estudante aprender por si só, fora da escola. Ou seja, tudo o que se relaciona ao texto/enunciado, à interação que esse texto medeia e as valorações sociais não entram nessa concepção. O leitor é um sujeito que decodifica mensagens codificadas em um conjunto de signos para compreender as informações veiculadas nessa mensagem²¹.

Seja a concepção de língua, seja a própria concepção de ensino de línguas com prevalência do estudo conceitual e taxionômico sobre a língua, que discutimos na segunda seção, marcada pela pedagogia tradicional, não passaram despercebidas por Mikhail M. Bakhtin em seu ensaio *Questões de estilística no ensino da língua russa* (2013 [1945]), escrito em 1945 como resultado de sua experiência na docência entre 1937 e 1945. Como professor de russo no ensino secundário, já na época ele questionava o ensino de língua abstraído dos seus usos reais. Segundo o autor, a respeito do estudo do estilo nas aulas de russo no secundário,

As formas gramaticais não podem ser estudadas sem que se leve em conta seu significado estilístico. Quando isolada dos aspectos semânticos e estilísticos da língua, a gramática inevitavelmente degenera em escolasticismo.

²¹ Não se nega a necessidade de aprender a decodificar e de aprender a buscar a informação. A questão é limitar o ensino da leitura a isso, que não *completa* o ensino da leitura naquilo que é sua finalidade: mediar interações pela escrita, em que há um projeto de dizer que visa agir sobre o leitor interlocutor.

Nos tempos atuais essa afirmação, em sua formulação geral, já soa como um truísmo. Entretanto, no que diz respeito ao seu emprego concreto na prática educacional, a questão está longe do ideal. Na prática, muito raramente o professor dá e sabe dar explicações estilísticas para as formas gramaticais estudadas. Às vezes ele até aborda a estilística nas aulas de literatura (aliás, muito pouco e de modo superficial), mas o conteúdo das aulas de língua materna é a gramática pura. [...].

Sem a abordagem estilística, o estudo da sintaxe não enriquece a linguagem dos alunos e, privado de qualquer tipo de significado *criativo*, não lhes ajuda a criar uma linguagem própria; ele os ensina apenas a analisar a linguagem alheia já criada e pronta. (BAKHTIN, 2013 [1945], p. 23-28, *itálicos do autor*).

O ensaio de Mikhail M. Bakhtin é um exemplo de como o autor professor articulava a sua práxis pedagógica como ponto de partida e razão de estudo, o que se coaduna, inclusive, com a concepção de pesquisa da Linguística Aplicada hoje. É certo que o autor escreve no cronotopo das aulas de ensino de línguas de sua época, marcadas pelo ensino conceitual e taxionômico da língua, de modo que cita inclusive os conteúdos gramaticais das séries escolares de ensino; mas, ao mesmo tempo, ele apresenta uma visão progressista e radicalmente nova desse ensino, aliado com a estilística (não estudo sobre a Estilística, com suas categorias), ou seja, os efeitos de sentido que as escolhas linguísticas provocam na produção dos enunciados. E mais, todo esse ensino a favor da criação de “uma linguagem própria” do estudante. Ou seja, que incida sobre ampliação das práticas de linguagem dos aprendizes.

Embora esse ensaio não fosse de acesso aos pesquisadores brasileiros na década de 1980, o conjunto da obra do Círculo, pela sua concepção de língua, de sociedade, de ideologia e de sujeito, convergente no conjunto da obra, foi base propulsora para a proposta de mudança da concepção e da finalidade das aulas no componente curricular Língua Portuguesa. Ainda, na visão de ensino de língua de Mikhail M. Bakhtin não há como não perceber a convergência entre o ensino da reflexão sobre a língua e a

proposta de prática de análise linguística tal como concebida por João Wanderley Geraldi na década de 1980: a reflexão sobre a língua (em uma concepção discursiva) a favor da ampliação do domínio das práticas de linguagem. Ou seja, que o estudo sobre a língua na interação *enriqueça a linguagem* dos estudantes, que seja um *ensino criativo* que os *ajude a criar uma linguagem própria* e *não apenas a analisar a linguagem alheia e pronta*, como defende o autor em seu ensaio; ou, pior, a apenas reproduzir as categorias que possibilitam a analisar essa linguagem alheia.

E é nesse contexto que os estudos do discurso *convergem* para as aulas de ensino de leitura, articulando seus resultados com a prática de análise linguística, o que permite mobilizar um conjunto de conhecimentos sobre a interação e o discurso (conhecimento dos valores axiológicos, da situação social de interação, de gêneros do discurso, de textualização, de língua e dos valores axiológicos por ela mediados etc.) que vão balizar a elaboração didática (HALTÉ, 2008) de aulas de leitura na Educação Básica; e que não as entendam apenas com ensino de decodificação e extração de informações do texto, mas de inserção do texto na cadeia dialógica de discursos, percebendo-o como um projeto de dizer, com determinada visão de mundo, que busca a adesão do leitor, de modo que o estudante possa responder a esse texto de modo *criativo* e *crítico* na escola e em outras esferas sociais.

Como salientam Rodrigo Acosta Pereira e Terezinha da Conceição Costa-Hübes no ensaio *Práticas de Linguagem na escola sob uma perspectiva dialógica* (2021),

Na leitura, especificamente, em condição de interlocutor, o leitor se dispõe a responder ao autor do enunciado, seja para afirmar que compreende o que ele escreveu/disse, seja para contra argumentá-lo com suas próprias palavras, ou para interpelá-lo. Estabelece-se, assim, um encontro (nem sempre passível) entre autor, texto e leitor quando este, responsivamente, considerando a relação dialógica com o contexto sócio-histórico e ideológico do enunciado, busca compreendê-lo para, então, colocar-se em uma posição ativa de resposta.[...].

A leitura é, então, um ato social que nos conecta com aquele que escreveu o texto e também com muitos outros enunciados, ampliando-se, assim, nossa compreensão do mundo. Logo, lemos para ampliar horizontes sociais e também para responder às próprias inquietações. Como ato dialógico, ao ler, o leitor correlaciona o conteúdo do texto com seus conhecimentos, crenças, valores, atitudes, ideologias e, nesse processo, (re)significa o texto, tornando-se coautor, pois dialoga, questiona, acrescenta, reconstrói seu(s) sentido(s). Nas relações do leitor com seus conhecimentos já consolidados é que se produz significados.

Se assim for compreendida e vivenciada a leitura na escola, estaremos desenvolvendo uma prática de linguagem que contribui, significativamente, para a formação de um sujeito autônomo, crítico, empoderado e socialmente constituído, pois é por meio do ato de ler responsivamente que ampliará suas formas de interpretação e compreensão do mundo e de suas relações com o(s) outro(s), com os objetos e com a própria sociedade. (ACOSTA-PEREIRA, COSTA-HÜBES, 2021, p. 18-20).

Como exemplo de aulas de ensino de leitura articuladas com a prática de análise linguística e ancoradas teoricamente nos estudos de discurso e de ensino e aprendizagem de língua portuguesa na Educação Básica tal como aqui discutidos, trago alguns dos resultados da pesquisa-ação desenvolvida por Maria Gabriela Abreu (2020) em seu mestrado no Programa Mestrado Profissional em Letras da UFSC (PROFLETRAS/UFSC), analisados em *Prática de ensino de leitura crítica de anúncios publicitários que discursivizam as mulheres: análise de uma elaboração didática (s/d)*.

A pesquisa-ação, desenvolvida em aulas do componente curricular Língua Portuguesa, objetivou elaborar e desenvolver com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola estadual localizada na Grande Florianópolis (SC, Brasil) aulas de leitura crítica da objetivação da mulher em anúncios publicitários. Resumidamente, a elaboração didática foi planejada e organizada em 16 atividades, articuladas em 3 momentos distintos: leitura coletiva de anúncios publicitários impressos, leitura de anúncios

publicitários em suporte digital e seminário de apresentação de leitura crítica de um anúncio, feito em dupla de estudantes com orientações da professora.

Na primeira etapa, tomando como ponto de partida a prática de linguagem, ou seja, a leitura desses anúncios em revistas, os alunos escolheram e leram livremente anúncios com imagens de mulheres, publicados em meio impresso. Na sequência, a professora selecionou alguns desses anúncios (um dos quais apresentava a imagem de um homem, o que permitiu uma análise de gênero *social* de modo comparativo nesses anúncios) para a elaboração de atividades de leitura desses anúncios, articulando a prática de análise linguística ao ensino e aprendizagem de leitura. Em um dos textos, que anunciava um carro, os alunos observaram as cores, a apresentação da logomarca, a presença da imagem de uma mulher e a parte verbal do enunciado, mediados sempre pela ação da professora. Em uma das atividades, “Observamos que com relação à aparência, a moça do anúncio se encaixa em um padrão de beleza ainda predominante na mídia: loira, alta, magra, jovem. Com essa atividade as/os estudantes demonstraram dar os primeiros passos em direção à percepção da construção dos estereótipos de gênero e de padrões de beleza nos anúncios publicitários.” (ABREU, RODRIGUES, 2023, p. 417, *itálicos das autoras*).

Na segunda etapa, a escolha por anúncios veiculados em suporte digital foi motivada pela interação cada vez mais realizada pelas mídias digitais. Essa escolha dos anúncios foi realizada pelos estudantes em casa, a partir do seu acesso a mídias digitais pelos celulares. Esses anúncios foram reproduzidos pela professora em datashow para que todos pudessem fazer a leitura reflexiva, ou seja, a leitura estudo do texto por meio de atividades da prática de análise linguística. Novamente, um dos textos apresentava a imagem de homens. Trago a análise das atividades realizadas a partir desse anúncio:

Apesar de o tema do trabalho ser a leitura de anúncios publicitários que discursivizam as mulheres, este anúncio em questão, mesmo

com dois homens como modelos, trouxe muito fortemente um discurso sobre as relações de gênero. Na parte inferior direita há o seguinte enunciado: “Open caipirinha de vinho para elas até 00h”. Percebemos o destaque dado à palavra open, em branco, com um fundo escuro. As/os alunas/os comentaram que foi uma das coisas que mais lhes chamara a atenção no anúncio. Perguntei-lhes o porquê de darem destaque a essa informação. Responderam-me que para “atrair mulheres, já que uma balada com várias mulheres atrai os homens”. [...]. Também foi possível inferirmos que o enunciado traz consigo a ideia de que os homens são os provedores, aqueles que possuem dinheiro para gastar na festa, por isso a importância de as mulheres os atraírem para o local. Outro ponto discutido foi a concepção heteronormativa das relações entre homens e mulheres. Com estas reflexões foi possível perceber que as/os estudantes leram criticamente a oferta de bebida alcoólica grátis para as mulheres, mencionando reflexões acerca das questões de gênero. Em uma leitura acrítica poderia parecer uma vantagem feminina ganhar bebidas, mas tal fato foi lido como um mecanismo de poder dos homens sobre as mulheres, que é uma construção ideológica. (ABREU, RODRIGUES, 2023, p. 420, *itálicos das autoras*).

Na terceira etapa, como mencionado, os estudantes, em dupla, apresentaram o resultado de análise de um anúncio em um seminário realizado com a turma. Como material de apoio, confeccionaram um cartaz com a reprodução do anúncio e com elementos da análise que julgaram relevantes para a leitura crítica desses anúncios. Uma das duplas apresentou um anúncio de lingerie direcionado às mulheres. Segue o cartaz elaborado pela dupla:

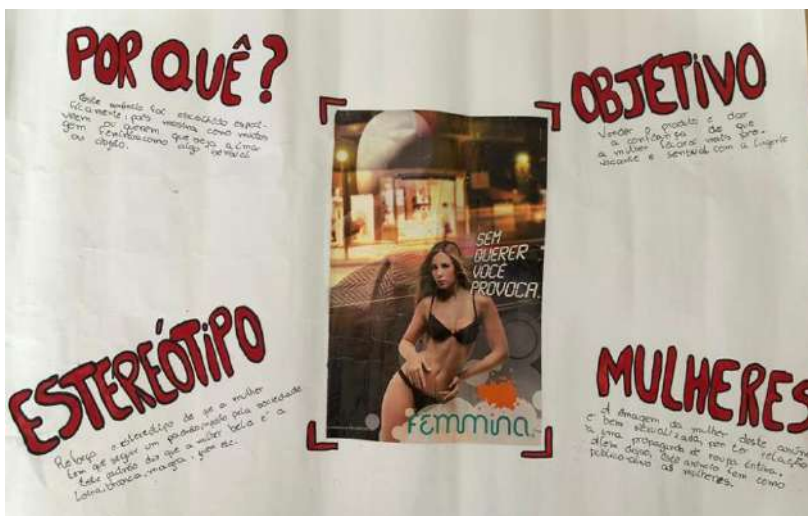


Figura 3: cartaz de dupla de alunos em apresentação de trabalho
Fonte: ABREU, RODRIGUES, 2023.

Nesse cartaz, no centro os alunos reproduziram o anúncio; e, nas margens, registraram a razão da sua escolha desse anúncio, o objetivo do anúncio, a finalidade da imagem da mulher e a sua estereotipização na/para a venda de produtos de consumo. Na apresentação do seminário,

Tanto a leitura da dimensão verbal/imagética (com a interpretação do título *sem querer você provoca*) quanto da social (com a interpretação do reforço do estereótipo criado pelo anúncio) foram contempladas pelas/os estudantes (RODRIGUES, 2001). A dupla analisou a construção composicional textual, explorando o título, o texto em sua composição imagética e verbal; e também o conteúdo temático, ao perceberem a valoração e a ideologia presentes no título e na imagem (ACOSTA-PEREIRA, 2012). Destacaram o objetivo do texto e seu público-alvo. Também reconheceram o contexto de produção e a finalidade do texto analisado. (ABREU, RODRIGUES, 2023, p. 424, itálicos das autoras).

Ao final da elaboração didática, estudantes e professora pesquisadora avaliaram o processo de aprendizagem da leitura

crítica desses anúncios. Os estudantes expressaram seu processo de aprendizagem de leitura crítica de anúncios que discursivizam a mulher (“Durante as atividades propostas apareceram algumas dificuldades sobre as observações das imagens, como saber o porquê de tudo.”, registra um dos estudantes), bem como a percepção do papel objetificado da mulher nesses anúncios. Na sua avaliação da aprendizagem, muitos deles relataram que não haviam se atentado para a objetificação da mulher em anúncios, em sua presença nos anúncios unicamente com objetivo de vender produtos, a maioria dos quais direcionados para o consumo dos homens, como carros, bebidas etc. (“O projeto foi muito interessante e muito melhor do que eu imaginava. No começo foi meio difícil interpretar os olhares das modelos nas propagandas, mas com os exemplos e ajuda da professora ficou mais claro.”, relata outro estudante). Do mesmo modo, o resultado da elaboração didática trouxe reflexões teóricas, mostrando o papel docente na elaboração das aulas: seja na escolha de textos, seja nas atividades de prática de análise linguística para o ensino e aprendizagem da leitura, seja no papel de mediação da aprendizagem da leitura.

Também houve quem citasse a alteração na maneira de olhar para as mulheres dos anúncios. Essa menção leva a crer que em uma situação anterior às atividades de ensino e aprendizagem de leitura crítica algumas informações passavam despercebidas e pareciam irrelevantes. Isso se dá pela naturalização com a qual convivemos em diversas áreas. Se há um discurso dado, já-dito, o qual não é confrontado com a possibilidade de olhar para determinados aspectos essenciais que o constituem, ele se torna a ordem, o hegemônico, o normal e o natural (obliterando os processos ideológicos de naturalização). (ABREU, RODRIGUES, 2023, p. 425).

A elaboração didática desenvolvida, orientada pelas bases teóricas expostas, demonstra como os resultados de pesquisa de análise do discurso e de ensino e aprendizagem de leitura e de prática de análise linguística, articulados com as práticas sociais de

referência (HALTÉ, 2008), podem fornecer caminhos ancorados em pesquisas para a elaboração de aulas de ensino de leitura, considerando a leitura em uma perspectiva interacionista e dialógica e objetivando a formação de leitores críticos na escola.

Esta seção, ao abordar o ensino da leitura em uma perspectiva discursiva, objetou mostrar como estudo do discurso e os de ensino e aprendizagem de línguas encontram-se *entrelaçados* na área de Linguística Aplicada, seja pela concepção de linguagem e de sujeito, seja pela sua *motivação de pesquisa*. Ou seja, as pesquisas em ensino de línguas motivam os estudos do discurso (a Linguística Aplicada não escolhe qualquer objeto, mas os que trazem ganhos para os sujeitos, no caso, a compreensão das práticas de linguagem e/para a ampliação dessas práticas), como, por exemplo, o estudo dos gêneros do discurso, dos discursos da publicidade e das mídias etc. Também as pesquisa desse campo trazem base para os estudos em elaboração didática e para a docência: conhecimentos que permitem elaborar aulas alicerçadas sobre as práticas sociais de referência, sobre os gêneros do discurso dos textos trazidos para as aulas de leitura, por exemplo, especialmente para a elaboração de atividades de prática de análise linguística a favor da aprendizagem da leitura de textos de diferentes gêneros e de diferentes esferas sociais, a fim de ampliar o domínio das práticas de linguagem dos estudantes.

Considerações finais

Neste ensaio objetivamos apresentar a relação entre os estudos do discurso e os de ensino e aprendizagem de leitura na área da Linguística Aplicada. Para tanto, apresentamos a visão contemporânea dessa área e dois campos de pesquisa aqui imbricados: o ensino e a aprendizagem de línguas e os estudos do discurso. Nesse processo, também apresentamos uma análise discursiva de dois textos, uma embalagem de produto alimentício e uma publicidade da marca desse produto, para demonstrar a arena de discursos e suas valorações presentes nesses dois

textos/enunciados, cuja leitura é necessária pelos consumidores. Na sequência, mostramos a imbricação entre esses dois campos de estudo no ensino da leitura e apresentamos excertos de análise de uma pesquisa-ação de ensino e aprendizagem de leitura crítica de anúncios publicitários.

Concluimos que consideramos atendidos os objetivos desse ensaio e desejamos entrar na cadeia dialógica dos estudos do discurso e de ensino de línguas, provocando e recebendo contrapalavras.

Referências

ABREU, Maria Gabriela. **As mulheres dos anúncios**: proposta de leitura crítica nas aulas de língua portuguesa. 2020. 237 p. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Letras, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PPLE0039-D.pdf>. Acesso em: 09 de set. de 2022.

ABREU, Maria Gabriela; RODRIGUES, Rosângela Hammes. Prática de ensino de leitura crítica de anúncios publicitários que discursivizam as mulheres: análise de uma elaboração didática. **Revista Ensin@**. Revista dos Programas de Pós-Graduação em Educação, em Mestrado Profissional em Matemática, em Geografia e em Mestrado Profissional de Letras da UFMS, Três Lagoas, v.4, n. 8. p. 404 - 429. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/issue/view/919>. Acesso em: 22 de mar. de 2024.

ACOSTA- PEREIRA, Rodrigo; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. Práticas de Linguagem na escola sob uma perspectiva dialógica. In: BELOTI, Adriana, POLATO, Adriana Mendes; BRITO, Pedro Augusto Pereira (Org.). **Dialogismo e ensino de língua**: reflexos e refrações na práxis. Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2021, p. 8-27.

BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução do russo por Aurora F. Bernadini, José P. Júnior, Augusto G. Júnior et al. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, 1993a [1924], p. 13-70.

BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. O discurso no romance. In: BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução do russo por Aurora F. Bernadini, José P. Júnior, Augusto G. Júnior et al. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, 1993b [1934], p. 71-210.

BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997a [1963].

BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. O problema do texto nas áreas da linguística, da filologia das ciências humanas. Tentativa de uma análise filosófica. In: BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. **Estética da criação verbal**. Tradução do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997b [1959], p. 327-368.

BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. Observações sobre a epistemologia nas ciências humanas. In: BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. **Estética da criação verbal**. Tradução do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997c [1940], p. 399-414.

BAKHTIN, Mikhail Mikailovich. **Questões de estilística no ensino da língua**. Traduzido do russo por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkona Américo. São Paulo: Editora 34, 2013 [1945].

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento. **Instrução Normativa nº 17, de 18 de junho de 2004**. Dispõe normas sobre alimentação e produção de aves. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://basenacional.comum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 08 de set. de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Limites Máximos de Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos de Origem Animal**: Documento de base para discussão regulatória. Brasília, 2018b.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**: leitura e produção. 3. ed. Cascavel: Assoeste, 1985 [1984].

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993 [1991].

HALTÉ, Jean-Françoise. O espaço didático e a transposição. **Fórum Linguístico** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, Florianópolis, v.2, n. 2. p. 117-139. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/issue/view/1195>. Acesso em: 08 de set. de 2022.

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura**: teoria & prática. Campinas, SP: Pontes, 1993.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica interrogando o campo como linguista aplicado. IN: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 13-44.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo. Da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (Org.). **Linguística Aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009. p. 11-24.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso nas aulas de Língua Portuguesa: (re)discutindo o tema. In: NASCIMENTO, Elvira Lopes; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (Org.). **Gêneros de texto/discurso e os desafios da contemporaneidade**. Campinas, SP: Pontes, 2014, p. 35-56.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. A prática de análise linguística: emergência, reenunciações, abrangência e produtividade do conceito. In: ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo, COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição (Org.). **Prática de análise linguística nas aulas de língua portuguesa**. São Carlos: Pedro & João. 2021, p. 73-106. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/site/pratica->

de-analise-linguistica-nas-aulas-de-lingua-portuguesa/. Acesso em: 08 de set. de 2022.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. Que é linguagem In: VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Traduzido do espanhol por João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013a [1930], p. 131-156.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. A construção da enunciação. In: VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Traduzido do espanhol por João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013b [1930], p. 157-188.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução do russo por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkona Américo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

O SUJEITO NA ABORDAGEM DIALÓGICA DE DISCURSO

Luana de Araújo Huff¹
Rodrigo Acosta Pereira²

Introdução

A centralidade do sujeito na teoria bakhtiniana³ é evidente para muitos daqueles que estudam as obras do Círculo. Aos mais desavisados, entretanto, ela pode parecer estranha a uma abordagem sócio-histórica da linguagem, pelo que se assumiria que o foco deva estar no social, em lugar do individual. Tal estranhamento está ligado a uma noção do social como contraposta ao individual. O social seria, nesse caso, sinônimo de coletivo, de conjunto de indivíduos. Contudo, para o Círculo, esse conceito é contraposto ao de natural/biológico, compreendendo todo e qualquer processo de interação humana como social e que se estabelece em contextos de enunciação. O sujeito é, portanto, elemento constituído e constituinte da sociedade por meio dos discursos que assimila e dos discursos que enuncia. Desse modo, o individual e o social estão intimamente relacionados numa interação constitutiva, não podendo ser opostos ou excludentes. Essa vertente se afasta de concepções de sujeito solitário, independente, autossuficiente, baseadas na independência do ser em relação à sociedade ou de sujeito assujeitado e passivo, baseadas na completa submissão do indivíduo à sociedade. O

¹ Doutora em Linguística na UFSC. Servidora do Instituto Federal Catarinense – IFC.

² Professor na UFSC. Pesquisador CNPq – PQ2.

³ Utilizaremos os termos *teoria bakhtiniana* e *teoria do Círculo de Bakhtin* para nos referirmos ao conjunto epistemológico das obras escritas pelos autores Mikhail Bakhtin, Pavel Medviédov e Valentin Volóchinov.

sujeito bakhtiniano se caracteriza por um indivíduo único, singular, insubstituível e não-finalizável, mas que só pode constituir-se nas suas relações com os outros sujeitos (também únicos, singulares, insubstituíveis e não-finalizáveis). Por sua constituição intersubjetiva e relacional é que nos referiremos a ele como sujeito dialógico.

Assim, a centralidade do sujeito dialógico na teoria bakhtiniana não se refere a uma relação de superioridade do indivíduo sobre a sociedade, em que o indivíduo psicológico e seus desejos determinam a linguagem. Também não se refere à uma necessidade teórica que considera o sujeito como mais adequado às suas finalidades e métodos do que a sociedade como um todo. A centralidade se estabelece pelo reconhecimento de que os construtos sociais (linguagem, arte, ciência, política etc.) só podem ser acessados por meio dos atos concretos de cada sujeito singular, contrariando a concepção científica moderna de que o sujeito e suas singularidades não servem a teorias por sua imprevisibilidade e instabilidade, carecendo de regularidade e objetividade.

A ciência moderna, para estudar a sociedade, precisou elidir dela os sujeitos, concentrando-se nos aspectos reiteráveis e constantes daquela. Aí, impera uma visão homogeneizada dos indivíduos, compreendidos sempre na sua inserção em grupos caracterizados por aquilo que os iguala, que os torna indistintos. Em razão disso, os homens nas ciências humanas não correspondem a um sujeito em particular, mas a uma construção teórica que pasteuriza as diferenças. Já para Bakhtin (2017 [1920/1924]⁴, p. 106), uma sociedade abstraída de seus sujeitos, considerada enquanto “humanidade histórica” não é nada além de “possibilidade vazia de sentido”, porque o sentido não pode ser dado pelo “homem em geral”; ele se constrói na interação entre sujeitos concretos espaço-temporalmente situados em um contexto extraverbal atravessado

⁴ As obras do Círculo serão marcadas, além da data da edição utilizada, pela data de sua escrita entre colchetes para inscrever historicamente a produção desses textos-enunciados.

pelas práticas ideológicas. A sociedade e os fenômenos ideológicos que refletem e refratam o mundo não são entidades gerais ou imateriais, elas são o conjunto complexo dos sujeitos concretos e de seus atos concretos que produzem uma imagem de uma dada comunidade, em um determinado tempo-espaço.

Nosso objetivo com este capítulo é, nesse ínterim, retomar o conceito de sujeito dialógico no interior das diversas obras do Círculo, destacando a interconstituição entre discurso e sujeito e sua implicação para as pesquisas em Análise Dialógica dos Discursos.

Os pressupostos metodológicos: uma revisão de literatura

A pesquisa em Linguística Aplicada não se faz com um abandonar-se porentre os discursos como quem se lança em uma mata fechada, sem trilhas, em meio a qual se procura aleatoriamente por saídas. Pois, embora não haja categorias de análise a *priori*, conceitos encerrados em si, métodos prontos para aplicação; as rotas interpretativas que serão assumidas devem ser claras, ainda que não sejam fixas, para que não corramos o risco de, ao buscar uma opção ao conhecimento teórico objetivista, descambemos em uma interpretação subjetivista. Para evitar qualquer dos caminhos, que reduziriam os discursos concretos a abstrações teóricas vazias ou a opiniões puramente subjetivas, deixamos explícito que as discussões apresentadas neste capítulo são fruto de uma revisão bibliográfica das obras de Bakhtin, Volóchinov e Medviédev com suporte dos textos-enunciados dos comentadores contemporâneos dessas obras.

Para alcançar nosso intuito de encontrar no escritos de Círculo uma compreensão do sujeito no seu engendramento com o conceito de discurso e como essa compreensão reflete no trabalho do analista dialógico de discurso, optamos por um percurso de pesquisa bibliográfica a partir de alguns dos conceitos basilares da teoria bakhtiniana.

Elencamos então aqueles conceitos que se mostraram mais relevantes para a compreensão da interconstituição entre sujeito e discurso: linguagem, interação social, discurso, enunciado, relações dialógicas, ideologia, valoração, cronotopo, exotopia, sujeito e consciência.

Um mergulho nas obras do Círculo: um sobressalto para a concepção de 'sujeito'

Alguns conceitos bakhtinianos têm uma relação explícita com os conceitos da Física como, por exemplo, refração, reflexo, cronotopo, forças centrífugas e centrípetas; já outros, como dialogia, polifonia e carnaval têm em sua conceitualização aproximações menos óbvias com o campo (STONE, 2008). Essa relação entre a teoria bakhtiniana e os postulados da Física estão profundamente conectados ao abalo que as teorias de Einstein produziram no cenário geral da Ciência do século XX. Einstein, a partir do *annus mirabilis* de 1905, quando publicou três importantes artigos na revista *Annalen der Physik* sobre o efeito fotoelétrico, o movimento browniano e a teoria especial da relatividade, implodiu boa parte das bases sobre as quais estava firmemente erguida a Física Teórica do século XIX (KUHN, 2018 [1962]). Mas as formulações de Einstein, ao alterarem a compreensão científica do mundo físico, não provocaram mudanças apenas em seu campo; a popularização da teoria da relatividade apresentou um mundo repleto de possibilidades simultâneas, não-absolutas e dependentes do ponto de vista do sujeito observador. Tal visão de mundo, que ultrapassa os postulados de um mundo objetivo, dado, absoluto e quantificável, influenciou, em maior ou menor grau, todo o pensamento científico e cultural do século XX. Einstein devolveu o sujeito à Física e, por consequência, à Ciência. Nesse contexto, Stone (2008) entende que, a despeito de todas as aproximações dos conceitos bakhtinianos aos conceitos da Física, a principal contribuição da teoria einsteiniana para o pensamento de Bakhtin (assim como para outros estudiosos da cultura da mesma

época) foi a possibilidade de reintegrar a subjetividade (inclusive a subjetividade do pesquisador) aos estudos da linguagem, reavaliando o mundo da cultura teorizado por séculos de estudos literários e filológicos a partir de uma nova perspectiva. Nas palavras do autor,

His [Bakhtin] debt to Einstein resides in the power to reevaluate the known world through subtle yet epiphanic shifts of perspective. Bakhtin elevates the role of the reader and recasts centuries of literary history in the light of a universe divested of physical and metaphysical absolutes. The world as envisioned by Einstein is a startlingly subjective entity. (STONE, 2008, p. 406)⁵.

Pois bem, se mesmo os cálculos físicos devem considerar o ponto de vista do observador, se o tempo e o espaço que este observador ocupa é capaz de relativizar medidas físicas como distância, movimento, tamanho e tempo; como ignorar que o ponto de vista do sujeito observador altera as produções de sentido que se dão fundamentalmente em virtude de nossa interação social? Esse questionamento possibilitou a Bakhtin, por exemplo, empreender uma análise do desenvolvimento histórico do gênero romance a partir de sua perspectiva, buscando relações de sentido que não estavam necessariamente presentes no tempo da escritura daqueles romances, mas que puderam ser alcançadas justamente do ponto de vista privilegiado do sujeito observador afastado espaço-temporalmente.

By harnessing the subtleties of Einsteinian relativity and drawing out its counterintuitiveness, Bakhtin repositioned his authorial point of view of a text out of the boundaries of the text itself and into the material world of the reader. [...] Consequently, Bakhtin could

⁵ Sua [de Bakhtin] dívida para com Einstein reside no poder de reavaliar o mundo conhecido por meio de mudanças de perspectiva sutis, porém epifânicas. Bakhtin eleva o papel do leitor e reformula séculos de história literária à luz de um universo privado de absolutos físicos e metafísicos. O mundo imaginado por Einstein é uma entidade surpreendentemente subjetiva (tradução nossa).

understand classical, Renaissance, and nineteenth-century literature with a twentieth-century mind-set. (STONE, 2008, p. 406)⁶.

Assim, já nos seus primeiros escritos, a centralidade do sujeito e do ponto de vista único deste, exercem papel fundamental. Em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin (2017 [1920/1924]) destaca a importância do ponto de vista do sujeito observador tanto no que tange a observação de um objeto científico, quanto na relação valorativa de um sujeito com outros sujeitos:

De fato, um mesmo objeto – igual do ponto de vista do conteúdo-sentido – considerado de diversos pontos de um mesmo espaço por pessoas diferentes, ocupa posições diferentes e é diversamente dado no conjunto arquitetônico concreto do campo visual destas pessoas que o observam; a sua identidade desentido entra como tal na composição da visão concreta como um de seus momentos, revestindo-se de traços concretos e individualizados. [...] Analogamente, também a avaliação de uma mesma pessoa, se bem que idêntica quanto ao conteúdo (“ele é mau”), pode ter diferentes entonações reais de acordo com o **centro real concreto de valores** em determinadas circunstâncias [...]. (BAKHTIN, 2017 [1920/1924], p. 126, grifos nossos).

Nessa comparação, Bakhtin explica que tanto um objeto quanto um sujeito são avaliados de formas distintas a depender da posição do sujeito observador. Essa ideia é retomada em um de seus últimos escritos, “Fragmentos dos anos 1970-1971”, na forma de anotação e já com sua relação explícita com a Física einsteiniana:

A posição do experimentador e do observador na teoria quântica. A presença dessa posição ativa muda a sua situação e, por conseguinte, os resultados do experimento. Já é de todo diferente o acontecimento

⁶ Aproveitando as sutilezas da relatividade einsteiniana e extraindo sua contra-intuitividade, Bakhtin reposicionou seu ponto de vista autoral de um texto fora dos limites do próprio texto e no mundo material do leitor. [...] Consequentemente, Bakhtin poderia compreender a literatura clássica, renascentista e do século XIX com uma mentalidade do século XX (tradução nossa).

que tem um observador, por mais distante, oculto e passivo que seja. (BAKHTIN, 2017 [1970/1971], p. 27).

Ou seja, a compreensão de que o sujeito observador altera as produções de sentido foi uma constante no trabalho de Bakhtin e do Círculo, pois ainda que os objetos e seres sejam tomados pelo mesmo conteúdo-sentido, cada sujeito observador irá valorá-los distintamente a depender da sua relação única com esses objetos ou seres. Porque cada “[...] ponto de vista é cronotópico e abrange tanto o elemento espacial quanto o temporal” (BAKHTIN, 2017 [1970/1971], p. 24), isto é, cada ponto de vista é espaço-temporalmente situado pela existência do sujeito que observa na sua relação com aquilo que é observado. Por certo que aqui a ideia de posição transcende a ideia da Física de ocupar um determinado ponto em um determinado tempo, pois envolve para além das relações espaço-temporais concretas, as projeções ideológico-valorativas que a posição exotópica do sujeito observador estabelece com o todo da interação em curso. Como afirma Volóchinov (2019 [1930c], p. 316, grifo do autor), “toda palavra, falada ou pensada, não é um simples ponto de vista, mas um ponto de vista *avaliador*”, isto é, cada ponto de vista cronotópico vê e avalia o mundo a partir de determinada situação de interação, sob determinadas condições sócio-históricas propiciando não só um reflexo da realidade, mas uma compreensão refratada pelas projeções ideológico-valorativas dos signos.

Nessa perspectiva, cada sujeito deve ser compreendido como uma pessoa definida na sua relação com outras pessoas por sua “[...] concretude (nome), integridade, responsividade, etc., inesgotabilidade, inconclusibilidade, abertura” (BAKHTIN, 2017 [1970/1971], p. 31). Tal sujeito vive a partir de si na relação com o mundo que o cerca e apenas dessa posição pode agir, constituindo, portanto, o que Bakhtin denomina de “centro real concreto de valores”. E mais, por ocupar essa posição única, o sujeito não só *pode* agir, como *deve* agir, pois o existir do sujeito é não apenas produto, mas, principalmente, ato – “A minha comprovada

participação no existir é não somente passiva (o prazer da existência), mas sobretudo ativa (o dever de ocupar efetivamente o meu lugar único)” (BAKHTIN, 2017 [1920/1924], p. 123). Assim, todo ato é acompanhado da responsabilidade de ocupar esse meu lugar singular, não como um dever moral pré-existente que me obriga, mas como único lugar a partir do qual posso agir e a partir do qual apenas eu posso agir. *Só eu posso agir como eu mesmo e apenas como eu mesmo posso agir; essa é a responsabilidade do ato.*

O dever é uma categoria original do agir-ato [*potuplenie-postupok*] (e **tudo é um ato meu, inclusive o pensamento e o sentimento**), é uma certa atitude [*ustanovka*] da consciência [...]. Não existem normas morais determinadas e válidas em si, **mas existe o sujeito moral com uma determinada estrutura (não, obviamente, uma estrutura psicológica ou física), e é sobre ele que necessitamos nos apoiar: ele saberá em que consiste e quando deve cumprir o seu dever moral ou, mais precisamente, o dever** (porque não existe um dever especificamente moral). (BAKHTIN, 2017 [1920/1924], p. 47-48, grifos nossos).

Ou seja, toda a responsabilidade de agir é inerente ao sujeito que não só é livre para agir, mas é responsável pelo seu ato histórico, real e individual – “e tudo é um ato meu, inclusive o pensamento e o sentimento” (BAKHTIN, 2017 [1920/1924], p. 47). Nesse sentido, quem avaliará o certo e o errado, o moral e o amoral e responderá por suas avaliações é o próprio sujeito, posto que é ele que age e da sua posição única e singular, só ele pode agir. E não há possibilidade de nos livrarmos dessa responsabilidade, embora haja tentativas de escamoteá-la. Isto é, podemos dizer que é a sociedade que nos obriga, que são as leis que nos impõem, que nosso trabalho, nossa filiação teórica ou partidária nos induz e por isso agimos. No entanto, no limite, a ação (ou a omissão) é exercida por nós, do nosso lugar inalienável na existência. A completa ausência de responsabilidade só é possível na alienação mental, como aquela que encontramos em Golyádkin, personagem de “O duplo” de Dostoiévski (2013 [1946]) – de tanto não assumir sua

responsabilidade no mundo, encontrou um outro de si em tudo responsável, mas cuja existência não passava de um delírio.

Esse sujeito singularmente responsável existe em um mundo concebido por Bakhtin (2017 [1920/1924]) como um mundo real sem categorias *a priori*, não finalizável, aberto “à historicidade viva singular” (p. 50) do sujeito; “o mundo como acontecimento (e não como ser em prontidão)” (BAKHTIN, 2017 [1930/1940], p. 67). Tal concepção de mundo abarca uma concepção de realidade que é “[...] um processo em formação, onde tudo é aberto, está em formação, nada é conclusivo, no mundo ainda não aconteceu nada de definitivo, tudo ainda está e estará por vir [...]” (BEZERRA, 2017, p. 84). Nesse mundo não finalizável, aberto ao novo e tomado como devir, a liberdade é inerente ao sujeito, pois nada está determinado, toda a construção de valores e responsabilidades se efetiva no ato responsável do sujeito. Nele, a vida é “concebida como devir-ato responsável, arriscado, aberto” (BAKHTIN, 2017 [1920/1924], p. 52) e “[...] o fato da minha existência singular [...]” (p. 52) é de importância insubstituível e não generalizável. Nas palavras de Bezerra (2018, p. 251), na teoria do Círculo “[...] o homem é o centro de tudo e só o que gravita em torno dele como produto humano pode adquirir significação, sentido e valor”.

Essa posição central não se trata, no entanto, de uma supremacia do eu em relação aos outros, como adverte o próprio Bakhtin (2017 [1920/1924], p. 122):

Consideramos oportuno lembrar que viver do interior de si mesmo, partindo de si mesmo nas próprias ações, não significa de jeito algum viver e agir por si. A centralidade da minha participação única no existir dentro da arquitetônica do mundo da experiência vivida não é em absoluto a centralidade de um valor positivo <?> para o qual todo o resto do mundo não é mais que um fator auxiliar.

O centro real concreto de valores não é, portanto, um centro que vale por si, posto que só permite construir relações valorativas em razão do contato com o outro. O sujeito é, desse modo, sempre socialmente constituído na sua relação com o outro. Tanto é assim,

que Bakhtin (2017 [1920/1924]) afirma que o sujeito age no mundo em três momentos reais que compõem a arquitetura do ato responsável: o eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro. O momento do eu-para-mim é o momento de realização do ato, constitui o centro a partir do qual eu ajo e avalio. No entanto, esse ato se volta sempre para o exterior, para o outro, e leva em consideração o momento do outro-para-mim, ou seja, como eu avalio esse outro na direção de quem eu ajo. E considera ainda o momento do eu-para-o-outro, isto é, como eu entendo que esse outro me avalia. Podemos encontrar essa mesma dinâmica na compreensão de discurso como diálogo, quando o Círculo propõe que todo discurso responde a alguém e espera uma resposta de alguém e leva em consideração esses já-ditos e pré-figurados em sua própria formulação.

De forma geral, “Todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a estes momentos emotivo-volitivos centrais: eu, o outro, e eu-para-o-outro” (BAKHTIN, 2017 [1920/1924], p. 115) ou, dito de outra forma, o ato acontece a partir do sujeito que age (o centro a partir do qual a ação é realizada), mas sempre permeado pela relação valorativa e intencional entre o eu e o outro. Desse modo, se o eu-para-mim constitui o centro real concreto de valores a partir do qual interajo com o mundo por meio de atos valorados, essa centralidade se dá, necessariamente, na relação com o outro. Essa posição central do sujeito na teoria do Círculo é, portanto, uma posição marcadamente social, ou seja, do sujeito que, embora ocupante de um ponto de vista único, ocupa esse espaço em/na relação com outros sujeitos também portadores de pontos de vista únicos. Não se trata, portanto, do homem biológico, tampouco do sujeito psicológico isolado, pois para o Círculo “não existe o homem em geral; existe eu, e existe um determinado, concreto, ‘outro’: o meu próximo, o meu contemporâneo (a humanidade social), o passado e o futuro das pessoas reais (da humanidade histórica real)” (BAKHTIN, 2017 [1920/1924], p. 106).

Assumir o sujeito como social perpassa compreender que dentro da Teoria do Círculo o social não se contrapõe ao individual, porque o social não é um simples “amontoamento” de indivíduos em um determinado espaço que embora reunidos permanecem isolados. Social e individual são interconstituídos, os sujeitos concretos em interação é que formam o social e essa interação social é que permite a subjetivação do sujeito social. Conforme esclarece Volóchinov (2018 [1929], p. 129),

Para evitar mal-entendidos é preciso sempre distinguir rigorosamente o conceito de indivíduo como ser da natureza, tomado fora do mundo social, assim como ele é estudado e conhecido pelos biólogos, e o conceito de individualidade, que, construído sobre o indivíduo natural, é por sua vez uma superestrutura ideológica e sgnica, e portanto social. [...] Se, por um lado, o conteúdo do psiquismo individual é tão social quanto a ideologia, por outro, os fenômenos ideológicos são tão individuais (no sentido ideológico da palavra) quanto os psíquicos.

Para melhor compreender essa citação, é necessário abordarmos as discussões de Volóchinov sobre psiquismo e consciência. Elas estão presentes principalmente no ensaio *Do outro lado do social: sobre o freudismo* (2019 [1925]) e no livro *O freudismo: um esboço crítico* (VOLÓCHINOV, 2014 [1927]), mas também aparecem em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (VOLÓCHINOV, 2018 [1929]), *O que é linguagem* (VOLÓCHINOV, 2019 [1930a]), *A construção do enunciado* (VOLÓCHINOV, 2019 [1930b]) e *A palavra e sua função social* (VOLÓCHINOV, 2019 [1930c]). Desses trabalhos, duas conclusões são imprescindíveis para a compreensão da psique por Volóchinov: primeiro, ela não se opõe ao corpo físico; segundo, ela é objetivamente realizada no material sgnico.

No que se refere à primeira questão, dentro do contexto teórico do materialismo histórico, Volóchinov (2014 [1927]; 2018 [1929]; 2019 [1930a]) compreende que o monismo marxista se aplica a todos os fenômenos e seres, de tal modo que não pode haver a separação qualitativa entre alma e corpo, entre psiquismo e

organismo físico, entre discurso interior e discurso exterior. O interior do homem, seus sentimentos e pensamentos, são propriedades do corpo físico, fazem parte do indivíduo biológico tanto quanto seus órgãos. Nesse sentido, não há a negação da psique individual, apenas a superação da ideia da psique como contraposta ao corpo físico como uma entidade etérea, propriedade da alma, independente do meio material.

O marxismo está longe de negar a realidade do *psíquico-subjetivo*: este existe, evidentemente, mas de modo algum pode ser *separado do fundamento material* do comportamento do organismo. O psíquico é apenas uma das propriedades da matéria orgânica, razão por que é inadmissível colocá-lo em oposição ao físico, enquanto princípio específico de explicação. (VOLÓCHINOV, 2014 [1927], p. 18, grifos do autor).

Embora seja propriedade da matéria orgânica, a realidade objetiva da psique se dá na linguagem. Esta, por sua vez, possui uma realidade material especial, isto é, toda a sua existência objetiva está voltada para sua função de ser signo e, desse modo, não pode ser compreendida fora das relações sociais em que se constitui. A segunda questão que levantamos (de que o mundo interior é composto pela materialidade *sígnica*) implica em assumir que a psique subjetiva é sempre afetada pelo meio social, histórico e cultural das relações humanas. O que não quer dizer que todo o mundo interior sofra igualmente essa refração ideológica externa, pois, como propõe Volóchinov (2019 [1930a], p. 259), “é possível falar que todo o campo da vida interior ou todo o mundo de nossas vivências movimenta-se em algum lugar entre o estado fisiológico do organismo e a expressão exterior acabada”.

Ou seja, há vivências que se aproximam mais do estado fisiológico e são menos afetadas pela ideologia, são sentidas pelo pulsar do coração, pela respiração, mas não ganham uma materialidade *sígnica*. Há outras experiências que são inteiramente acompanhadas pelo discurso interior, que podemos inclusive comunicar ao outro.

Quanto mais esse mundo de vivências aproxima-se do seu limite inferior, tanto mais vaga e obscura será a vivência, bem como a sua tomada de consciência e percepção. No entanto, quanto mais próximo o mundo das vivências for do seu limite superior, a expressão acabada, tanto mais complexa e ao mesmo tempo clara, rica e completa será a situação social expressa por esse mundo. (VOLÓCHINOV, 2019 [1930a], p. 259).

Ainda assim, o limite fisiológico nunca poderá ser atingido completamente, pois “efetivamente, não existe o indivíduo biológico abstrato, aquele indivíduo biológico que se tornou o alfa e o ômega da ideologia atual. Não existe o homem fora da sociedade, consequentemente, fora das condições socioeconômicas objetivas” (VOLÓCHINOV, 2014 [1927], p. 11). Portanto, mesmo a mais vaga das experiências é vivenciada por um indivíduo social – o sujeito dialógico – e como parte desse sujeito, a vivência é sempre ideológica. Além disso, para que chegue à consciência e se torne uma expressão é necessário que a vivência seja acompanhada pelo discurso interior que dá sentido ao vivido, que refrata a realidade experienciada – “Não existe e não pode existir uma consciência que não esteja encarnada no material ideológico da palavra interior, do gesto, do signo ou do símbolo” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930a], p. 259).

Ainda falaremos mais sobre a formação do discurso interior no decorrer desta seção, mas aqui cabe destacar que por pertencer à psique do sujeito e ao mesmo tempo fazer a relação do indivíduo com a sociedade por meio do material sógnico, o discurso interior é essencial para a compreensão do mundo e dos outros. Como define Volóchinov (2019 [1930a], p. 259, grifos do autor), “o discurso interior é aquela esfera, aquele campo, no qual o organismo passa do meio físico para o meio social. Aqui ocorre uma sociologização de todas as manifestações e reações orgânicas”.

Podemos acrescentar que, com os avanços dos exames de imagem e escaneamento cerebral, hoje compreendemos melhor o funcionamento do cérebro e como a linguagem formata a

organização neuronal e o próprio pensamento (DAHAENE, 2012). Esse conhecimento recente corrobora a compreensão de Volóchinov da psique como uma dimensão do corpo fisiológico e do papel da linguagem na composição e organização do pensamento humano, pois nos permite constatar, para além do campo das proposições teóricas, que nossa rede neuronal responde fisicamente aos estímulos externos e ao processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem, estabelecendo novas ligações, expandindo os campos de conexão. Consequentemente, o contato do sujeito com o meio social não afeta uma parte do homem, mas se torna parte constitutiva dele, da sua própria realidade física.

O indivíduo humano só se torna historicamente real e culturalmente produtivo como parte do todo social, na classe e através da classe. Para entrar na história é pouco nascer fisicamente: assim nasce o animal, mas ele não entra para a história. É necessário algo como um segundo nascimento, o nascimento social. O homem não nasce como um organismo biológico abstrato, mas como fazendeiro ou camponês, burguês ou proletário: isto é o principal. Ele nasce como russo ou francês e, por último, nasce em 1800 ou 1900. Só essa localização social e histórica do homem o torna real e lhe determina o conteúdo da criação da vida e da cultura. (VOLÓCHINOV, 2014[1927], p. 11, grifos do autor).

Como vemos, o social para o Círculo é muito mais complexo que a separação entre individual e coletivo e leva em consideração, inclusive, a formação da consciência humana. Como bem aponta Faraco (2009, p. 136), o que enriquece a perspectiva do Círculo é não nos permitir pensar o sujeito por categorias dicotômicas, “[...] mas por uma intrincada dinâmica em que todo o falante, sendo uma realidade sociosemiótica, é ao mesmo tempo único, singular, e social de ponta a ponta”, de tal modo que não basta inserir “na conta” do indivíduo tudo que é expressivo e subjetivo ignorando o componente socioideológico presente em qualquer manifestação humana, por mais individual que essa seja. Tampouco cabe concluir que não há subjetividade, como se tudo estaria

socialmente determinado e que a ideologia dominante é quem comanda as ações do indivíduo. *Todo ato humano é social em sua orientação e individual em sua responsabilidade.*

Encontramos em diversos textos do Círculo explicações sobre o social, mas é particularmente revelador um comentário entre parênteses em “O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, quando Bakhtin (2016 [1959/1961], p. 87) postula: “O objeto real é o homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios”. Ou seja, o social deve ser entendido como o espaço em que os sujeitos entram em interação por meio de signos compartilhados. Esses signos não carregam em si apenas o conteúdo semântico daquilo que se quer comunicar; eles são atravessados por sentidos axiológicos que refletem e refratam a realidade que integram, valores que são acionados a cada ato do sujeito. Ao interagir com o outro, portanto, o sujeito compartilha e assimila não só o sistema semiótico enquanto estrutura, mas compartilha e assimila toda a complexa rede de valores que compõem o heterodiscurso dialogizado. Tal convivência social constitui o sujeito do exterior para o interior desde o seu nascimento, torna-se o meio no qual ele forma a sua consciência e a altera a cada nova interação ao longo de toda a sua vida, posto que a assimilação de valores, de pontos de vista, de experiências com o outro alteram a minha percepção não só dos outros, mas também de mim mesmo e se torna força motriz do heterodiscurso dialogizado tanto interior quanto exterior.

Essa formação do sujeito e da sua consciência a partir do exterior se baseia na proposição do Círculo de que a consciência individual é formada por um discurso interior tão concreto, semiótico e estratificado quanto o discurso exterior. E, mais que isso, o discurso interior é condição *sine qua non* para a existência, desenvolvimento e mudança do discurso exterior. Este último surge da interação entre sujeitos organizados que precisam comunicar-se para realizar as atividades afeitas ao trabalho, à religião, ao convívio de modo geral. Assim nascem os signos, para representar uma realidade que lhes é externa, para representar as

coisase as sensações do mundo. Embora o gesto e o símbolo tenham cumprido essa função por um longo tempo, é a palavra que permite o aprimoramento da comunicação e ampliação dos contextos sociais de interação humana. Desse modo, pode-se dizer que o signo não só “[...] contribuiu para a organização do trabalho, mas também possibilitou a organização do pensamento social, da consciência social” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930a], p. 249). Nesse processo, a consciência humana também se desenvolveu, pois “a psique humana teve de realizar um trabalho mental que, embora fosse elementar, era difícilimo para a época” (p. 249), o trabalho de compreensão interior do signo exterior. Porque para que o signo produza sentido ele precisa designar uma realidade que lhe é externa e ter essa designação reconhecida por um grupo e, além disso, ser compreendido pelo indivíduo e produzir resposta. Ou seja, o sujeito precisa traduzir para seu discurso interior a compreensão do signo e da realidade que ele reflete e refrata para produzir uma resposta ativa que a situação de interação exige.

[...] o homem deve compreender esse movimento como dotado de certa significação, ou seja, compreendê-lo como um signo que expressa algo. Entretanto, isso ainda é pouco. O signo expresso pela mão não deve ser um signo ocasional e passageiro. Apenas ao se tornar um signo estável ele pode entrar no horizonte de um grupo social, ser necessário a ele e se transformar em um valor social. [...] No entanto, tudo o que foi dito por nós é apenas um lado do processo de comunicação discursiva entre as pessoas, processo esse que não poderia ser realizado se o signo gestual (e posteriormente também verbal) permanecesse apenas um signo *exterior*. Ele deve se tornar um signo de utilização *interior*, tornar-se um discurso interior, e somente então será criada a segunda (além do movimento de sinalizar) condição necessária para a comunicação discursiva: a *compreensão* do signo e a *resposta* a ele. (VOLÓCHINOV, 2019[1930a], p. 249-250, grifos do autor).

Nesse processo de compreensão do signo e de elaboração de uma resposta ativa é que o signo se interioriza e constitui a

consciência e seu discurso interior. O discurso interior é formado, portanto, pelo mesmo material sgnico que o discurso exterior, preenchido com os mesmos valores sociais compartilhados por determinado grupo, em determinada esfera, em determinada época. Embora, como reforça Volóchinov (2018 [1929], p. 128), exista entre o conteúdo ideológico que se discursiviza no discurso interior e aquele que se realiza no discurso exterior estágios distintos de fixação ideológica:

[...] no estágio de desenvolvimento interior, um ideograma não encarnado em um material ideológico exterior é um ideograma vago; só no processo de encarnação ideológica ele é capaz de se tornar claro, se diferenciar e se ficar.[...] Uma ideia que ainda existe apenas no contexto da minha consciência e que não está enraizada no contexto da ciência, como um sistema ideológico uno, é um pensamento ainda impreciso e inacabado. No entanto, já no contexto da minha consciência, essa ideia é realizada a partir da orientação para um sistema ideológico e é gerada pelos signos ideológicos absorvidos por mim anteriormente.

E assim como o fluxo da comunicação social externa é composto pelos enunciados ligados entre si como elos infinitos, o discurso interior funciona como “[...] um *fluxo depalavras*, às vezes unidas em determinadas frases, porém quase sempre correndo em uma alternância ininterrupta de fragmentos de pensamentos, de expressões habituais, de impressões conjuntas gerais de objetos ou fenômenos da vida.” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930a], p. 253, grifos do autor) que formam “uma ciranda multicolor” (p. 253) de discursos que se aproximam da superfície, isto é, da realização exterior, e de discursos que se perdem nas profundezas de uma consciência complexa. A consciência do sujeito se constitui a partir da assimilação dos diversos discursos que povoam o mundo exterior e passam a povoar o interior – “Essa cadeia ideológica se estende entre as consciências individuais, unindo-as, pois o signo surge apenas no processo de interação *entre* consciências individuais” (VOLÓCHINOV, 2018 [1929] p. 95).

Inicialmente, nesse processo, não há discurso meu e discurso do outro, “[...] minha palavra é gradual e lentamente elaborada a partir de palavras reconhecidas e assimiladas dos outros, quase não há no início nenhuma fronteira entre elas” (BAKHTIN, 2015 [1934/1935], p. 140). Com o amadurecimento do sujeito e a elaboração cada vez mais constante de seu próprio discurso, esses discursos alheios assimilados na relação com o acontecimento e a valoração em que foram produzidos passam a ser reelaborados e reacentuados internamente, nos contatos entre os enunciados e suas vivências.

Eis porque a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de *assimilação* – mais ou menos criador – das palavras *do outro* (e não das palavras da língua). [...] Essas palavras dos outros trazem consigo a expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos. (BAKHTIN, 2016 [1951/1953], p. 54, grifos do autor).

No processo de assimilação ideológica dos discursos exteriores, nossa consciência passa a diferenciar os discursos autoritários, os discursos persuasivos e uma gama de discursos que nos são indiferentes, colocando em constante tensão os dois primeiros e formando nossa consciência ideológica singular (BAKHTIN, 2015 [1934/1935]).

O discurso autoritário é aquele que seguimos por sua força de imposição, integra nossa consciência como ordem. É a palavra dos pais, da igreja, do mestre. Por seu peso, é um discurso pouco maleável cuja assimilação se dá propriamente como palavra do outro que não pode ser alterada; como que carrega a voz daquele que o proferiu. O discurso interiormente persuasivo, inicialmente, também integra nossa consciência como palavra alheia; no entanto, sua força de convencimento faz com que aos poucos ela se transforme em palavra alheia-minha e, então, em palavra minha. É um discurso que não tem o peso da autoridade, mas a maleabilidade

da palavra que encontra um elemento coincidente nas projeções ideológico-valorativas na consciência do ouvinte. Para Bakhtin, é a palavra internamente persuasiva que desperta a consciência subjetiva e criativa:

À diferença do discurso exteriormente autoritário, o discurso interiormente persuasivo, no processo de sua assimilação afirmativa, se entrelaça de modo estreito à 'sua palavra'. No uso da minha consciência, o discurso interiormente persuasivo é metade meu, metade do outro. **Sua eficiência criadora consiste exatamente em que ele desperta o pensamento independente e uma nova palavra independente**, em que ele organiza de dentro massas de nossas palavras e não fica em estado isolado e imóvel. (BAKHTIN, 2015 [1934/1935], p. 140, grifos nossos).

Em resumo, *a consciência humana é discursiva e se constitui a partir da relação com o outro e os seus discursos*. Esse outro, por sua vez, também é constituído pela alteridade e com cada outro forma uma comunidade discursiva (próxima ou distante) (DAHLET, 2005). Assim, discurso interior e discurso exterior se alimentam mutuamente colocando em movimento a infinita cadeia discursiva e a infinita possibilidade de sentidos.

Esse processo não autoriza, no entanto, que a consciência individual seja entendida como a soma dos discursos alheios, posto que o sujeito assimila e organiza esses discursos da sua própria posição, ou seja, na condição de não ser o outro. Cada consciência é singular pois, como já vimos, também o pensamento é ato. Nesse sentido, a consciência, embora se forme a partir dos discursos alheios, só existe como minha consciência para mim mesmo, isto é, não há outro indivíduo que assimile os mesmos discursos, do mesmo modo, com as mesmas relações eu-para-mim, eu-para-o-outro e o outro-para-mim. Do que se conclui que essa constituição social não torna o sujeito determinado ou passivo, pois, embora ele se constitua a partir do exterior para o interior, é do interior da sua consciência que ele assimila as interações e as organiza transformando as palavras alheias em palavras alheias-minhas e

em palavras minhas que integram o discurso interior. Ao povoar a consciência, a palavra alheia para tornar-se palavra minha precisa ser ativamente compreendida, processada e conectar-se às outras palavras do meu discurso interior; “[...] o processo de formação ideológica do homem é um processo de assimilação seletiva das palavras dos outros” (BAKHTIN, 2015 [1934/1935], p. 135). Posteriormente, essas palavras ganham a forma do discurso exterior e passam a produzir sentidos no/sobre o mundo, e então outras palavras são assimiladas e retornam ao discurso interior... Nas palavras de Volóchinov (2018 [1929], p. 140):

Essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre o interior e o exterior, se realiza sempre reiteradamente na palavra, em cada enunciado, por mais insignificante que seja. Em cada ato discursivo, a vivência subjetiva é eliminada no fato objetivo da palavra-enunciado dita; já a palavra dita, por suavidade, é subjetivada no ato de compreensão responsiva, para gerar mais cedo ou mais tarde uma réplica responsiva.

Por essa razão, embora os enunciados que nos chegam do exterior constituam a nossa consciência, eles não o fazem passivamente, formando um estoque de enunciados alheios que serão utilizados tal qual foram proferidos por seus falantes conforme a necessidade das interações futuras. Eles o fazem como material que alimenta a consciência com seus signos ideológicos e sua lógica de funcionamento. Mesmo porque, se os enunciados que assimilamos funcionassem como um estoque de discursos prontos, os sentidos e a valoração social permaneceriam sempre os mesmos e os sujeitos seriam todos outros de si mesmos, todos finalizados, determinados, prisioneiros num sistema de enunciações prontas e repetíveis. Para o Círculo, assim como cada enunciado é uma nova produção de sentido, o outro nunca é outro de mim, mas é exatamente um outro que não sou eu, que embora exterior a mim é necessário para a constituição da minha consciência não-finalizável e não-sistêmica. Segundo Dahlet (2005, p. 83):

[...] o sujeito se constrói não só pela determinação do outro, mas pelo esforço para se diferenciar das formas desse outro que o reformula completamente. Portanto, é só retomando intensamente sua presença através das marcas de ruptura com o nós consensual que o antecede que o eu torna possível o que dele se perceberá.

Em outros termos, a constituição do indivíduo biológico em sujeito social se dá de forma alteritária, o que implica uma relação com um outro concreto. Não se trata de uma relação exterior com o outro, de um contato utilitário do ser que precisa viver em sociedade. A consciência se forma na relação alteritária da responsabilidade, que implica um contato não indiferente com o outro. Não passamos pelo mundo fazendo contatos aleatórios, assimilando discursos ditos por quaisquer pessoas: nossa interação social se inicia no seio familiar, amplia-se no convívio com os amigos, com os professores, inclui as relações de trabalho, de lazer, de religião. Em todos esses espaços, cada pessoa importa como sujeito único e singular e sua posição em relação a mim: minha mãe, meu amigo, meu patrão, meu guru. Por isso, nossas relações, no conjunto de obras do Círculo, são compreendidas não só como emotivas, mas como emotivo-volitivas, isto é, preenchidas de valor e de intencionalidade. Nas anotações de Bakhtin (2017 [1950], p. 114), encontramos essa ideia na seguinte passagem: “O diálogo envolve <?> enunciados de ao menos dois sujeitos, mas sujeitos interligados por relações dialógicas, que conhecem um ao outro, respondem um ao outro, e essa ligação (relação de um com o outro) se reflete em cada réplica do diálogo, determina essa réplica”.

Ou seja, o enunciado que produzo, mesmo interiormente, é sempre uma réplica a enunciados outros, e a resposta é sempre direcionada a um outro com quem estou interligado pela situação de interação. Esse outro importa para mim na sua personalidade e singularidade. Por ser singular, é diferente de mim, é aquilo que eu não sou, ocupa em relação a mim uma posição exotópica. Essa posição implica sempre uma tensão entre espaço e tempo baseada principalmente no espaço. De forma que o outro nunca pode

ocupar o espaço que eu ocupo, logo, nunca pode ver aquilo que eu vejo. E essa tensão é fundamental para a formação da autoconsciência do sujeito pois o outro e sua visão exotópica de mim estão sempre me proporcionando uma imagem minha que me é inacessível do meu interior, a imagem acabada de mim. Ao relacionar-se comigo, o outro constrói a sua versão de mim com base na totalidade exterior que ele vê, mas que me é inacessível. Ao considerar essa imagem, ao buscar compreender quem sou eu para o outro, minha consciência sobre mim se amplia e já não coincide mais com aquela imagem que o outro realizou de mim.

Esses elementos, que podem nos concluir na consciência do outro, ao serem presumidos na nossa própria consciência perdem a sua força concludente e apenas ampliam essa consciência no rumo próprio dela; mesmo que tivéssemos conseguido abranger o todo da nossa consciência concluído no outro, esse todo não poderia nos dominar e nos concluir de fato para nós mesmos, nossa consciência o levaria em conta e o superaria como um dos momentos da sua unidade preestabelecida e essencialmente vindoura: a última palavra caberia à nossa própria consciência [...]. (BAKHTIN, 2003[1924/1927], p. 14).

Nesse sentido, a consciência do sujeito é sempre um devir que vive da sua relação como o outro, o que torna o sujeito um ser inacabado e não-coincidente consigo mesmo. Mesmo a tomada de consciência do eu-para-mim precisa necessariamente do outro que, desde o meu nascimento me cerca física e ideologicamente – “O reflexo de mim mesmo no outro empírico, através do qual preciso passar para sair na direção do *eu-para-mim* (poderia esse *eu-para-mim* ser só?)” (BAKHTIN, 2017 [1970/1971], p. 29, grifos do autor). É do outro que recebo meu nome, as primeiras impressões de mim e do mundo, as dimensões do meu corpo físico. Então, assim como o discurso é dialógico por estabelecer relações constitutivas de avaliação e valoração com os já-ditos e pré-figurados dos seus interlocutores, o sujeito também é dialógico, pois se constitui a partir de “[...] dois centros de valor que embora diferentes estão correlacionados um com o outro: o eu e o outro” (FREITAS, 2013,

p. 188); o eu como centro de valor a partir do qual ajo em resposta e em direção ao outro. Ou, nas palavras de Bakhtin (2017 [1930/1940] p. 60), “[...] o ser da expressão é bilateral: só se realiza na interação de duas consciências (a do eu e a do outro) [...]”.

Como vemos, *a consciência é uma complexa arena discursiva de enunciados alheios assimilados e organizados pelo discurso interior* e nem todas essas relações são claras e óbvias. Conforme Morson e Emerson (2008), a consciência bakhtiniana é tão heteroglóssica e dialogizada quanto o discurso exterior. E essa concepção implica um sujeito complexo que não deve ser entendido como a junção dos contatos e das valorações que os outros fazem dele, assim como sua consciência não é a junção dos discursos exteriores no interior da psique. A compreensão do sujeito no conjunto das obras do Círculo está embasada na concepção de linguagem como fenômeno concreto da interação social. Esse fenômeno permite a ligação entre o individual e o social numa relação orgânica do indivíduo com seu meio, construída no contato refratado do sujeito com o mundo. Como bem resume Dahlet (2005, p. 63, grifos nossos), “nesse enfoque, o dizer do sujeito falante não se limita a uma soma de alterações socialmente definidas e **o próprio sujeito deve ser visto como qualitativamente distinto da soma de suas partes**”.

Esse sujeito social, livre, responsável, consciente, inacabado, não-sistêmico é em razão disso (ou a causa disso)⁷ um sujeito que enuncia. Isto é, o sujeito bakhtiniano pensa e age, vive e se relaciona por meio da interação discursiva. Se o discurso é, para o Círculo, sempre uma reação-resposta ativa ao discurso alheio que implica relações ideológicas e valorativas presentes no signo; é o sujeito ao enunciar que atualiza essas relações. Desse modo, embora o Círculo não tenha proposto uma teoria do sujeito (TEIXEIRA, 2006), no centro de sua teoria da linguagem está o sujeito como posição que

⁷ Não somos capazes de afirmar se o sujeito é possuidor dessas características em função do discurso ou se o discurso é como é em função do sujeito. Não se trata de uma questão filosófica nem biológica de quem veio primeiro, o discurso ou a consciência. No entanto, é incontestável que nesse ponto da evolução humana, discurso e sujeito são interconstitutivos.

organiza e que atualiza no espaço os sentidos que se estendem no tempo, seja como sujeito locutor, seja como interlocutor.

Nos “Fragmentos dos anos 1970-1971”, Bakhtin (2017 [1970/1971]) explica como a autoconsciência do homem acarreta a mudança daquele que se conscientiza de si fazendo uma retomada da própria consciência como presença no mundo e seu impacto na existência. A consciência humana ao integrar o mundo existente alterou profundamente este mundo, pois as coisas deixaram de simplesmente existir, e passaram a existir em relação a essa consciência que observa e valora, ou, nas palavras do autor, que testemunha e julga. Retomando os três momentos da arquetônica do ato responsável, as coisas passam a existir em si, para si e para o outro, “[...] porque se refletiu na consciência do outro (da testemunha e do juiz): com isso ele mudou radicalmente, enriqueceu e transformou-se” (BAKHTIN, 2017 [1970/1971], p.28). Mas essa reflexão na consciência do outro não é mera dublagem de si mesmo, mas “[...] algo absolutamente novo, surgiu o *supra-ser*. Nesse *supra-ser* já não existe nenhuma faceta do ser, mas o ser existe nele e para ele” (p. 29, grifos do autor).

Podemos concluir que, assim como todo material sógnico não só reflete mas também refrata a realidade que integra construindo uma realidade semiótica, também é assim a existência do sujeito no mundo. Uma vez que a consciência do sujeito é semiótica, todo o mundo com o qual ele se relaciona passa a ser refratado e, nesse sentido, não duplica uma imagem do mundo físico, mas constrói um novo mundo, um mundo valorado, semiotizado, ideológico – o *supra-mundo*. Do mesmo modo, o sujeito ao tomar consciência de si e do outro, constrói um “*supra-eu*”, um “*supra-homem*” (BAKHTIN, 2017 [1970/1971], p. 29), que também não se trata da minha realidade física e material, mas de uma construção de sentido. Toda apreensão do sujeito pelo discurso é sempre uma visão desse sujeito, uma relação valorativa do falante em relação a si e em relação aos outros.

E, além disso, o sujeito refratado no discurso será sempre uma apreensão temporária e não coincidente com o sujeito real, porque

toda refração altera o objeto que refrata, pois altera o seu sentido, o seu valor na existência. Todas essas supra-construções alteram não a matéria das coisas, mas o seu sentido na/para existência, pois é uma mudança que “[...] se traduz na *palavra*. A verdade, o veraz, não são inerentes ao próprio ser, mas apenas ao ser conhecido e proclamado” (BAKHTIN, 2017 [1970/1971], p. 29, grifo do autor). E, no que tange a autoconsciência do sujeito, acontece uma dupla refração, pois o sujeito só conhece a si mesmo pelos olhos alheios e se volta para si mesmo a partir do olhar do outro. No entanto, ao refletir sobre si a partir do outro, constrói sua própria autoimagem (eu-para-o-outro) que, no processo de reflexão sobre si (eu-para-mim), já não se trata mais do mesmo ser que o outro valorou, sua consciência já está alterada.

[...] em suma, espreitamos tensa e permanentemente, captamos os reflexos da nossa vida no plano da consciência dos outros, [...] consideramos o coeficiente de valor inteiramente específico com que nossa vida se apresenta para o outro e inteiramente distinto daquele coeficiente com que vivenciamos em nós mesmos. Mas todos esses elementos, reconhecíveis e presumíveis através do outro, tornam-se plenamente imanentes na nossa consciência, parecem traduzir-se para a sua linguagem, nela não atingem consistência e autonomia, não rompem a unidade da nossa vida orientada para um acontecimento vindouro, que não se acalma dentro de si e nunca coincide com a sua existência dada e presente [...]. (BAKHTIN, 2003 [1924/1927], p. 14).

Se bem que, no limite, toda a apreensão da realidade é uma refração da refração, pois todo o sentido do mundo, dos seres e das coisas nos chegam do exterior a partir do discurso alheio. Nossa consciência é, portanto, uma compreensão ativo-valorativa de outras compreensões ativo-valorativas:

O texto como reflexo subjetivo do mundo objetivo, o texto como expressão da consciência que reflete algo. Quando o texto se torna objeto do nosso conhecimento podemos falar de reflexo do reflexo. A interpretação de um texto sempre é um correto reflexo do reflexo.

Um reflexo através do outro no sentido do objeto refletido. (BAKHTIN, 2016 [1959/1961], p. 86).

A despeito de sua constituição discursiva, esse sujeito que age, o sujeito concreto e vivo não pode ser completamente apreendido pelo discurso – seja o seu próprio, seja o do outro. Porque o discurso é o meio apropriado para exprimir as vivências, mas, ainda assim, não é capaz de abarcá-las por completo. É nesse sentido que Bakhtin (2017 [1920/1924], p. 84) entende que “a expressão do ato a partir do interior e a expressão do existir-evento único no qual se dá o ato exigem a inteira plenitude da palavra [...]”, mas que, ainda assim,

Não é necessário, obviamente, supervalorizar o poder da linguagem: o existir-evento irrepitível e singular e o ato de que participa são, fundamentalmente, exprimíveis, mas de fato se trata de uma tarefa muito difícil, e **uma plena adequação está fora do alcance, mesmo que ela permaneça sempre como um fim.** (BAKHTIN, 2017 [1920/1924], p. 84, grifos nossos).

O que se quer evidenciar com isso, é que por mais maleável que seja a palavra para traduzir as experiências humanas, os valores sociais, as relações dialógicas, ainda assim a experiência no mundo da vida não pode ser substituída pela sua descrição. Do mesmo modo, o sujeito concreto e vivo, o eu-para-mim é o ser que age e experiencia o ato e, portanto, é sempre outro; é por sua natureza criadora, inacabado:

Não posso viver do meu próprio acabamento e do acabamento do acontecimento, nem agir; para viver preciso ser inacabado, aberto para mim –ao menos em todos os momentos essenciais –, preciso ainda me antepor axiologicamente a mim mesmo, não coincidir com a minha existência presente. (BAKHTIN, 2003 [1924/1927], p. 11).

No entanto, ainda que o sujeito concreto e real não possa ser apreendido pelo discurso como tal, posto que sua arquitetônica compreende a instância do eu-para-mim que é intraduzível em

discurso e só se realiza no ato do sujeito no momento mesmo em que o ato se realiza, sendo, nesse sentido, sempre atividade, nunca produto; não há “[...] possibilidade de conhecer o sujeito fora do discurso que ele produz, já que só pode ser apreendido como uma propriedade das vozes que ele enuncia” (DAHLET, 2005, p. 58). Ou seja, o sujeito só pode ser apreendido como a posição axiológica externamente enunciada. Essa apreensão se dá apenas como supra-homem, ou seja, como imagem refrata de si ou do outro – nas instâncias do eu- para-o-outro e do outro-para-mim. A essas imagens refratadas, chamaremos aqui de *imagens discursivizadas de sujeito*.

As *imagens discursivizadas de sujeito* não devem ser entendidas como generalizações abstratas dos sujeitos em geral tampouco como expressões materializadas da psique do indivíduo, mas como categoria não-indiferente. Desse modo, ainda que o sujeito concreto e vivo transcenda as finalizações de um discurso por nunca coincidir com sua imagem refratada, a única forma de se conhecer e estudar o sujeito em sua integridade, considerado enquanto ser dialógico, social, histórico, é pelos seus enunciados como seus atos singulares assinados.

O texto é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas. [...] O objeto real é o homem social (inseridona sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios. Pode-se encontrar para ele e para a sua vida (o seu trabalho, a sua luta, etc.) algum outro enfoque além daquele que passa pelos textos de signos criados ou a serem criados por ele? Pode-se observá-lo e estudá-lo como fenômeno da natureza, como coisa? A ação física do homem deve ser interpretada como atitude mas não se pode interpretar a atitude fora da sua eventual (criada por nós) expressão semiótica (motivos, objetivos, estímulos, graus de assimilação, etc.). [...] Quando estudamos o homem, procuramos e encontramos signos em toda parte e nos empenhamos em interpretar o seu significado. (BAKHTIN, 2016 [1959/1961], p. 87).

Ou seja, o objeto real das Ciências Humanas é o sujeito dialógico, mas o objeto de investigação científica é o discurso desse

sujeito, do qual os enunciados formam o *corpus* a ser estudado. As Ciências Humanas têm com o sujeito uma relação de interação, isto é, o conhecimento produzido acerca do sujeito deve ser sempre dialógico, fruto “[d]o encontro de duas consciências no processo de interpretação e estudo do enunciado” (BAKHTIN, 2017 [1970/1971], p. 27).

Como consequência dessa perspectiva, o pesquisador ao interagir com os discursos dos sujeitos e compreendendo que toda interação pressupõe relações de já-ditos e pré-figurados buscará no discurso não o próprio sujeito concreto e vivo, mas a compreensão mediada pelo signo de quem seja esse sujeito: a *imagem discursivizada do sujeito*.

Considerações finais

Ao delinear o conceito de sujeito dialógico na teoria do Círculo, buscamos evidenciar como ele está constitutivamente interligado ao conceito de discurso: o indivíduo se constitui como sujeito dialógico pelo discurso (exterior e interior); o discurso, por sua vez, se materializa nos enunciados do sujeito singular em interação. Concluímos, portanto, que o Círculo teoriza sobre um sujeito concreto e os seus discursos enquanto atos, construindo uma concepção de realidade semiotizada que o sujeito habita e pela qual é habitado.

Do ponto de vista da vivência, o sujeito é irrecuperável não só para o outro, mas para ele próprio. O sujeito concreto e real que age é um Ser-evento, isto é, nunca está pronto, está sempre por realizar-se em um novo evento, permanecendo, assim, em um constante vir a ser. O que o analista do discurso recupera, de certo modo, é a objetivação desse sujeito no enunciado já realizado. Chamamos de objetivação porque, ali no enunciado já realizado, encontramos uma posição valorativa de um sujeito empírico que já não está mais concretamente presente, o sujeito que realizou o ato seguiu seu caminho como Ser-evento realizando novos atos no mundo. Os sentidos daquele enunciado continuam por reverberar e produzir

novos sentidos no contato com seus interlocutores, no entanto, o sujeito empírico já não está presente, ele realizou o enunciado e desligou-se dele empiricamente e embora suas marcas estejam presentes no enunciado, sua imagem é já uma imagem parcial, posterior ao ato e, portanto, não coincidente consigo mesmo.

Ainda assim, por óbvio que seja a esta altura dizer, o ato responsável, ao ser analisado pela perspectiva dialógica dos discursos, deve ser compreendido como pertencente a um sujeito singular e dinâmico que enuncia sempre na expectativa da resposta de um outro. Ou seja, o enunciado deve ser sempre percebido na dinâmica do ato e de seus atores (enunciador e interlocutor). Para conhecer esses sujeitos discursivos é que propusemos o conceito de *imagem discursivizada desujeito*, posto que o sujeito concreto só se dá a conhecer por meio de seu discurso que, no entanto, nunca contém mais que imagens suas refratadas. Desse modo, o termo cunhado não recupera (nem se propõe a isso) a instância arquitetônica do eu-para-mim, mas procura compreender o eu-para-o-outro e o outro-para-mim presentes em cada enunciado, reconhecendo a não-finalizabilidade, a singularidade, a constituição na/pela alteridade que envolve o sujeito concreto.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Arte e responsabilidade. In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1919], p. XXXIII-XXXIV.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Diálogo I. A questão do discurso dialógico. In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Trad., org., posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017 [1950], p. 113-124.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Fragmentos dos anos 1970-1971. In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Notas sobre literatura,**

cultura e ciências humanas. Trad., org., posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017 [1970/1971], p. 21-56.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. O autor e a personagem na atividade estética. *In:* BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1924/1927], p. 3-192.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **O homem ao espelho. Apontamentos dos anos 1940.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2019 [1940/1945].

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. *In:* BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Os gêneros do discurso.** Org., trad., posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 [1959-1961], p. 71-110.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Os gêneros do discurso. *In:* BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Os gêneros do discurso.** Org., trad., posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 [1951/1953], p. 11-70.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Para uma filosofia do ato responsável.** Trad. de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017 [1920/1924].

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Por uma metodologia das ciências humanas. *In:* BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas.** Trad., org., posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017 [1930/1940], p. 57-80.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Teoria do romance I:** a estilística. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015 [1934/1935].

BEZERRA, Paulo. Bakhtin: remate final. *In:* BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 81-97.

BEZERRA, Paulo. Posfácio. *In:* BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II:** as formas do tempo e do cronotopo. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018, p. 249-265.

DAHAENE, Stalinas. **Os neurônios da leitura:** como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Trad. Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012.

DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. *In:* BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O duplo.** 2. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo:** as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Identidade e alteridade em Bakhtin. *In:* PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (org.). **Círculo de Bakhtin:** pensamento interacional. Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 183-199.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 13. ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2018 [1962].

MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin:** criação de uma prosaística. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

RENFREW, Alastair. **Mikhail Bakhtin.** Tradução de Marcos Marcionillo. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2017.

STONE, Jonathan. Polyphony and the Atomic Age: Bakhtin's Assimilation of an Einsteinian

TEIXEIRA, Marlene. O outro no um: reflexões em torno da concepção bakhtiniana de sujeito. *In:* FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin.** Petrópolis: Vozes, 2006, p. 227-234.

Universe. **PMLA** 123, 2, 2008, p. 405-421.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. Do outro lado do social: sobre o freudismo. *In:* VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **A palavra na vida e a palavra na poesia:** ensaios, artigos, resenhas e poemas. Org., trad., ensaio introdutório e notas: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019 [1925], p. 59-108.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. Estilística do discurso literário I: O que é a linguagem/língua? *In*: VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Org., trad., ensaio introdutório e notas: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019 [1930a], p. 234-265.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. Estilística do discurso literário II: A construção do enunciado. *In*: VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Org., trad., ensaio introdutório e notas: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019 [1930b], p. 266-305.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. Estilística do discurso literário III: A palavra e sua função social. *In*: VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Org., trad., ensaio introdutório e notas: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019 [1930c], p. 306-336.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekatrina Vólkova Américo. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **O freudismo**: um esboço crítico. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1927].

A PERSPETIVA SOCIOCOGNITIVA E CRÍTICA DOS ESTUDOS DISCURSIVOS NA CONTEMPORANEIDADE: SINERGIAS, APLICAÇÕES E DESAFIOS

Augusto Soares da Silva¹

Introdução²

O discurso ou uso conversacional de uma língua é a base da linguagem, na medida em que é na interação verbal que emergem, se sedimentam e se convencionalizam as unidades e as estruturas de uma língua. A primariedade do discurso ou uso da língua não foi reconhecida pelas grandes teorias linguísticas do século passado, em nome do princípio da autonomia da linguagem, da sua redução a um “código social” ou à “gramática interna do falante” e da sua consequente descontextualização. Numa perspetiva da linguagem centrada no uso ou da *linguagem-em-uso* e da língua como *sistema dinâmico complexo*, assumida pelo paradigma linguístico funcionalista (e.g. Bybee 2010) e cognitivista (e.g. Langacker 2008), o discurso, mais como processo do que como produto, é o objeto natural do estudo linguístico; o significado é o fenómeno linguístico fundamental; a variação linguística é intrínseca à gramática, visto que é a consequência imediata e inevitável do uso da língua; e a análise linguística deverá ser maximamente *contextualizada*, dando conta dos diferentes tipos de

¹ Universidade Católica Portuguesa – Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos

² O presente estudo foi apoiado por fundos nacionais portugueses atribuídos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) ao Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos através do programa de financiamento UIDB/00683/2020

contexto, quer o contexto psicológico, quer o contexto sociocultural, quer o contexto situacional.

O discurso é uma atividade social fundamentada em processos cognitivos gerais, que, por sua vez, são ativamente (co)construídos na interação social, donde a relação intrínseca e a complementaridade entre discurso, cognição e sociedade. Como salientava van Dijk (2014a) há cerca de uma década, os novos desenvolvimentos em Análise do Discurso implicam o estudo de três dimensões complementares do discurso: a dimensão discursiva, a dimensão cognitiva e a dimensão social (política, cultural e histórica). Nos últimos anos, a triangulação *discurso-cognição-sociedade* tem sido objeto de investigação sistemática graças especialmente à combinação de modelos teóricos e descritivos da Linguística Cognitiva (Geeraerts & Cuyckens 2007, Dabrowska & Dagmar 2015, Wen & Taylor 2021) e da Análise Crítica do Discurso (Fairclough & Wodak 1997, van Dijk 2001, Wodak 2001), com ganhos mútuos, seja o reforço da chamada *viragem social* da Linguística Cognitiva seja a viragem cognitiva da Análise Crítica do Discurso. O estudo sociocognitivo e crítico da metáfora tem sido um dos principais resultados desta sinergia, mas mais recentemente muitos outros processos cognitivos da linguagem e muitas outras estratégias discursivas têm beneficiado da abordagem sociocognitiva e crítica. Para além da perspectiva da análise crítica, os estudos sociocognitivos do discurso têm-se expandido para outras áreas e interesses, especialmente o estudo da interação verbal e da conversação e o estudo do discurso multimodal.

Procurando mostrar como e por que estudar sociocognitivamente o discurso na contemporaneidade e o que é que o estudo sociocognitivo do discurso pode revelar acerca da linguagem, da cognição e da interação social, começaremos por justificar, na secção seguinte, o triângulo discurso-cognição-sociedade; identificaremos, na secção seguinte, os contributos da Linguística Cognitiva para a Análise (Crítica) do Discurso e os contributos no sentido inverso; apresentaremos seguidamente aplicações descritivas desta sinergia, destacando o potencial

discursivo e ideológico de processos cognitivos de *perspetivação conceptual* e, mais extensamente, mostrando o poder cognitivo, discursivo e ideológico da *metáfora conceptual* no discurso da imprensa portuguesa sobre a crise financeira global e as políticas de austeridade económica implementadas em Portugal e no discurso populista de extrema-direita do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, na rede social Twitter (agora designada rede X); finalmente, deixaremos alguns desafios para o estudo sociocognitivo do discurso.

Discurso, cognição e sociedade

As estruturas e as estratégias discursivas implicam processos cognitivos, representações mentais sobre as situações, os seus participantes e circunstâncias e as perspetivas conceptuais sobre o mundo, e esses processos, representações e perspetivas constroem-se na interação social, naturalmente discursiva. Residem aqui os vínculos fundamentais do triângulo *discurso-cognição-sociedade*. A interdependência entre discurso e sociedade é óbvia e clara: a atividade discursiva é necessariamente intersubjetiva e social e uma comunidade estabelece-se através da língua e/ou de outras formas de comunicação. Como afirmam Fairclough & Wodak (1997: 258), “discourse is socially constitutive as well as socially conditioned”. Já a interdependência entre discurso e cognição, igualmente necessária, pode não ser tão diretamente apreendida.

A relação estreita entre discurso e cognição mostra-se quer na perspetiva do discurso quer na perspetiva da cognição. Por um lado, todas as unidades linguísticas são abstraídas e convencionalizadas como rotinas cognitivas a partir de enunciados, fazendo por isso parte da base conceptual do seu significado *qualquer* aspeto recorrente do contexto interacional e discursivo. Quer isto dizer que a realidade linguística está no discurso e que este facto básico e fundamental foi menosprezado ou secundarizado pelas famosas dicotomias linguísticas do século passado, quer a dicotomia saussureana entre *langue* ou sistema

social, conjunto de convenções, código partilhado pelos membros de uma comunidade e *parole* ou atividade psicológica de cada indivíduo falante, produzindo combinações específicas de elementos disponíveis no código (Saussure 1967: 25-30), quer a dicotomia chomskyana entre *competência* ou conhecimento linguístico individual, gramática interna do falante e *performance* ou uso da língua (Chomsky 1965: cap. 1). Como explica Langacker (2001), evidenciando a natural integração do discurso no seu modelo de Gramática Cognitiva (Langacker 1987, 1991, 2008) – um dos modelos mais inovadores e impactantes da Linguística Cognitiva (Geeraerts & Cuyckens 2007, Dabrowska & Dagmar 2015, Wen & Taylor 2021) –, todas as unidades linguísticas emergem de *eventos de uso*, isto é, de instâncias atuais do uso da língua e, por conseguinte, do discurso. A conceptualização inerente a um enunciado compreende os elementos do ato de comunicação – locutor, interlocutor, os seus papéis psicológicos e sociais e as circunstâncias imediatas do ato de comunicação – e o *espaço mental discursivo* partilhado pelos falantes e incluindo os eventos anteriores e subsequentes e todos os outros elementos que estão na base da comunicação num determinado momento do fluir do discurso. Locutor e interlocutor convergem a sua interação para um foco de atenção através de uma janela de visualização do mundo. As estruturas linguísticas de qualquer nível e tamanho incorporam, pois, *expectativas* discursivas e podem ser tomadas como *instruções* para manipular o espaço mental discursivo (Langacker 2001).

Por outro lado, pensamento e linguagem existem em mentes individuais, mas constroem-se na interação social; a linguagem existe na mente de cada indivíduo, mas pertence à comunidade. Não podemos, pois, separar representação mental e interação discursiva, nem pensamento e (inter)ação, nem, consequentemente, cognição e discurso. Para a compreensão deste condicionamento social e discursivo da mente, bem como para a elucidação do triângulo discurso-sociedade-cognição, precisamos de reinterpretar a cognição humana à luz dos desenvolvimentos das ciências cognitivas.

As ciências cognitivas de segunda geração, a partir dos anos 90, rompem com a conceção interna e autónoma da cognição, defendida pela geração anterior e sustentada no dualismo cartesiano mente-corpo e na ideia (metafórica) de que “a cognição é o cérebro”, sendo assim entendida como um fenómeno individual e as funções mentais como um epifenómeno das componentes físicas do cérebro. Vários autores de diversas ciências cognitivas, como a psicologia cognitiva, a biologia e a filosofia da mente (Varela, Thompson & Rosch 1991), a neurociência cognitiva (Edelman 1992; Damásio 1995, 2000) e a linguística cognitiva (Lakoff & Johnson 1999, Gibbs 2006), convergem na hipótese da *corporização* (“embodiment”) ou mente/cognição *corporizada*, no sentido de que o sistema conceptual está integrado no *corpo* do indivíduo, em todos os seus aspetos, tanto os físicos como os funcionais e os sociais. Mais recentemente, tem sido destacada a *situacionalidade* (“situatedness”) sociocultural da cognição e, assim, a interpretação da cognição como *cognição situada* ou *cognição social*, isto é, mentes individuais e processos cognitivos são configurados por interações sociais e culturais (Augoustinos, Walker & Donaghue 2006; Bernárdez 2008; Frank et al. 2008; Zlatev et al. 2008; Pishwa 2009; Fiske & Macrae 2012). É também neste sentido que Wilson (2005) fala de *mente coletiva*, sugerindo que o nosso cérebro está especialmente preparado para estabelecer conexões com os outros cérebros e que, conseqüentemente, a cognição é tão coletiva como individual, e que Caldas (2010) reúne evidências neurocientíficas sobre o *cérebro social*.

A cognição é *situada*, já que a atividade cognitiva tem sempre lugar num contexto sociocultural; a cognição é *distribuída*, pela repartição do esforço cognitivo entre dois ou mais indivíduos e entre eles e os seus instrumentos cognitivos; a cognição é *sinérgica*, como atividade de colaboração entre indivíduos, não só sincrónica, mas sobretudo sócio-histórica, cujos mecanismos são a imitação e os recentemente descobertos neurónios espelho. A perspetiva da *cognição social* faz, assim, a síntese do individual e do coletivo, do

pensamento e da ação, do neuronal e do cultural, do cognitivo e do social, da mente e da comunidade.

Sinergias entre Linguística Cognitiva e Análise (Crítica) do Discurso

Análise do Discurso, incluindo a Análise Crítica do Discurso, e Linguística Cognitiva convergem em aspetos fundamentais: ambas partilham de uma conceção *funcional* da linguagem, em oposição à conceção *formal* das tradições estruturalista e generativa; ambas se apresentam como modelos de *linguagem-em-uso*; ambas entendem e exploram a língua como um *sistema dinâmico complexo*. Partindo desta convergência, especificamente da ideia fundamental de que a linguagem existe na mente individual mas pertence à comunidade e da necessidade de dar conta da interação complexa entre os aspetos psicológicos e individuais e os aspetos sociais e culturais da linguagem, procuraremos mostrar benefícios mútuos na sinergia entre a Linguística Cognitiva e a Análise (Crítica) do Discurso e, assim, apontar caminhos para a exploração das relações entre discurso, cognição e sociedade.

Esta sinergia está presente em estudos programáticos e visões de conjunto, como os de Chilton (2004), Koller (2004, 2014), Silva (2004, 2009, 2015), Charteris-Black (2005), Dirven, Polzenhagen & Wolf (2007), Hart (2010, 2014, 2015), Nuñez-Perucha (2011), Zima & Brône (2015), Romano & Porto (2016), Schröder (2021). A sinergia discursivo-cognitiva está também presente na investigação de van Dijk (e.g. 1993, 1998, 2008, 2014b), que assume uma perspectiva próxima da Linguística Cognitiva, ainda que com conceitos e termos diferentes.

Da Linguística Cognitiva para a Análise (Crítica) do Discurso

Como modelo orientado para o *significado* entendido como conceptualização, como modelo centrado no *uso* efetivo da língua e como modelo maximamente *recontextualizador* (Geeraerts 2010),

reintroduzindo na agenda dos estudos linguísticos todas as dimensões contextuais, a Linguística Cognitiva (Geeraerts & Cuyckens 2007, Dabrowska & Dagmar 2015 e Wen & Taylor 2021, para uma visão de conjunto) está bem colocada para dialogar com a Análise (Crítica) do Discurso. Citando Chilton (2005), as ciências cognitivas de segunda geração e, em particular, a Linguística Cognitiva oferecem o “elo que falta”, necessariamente *cognitivo*, para explicar a relação entre as práticas sociais e as práticas discursivas. Apresentamos, a seguir, conceitos fundamentais e domínios de investigação em Linguística Cognitiva que podem contribuir para a Análise do Discurso e, particularmente, para a Análise Crítica do Discurso.

A *metáfora conceptual* – um dos temas mais populares em Linguística Cognitiva – conta com uma influente e produtiva Teoria da Metáfora Conceptual (doravante, TMC), elaborada há mais de 40 anos por Lakoff & Johnson (1980) e continuada em muitos trabalhos de Lakoff e seus colaboradores (ver síntese de Kövecses 2010). A metáfora conceptual constitui um esquema ou padrão conceptual sob a forma $X \text{ É } Y$, como por exemplo VIDA É VIAGEM ou POLÍTICA É GUERRA, que se manifesta em diversas metáforas linguísticas (ou de outra natureza semiótica) e envolve um conjunto sistemático de correspondências entre os respectivos domínios conceptuais origem (Y) e alvo (X), quer associações entre elementos dos dois diferentes domínios ou correspondências ontológicas quer inferências ou correspondências epistémicas. O mapeamento é sistemático, parcial, unidirecional e geralmente torna-se automático e inconsciente. Tendemos a conceptualizar domínios mais abstratos e intangíveis por similaridade conceptual com domínios mais concretos e conhecidos e processamos este mapeamento metafórico com base em aspetos básicos e gerais da experiência individual e em aspetos culturais e sociais da experiência coletiva. A teoria padrão da TMC tem sido objeto de importantes desenvolvimentos recentes, incluindo duras críticas ou “guerras de metáforas” (Gibbs 2017), dando corpo ao que Steen (2011) designa como *nova* TMC ou o que outros designam como

TMC alargada (Kövecses 2020). Os principais avanços têm conduzido a uma abordagem da metáfora e da metonímia conceptuais (e da linguagem figurada em geral) mais integrada e mais fundamentada, especificamente em três importantes direções: a abordagem *discursiva* (e.g. Semino 2008, Musolff & Zinken 2009, Gola & Ervas 2016); a abordagem *sociocultural* (e.g. Geeraerts & Grondelaers 1995, Kövecses 2005, Sharifian 2011) e *sócio-histórica* (e.g. Allan 2008, Díaz-Vera 2015); e a abordagem *empírica* baseada em técnicas avançadas de análise de *corpus* ou experimentais (e.g. Deignan 2005, Stefanowitsch & Gries 2006, Glynn & Fischer 2010). Um dos mais estimulantes e produtivos novos rumos da TMC é o estudo *sociocognitivo* e *crítico* da metáfora em diversos géneros discursivos, como político (e.g. Lakoff 2002, 2004; Chilton 2004; Musolff 2004, 2006; Charteris-Black 2005, 2018; Boeynaems et al. 2017), económico (e.g. Koller 2004, Herrera-Soler & White 2012, Silva 2020), religioso (e.g. Feyaerts 2003), publicitário (e.g. Forceville 1996), multimodal (Forceville & Urios-Aparasi 2009, Forceville 2020), entre outros. Destaca-se aqui o papel fundamental da metáfora como estratégia cognitiva e discursiva de persuasão e manipulação ideológica, donde a perfeita articulação entre a TMC e a Análise Crítica do Discurso (ver particularmente Hart 2010).

Integrando também a TMC, a *metonímia conceptual* constitui um esquema ou padrão conceptual sob a forma X ESTÁ POR Y, como CONTINENTE PELO CONTEÚDO, PARTE PELO TODO ou EFEITO PELA CAUSA, ou nas direções inversas, sendo a origem X e o alvo Y dois subdomínios de um mesmo domínio conceptual, associados por uma relação de contiguidade espacial ou categorial (e.g. Panther & Radden 1999, Barcelona 2000, Ruiz de Mendoza & Otal 2002, Panther & Thornburg 2003, Peirsman & Geeraerts 2006, Littlemore 2015, Blanco Carrión, Barcelona & Pannain 2018). O mapeamento metonímico conduz a uma ativação mental de um subdomínio menos saliente – o alvo Y, que se torna a *zona ativada* – por referência a um subdomínio mais saliente – a origem X, que serve de ponto de referência. Por exemplo, determinada emoção, como raiva, é ativada pelo efeito fisiológico que provoca, como rubor na face,

gritos ou gestos violentos. A metonímia desempenha um papel crucial nos atos de fala e nas inferências pragmáticas. Muito do trabalho inferencial é facilitado por projeções metonímicas dentro de um *frame* conceptual e/ou por projeções metafóricas entre diferentes *frames*. Um bom número de padrões de inferência metonímica é ativado pelos falantes na interpretação dos enunciados, em implicaturas e explicaturas conversacionais. Tal como a metáfora conceptual, também a metonímia conceptual desempenha importantes funções ideológicas, podendo servir para (des)culpabilizar, (des)legitimar, salientar ou ocultar facetas positivas ou negativas.

Processo eminentemente imaginativo e criativo, a *integração conceptual* – na base da Teoria da Integração Conceptual (TIC), elaborada por Fauconnier & Turner (2002) como desenvolvimento da Teoria dos Espaços Mentais, de Fauconnier (1985) – é uma operação cognitiva que combina dois ou mais *espaços mentais* (estruturas de conhecimento enciclopédico convocado on-line no discurso e associado às entidades e situações discursivamente referidas) de entrada, que partilham uma estrutura comum representada no chamado *espaço genérico* e se fundem no *espaço integrado* ou *espaço mescla*, o qual herda parte da estrutura dos espaços de entrada e do qual emerge uma estrutura conceptual nova e própria. A integração conceptual pode ser metafórica, como no exemplo abundantemente citado de “O cirurgião é um carnicheiro”, mas pode não o ser, como em “Se Beethoven fosse vivo, utilizaria um sintetizador”, em que a construção contrafactual cria um espaço novo que mescla o espaço musical atual e o espaço histórico de Beethoven como compositor inovador. Comparada com a metáfora, que permite compreender X através de Y, a integração conceptual combina X e Y para obter Z como algo de novo. Brandt & Brandt (2005) acrescentam ao modelo da TIC o *espaço de relevância*, que integra todo o cenário no qual os participantes do ato de comunicação negociam os significados, mostrando a sua importância para uma compreensão mais adequada da natureza contextual e cultural das integrações

conceptuais. São várias as aplicações da TIC na análise do discurso, mostrando a importância da integração conceptual no funcionamento de muitos discursos, não só linguísticos como também multimodais, como publicidade (Lundmark 2005), literatura (Brône & Vandaele 2009), humor (Brône & Feyaerts 2005), argumentação quotidiana (Coulson & Oakley 2006), discurso jurídico (Pascual 2009). Oakley & Hougaard (2008) reúnem vários estudos discursivos analisando os fatores contextuais e situacionais das operações de integração conceptual e construção de significado e mostrando a diversidade de contributos para a pragmática, linguística do texto e estudos do discurso.

O processo de *conceptualização* envolve sempre determinada *perspetiva* do sujeito de conceptualização – melhor, dos sujeitos de conceptualização, isto é, locutor e interlocutor, já que a conceptualização é inevitavelmente intersubjetiva – relativamente ao seu objeto de conceptualização, pelo que a mesma entidade ou situação pode ser conceptualizada de perspetivas intersubjetivas alternativas. Por exemplo, um copo com água a meio do seu volume pode ser conceptualizado como *copo meio cheio*, focalizando a parte com água, ou como *copo meio vazio*, perspetivando a parte sem água. Isto é mentalmente processado através do que em Linguística Cognitiva, especialmente Langacker (1987, 1991, 2008) e Talmy (2000), se designa como operações de *perspetivação conceptual* (“construal”). Estas operações envolvem capacidades cognitivas gerais, são essenciais na construção do significado, já que o significado de uma expressão linguística não se limita ao conteúdo conceptual que designa, mas inclui também o modo particular de como esse conteúdo é perspetivado, desempenham um papel fundamental na gramática e no discurso e têm um enorme potencial ideológico, donde a sua relevância para a Análise Crítica do Discurso. Trataremos destas operações de perspetivação conceptual e do seu potencial ideológico na secção seguinte.

As construções gramaticais são entendidas em Linguística Cognitiva, particularmente em Gramática de Construções (Goldberg 2006) e Gramática Cognitiva (Langacker 2008), como pares de forma

e significado, não composicionalmente deriváveis das suas partes e detendo vários graus de esquematicidade. A perspectiva cognitiva das construções gramaticais explora uma abordagem não reducionista mas maximalista, analisando holisticamente todos os elementos lexicais, sintáticos, prosódicos, pragmáticos e discursivos de uma construção. A análise do significado interacional e das funções das construções, quer de dimensão frásica quer de dimensão interfrásica, incluindo os marcadores discursivos, no discurso é mais um importante contributo que a Linguística Cognitiva tem a oferecer aos estudos do discurso.

As operações cognitivas anteriores são realizadas sobretudo pelo locutor, embora impliquem a necessária coordenação e a desejável cooperação locutor-interlocutor. Ora, existem processos cognitivos primariamente realizados pelo interlocutor, igualmente fundamentais para o sucesso comunicativo. O principal contributo cognitivo do interlocutor é o processo de inferenciação. As inferências que o interlocutor é “convidado” a fazer acerca do significado de um enunciado são as chamadas *implicaturas conversacionais* (Grice 1975). As implicaturas ativadas em atos de comunicação podem convencionalizar-se dando origem a novos significados e formas gramaticais ou a novas construções; é o que ocorre nos frequentes e produtivos processos diacrónicos de *gramaticalização* (Hopper & Traugott 2003) e *construcionalização* (Traugott & Trousdale 2013).

Da Análise (Crítica) do Discurso para a Linguística Cognitiva

A Análise do Discurso e a Análise Crítica do Discurso podem contribuir a dois níveis para a Linguística Cognitiva. A nível mais estritamente discursivo, há naturalmente todo um conjunto de conceitos teóricos e metodológicos e de modelos descritivos da Análise do Discurso e da Linguística do Texto, que a Linguística Cognitiva deve incorporar e explorar do ponto de vista dos processos cognitivos subjacentes e da relação entre estruturas discursivas e textuais e processos cognitivos (ver Sanders &

Spooren 2007 e Zima & Brône 2015). São particularmente importantes, para uma análise cognitiva do discurso, os fenômenos discursivos e textuais que determinam a construção, a ancoragem e a estabilização de significados. Discurso e texto compreendem não apenas o material linguístico de que se compõem, mas também as representações mentais do que o locutor pretende comunicar e do que o interlocutor neles interpreta. As expressões linguísticas são instruções para essas representações mentais. A gramática de uma língua não é apenas um repositório de construções para serem usadas no discurso, mas produto do próprio uso linguístico e, portanto, produto do texto e do discurso (Langacker 2001). Consequentemente, o discurso constitui o terreno privilegiado para o estudo das relações entre língua e as representações mentais que os falantes têm ou fazem dela e com ela. Mais especificamente, a Análise Crítica do Discurso fornece as ferramentas para a análise da *ideologia*, consubstanciada em modelos cognitivos e modelos culturais. Assim se incorpora a perspectiva *crítica* na análise cognitiva das estratégias de persuasão e manipulação linguísticas (Hart 2010, 2019).

A nível teórico e metodológico, o discurso é o terreno mais propício para a Linguística Cognitiva responder adequada e integralmente aos seus princípios de modelo *experientialista*, centrado no significado e no uso efetivo da língua e maximamente contextualizante. O recente aumento e diversificação de estudos discursivos em Linguística Cognitiva está em linha com a chamada *viragem social* da Linguística Cognitiva a partir dos inícios do novo milênio, respondendo não só ao seu “compromisso cognitivo” original mas também ao seu “compromisso sociosemiótico” (Geeraerts 2016), como consequência inevitável da assunção do princípio de modelo de linguagem-em-uso maximamente contextualizante, e expresso na integração sistemática na agenda cognitiva de todos os aspetos da variação linguística e da natureza socialmente interativa da comunicação linguística.

Operações de perspetivação conceptual, discurso e ideologia

A capacidade fundamental da cognição humana de conceptualizar e comunicar uma mesma situação de perspetivas alternativas, que Langacker (1987, 1991, 2008) designa como *perspetivação conceptual* (“construal”), já referenciada acima, envolve um conjunto diversificado de *operações de perspetivação conceptual* – presentes não só na linguagem mas também noutras capacidades cognitivas gerais, como a visão e a atenção –, que têm sido linguisticamente exploradas principalmente por Langacker (1987, 1991, 2008) e por Talmy (2000), por vezes utilizando diferentes terminologias para os mesmos processos cognitivos (para uma síntese, ver Verhagen 2007 e Silva 2008). Estas operações são determinantes na construção do significado, na medida em que impõem determinada perspetiva, entre outras possíveis, na conceptualização de uma entidade ou situação, e são essenciais na gramática de uma língua, já que a natureza mais abstrata do significado gramatical propicia que este sirva a função de marcador de perspetivação conceptual, razão pela qual a gramática é um dos mais poderosos e eficientes sistemas de organização e construção conceptual. Além disso, as operações de perspetivação conceptual assumem no discurso, tal como Hart (2010, 2014, 2015) tem demonstrado, importantes funções ideológicas.

As operações de perspetivação conceptual envolvem capacidades cognitivas gerais como atenção/saliência, perfilação (“profiling”), abstração, *gestalt*, comparação, perspetiva e dinamicidade (Langacker 1987, 1991, 2008; Talmy 2000; Croft & Cruse 2004; Verhagen 2007; Silva 2008). Cada uma destas capacidades instancia-se em vários mecanismos cognitivos ou operações de perspetivação conceptual. Por exemplo, a metáfora conceptual é uma operação de perspetivação conceptual baseada na comparação, ao passo que a metonímia é uma operação de saliência e os *esquemas imagéticos* (Johnson 1987, Mandler 2004, Hampe 2005) ou abstrações dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação de objetos e de interações perceptivas, como

orientações espaciais ou forças, são operações de *gestalt* e abstração. Outras operações de perspectivação são o alinhamento assimétrico *figura/fundo*, popular a partir dos estudos da psicologia gestaltista, que está na base, por exemplo, dos conceitos gramaticais de sujeito e objeto e de transitividade; a *perfilção* ou focalização/desfocalização, de que a voz gramatical (ativa, passiva, média) é um exemplo paradigmático de alteração de focalização/desfocalização de participantes e dimensões de uma situação; o *escaneamento* sequencial vs. sumário, exemplificado na oposição entre construção finita e não finita – todas operações de distribuição de atenção –; a *dêixis*, o ponto de vista e o *arranjo de visão* em termos de *objetividade/subjetividade* – operações de perspectiva. Uma situação é perspectivada *objetivamente* quando o conceptualizador não se envolve na situação conceptualizada, funcionando apenas como sujeito de conceptualização; a situação é *subjetivamente* conceptualizada quando o conceptualizador se envolve na situação a ponto de ser não só sujeito mas também objeto de conceptualização. Por exemplo, a construção *ir* + Infinitivo como marcador do futuro representa uma *subjetivização* do movimento, ao passo que uma construção com Infinitivo flexionado constitui uma *objetivização* do sujeito do infinitivo. A *dinâmica de forças* ou sistema de oposição de forças físicas, emocionais, mentais, morais entre a entidade que exerce força (*agonista*) e a entidade que exerce ou pode exercer uma contraforça (*antagonista*) (Talmy 2000) e o *movimento fictício* (Langacker 2008) são operações de dinamicidade. Causalidade, modalidade e outras categorias linguísticas fundamentam-se no sistema cognitivo de dinâmica de forças.

Estas operações de perspectivação conceptual são, como mostram os exemplos dados, inerentes às categorias e construções gramaticais e podem ser aproveitadas para funções ideológicas. Por exemplo, a voz gramatical, nas suas categorias de ativa, passiva e média, sendo uma estratégia de focalização/desfocalização do agente, da ação ou do seu resultado ou ainda do domínio (físico, emocional, mental) do sujeito gramatical, pode ser ideologicamente

aproveitada para (des)culpabilizar, como veremos num exemplo dado mais adiante. Outro exemplo: a construção conceptual de um evento, canonicamente em termos de uma *cadeia de ação* e de dinâmica de forças de transmissão de energia de um agente para um paciente, pode servir funções ideológicas. A cobertura mediática das *manifests* é um exemplo eloquente (Hart 2013): os manifestantes podem ser conceptualizados como agente e a polícia como paciente, e inversamente, ou ainda, numa cadeia de ação já não assimétrica mas recíproca, uns e outros como agente e paciente ao mesmo tempo. Ideologicamente, pode isso significar (des)culpabilização pela situação de violência de uma parte ou de outra; a cadeia de ação recíproca serve mais para mitigar a violência e, assim, a responsabilidade da polícia do que a dos manifestantes.

Hart (2015: 327-329) propõe uma classificação das operações de perspetivação conceptual na base de quatro *sistemas cognitivos* gerais a que correspondem quatro *estratégias discursivas*, entendidas como planos intencionais para atingir efeitos cognitivos, emotivos e/ou sociais e apresentadas como funções ideológicas das operações de perspetivação conceptual. Esses sistemas cognitivos gerais compreendem *gestalt*, comparação, atenção e perspetiva e a esses sistemas cognitivos correspondem, respetivamente, as estratégias discursivas de configuração estrutural, “*framing*”, identificação e posicionamento. As estratégias de configuração estrutural são realizadas através da operação de *esquematisação*, que impõe uma representação de *esquemas imagéticos* na compreensão da estrutura topológica e relacional de uma entidade ou situação, e essa operação de esquematisação baseia-se no sistema *gestalt* que permite analisar situações complexas como estruturas holísticas. As estratégias de “*framing*” dizem respeito à atribuição de qualidades particulares a entidades, atores, ações, relações e processos e são realizadas através das operações de *categorização* e de *metáfora*, as quais se consubstanciam no sistema cognitivo da comparação. As estratégias de identificação envolvem a saliência pela qual os atores sociais são representados na conceptualização e realizam-se através de um conjunto de operações baseadas no

sistema cognitivo da atenção, tais como *perfilção*, *escaneamento mental* e *ajustamento escalar*. Finalmente, as estratégias de posicionamento são espaciais, temporais ou modais, baseiam-se na capacidade cognitiva de conceptualizar uma situação de diferentes perspectivas e realizam-se nas operações de *ponto de vista* e *dêixis*.

Hart (2015) procura mostrar que estas oito operações de perspetivação conceptual, circunscritas pela combinação dos quatro sistemas cognitivos e das quatro estratégias discursivas correspondentes, têm considerável potencial ideológico, ilustrado em diversos discursos sociais e políticos. Por exemplo, na sua análise crítica e cognitiva do discurso da imigração, Hart (2010, 2011) mostra a função ideológica de estratégias de configuração estrutural realizadas através de esquemas imagéticos de dinâmica de forças (Talmy 2000) e de movimento na construção das dimensões física, política e legal da imigração, sugerindo a ideia de que esta está errada e deve ser evitada. Em relação à função ideológica de estratégia de identificação, é muito frequente a utilização da construção passiva e da nominalização para desfocar o agente ou mesmo desculpabilizá-lo, como no exemplo dado por Hart (2015: 334) do título da notícia “Seven killed in Afghanistan Koran burning protests” (Independent online, 22.02.2012), cujo agente (forças de segurança afegãs) não é especificado para não desestabilizar o discurso da democratização usado para justificar a intervenção militar no Afeganistão. No que diz respeito às estratégias de posicionamento, Chilton (2004) mostra como principalmente o discurso político ativa um modelo cognitivo dêitico em que representações espaciais são metaforicamente projetadas para dar conta do “posicionamento” social, temporal e modal. Especificamente, o eixo espaço-temporal do ‘aqui’ e ‘agora’ tende a associar o grupo social ‘Nós’ avaliado como ‘correto’ tanto cognitiva como moralmente, criando assim a polarização com o ‘lá’ e o ‘distante’, associados a ‘Eles’ e a ‘errado’. Outro exemplo que ativa ideologicamente as operações de perspetivação de ponto de vista e de dêixis é a estratégia retórica de *aproximação* (Piotr 2013), que consiste em alertar o interlocutor

da iminência de um fenómeno como ameaça para ele e que tipicamente funciona como uma estratégia de legitimação de políticas intervencionistas. Ainda sobre a importância do *ponto de vista* em diversos discursos (narrativo, literário, gestual, etc.), ver Dancygier & Sweetser (2012). Dedicaremos a secção seguinte às funções ideológicas da metáfora conceptual, como um dos meios mais produtivos das estratégias discursivas de “framing”.

Metáfora conceptual, discurso e ideologia

Mais do que instrumento retórico, a metáfora é um fenómeno conceptual por natureza, um mecanismo cogn(osc)itivo, um modo natural de pensar, falar e agir, que se fundamenta na experiência humana, não só individual e sensório-motora, como também coletiva e, portanto, sociocultural e histórica. Como já referido acima, esta nova conceção de metáfora está na base da TMC, desde o estudo seminal de Lakoff e Johnson (1980) e a visão de síntese de Kövecses (2010) até aos recentes desenvolvimentos discursivos, socioculturais e empíricos da versão padrão da TMC.

A metáfora conceptual constitui uma poderosa estratégia conceptual e discursiva para estruturar e dar sentido a questões complexas da vida social e política e para veicular propósitos ideológicos, emocionais e morais. Especialmente em contextos de crise e conflito, a metáfora é uma poderosa estratégia persuasiva e manipuladora que contribui para a formação de uma ideologia implícita através do mito. A natureza experiencial e inconsciente da metáfora conceptual e a ideologia implícita que ela transporta levam a que a opinião pública nem sequer se dê conta de que está a ser manipulada.

Vamos aqui sintetizar os principais resultados de três estudos que desenvolvemos sobre o poder cognitivo e ideológico da metáfora conceptual no discurso da imprensa portuguesa sobre a crise financeira global de 2008-2009 (Silva 2013, 2020) e sobre a crise económica e política associada às duras medidas de austeridade implementadas em Portugal em 2011-2013 (Silva 2016, 2020; Silva et

al. 2017) e ainda no discurso político populista do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, na rede social Twitter (Peterssen & Silva 2024).

Metáforas da crise financeira

Em 2008, os principais mercados financeiros colapsaram com consequências devastadoras por todo o mundo, o que provocou a crise financeira sistêmica global. Em abril de 2011, Portugal pede ajuda financeira externa e o novo governo português é levado a implementar duras e sucessivas medidas de austeridade recomendadas pela chamada Troika – triunvirato constituído por Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. Três anos depois, o governo opta pela “saída limpa” do programa de assistência financeira da Troika. Para a análise sociocognitiva e crítica da metáfora conceptual nestas duas crises, construímos um *corpus* de notícias e artigos de opinião publicados em jornais portugueses nos períodos correspondentes à crise financeira de 2008-2009 e às políticas de austeridade de 2011-2013. Especificamente, o subcorpus da crise financeira compreende a maior parte das notícias e artigos de opinião relacionados com a crise financeira publicados nos jornais diários *Público* e *Diário Económico* e no jornal semanal *Expresso*, entre setembro de 2008 e março de 2009, e tem o total de 98.689 palavras. O subcorpus das políticas de austeridade, com um total de 66.475 palavras, inclui todos os textos relacionados com a austeridade publicados no jornal *Público* entre 15 de junho e 15 de julho de 2011, depois da entrada da Troika e aquando do anúncio feito pelo novo governo das primeiras medidas de austeridade, e em maio de 2013, quando se intensificaram os protestos contra as políticas de austeridade, o governo e a Troika. Separamos estes dois períodos (2011 e 2013) com o objetivo de compararmos o uso de metáforas em diferentes períodos de aplicação das medidas de austeridade. Foram ainda incluídos alguns textos mais recentes do jornal *Público* publicados depois da “saída limpa”, em 2014, e ainda em 2016, no chamado período pós-austeridade.

Seguimos o método do *domínio alvo* de identificação de metáforas num *corpus*, tal como proposto por Stefanowitsch (2006), preferível ao método do *domínio origem*, porque aquele evita negligenciar domínios origem relevantes e ignorar referências literais ao domínio alvo, permitindo assim um inventário mais completo de expressões metafóricas. Foram selecionadas 12 palavras chave dos domínios alvo da economia, finanças e política diretamente associadas à crise financeira, nomeadamente *ação*, *banco*, *bolsa*, *crédito*, *crise*, *consumo*, *dinheiro*, *dívida*, *economia*, *finanças*, *fundo* e *mercado*, e 8 palavras chave associadas às políticas de austeridade, designadamente *austeridade*, *corte*, *dívida*, *Estado*, *orçamento*, *pobreza*, *poupança* e *Troika*. Para cada um destes lexemas, incluindo também os seus derivados, como, por exemplo, *banca*, *bancário*, *banqueiro* ou *endividar*, *endividado*, *endividamento*, foi feito o levantamento de todas as suas ocorrências no *corpus*.

Os dados do *corpus* foram analisados quantitativa e qualitativamente. Todas as ocorrências daqueles 20 lexemas alvo foram registadas e separados os seus usos literais e os seus usos metafóricos. No total, obtiveram-se 1.782 expressões metafóricas associadas aos 12 lexemas relacionados com a crise financeira, o que corresponde a 76,2% da totalidade (2.339) de ocorrências daqueles lexemas no *corpus*, e 1.151 expressões metafóricas instanciadas nos 8 lexemas relacionados com as políticas de austeridade, sendo 481 no corpus de 2011 (71,5% da totalidade de ocorrências: 673) e 670 no corpus de 2013 (57,2% do total de 1172 ocorrências). Cada expressão metafórica foi classificada com base em três macro-grupos de metáforas conceptuais: (i) *esquemas proposicionais*, que atuam como modelos de pensamento e comportamento (Lakoff 1987), (ii) *esquemas imagéticos*, que se baseiam em experiências sensorio-motoras, tais como orientações espaciais e forças (Johnson 1987, Hampe 2005, Silva 2006), e (iii) *esquemas de eventos*, que são abstrações de experiências de certos eventos, como guerra, missão e terapia (Lakoff & Turner 1989, Sharifian 2011).

A Tabela 1 apresenta as frequências das metáforas conceptuais específicas da crise financeira instanciadas nos 12 lexemas referidos e baseadas em esquemas proposicionais, esquemas imagéticos e esquemas de eventos encontradas no *corpus* de 2008-2009.

Metáforas	Frequência
ESQUEMAS PROPOSICIONAIS	1.055 (59,2%)
Doença	695
Força natural	302
Força sobrenatural	27
Objeto	18
Máquina	13
ESQUEMAS IMAGÉTICOS	276 (15,5%)
Origem-caminho-meta	79
Recipiente	67
Cima-baixo	44
Força	86
ESQUEMAS DE EVENTOS	451 (25,3%)
Guerra	378
Jogo	31
Espetáculo	42
Total	1.782

Tabela 1. Metáforas da crise financeira.

Os esquemas proposicionais permitem a conceptualização da crise financeira em termos de modelos de comportamento humano, seres vivos, forças naturais e sobrenaturais e objetos físicos. A maior parte das metáforas da crise baseadas em esquemas proposicionais estão relacionadas com as pessoas, o seu corpo e o seu comportamento, principalmente as doenças de que sofrem, e também com forças naturais destrutivas. O modelo cognitivo da DOENÇA é um dos mais produtivos e eficazes na conceptualização da crise financeira global, sendo a metáfora CRISE FINANCEIRA É DOENÇA a mais frequente. Praticamente todos os estádios e componentes do cenário experiencial e do cenário médico da doença são utilizados na comunicação jornalística da crise

financeira sistémica. As entidades e os sistemas financeiros e económicos são declarados organismos *muito doentes* ou mesmo com uma *doença terminal*, como no exemplo (1). A gravidade da crise financeira é conceptualizada como *paragem cardíaca, ataque de coração, colapso, hemorragia*, como em (2), e mais extensamente como *doença do coração, cancro* ou, eufemisticamente, *doença terminal*, isto é, metáforas das doenças incuráveis das sociedades modernas.

(1) Todos os indicadores económicos e financeiros mostram que o mundo está com uma **doença terminal** (*Expresso*, 27.12.08)

(2) Quando o crédito bloqueia é como se houvesse uma **paragem cardíaca** (*Público*, 06.03.09)

(3) A crise começou no mercado de acções mas agora está a atingir em cheio o **coração** do sistema, que são os bancos – todos eles. (*Público*, 06.03.09)

A metáfora **CRISE É COLAPSO CARDÍACO** é uma das mais utilizadas para conceptualizar as quedas mais abruptas das bolsas internacionais durante o mês de outubro de 2008. Na sua base está a metáfora do **CORAÇÃO** e do sistema sanguíneo: **SISTEMA FINANCEIRO É CORAÇÃO DA ECONOMIA**, como se diz em (3). Outra metáfora poderosa é a do **VÍRUS**, como em (4), e da consequente **INFEÇÃO**. Surgem assim as metáforas **CRISE É DOENÇA CONTAGIOSA** e **CRISE É EPIDEMIA**, como em (5), para dar conta da amplitude mundial da crise financeira e da sua natureza sistémica.

(4) **matar o vírus** que há muito enfraquece a economia (*Expresso*, 08.12.08)

(5) Estamos em presença de uma verdadeira **epidemia** financeira (*Diário Económico*, 04.10.08)

O diagnóstico da doença financeira e económica inclui naturalmente a observação dos seus sintomas e a identificação das suas causas e dos agentes patológicos. O exemplo (6) é ilustrativo. Entre as causas, destacam-se os *coágulos* no sistema financeiro, como em (7), que *entopem as artérias*, as *bolhas* e *abcessos* económicos

que enchem e rebentam, as *hemorragias* ou a *intoxicação*, mas há também *gripes*, *pneumonias*, etc. E os vírus mais nefastos são os famosos *ativos tóxicos* ou instrumentos de investimento baseados nos “subprimes” (créditos de alto risco) que se tornaram ilíquidos.

(6) A Economia Mundial, o ‘**paciente**’, encontra-se no **bloco operatório**, entregue aos **cirurgiões**. Feito o **diagnóstico**, sabe-se do que **padece**, embora não se conheça ainda a extensão das **lesões**. Já foi **medicada**. (*Expresso*, 08.12.09)

(7) fazendo temer que **o coágulo no sistema circulatório** da economia era maior e muito mais difícil de tratar (*Público*, 24.10.08)

Feito o diagnóstico, segue-se naturalmente o prognóstico da doença financeira e económica. Fazem-se prognósticos muito negativos, de grandes quedas das bolsas e dos mercados, de morte de empresas, como em (8), de enormes e duradouras recessões económicas. Finalmente, para tentar *salvar* ou *recuperar* a economia, impõe-se um vigoroso combate à doença, que inclui uma série de *pacotes de medicamentos* (e.g. Plano Paulson, Pacto de Estabilidade e Crescimento) e de *tratamentos terapêuticos*, bem como uma *medicação* acertada e eficaz, como em (9). Entre as metáforas da TERAPIA-MEDICAÇÃO da crise, destacam-se as *injeções* de capital para *recolocar o sangue* (dinheiro, crédito) *perdido*, os *antibióticos*, os *antídotos* e outros medicamentos para combater doenças infecciosas, a *morfina* e outros *analgésicos*, os *balões de oxigénio*, as *transfusões de sangue*, os *choques elétricos* para *reanimar o coração parado*, os *estímulos* e *tónicos* fiscais, as amputações.

(8) Uma em cada cinco empresas pode **sucumbir** com a crise (*Público*, 08.03.09)

(9) A **terapia** actual não funciona! (*Expresso*, 09.01.09)

Um segundo modelo cognitivo para a compreensão da crise financeira é o das alterações bruscas e violentas das forças da NATUREZA que provocam destruições e danos materiais e humanos graves e em grandes proporções, como calamidades,

cataclismos, catástrofes. O padrão metafórico geral é CRISE É PERTURBAÇÃO DA NATUREZA com efeitos destrutivos, o qual conduz à metáfora conceptual mais saliente CRISE É CATÁSTROFE. Estão presentes dois padrões ligados a dois tipos de fenómenos naturais de agitação violenta e danos graves. De um lado, os fenómenos atmosféricos e a conceptualização da crise em termos de *turbulência, tempestade, tormenta, furacão* (“cujo olho negro se encontra em Wall Street”, *Público*, 09.10.08), *tufão, tornado, ciclone*. CRISE É TEMPESTADE é uma das metáforas atmosféricas mais utilizadas. Do outro lado, os fenómenos geológicos e geofísicos e a conceptualização da crise como *erupção vulcânica, sismo e abalo sísmico, terramoto, movimentos tectónicos* e até *tsunami*. O exemplo (10) mostra que até os economistas mais prestigiados utilizam esta metáfora da catástrofe geofísica.

(10) Crise é um “movimento **tectónico** e não uma simples **tempestade**” [...] Como alerta Dan O’Brien: “Isto não é uma **tempestade** como muitas pessoas falam, não é um fenómeno **meteorológico** mas **geológico**. A **paisagem** económica está a mudar e as movimentações **tectónicas** estão a ser maiores do que prevíamos.” (*Expresso*, 19.01.09)

Os esquemas imagéticos sustentam também várias metáforas da crise financeira. Encontramos quatro esquemas imagéticos principais no nosso *corpus*, sendo os mais frequentes o da FORÇA, que age contra a economia, e o do CAMINHO-DESTINO indesejados. Outras expressões conceptualizam a crise como *marcha atrás, travagem a fundo, derrapagem* ou *espiral recessiva*. A crise é também conceptualizada como uma força que vem de fora para dentro de um RECIPIENTE (instituições financeiras, políticas, sociais, o próprio país) e invade a área delimitada.

Os esquemas de eventos permitem conceptualizar atividades financeiras como guerra, jogo competitivo e espetáculo. O esquema de evento mais frequente e eficiente no nosso *corpus* é o da GUERRA. Especialmente a metáfora CRISE É INIMIGO proporciona não só uma

nova e mais específica forma de pensar a crise financeira, como também, e sobretudo, uma forma específica de agir contra ela. A crise é um inimigo que ataca, fere e pode matar, o que justifica e exige ações da parte dos governos e das instituições financeiras e económicas, nomeadamente declarações de guerra à crise (*respostas à crise*), planos e estratégias de combate (*pacotes de medidas*), mudanças de políticas e de lideranças, reformas das instituições, novas arquiteturas financeiras, pedidos de sacrifícios, etc. O exemplo (11) é ilustrativo. A metáfora do inimigo atrai outras metáforas da guerra: ora as metáforas ontológicas das ideias e medidas como ARMAS ou BOMBAS e dos planos como TÁTICAS militares; ora as metáforas estruturais dos diferentes estádios de uma guerra, como as posições iniciais dos oponentes, os *confrontos no campo de batalha*, os estádios de *ataque, defesa, retirada e contra-ataque, a vitória ou a derrota*.

(11) A solução para **combater** a crise, principalmente com uma política monetária sem grande poder de **fogo** devido à fraca cooperação da banca, é trazer para o **campo de batalha** todos os trunfos (...). É que a crise continua a agravar-se e não é tempo para deixar **armas** de política económica guardadas na gaveta (*Expresso*, 29.11.08)

As metáforas conceptuais da crise financeira encontradas no *corpus* de 2008-2009, especialmente as metáforas da doença, da catástrofe natural e do inimigo, servem para fazer passar a ideia de que ninguém sabe nada sobre a crise financeira global. Nem mesmo os principais construtores e reguladores dos sistemas financeiros e económicos (banqueiros, economistas, políticos) conhecem as verdadeiras causas da crise e não sabem se a vão conseguir vencer. “O que sabemos sobre a crise é que não sabemos nada” foi o título do editorial do *Público* de 15 de dezembro de 2008. Mas no nosso modelo cognitivo da realidade nada existe sem ter uma origem ou uma causa e só compreendemos o que existe quando conhecemos as suas causas. São então as metáforas que permitem identificar as

causas da crise. Sendo essas causas entendidas em termos de doença, catástrofe natural ou inimigo, isso quer dizer que a crise se deve a causas externas e incontroláveis. Está aqui a função ideológica mais influente e perversa das metáforas da crise: a atribuição da culpa a causas externas, imprevisíveis e incontroláveis e, conseqüentemente, a desculpabilização dos sistemas financeiros e económicos errados e das más políticas.

Metáforas das políticas de austeridade

A Tabela 2 apresenta as frequências das metáforas conceptuais específicas das políticas de austeridade instanciadas nos 8 lexemas selecionados e baseadas em esquemas proposicionais, esquemas imagéticos e esquemas de eventos, encontradas no *corpus* A (2011), depois da entrada da Troika e do anúncio das primeiras medidas de austeridade, e no *corpus* B (2013), aquando da intensificação dos protestos contras as políticas de austeridade.

Metáforas	Corpus A (2011)		Corpus B (2013)	
	+	-	+	-
ESQUEMAS PROPOSICIONAIS	127 (26,4)	60 (12,5)	55 (8,2)	199 (29,7)
Comportamento humano	29	11	16	47
Corpo obeso	35	4	11	18
Bom estudante	8	1	1	13
Família – orçamento familiar	23	3	5	35
Casa	7	1	0	3
Empresa	11	5	9	7
Doença	3	9	1	18
Família – orçamento familiar	0	0	0	0
Força natural	0	4	0	11
Força sobrenatural	2	4	0	24

Objeto	3	11	11	18
Máquina, objeto funcional	6	7	1	5
ESQUEMAS IMAGÉTICOS	62 (12,9)	86 (17,9)	46 (6,9)	190 (28,4)
Origem-caminho-meta	12	17	13	74
Frente-trás	10	14	0	16
Cima-baixo	4	9	0	41
Ligação	7	0	5	3
Força	20	28	18	34
Espiral	2	3	0	8
Recipiente	7	15	10	14
ESQUEMAS DE EVENTOS	104 (21,6)	42 (8,7)	24 (3,6)	156 (23,3)
Guerra	6	17	5	48
Jogo	0	3	6	5
Espetáculo	3	3	3	16
Gestão da casa	6	0	0	4
Gestão da empresa	12	5	10	12
Missão	64	10	0	35
Terapia	13	4	0	36
Total	293 (60,9)	188 (39,1)	125 (18,7)	545 (81,3)

Tabela 2. Metáforas das políticas de austeridade.

As metáforas baseadas em esquemas proposicionais permitem a conceptualização da austeridade em termos de atributos e comportamentos de pessoas e famílias, forças naturais e sobrenaturais e objetos materiais e funcionais, sendo o primeiro grupo muito mais frequente do que os outros dois. As políticas de austeridade são metonimicamente associadas a atributos e comportamentos dos seres humanos, quer positivos, como responsabilidade, disciplina, honestidade, sacrifício, rigor,

cumprimento, honra; quer negativos, como irresponsabilidade, laxismo, obesidade, crueldade, despotismo, escravidão, humilhação, maldade, obsessão, loucura, cegueira. O mapeamento metafórico está igualmente presente, no sentido de que as políticas e as medidas de austeridade são compreendidas em termos de atributos e comportamentos humanos, atitudes psicológicas e morais, ideais individuais e nacionais, como em (12)-(15). A austeridade económica é, pois, metaforicamente conceptualizada em termos de austeridade psicológica e moral. Assim, a ideia abstrata de políticas de austeridade é humanizada ou mesmo divinizada e tanto endeusada como diabolizada.

Particularmente saliente é a conceptualização metafórica dos agentes institucionais da austeridade. O Estado é metaforicamente conceptualizado como pessoa obesa e irresponsável, que vive acima das suas possibilidades e que, conseqüentemente, deve fazer dieta, emagrecer e poupar através de medidas de austeridade, como em (13). A economia nacional é conceptualizada como economia familiar, o orçamento do Estado como orçamento das famílias, as dívidas nacionais como dívidas das famílias, o Estado endividado como família endividada, como em (14). O Governo e a Troika são metaforicamente conceptualizados como pessoas de bem ou de mal e Portugal, através do Governo, como bom aluno da Troika e da União Europeia, como (15).

(12) Adopção do pacote de austeridade mostra “uma **maturidade** incrível” dos portugueses (*Público*, 10.07.11)

(13) O Estado vai ficar como está, **obeso**, só que temporariamente não insuflado. Voltará a **inchar** na primeira oportunidade. (*Público*, 06.05.13)

(14) Gerir um país é como **gerir uma casa?** (*Público*, 05.05.13)

(15) Depois de ter sido o **bom aluno europeu**, Portugal terá de ser o bom arrependido europeu (*Público*, 25.06.11)

As metáforas da austeridade baseadas em esquemas imagéticos mais produtiva são CAMINHO e FORÇA: a austeridade é conceptualizada como um “longo e penoso caminho”, necessário

para que Portugal possa atingir as “metas de redução do déficit e da dívida” acordadas com a Troika, e como força coerciva que obriga a “travar e reduzir o endividamento do Estado”. A austeridade é também conceptualizada, principalmente no segundo período (2013), como força que é preciso “desacelerar, travar, desviar” e “fazer marcha atrás”, que já “chegou ao limite” e foi mesmo “para além das metas” impostas pela Troika, e como “caminho errado e apocalíptico”, que tem provocado profunda recessão económica e lançado milhões de pessoas no desemprego.

De entre as metáforas da austeridade baseadas em esquemas de eventos, destacam-se as metáforas da guerra e da missão. Exemplificadas em (16), as metáforas da GUERRA realizam-se noutras expressões como “combater a austeridade”, “cruzada antiausteridade”, “movimento Libertar Portugal da Austeridade”, “programas de austeridade de uma violência sem paralelo”, “capitulação de Portugal perante a Troika”. As metáforas da MISSÃO e do sacrifício, como em (17), são eficientemente persuasivas e manipuladoras, na medida em que permitem compreender e aceitar a implementação das duras medidas de austeridade como “um imperativo nacional”, “uma obrigação moral”, “a única solução para salvar o país”; os cortes são “necessários e inevitáveis” e “sacrifícios patrióticos”; o governo e a Troika têm a “missão gloriosa” de fazer cumprir um duro programa de ajustamentos, cortes e aumento de impostos; e os portugueses têm “o dever de fazer os necessários e inevitáveis sacrifícios”. Estas metáforas morais têm uma forte conotação positiva e são muito frequentes no *corpus* de 2011: 50,7% das metáforas de esquemas de eventos são metáforas da missão. Pelo contrário, no *corpus* de 2013, 19,4% das metáforas de esquemas de eventos são imorais, como (17)-(18), de maldade política e económica, sofrimento inútil, austeridade cega, destruição e miséria ou expressões como “o fim do dogma da ortodoxia da austeridade”.

(16) no momento em que a Troika **ataca** direitos conquistados, é muito importante que todos os jovens e todos os cidadãos conheçam e **lutem por** estes direitos (*Público*, 17.05.13)

(17) Num modelo de ajustamento que exige a **expição calvinista do sacrifício** como **redenção** de supostos **pecados**, os que sofrem a perda de rendimentos são **condenados a empobrecer** (*Público*, 12.05.13)

(18) Há duas mentiras que têm sido repetidas na sociedade portuguesa: que os portugueses andaram a gastar acima das suas possibilidades e que não há alternativa à austeridade para **expiarem os pecados** (que não cometeram) (*Público*, 03.05.13)

No conjunto das metáforas da austeridade encontradas no *corpus*, verifica-se (i) uma correlação entre o período dos textos jornalísticos e a avaliação positiva ou negativa das metáforas, (ii) um aumento claro de metáforas negativas em cada um dos três conjuntos de metáforas conceptuais da austeridade e (iii) o predomínio de metáforas de esquemas proposicionais nos dois períodos.

Uma análise das metáforas da austeridade em textos do *Público* de meados de 2014 a meados de 2016 permite verificar um reforço das conotações negativas já presentes nos textos de 2013, servindo agora as metáforas para mostrar a mistificação e o engano das políticas de austeridade (*ilusão da austeridade virtuosa*), a injustiça e a imoralidade da austeridade económica (*austeridade excessiva, doentia e imoral*, que afeta sobretudo as classes sociais média e baixa), a irracionalidade das políticas de cortes orçamentais e a destruição da economia, e o fim, embora ilusório, da austeridade (*morte da austeridade, acabar com a maldita austeridade, 2016: o ano da antiausteridade*).

As metáforas da austeridade encontradas no *corpus* de 2011 e 2013 servem perfeitamente a *agenda ideológica* da austeridade, oferecida pela Troika como sendo a única solução a ser tomada pelo governo português para salvar o país. Estas metáforas convencem os portugueses com argumentos emocionais e morais a (i) não “viver acima das suas possibilidades” e (ii) aceitar os cortes

drásticos nas despesas sociais do Estado, reduções de salários, sacrifícios fiscais e pobreza, simplesmente porque “não há alternativa” que evite a bancarrota, o colapso do Estado e o desmantelamento do euro. Este poder ideológico das metáforas da austeridade é alimentado pelos chamados “mitos da austeridade” (Krugman 2010), particularmente as ideias de que os governos são os responsáveis pela crise económica, porque gastaram mais do que deviam; os défices orçamentais são sempre um problema; as medidas de austeridade ajudam as economias a crescer; tal como as famílias e as empresas, o governo deve gerir o país dentro das suas possibilidades financeiras; e a austeridade justifica-se porque não há outra alternativa. De entre todas as metáforas da austeridade, as metáforas da obesidade/dieta, da família endividada e do bom aluno são as mais ideológicas e as mais persuasivas e manipuladoras na justificação e implementação das duras medidas de austeridade.

Mais subtilmente, as metáforas de crise e de austeridade são metáforas *morais* de desculpabilização dos sistemas e políticas financeiras e económicas (no caso da crise financeira) e de culpabilização dos portugueses por viverem irresponsavelmente acima das suas possibilidades (no caso da austeridade). Envolvem modelos morais baseados na família, que Lakoff (1996, 2004) identificou na política americana, nomeadamente o modelo moral do PAI RIGOROSO, característico dos conservadores, e o modelo moral do PAI NUTRIENTE, dos progressistas ou liberais. Por um lado, a austeridade económica é a *disciplina moral* ou *imperativo moral permanente* que castiga os maus comportamentos do indivíduo e da sociedade, como “viver acima das suas possibilidades”, ter um estilo de vida consumista, viver de subsídios, gastar de mais; é castigo necessário, limpeza dos “pecadores da dívida”, sacrifício inevitável, dor e expiação, e assim salvação individual e nacional. Esta moral *conservadora* de autodisciplina, castigo e recompensa futura dá às políticas de austeridade uma conotação moral positiva, sendo mais frequente nos textos escritos durante os primeiros meses de implementação das políticas de austeridade e,

simultaneamente, durante o período de “estado de graça” do novo governo. Por outro lado, a austeridade económica impede a legítima aspiração das pessoas a satisfazerem os seus ideais de vida e vai contra a democracia e o estado social. A austeridade passa a ser vista, sobretudo dois anos depois da aplicação das duras medidas, não como uma verdadeira política económica, mas como uma política de crime e castigo, pecado e expiação. A moral *progressista* denuncia a imoralidade da austeridade económica e a avaliação negativa das metáforas da austeridade torna-se mais frequente nos textos mais recentes, a partir do momento em que a opinião pública percebe o falhanço das políticas de austeridade. As características perversas e imorais das metáforas da austeridade têm estado, nos últimos anos, no centro do discurso do movimento antiausteridade.

Metáforas polarizantes nos tweets populistas de Bolsonaro

Para a análise da metáfora conceptual no discurso populista de extrema-direita do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, analisamos o seu discurso no Twitter (agora X), coletando um *corpus* de 3.403 tweets (98.526 palavras) postados por Bolsonaro (@jairbolsonaro) durante os anos 2020 e 2021. Seleccionamos um conjunto de palavras da classe dos nomes que designam os atores sociais (pessoas, grupos sociais, organizações, país) que são membros do endogrupo e do exogrupo de acordo com a ideologia de Bolsonaro e o contexto sociopolítico do Brasil e que são a chave da polarização social, ideológica e política: *Bolsonaro, Brasil, brasileiros, eles, esquerda, Estado, família, governo, imprensa, media, nação, nós, país, pessoas, presidente, PT*. Extraímos um conjunto aleatório de 1.089 ocorrências destes lexemas, mantendo a proporção de cada um no *corpus*. Neste conjunto aleatório foram encontradas 353 expressões metafóricas. A Tabela 3 apresenta as frequências destas metáforas usadas nos tweets de Bolsonaro, distribuídas pelos três grupos já conhecidos.

Metáforas	Frequência
ESQUEMAS PROPOSICIONAIS	81 (22,95%)
Ser humano	59
Construção	3
Sufrimento	1
Objeto	2
Tirania	3
Religião	4
Entidade natural/sobrenatural	2
Família	3
Máquina	3
Luz-sombra	1
ESQUEMAS IMAGÉTICOS	82 (23,23%)
Origem-caminho-meta	28
Contraforça	11
Movimento animado	15
Suporte	3
Divisão	3
Recipiente	6
Cima-baixo	6
Ligação	4
Frente-trás	2
Escala	2
Atração	1
Centro	1
ESQUEMAS DE EVENTOS	190 (53,82%)
Confrontação (guerra, luta)	60
Ajuda	54
Competição	48
Transação económica	15
Abandono	1
Espetáculo	5
Missão	6
Limpeza	1
Total	353 (100%)

Tabela 3. Metáforas polarizantes nos tweets de Bolsonaro

Do total das 353 expressões metafóricas, 79 são metáforas de *monogrupo*, no sentido de que conceptualizam apenas um dos grupos sociais, ora positivamente o endogrupo (76) ora negativamente o exogrupo (3), e 274 são metáforas de *multigrupo*, porque usadas para conceptualizar positivamente o endogrupo (237) e negativamente o exogrupo (37). As metáforas monogrupo mostram como Bolsonaro constrói metaforicamente a identidade do ‘Nós’ como distinta da identidade do ‘Eles’ e vice-versa e as metáforas multigrupo são usadas para criar e reproduzir a polarização ideológica e social ‘Nós’ vs. ‘Eles’.

De entre as metáforas de monogrupo, destacam-se as baseadas em esquemas de evento de AJUDA, com as quais Bolsonaro apresenta o seu governo como um ator social sempre ativo e diligente, fazendo todos os “esforços” para “ajudar” o povo brasileiro e suportando as despesas do Estado durante a pandemia de Covid-19, como no exemplo (19). Estas metáforas são complementadas por metáforas (multigrupo) da GUERRA, particularmente as que conceptualizam o governo Bolsonaro como o “defensor” do povo brasileiro, o seu “protetor” e o único ator capaz de vencer o vírus Covid-19 e todos aqueles que se aproveitam do contexto da crise sanitária para espalhar o “caos”, como em (20).

(19) Não estamos **medindo esforços para auxiliar** o povo brasileiro e garantir tratamento da Covid-19 a todos [...]. (JB-80)

(20) O caos só interessa aos que querem o pior para o Brasil. Se, com serenidade, população e governo, junto com os demais poderes, somarmos os esforços necessários para **proteger** nosso povo, **venceremos** não só este mal como qualquer outro! (JB-223)

Uma outra metáfora de monogrupo igualmente polarizante baseia-se no esquema proposicional da RELIGIÃO e é usada pelo presidente brasileiro para avaliar positivamente o ‘Nós’, declarando ter fé no Brasil e no seu povo, como em (21), e garantindo ser o

defensor de Deus, da pátria e da família, com o slogan inúmeras vezes repetido “Brasil acima de tudo; Deus acima de todos!”

(21) **Acredito** em Deus, no Brasil e na maioria do seu povo. (JB-41; JB-299)

De entre as metáforas de multigrupo, as mais frequentes são as metáforas de eventos da CONFRONTAÇÃO, que incluem os domínios de GUERRA, LUTA, ATO VIOLENTO e CRIME, e da COMPETIÇÃO e as metáforas proposicionais de SER HUMANO. Na narrativa de Bolsonaro, as metáforas de confrontação são muito úteis para garantir o empenho ativo do seu governo no combate à corrupção e na defesa da nação e da família. O presidente define-se a si próprio como um guerreiro a combater ao lado do povo brasileiro e de Deus, garantindo a vitória, como em (22). Bolsonaro usa também metáforas de GUERRA, LUTA e ATO VIOLENTO para se referir ao exogrupo, especialmente a imprensa e a esquerda brasileiras, como atacantes, e ao endogrupo, como vítimas desses ataques. O exemplo (23) ilustra a típica metonímia brasileira do *panelaço* como um inimigo que vai contra a administração Bolsonaro.

(22) A **batalha** é dura e dolorosa, mas juntos, ao lado de Deus, nós **venceremos!** (JB-72)

(23) *panelaço* da esquerda para **lutar** contra o Governo Bolsonaro por estarmos, há três anos, sem corrupção (JB-1)

As metáforas do SER HUMANO ou personificações têm o poder de apresentar os endogrupos com características humanas positivas e os exogrupos com características negativas e insultuosas. A presidência de Bolsonaro e o seu governo são metaforicamente conceptualizados como uma pessoa responsável, honrada e empenhada, que herdou obras inacabadas da presidência anterior e as completa; que põe fim a todas as políticas que promovem a corrupção; e que age imediatamente para resolver os problemas económicos do povo brasileiro, mesmo no contexto difícil da

pandemia de Covid-19. O governo é caracterizado como uma pessoa boa, honesta e trabalhadora, “com Deus no seu coração” (JB-281). Deste modo, Bolsonaro apresenta-se como um homem do povo, com um modelo de cidadania justa e abraçando uma visão católica, contribuindo assim para disseminar o protótipo do “homem comum”, típico dos populismos. Maldizendo o exogrupo, a imprensa e a esquerda são conceptualizadas como pessoas mentirosas, desonestas e corruptas, que deveriam sentir vergonha, como no tweet “Imprensa, vergonha na tua cara!” (JB-345).

Alinhadas com a autoexaltação das políticas governamentais de Bolsonaro e do seu (aparente) sucesso, as metáforas da competição são utilizadas para categorizar o Brasil como *líder*, *recordista* e *vencedor*, como em (24). O presidente brasileiro avalia muito positivamente o seu governo em diversos contextos controversos, como a produção e aplicação da vacina contra a Covid-19, apesar de ter negado a pandemia durante muito tempo e muitos milhares de brasileiros terem falecido; ou a preservação do ambiente, apesar de a desmatção da Amazônia ter sido fortemente promovida pelo seu governo. Eis um exemplo ilustrativo de como os líderes populistas de extrema-direita divulgam estrategicamente mentiras e desinformação e contribuem para obliterar as fronteiras entre verdade, factos, opiniões e mentiras (Wodak 2021).

(24) Que o Brasil possa continuar seguindo o caminho da prosperidade e que este seja um ano tão **vitorioso** para o brasileiro quanto foi 2019. Estaremos, juntos, trabalhando noite e dia, para mudar o destino de nossa nação e fazer dela uma **vencedora**. (JB-308)

A metáfora revela-se assim um poderoso e eficiente meio de *polarização* nos tweets de Jair Bolsonaro. Definidas como metáforas que são usadas para representar positivamente o endogrupo e/ou negativamente o exogrupo, as *metáforas polarizantes* desempenham um papel fundamental nos tweets de Bolsonaro, servindo para (i) aumentar o antagonismo entre grupos, promovendo ideias e práticas

políticas intolerantes e extremistas; (ii) construir identidades políticas e sociais nacionalistas e conservadoras; (iii) legitimar o 'Eu' e deslegitimar o 'Outro'; e (iv) reforçar as estruturas de poder.

Desafios

Concluimos com três desafios. Primeiro, o desenvolvimento dos estudos do discurso passa necessariamente por uma perspectiva *sociocognitiva* e *crítica* capaz de dar conta, como assinala van Dijk (2014a), das três dimensões do discurso: a dimensão discursiva, a dimensão cognitiva e a dimensão social. As estratégias discursivas e a linguagem-em-uso em geral só podem ser devidamente compreendidas e analisadas na interação entre *discurso*, *cognição* e *sociedade*. Entendendo a linguagem como um *processo interativo complexo e dinâmico*, do qual o discurso emerge em contextos comunicativos reais, e tendo em conta os resultados da segunda geração de ciências cognitivas sobre *cognição social*, impõe-se uma perspectiva sociocognitiva do discurso e da linguagem em geral. Efetivamente, o conhecimento da linguagem está fundamentado na cognição coletiva e na cultura e as estruturas cognitivas são ativamente (co)construídas através do discurso. Para esta triangulação discurso-cognição-sociedade, muito tem contribuído a sinergia entre Linguística Cognitiva e Análise Crítica do Discurso, especialmente o que se tem chamado nos últimos anos como Análise Sociocognitiva e Crítica do Discurso (e.g. Charteris-Black 2005; Hart 2010, 2014, 2015, 2019; Koller 2014; Musolff 2004; Romano & Porto 2016). O desafio principal é saber como fatores cognitivos e fatores sociais interagem na produção, representação e perpetuação de ideologias específicas e como contestá-las criticamente. Para dar conta deste desiderato, é necessário explorar com maior profundidade o potencial ideológico da metáfora conceptual e também de outros processos figurativos, como a metonímia conceptual e a integração conceptual, e ainda o potencial ideológico das diversas operações de perspetivação conceptual (ponto de vista, perfilação, (inter)subjetividade,

dinâmica de forças, esquemas imagéticos) e o potencial ideológico das construções gramaticais. A metáfora tem sido o objeto preferencial destes estudos sociocognitivos e críticos, como também o presente estudo documenta, e justifica-se que continue na agenda, dado seu poder e a sua eficiência não somente na construção e na contestação de ideologias específicas, mas também na ação e na transformação sociais. Mas é tempo de fazer o mesmo em relação às diversas operações de perspetivação conceptual e às construções gramaticais.

Em segundo lugar, é necessário testar empiricamente as relações entre discurso, cognição e sociedade e produzir evidência baseada em *corpus* ou experimental sobre a natureza e as funções dos processos cognitivos e das estratégias discursiva. Por exemplo, a análise da metáfora conceptual baseada num *corpus* representativo e aplicando métodos qualitativos multifatoriais e métodos quantitativos multivariados permite hipóteses e resultados mais realistas e falsificáveis na identificação das metáforas conceptuais num *corpus* e na interpretação das suas funções ideológicas, emotivas ou outras, como mostramos com as metáforas da crise financeira global, das políticas de austeridade em Portugal e do populismo de extrema-direita do ex-presidente do Brasil. O mesmo se aplica a outros processos de perspetivação conceptual. O desafio é, pois, desenvolver os melhores métodos empíricos multifatoriais e multivariados capazes de dar conta da interação entre fatores discursivos, cognitivos e socioculturais. Não basta ilustrar a análise com dados de um *corpus* ou de uma experiência; é necessário explorar, através de métodos avançados, todos os dados que um *corpus* ou um conjunto de experiências proporciona na sua intrínseca e inevitável variação e complexidade. Além disso, é conveniente combinar o método experimental de natureza psicológica e o método de *corpus* de natureza sócio-histórica, mesmo que os resultados não sejam convergentes, para assim dar conta da tensão entre a perspetiva psicológica e a perspetiva sociocultural do discurso e da cognição.

Finalmente, é necessário expandir a perspectiva sociocognitiva do discurso à interação conversacional e aos discursos multimodais. É preciso investigar a negociação interacional situada do significado, a relação de coordenação assimétrica entre locutor e interlocutor e a relação de atenção conjunta entre os dois interactantes ao seu objeto de conceptualização ou, por outras palavras, a sua *cognição conjunta*. É na interação verbal que as unidades e as estruturas linguísticas se estabelecem, se alteram, se sedimentam (na mente e na memória) e se convencionalizam (na comunidade). Por outro lado, grande parte dos discursos reais e dos novos discursos, como os discursos digitais, são *multimodais*, já que convocam diferentes modos (linguístico, visual, acústico, gestual) de comunicação, pelo que urge investigar como é que o significado emerge da integração de diferentes modalidades verbais e não verbais de comunicação. Novos desafios à abordagem sociocognitiva e crítica do discurso são colocados pela metáfora multimodal e pelas outras estratégias cognitivas e discursivas cujos diferentes meios verbais e não verbais de expressão podem veicular significados, emoções e atitudes diferentes e tornam o discurso mais expressivo e persuasivo.

Referências

- ALLAN, KATHRYN. (2008). **Metaphor and metonymy. A diachronic approach**. Oxford: Blackwell.
- AUGOUSTINOS, MARTHA, IAIN WALKER & NGAIRE DONAGHUE (2006). **Social Cognition: An integrated introduction**. London: Sage.
- BARCELONA, ANTONIO (ed.) (2000). **Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- BERNÁRDEZ, ENRIQUE (2008). **El Lenguaje como Cultura. Una Crítica del Discurso sobre el Lenguaje**. Madrid: Alianza Editorial.

- BLANCO CARRIÓN, OLGA, ANTONIO BARCELONA & ROSSELLA PANNAIN (eds.) (2018). **Conceptual metonymy. Methodological, theoretical, and descriptive issues**. Amsterdam: John Benjamins.
- BOEYNAEMS, AMBER, CHRISTIAN BURGERS, ELLY A KONIJN & GERARD STEEN (2017). The effects of metaphorical framing on political persuasion: A systematic literature review. **Metaphor and Symbol** 32(2): 118-134
- BRANDT, LINE & PER AAGE BRANDT (2005). Making sense of a blend. A cognitive- semiotic approach to metaphor. **Annual Review of Cognitive Linguistics** 3, 216– 249.
- BRÔNE, GEERT & JEROEN VANDAELE (eds.) (2009). **Cognitive Poetics. Goals, Gains and Gaps**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- BRÔNE, GEERT & KURT FEYAERTS (2005). Headlines and cartoons in the economic press: Double grounding as a discourse supportive strategy. In: Geert Jacobs & G. Erreygers (eds.), **Language, Communication and the Economy**. Amsterdam: John Benjamins, 73-99.
- BYBEE, JOAN L. (2010). **Language, Usage, and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press.
- CALDAS, ALEXANDRE CASTRO (2010). The social brain. In: Augusto Soares da Silva, Cândido Martins, Luísa Magalhães & Miguel Gonçalves (orgs.), **Comunicação, Cognição e Media. Vol. 1**. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 33-40.
- CHARTERIS-BLACK, JONATHAN (2005). **Politicians and Rhetoric. The Persuasive Power of Metaphor**. Basingstoke: Palgrave.
- CHARTERIS-BLACK, JONATHAN (2018). **Analysing Political Speeches: Rhetoric, discourse and metaphor**. 2nd edition. New York: Palgrave-MacMillan.
- CHILTON, PAUL (1996). **Security Metaphors: Cold War Discourse from Containment to Common House**. New York: Peter Lang.

- CHILTON, PAUL (2004). **Analysing Political Discourse: Theory and Practice**. London: Routledge.
- CHILTON, PAUL (2005). Missing links in mainstream CDA: Modules, blends and the critical instinct. In: Ruth Wodak & Paul Chilton (eds.), **A New Agenda in Critical Discourse Analysis: Theory and Interdisciplinarity**. Amsterdam: John Benjamins, 19-52.
- CHOMSKY, NOAM (1965). **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- COULSON, SEANA & TODD OAKLEY (2006). Purple persuasion: Deliberative rhetoric and conceptual blending. In June Luchjenbroers (ed.). **Cognitive Linguistics Investigations: Across languages, fields and philosophical boundaries**. Amsterdam: John Benjamins, 47-65.
- CROFT, WILLIAM & D. ALAN CRUSE (2004). **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- DABROWSKA, EWA & DAGMAR DIVJAK (eds.) (2015). **Handbook of Cognitive Linguistics**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- DAMÁSIO, ANTÓNIO (1995). **O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano**. Lisboa: Publicações Europa-América.
- DAMÁSIO, ANTÓNIO (2000). **O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência**. Lisboa: Publicações Europa-América.
- DANCYGIER, BARBARA & EVE SWEETSER (eds.) (2012). **Viewpoint in language: A multimodal perspective**. Cambridge: Cambridge University Press.
- DEIGNAN, ALICE (2005). **Metaphor and Corpus Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins.
- DÍAZ-VERA, JAVIER E. (ed.) (2015). **Metaphor and Metonymy across Time and Cultures. Perspectives on the Sociohistorical Linguistics of Figurative Language**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- DIRVEN, RENÉ, FRANK POLZENHAGEN & HANS-GEORG WOLF (2007). Cognitive Linguistics, Ideology, and Critical Discourse Analysis. In: Dirk Geraerts & Hubert Cuyckens (eds.),

- The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics.** Oxford: Oxford University Press, 1222-1240.
- EDELMAN, GERALD M. (1992). **Bright Air, Brilliant Fire: On the Matter of the Mind.** New York: Basic Books.
- FAIRCLOUGH, NORMAN & RUTH WODAK (1997). Critical discourse analysis. In: T. A. van Dijk (ed.), **Discourse as Social Interaction. Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction**, Vol. 2. London: Sage, 258–284.
- FAUCONNIER, GILLES & MARK TURNER (2002). **The Way We Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities.** New York: Basic Books.
- FAUCONNIER, GILLES (1985). **Mental Spaces.** Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- FEYAERTS, KURT (ed.) (2003). **The Bible through Metaphor and Translation: A Cognitive Semantic Perspective.** Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag.
- FISKE, SUSAN & NEIL MCCRAE (eds.) (2012). **The Sage Handbook of Social Cognition.** London: Sage.
- FORCEVILLE, CHARLES (1996). **Pictorial Metaphor in Advertising.** London: Routledge.
- FORCEVILLE, CHARLES (2020). **Visual and multimodal communication: Applying the relevance principle.** Oxford: Oxford University Press.
- FORCEVILLE, CHARLES J. & EDUARDO URIOS-APARISI (eds.) (2009). **Multimodal Metaphor.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- FRANK, ROSLYN M., RENÉ DIRVEN, TOM ZIEMKE & ENRIQUE BERNÁRDEZ (eds.) (2008). **Body, Language, and Mind. Volume 2. Sociocultural Situatedness.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- GEERAERTS, DIRK & HUBERT CUYCKENS (eds.) (2007). **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics.** Oxford: Oxford University Press.
- GEERAERTS, DIRK & STEFAN GRONDELAERS (1995). Looking back at anger: Cultural traditions and metaphorical patterns. In:

- John Taylor & Robert E. MacLaury (eds.), **Language and the Cognitive Construal of the World**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 153-179.
- GEERAERTS, DIRK (2010). Recontextualizing grammar: Underlying trends in thirty years of Cognitive Linguistics. In: Elzbieta Tabakowska, Michal Choinski & Lukasz Wiraszka (eds.), **Cognitive Linguistics in Action: From theory to application and back**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 71-102.
- GEERAERTS, DIRK (2016). The sociosemiotic commitment. **Cognitive Linguistics** 27(4): 527–542.
- GIBBS, RAYMOND W. (2006). **Embodiment and Cognitive Science**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GIBBS, RAYMOND W. (2017). **Metaphor wars: Conceptual metaphors in human life**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GLYNN, DYLAN & KERSTIN FISCHER (EDS.) (2010). **Quantitative methods in cognitive semantics: Corpus-driven approaches**. Berlin: Mouton de Gruyter.
- GOLA, ELISABETTA & FRANCESCA ERVAS (eds.) (2016). **Metaphor and communication**. Amsterdam: John Benjamins.
- GOLDBERG, ADELE E. (2006). **Constructions at work. The nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press.
- GRICE, H. PAUL (1975) Logic and conversation. In: Peter Cole & Jerry Morgan (eds.), **Syntax and Semantics, vol. 3, Speech Acts**. New York: Academic Press, 41-58.
- HAMPE, BEATE (ed.) (2005). **From Perception to Meaning. Image schemas in Cognitive Linguistics**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- HART, CHRISTOPHER (2010). **Critical Discourse Analysis and Cognitive Science: New Perspectives on Immigration Discourse**. Basingstoke: Palgrave.
- HART, CHRISTOPHER (2014). **Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives**. London: Bloomsbury.

- HART, CHRISTOPHER (2015). Discourse. In: Ewa Dabrowska & Dagmar Divjak (eds.), **Handbook of Cognitive Linguistics**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 322-346.
- HART, CHRISTOPHER (2019). **Cognitive Linguistic approaches to text and discourse: From Poetics to Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- HERRERA-SOLER, HONESTO & MICHAEL WHITE (eds.) (2012). **Metaphor and Mills. Figurative Language in Business and Economics**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- HOPPER, PAUL J. & ELIZABETH C. TRAUGOTT (2003). **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press.
- JOHNSON, MARK (1987). **The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason**. Chicago: The University of Chicago Press.
- KOLLER, VERONIKA (2004). **Metaphor and Gender in Business Media Discourse: A Critical Cognitive Study**. Basingstoke: Palgrave.
- KOLLER, VERONIKA (2014). Cognitive Linguistics and ideology. In: Jeanette Littlemore & John R. Taylor (eds.), **The Bloomsbury Companion to Cognitive Linguistics**. London: Bloomsbury Publishing, 234-252.
- KÖVECSES, ZOLTÁN (2005). **Metaphor in culture. Universality and variation**. Oxford: Oxford University Press.
- KÖVECSES, ZOLTÁN (2010). **Metaphor. A practical introduction**. Second edition. Oxford: Oxford University Press.
- KÖVECSES, ZOLTÁN (2020). **Extended Conceptual Metaphor Theory**. Cambridge: Cambridge University Press.
- KRUGMAN, PAUL (2010). Myths of austerity. **The New York Times**, July 1.
- LAKOFF, GEORGE & MARK JOHNSON (1980). **Metaphors We Live By**. Chicago: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, GEORGE & MARK JOHNSON (1999). **Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought**. New York: Basic Books.

- LAKOFF, GEORGE & MARK TURNER (1989). **More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor**. Chicago: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, GEORGE & ZOLTÁN KÖVECSES (1987). The cognitive model of anger inherent in American English. In: Dorothy Holland & Naomi Quinn (eds.), **Cultural Models in Language and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 195-221.
- LAKOFF, GEORGE (1987). **Women, Fire and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind**. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, GEORGE (2002). **Moral Politics. How Liberals and Conservatives Think**. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, GEORGE (2004). **Don't Think of Elephant! Know your Values and Frame the Debate: The Essential Guide for Progressives**. New York: Chelsea Green.
- LANGACKER, RONALD W. (1987). **Foundations of Cognitive Grammar**, Vol. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press.
- LANGACKER, RONALD W. (1991). **Foundations of Cognitive Grammar**, Vol. 2: Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press.
- LANGACKER, RONALD W. (2001). Discourse in Cognitive Linguistics. **Cognitive Linguistics** 12 (2): 143-188.
- LANGACKER, RONALD W. (2008). **Cognitive Grammar. A Basic Introduction**. Oxford: Oxford University Press.
- LITTLEMORE, JEANNETTE (2015). **Metonymy. Hidden shortcuts in language, thought, and communication**. Cambridge: Cambridge University Press.
- LUNDMARK, CARITA (2005). **Metaphor and Creativity in British Magazine Advertising**. PhD dissertation. Lulea University of Technology.
- MANDLER, JEAN M. (2004). **The Foundations of Mind**. Oxford: Oxford University Press.
- MUSOLFF, ANDREAS & JORG ZINKEN (eds.) (2009). **Metaphor and Discourse**. Basingstoke: Palgrave.

- MUSOLFF, ANDREAS (2004). **Metaphor and Political Discourse. Analogical Reasoning in Debates about Europe.** Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- MUSOLFF, ANDREAS (2006). Metaphor scenarios in public discourse. **Metaphor and Symbol** 21(1): 23–38.
- NUÑEZ-PERUCHA, BEGOÑA (2011). Critical Discourse Analysis and Cognitive Linguistics as tools for ideological research: A diachronic analysis of feminism. In: Christopher Hart (ed.), **Critical Discourse Studies in Context and Cognition.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 97-118.
- OAKLEY, TODD & ANDERS HOUGAARD (eds.) (2008). **Mental Spaces in Discourse and Interaction.** Amsterdam: John Benjamins
- PANTHER, KLAUS-UWE & GÜNTER RADDEN (eds.) (1999). **Metonymy in Language and Thought.** Amsterdam: John Benjamins.
- PANTHER, KLAUS-UWE & LINDA THORNBURG (eds.) (2003). **Metonymy and Pragmatic Inferencing.** Amsterdam: John Benjamins.
- PASCUAL, ESTHER (2009). “I was in that room!”: Conceptual integration of content and context in a writer’s vs. a prosecutor’s description of a murder. In: Vyvyan Evans & Stephanie Pourcel (eds.). **New Directions in Cognitive Linguistics.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 499-516.
- PEIRSMAN, YVES & DIRK GEERAERTS (2006). Metonymy as a prototypical category. **Cognitive Linguistics** 17(3): 269-316.
- PISHWA, HANNA (ed.) (2009). **Language and Social Cognition. Expression of the Social Mind.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- ROMANO, MANUELA & MARIA DOLORES PORTO (eds.) (2016). **Exploring Discourse Strategies in Social and Cognitive Interaction. Multimodal and cross-linguistic perspectives.** Amsterdam: John Benjamins.
- RUIZ DE MENDOZA IBAÑEZ, FRANCISCO & JOSÉ LUIS OTAL CAMPO (2002). **Metonymy, Grammar, and Communication.** Albolote: Editorial Comares.

- SANDERS, TED & WILBERT SPOOREN (2007). Discourse and text structure. In: Dirk Geeraerts & Hubert Cuyckens (eds.), **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 916-941.
- SAUSSURE, FERDINAND DE (1967). **Cours de Linguistique Générale**. Paris: Payot.
- SCHRÖDER, Ulrike (2021). Cognitive Linguistics and Discourse Studies. In Xu Wen & John R. Taylor (eds.), *The Routledge Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Routledge, 484-499.
- SEMINO, ELENA (2008). **Metaphor in Discourse**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SHARIFIAN, FARZAD (2011). **Cultural Conceptualizations and Language: Theoretical framework and applications**. Amsterdam: John Benjamins.
- PETERSSEN, SILVIA & AUGUSTO SOARES DA SILVA (2024). Polarising metaphors in far-right populist tweets: A comparative cross-linguistic study. In: Manuela Romano (ed.), **Metaphor in social-political contexts. Critical, Socio-Cognitive Approaches**. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter
- SILVA, AUGUSTO SOARES DA (2004). Semântica Cognitiva e Análise do Discurso. In: Fátima Oliveira & Isabel Margarida Duarte (orgs.), **Da Língua e do Discurso**. Porto: Campo das Letras, 601-622.
- SILVA, AUGUSTO SOARES DA (2006). **O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição**. Coimbra: Almedina.
- SILVA, AUGUSTO SOARES DA (2008). Perspectivação conceptual e Gramática. **Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Linguísticos** 12 (1): 17-44.
- SILVA, AUGUSTO SOARES DA (2009). O cognitivo e o social nos estudos linguísticos: inimigos íntimos? In: Alexandra Fiéis & Antónia Coutinho (eds.), **Textos Seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 511-525.

- SILVA, AUGUSTO SOARES DA (2013). O que sabemos sobre a crise económica, pela metáfora. Conceptualizações metafóricas da crise na imprensa portuguesa. *Revista Media & Jornalismo* 23 (1): 11-34.
- SILVA, AUGUSTO SOARES DA (2015). Discurso na mente e na comunidade. Para a sinergia entre Linguística Cognitiva e Análise (Crítica) do Discurso. *Revista Portuguesa de Humanidades* 19(1): 53-78.
- SILVA, AUGUSTO SOARES DA (2016). The persuasive (and manipulative) power of metaphor in ‘austerity’ discourse: A corpus-based analysis of embodied and moral metaphors of austerity in the Portuguese press. In: Manuela Romano & Maria Dolores Porto (eds.), **Exploring Discourse Strategies in Social and Cognitive Interaction**. Amsterdam: John Benjamins, 79-108.
- SILVA, AUGUSTO SOARES DA (2020). From economic crisis to austerity policies through conceptual metaphor. A corpus-based comparison of metaphors of crisis and austerity in the Portuguese press. In: Mimi Huang & Lise-Lotte Holmgreen (eds.), **The Language of Crisis. Metaphors, frames and discourses**. Amsterdam: John Benjamins, 51–86.
- SILVA, AUGUSTO SOARES DA, MARIA JOSEP CUENCA & MANUELA ROMANO (2017). The conceptualisation of AUSTERITY in the Portuguese, Spanish and Irish press. In: Farzad Sharifian (ed.), **Advances in Cultural Linguistics**. Singapore: Springer Nature, 345–368.
- STEEN, GERARD J. (2011). The Contemporary Theory of Metaphor – Now new and improved! *Review of Cognitive Linguistics* 9 (1): 26-64.
- STEFANOWITSCH, ANATOL & STEFAN TH. GRIES (2006). **Corpus-Based Approaches to Metaphor and Metonymy**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- STEFANOWITSCH, ANATOL (2006). Corpus-based approaches to metaphor and metonymy. In Anatol Stefanowitsch & Stefan Th. Gries (eds.), *Corpus-based approaches to metaphor and metonymy*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1–16.
- TALMY, LEONARD (2000). **Toward a Cognitive Semantics. Vol. I: Concept Structuring Systems. Vol. II: Typology and Process in Concept Structuring**. Cambridge, MA: The MIT Press.

- TRAUGOTT, ELIZABETH C. & GRAEME TROUSDALE (2013). **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press.
- VAN DIJK, TEUN A. (1993). **Elite Discourse and Racism**. Newbury Park, CA: Sage.
- VAN DIJK, TEUN A. (1998). **Ideology: A multidisciplinary approach**. London: Sage.
- VAN DIJK, TEUN A. (2001). Critical discourse analysis. In: D. Schiffrin, D. Tannen & H. E. Hamilton (eds.), **The Handbook of Discourse Analysis**. Oxford: Blackwell, 352–371.
- VAN DIJK, TEUN A. (2008). **Discourse and Context. A socio-cognitive approach**. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- VAN DIJK, TEUN A. (2014a). 50 Años de Estudios de Discurso. **Simposium Internacional EDiso 2014**, Sevilla.
- VAN DIJK, TEUN A. (2014b). **Discourse and Knowledge. A sociocognitive approach**. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- VARELA, FRANCISCO, EVAN THOMPSON & ELEANOR ROSCH (1991). **The Embodied Mind**. Cambridge, MA: MIT Press.
- VERHAGEN, ARIE (2007). Construal and perspectivization. In: Dirk Geeraerts & Hubert Cuyckens (eds.), **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 48-81.
- WEN, XU & JOHN R. TAYLOR (eds.) (2021), **The Routledge Handbook of Cognitive Linguistics**. New York: Routledge.
- WILSON, ROBERT A. (2005). **Boundaries of the Mind. The individual in the fragile sciences**. Cambridge: Cambridge University Press.
- WODAK, RUTH (2001). What is CDA about: A summary of its history, important concepts and its developments. In: R. Wodak and M. Meyer (eds.), **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 1–13.
- WODAK, RUTH (2021). **The Politics of Fear: The shameless normalization of far-right discourse**. 2nd edn. London: Sage.

ZIMA, ELISABETH, & GEERT BRÔNE (2015). Cognitive linguistics and interactional discourse: Time to enter into dialogue. **Language and Cognition** 7, 485– 498

ZLATEV, JORDAN, TIMOTHY P. RACINE, CHRIS SINHA & ESA ITKONEN (eds.) (2008). **The Shared Mind: Perspectives on Intersubjectivity**. Amsterdam: John Benjamins.

OBJETIVAR O DISCURSO? MODOS E ESTRATÉGIAS DE APAGAMENTO ENUNCIATIVO

Maria Aldina Marques¹

Introdução

A problemática da enunciação, e por consequência dos modos de presença das vozes no discurso, é central na análise dos funcionamentos discursivos. Pretendo analisar em particular o Apagamento Enunciativo (a partir de agora AE) como noção fundamental para a descrição e explicação da construção das vozes do discurso. Cabe aqui uma pequena explicação sobre as *vozes do discurso*. Neste particular, tal como o faz Vion (2004: 106; 2005: 35), englobo nesta designação, a voz do locutor, do alocutário e de outras vozes reais ou fictícias, que o locutor traz para o discurso e constituem uma *mise-en-scène* enunciativa.² *Voices do discurso* é, pois, uma designação genérica, que não dispensa, em contextos específicos de discussão teórica e análise, outras designações como as de locutor, enunciador ou PDV.

¹ CEHUM-Universidade do Minho – Portugal. Trabalho financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020 <https://doi.org/10.54499/UIDB/00305/2020>.

² Rabatel (2012 :12) usa o termo numa aceção mais restritiva : « Les seules voix sont celles qu'on peut ramener à un locuteur effectif, réel. En dehors de cela, on n'est pas face à des voix auxquelles on peut demander des explications, des comptes, on est devant des voix représentées, parfois devant des méta représentations cognitives qui ne sont pas des voix, mais des positions énonciatives ou des PDV, c'est-à-dire devant des simulacres de locuteurs, qui ne sont que le pendant de cet autre simulacre qu'est l'effacement énonciatif... ». Brès (2017 : §17), no entanto, aproxima-se da posição de Vion: « Sans abandonner la notion de *voix* pour ce qu'elle implique de corporalité et de discursivité, nous retravaillons le dialogisme comme *pluralité de voix* dans un sens énonciatif ».

São objetivos deste trabalho apresentar as questões teóricas centrais relativas à noção de *apagamento enunciativo* e mostrar o seu contributo para a construção global do discurso. Em particular, pretende-se relacionar modos de presença do locutor, responsabilidade enunciativa e géneros de discurso, a fim de dar conta dos efeitos pragmáticos dos dispositivos de apagamento enunciativo. Orientam esta abordagem, algumas questões relativas à inter-relação do apagamento enunciativo com os modos de presença do locutor e das vozes que traz para o discurso; à observabilidade desse processo no discurso (marcas de apagamento enunciativo) e aos modos de presença em função do género discursivo. O recurso a documentos autênticos, oriundos do discurso político, do discurso jornalístico e do discurso científico permite exemplificar alguns funcionamentos discursivos, nesta matéria.

Vozes do discurso. Apagamento enunciativo, responsabilidade e género discursivo. Estado da questão

A problemática aqui considerada enquadra-se numa tradição de análise que tem teorizado o lugar do locutor no discurso, segundo abordagens teóricas diversas, mas com convergências muito importantes, desde a perspetiva enunciativa, estrita, à perspetiva dialógica. Como Rabatel & Chauvin-Villeno (2006: 7) referem, o quadro teórico em que desenvolvemos o presente trabalho é o de uma linguística dos discursos, que “s’attache à explorer les dimensions dialogiques foncières du discours”.

Abordo a questão das vozes do discurso e do seu apagamento (enunciativo) a partir de alguns pressupostos teóricos que passo a sintetizar. Em primeiro lugar, os discursos *são práticas sociais de natureza linguística*. Daí a opção pelos discursos, tomados como objetos empíricos, heterogéneos e social-cognitiva e linguisticamente situados. A construção dos sentidos do discurso é um processo dinâmico, negociado pelos participantes na relação discursiva. Por isso, o dialogismo constitui-se como dimensão central na construção dos discursos, sendo fundamental considerar

que os processos de construção discursiva estão de algum modo marcados nesses discursos. Mais ainda, os discursos caracterizam-se pela *opacidade* da linguagem, e considerar a enunciação é assumir essa opacidade. Finalmente, o *gênero discursivo*, como princípio categorizador dos discursos, está dotado de um forte valor heurístico, que permite, como afirma (Brès, 2009), «... penser concrètement l'articulation langue-discours», para além das consequências metodológicas ao nível da própria constituição dos *corpora* de análise.

Na discussão do tema, irei apoiar-me, diretamente, nos trabalhos recentes publicados por Adam & Lugin (2006), Brès (2017), Fonseca (1992), Kerbrat-Orecchioni (1980), Moirand (2000), Philippe (2002), Rabatel (2003, 2004a; 2004b; 2004c) e Vion (2001, 2004, 2007), e, também e necessariamente, em Bakhtine (1977, 1978), Benveniste (1966, 1974), Ducrot (1984, 1989). A questão na origem desta problemática remete para a possibilidade de apagar o locutor do seu discurso, como estratégia discursiva.

Tomando como ponto de partida os textos de Benveniste (1966, 1970, 1974) (um pouco arbitrariamente, dado que Charles Bally não pode ser esquecido, desde logo na distinção que estabelece entre *dictum* e *modus*), pode afirmar-se que a questão do apagamento enunciativo acompanha a atenção prestada à construção da enunciação e, portanto, à presença do locutor no seu discurso – entendida como subjetividade – ainda que com formulações teóricas e metodológicas muito diversas.

Nos textos de Benveniste, a questão coloca-se, de forma indireta, ao nível dos registos da enunciação, com a categorização em *discurso* e *história* (Benveniste, 1966), segundo uma dicotomia central, e por isso redutora, ligada aos planos de enunciação pessoal ou não pessoal, isto é, planos de enunciação embraiado (com deíticos) e desembraiado (sem deíticos), como Maingueneau (2015) prefere considerar.³ É uma categorização definida, portanto,

³ «... les successeurs de Benveniste ont élargi sa problématique à l'ensemble des énoncés, en considérant que les textes narratifs de ce type ne sont qu'un cas

por critérios estabelecidos a partir dos parâmetros da enunciação, de pessoa, tempo e espaço. A distinção entre história e discurso vai recortar assim esta outra dicotomia, a oposição *objetividade – subjetividade*, tal como é abordada nestes estudos.⁴ É uma perspectiva dicotômica, mais, talvez, em alguns dos seus continuadores do que na perspectiva inicial benvenistiana⁵. Mas baseia-se, e esta é uma das maiores críticas feitas a esta conceção teórica, em categorias homogêneas, que não atendem à variabilidade e ao *continuum* dos funcionamentos linguístico-discursivos, como virá a sublinhar, entre outros, Rabatel (2006).

A reanálise da oposição subjetividade - objetividade mostra a impossibilidade da objetividade total em favor de uma subjetividade generalizada, que é constitutiva dos discursos e, portanto, da língua, e leva à recategorização dos discursos como tendencialmente *subjetivantes* ou tendencialmente *objetivantes*.⁶ As marcas e efeitos discursivos dessa subjetividade generalizada

particulier d'un phénomène beaucoup plus général: la possibilité qu'a le locuteur de produire des énoncés qui ne contiennent pas de déictiques, de marques renvoyant à la situation d'énonciation. (...). On voit aisément qu'il y a là un risque d'équivoque puisque «histoire» peut alors référer à des textes non narratifs. Pour la clarté, il vaut mieux parler de plan embrayé (= discours) et de plan non-embrayé (= textes sans déictiques). (Maingueneau, 2015: 124).

⁴ « Personne ne parle ici ; les événements semblent se raconter eux-mêmes. » (Benveniste, 1966: 241)

⁵ É nos textos de 1966 que essas orientações são mais evidentes: « Dans la pratique, on passe de l'un à l'autre instantanément » (Benveniste, 1966: 242); « L'énonciation historique et celle du discours peuvent se conjoindre en un troisième type d'énonciation, où le discours est rapporté en termes d'événements et transposé sur le plan historique » (p. 242).

Também Arrivé (1997: §4) comenta e clarifica esta questão : « On le voit : si la coupure théorique entre les deux concepts d'*histoire* et de *discours* est totale, elle n'a pas pour conséquence la constitution de deux types de textes étanches. Le passage constant entre les deux registres est un caractère dominant du langage ».

⁶ Não é o primeiro autor a refletir sobre a questão. Adam, por exemplo, na primeira edição de *La linguistique textuelle* (1999), contesta a perspectiva dicotômica dos planos de enunciação, distinguindo antes uma tonalidade enunciativa de conjunto que decorre de uma ancoragem enunciativa global, com alternâncias constantes de planos de enunciação.

estendem-se à globalidade da construção discursiva, como Rabatel, especifica:

La langue porte partout des traces de subjectivité, dans la façon de concevoir, nommer les référents, de les qualifier, quantifier, de modaliser, d'organiser les prédications, de choisir tel ou tel plan d'énonciation, etc. Le marquage de la subjectivité déborde les marques lexicales, sur lesquelles Kerbrat-Orecchioni, 1980, met l'accent, et s'ouvre à l'organisation des discours, avec des faisceaux de marques ou d'indices cooccurrents. » Rabatel (2013: 35)

Foi, sobretudo, a presença explícita do locutor no discurso que concentrou – e ainda concentra - a atenção dos investigadores, na determinação e análise do modo como o *aparelho formal da enunciação*⁷ se materializa nos discursos, isto é, a enunciação estrita, os *factos enunciativos* referidos Kerbrat-Orecchioni (1980: 29), enquanto conjunto de factos observáveis, marcas da presença do locutor no discurso.

Mas é preciso salientar que Kerbrat-Orecchioni, já no texto de 1980, que se constituiu como um dos pilares da investigação sobre a subjetividade, isto é, da presença do locutor no seu discurso, como “sujeito”⁸, não deixa de chamar a atenção para um outro modo de presença do locutor no seu discurso, que identificamos agora com o *apagamento enunciativo*.

É verdade que a categorização em *história e discurso*, proposta por Benveniste em 1966, e que acabei de referir, dá conta dessa ausência do locutor, mas é Kerbrat-Orecchioni que aponta esse

⁷ Para Rabatel (2005: 115), o aparelho formal da enunciação constitui, em si, uma redução das possibilidades de análise da subjetividade: “Abattons d'emblée notre jeu : nous défendons des thèses, qui, sur bien des points, se séparent de Benveniste, dont les travaux sur l'appareil formel de l'énonciation ont fermé des pistes que Benveniste avait lui-même commencé à explorer, notamment celles qui concernent l'expression multiforme de la subjectivité indépendamment de l'appareil formel d'énonciation.».

⁸ La « subjectivité » dont nous traitons ici est la capacité du locuteur à se poser comme « sujet ». (Benveniste, 1966).

apagamento como um *simulacro*, uma definição que vai ter efeitos teóricos assinaláveis (o termo vai mesmo ser retomado na definição do conceito de apagamento enunciativo): “Tel est le privilège somme toute exorbitant du sujet d’énonciation : il a le droit (qu’heureusement l’allocataire peut à chaque instant lui contester), en effaçant le lien qui relie à sa propre subjectivité la proposition assertée, de « *faire comme si* » c’était la vérité vraie qui parlait par sa bouche.” (Kerbrat-Orecchioni, 1980: 152).

Como é notório neste excerto, Kerbrat-Orecchioni põe o enfoque nos efeitos pragmáticos do apagamento da subjetividade do locutor, um *efeito de objetividade*, que Guilbert (2015) retoma como *efeito de evidência*⁹ (de verdade), o qual opera a *naturalização*¹⁰ do objeto discursivo, como se os discursos pudessem falar do mundo sem passarem pelo olhar do locutor. A simulação é, como acabei de dizer, o ponto nuclear da *teoria do apagamento enunciativo* - chamemos-lhe assim -, que está presente nos textos de autores como Charaudeau (1992)¹¹, mas que só nos últimos 15-20 anos teve um desenvolvimento teórico sistemático.

É com a teoria polifónica da enunciação, elaborada por Ducrot a partir de 1980 e desenvolvida nos textos de 1984 e 1989, em particular, que a questão das vozes do discurso e dos seus modos de presença nesse mesmo discurso se coloca e consolida, para além da afirmação da alteridade da linguagem, já discutida por Benveniste.

⁹ « L’évidence discursive est l’une des formes de l’autorité discursive en ce qu’elle s’appuie implicitement sur des sources indiscutables comme le « cela va de soi », la *doxa* ou la réalité. [...] l’évidence discursive, ou l’évidence dans et par le discours, est d’une grande efficacité persuasive et semble être l’un des ressorts de l’argumentation dans la presse, et plus spécialement dans les éditoriaux. ». (Guilbert, 2015: 85).

¹⁰ O efeito de naturalização, releva da „ordem das coisas“, decorre da objetivação do discurso, como se : «...[I]es discours objectivés (...) parleraient directement du monde sans passer par l’intermédiaire d’un quelconque énonciateur.» (Rabatel, 2004b.)

¹¹ Afirma o autor que „...le „jeu“ que joue le sujet parlant comme s’il lui était possible de ne pas avoir de *point de vue*, de disparaître complètement de l’acte d’énonciation et de laisser parler le discours par lui-même.“ (Charaudeau, 1992: 650).

Os textos do círculo de Bakhtine (traduzidos, por essa altura, na Europa, e em França em particular) são por um lado uma influência forte na teoria da *polifonia* e, por outro, estão na origem de um desenvolvimento teórico em vários pontos divergente da proposta ducrotiana, e que assenta no conceito de *dialogismo*, isto é, no facto de que todos os discursos reenviam a outros discursos, numa cadeia verbal infinda, a que Bakhtine (1984: 258) se refere, metafórica e dialogicamente, dizendo que “nunca nenhum discurso quebrou o silêncio do universo”, ou ainda que “a palavra não é adâmica”.¹² Tal *dialogismo* mostra-se de formas diversas nos discursos, considerados como entidades empíricas. A distinção feita por Authier-Revuz (1982 e 1984), entre os processos de constituição do discurso (a heterogeneidade constitutiva) e os processos de representação da sua constituição no discurso (heterogeneidade mostrada), permite a categorização do dialogismo como dialogismo constitutivo e dialogismo mostrado.

Ora, a integração dos discursos num género (e tipo) discursivo(s) é uma estratégia de abordagem que obriga a considerar, desde o início, o discurso e essa dimensão dialógica que o constitui. Ao contrário de Ducrot, que limita a análise da polifonia ao enunciado isolado, prevendo, por isso, a possibilidade de um enunciado ser não polifónico, o dialogismo constitutivo instaura os *outros* no discurso, como condição mesma do próprio discurso,

¹² Num pequeno excurso, e recorrendo a este mesmo universo religioso aqui convocado, poderia dizer-se que a palavra não é adâmica, pois no relato bíblico a palavra é divina. De facto, o silêncio do universo é quebrado por Deus, num uso inicial, pragmático, de pura *performatividade* da linguagem, relatado no livro do *Génese*, de que tomo o excerto «E Deus disse: «Faça-se a luz.» E a luz foi feita.» (*Génese*, capítulo 1, versículo 3). Note-se, a propósito, as marcas da presença e do apagamento das vozes do discurso em relação com os valores ilocutórios ativados. Se a dimensão pragmática da linguagem é divina, parece ser humana a dimensão semântica da palavra, na tarefa inicial de designar, de dar nome aos animais, também no mesmo livro do *Génese*. Seja-me permitido sublinhar que, independentemente de qualquer crença, não é possível negar o simbolismo linguístico desta narrativa.

aproximando-se, ainda que num quadro diverso, do princípio da alteridade da enunciação, defendida por Benveniste.

Mas a inventariação e a análise das marcas de dialogismo mostrado têm-se sobreposto, por vezes, a uma visão de conjunto que deve ter como núcleo o dialogismo constitutivo. E de facto essa é uma perspetiva que pode ser redutora, na limitação à identificação das marcas de dialogismo, por atenção exclusiva ao cotexto linguístico imediato.

Por outro lado, a atenção às marcas dialógicas permite caracterizar a presença do locutor e das vozes que traz para o discurso segundo um eixo de gradação, isto é, como saliências diversas que matizam a oposição entre discursos objetivos e subjetivos, segundo um *continuum* de categorias.

O apagamento enunciativo (do nível micro ao nível macrodiscursivo)

No que concerne, especificamente, ao *apagamento enunciativo*, importa considerar a questão tendo em conta, exatamente, os modos de *presença* do locutor e *das vozes que convoca*. O *apagamento enunciativo* simula um vazio que na verdade é duplamente preenchido.

Tomo como ponto de partida, a diversidade dessas presenças na superfície discursiva, mais ou menos salientes, ao serviço de objetivos discursivos distintos e, particularmente, ao serviço da relação que o locutor com elas estabelece, em função, claro, de toda a dimensão contextual que conforma a construção discursiva.

Uma das primeiras questões a considerar é terminológica, não como fim em si, mas pela implicação que tem na compreensão do quadro teórico, e em particular, na definição dos conceitos. No caso vertente, são os termos de *apagamento enunciativo* e de *desinscrição enunciativa* que estão em causa.

Tomo como referência para discussão da problemática do *apagamento enunciativo* dois contributos, o de Vion (desde logo, o texto de 2001, mas também 2004 e 2007) e o de Rabatel (2004a, 2004b

e 2004c), em textos que não são os únicos em que os autores abordam a questão, mas antes aqueles que considero serem mais relevantes para traçar uma síntese desta problemática. Ambos abordam o tema a partir dos discursos, ou seja, a partir dos efeitos pragmáticos que o uso de mecanismos de apagamento enunciativo provoca.¹³ Vion parte da afirmação da impossibilidade de apagamento enunciativo do locutor, que aponta como sendo, provavelmente, o contributo mais importante das teorias enunciativas « ...tout énoncé est un événement nécessitant un locuteur qui, quelle que soit la stratégie mise en œuvre, est inévitablement présent DANS son message (et pas seulement PAR son message).” (Vion, 2004: 99). É, assim, a propósito da “ilusão descritiva” da língua, apontada por Ducrot, e no quadro de uma abordagem enunciativa dos discursos, que Vion vai usar, unicamente, o termo *apagamento enunciativo*, para referir a simulação de uma função puramente descritiva da linguagem que « se contenterait de constater et de relater les dispositions d’un monde tel qu’il serait sans l’intervention d’un sujet parlant » (Vion, 2001: 334), de que seriam modelo, nomeadamente, o discurso teórico e o discurso científico. Por isso, define o *apagamento enunciativo* em função do conceito de *subjetividade*, sublinhando que «... l’effacement énonciatif ne constitue que l’une des stratégies énonciatives d’un locuteur qui, même avec des discours impersonnels, descriptifs ou “objectivés”, produit des énoncés subjectifs.» (Vion, 2007: 210). Num texto de (2004), estende este processo discursivo às categorias de *dictum* e *modus*: „Si l’effacement énonciatif est relativement fréquent pour verbaliser le dictum, rien ne s’oppose à ce que la réaction modale du sujet vis-à-vis de ce dictum procède, elle aussi, de l’effacement énonciatif.,, (Vion, 2004 : 98).

¹³ Estes autores, e outros, encontram na problemática do discurso relatado uma área fundamental de análise das estratégias de apagamento enunciativo. A revista *Langages* 156, editada por Rabatel, concentra esta convergência de interesses.

Enquanto estratégia discursiva, o AE visa, por um lado, o apagamento das marcas indiciais da presença do locutor na superfície discursiva (“L’effacement énonciatif concerne donc le seul « gommage » des déictiques personnels marquant explicitement la présence du locuteur en tant que sujet parlant”. (Vion, 2004: 100)). Por outro lado, é um dos processos possíveis de objetivação do discurso que pode coexistir com graus variáveis de subjetividade, dada a possibilidade de coocorrência com outras categorias deícticas (espaço e tempo) e outras marcas de subjetividade, mais difusas, ligadas a implícitos e orientações argumentativas, em particular.

Quanto a Rabatel, este é um dos investigadores que mais tem contribuído para o aprofundamento desta discussão teórica. Retomando a questão do simulacro, o *apagamento enunciativo* é para este autor « l’effacement de l’énonciateur (mais non du locuteur...)» (Rabatel, 2004a: 4). A distinção estabelecida por Ducrot entre locutor e enunciador, retomada e repensada teoricamente por Rabatel (2004a: 6) subjaz à sua conceção dos modos de apagamento enunciativo. Neste enquadramento, o conceito de PDV é fulcral.¹⁴ O AE é uma questão que o autor aborda *na relação* com outros processos discursivos em inter-relação com a organização enunciativa, em particular a referenciação, porque na sua opinião é aí que o AE se manifesta: «... [il] est sensible à travers la référénciation, il repose sur les *marques qui favorisent le surgissement de l’objet* (du discours) indépendamment du locuteur.» (Rabatel, 2004b: §7) (itálico meu).¹⁵ Considerado, finalmente, um processo

¹⁴ Rabatel retoma a questão do PDV (as maiúsculas assinalam a especificidade da proposta de Rabatel) em vários dos seus trabalhos. Em Rabatel (2019: 170) sublinha novamente: “Pour ma part, je définis comme point de vue (PDV), en linguistique, tout énoncé qui prédique des informations sur n’importe quel objet du discours, en donnant non seulement des renseignements sur l’objet (relatifs à sa dénotation), mais aussi sur la façon dont l’énonciateur envisage l’objet, exprimant ainsi un PDV. »

¹⁵ Na relação com o processo de referenciação, o apagamento enunciativo é um processo discursivo fundamental para a construção da dimensão argumentativa do discurso (Amossy, 2000).

gradativo, o AE não se restringe ao apagamento de categorias deícticas e inclui também o apagamento de outras marcas de subjetividade; o primeiro processo é, de algum modo, marginal relativamente ao segundo, na objetivação por AE de um determinado discurso¹⁶:

Relèvent de l'EE les énoncés désembrayés (énonciation historique et théorique), à la condition que les repérages anaphoriques s'accompagnent du moins de marques de subjectivité possible, afin que *la référenciation des objets de discours paraisse quasiment indépendante de la situation d'énonciation du locuteur comme de sa subjectivité*; néanmoins, si ces énoncés désembrayés s'accompagnent de nombreux *subjectivèmes*, ils ne sont que *marginalelement concernés par l'EE*. Rabatel, 2004a:4 (itálico meu)

É por isso que, a par do conceito de AE¹⁷, Rabatel introduz o de *desinscrição enunciativa*, que retoma de G. Philippe (2002: 31), mas vai enquadrar na sua própria teorização, (especificamente em 2003, 2004a e 2004b). Em particular, o conceito é introduzido por Rabatel a propósito do discurso relatado, em 2003, para individualizar aí situações de apagamento de marcas deícticas.¹⁸ Mas é alargado, nos

¹⁶ Para Monte (2005: 41), ao fazer a revisão da revista *Langages*, 156, sobressai a importância teórica do conceito de apagamento enunciativo para a reanálise da subjetividade na linguagem: “ Le concept d’effacement énonciatif permet de subsumer un ensemble de phénomènes qui ressortissent à une implicitation de la présence du locuteur et de poser autrement la question de la « subjectivité dans le langage ». »

¹⁷ Se a ausência de marcas deícticas apaga o locutor da superfície discursiva, é em função do enunciador, ou melhor, dos enunciadores, que o apagamento enunciativo deve ser analisado e explicado: «Or c’est précisément la possibilité pour le sujet (sujet de l’énonciation) de se penser comme sujet (modal) indépendamment de l’acte externe d’énonciation (de locution) qu’il s’agit d’examiner. Autrement dit, il s’agit d’analyser la subjectivité du locuteur, hors énonciation personnelle, ou encore celle d’énonciateurs internes aux énoncés du locuteur, qui ne sont pas des locuteurs de discours rapportés». (Rabatel, 2005 : 118).

¹⁸ Como o autor refere “le locuteur citant représente un énoncé du locuteur cité en effaçant son dire, ou en limitant ce dernier à des îlots textuels, ou encore en effaçant certaines marques de rapport. » (Rabatel, 2003:1).

dois últimos textos, a situações específicas de apagamento enunciativo em relação com o plano de enunciação pessoal:

si un plan d'énonciation personnelle ne relève *a priori* pas de l'EE, en revanche, s'il comporte peu de subjectivèmes, et que le *je* et/ou le présent valent pour tout le monde et/ou pour toujours, alors l'énonciation personnelle tend vers l'EE, du fait de cette désinscription énonciative. *Les énoncés relevant de l'EE sont donc, en second lieu, ceux qui relèvent de cette désinscription énonciative.*

Rabatel, 2004b: §13 (itálico meu)

Em contraste com a posição assumida de Vion que põe o apagamento da dêixis pessoal no centro da questão, há, nesta proposta de Rabatel, uma inversão quanto ao sentido nuclear, central, de *apagamento enunciativo*. *Desinscrição enunciativa* designa, nesta proposta, uma forma mínima de apagamento enunciativo (2003: 43), ou apagamento *lato sensu*, face a um apagamento *stricto sensu*, que implicaria idealmente, como sublinha Rabatel, o apagamento do enunciador, esbatendo as marcas de modalização (e, portanto, de dialogismo): “L'EE apparaît ainsi comme un *phénomène graduel*, minimal avec le phénomène de désinscription énonciative, maximal avec les plans d'énonciation non embrayés (historique et théorique) «objectivants».” (Rabatel, 2004a: 4). Contudo, nos textos posteriores, nomeadamente Rabatel (2005, 2006, 2012), só o termo *apagamento enunciativo* ocorre, ainda que os dois modos de *apagamento enunciativo* continuem a ser considerados. *Desinscrição enunciativa* é um termo que, de algum modo, parece perder importância na discussão teórica, centrada unicamente sobre o termo englobante *apagamento enunciativo*.

Considero, todavia, que é um termo a preservar, enquanto categoriza o apagamento da atualização deíctica, que de outra forma se diluiria no processo global do apagamento enunciativo, ainda que com efeitos pragmáticos heterogêneos.¹⁹ De facto, mais do que

¹⁹ Maingueneau (1998), como Rabatel, liga o AE à não modalização do discurso e ao efeito de objetividade. Constrói uma tipologia de textos objetivantes e

mera forma “mínima” de apagamento enunciativo, a *desinscrição enunciativa* é um modo estratégico de *apagamento* (simulado) do locutor, por desatualização deíctica, diverso do apagamento enunciativo por não modalização, ainda que necessariamente imbricados. Acresce, ainda, que os conceitos de Locutor e enunciador, assumidos como fundamentais para a discussão desta problemática, permitem argumentar a favor da manutenção desta distinção terminológica e teórica.

Em termos de estatuto teórico, o apagamento enunciativo é um procedimento discursivo, estratégico, desencadeador de efeitos pragmáticos diversos, sensível, portanto, ao contexto, mas que está previsto na língua.

É por isso que Gilles Philippe (2002)²⁰ retoma a noção de *aparelho formal da enunciação* para propor uma outra, a de *aparelho formal do apagamento enunciativo*, uma possibilidade aberta pela estrutura da língua.²¹ Isto é, à semelhança da proposta de Benveniste relativa a um aparelho formal da enunciação, a língua disporia de um conjunto de categorias ao serviço do apagamento

subjetivantes, a partir das categorias discursivas de dêixis e modalização. São 4 classes de textos:

Embraiado + modalizado = subjetivo

Embraiado + não modalizado = objetivo

Não embraiado + não modalizado = objetivo

Não embraiado + modalizado = subjetivo

A elaboração teórica desenvolvida visa preservar uma distinção cuja ausência o autor critica em Benveniste (Rabatel, 2005: 116): a ausência de marcas deícticas não implica a ausência de subjetivemas (a relação do sujeito com os objetos de discurso).

²⁰ " La *désinscription énonciative* relève encore de la linguistique de l'énonciation, et cela, à un double titre, celui des *faits de langue* (question de l'appareil formel de l'effacement énonciatif) et celui des *effets de discours* (question du fonctionnement pragmatique des textes sans locuteur) ". (Ph., 2002: 31). É um facto da língua e um efeito do discurso.

²¹ Philippe usa ora a designação de aparelho formal da não-enunciação ora o de aparelho formal de desenunciação. Estas duas designações têm impacto na integração teórica do conceito.

enunciativo, regulando, dessa forma, a implicação quer da voz do locutor (da sua subjetividade) quer das vozes do discurso em geral.

Parece-me, no entanto, que não devem ser tomados como dois “aparelhos formais” constituídos por categorias exclusivas, mas de um único aparelho formal da enunciação, a ser (re)definido de forma ampla. Como refere Fiorin (2017), citando Possenti, «a língua não contém, ela é um aparelho formal da enunciação». Fiorin explicita, deste modo, a mesma concepção teórica referida já em Fonseca (1992), a de que a enunciação é a trave-mestra da língua. Porque a língua está ao serviço da enunciação.

A gradatividade do processo de apagamento enunciativo e a impossibilidade de uma objetividade absoluta vêm redefinir, como refere Philippe (2002: 31), ainda que numa perspetiva própria, “a questão do funcionamento pragmático dos textos sem locutor”. Põem em evidência que os recursos discursivos identificados como marcas de apagamento enunciativo configuram sempre modos de presença do locutor no discurso, “modos de encenação plural”, num jogo de presença-ausência que é a base de um dinamismo discursivo em equilíbrio instável, segundo as palavras de Vion (1999: 108), mas que é constitutivo dos discursos. Tais movimentos, gerados pela diversidade dos modos de presença do locutor no discurso, constituem uma espécie de “respiração”, o termo é ainda de Vion. É uma *respiração enunciativa* criada por estratégias discursivas que ora mostram ora escondem essas vozes em inter-relação com as dimensões argumentativas, ilocutórias e semânticas dos discursos.

Matizando a posição do autor (Vion, 2005: 153), que a propósito do apagamento enunciativo como estratégia enunciativa, lembra que «Il existe par ailleurs des stratégies énonciatives que les termes de polyphonie, voire de dialogisme montré, ne semble pouvoir couvrir», eu diria que o processo de apagamento enunciativo é ainda uma estratégia de *dialogismo mostrado* mas «inverso», isto é, orientado no sentido de gerar um efeito discursivo de diluição da voz do locutor e da origem das vozes que convoca, mas para dar lugar a outras argumentativamente mais adequadas.

Há a realçar desta síntese que o apagamento enunciativo é um modo de enunciação que condiciona a construção dos sentidos dos discursos, o que lhe confere, portanto, valor argumentativo. Da necessária, mas em si limitada, identificação e análise das marcas específicas de apagamento enunciativo, que ocorrem ao nível micro, ao nível do enunciado, deve alargar-se a análise ao nível macro dos funcionamentos discursivos para, a partir desse contexto global, descrever e explicar os processos de apagamento enunciativo em cada género discursivo e em cada discurso particular, numa relação pendular entre o nível macro e o nível micro, ao serviço de uma coerência dialógica que orienta tais escolhas. Por outras palavras, é preciso articular a questão do AE a funcionamentos linguísticos, discursivos, experienciais e sociais.

Pretende-se, assim, passar da discussão teórica à análise dos discursos, para afirmar a ancoragem discursiva do apagamento enunciativo, isto é, ao nível dos funcionamentos globais do discurso. Com efeito, o apagamento enunciativo não releva de uma estratégia local, ou, pelo menos, mesmo se materializado ao nível local, é necessário ter em conta o funcionamento global que lhe impõe restrições. Não há um empilhamento ou inventário de estratégias de apagamento, mas uma relação em rede que deve ser tomada em consideração.

É no quadro de tais funções discursivas que deve ser testado o seu alcance teórico, a partir, nomeadamente, da descrição de dados e funcionamentos linguístico-discursivos que permitam explorar as implicações do apagamento enunciativo, na construção dos sentidos dos discursos, permitindo a reanálise da subjetividade, de que fala Monte (2005: 41).

Está subjacente à argumentação que venho apresentando, o conceito de configuracionalidade discursiva. Usado por Ricoeur e retomado por Adam (2005), a propósito da definição da unidade complexa *discurso*, a sua configuracionalidade estabelece a necessidade de uma análise que tenha em consideração a inter-relação entre todas as componentes discursivas. Sem prejuízo das implicações de tal globalidade inter-relacional, restrinjo a reflexão

a duas vertentes que considero centrais: por um lado, a relação entre apagamento enunciativo e gênero de discurso e, por outro, a construção da responsabilidade enunciativa do locutor (L/E) em função do processo de AE.

A seleção assim operada justifica-se pela particular saliência do gênero na determinação de características do texto/discurso e, no caso vertente, do apagamento enunciativo e das marcas discursivas desse apagamento. A construção da responsabilidade enunciativa do locutor (L/E) tem no processo de AE um recurso discursivo fundamental. A responsabilidade enunciativa implica o posicionamento de L/E face às vozes que convoca, num processo que afeta a coerência dialógica do discurso.

Nestas duas abordagens da construção do apagamento enunciativo, irei centrar-me no conceito de *desinscrição enunciativa* como modo de AE realizado por (des)ancoragem deítica.

Apagamento enunciativo e responsabilidade enunciativa

No que concerne à organização enunciativa dos discursos, que constitui o 'lugar geométrico'²² desta reflexão, os modos de presença do locutor no discurso articulam-se com a questão da sua responsabilidade enunciativa. Ou seja, na atividade de gestão e estruturação discursivas, as escolhas feitas pelo locutor (tendo em conta, sempre, as constricções já referidas), quanto à sua presença ou ausência na superfície discursiva, estão ao serviço de estratégias de sentido, nomeadamente argumentativas, que implicam a responsabilidade enunciativa (Marques, 2013), enquanto evidenciam a relação que o locutor estabelece com o objeto do seu dizer e com as vozes que convoca. É esta, aliás, a definição que proponho: "...a responsabilidade enunciativa designa de forma ampla o posicionamento do locutor face às escolhas que realiza, na adequação à situação e aos objetivos discursivos" (Marques, 2013: 144).

²² O termo é de Charaudeau (2012).

O postulado da análise linguística dos discursos subjacente é que “todo o discurso tem um locutor responsável pela sua enunciação e os interlocutores deixam marcas da sua presença no discurso, i.e., marcas das suas atividades discursivas” (Marques, 2013: 145). Pressupondo, portanto, uma conceção dialógica dos discursos, os conceitos de locutor e enunciador, como já foi referido acima, são fundamentais para a análise da construção da *responsabilidade enunciativa*, tal como o são para a questão dos modos de presença das vozes discursivas.

Assim, ter-se-á em conta o conceito de *responsabilidade enunciativa*, que categorizei como *responsabilidade*₁ e *responsabilidade*₂:

A *responsabilidade enunciativa*₁ é a responsabilidade enunciativa inerente ao facto de o locutor estar na origem da enunciação, do discurso em que participa, enquanto lhe cabem as escolhas e estratégias discursivas, no quadro obviamente regulador do género, dos interlocutores, dos objetivos e do espaço institucional em que se integra. Cabe-lhe (...) gerir o discurso. Nomeadamente, cabe-lhe estruturar o discurso, e determinar que vozes convocar, assim como o lugar e modo de as fazer ouvir. Cabe-lhe ainda, na importante função de referenciação, a escolha do léxico para designar os objetos do discurso.

A *responsabilidade enunciativa*₂ está integrada na *responsabilidade enunciativa*₁, que é global e constitutiva. Deriva das relações do locutor com as vozes que traz para o discurso, sejam vozes internas (os enunciadores de Ducrot) sejam vozes externas, trazidas pelo discurso relatado. Face às vozes que traz para o discurso, o locutor escolhe posicionar-se e atenuar ou amplificar a relação de acordo ou desacordo, proximidade ou afastamento, que necessariamente estabelece com elas. Mas é um jogo que não anula a *responsabilidade enunciativa* do locutor. Marques, 2013: 147-148

Estabelecida a dimensão constitutiva da *responsabilidade*₁, é ao nível da *responsabilidade*₂ que vou centrar a questão do apagamento

enunciativo²³, para sublinhar que, neste nível, o *apagamento enunciativo* opera uma desresponsabilização enunciativa, mas que a responsabilidade se mantém, contudo, inalterada. Com efeito, esta responsabilidade é linguística, no sentido em que é constitutiva do uso da língua. Esta é uma conceção que diverge do posicionamento assumido por Koren (2006: §1), quando restringe a responsabilidade a uma tomada de posição ética deliberada e explícita²⁴, dificilmente se coordenando com o *apagamento enunciativo*, que caracteriza como «...un comportement discursif d’abstention, de masquage du point de vue et de renoncement à toute forme visible d’interaction langagière».

O apagamento enunciativo do locutor é efetivamente uma simulação, mas Koren deixa de lado o facto de o locutor não poder não assumir a responsabilidade da sua enunciação, mesmo quando o apagamento enunciativo é uma estratégia privilegiada. Por isso, considero também que, quando o locutor se apaga, é importante questionar onde o faz e a quem dá voz por força desse apagamento, e quais os efeitos de sentido que daí advêm, nomeadamente em termos de responsabilidade enunciativa.²⁵

²³ Rabatel (2004a) aborda esta questão a propósito do DR, desenvolvendo o que designa como „tópica enunciativa“. Individualiza três tipos de relação estabelecidos pelo locutor com o seu dizer, ou posturas, que designa como sobre-enunciação, coenunciação e subenunciação: «Les effets pragmatiques qui découlent de l’EE dans les discours citants et cités invitent à proposer des éléments d’une topique énonciative, avec trois postures qui entrent en jeu dans la construction interactionnelle des points de vue“ (2004a: 9).

²⁴ «...« Responsabilité » réfère à une prise de position éthique délibérée et explicite» (Koren, 2006 : §1).

²⁵ Rabatel (2006 : §1) sublinha a importância de uma abordagem discursiva « ...dans la mesure où notre démarche s’intéresse à des textes et des discours, et aux interactions qui se nouent autour de l’interprétation des points de vue qui les structurent, nous proposerons de regrouper les contenus propositionnels en fonction de la source énonciative à l’origine de la visée argumentative qui préside aux choix de référencement, à charge également de préciser les relations entre ces énonciateurs et le locuteur qui les met en scène, pour déterminer *qui assume quoi* (Rabatel, 2005: 115).

Mais ainda, no contexto dialógico e, por conseguinte, social em que tem lugar, a responsabilidade enunciativa exerce-se relativamente a valores, tem uma clara vertente axiológica para além da vertente epistémica; o locutor não é apenas o garante de uma verdade é também o responsável por uma ação avaliadora que orienta argumentativamente o seu discurso. Porque se posiciona e articula os pontos de vista, ou seja, as vozes que traz para o discurso, o locutor confere-lhes, por este processo, coerência, e, ao mesmo tempo, argumenta, quando assume, ou recusa, num *continuum* de maior ou menor adesão, a responsabilidade de um determinado PDV²⁶. Esta tomada de posição faz-se em tensão enunciativa, isto é, entre explicitação e implicação da voz convocada.

Recorro aos discursos políticos presidenciais para exemplificar os processos de apagamento enunciativo em inter-relação com a construção da responsabilidade enunciativa, tendo em conta os mecanismos que o locutor usa para operar esse apagamento, em função, por sua vez, dos efeitos de sentido que pretende provocar.

Tomo como exemplo um discurso presidencial, uma *Mensagem de apelo ao voto*, feita pelo então Presidente da República Portuguesa Jorge Sampaio, no Palácio de Belém, em 19 de fevereiro de 2005, na véspera de eleições legislativas.²⁷

Todo o discurso se constrói em torno da necessidade de votar. O macroato ilocutório realizado é de apelo (ao voto), a que o locutor chega por um processo de argumentação desenvolvido em modos de dizer que alternam entre um plano de enunciação pessoal e um plano de enunciação “histórico” ou “teórico”, ou seja, de *apagamento enunciativo*. O discurso constrói-se em tensão desde o primeiro enunciado, que é este, “*Amanhã os portugueses são chamados a votar.*” De facto, e em termos do modo de presença do locutor, as

²⁶ Note-se que uso *PDV* e *voz* indistintamente.

²⁷ Este discurso torna-se paradigmático enquanto relaciona a responsabilidade política do Presidente da República com a responsabilidade enunciativa do locutor, uma vez que as eleições decorrem da dissolução da Assembleia da República, num quadro de governo com maioria parlamentar.

escolhas linguísticas orientam-se em duas direções diferentes, pois o apagamento coexiste com um modo de enunciação pessoal, que torna saliente a heterogeneidade dos modos de enunciação. O locutor parte da situação de enunciação, marcada por dêixis temporal, no uso do advérbio *Amanhã*, para operar um apagamento enunciativo na escolha de uma estrutura passiva sem explicitação de agente, que dá saliência ao objeto de discurso e apaga a voz responsável.²⁸ Se este evento, as eleições, é localizado relativamente ao momento da enunciação (amanhã), a nível local ou micro, a argumentação empreendida para realizar o macroato ilocutório diretivo de apelo ao voto desenvolve-se numa estratégia sistemática de apagamento enunciativo ainda que assente em variações gradativas:

Consideremos, a título de exemplo, os excertos seguintes:

1) *Em democracia, é o eleitorado quem detém a soberania primeira e é ele a fonte da legitimidade. Ao votar, o eleitorado responsabiliza e responsabiliza-se.* (Apelo ao voto)

2) *Sabemos que os próximos tempos continuarão a não ser fáceis. Sabemos que as dificuldades e os desafios só se vencerão com o empenhamento de todos.* (Apelo ao voto)

Os modos de apagamento decorrem de mecanismos diversos com efeitos pragmáticos também diversos. O introdutor de universo de discurso, “Em democracia”, em (1), em conjugação com o uso das formas de presente (genérico) e dos artigos definidos, reenvia a uma voz genérica, uma voz abstrata identificada, contextualmente, com a ideologia democrática, responsável, portanto, por esse PDV expresso. O locutor empenha-se na criação de um mundo discursivo que fala por si só. Dito de outro modo, é o discurso do mundo que se impõe, desresponsabilizando-o, não por desacordo, mas numa estratégia de argumentação que põe em cena uma voz de autoridade. É, essencialmente, um mundo de

²⁸ É a partir do evento referido que pode recuperar-se a constituição portuguesa como a voz na origem deste chamamento.

valores, que o locutor apresenta como conhecimento compartilhado e indiscutível. A força assertiva desta enunciação impessoal não prevê o dissenso.

Situação diferenciada, mas ainda assim de apagamento enunciativo, decorre da presença da forma verbal de plural “sabemos” (ainda que de 1ª pessoa), usada duas vezes em (2). O tópico discursivo é agora a situação de crise do país; e a forma verbal identifica um locutor plural e uma comunidade de que o Presidente da República é porta-voz e na qual os alocutários, os eleitores, se inscrevem. Mais uma vez, é uma comunidade homogênea que é discursivamente representada. A responsabilidade do PDV é, por esta via, grupal. Há um enfraquecimento da responsabilidade enunciativa² diluída no grupo, mais uma vez como estratégia de argumentação. Os juízos avaliativos têm outros responsáveis que não (apenas) o locutor.

As vozes que se fazem ouvir estão para além das circunstâncias da enunciação, identificadas que estão com enunciação de princípios e valores, e com os (eleitores) portugueses. Neste último exemplo analisado, o apagamento enunciativo, por desinscrição enunciativa, promove explicitamente a coesão grupal. A generalização ao grupo torna homogêneo o que na verdade é heterogêneo e até contraditório. O artifício assim conseguido é reforçado pelo valor epistémico de certeza veiculado pelo verbo *saber*, que compromete o alocutário com a verdade – e a responsabilidade - da asserção.

O discurso cria um efeito de evidência, que se estende à naturalização das coisas. E assim o posicionamento do locutor articula-se ao processo de referenciação dos objetos do discurso.

A escolha destes modos diferenciados de apagamento enunciativo, em função do tópico apresentado, traz força argumentativa ao discurso e, simultaneamente, protege a “imagem de presidente” do locutor, marcada pela neutralidade, mas não

pelo distanciamento.²⁹ É explicitamente como cidadão e não como político que se assimila ao grupo.³⁰

O apagamento da voz do locutor, pese embora a presença de alguns subjetivemas, produz um efeito de objetivação do discurso, que serve a construção do posicionamento de neutralidade e imparcialidade pretendido pelo locutor (e previsto por este género do discurso político presidencial).

A *responsabilidade* do locutor é mitigada, enquanto são vozes genéricas e coletivas as responsáveis primeiras pelos PDV veiculados, mesmo se o locutor se assimila a esses pontos de vista, definindo a sua posição.³¹

O reforço da coesão nacional passa, neste discurso, pela construção de um discurso sem adversários, unânime.

Para além de exemplificar modos diversos de apagamento enunciativo, os excertos analisados tornam evidente que os dispositivos linguísticos que mostram os modos de presença das vozes do discurso devem ser analisados em rede, isto é, na identificação e interligação dos recursos linguísticos escolhidos pelo locutor em função dos efeitos de sentido pretendidos. Só assim é possível determinar a coerência dialógica do discurso. Note-se, ainda, que a responsabilidade enunciativa deriva das escolhas realizadas pelo locutor, nomeadamente no que concerne aos seus modos de presença no discurso, como referi antes.

Finalmente, e atendendo à configuracionalidade do discurso, é evidente, que as marcas de apagamento enunciativo no discurso político presidencial em análise são determinadas por todas as

²⁹ Pode ser também um distanciamento empenhado, a que o modo de enunciação pessoal dá suporte. Na verdade, o modo de enunciação pessoal está presente num outro parágrafo, de justificação da convocação antecipada de eleições. Constitui um módulo que não afeta a análise aqui realizada.

³⁰ No que concerne ao locutor, sobressai uma imagem de neutralidade e de autoridade.

³¹ A „prise en charge“ é um conceito que assenta num fenómeno por defeito. Resulta das máximas conversacionais, do princípio de sinceridade (Rabatel & Grossmann, 2007:7). Por isso, não necessita de marcas específicas, ao contrário da não responsabilidade.

componentes discursivas, em particular, pelos tópicos considerados, pelos objetivos argumentativos e ilocutórios locais e globais, pelo quadro espaço-temporal, pelo estatuto dos interlocutores.³²

Mais ainda, este funcionamento reticular das marcas de apagamento enunciativo integra-se num funcionamento enunciativo global, hierarquizado em função dos tópicos discursivos e dos objetivos globais. Regresso ao discurso em análise para considerar o excerto final:

3) *Em democracia*, todas as crises têm uma solução. A qualidade única das democracias representativas é assentarem a sua legitimidade numa relação de confiança entre os cidadãos e o poder político. *Como cidadãos, somos*, todos e cada um de nós, os primeiros e os últimos responsáveis pelos destinos da nossa comunidade política nacional. *Como cidadãos, temos* uma parte de poder e uma parte de responsabilidade que não podemos alienar, quando somos chamados a escolher os nossos representantes.

Portugal está numa encruzilhada. Neste momento, a escolha da melhor forma de responder à crise portuguesa *está nas mãos dos cidadãos*. *Confio* no sentido de responsabilidade do eleitorado, na sua seriedade, na sua lucidez. Amanhã, *vamos* votar com responsabilidade cívica e confiança na *nossa* democracia e no *nosso* país.

(*Apelo ao voto*) (itálico e negrito meus)

Repare-se na articulação das vozes, em função dos tópicos em construção, geradora de um movimento argumentativo apoiado por graus de apagamento enunciativo diversos, até à inscrição explícita do locutor. Este percurso concretiza a relação de confiança entre o poder político e os cidadãos, afirmada como princípio democrático e agora transposta para o tempo e espaço de uma democracia particular. A desresponsabilização enunciativa inicial,

³² A organização composicional e, em particular, o plano de texto, determina a ocorrência dos mecanismos deícticos pessoais, em processos de desinscrição ou de inscrição enunciativa (Marques & Ramos, 2015).

por convocação de uma voz genérica, passa por uma situação intermédia de diluição da voz do locutor na voz dos alocutários-eleitores e termina – ou culmina - na responsabilidade enunciativa do locutor agora plenamente assumida, nas marcas deícticas de primeira pessoa.

Assiste-se a uma exposição argumentativamente orientada dos factos discursivos, apoiada numa estratégia de apagamento por desinscrição, que cria efeitos de evidência.³³

Cabe ainda salientar o apagamento enunciativo do destinatário coletivo, desinscrito quer porque nunca convocado de forma direta quer por ausência de atos diretivos fortes (a escolha do termo *apelo* para título da intervenção política está em consonância com toda a estratégia discursiva, de não imposição da vontade do locutor), mas convocado a aderir a um ponto de vista a que o locutor também se assimila, pelo uso da 1ª pessoa do plural.

A inter-relação com a responsabilidade enunciativa impõe, portanto, que se recoloque a análise e explicação do *apagamento enunciativo* no nível macro do funcionamento discursivo. Porque permite explicar opções de maior ou menor apagamento, explicar escolhas e hierarquias, em função dos objetivos ilocutório-argumentativos globais visados pelo locutor.

A respiração enunciativa, de que falava acima, materializa-se neste jogo de apagamento enunciativo que, na verdade, apaga mostrando, em graus diversos, diferentes vozes discursivas ao serviço da coerência dialógica pretendida. O locutor escolhe inscrever-se – e desinscrever-se – de diferentes modos, em função dos tópicos e dos objetivos pretendidos. Estes movimentos não são, pois, aleatórios.

³³ Segundo Rabatel (2004b : §58), «...les énoncés qui effacent l'origine énonciative du locuteur comportent des contenus plus directement acceptables pour le co-énonciateur que ceux qui passent par la médiation du locuteur-énonciateur ». O trabalho interpretativo que implicam incrementa, na opinião do autor, a aceitabilidade dos argumentos propostos.

Apagamento enunciativo e género discursivo

De acordo com a função determinante que o género discursivo tem nas características dos discursos empíricos, não é possível abstrair da sua importância³⁴ na descrição e explicação quer das marcas linguísticas de apagamento quer dos efeitos pragmáticos desses modos de apagamento enunciativo, enquanto pressupõem um conjunto de escolhas do locutor, no quadro de um grupo social e linguístico.

Se o AE tem a ver com constrações genéricas, então faz parte do estilo de género (Bakhtine). Esta condição torna o apagamento enunciativo um procedimento discursivo regulado pelo género, o que implica considerar os modos como a subjetividade se constrói nos discursos e sobretudo *que subjetividade aí se constrói*. De facto, as marcas de apagamento enunciativo são marcas reguladas, contextualmente determinadas e, por isso, produzem efeitos diversos de sentido. Por outras palavras, os efeitos de sentido, ou efeitos discursivo-pragmáticos, ganham saliência em função deste enquadramento.³⁵

O conceito de *desinscrição enunciativa* permite abordar e clarificar os modos de apagamento enunciativo que tenho vindo a considerar, enquanto gera efeitos pragmáticos diversos, se se trata de um ou outro tipo de discurso, se se trata, por exemplo, de discurso científico ou de discurso jornalístico. Em ambos os casos, é a questão da objetividade, ou melhor, do discurso objetivado, que sustenta a discussão em torno da questão, ainda que o tom global objetivante não seja o único efeito conseguido, pois os discursos são heterogéneos, sistematicamente marcados por uma instabilidade enunciativa.

³⁴A estas implicações se refere Moirand (2000), que assenta a distinção, agora no discurso jornalístico, entre géneros informativos e géneros de opinião, em procedimentos de apagamento enunciativo.

³⁵ “Comme lui [Rabatel], nous pensons que l’effacement énonciatif demande des descriptions fines de données textuelles (2004 : 12).” (Adam & Lugin 2006).

É neste contexto que a atenção à dêixis pessoal ganha saliência, em particular no que concerne ao uso de 1ª pessoa do singular, de 1ª pessoa do plural ou de um maior apagamento enunciativo no recurso ao clítico *se*. É a partir deste último marcador deíctico que irei relacionar apagamento enunciativo e género de discurso, para mostrar como o mesmo mecanismo de AE, de *desinscrição enunciativa*, produz efeitos de sentido diversos. Esta é uma questão central enquanto aponta a necessidade de considerar o contexto para identificar as instruções de sentido que as marcas de AE veiculam. Seleccionei, exemplos de géneros do discurso político presidencial, do discurso científico e do discurso jornalístico.³⁶ São géneros discursivos com especificidades muito marcadas no que concerne aos modos de presença do locutor no seu discurso e, particularmente, aos modos de apagamento enunciativo, por desinscrição.

a) O artigo científico: desinscrição e universalidade

O discurso científico é prototipicamente um lugar de apagamento enunciativo. No artigo científico, em particular, é a verdade objetiva, independentemente do locutor, que é expectável (Provenzano, 2010: §6); numa perspetiva do dialogismo discursivo, é a voz da verdade que se espera ouvir. Este é um estereótipo que assenta na conceção de transparência dos discursos e do discurso científico em particular, constituído apenas por factos científicos.

Assim, todas as escolhas discursivas se orientam para a construção de um discurso objetivo, ou melhor dito, objetivante, e as estratégias usadas passam, nomeadamente, pela desinscrição enunciativa do locutor. A (des)inscrição do locutor no discurso científico tem por base o seu estatuto de locutor integrado numa

³⁶ Aproximo-me, assim, de Vion (2001: 334-335), o qual aponta, a propósito do discurso científico e jornalístico, “le caractère stratégique que revêt l’usage de tels procédés [EE], qui visent à construire un énonciateur “universel” [...] porteur de la raison et de l’objectivité”.

comunidade científica. É também em termos de características do género que se explica que a desinscrição enunciativa nunca ocorra como estratégia de apagamento da origem das vozes trazidas em discurso relatado. Se nos discursos científicos se discute os modos de presença do locutor, e especificamente do seu apagamento, não é possível apagar o locutor citado (ainda que a integração sintática proporcione diferentes modos de apagamento do discurso citado).

Deixando de lado a discussão sobre o deítico pessoal prototípico deste género, entre a 1ª pessoa de singular ou plural³⁷ (Ramos & Marques, 2015), centramo-nos no uso do clítico *se* como opção generalizada.³⁸ O primeiro efeito produzido é o de apagamento da origem da voz. Este apagamento não cria um vazio, antes dá lugar a um “enunciador universal” (Vion, 2001). Nos exemplos seguintes, a voz do locutor apaga-se em função de uma voz genérica identificada com a comunidade científica, ou mesmo, com a voz da ciência:

(3) Como *se* conclui, os comentários com apreciação negativa de uma dada dimensão das aulas observadas ativam regularmente um desenvolvimento discursivo complexo. (Duarte & Rodrigues, 2016: 84)

(4) ...levanta-se a questão da origem etimológica dos morfemas *wh* numa língua como o português, bem como a da diversidade de valores das subordinadas relativas. (Brito & Matos, 2018: 45)

O clítico *se*, quer como pronome indeterminado quer como marca de estrutura passiva (Peres & Mória, 1995: 234), tem um valor prototípico genérico, respondendo à pretensão de “verdade universal” própria do discurso científico, a par, é claro, de outros efeitos discursivos que não vou considerar. O locutor apaga-se para

³⁷ É sobretudo o uso da forma de plural que mais tem sido investigado, tendo em conta a plasticidade de *nós*, que integra o locutor – e o desinscreve – em diferentes grupos, a comunidade científica, os leitores.

³⁸ De facto, não se trata de uma oposição antagónica, monolítica, mas de usos preferenciais.

dar lugar a uma voz genérica, identificada como a voz da ciência, ou mais precisamente, da comunidade científica em que o locutor se integra.

b) A notícia de jornal: desinscrição e fiabilidade da voz trazida para o discurso

No discurso jornalístico de informação, a desinscrição do locutor é sistemática.³⁹ Este modo de enunciação faz sobressair a “verdade dos factos”, que falariam por si. O mesmo não se passa com as vozes que o locutor traz para o discurso. De facto, o apagamento da origem da voz relatada é expectável apenas como proteção da fonte de informação. Fora desta constrição de género, usar o clítico *se* para apagar a origem do PDV, é escolher, por «certas razões», inscrever o ato de enunciação no modo da «não pessoa», o que lhe atribui desde logo um valor indeterminado, vago, que relativiza (ou põe em causa) a fiabilidade do conteúdo enunciado, por implicação de “fontes não identificadas”, cuja autenticidade o locutor não assume:

(6) Quanto ao caso Autodril, *diz-se* que o Governo arranhou maneira de «torpear» a recusa de visto ao acto da Câmara Municipal de Cascais e que, ao transferir as obras para uma sociedade com participação pública, está a fazer o mesmo que o Governo anterior, que recorria a sociedades comerciais para colocar fora do controlo do Tribunal de Contas muitos actos de gestão financeira pública. (CETEMPúblico)

(7) Em Montalegre, *diz-se* que todos os meses entram 20 mil contos numa conta que o emigrante possui num banco da terra. (CETEMPúblico)

³⁹ Permite, aliás, em conexão com outras formas de apagamento enunciativo, distinguir as duas categorias maiores do discurso jornalístico: o discurso de informação e o discurso de opinião.

Em rotura com as características do género, é uma voz com crédito reduzido, que aproxima a notícia de um outro género discursivo, o rumor.

Longe da criação de um efeito de objetividade, esta forma linguística de apagamento enunciativo cria zonas de vagueza referencial que retiram credibilidade ao locutor e ao conteúdo do seu dizer.

c) Discurso presidencial: apagamento enunciativo e atenuação da força ilocutória

O discurso político, ao contrário dos discursos científico e jornalístico (de informação) não tem no apagamento enunciativo um procedimento discursivo caracterizador dos géneros que o integram. Tal não significa que não ocorra e não desencadeie efeitos de sentido particulares, nomeadamente pelo confronto com a presença explícita do locutor.

O discurso político presidencial é determinado pelo estatuto político do locutor no quadro do regime político português vigente. Como reivindicava o Presidente português, Mário Soares, no último discurso que proferiu, em 1996, na celebração da revolução do 25 de Abril de 1974, “o Presidente da República [...] é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições”, e, acrescento, cabe-lhe assegurar a salvaguarda desses desígnios constitucionais sem criar divisões entre os portugueses. Assim, o apagamento enunciativo permite preservar esse entendimento institucional. No exemplo seguinte, do Presidente Ramalho Eanes, a escolha de uma enunciação impessoal assegura esse efeito de sentido:

(8) Um exame atento das soluções propostas pelos vários partidos delimita plataformas programáticas que suscitam entendimentos e prometem garantias de uma sólida base social de apoio às medidas de salvação nacional que *se* reclamam. (Ramalho Eanes, celebração da revolução do 25 de Abril de 1974, 1977)

Este modo de apagamento serve o estatuto institucional de Presidente da República. Não podendo afirmar-se contra as instituições e, nomeadamente, o Governo, sem criar tensões mais ou menos graves, é através do apagamento enunciativo que universaliza o seu discurso, apagando ou pelo menos atenuando a origem pessoal do PDV veiculado. É uma estratégia de evitamento de conflitualidade, mas também de reforço da sua voz, pela identificação com a voz da comunidade que representa. O apagamento enunciativo cria um efeito de verdade e de imparcialidade, que credibiliza o locutor.

O evitamento da conflitualidade passa também pelo AE do alocutário, destinatário de um ato ameaçador da face (FTA). Por isso, o AE serve, neste caso, uma estratégia de impessoalização e eufemização do conteúdo do PDV de que o locutor se distancia pelo recurso a estruturas sintáticas como a negação a que o clítico se agrega:

(9) Não *se* pode ser democrata nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis. [...]. Não *se* pode violar lá fora os preceitos que aqui *se* votam. (Ramalho Eanes, celebração da revolução do 25 de Abril de 1974, 1977)

Neste exemplo, o contexto sociopolítico ativa a recuperação da origem do PDV representado. A generalização assim obtida mitiga a expressão da relação de tensão política entre o Presidente e o partido comunista português.

Conclusão

Para terminar, retomo três dimensões da problemática do *apagamento enunciativo* que balizaram esta apresentação teórica.

a. O apagamento enunciativo como modo de presença do locutor e das vozes que traz para o discurso

Os modos de presença do locutor (L/E) no discurso são plurais e heterogêneos e têm implicação na construção da subjetividade.

Assente a questão da subjetividade generalizada dos discursos e a impossibilidade de objetividade absoluta, o Apagamento Enunciativo é ainda uma forma de presença do locutor e das vozes que traz para o discurso. A definição do AE como simulacro mostra que se trata efetivamente de um apagamento discursivo do locutor, isto é, apagamento da superfície discursiva, por recurso a diferentes dispositivos linguísticos. Não é ausência de uma voz, é antes a possibilidade de construção de outras vozes com efeitos de sentido complexos, argumentativos, éticos ou interacionais, determinados pelo gênero de discurso, pelo contexto em que ocorrem.

Fica, também, clara a centralidade do *apagamento enunciativo* na construção dos sentidos globais dos discursos. Em termos da sua pertinência teórica, o AE ganha em ser abordado no quadro alargado da construção discursiva, como fenómeno discursivo que atua ao nível macro do discurso, em inter-relação com outros fenómenos enunciativos, semânticos e ilocutório-argumentativos, mas que está também previsto na língua.

A análise a partir do nível macro ao nível micro, e vice-versa, coloca a questão do apagamento enunciativo segundo o lugar em que ocorre e por que razão aí ocorre, ou, de outro modo, dada a diversidade das vozes e dos modos de apagamento enunciativo, que vozes emergem no discurso e como emergem.

b. A observabilidade das vozes no discurso. Marcas de apagamento enunciativo

Chega-se, assim, à observabilidade do apagamento enunciativo no discurso. O AE é uma simulação que deixa marcas no discurso. Os mecanismos e modos de apagamento enunciativo são a expressão multiforme da “objetividade” simulada. Explorando as particularidades do AE ao nível global, em interação com outras vertentes da organização enunciativa dos discursos, como a responsabilidade enunciativa do locutor, sobressai a dimensão reticular das marcas de apagamento enunciativo. Cria-se em cada discurso, um padrão global que assegura a coerência dialógica, ainda que em equilíbrio instável de vozes que ora sobressaem ora se apagam dando lugar sempre a outras vozes.

Importa, pois, fazer dialogar as vozes do discurso umas com as outras e com todas as vertentes da construção discursiva, não as tomando isoladamente, apenas na sua singularidade.

c. Marcas de apagamento enunciativo e estilo de género.

O AE faz parte dos parâmetros de género. As marcas e modos de apagamento são determinados pelo género de discurso, são, por isso, “marcadores de género”. Mas o AE é estratégico, não obedece a meras constrações genéricas. O aparente paradoxo tem solução na perspetiva teórica de um sujeito capaz de realizar escolhas, num quadro discursivo regulado. Por isso o género é responsável por especificidades de sentido geradas em contexto. O apagamento enunciativo é uma estratégia a que o género discursivo não é alheio. O apagamento enunciativo é um modo de presença do locutor no seu discurso, simultaneamente condicionado e condicionador de uma atividade discursiva global. O locutor encena o apagamento das vozes não de forma aleatória, não de forma atomística, mas em função de finalidades locais e globais ou genéricas que tornam o seu discurso coerente.

Referências

- ADAM, J.-M. (2005). **La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours**. Paris : A. Colin
- ADAM, J.-M. & LUGRIN, G. (2006). Effacement énonciatif et diffraction co-textuelle de la prise en charge des énoncés dans les hyperstructures journalistiques. **Semen** 22 (acesso: 25 julho 2012). URL : <http://semen.revues.org/4381>
- AMOSSY, R. (2000). **L'argumentation dans le discours**. Paris : A. Colin.
- ARRIVE, M. (1997). Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture. **Linx** 9. Revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre.

- AUTHIER-REVUZ, J. (1982). Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV** 26, 91-151.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1984). Hétérogénéité(s) énonciative(s). **Langages** n° 73, 98-111.
- BAKHTINE M./ VOLOCHINOV. (1977). **Le Marxisme et la philosophie du langage**, Paris: Éditions de Minuit.
- BAKHTINE M. (1978). **Esthétique et théorie du roman**, Paris : Gallimard.
- BAKHTINE, M. (1984). **Esthétique de la création verbale**. Paris : Gallimard.
- BENVENISTE, É. (1966). **Problèmes de linguistique générale**I. Tomo I. Paris : Gallimard.
- BENVENISTE, E. (1970). L'appareil formel de l'énonciation, **Langages** 17, pp. 12-18.
- BENVENISTE, E. (1974). **Problèmes de Linguistique Générale**. Tomo II. Paris: Gallimard. (tradução em PB)
- BRÈS, J. (2009). **Approches de l'oral** (Guião para o curso de mestrado em Ciências da Linguagem). <http://asl.univ-montp3.fr/masterRECHERCHE/M1/j.bres/V15.pdf>
- BRES, J. (2017). Dialogisme, éléments pour l'analyse. **Cahiers de l'Acedle** 14-2. <http://rdlc.revues.org/1842>.
- BRITO, A. M. & MATOS, G. (2018). Relativas livres e interrogativas parciais: pcomo Óscar Lopes viu algumas destas diferenças". **Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, 29-56.
- CETEM público - <https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>
- CHARAUDEAU, P. (1992). **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette.
- CHARAUDEAU, P. (2012). Pour une interdisciplinarité focalisée. Réponses aux réactions. **Revue Questions de communication**, n°21. (acesso: 8 de setembro de 2015). <http://www.patrick-charaudeau.com/Pour-une-interdisciplinarite,283.html>
- DUARTE, I. M. & RODRIGUES, S. (2016). Análise pragmática do comentário crítico em relatórios de observação de aulas: contributo

para uma reflexão sobre a profissionalidade docente. **REDIS: Revista de Estudos do Discurso** 6, 70-92.

DUCROT, O. (1984). **Le dire et le dit**. Paris: Minuit.

DUCROT, O. (1989). **Logique, structures, énonciation**, Paris : Éditions de minuit.

DUCROT, O. *et al.* (1980). **Les Mots du Discours**. Paris: Minuit.

FIORIN, J. L. (2017). Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. **Gragoatá**, 22 (44), 970-985.

<https://doi.org/10.22409/gragoata.v22i44.33544>

FONSECA, J. (1992). **Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

GUILBERT, T. (2015). Autorité et évidence discursives. Autovalidation dans les éditoriaux et chroniques du Point, **Mots. Le langage du Politique** 107, p. 85-99

<https://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/DAR1Serie.aspx>

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980). **Énonciation. De la subjectivité dans le langage**. Paris : A. Colin.

KOREN, R. (2006). La responsabilité des Uns dans le regard des Autres : l'effacement énonciatif au prisme de la prise de position argumentative. **Semen** 22. URL : <http://semen.revues.org/2820>

MAINGUENEAU, D. (1998). **Analyser les textes de communication**. Paris: Nathan.

MAINGUENEAU, D. (2015). **Manuel de linguistique pour le texte littéraire** (3^a ed). Paris : Armand Colin.

MARQUES, M. A. (2013). Construir a responsabilidade enunciativa no discurso jornalístico. **REDIS: Revista de Estudos do Discurso**, 2, 139-165.

MARQUES, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril. **forma breve**, 11, 297-311.

MARQUES, M. A. & RAMOS, R. (2015). Marcas deícticas da presença do locutor no discurso científico. Dissertações de mestrado apresentados na Universidade do Minho. **REDIS: Revista de Estudos do Discurso**, 4, 144-168. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12760.pdf>

- MOIRAND, S. (2000). Variations discursives dans deux situations contrastées de la presse ordinaire. **Les Carnets du Cediscor** 6. <https://doi.org/10.4000/cediscor.337>
- MONTE, M. (2005). Effacement énonciatif et discours rapportés. *Langages*, n° 156, décembre 2004. Coordonné par Alain Rabatel. Compte rendu critique de lecture. **Marges linguistiques** n° 9, 41-42.
- PERES, J. & MÓIA, T. (1995). **Áreas críticas da Língua portuguesa**. Lisboa: Caminho.
- PHILIPPE, G. (2002). L'appareil formel de l'effacement énonciatif et la pragmatique des textes sans locuteur. In R. Amossy (ed), **Pragmatique et analyse des textes** (pp. 17-34). Universidade de Tel-Aviv / Departamento de Francês.
- PROVENZANO, F. (2010). Effacement énonciatif et *doxa* dans le discours théorique: l'exemple de Julia Kristeva. **Argumentation et Analyse du Discours**, 5 (mis en ligne le 20 octobre 2010). (Consulté le 14 février 2016). URL : <http://aad.revues.org/973> ; DOI : 10.4000/aad.973.
- RABATEL, A., 2003, L'effacement énonciatif dans les discours représentés et ses effets pragmatiques de sous-énonciation et de sur-énonciation. **Estudios de lengua y literatura francesas**, p. 33-61.
- RABATEL A. (2004a). L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. **Langages** 156, 3-17.
- RABATEL, A. (2004b). Effacement énonciatif et effets argumentatifs indirects dans l'incipit du *Mort qu'il faut* de Semprun. **Semen** 17. URL : <http://journals.openedition.org/semen/2334>
- RABATEL A. (2004c). Stratégies d'effacement énonciatif et posture de surénonciation dans le *Dictionnaire philosophique* de Comte Sponville. **Langages** 156, 18-33.
- Rabatel, A. (2005). La part de l'énonciateur dans la co-construction interactionnelle des points de vue. **Marges Linguistiques** 9, 115-136. [ffhalshs-00433337f](https://doi.org/10.4000/margelinguistiques.004333337f)
- RABATEL, A., (2006). La dialogisation au cœur du couple polyphonie/dialogisme chez Bakhtine. **Revue Romane**, John Benjamins Publishing, 2006, 41 (1), pp.55-80.

- RABATEL, A. (2012). Les relations Locuteur/Énonciateur au prisme de la notion de voix. *Arts et Savoirs*. <https://doi.org/10.4000/aes.510>
- RABATEL, A. (2013). Les apports de l'analyse des discours médiatiques: de l'interprétation des données à la critique des pratiques discursives et sociales. *Dacoromania* 1, serie nouă, XVIII, 35–50.
- RABATEL, A. (2019). Énonciateurs Premiers, Seconds, Points de Vue, Modalité et Intentionnalité aux Défis de l'Interprétation. *Recherches en Langue et Littérature Françaises* Vol. 13, N° 23: 165-188
- RABATEL, A. & CHAUVIN-VILLENNO, A. (2006). **La question de la responsabilité dans l'écriture de presse**. *Sémen* 22, 5-27.
- RABATEL, A. & GROSSMANN, F. (2007). Figures de l'auteur et hiérarchisation énonciative. *Lidil* 35, DOI: <https://doi.org/10.4000/lidil.2153>
- RAMALHO EANES, A. **Discurso de celebração da revolução do 25 de Abril de 74**, realizado na Assembleia da República Portuguesa, em 1977.
- SAMPAIO, J. **Mensagem de Apelo ao voto**. Discurso proferido na televisão, em 19 de fevereiro de 2005. <https://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1208.html>
- VION R. (1999). Pour une approche relationnelle des interactions verbales et des discours. *Langage et Société* 87, 95-114.
- VION R. (2001). Effacement énonciatif et stratégies discursives. In A. Joly & M. de Mattia (éd.), **De la syntaxe à la narratologie énonciative. Textes recueillis en Hommage à René Rivara**, Paris : Ophrys, 331-354.
- VION R. (2004). Modalités, modalisations et discours représentés, *Langages* 156, 96-110.
- VION R. (2005). Modalités, modalisations, interaction et dialogisme, in Bres J. et al. (éd.), **Dialogisme, polyphonie: approches linguistiques**, Louvain-la-Neuve: De Boeck Duculot, 143-156.
- VION, R. (2007). Modus, modalité, modalisation. *Línguas & Letras* v. 8 n° 15: 193-224

UNIDADE E DIVERSIDADE EM ANÁLISE DO DISCURSO¹

Maria Alexandra Guedes Pinto²

Introdução

Este livro coletivo partiu de um conjunto de questões sobre a área científica da Análise do Discurso. As perguntas colocadas aos autores - o que é estudar discurso na contemporaneidade; o que motiva cada pesquisador a estudar discurso; qual a relevância de estudar discurso; o que caracteriza um pesquisador dos estudos do discurso? - instigavam a uma verdadeira reflexão sobre o percurso de cada um como investigador na área.

Na procura de respostas, elegi uma das problemáticas que tem marcado o meu trajeto e que poderei enunciar da seguinte forma: como deve o investigador e o professor de Análise do Discurso lidar com a diversidade teórico-metodológica que caracteriza a área?

Esta é uma questão que me instiga, como docente e como pesquisadora, por motivos que clarificarei nas secções que se seguem, onde tentarei dar uma resposta, pelo menos parcial, para o problema.

Assim, na secção 1 e respetivas subsecções, traçarei um quadro breve sobre a **Diversidade** na Análise do Discurso, refletindo sobre alguns dos fatores que estão na origem desta diversidade, tais como, 1.1 a natureza do objeto *discurso*; 1.2 a História da Análise do Discurso; 1.3 a Análise do Discurso como um domínio científico ou

¹ A presente investigação foi apoiada por fundos nacionais portugueses atribuídos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) ao Centro de Linguística da Universidade do Porto através do programa de financiamento FCTUIDB/00022/2020.

² Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Centro de Linguística da Universidade do Porto. mapinto@letras.up.pt

como uma metodologia e 1.4 a Análise do Discurso como um domínio científico de vocação descritivo/explicativa ou crítica. Ainda nesta secção, em 1.4.1 demonstrarei como podem diferentes orientações de análise materializar-se em estudos aplicados complementares.

Na secção 2, terminarei com alguns apontamentos sobre uma possível perspetiva de **Unidade** nesta área científica.

1. Análise do Discurso: Diversidade

O avanço na carreira académica e a consciência crescente da abrangência da Análise do Discurso e dos Estudos do Discurso³ implicaram o aparecimento de algumas inquietações na minha atuação como docente e como investigadora.

Posso, claramente, identificar, como grande razão para estas inquietações, a dispersão de escolas, tendências de análise, referenciais teóricos e propostas metodológicas conviventes na área, frequentemente não-dialogantes entre si.

Em 2005, já Maingueneau declarava, abertamente, esta dispersão como um facto incontornável:

Aujourd'hui, quand on parle d'analyse du discours on ne peut plus ignorer que cette étiquette recouvre dans le monde entier des travaux d'inspirations très différentes. On a beau multiplier les synthèses, les présentations, les mises au point, l'analyse du discours reste extrêmement diversifiée. (Maingueneau, 2005: 2)

Desde a data da afirmação de Maingueneau até ao presente, a situação não se alterou, sendo as "sínteses, apresentações, notas de

³ Por vezes, ao longo desta exposição, usarei as siglas AD e ED para referenciar, respetivamente, a Análise do Discurso e os Estudos do Discurso. Tenho consciência de que os conceitos não remetem necessariamente para o mesmo significado, todavia, para efeitos do presente trabalho, tratá-los-ei como equivalentes.

esclarecimento”, tentativas sempre fracassadas de impor ordem numa enorme variação.⁴

A dispersão na área de estudos resulta de vários fatores. Enunciarei quatro dos mais relevantes.⁵

1.1 O objeto *discurso*

Um dos fatores mais influentes para a dispersão de abordagens registada na Análise do Discurso é a complexidade do próprio objeto *discurso*, de definição não consensual entre as várias escolas de pensamento.⁶ Por um lado, a possibilidade de materialização deste objeto em textos orais, escritos, multimodais, de vários tipos e gêneros, contribui fortemente para a sua instabilidade epistemológica. Por outro lado, embora o *discurso* seja, de todas as unidades de estruturação e análise das línguas

⁴ Em 1995, Maingueneau confessava já o seu desconforto face à heterogeneidade da área da AD: “En abordant ainsi l’analyse du discours dans sa diversité, nous nous plaçons par là même dans une situation inconfortable. Si l’on reconnaît pour analyse du discours toutes les recherches qui se disent telles, on comprend que pour beaucoup cette discipline n’en soit pas une, tant elle apparaît hétérogène. Elle semble prise dans la même logique de prolifération que son objet, le discours, qui se diversifie à l’infini en fonction des moments et des lieux d’énonciation : les études sur le discours sont aussi du discours.” (Maingueneau, 1995: 5).

⁵ Charaudeau e Maingueneau ((2004) 2016: 45-46) propõem 4 grandes polos de estudos dentro da Análise do Discurso: “Pode-se, entretanto, distinguir alguns grandes polos: (1) os trabalhos que inscrevem o discurso no quadro da interação social; (2) os trabalhos que privilegiam o estudo das situações de comunicação linguageira e, portanto, o estudo dos gêneros de discurso; (3) os trabalhos que articulam os funcionamentos discursivos com as condições de produção de conhecimentos ou com os posicionamentos ideológicos; (4) os trabalhos que colocam em primeiro plano a organização textual ou a seleção de marcas de enunciação”. Referir-me-ei a estes eixos de divergência dentro dos estudos de Análise de Discurso, neste capítulo, embora optando por uma arrumação diferente.

⁶ Schiffrin, Tannen e Hamilton (2015: 1) aludem à abundância de conceptualizações de *discurso* na introdução da obra *Handbook of Discourse Analysis*: “So abundant are definitions of discourse that many linguistics books on the subject now open with a survey of definitions.”

(som, palavra, frase), a manifestação natural, empírica, das línguas naturais⁷, a sua íntima relação com o contexto de enunciação dificulta uma apreensão isolada e um recorte formal.⁸ A natureza contextual do próprio sentido, sempre altamente instável, probabilístico e negociável - "Words do not have meaning; they have uses." (Wittgenstein, 1953: 43) – incrementa a complexidade do *discurso* como unidade de análise.⁹

Determinado por e orientado para o contexto, o discurso tem uma vocação acional, que não pode ser ignorada, tal como bem salientaram Charaudeau e Maingueneau ((2004) 2016: 382-383), quando destacaram as principais propriedades deste objeto. O discurso é regular e regulado, possui uma organização transfrástica, simultaneamente textual e contextual; o sentido do discurso é construído em contexto, não pré-existe; o discurso é influenciado pelo seu contexto de produção, mas também contribui para o definir e modificar; o discurso é, pois, orientado e acional; o discurso é subjetivo, no sentido em que tem origem num

⁷ Veja-se o que diz a este respeito Fonseca: "Representariam essa teoria e esse modelo [o modelo da Linguística do Uso ou do Funcionamento do Sistema] uma resposta à verificação empírica imediata de que as produções verbais se apresentam não como frase, mas sim como "connected discourse", como texto. Este, e não a frase, constituiria verdadeiramente o «domínio natural» da teoria linguística e de um modelo adequado à descrição-explicação dos produtos verbais, já que decididamente, o texto é o signo linguístico «originário», isto é, não decorrente da teorização linguística, antes, espontânea e naturalmente actualizado na interacção verbal." (Fonseca, 1992: 29).

Saliente-se que, para Fonseca, o *texto/discurso* constitui uma unidade só.

⁸ Coincidem nesta interpretação todos os autores que estudam a unidade *discurso* na atualidade. van Dijk, por exemplo, defende o *discurso* como: "O (...) uso real da linguagem, por locutores reais em situações reais." (van Dijk, 1985:1)

⁹ Fairclough (2001: 230) regista que o significado das palavras é sempre composto por uma componente potencial, estável, convencional e dicionarizada – "a gama de significados convencionalmente associados com a palavra, que um dicionário tentará representar" - e uma componente contextual ou discursiva, dependente do contexto, de relações culturais instituídas, ou negociadas, altamente instável e probabilística e que acaba por afetar a componente do significado potencial. A parte contextual do sentido é culturalmente construída e, portanto, ideológica.

enunciador e transporta, por isso, em maior ou menor grau, marcas dessa enunciação; o discurso é interativo e dialógico, já que toda a enunciação pressupõe a presença de um Tu a quem o enunciador se dirige e por referência a quem constrói o seu discurso e pressupõe a existência de outros discursos com os quais ele estabelece um “diálogo” efetivo ou virtual.¹⁰

Ao conjunto de características intrínsecas que o definem como objeto complexo soma-se, ainda, a sua dinamicidade no tempo, já que ele evolui e muda por influxo do contexto, tal como salienta Cameron: "The study of discourse requires a flexible and open-ended approach, as the object of analysis is constantly shifting and changing in response to social, cultural, and historical developments." (Cameron, 2001: 7)

Um objeto dinâmico e pluridimensional convoca uma abordagem flexível e multidisciplinar, facto realçado por van Dijk num artigo em que retrata justamente a multidisciplinaridade da Análise do Discurso: o *discurso* é um objeto complexo, dinâmico, caracterizado por múltiplos níveis de análise, interligações intrincadas entre elementos linguísticos e não linguísticos, e a ligação com o contexto social, cultural e histórico em que ocorre. (van Dijk, 2011: 1)

1.2 A história da Análise do Discurso

Diretamente decorrente da natureza epistemológica do objeto *discurso* anteriormente referida, surge a própria história da integração deste objeto no domínio científico da Linguística. A natureza contextual desta unidade, desde sempre reconhecida, nomeadamente pelos “fundadores” da chamada “Linguística

¹⁰ Propriedades extraídas e adaptadas de Charaudeau e Maingueneau, ((2004) 2016: 382-383).

moderna”¹¹, conduziu a que só mais recentemente ela tenha sido aceite como objeto científico.¹²

A dispersão que continua a caracterizar a Análise do Discurso resulta, também, da própria génese ou “história de vida” do estudo do *discurso*, que, puxado simultaneamente por várias áreas do saber das Ciências Sociais e Humanas vizinhas da Linguística, acabou por conservar, na sua natureza fragmentada, traços da sua génese dispersa. Maingueneau resume esta génese da forma seguinte:

A meu ver, as correntes como a etnografia da comunicação, as correntes pragmáticas, a linguística textual ou as problemáticas de Foucault participaram sem saber do desenvolvimento desse agrupamento de pesquisas que se encontram hoje em dia sob o rótulo de Análise do Discurso. (Maingueneau, 2006: 1-2)

As pressões para a abertura da Linguística à integração do *discurso* vieram, na verdade, de dentro e de fora da área. Como bem colocam Fonseca e Fonseca:

A Linguística começa assim (com nomes como Coseriu, Jakobson e Benveniste, já referidos) a sentir a necessidade de analisar a fundo o acto de fala, a situação de enunciação, a «subjectividade» da

¹¹ Não há forma de resumir a História da Linguística moderna numa nota de rodapé a não ser recorrendo a uma simplificação, sempre inevitavelmente excessiva. Limito-me, assim, a deixar a observação de que duas das dicotomias clássicas da chamada “Linguística moderna”, estruturalista e pós-estruturalista, provêm de Saussure – língua e fala – e de Chomsky – competência e performance –, sendo que, com as suas diferenças, qualquer um dos dois autores, profundamente influentes na Linguística contemporânea, preterem o estudo do uso da língua em favor do estudo da língua e da competência linguística.

¹² Tomo, neste trabalho, a aceção de *discurso* como sinónimo de *fala*, dentro do binómio clássico de Saussure entre *língua* e *fala*. A proposta de Roulet parece-me uma definição viável para esta unidade de análise: “Utilizo o termo *discurso* de maneira genérica para designar todo o produto de uma interação predominantemente linguística, seja dialógica ou monológica, oral ou escrita, espontânea ou fabricada, nas suas dimensões linguística, textual e situacional.” (tradução minha de Roulet, 1999: 188).

linguagem (no sentido que lhe dá Benveniste de apropriação da linguagem por um sujeito), o discurso e as dimensões nele implicitamente presentes. Paralelamente, convergem nesta tarefa outras ciências humanas como a semiótica, a filosofia, a sociologia, a etnografia, a psicanálise – todas movidas pela necessidade de análise da actuação humana a vários níveis. Como ponto comum a todas estas orientações da investigação, que aqui referimos particularmente à filosofia analítica, à etnolinguística, à sociolinguística, à etnografia da comunicação, à pragmática, encontramos o facto de o seu objecto ser sempre a linguagem associada ao comportamento em geral do homem no seio das comunidades ou, inversamente, este comportamento associado à linguagem. Convirá, no entanto, observar que a tentativa de descrição da linguagem em perspectivas mais vastas que aquelas que se concretizam na simples caracterização do sistema formal pelo levantamento das unidades e das regras da sua combinação esteve sempre presente, sob formas diversas de valor e alcance desiguais, na reflexão linguística. (Fonseca & Fonseca, 1977: 75-76)

Conforme destacam os autores, além dos estímulos externos de áreas afins, houve uma movimentação interna da Linguística para incorporar o *discurso* na sua reflexão. Pesquisadores como Benveniste, com os estudos sobre a *deixis* e a enunciação; Jakobson, com a proposta do esquema da comunicação e das funções da linguagem; Labov, com a abordagem sistemática da variação; Bahktin, com a defesa do carácter eminentemente social e interacional da linguagem, do signo e da enunciação, pressionaram a Linguística a adotar uma abordagem contextual e a estudar a *fala* e as interações da língua com a sociedade a partir de dentro da própria Linguística.¹³ Na década de 70, em Portugal, Fonseca e Fonseca, principais impulsionadores da introdução das novas

¹³ Como salvaguardei acima na nota 9, não há forma de fazer a história de uma Ciência se não através de uma simplificação. Ao dar voz aos autores referidos, silencieei muitos outros que foram igualmente importantes na abertura dos estudos da linguagem em direção a uma *Linguística do Uso* (ver conceito de *Linguística do Uso* em Fonseca, 1992).

correntes no país, refletem sobre os impasses a que a Linguística chegara:

A correcta avaliação, que nos últimos dez anos particularmente se reforça, das dimensões da linguagem articuladas ao uso tem, por sua vez, coordenadas muito diversas. De entre todos, surgem-nos como decisivos os seguintes factores: em primeiro lugar, o impasse a que a investigação chegou no que respeita à Semântica ou ao estudo do significado; em segundo lugar, a constatação de que a frase é uma unidade linguística de extensão muito restrita e de que o exercício normal se realiza através de unidades mais vastas que suscitam estruturas e mecanismos para além dos contidos e realizados nos estreitos limites da frase; o já referido reconhecimento inevitável do óbvio que constitui a verificação de que há no uso individual da linguagem evidentes regularidades que urge captar para o esclarecimento do fenómeno linguístico; finalmente, a necessidade de esclarecer categorias e instrumentos cujo estatuto não se deixa captar totalmente nas dimensões reveladas pela investigação do sistema formal. (Fonseca & Fonseca, 1977: 75)

Assim, ao estatuto epistemológico multifacetado do *discurso*, referido na secção 1, acresce a história da área científica que o elegeu como objeto de estudo, história marcada por uma indefinição de fronteiras e uma pulverização por áreas científicas diversas.¹⁴

Maingueneau distingue vários princípios de agrupamento das pesquisas na área, reconhecendo que a imbricação entre elas produz uma paisagem confusa e instável:

¹⁴ Veja-se o contributo de Barros para resumir esta génese dispersa: “Em síntese, as diferentes teorias pragmáticas, textuais e discursivas trazem novas posturas e objeto aos estudos da linguagem, na segunda metade do século XX. E o fazem com fundamentos diferentes, herdados de quadros teóricos diversos, com que dialogam - a lógica e a filosofia da linguagem, a antropologia estrutural, os estudos cognitivos, a psicanálise lacaniana, o materialismo histórico, entre outros - e com graus de formalização e de estabilização dos objetos também diferentes.” (Barros, 1999: 181-199)

Pour résumer, on pourrait dire que les recherches sur le discours impliquent une interaction permanente entre deux grands principes de groupement des chercheurs :

- En premier lieu, des groupements par disciplines du discours et par courants (intégrés ou non dans une discipline). Les chercheurs y partagent un certain nombre de postulats et de « ressources » conceptuelles et méthodologiques ; il reste néanmoins entendu que ce « partage » est plutôt à penser sur le mode de l'air de famille wittgensteinien que sur celui des conditions nécessaires et suffisantes pour appartenir à une classe.

- En second lieu un groupement par territoires, qui lui-même peut se faire à deux niveaux distincts : a) des groupements de linguistes du discours qui ne relèvent pas des mêmes courants ou disciplines ; b) des groupements entre linguistes du discours et chercheurs d'autres domaines.

Ces divers modes de groupement produisent un paysage confus et instable. En outre, on ne saurait oublier qu'un certain nombre de travaux d'orientation descriptive ne relèvent ni d'une discipline ni d'un courant, ni d'un territoire, mais peuvent être exploités par de multiples disciplines, courants ou territoires. Il en va de même pour les travaux qui portent sur les « ressources » communes aux linguistes du discours (ainsi certaines études sur la thématisation, les connecteurs, la polyphonie, etc.). (Maingueneau, 2005: 8).

Este mesmo autor (1995: 8) listou 7 fatores que conduzem à diversificação das pesquisas em análise do discurso: (i) a heterogeneidade das tradições científicas e intelectuais em que entroncam, (ii) a diversidade das disciplinas de apoio: no cruzamento dos diversos campos das ciências humanas, a análise do discurso assume perfis muito variados segundo o(s) campo(s) que lhe fornece(m) impulso, (iii) a diversidade dos posicionamentos (“escolas”, “correntes”), com os seus respetivos fundadores e propostas terminológicas específicas, (iv) os tipos de *corpora* privilegiados, (v) o aspeto da atividade discursiva relevado, (vi) a orientação aplicada ou não da pesquisa, (vii) a disciplina de filiação dos analistas (um historiador ou um sociólogo que

recorram à análise do discurso verão inevitavelmente nela um instrumento ao serviço de uma dada interpretação).

A indefinição de fronteiras mantém-se, na atualidade, entre domínios científicos consensualmente reconhecidos pelas Ciências da Linguagem. A Análise do Discurso, a Linguística de Texto, a Sociolinguística Interacional e a Pragmática mantêm muitas zonas de sobreposição. A própria conceção das unidades que cada domínio estuda (enunciado, ato de fala, texto, discurso) varia, favorecendo estas zonas de interface.¹⁵

1.3 A Análise do/de Discurso: domínio científico ou metodologia?

Diretamente relacionada com a génese e a história da área, referida na secção anterior, surge a possibilidade de conceção da Análise do Discurso (AD) ora como uma área científica *per se* (aceção 1), ora como uma metodologia de pesquisa, usada em domínios científicos diversos (aceção 2).¹⁶

Como área científica (aceção 1)¹⁷, num sentido mais estreito, a Análise do Discurso tem um cabimento tendencial na área mais

¹⁵ Enquanto para alguns autores o *texto* e o *discurso* são unidades diferentes, para outros, elas (con)fundem-se, manifestando, pelo menos, zonas de coincidência. Para Fonseca, o *texto/discurso* constituem uma unidade, que o autor apresenta como una e indivisível, levando-o a propor uma Linguística do Texto ou do Discurso (1992: 267).

¹⁶ As próprias formas gráficas da designação variam, não só na letra maiúscula e minúscula, como também no uso da preposição *de* ou *do* a ligar os dois nomes que a integram: “análise de/do discurso”. Uma procura em motores de busca em linha devolve mais ocorrências da expressão com a contração da preposição “de” e o determinante artigo definido “o” (“do”), mas a versão com a preposição “de” também ocorre. As duas parecem ser genericamente intercambiáveis, mas as ocorrências ortográficas de “Análise do Discurso” surgem, tendencialmente, relacionadas com a aceção (1) e as ocorrências ortográficas da expressão “análise de discurso” surgem, tendencialmente, relacionadas com a aceção (2).

¹⁷ As classificações da área da AD como “campo, domínio, disciplina”, feita de diferentes “escolas, correntes, abordagens” não são despidiendas e mereceriam um aprofundamento. Maingueneau salienta que a noção de “campo de estudo”

vasta das Ciências da Linguagem (CL), na medida em que ela estuda uma das unidades da linguagem humana – o *discurso* – à semelhança do que fazem outros domínios das CL com outras unidades, como os sons, as palavras e as frases. A AD analisaria e descreveria os princípios de organização e funcionamento da unidade *discurso*, a sua estrutura gramatical, semântica, sintática, pragmática, retórica, textual, argumentativa, funcional e praxiológica. Pode contribuir para formalizar os princípios gerais subjacentes à unidade *discurso*; os princípios particulares subjacentes a um modo, tipo ou género de discurso; ou ainda os efeitos do discurso na sociedade, focalizando o discurso como prática social.¹⁸

Como metodologia de pesquisa (secção 2), a Análise de Discurso é usada transversalmente por muitas ciências, sobretudo, mas não só, Ciências Sociais e Humanas, como é o caso das Ciências da Comunicação, da Ciência da Informação, da Psicologia, da Sociologia, entre outras. Nesta última aceção, a análise de discurso estabelece fronteiras difusas com a Análise de Conteúdo, sendo entendida como uma forma de análise documental, normalmente qualitativa, concentrada na identificação de temas e outros padrões

pode ser enganosa: “la notion même de « champ » de recherches apparaît excessive, dans la mesure où elle implique à tort qu'il existerait un territoire compact et homogène, celui du « discours », passible d'approches diverses opérant sur un même plan. En réalité, on a affaire à des configurations variables: les mêmes recherches ont un statut différent selon qu'on les inscrit, à des titres divers, dans le champ de la sociologie, de l'anthropologie, de la linguistique, de la psychologie sociale...” (Maingueneau, 1995: 6). Por outro lado, ainda, a perspectiva das “correntes” de análise dentro do domínio/área/disciplina/campo de estudos da AD implica que cada uma delas compreende uma conceção determinada (i) do discurso; (ii) da finalidade do seu estudo; (iii) dos métodos pertinentes para o analisar. (Maingueneau, 2007: 19). Será necessário tomar decisões também relativamente a esta profusão de designações, já que as mesmas apontam para diferentes estatutos da área de estudos e das suas subdivisões. Este eixo não foi objeto de análise minuciosa no presente trabalho.

¹⁸ Simplifico, propositadamente, os conceitos, de forma a alcançar um espaço comum de pesquisa, que, neste momento, me interessa realçar.

no conteúdo de documentos, podendo coexistir com outras técnicas de pesquisa no trabalho de um mesmo investigador.

Verificamos, assim, que o *discurso* pode ser visado como objeto de estudo válido por várias áreas científicas, embora sejam as Ciências da Linguagem que se concentram em compreender os seus princípios de organização e funcionamento. Outras áreas científicas, tais como as já citadas Ciências da Comunicação, Sociologia, Filosofia, Psicologia, ou ainda o Direito e a Educação, usam o discurso como instrumento para a extração de dados relevantes em estudos de índole vária. Note-se que a Análise do Discurso (aceção 1) se diferencia, neste contexto, por usar o discurso (instrumento) para compreender o discurso (objeto científico).

Maingueneau destaca, a este propósito, que a Análise do Discurso não tem por objeto nem a organização textual em si mesma, nem a situação de comunicação, mas, sim, o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinados:

L'intérêt qui gouverne l'analyse du discours, ce serait d'appréhender le discours comme intrication d'un texte et d'un lieu social, c'est-à-dire que son objet n'est ni l'organisation textuelle ni la situation de communication, mais ce qui les noue à travers un dispositif d'énonciation spécifique. Ce dispositif relève à la fois du verbal et de l'institutionnel : penser les lieux indépendamment des paroles qu'ils autorisent, ou penser les paroles indépendamment des lieux dont elles sont partie prenante, ce serait rester en deçà des exigences qui fondent l'analyse du discours. (Maingueneau, 2005: 3)

Nesta formulação, Maingueneau reforça que é a triangulação entre as propriedades estruturais do discurso, o dispositivo da enunciação que o origina e o contexto social em que se insere que distingue a Análise do Discurso face a outras abordagens similares, que focalizam apenas um dos ângulos referidos (as propriedades textuais em si mesmas ou o contexto social, por exemplo).

A focalização do *discurso* como objeto poderá, assim, funcionar como um dos aspetos distintivos da área científica da Análise do Discurso, face a outros alargamentos, resultantes da aplicação dos métodos e modelos de análise por ela gerados a outras áreas e a outros problemas. Um tal alargamento resultou na diversidade de abordagens, consensualmente reconhecida na área. Schiffrin, Tannen e Hamilton (2015: 1) conceptualizam esta abrangência da seguinte forma:

Research in the rapidly growing and evolving field of discourse analysis flows from numerous academic disciplines that are very different from one another. Included, of course, are the disciplines in which models for understanding, and methods for analyzing, discourse first developed, such as linguistics and anthropology. But also included are disciplines that have applied, and extended, such models and methods to problems within their own academic domains, such as communication, cognitive psychology, social psychology, philosophy, literary criticism, and artificial intelligence. Given this disciplinary diversity, it is no surprise that the terms “discourse” and “discourse analysis” have different meanings to scholars in different fields.

A título de exemplo, Antaki *et alii* (2003), no interessante artigo onde compendiam seis falhas de análise frequentemente cometidas em Análise do Discurso¹⁹, ilustram bem esta indefinição entre a AD como área científica e como técnica de investigação.

Os autores começam por constatar a dispersão existente na área:

At the same time, there has been a proliferation of forms of discourse analysis. The geography of the discourse terrain is complex, with widely disparate assumptions being made about fundamental topics such as

¹⁹ Registo o título do artigo em inglês que revela bem o objetivo dos autores: "Discourse Analysis Means Doing Analysis: A Critique of Six Analytic Shortcomings" (Antaki *et alii*, 2003: 1)

method, theory, the nature of discourse, the nature of cognition, and the nature of social structure. (Antaki *et alii*, 2003: 4)

E prosseguem, explicando seis falhas que os investigadores de diferentes áreas científicas cometem quando aplicam a metodologia de análise do discurso nas suas áreas de investigação, salvaguardando que a Análise do Discurso é mais do que apenas aplicar técnicas ou ferramentas analíticas a dados de natureza discursiva.

1.4 Análise do Discurso: análise, descrição e crítica.

Como referido acima, a orientação para objetivos distintos instaura uma diferença importante entre correntes nos Estudos do Discurso. Jaworski e Coupland (1999: 1-3) compendiam dez definições de *discurso* num conjunto de estudos clássicos na área. Subjacentes à dispersão, os autores encontram três grandes conjuntos de definições: (1) as que entendem *discurso* como todas as unidades linguísticas para além da frase, (2) as que entendem *discurso* como sinónimo de “usos linguísticos” e (3) as que entendem *discurso* como um leque vasto de práticas sociais, o que inclui manifestações linguísticas e não linguísticas.

Como vimos na secção 1.2, os estudos podem orientar-se para a reconstituição de princípios gerais da unidade *discurso*, ou particulares, de um modo, tipo ou género de discurso; podem, ainda, focalizar o discurso como prática social, elaborando uma análise crítica dos seus efeitos na sociedade. Dependendo dos objetivos das pesquisas, a uma relevância científica, em si mesma socialmente válida, soma-se uma relevância social, que as correntes críticas da Análise do Discurso almejam atingir²⁰.

²⁰ A tradução para português da designação *Critical Discourse Analysis (CDA)*, que alguns autores assumem como *Análise Crítica do Discurso* e, outros, como *Análise do Discurso Crítica* é uma discussão produtiva que não se limita a considerar as duas variantes como alternativas com uma reordenação de palavras. Remeto para a obra de Resende e Ramalho, 2006, de referência nesta área, que opta pela segunda opção. As alternativas “Análise do Discurso” e “Estudos do Discurso”,

Van Dijk (2015: 467) resume da seguinte forma as principais características dos estudos críticos do discurso:

Critical research on discourse has the following general properties, among others:

. It focuses primarily on social problems and political issues rather than the mere study of discourse structures outside their social and political contexts.

. This critical analysis of social problems is usually multidisciplinary.

. Rather than merely describe discourse structures, it tries to explain them in terms of properties of social interaction and especially social structure.

. More specifically, CDA focuses on the ways discourse structures enact, confirm, legitimate, reproduce, or challenge relations of power abuse (dominance) in society.

Assim, esta abordagem crítica, não deixando de relevar as estruturas discursivas, põe em evidência a forma como estas estruturas veiculam, confirmam, legitimam, reproduzem ou contestam as relações de poder na sociedade, com o objetivo de intervir e promover mudanças em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. O próprio van Dijk (2015: 466) declara esta natureza civicamente ativa do movimento:

With such dissident research, critical discourse analysts take an explicit position and thus want to understand, expose, and ultimately challenge social inequality. This is also why CDA may be characterized as a social movement of politically committed discourse analysts.

como referi no início do capítulo, não são também sinónimas. Van Dijk (2015: 466) manifesta a sua preferência pela segunda, justificando a sua opção: "(...) to emphasize that many methods and approaches may be used in the critical study of text and talk, we now prefer the more general term critical discourse studies (CDS) for the field of research." Assim, quer se trate de Estudos do Discurso, quer se trate de Estudos do Discurso Críticos, estas expressões pressupõem sempre um alargamento do campo de estudos inicial da Análise do Discurso.

Estas declarações confirmam o grande eixo de diversidade nos estudos do discurso que figura como tópico da presente secção, separando duas formas de concretizar a análise do discurso na contemporaneidade: as abordagens que colocam em primeiro plano a análise e descrição das estruturas discursivas, em si mesmas, e as abordagens que visam relacionar criticamente as estruturas discursivas com formações ideológicas e práticas sociais.²¹

Importa dizer que, sendo obviamente diferentes, ambas as formas de praticar análise do discurso são válidas e relevantes: tanto aquelas que se concentram na descrição dos princípios de organização e funcionamento dos discursos, como aquelas que se concentram na crítica sobre os efeitos sociais de uma determinada organização e funcionamento discursivo.

Ambas contribuem para a desmontagem e, portanto, para o conhecimento dos princípios que subjazem a uma dada organização discursiva e, logo, de uma forma mais ou menos direta, ambas podem contribuir para uma visão crítica e potencialmente transformadora de uma dada organização discursiva. O movimento crítico dos Estudos do Discurso, evidenciando os discursos como práticas sociais, coloca o conhecimento sobre a organização e funcionamento discursivo ao serviço de um posicionamento crítico e potencialmente transformador da própria sociedade.

Por outras palavras, são perspetivas que se incrementam mutuamente e que beneficiam de uma corrente de diálogo mais forte entre si.²²

²¹ Van Dijk relata a existência deste fosso que, segundo ele, deveria ser ultrapassado no âmbito dos Estudos do Discurso Críticos: "(...) there is still a gap between more linguistically oriented studies of text and talk and the various social and political approaches. The first often ignore concepts and theories in sociology and political science on power abuse and inequality, whereas the second seldom engage in detailed discourse analysis. Integration of various approaches is therefore very important to arrive at a satisfactory form of multidisciplinary CDA." (van Dijk, 2015: 479)

²² As correntes críticas dos Estudos do Discurso não deixam de ser alvo de reservas. Wilson alude a algumas delas da seguinte forma: "CDA has been criticized for its

1.4.1 Uma aplicação

Neste apartado fornecerei dois exemplos de estudos que materializam as orientações diferentes descritas na secção 1.4, a saber, uma tendência de análise que coloca em primeiro plano a descrição de uma dada organização discursiva e uma tendência de análise que se orienta para uma visão crítica do funcionamento discursivo como veículo de estereótipos, poder e dominação. Ilustrarei a partir de um estudo sobre decisões judiciais em casos de violência doméstica.

1.4.1.1 Foco na descrição da organização discursiva

Um estudo do domínio da Análise do Discurso com foco nos princípios de organização discursiva pode eleger como tema: “Os mecanismos de modalização (intensificação) em sentenças judiciais: inventário e usos”. Usando categorias de análise de origem semântico-pragmática, como as da modalização e intensificação, este estudo fará o levantamento e análise dos mecanismos linguísticos utilizados neste género de discurso para modalizar, elevando, a força dos enunciados.

Considerem-se os exemplos abaixo, extraídos de um *corpus* de decisões judiciais²³:

claim to use linguistic analysis to confirm forms of power abuse. Widdowson (1995, cited in Stubbs 1997: 4) argues that because of its critical orientation CDA is “essentially sociological or socio-political rather than linguistic.” And it is also possible that the political critique of political discourse for political purposes becomes a form of political discourse itself.” (Wilson, 2015: 781).

²³ O *corpus* que refiro neste apartado foi constituído para o estudo de Pinto *et alii* (2021), sendo composto por excertos de decisões de Tribunais de Segunda Instância em casos de violência doméstica, extraídos da Base de Dados Jurídico-Documentais, disponível para consulta pública em: <http://www.dgsi.pt/>. Os excertos foram extraídos de cinco acórdãos, que cobrem um intervalo temporal entre 2007 e 2018 e que provieram do Tribunal da Relação do Porto, do Tribunal da Relação de Lisboa e do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal. A recolha dos exemplos correspondeu a uma amostragem não-casual e por conveniência, na

- (1) Percebe-se facilmente (...) que os factos descritos nos nºs 1 a 3 não têm **qualquer** significado para a medida da culpa dos arguidos. (TRP-Processo 355/15.2 GAFLG.P1 de 11 out. 2017)
- (2) Não merece, pois, **qualquer** reparo (...) o juízo probatório e valorativo efectuado pelo tribunal. (TRP-Processo 353/17.1SLPRT. P1 de 31 out. 2018)
- (3) A opção do tribunal (...) não é, por si só, merecedora de **qualquer** reparo ou crítica. (TRP-Processo 353/17.1SLPRT. P1 de 31 out. 2018)
- (4) Os arguidos não têm **qualquer** percurso criminal. (TRP-Processo 3897/16.9JAPRT.P1 de 27 jun. 2018)²⁴

Nos enunciados transcritos, integrados num *corpus* mais alargado, poderá ser identificado um padrão discursivo relacionado com o uso do quantificador *qualquer* destacado a negrito. Nesse padrão ressalta o efeito intensificador do quantificador, ligado à sua essência semântica, que anula outras hipóteses de interpretação das proposições para além da apresentada no enunciado.

Como comprova este caso, algumas categorias de análise “superpotentes” do objeto *discurso* provêm de outras áreas (muitas vezes das Ciências da Linguagem, mas não só). No exemplo considerado, as categorias da modalidade e modalização são, especialmente, desenvolvidas pela Semântica, que inventaria os tipos de modalidade e os processos de modalização e os associa a valores basilares.²⁵ Por sua vez, a Pragmática e a Análise do

medida em que foram utilizados acórdãos que, depois de uma análise prévia, revelaram a existência de pontos de vista tendenciosos. Os resultados não se pretenderam representativos, mas, tão somente, ilustrativos, uma vez que a seleção de casos obedeceu a critérios de relevância para o estudo.

²⁴ Os acórdãos encontram-se referenciados quanto ao tribunal de que provêm, à identificação processual e à data.

²⁵ De acordo com Oliveira e Mendes pode falar-se em modalização “quando ocorre uma reinterpretação da força modal de um enunciado de mais forte para menos forte no âmbito do mesmo domínio modal”. Contudo, segundo as mesmas autoras, uma forma mais lata abarca também o movimento inverso de reinterpretação da força modal de um enunciado de menos forte para mais forte no âmbito do mesmo domínio modal. (Oliveira e Mendes, 2013: 629-630).

Discurso estudam a manifestação e o comportamento destas categorias em usos autênticos, complementando, assim, as propostas da Semântica.

O estudo exemplificado concentra-se na **descrição** dos princípios de organização e funcionamento do discurso, aprofundando o conhecimento da organização argumentativa nas sentenças judiciais. Simultaneamente, por via do tensionamento entre a teoria e a prática discursiva, ele alarga o inventário e os valores dos mecanismos de modalização, normalmente considerados pela descrição gramatical. No exemplo reportado, o quantificador *qualquer* apresenta-se como um mecanismo de intensificação da força modal epistémica, reforçando o grau de certeza e de compromisso do enunciador face ao dito. Este padrão é evidente nos usos exemplificados, muito embora o operador *qualquer* não seja, prototipicamente, referido nas descrições gramaticais tradicionais como um mecanismo de modalização-intensificação.

1.4.1.2 Foco na crítica dos efeitos sociais do discurso

Em contrapartida, um estudo do domínio da Análise do Discurso com foco nos efeitos sociais dos discursos poderia eleger como tema “Os mecanismos de intensificação em sentenças judiciais de violência doméstica contra a mulher: a desculpabilização do agressor e a culpabilização da vítima.” Usando as mesmas categorias de análise de origem semântico-pragmática mencionadas acima, este estudo identificaria os mecanismos linguísticos utilizados neste género de discurso para intensificar a força dos argumentos, com o intuito de desmontar uma dada organização discursiva, denunciar a manifestação de uma linguagem tendenciosa e criticar os efeitos sociais da mesma.

Em enunciados como os seguintes, extraídos do mesmo *corpus* de decisões judiciais referido acima, o efeito intensificador do quantificador *qualquer* contribui ora para a desculpabilização do agressor, ora para a culpabilização da vítima:

(5) Ao arguido não é conhecida **qualquer** condenação criminal, seja por factos anteriores ao crime em causa, seja por factos posteriores, sendo que tem a sua vida familiar e profissional estabilizadas. (TRP-Processo 07 14613 de 7 nov. 2007)

(6) (...) as sucessivas iniciativas de M., **qualquer** delas, sem **qualquer** dúvida, tendente a provocar o relacionamento sexual com o arguido (...) (...) (TRC-Processo 56/19.2JAGR.D.C1 de dez. 2020)

(7) Mas não se provou que dele resultasse para a ofendida **qualquer** sofrimento agudo, sendo que não só se não apurou o sentido deste “marcar-te a cara”, como ela não viu nessa expressão **qualquer** ameaça de mal físico (...). (TRP-Processo 07 14613 de 7 nov. 2007)

A frequência deste operador no *corpus* em causa, em cotextos idênticos aos dos enunciados referidos, habilita-nos a estabelecer uma relação entre o elemento linguístico e a sua função no discurso, remetendo para a identificação de um padrão de funcionamento. Este padrão exibido pelo *qualquer* no género em causa decorre da natureza semântica do quantificador, que permite operar uma elevação da força modal epistémica e da força ilocutória assertiva dos argumentos em que é aplicado. Ora, é também possível estabelecer uma relação entre o uso do *qualquer* nestas construções discursivas, extraídas de acórdãos judiciais de violência contra a mulher, e certas constantes semântico-axiológicas e ideológicas destes acórdãos. Estas constantes apontam para uma minimização da culpa do agressor e uma maximização da culpa da vítima, sendo construídas com base em estereótipos de identidade e de relação entre homem e mulher, que o discurso judicial confirma e perpetua. O discurso é uma das formas privilegiadas de manutenção ou de contestação dos estereótipos, sendo os estudos do discurso a única forma de expor esta ligação: “Research on biased language use reveals the communicative and linguistic processes through which stereotypes are formed and maintained.” (Beukeboom & Burgers, 2017: 2)

Um estudo como o exemplificado brevemente acima concentra-se na **explicação e crítica** de uma dada organização discursiva, neste caso em acórdãos judiciais, expondo a forma

como a mesma dissemina crenças como a naturalização da violência física contra a mulher, no interior de relacionamentos íntimos, a corresponsabilização da mulher na violência exercida sobre ela e também a descredibilização da sua voz na construção do testemunho. Estes *bias* ou enviesamentos, correspondendo a categorizações coletivas de fenômenos sociais e dos seus atores, são, muitas vezes, perpetuados pelos discursos institucionais, como é o caso das sentenças judiciais em análise.²⁶

Recorro às palavras de Nascimento (2017: 9), para sintetizar alguns dos *bias* ou pontos de vista tendenciosos, que poluem a avaliação de casos de violência contra a mulher (nomeadamente em casos de violação):

Comportamentos comumente associados à Cultura do Estupro incluem a culpabilização da vítima; a objetificação sexual da mulher; a segregação de gênero; a crença em mitos do estupro, ou seja, crenças estereotipadas e preconceituosas sobre as razões de estupros, estupradores e vítimas; a descrença na voz da vítima; a trivialização do estupro ou a negação deste; a recusa em reconhecer o dano causado à vítima por algumas formas de violência sexual; a apatia das instituições ao lidar com o crime, ou a combinação entre esses comportamentos.

Este tipo de estudo visa, em suma, denunciar um fenômeno social que tem expressão discursiva; expor a forma como o discurso contribui para a perpetuação de identidades e relações desiguais e assumir uma posição ativa na promoção de mudanças sociais. No

²⁶ Veja-se a propósito desta problemática, o artigo de Pinto *et alii*, 2021, onde se analisam outros mecanismos discursivos para além do quantificador *qualquer*. Partindo de uma perspetiva linguística, a discriminação de gênero já foi abordada em trabalhos anteriores da autora, tanto no que diz respeito a decisões judiciais (Pinto, 2021), como no discurso mediático (Marques *et alii*, 2019), a par de outras formas de enviesamento (Pinto, 2016). A seleção dos exemplos com o quantificador *qualquer* no presente trabalho serviu o objetivo, espero que alcançado, de ilustrar de forma resumida dois tipos de estudo distintos em Análise do Discurso.

caminho desta denúncia, encontram-se as construções discursivas, que, por serem discursivas, são sociais e, logo, ideológicas, sendo os veículos dos conteúdos tendenciosos a expor.

Por causa do alargamento metodológico e teórico que as correntes críticas dos Estudos do Discurso trouxeram consigo, Wodak e Meyer (2009: 2) veem a CDA como uma tendência disciplinar que puxa o "linguístico" para um "patamar multidisciplinar e multimetodológico", muito embora a gramática continue a ser uma ferramenta central na explicação de como a ideologia, o poder e a dominação se constituem através de estruturas linguísticas.

2. Análise do Discurso: Unidade

Na reflexão presente, interessou-me sobretudo a perspetiva da AD e dos ED como uma área científica que, não obstante as diferenças internas entre as correntes de pensamento, elege como denominador comum o objeto de estudo que é o *discurso*. Deixo, por isso, de lado, a conceção da AD como metodologia de pesquisa, usada por muitos domínios científicos.

Comecei a presente reflexão exprimindo como a dispersão, com a qual os pesquisadores da área diariamente convivem, é um fator que me inquieta. Inquieta-me de cada vez que, em cada novo ano, me sento à frente de um grupo de estudantes numa aula de Análise do Discurso. Coloco-me sempre as mesmas perguntas: Como começar? Por onde começar? Como deixar aos estudantes uma perspetiva abrangente, mas, ao mesmo tempo, minimamente, coesa, da área? Como não os fechar, juntamente comigo, num único dos muitos enquadramentos possíveis? Como conciliar uma visão aberta e inclusiva com uma visão minimamente "arrumada" da área? Como não os assustar com o excesso de dispersão? Como não os limitar com a eleição de uma corrente em detrimento de outras?

Estas questões tornam-se relevantes, porque a dispersão que se vive na área dificulta a interiorização de uma visão compreensiva dos Estudos do Discurso, por parte dos estudantes,

sobretudo os que estão em fase de iniciação. Essa dificuldade gera entropia e alguma “surdez” para com propostas e contributos científicos de “escolas” diferentes, impedindo os investigadores de apreenderem a relevância daquilo que diz um “outro”, que se integra numa escola diferente da “minha”. Para que um estudo filiado num dado enquadramento teórico se torne relevante para uma escola de um outro enquadramento teórico, tem de haver uma espécie de “tradução”, conceptual e metodológica, trabalhosa e nem sempre viável. Um dos domínios em que esta dispersão se manifesta é o da terminologia, abundante, divergente, eu acrescentaria, excessiva.

É verdade que o posicionamento dos trabalhos em enquadramentos definidos acrescenta rigor, identidade e coerência de análise aos mesmos. Mas, também é verdade que o fechamento de alguns enquadramentos ao diálogo com perspectivas vizinhas não só prejudica uma leitura mais clarividente do objeto de análise *discurso*, como também perpetua as divisões que se vivem na área, formando pesquisadores futuros que pensam que a Análise do Discurso se esgota apenas numa das suas correntes de pensamento.

Embora detete e conviva com a situação que expus ao longo do presente capítulo, tenho de admitir que não tenho uma solução boa para a questão. Tenho, talvez apenas, uma resposta parcial.

A resposta parcial é a inclusão, na formação dos jovens estudantes em Análise do Discurso dos vários níveis de ensino, de uma visão, mais ou menos aprofundada²⁷, da diversidade de propostas teórico-metodológicas na área. Esta exposição à diversidade de perspectivas, por vezes incompreendida pelos estudantes, ocorre em paralelo com o reforço dos denominadores comuns entre as diferentes abordagens.

²⁷ Um aprofundamento da perspetivação histórica e das correntes da Análise do Discurso apenas está ao alcance de alguns níveis de ensino mais avançados. Por exemplo nas licenciaturas em que a Análise do Discurso é uma unidade curricular semestral, esta perspetivação mais aprofundada é limitada pelas restrições temporais.

Para além de uma breve perspetivação histórica e de um panorama das tendências de análise contemporâneas, tento também expor os estudantes a estudos aplicados de mais do que uma orientação teórica, insistindo sempre no que separa e no que une as diferentes orientações.

Por outro lado, ensaio sempre uma caracterização compreensiva das propriedades do objeto de estudo que une as várias “escolas”: o *discurso*. Nas propriedades essenciais do *discurso* (subjetividade, forma de ação, interatividade, heterogeneidade...) encontro um território consensual e uno.

É, pois, desta forma que ensaio uma resposta possível, ainda que não satisfatória, para a conciliação entre a **Diversidade** e a **Unidade** na área científica da Análise do Discurso e para o fortalecimento da **Unidade** na **Diversidade**, que julgo ser o eixo mais fraco deste binómio.

Um fortalecimento da Unidade na Diversidade passaria por um maior diálogo entre as correntes, que viesse a atenuar a dispersão e a potenciar uma maior convergência, nomeadamente conceptual e terminológica.

Conclusão

Como ficou claro ao longo da exposição, a aceção de *Análise do Discurso* que privilegiei neste estudo foi a aceção de subárea da Linguística que se ocupa do estudo da unidade *discurso*. A Análise do Discurso, no sentido exposto acima, tem um percurso histórico e uma identidade, que procurei traçar neste trabalho. Não é sinónimo de Análise de Conteúdo; não se resume apenas a uma ou outra das “escolas” que nela coexistem e, sobretudo, não significa fazer “análise de discursos”, embora fazer análise de discursos, seguindo metodologias e usando categorias de análise preconizadas pela Análise do Discurso, seja uma das principais atividades empreendidas nesta área do conhecimento.

A complexidade do *discurso* como objeto científico, a sua projeção em níveis de análise diferenciados, a sua constante

evolução em resposta a fatores sociais, culturais e históricos e a génese multidisciplinar da área que o estuda justificam a proliferação de correntes na Análise do Discurso.

A maior parte dos especialistas aceita como um facto natural esta diversidade epistemológica de um campo do saber que se constituiu progressivamente a partir dos anos 60 do século XX, por meio da convergência de correntes oriundas de lugares diversos. Schiffrin, Tannen e Hamilton (2015: 5) veem nesta heterogeneidade não uma fraqueza, mas, sim, uma força:

Our own experiences in the field have led us to the conviction that the vastness and diversity of discourse analysis is a strength rather than a weakness (...) Far from its being a liability to be lamented because of the lack of a single coherent theory, we find the theoretical and methodological diversity of discourse analysis to be an asset.

No presente estudo, procurei traçar alguns dos contornos desta diversidade, embora também salientar alguns dos eixos comuns aos vários espaços de pesquisa. Terminarei com uma citação de Maingueneau que julgo apreender muito bem a “falha constitutiva”²⁸ que caracteriza o domínio científico em análise e o seu objeto de estudo, uma “falha” originária e incontornável, que temos de aprender a integrar, ensinar a aceitar e, já agora, aproveitar da melhor forma possível:

La société est parcourue d’agrégats de paroles agissantes auxquels qu’on ne peut assigner à un lieu. Force est donc de s’accommoder de l’instabilité d’une discipline qui est creusée par une faille constitutive. Il paraît impossible de faire la synthèse entre une démarche qui s’appuie sur des frontières et une approche qui les déjoue : cette dernière se nourrit des limites par laquelle la première

²⁸ Interpreto o uso de “falha” nesta citação de Maingueneau (2005: 11) como um uso metafórico de falha geológica, proveniente de uma fratura entre superfícies, devido a forças de pressão no interior das mesmas. À semelhança da falha geológica, a “falha constitutiva” da AD decorre da sua génese, não é um defeito, mas, sim, um feito, resultante da sua natureza e essência.

s'institue. Entre les deux il y a une asymétrie irréductible. Le sens est frontière et subversion de la frontière, négociation entre des lieux de stabilisation de la parole et des forces qui excèdent toute localité. (Maingueneau, 2005: 11)

Referências

- ANTAKI, C., BILLIG, M.G., EDWARDS, D. AND POTTER, J.A., (2003). **Discourse Analysis Means Doing Analysis: A Critique of Six Analytic Shortcomings**, *Discourse Analysis Online*, 1 Disponível em: <http://www.shu.ac.uk/daol/articles/v1/n1/a1/antaki2002002-paper.html>
- BARROS, D. L. P., (1999). **Estudos do Texto e do Discurso no Brasil**. DELTA: *Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Nº Especial. Vol.15, 183-199.
- BEUKEBOOM, C. & BURGERS, C., (2017). **Linguistic bias**. In Giles, Howard & Harwood, Jake (eds.) *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. United States: Oxford Research Encyclopedias, Oxford University Press, pp. 1-21. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.439>
- CAMERON, D., (2001). **Working with spoken discourse**. London: Sage Publications.
- CHARAUDEAU, P. E MAINGUENEAU, D., (2016 [2004]). **Dicionário de Análise do Discurso**. 3ªed. São Paulo: Contexto. (Tradução de Charaudeau, P. e Maingueneau, D. (2004). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Éditions du Seuil).
- FAIRCLOUGH, N., (2001). **Critical and descriptive goals in discourse analysis**. *Journal of Pragmatics*. 9, 739–763.
- FONSECA, J., (1992). **Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação**. Lisboa: ICALP.
- FONSECA, J. & FONSECA, F. I., (1977). **Pragmática linguística e ensino do português**. Coimbra: Almedina.
- JAWORSKI, A. & COUPLAND, N. (eds.), (1999). **The Discourse Reader**. London e New York: Routledge.

- MAINGUENEAU, D., (1995). **Présentation**. *Langages*. Paris: Larousse, v.117, p. 5-11.
- MAINGUENEAU, D., (2005). **L'analyse du discours et ses frontières**. *Marges linguistiques*. 9, Mai 2005. M.L.M.S. Éditeur. P. 1-12. Disponible en <http://www.marges-linguistiques.com>
- MAINGUENEAU, D., (2006). **Análise do Discurso – uma entrevista com Dominique Maingueneau**. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 4, Nº. 6. Disponível em <http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_6_entrevista_maingueneau_port.pdf>.
- MAINGUENEAU, D., (2007). **A análise do discurso e suas fronteiras**. *Matraga*. Vol.14, Nº. 20. Disponível em <<http://www.pglettras.uerj.br/matraga/matraga20/arqs/matraga20a01.pdf>>.
- MARQUES, A.; DUARTE, I. M., PINTO, A. G. E PINHO, C., (2019). **A construção da identidade da mulher em revistas do Estado Novo**. *Ex aequo*, (39), pp. 71–88.
- NASCIMENTO, A. L. T., (2017). **“Cultura do Estupro” e a culpabilização da vítima ou o arquétipo da Condessa Szemioth**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Recuperado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/81094>
- OLIVEIRA, F. & MENDES, A., (2013). **Modalidade**. In. Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 623-669.
- PINTO, A. G., (2016). **A retórica do eu e do outro - the othering: A gramática da identidade no discurso político**. In Aquino, Z. & Segundo, P. R. G., *Estudos do Discurso: Caminhos e Tendências*. São Paulo: Editora Paulistana. (pp. 25-53). São Paulo: Paulistana.
- PINTO, A. G., (2021). **A construção da identidade da mulher num acórdão sobre violência doméstica**. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. (Especial), 27-46. doi:10.21747/16466195/lingespa2
- PINTO, A. G.; WARROT, C., LOPES CARDOSO, H., DUARTE, I. M., & SOUSA SILVA, R., (2021). **Deteção de linguagem**

- tendenciosa em decisões judiciais.** *Revista da Associação Portuguesa de Linguística.* (8), 203-217. doi:10.26334/2183-9077/rapln8ano2021a14
- RESENDE, V. M. E RAMALHO, V., (2006). **Análise de Discurso Crítica.** São Paulo: Contexto.
- ROULET, E., (1999). **Une approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours.** In Nolke, H. & Adam, J.-M., (eds.), *Approches modulaires: de la langue au discours.* Lausanne: Delachaux & Niestlé.
- SCHIFFRIN, D.; TANNEN; D. AND HAMILTON, H., (2015). **The Handbook of Discourse Analysis.** Oxford/Massachusetts: Blackwell.
- VAN DIJK, T. A., (1985). **Introduction: Discourse analysis as a new cross-discipline.** In van Dijk, T. A. (ed.), *Handbook of Discourse Analysis.* Vol. 1., pp. 1-10. Academic Press.
- VAN DIJK, T. A., (2011). **Introduction: The Study of Discourse.** In *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction* (2nd ed.). London: Sage. <https://doi.org/10.4135/9781446289068>
- VAN DIJK, T. A. (2015). **Critical Discourse Analysis.** In Schiffrin, D.; Tannen; D. and Hamilton, H., (eds). *The Handbook of Discourse Analysis.* Oxford/Massachusetts: Blackwell.
- WITTGENSTEIN, L., (1953). **Philosophical Investigations.** (Translated by G. E. M. Anscombe), London: Basil Blackwell.
- WILSON, J., (2015). **Political Discourse.** In Schiffrin, D.; Tannen; D. & Hamilton, H., (eds). *The Handbook of Discourse Analysis.* Oxford/Massachusetts: Blackwell.
- WODAK, R., & MEYER, M., (2009). **Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology.** In R. Wodak, & M. Meyer (eds.), *Methods for Critical Discourse Analysis* (pp. 1, 33). London: Sage.

DISCURSO(S), INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO*

Antónia Coutinho ¹

Introdução

Os estudos sobre o(s) discurso(s) instalaram-se na nossa contemporaneidade e a diversidade de campos em que se situam atesta a vitalidade das problemáticas que convocam e analisam. No campo específico da linguística, são também várias as correntes e as subáreas (ou disciplinas) que tomam o discurso como objeto de estudo, podendo sublinhar-se a convergência em torno do sentido como construção – determinada em função do impacto do social e dos usos da língua. A importância do social pode ser tida como fundacional, evidenciada desde cedo tanto por Halliday (referência fundadora para a Linguística Sistémico-Funcional) como pela Análise de Discurso (de língua francesa), devedora das influências de Foucault e de Pêcheux. Já a questão da linguagem oferece um maior campo de dispersão: a análise de discurso (de linha francesa) privilegia questões de ordem enunciativa, destacando-se hoje, em particular, a distinção de “cenas de enunciação” propostas por Maingueneau (2004); a Linguística Sistémico-Funcional beneficia do impulso inspirador de Halliday, que sublinhou o caráter propriamente semiótico da linguagem (Halliday, 2013) e se manteve fiel a uma análise do discurso de caráter linguístico²; de

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/LIN/03213/2020 e UIDP/LIN/03213/2020 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

¹ NOVA FCSH, CLUNL, Universidade NOVA de Lisboa

² Nos termos do autor, “a linguistic analysis of discourse” (Halliday, 2013, p. 57).

acordo com Wodak (2013, p. xix), a Análise Crítica do Discurso converge em torno de um programa de trabalho comum (a análise da forma como os discursos produzem e reproduzem relações de poder), mas lida com diferentes abordagens gramaticais; e a Análise Multimodal do Discurso enfatiza a relação entre linguagem verbal e outros sistemas semióticos em presença (Kress, 2003). Uma discussão mais aprofundada das questões aqui brevemente enunciadas foi já desenvolvida anteriormente (Coutinho, 2023, pp. 53-88) – destacando-se aí também a forma como diferentes abordagens, no campo dos estudos sobre os discursos, lidam com a distinção (ou indistinção) entre as noções de *discurso* e de *texto*. Não retomando, pelo menos sistematicamente, esta última problemática, a presente contribuição pretende, no entanto, dar conta da forma como é entendida a noção de *discurso(s)* no quadro teórico e epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo, de forma a atingir o que constitui, em última análise, o objetivo principal do trabalho: evidenciar a importância fulcral dos discursos em termos de desenvolvimento humano (por oposição aos modelos de inteligência artificial, aparentemente suscetíveis de produção de texto).

O trabalho está organizado em quatro partes (para além da introdução e da conclusão). Na primeira, apresenta-se o quadro epistemológico do movimento interacionista social – a que o Interacionismo sociodiscursivo (ISD) dá continuidade. Segue-se uma secção centrada sobre a noção de *discursos*, *tipos discursivos* ou *tipos de discurso*, no quadro do ISD. Nas duas partes seguintes, propõe-se primeiro uma análise, em termos de tipos discursivos, de respostas dadas pela ferramenta CharGPT (disponíveis no Anexo 1), seguindo-se a discussão sobre esses mesmos dados.

Epistemologia interacionista social e Interacionismo Sociodiscursivo

O interacionismo social correspondeu a um movimento do início do século XX, envolvendo contributos associados a diferentes

áreas do que designamos hoje, geralmente, como ciências sociais e humanas, que convergiam na adesão aos princípios filosóficos e políticos de Spinoza, Marx e Engels. Se Vygotsky (2007[1934]) e Volochinov (1977[1929]) são referências fundamentais neste âmbito, não pode deixar de ser oportuno, no presente contexto, salientar também o perfil interacionista social de linguistas como Coseriu e, sobretudo, Saussure (questão a que voltaremos). De forma muito resumida e simplificada, podem apontar-se três fatores que configuram esta orientação epistemológica: a adesão aos princípios spinozianos de monismo materialista e de paralelismo psicofisiológico; a importância atribuída às atividades coletivas (nomeadamente, o trabalho), enquanto condição determinante para o desenvolvimento específico da espécie humana; e a defesa de uma “ciência do humano”, irredutível à fragmentação especializada herdada do positivismo. Não cabe no espaço deste trabalho uma explanação mais ampla destas questões (para esse efeito, veja-se Bronckart, 1997, 2004, 2008). Mas é neste quadro que se situa o Interacionismo Sociodiscursivo, formulado por Jean-Paul Bronckart (Bronckart, 1997³) e atualmente desenvolvido no âmbito de uma rede internacional que envolve equipas de investigação em diversos países (com destaque para a Argentina, o Brasil, Espanha, Portugal e Suíça). Propondo-se, portanto, prolongar o movimento interacionista social, o ISD ganha consistência na identificação de zonas de intervenção que importa desenvolver – e que configuram, desse ponto de vista, um programa de trabalho próprio (veja-se, por exemplo, Bronckart 2004b, 2008 e Bronckart 2013). Naturalmente formulado de formas diferentes em momentos diferentes, esse programa de trabalho desdobra-se em diferentes direções, articuladas entre si e

³ O facto de esta obra ser normalmente tomada como marco de referência, relativamente ao Interacionismo Sociodiscursivo, não apaga a importância de trabalhos anteriores – nomeadamente, Bronckart et al., 1985. Por outro lado, importa chamar a atenção para a segunda edição da mesma obra, revista e corrigida (Bronckart, 2022) – e que, por essa razão, será preferencialmente usada, neste trabalho.

articuladas com trabalho desenvolvido noutros quadros: trata-se de aprofundar e melhor compreender a interação entre aspetos linguísticos, psicológicos, sociais e didáticos, tendo em vista, em última análise, o desenvolvimento da pessoa (Bronckart, 2013).

Ainda que estas dimensões voltem a ser retomadas, ao longo da presente contribuição, será útil, neste momento reiterar alguns dos pressupostos que lhes estão associados (correndo até o risco de alguma circularidade). Assim, no que diz respeito à psicologia, poder-se-á começar por lembrar a crítica dirigida por Vigotski à organização das ciências e, em particular, à forma de “arrumar” a psicologia:

(...) le schéma traditionnel de classification des sciences qui existe depuis longtemps, tentant de caser la psychologie dans un espace exigu entre la biologie et la sociologie, est une classification erronée qui présente de manière trop réductrice les interactions entre la psychologie et les autres sciences. Manifestement, la nouvelle psychologie devra élaborer un nouveau schéma pour remplacer celui-ci. (Vygotsky, 2018, p. 364)

Como referem Leopoldoff Martin e Schneuwly (2018, p.21), Vygotsky incluirá a psicologia de Piaget nesta crítica – o que indicia já a divergência epistemológica entre os dois autores. Essa divergência passa pela forma de conceber a linguagem – em função dos pressupostos filosóficos em que cada um se sustenta, como claramente evidenciou Bronckart (1999, p. 42). Piaget, que faz depender o aparecimento da linguagem do desenvolvimento cognitivo, filia-se numa tradição cartesiana e kantiana – prolongada também, em linguística, pelo generativismo. Vigotski, pelo contrário, situa-se na continuidade de Spinoza, de Marx e de Engels, tomando assim as atividades coletivas e a linguagem como condição de pensamento consciente, isto é, como condição de desenvolvimento próprio da espécie humana – desenvolvimento esse que passa, tanto em termos filogenéticos como ontogenéticos, por um salto qualitativo, do plano biológico para o sociosemiótico.

De uma forma geral, os estudos (linguísticos) sobre os discursos atribuem uma importância decisiva ao que poderemos designar, genericamente, como contexto; desse ponto de vista, dir-se-ia que se enquadram tendencialmente na segunda perspetiva que acaba de ser apontada, ainda que nem sempre os pressupostos epistemológicos sejam claramente identificados ou assumidos⁴. Inversamente, reler hoje Saussure – em particular, através do verdadeiro corpus saussuriano – permite reconhecer um posicionamento inequivocamente interacionista social. Com efeito, Saussure não hesita relativamente ao primado da linguagem sobre o pensamento, como mostra a passagem que se segue (entre várias outras que poderiam ser evocadas, inclusive já no *Cours de Linguistique Générale*): “(...) ce n’est pas la pensée qui crée le signe, mais le signe qui guide primordialement la pensée (dès lors la crée en réalité, et la porte à son tour à créer des signes, peu différents toujours de ceux qu’elle avait reçus).” (Saussure, 2002, p. 46). Percebe-se também nesta passagem, ainda que em termos não totalmente explícitos, essa espécie de duplicidade que Saussure reconhece à língua, entendida como produto histórico herdado que está sempre, simultaneamente, em processo de transformação – isto é, em processo de inovação sem rutura (cf. Saussure, 2002, p. 157). Mas o que aqui interessa salientar é o facto de a dimensão psíquica aparecer como constitutiva do que é linguístico. Com efeito, se o pensamento depende da língua que lhe dá forma, também a língua, ou o que é linguístico, só existe na medida em que se deixa reconhecer como tal: “(...) : parce qu’ à chaque moment de son existence [de la langue], il n’EXISTE linguistiquement que ce qui est aperçu par la conscience, c’est-à-dire ce qui est ou devient *signe*.” (Saussure, 2002, p. 45)⁵.

⁴ Para uma discussão desta questão, veja-se Coutinho, 2023.

⁵ Vale a pena salientar ainda que Saussure recusa frontalmente a hipótese de um desenvolvimento “natural” da linguagem. Se o facto merece atenção, só por si, não será menos interessante observar o propósito argumentativo do autor, sustentando que, mesmo nesse caso hipotético, a ciência se manteria ainda a braços com a compreensão dos sistemas semióticos, historicamente constituídos e

Poder-se-ia prolongar a releitura de Saussure e sublinhar que daí pode também decorrer uma releitura da forma como a linguística, ou as ciências da linguagem, se posiciona(m) relativamente ao seu objeto, ou aos pontos de vista que o configuram. Na perspetiva interacionista social que o ISD prolonga, esse objeto é irreduzível a uma conceção biologizante, mas também inequivocamente mais complexo do que o que nos fizeram crer os editores do *Cours de Linguistique Générale* – como pode evidenciar, em jeito de síntese, esta excelente formulação de Bronckart (2007, p. 128-129):

Dans les cadres spinoziens et marxien, ce langage a dès lors un tout autre statut que dans la doxa philosophique dont s’inspire Piaget. Il ne s’agit plus d’un système censé refléter une structuration cognitive qui lui serait antérieure et qui le déterminerait, mais d’abord et avant tout d’un instrument au service du déploiement et de l’organisation de la praxis humaine, d’un usage interactif organisé en discours, dont les unités (ou signes) ont d’une part la propriété de « fixer » les représentations du / monde dans le mouvement même où elles les rendent partageables ou collectives, d’autres part celle de conserver ces représentations signifiantes au titre de « témoins de l’histoire ».

Tipos de discurso: mundos discursivos e tipos linguísticos

Na sequência do que acaba de ser exposto, importa especificar a noção de *tipos de discurso*, ou *tipos discursivos*, que é assumida no quadro do ISD – e que se pode encontrar exposta em inúmeros contributos nesse âmbito (veja-se, entre outros, Bronckart, 1997 e 2022, Bronckart, 2008; Coutinho, 2023, 2019; Gonçalves & Leal, 2012; Miranda, 2008).

socialmente partilhados, que são as línguas: “À supposer même que l’exercice de la parole constituât chez l’homme une fonction naturelle, ce qui est le point de vue éminemment faux où se placent certaines écoles d’anthropologistes et de linguistes, il faudrait encore absolument soutenir que l’exercice de cette fonction n’est abordable pour la science que par le côté de la langue ou par le côté des langues *existantes*. (Saussure, 2002, p.146).

Poder-se-á começar por salientar que, ao contrário do que assumem normalmente as correntes de análise do discurso, os tipos discursivos correspondem a segmentos infraordenados relativamente aos textos, ou aos géneros de texto – diretamente associados, estes, às atividades sociais em que circulam⁶. Por outras palavras: é no contexto das atividades sociais que os géneros se estabilizam, se influenciam reciprocamente, se deslocam, evoluem, desaparecem, emergem, se reconfiguram, se estabilizam (de novo), se rigidificam por vezes. Mas os tipos discursivos, enquanto ingredientes da confeção dos textos, têm uma estabilidade diferente, que lhes advém do carácter psicolinguístico que os caracteriza: estão em causa, por um lado, operações de natureza psicológica, através das quais se constituem mundos virtuais; e, por outro, os recursos linguísticos que são mobilizados, em cada língua, para configurar e reconhecer esses mesmos mundos. Como Bronckart faz notar, estes mundos virtuais, especificamente criados pela atividade de linguagem e que o autor designa como mundos discursivos, distinguem-se dos mundos representados em que se desenvolve(m) a(s) atividade(s) humanas e a ação dos seus agentes (“mondes ordinaires” ou, numa tradução talvez preferencial, em português, mundos comuns). Mas esta distinção passa, em concreto, pela forma como os mundos discursivos se constituem, relativamente aos mundos comuns – ou pelo facto de os primeiros darem a ver a forma como se relacionam com os segundos. É neste sentido que se podem identificar dois tipos de operações, que têm a ver com a relação entre as coordenadas do mundo discursivo e as coordenadas do mundo comum: se há uma relação de conjunção, estabelece-se um mundo discursivo da ordem do expor; se, pelo contrário, se verifica relação de disjunção, estamos num mundo discursivo da ordem do narrar. Uma outra operação de tipo binário tem a ver com a relação entre as instâncias de agentividade

⁶ Em última análise, está aqui em causa a opção metodológica descendente preconizada por Volochinov (1977[1929]), já longamente apresentada e discutida em trabalhos anteriores (Coutinho, 2020, 2019, 2014a).

representadas e as que caracterizam a ação de linguagem em curso, podendo essa relação ser da ordem da autonomia ou da implicação. Daqui resultam quatro possibilidades de mundos discursivos (expor implicado, expor autónomo, narrar implicado e narrar autónomo), como mostra o quadro que se segue, adaptado de Bronckart (2008, p. 71) e aqui reproduzido a partir de Coutinho (2014b, p. 128):

		Organização temporal (relação entre as coordenadas temporais dos processos verbalizados no texto e as coordenadas temporais da situação de produção)	
		Conjunção	Disjunção
		Ordem do EXPOR	Ordem do CONTAR
Organização atorial (relação entre as instâncias de agentividade mobilizadas no texto e as instâncias de agentividade associadas à situação de produção)	Implicação	<i>Discurso Interativo</i>	<i>Relato Interativo</i>
	Autonomia	<i>Discurso teórico</i>	<i>Narração</i>

Figura 1

Cada um destes mundos discursivos é indissociável, como já atrás se disse, dos recursos linguísticos que lhe dão forma: estão em causa, desse ponto de vista, tipos linguísticos, identificáveis pelas unidades mobilizadas, a que chamamos tipos de discurso, ou tipos discursivos. A título de exemplo e sem carácter de exaustividade, vejam-se algumas características linguísticas dos tipos discursivos (tomando em consideração o caso do português europeu), tal como esquematiza a Figura 2 (também retomada de Coutinho (2014b, p. 129):

Deíticos Formas verbais no presente do indicativo com valor deítico ...	Deíticos Localizadores temporais (deíticos) Formas verbais no pretérito perfeito simples e imperfeito ...
Ausência de deíticos Formas verbais no presente do indicativo com valor gnómico Conectores argumentativos e outros organizadores textuais ...	Ausência de deíticos Localizadores temporais (não deíticos) Formas verbais no pretérito perfeito simples e imperfeito ...

Figura 2

Como se espera que mostre a Figura 2, uma determinada marca linguística (por exemplo, a presença ou a ausência de deíticos) não é suficiente para configurar ou dar a ver um determinado tipo discursivo – que resulta, antes, de um conjunto de formas em copresença (ou de um “envelope” de unidades linguísticas). Por outro lado, o facto de falarmos de *tipos*, evidencia a relativa estabilidade que lhes está associada – e que contrasta, de forma evidente, com a maleabilidade e a mutabilidade dos géneros de texto. Tal não significa que a identificação de quatro tipos, tal como agora apresentada, seja absolutamente fechada: a possibilidade de variantes e de fusões é claramente assinalada por Bronckart (1997, p. 189 ; 2022, p. 149), que distingue tipos “puros” (resultantes das decisões binárias atrás apresentadas) de casos em que se verificam sobreposições ou fusões entre tipos (ou que, de alguma forma, levantam dificuldades relacionadas com as fronteiras entre eles).

Se voltarmos à especificidade desta noção – a de *tipos discursivos* – relativamente à forma como o(s) discurso(s) são entendidos noutros quadros teóricos e epistemológicos, importa lembrar que a opção do ISD se inscreve numa tradição linguística

de que fazem parte Benveniste (1966), com a oposição entre *discurso* e *história* (ou *enunciação histórica*, ou *plano histórico da enunciação*); Weinrich (1973[1964]), com a oposição entre *mundo comentado* e *mundo narrado*; Simonin-Grumbach (1975), com a identificação de cinco planos de enunciação (*discurso, história, discurso indirecto, textos teóricos e textos poéticos*)⁷.

Mas a questão que interessa sublinhar, em função dos propósitos da presente contribuição, é o facto de os tipos discursivos exercerem uma função de mediação entre as representações individuais (associadas ao vivido de cada pessoa) e as representações coletivas (que se relacionam com os “produtos” da história social, coletiva). Por isso, mesmo quando falamos apenas de *tipos discursivos* (por comodidade e simplificação), não podemos reduzi-los às formas linguísticas em ocorrência: isso seria abstrair do processo psicológico pelo qual cada pessoa, em cada momento, elabora vias de passagem entre o seu vivido e o coletivo e “escolhe” a forma de os relacionar, através das operações que constituem *mundos discursivos*. Em síntese:

(...), nous soutenons pour notre part que la **mise en forme discursive** est indissolublement travail psychologique et travail linguistique, qu'elle constitue donc un objet commun à ces deux disciplines, ou encore qu'elle **perd sa substance et sa signification propres lorsqu'elle est abordée en faisant abstraction de l'une de ces deux approches**. (Bronckart, 2022, p. 117, destaques meus).

Que a elaboração discursiva (ou o “pôr a língua em ação”, se quisermos dizê-lo com palavras de Saussure) constitua objeto da psicologia e da linguística enquadra-se na perspectiva do ISD que, na continuidade do movimento interacionista social, preconiza uma ciência do humano (mais capaz de colaboração do que as

⁷ Na verdade, o campo dos estudos literários é também particularmente relevante a este propósito. Genette é absolutamente claro a distinguir *modos* (ou atitudes de enunciação), como a narrativa (“le récit”), de *gêneros* (como o romance). Cf. Genette, 1986, p. 66 e pp. 75-76.

ciências hiperespecializadas, que decorreram do positivismo). Mas – importa dizê-lo – inscreve-se também no caráter interdisciplinar dos estudos sobre os discursos, frequentemente sublinhado (veja-se, por exemplo Maingueneau, 2012). Por outro lado, impõe-se perspetivar esta questão – a da indissociabilidade psicológica e linguística da elaboração discursiva – em função de diferentes situações. No que diz respeito a contextos formativos (de educação formal ou outros) e, de forma mais específica, no âmbito da aprendizagem das línguas primeiras em contexto escolar, é inequívoca a importância do domínio progressivo dos tipos discursivos, em termos psicológicos e em termos linguísticos⁸: é que está em causa, de forma também inequívoca, o desenvolvimento da pessoa – desenvolvimento em termos de identidade e desenvolvimento linguístico (discursivo), implicando-se (ou provocando-se) reciprocamente. Apesar da importância que assume a formação e a educação, no programa de trabalho do ISD, é preciso reconhecer que, por vezes, a face linguística domina a análise. Este facto pode explicar-se em função de objetivos concretos, nomeadamente a compreensão das relações entre tipos discursivos e géneros de texto – assumindo, na sequência de Miranda (2008), que se verifique alguma estabilidade entre determinado género de texto e os tipos discursivos mobilizados, ou mesmo entre um género de texto e as possibilidades linguísticas de determinado tipo discursivo (eventualmente dominante). É o caso, por exemplo, do trabalho comparativo que temos desenvolvido sobre rótulos de garrafas de vinho, em Portugal e na Argentina

⁸ A este propósito, veja-se, por exemplo, Bronckart (2004, p. 107): “(…), la pratique des genres constitue une occasion d’apprentissages sociaux ayant trait, globalement, à l’adaptation de l’agir langagier aux diverses formes d’agir général. Il ne s’agit cependant là que d’un aspect des médiations formatives ; un autre, sans doute plus nodal, ayant trait à la mise en interface des représentations individuelles (ayant leur siège en un organisme-agent) et des représentations collectives (ayant leur siège dans les œuvres humaines), processus qui se déploient selon nous au niveau des types de discours, parce que ceux-ci constituent, nous l’avons vu, les formats obligés de cette mise en interface.”

(Miranda & Coutinho, 2010; Coutinho & Miranda, 2022). A análise mostra um vasto leque de possibilidades relativamente às formas de implicação da instância de produção, em segmentos de discurso interativo, nos rótulos de vinhos portugueses; e uma criatividade crescente, no que diz respeito à variedade de formas de discurso interativo, tanto em Portugal como na Argentina – tendência provavelmente associada à implantação social do campo da enologia e ao desenvolvimento de “vinhos de autor” (Coutinho & Miranda, 2022, pp. 24 e 32). Neste sentido, não pode deixar de ser oportuno perguntarmo-nos qual a sede do processo psicológico, em exemplos como estes – ou, concretamente, qual o papel de equipas de *marketing*. Questão que antecipa uma outra, bem mais radical: na era da Inteligência Artificial (IA), e com o desenvolvimento de ferramentas potentes como o ChatGPT (<https://openai.com/blog/chatgpt>), que sentido faz (ou não) a dimensão psicológica dos tipos discursivos?

Exemplos em análise

A análise que se segue não incide sobre um corpus formalmente constituído – mas apenas sobre alguns exemplares de interações com a ferramenta ChatGPT, apresentados no Anexo 1. As perguntas foram feitas tendo em conta o que se pretendia observar (os tipos discursivos), recorrendo por isso a construções que, à partida, se admitia poderem induzir determinado tipo discursivo. Em alguns casos, procurou-se variar a pergunta inicial, quer do ponto de vista da formulação, mais ou menos informal, direta e explícita (perguntas 8, 8' e 8''), quer repetindo a mesma pergunta com um intervalo de cerca de um dia (perguntas 10 e 10'). A resposta 2 foi abruptamente interrompida, com a seguinte informação “There was an error generating a response” (cf. Anexo 2); manteve-se o início de resposta já apresentado, uma vez que, ainda assim, parece complementar, de forma útil, o conjunto de dados reunidos. Na análise que se segue, não será tida em conta a questão das variedades do português – assinalando-se aqui,

apenas, o facto de as respostas recolhidas recorrerem à variedade do português do Brasil.

As respostas 1 e 2 evidenciam a presença de narração (narrar autónomo) no corpo do texto, através dos tempos gramaticais em ocorrência; mas também, no bloco formatado com marcas de lista, na resposta 1, através dos adverbiais temporais não déicticos, que estabelecem uma sucessão cronológica. Já na resposta 2, a enumeração recorre a expressões de síntese, que os segmentos imediatamente à direita, introduzidos por dois pontos, desenvolvem em termos de narração. Estas duas respostas apresentam também uma organização macroestrutural paralela (apesar de, como já foi referido, não termos acesso ao que seria o final da resposta 2). Ambas começam com um segmento de discurso interativo que responde diretamente à pergunta, recorrendo a advérbios e locução adverbial com valor de afirmação e de confirmação, bem como à expressão de cortesia “com prazer”, associada à marcação de exclamação. Segue-se, nas duas respostas, um segmento de discurso claramente autónomo: narração, na resposta 1, e discurso misto, na resposta 2 (em que os tempos gramaticais característicos da ordem do narrar coocorrem com características do expor autónomo, como a concessiva)⁹. Na prática, os dois casos orientam-se para o discurso teórico, que surge nas duas respostas com a mesma fórmula de remissão intratextual (“Aqui estão...”). A resposta 1 fecha também com discurso teórico, de novo com um mecanismo de referência intratextual (através do demonstrativo anafórico com função de resumo) e um presente com valor gnómico, de definição (apesar da ocorrência do pretérito perfeito simples e do adjetivo “importante”, que quebra subtilmente a relação de autonomia).

O discurso interativo aparece nas respostas 3, 8, 8' e 8'', 9, 10 e 10', sendo de assinalar as marcas da relação de implicação: pronomes pessoais e determinantes possessivos de 1ª pessoa, bem

⁹ Sobre fusão de narração e de discurso teórico, veja-se Bronckart, 1997, pp. 210-211; 2022, pp. 165-166.

como formas verbais igualmente flexionadas na 1ª pessoa; formas de 3ª pessoa alocutiva, no imperativo com valor de cortesia (“desculpe” “fique à vontade”, “sinta-se à vontade”, entre outras), no futuro do conjuntivo, quase sempre com coocorrência do pronome “você” (por exemplo, “se você tiver (...) ou quiser (...)”, “se você quiser”, “se desejar”) ou outros pronomes alocutivos (como em ajudá-lo”, por exemplo). No mesmo sentido, destaca-se também a frequência de frases interrogativas e exclamativas.

Ao contrário do que acabamos de ver, nas respostas 4, 5, 6 e 7 nunca os traços de discurso interativo (expor implicado) envolvem a instância de interlocução. Verifica-se, no entanto, a ocorrência de déiticos pessoais de 1ª pessoa (como o possessivo minha, no início da resposta 5 e na resposta 6), e várias formas verbais flexionadas na primeira pessoa do singular, em que ao valor déítico do presente do indicativo se sobrepõe um valor modal de capacidade (ou valor epistêmico, de possibilidade): na resposta 6, “não tenho uma personalidade e não produzo textos de forma autônoma ou com intenção pessoal” é parafraseável como [não posso ter uma personalidade e não sou capaz de produzir textos de forma autônoma ou com intenção pessoal]; na resposta 7, “não tenho uma relação pessoal com a escrita” é parafraseável como [não posso ter / não sou capaz de ter uma relação pessoal com a escrita]. De resto, o mesmo se passa também na resposta 3 e nas respostas 8, 8’e 8”, 9, 10 e 10’. Em todos estes casos, o valor em causa depende do segmento inicial introduzido por “como” (equivalente a [na qualidade de], ou [na condição de]) – que, em última análise, equivale a uma oração não finita gerundiva (“Como um modelo de linguagem de inteligência artificial” é parafraseável como [sendo eu um modelo de linguagem de inteligência artificial]). Assim, em todas estas respostas emerge uma espécie de identidade da instância de produção (explicitamente referida em termos de “modelo de linguagem de inteligência artificial”, como acabamos de ver), suscetível até de ter opinião: veja-se a pergunta 5, iniciada por “Do seu ponto de vista,...”, e a resposta respetiva, iniciada por “Na minha opinião”. Essa entidade não tem, no entanto, história

peçoal, não possui um vivido: em resposta à pergunta 4, que assenta numa experiência passada, supostamente partilhada (“De acordo com a perspectiva que estudou,...”), a máquina – de forma hábil, é preciso dizê-lo – desloca-se para o campo da teoria (“De acordo com algumas perspectivas da Linguística Textual,...”), eliminando a marca de implicação.

No conjunto das respostas 4, 5, 6 e 7, o discurso teórico é dominante (embora nas respostas 6 e 7 ocorra em primeiro lugar um ou mais segmentos de discurso interativo, como vimos). Além de formas verbais de presente do indicativo com valor genérico, o discurso teórico aparece altamente modalizado: nas quatro respostas, e não contando os casos de valor modal não explícito (como os que atrás foram referidos), verificam-se doze ocorrências do modal poder com valor epistémico e duas do modal dever com valor deôntico. Outro aspeto que parece destacar-se tem a ver com a ocorrência de conectores e outros organizadores textuais, característica do discurso teórico, verificando-se, nas quatro respostas em análise, alguma tendência para um uso relativamente reiterado das mesmas formas: introdutores de argumento antiorientado com valor de oposição (concessão ou contraste), introduzidos por “embora” (duas ocorrências na resposta 4) ou “no entanto” (uma ocorrência na resposta 5 e duas ocorrências na resposta 6); organizadores enumerativos (o aditivo “além disso”, que ocorre uma vez nas respostas 4 e 7 e duas vezes na resposta 5; e o marcador de integração linear “por outro lado”, que ocorre uma vez na resposta 7). Às formas agora elencadas juntam-se ainda organizadores conclusivos: “Assim” e “Em resumo”, que introduzem os últimos parágrafos das respostas 4 e 7, respetivamente. Não podendo considerar-se um formato absolutamente rígido, estas respostas tendem para uma macro-organização de tipo argumentativo, com um primeiro argumento e um contra-argumento (podendo juntar-se a qualquer deles um segmento aditivo), a que se segue uma conclusão-síntese.

Sendo a amostra obviamente limitada, é suficiente para evidenciar que, de forma geral, as características dos tipos

discursivos parecem manter-se nas respostas geradas pela ferramenta ChatGPT. À primeira vista, talvez se possa pensar que não há nada de novo: os tipos discursivos estão necessariamente associados à produção textual e qualquer tipo discursivo pode ocorrer em qualquer texto. Por outras palavras: os tipos discursivos constituem escolhas inevitáveis (ao contrário do que acontece com os modos de organização sequencial prototípica); e não há, entre tipos discursivos e géneros de texto, nenhuma relação obrigatória. Assim, a previsibilidade de ocorrência de discurso teórico (expor autónomo) em géneros da atividade académica e científica (como uma dissertação ou um artigo científico, por exemplo) é apenas isso – uma previsibilidade, associada à identidade do género, que tendemos a assumir como (totalmente) estabilizado. Essa (alta) previsibilidade não exclui a possibilidade, tanto conceptual como empírica, de ocorrência de qualquer outro tipo discursivo nos géneros em causa. Inversamente, também se pode sublinhar a possibilidade de ocorrência de discurso teórico, por exemplo, num género em que, à partida, ele não seja particularmente expectável, como a *conversa* (conversa propriamente dita, informal, ou “conversa de corredor”). Se, por isso, pode parecer normal a ocorrência dos diferentes tipos discursivos nas respostas do ChatGPT, não deixa de ser oportuno perguntarmo-nos de que género estamos a falar, nesse caso. A resposta mais simples seria considerar a evidência, por circular ou redundante que pudesse parecer: dir-se-ia nesse caso que se trata de respostas do ChatGPT. De facto, ao dizermos isso, estaríamos a ultrapassar o nível da redundância: estaríamos a reconhecer identidade a um (hipotético) género, com características (tendencialmente) próprias – ainda que algumas, ou mesmo muitas dessas características pudessem ser partilhadas com géneros próximos (como conversas ou perguntas de teste ou de exame, por exemplo). A questão de fundo não passa (ou não passa em primeiro lugar) pela etiqueta que designa o género – mas sim pelo carácter praxiológico da dimensão genológica, necessariamente associada ao plano da atividade social e coletiva em que determinado género é funcional. Por outras

palavras: um género de texto não é uma sequência linguística bem formada, segundo determinados critérios (sejam eles genológicos), é antes uma via (um formato) de realização de determinada *praxis*. Assim: a conversa de corredor corresponde a uma forma de atividade social que é a interação informal; a resposta de teste ou de exame corresponde a uma forma (mais ou menos socialmente reconhecida) de expor e de avaliar conhecimento, na atividade escolar / académica. E as respostas do CharGPT? Corresponderão a uma forma (ainda tendencialmente controversa) de alguém interagir com uma máquina? Por gosto, ou pelo desafio de lidar com inteligência artificial? Por solução de comodidade, isto é, para obter – em segundos e sem esforço – resposta a questões que custariam horas ou dias de trabalho e de esforço para serem plenamente compreendidas e habilmente redigidas?

Apesar desta ambiguidade de ordem praxiológica, é possível observar (a tendência para) algumas regularidades. Por um lado, constata-se que perguntas de natureza conceptual ou teórica (próximas do género pergunta de teste/exame) desencadeiam a ocorrência predominante de discurso teórico, nas respostas, enquanto perguntas com temas informais ou do dia a dia (próximos do género conversa) mobilizam discurso interativo, com frases não declarativas (interrogativas e exclamativas) e formas de interpelação direta da instância de interlocução. Por outro lado, verifica-se que a ocorrência do verbo “contar”, na pergunta, induz discurso da ordem do narrar, e que um tema de natureza histórica desencadeia narração e discurso teórico. Finalmente, é clara a tendência para as respostas abrirem com discurso interativo (nas 10 respostas analisadas, apenas a resposta 4 é diferente); este facto não seria, em si mesmo, particularmente relevante, uma vez que as perguntas também recorrem a discurso interativo, se não se verificasse a passagem para discurso teórico ou narração, nas respostas em que há conteúdos de ordem histórica ou teórica.

Face a tudo o que acaba de ser dito, poder-se-ia pensar que não há nada de novo, nas respostas do ChatGPT, relativamente a tipos discursivos: eles ocorrem (pelo menos nos casos analisados) com

características (aparentemente) semelhantes às anteriormente identificadas e descritas; e constata-se até que um mesmo tipo discursivo se apresenta com características diferentes em função de aspetos temáticos ou de carácter genológico. Esta conclusão não pode, no entanto, sobrepor-se a uma outra questão de fundo: **estaremos ainda neste caso, de facto, perante tipos discursivos?**

Discussão

O ChatGPT é “um modelo de linguagem de inteligência artificial”, de acordo com a forma como a ferramenta se refere a si própria (veja-se, por exemplo, a resposta 3). As formas e as estruturas usadas resultam da mera junção de peças disponíveis num repositório imenso – reproduzindo, é verdade, boas condições de formação gramatical e textual. Digamos, de forma simples, que as respostas do ChatGPT não evidenciam problemas de ordem gramatical, tal como não evidenciam problemas de coesão ou de coerência – se quisermos referir-nos aos dois parâmetros de textualidade centrados no texto, de acordo com uma perspetiva clássica em Linguística do texto (Beaugrande & Dressler, 1981). Relativamente aos outros parâmetros, podemos admitir que alguns, como a informatividade e a intertextualidade, pareçam (amplamente) cumpridos; mas, estando em causa o diálogo pessoa humana – máquina, impõe-se (re)pensar a forma como podem ou devem ser entendidos todos os parâmetros centrados nos sujeitos e, em particular, o que diz respeito à intencionalidade. Aliás, não deixa de ser curioso ver como a própria ferramenta resolve a questão, sem hesitação (nem filosofia): “Meu objetivo é apenas fornecer informações e respostas às perguntas que me são feitas.” (respostas 8 e 8’); “Minha função é fornecer informações e respostas às perguntas que me são feitas da forma mais precisa e objetiva possível.” (resposta 9). Seja como for, e na sequência do que já atrás se discutiu, nas respostas do ChatGPT apaga-se o carácter social e praxiológico associado à produção de um texto enquanto unidade comunicativa global, tal como tem sido reiteradamente assumida a

noção, no quadro do ISD. Na verdade, a ferramenta ChatGPT vem cumprir o projeto generativista das gramáticas de texto, entendidas como gramáticas suscetíveis de gerarem qualquer texto em língua natural¹⁰ – projeto esse que perdera impacto, logo nos anos setenta do século passado, confrontado com as tendências que preconizavam o objeto como *texto-em-situação* (cf. Coutinho, 2019, pp. 33-34). A vantagem do ChatGPT tem a ver com o facto de lidar não apenas com estruturas linguísticas mas com uma massa imensurável de conteúdos de toda a ordem, o que viabiliza a possibilidade de gerar rapidamente qualquer resposta, tendencialmente certa (ainda que não de forma garantida) mas, em qualquer caso, capaz de “reforço de aprendizagem”, em função do retorno humano¹¹.

É evidente a utilidade de que pode revestir-se esta geração de respostas – sendo também claros alguns (ou muitos) riscos que lhe podem estar associados. Mas a questão que interessa colocar aqui é outra, e passa por perceber o que é esse objeto, ou produto, que resulta da junção de um domínio da estrutura gramatical da língua em uso com a massa de informação disponível.

Para procurar vias de resposta a esta questão, será provavelmente oportuno lembrar aqui as palavras de Jenny Simonin-Grumbach (atrás referida como uma das precursoras da noção de tipos discursivos assumida no quadro do ISD). Na conclusão do capítulo referido, a autora formulou o trabalho a desenvolver e os desafios que entendia colocarem-se a uma (verdadeira) ciência da linguagem, distinguindo esta última de uma (mera) gramática. Será então, na perspetiva da autora e de acordo com a teoria culioliana, a ligação entre marcas dos

¹⁰ Veja-se, de resto, a forma como a questão é apresentada no sítio web da Open AI: “Our text models are advanced language processing tools that can generate, classify, and summarize text with high levels of coherence and accuracy.” (<https://openai.com/research/overview>).

¹¹ Veja-se o sítio web da Open AI (<https://openai.com/blog/chatgpt>), sobretudo a secção sobre métodos, que refere explicitamente esta questão: “We trained this model using Reinforcement Learning from Human Feedback (RLHF), (...)”.

enunciados e as operações efetuadas pelo sujeito falante que determinam essa diferença:

Il faut donc que la linguistique se donne les moyens de rendre compte des opérations qu'effectue le sujet parlant pour produire un énoncé, et de la façon dont on peut reconstruire, à partir des traces ambiguës des énoncés, les opérations qui lient les énoncés aux sujets qui les ont produits. C'est à cette condition que **la linguistique pourra véritablement devenir une science du langage, et pas seulement une grammaire.** (Simonin-Grumbach, 1975, p. 118)¹².

Aceitando o ponto de visto da autora, convirá explicitar as consequências que se impõem: se, nas condições apontadas, estaremos apenas a lidar com linguística (e não com ciências da linguagem), então o objeto de análise será também algo exclusivamente linguístico. São evidentes, hoje, múltiplos fatores conjunturais que podem determinar a escolha entre linguística ou ciências da linguagem, no plano institucional disciplinar (e disciplinado). Mas a oposição que está em causa, na interpelação de J. Simonin-Grumbach, só faz sentido em termos epistemológicos. E, neste sentido, ela pode ser relacionada com o enquadramento interacionista social (ou, se preferirmos, com o programa de trabalho do ISD): mais do que uma perspectiva interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar (obviamente útil e necessária), está em causa a conceção de um objeto que é, em si mesmo, complexo, isto é, irreduzível a qualquer uma das suas partes, sob pena de perder a sua identidade própria. É fundamental, nesta perspectiva, o contributo de Saussure – em particular em *De l'essence double du langage* (Saussure, 2002, pp. 15-88) – embora não haja aqui espaço aqui para dar conta, de forma cabal, do pensamento, também ele complexo, do autor, nesta matéria¹³. Limitar-me-ei, por isso, a salientar três aspetos. Em

¹² Citada também por Bronckart, 1997, p. 152 e Bronckart, 2022, p. 119.

¹³ Veja-se: “Les éléments premiers sur lesquels portent l'activité et l'attention du linguiste sont donc non seulement d'une part des éléments complexes, qu'il est

primeiro lugar, a inequívoca inseparabilidade entre forma e ideia, ou significação: “Qui dit signe dit signification; qui dit signification dit signe; prendre pour base le signe (seul) n'est pas seulement inexact mais ne veut absolument rien dire puisque, à l'instant où le signe perd la totalité de ses significations, il n'est rien qu'une figure vocale.” (Saussure, 2002, p. 44). Em segundo, o facto de essa inseparabilidade ser encarada não como um facto da língua “em si mesma e por si mesma”, mas como percepção de quem usa a língua: “(...) la langue (c'est-à-dire le sujet parlant) n'aperçoit ni l'idée a, ni la forme A, mais seulement le rapport a/A; (...)” (Saussure, 2002, p. 39). Finalmente, a forma como, na já célebre “Nota sobre o discurso” (Saussure, 2002, p. 277), o autor mostra que a compreensão do que é a língua (ou do que são os recursos da língua, enquanto possibilidade de discurso, ou discurso em potência) é indissociável da compreensão do discurso, enquanto “língua em ação” e, como tal, inevitavelmente, ocasião de pensamento:

La langue n'est créée qu'en vue du discours, mais qu'est-ce qui sépare le discours de la langue, ou qu'est-ce qui, à un certain moment, permet de dire que la langue *entre en action comme discours?* (...): le discours consiste, fût-ce rudimentairement, et par des voies que nous ignorons, à affirmer un lien entre deux des concepts qui se présentent revêtus de la forme linguistique, pendant que la langue ne fait préalablement que réaliser des concepts isolés, qui attendent

faux de vouloir simplifier, mais d'autre part des éléments destitués dans leur complexité d'une unité naturelle, non comparables à un corps simple chimique ni davantage à une combinaison chimique, très comparables si l'on veut en revanche à un mélange chimique, tel que le mélange de l'azote et de l'oxygène dans l'air respirable ; de façon que l'air n'est plus l'air si on en retire l'azote ou l'oxygène, que cependant rien ne lie la masse d'azote répandue dans l'air à la masse d'oxygène, que troisièmement chacun de ces éléments n'est sujet à classification que vis-à-vis d'autres éléments du même ordre, mais qu'il n'est plus question d'air si l'on passe à cette classification et que quatrièmement leur mélange n'est pas impossible à classer de son côté. (Saussure, 2002, p.18).

d'être mis en rapport entre eux pour qu'il y ait signification de pensée. (Saussure, 2002, p. 277).

Assim sendo, será radicalizar a questão dizer que a junção de formas e de conteúdos previamente acessíveis, na produção de respostas como as do ChatGPT, não é, em última análise, discurso?

Numa última etapa desta discussão, importa lembrar Vygotsky (2007[1934], p. 257), quando afirma que a escrita constitui “uma função inteiramente original da linguagem”. São conhecidas as implicações desta questão, em termos de desenvolvimento da linguagem na criança. E é evidente a distância que se impõe, ao falarmos da ferramenta ChatGPT (ou de qualquer outro modelo equivalente). Mas o problema que interessa colocar prende-se com o facto de o modelo de linguagem de inteligência artificial oferecer um modelo de (produção de) escrita que é, efetivamente, um modelo de reprodução – e que, para além das reservas que aqui e ali se fazem ouvir, aparece como um feito que se admira, se elogia, se quer levar (sempre) ainda mais longe.

A possibilidade de escrita como reprodução está longe de ser um problema novo – e a academia conhece-o bem. O que se apresenta como novo é o impacto dessa possibilidade, através do desenvolvimento da inteligência artificial. E chego aqui, provavelmente, à questão que desde o início me (pre)ocupa – e que diz respeito à função mediadora da linguagem no desenvolvimento da pessoa, ao longo da vida. Sem espaço para elaborar mais longamente este tópico (particularmente relevante no programa de trabalho do ISD), veja-se o Anexo 3, que reproduz duas respostas de estudantes de Ciências da Linguagem a uma pergunta igual à pergunta 4 (na realidade, trata-se, neste caso, de uma pergunta efetivamente usada num teste e posteriormente reutilizada no ChatGPT, para efeitos do presente trabalho). A resposta 11, fluente e bem estruturada, reproduz (de forma excessivamente fiel, digamos assim), conteúdos apresentados em aula e registados em materiais (como apresentações *power point*) acessíveis à turma. A resposta 12, pelo contrário, expõe livremente (isto é, sem colagem a materiais

anteriores); assim, sem rede, dá a ver alguma confusão entre conteúdos trabalhados em aula (que, apesar de tudo, permanecem reconhecíveis), bem como fragilidades do ponto de vista da textualização (questões de construção referencial e de pontuação, entre outras). As duas respostas pediriam um trabalho de reformulação – em condições que não teriam de ser ideais, mas simplesmente efetivamente centradas numa perspetiva de desenvolvimento (e não na aprendizagem entendida como exibição de reprodução de conteúdos). Assim, os supostos textos da ferramenta ChatGPT (ou de outra qualquer ferramenta de inteligência artificial) parecem vir credibilizar práticas académicas já de si profundamente questionáveis – ou, por outras palavras, credibilizar um modelo de escrita que, usando embora os modos de organização linguística e discursiva da língua em questão, renuncia à função original da escrita.

Para concluir: regresso ao futuro

Como já foi atrás dito, toda a discussão aqui desenvolvida não nega eventuais utilidades associadas às respostas produzidas pelo ChatGPT (ou por outra ferramenta idêntica). O percurso desenvolvido consistiu em interrogar estas produções, do ponto de vista discursivo – no sentido forte que lhe cabe, de acordo com a perspetiva apresentada, em termos de forma e de pensamento (ou, se preferirmos, em termos linguísticos e psicológicos). A reprodução temática e discursiva do que já lá está, na imensa massa de que a máquina dispõe para articular as suas respostas, situa-se nos antípodas do que se entende por *desenvolvimento*:

(...) **le critère principal** qui distingue le développement, ce qui lui donne sa qualité essentielle sans laquelle le développement ne pourrait être qualifié comme tel, **c'est le critère de l'apparition du nouveau**. Si nous étions face à un processus dans lequel n'apparaissait aucune nouvelle qualité, aucune nouvelle propriété,

aucune nouvelle organisation, alors bien sûr, nous ne pourrions parler de développement (...). (Vygotsky, 2018, pp. 65-66).

A natureza específica de uma ferramenta de inteligência artificial impede naturalmente que se fale a esse propósito de desenvolvimento pessoal. Mas pode-se falar do impacto que o deslumbramento em torno da inteligência artificial pode gerar, em termos de desenvolvimento da(s) pessoa(s). Será mesmo um dos grandes objetivos da nossa era o desenvolvimento (não controlado) das possibilidades da inteligência artificial? Que lugar para o desenvolvimento discursivo, e de escrita, ao longo da vida? Como Vygotsky claramente mostrou, e tem sido reiteradamente sublinhado por diversos trabalhos no quadro do ISD, a especificidade da espécie humana passa pela apropriação da linguagem, enquanto transição do nível biológico (ou biológico e comportamental) para o socio-histórico. O que estamos a fazer – ou o que queremos fazer – dessa especificidade? A investigação sobre os discursos e o trabalho, em termos de ensino-aprendizagem e de formação, em torno do domínio dos discursos está, seguramente, nos antípodas do progresso de modelos de linguagem automática. Haverá espaço para este último, com certeza - num processo claramente irreversível. Mas importa assegurar que não seja irreversível o desinvestimento em termos de desenvolvimento pessoal e de desenvolvimento da linguagem, ao longo da vida. Como nota Bronckart (2010, p. 349) :

D'un côté, dans la logique spinozienne et évolutionniste, il n'y a aucune raison de penser que l'humain constituerait la dernière des formes naturelles (l'Omega de l'évolution de l'univers) : d'autres formes devraient inéluctablement lui succéder (quelque peine que nous ayons à le concevoir). Mais d'un autre, l'humain est apparemment la seule espèce à pouvoir gérer son devenir, ce qui pourrait éventuellement ne pas exclure que cette espèce (et c'est bien ce qu'elle « pense » ou « espère », soit capable d'identifier les conditions et moyens de sa perpétuation... éternelle.

Os discursos, as análises de discurso e o desenvolvimento das capacidades discursivas são com certeza meios de desenvolvimento das pessoas e meios de perspetivar o devir da espécie – naquilo que lhe é próprio e não na redução (fascinada e não controlada) a um funcionamento automático (ainda que dito inteligente).

Referências

- BEAUGRANDE, R. & DRESSLER, W. (1981). **Introduction to Text Linguistics**. Longman.
- BENVENISTE, E. (1966). **Problèmes de linguistique générale**, 1. (pp. 237-250). Gallimard.
- BRONCKART, J.-P. (1999). **La conscience comme 'analyseur' des épistémologies de Vygotski et Piaget**. In Clot, Y (dir.) Avec Vygotski (pp. 17-43). La Dispute. URL: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37587>
- BRONCKART, J.-P. (2004a). **Pourquoi et comment analyser l'agir verbal et non verbal en situation de travail**. In J.-P. Bronckart et Groupe LAF (eds). *Agir et discours en situation de travail*. Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation 13, 11-144.
- BRONCKART, J.-P. (2004b). **Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique**. *Langages*, 153, 98–108. <https://doi.org/10.3406/lgge.2004.938>
- BRONCKART, J.-P. (2007). **De l'activité collective à l'action et à la pensée individuelle. Pour une psychologie fermement vygotkienne**. In M. Merri (Ed.), *Activité humaine et conceptualisation: questions à Gérard Vergnaud* (pp. 121–141). Presses Universitaires du Mirail. URL: <https://books.openedition.org/pumi/5992>; ou <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37551>
- BRONCKART, J.-P. (2008). **Genres de textes, types de discours, et « degrés » de langue**. *Texto! Textes et Cultures*, 13(1). URL: <https://>

/archive-ouverte.unige.ch/unige:37287 ou http://www.revue-texto.net/docannexe/file/86/bronckart_rastier.pdf

BRONCKART, J.-P. (2010). **L'oeuvre saussurienne et les sciences de l'homme**. In Bronckart, J.-P.; Bulea, E. & Bota, C. (eds) (2010). *Le projet de Ferdinand de Saussure* (pp. 337-350). Librairie Droz.

BRONCKART, J.-P. (2013). **En las fronteras del Interaccionismo socio-discursivo: aspectos lingüísticos, didácticos y psicológicos**. In D. Riestra, S. M. Tapia, & M. V. Goicoechea (Eds.), *Terceras Jornadas Internacionales de Investigación y Prácticas en Didáctica de las lenguas y las literaturas* (pp. 39-59). Ediciones GEISE.

BRONCKART, J.-P. (1997). **Activité langagière, textes et discours: pour un interactionisme socio-discursif**. Delachaux & Niestlé

BRONCKART, J.-P. (2022). **Activité langagière, textes et discours: pour un interactionisme socio-discursif** (2^{ème} edition revue et corrigée). Lambert-Lucas

BRONCKART, J.-P. ET ALII (1985). **Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse**. Delachaux & Niestlé.

COUTINHO, A. & MIRANDA, F. (2022). **Los tipos discursivos en etiquetas de vino: exploraciones comparativas en portugués y español**. In M. I. Rodríguez (Ed.). *Enotradulengua. Géneros y tipos textuales en el sector del vino* (pp. 1-19). Peter Lang. URL : <https://www.peterlang.com/document/1253474>

COUTINHO, A. (2019). **Texto e(m) linguística: teorias, cruzamentos, aplicações**. Edições Colibri.

COUTINHO, A. (2020). **The Place of Semantics and Pragmatics in a Linguistic Approach to Texts**. *Catalan Journal of Linguistics* (Special Issue, 2020), 115-128. <https://doi.org/10.5565/rev/catj.311>.

COUTINHO, A. (2023). **Linguística do texto e do discurso**. Húmus.

Coutinho, M. A. (2014a). **Les liages textuels au défi d'une approche descendante**. In M. Monte & G. Philippe (eds). *Genres et textes. Déterminations, évolutions et confrontations. Etudes offertes à Jean-Michel Adam* (pp. 269-286). Lyon: Presses

Universitaires de Lyon. URL: <https://books.openedition.org/pul/3147>

COUTINHO, M. A. (2014b). **Uma noção, duas análises, algumas comparações**. In A. Fiéis, M. Lobo & A. Madeira (eds). *O Universal e o Particular. Uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier* (pp. 125-141). Edições Colibri.

Coutinho, A. & Miranda, F. (2022). Los tipos discursivos en etiquetas de vino: exploraciones comparativas en portugués y español. In M. I. Rodríguez (Ed.). *Enotradulengua. Géneros y tipos textuales en el sector del vino* (pp. 1-19). Peter Lang. URL : <https://www.peterlang.com/document/1253474>.

GENETTE, G. (1986). **Introduction à l'architexte**. In G. Genette et al. *Théorie des genres* (pp. 89-159). Seuil.

GONÇALVES, M. & LEAL, A. (2012). **La question des types de discours**. *Arts et Savoirs* [Online], 2 | 2012, p. DOI: <https://doi.org/10.4000/aes.472>

HALLIDAY, M. A. K. (2013). **Halliday in the 21st Century**. In Jonathan J. Webster (ed.) *Collected Works of M. A. K. Halliday*., vol. 11: London and N.Y.: Bloomsbury

KRESS, G. (2003). **Literacy in the New Media Age (review)**. In *Language*. <https://doi.org/10.1353/lan.2006.0242>

LEOPOLDOFF MARTIN, I. & SCHNEUWLY, B. (2018). **Introduction**. In L.S. Vygotskij. *La science du développement de l'enfant. Textes pédologiques (1931-1934)* (pp. 7-46). Peter Lang. DOI: 10.3726/b13459

MAINGUENEAU, D. (2004). **Retour sur une catégorie: le genre**. In J.-M. Adam, J.-B. Grize, & M. A. Bouacha (Eds.), *Texte et discours: catégories pour l'analyse* (pp. 107–118). Editions Universitaires de Dijon

MAINGUENEAU, D. (2012). **Que cherchent les analystes du discours?** *Argumentation et Analyse du Discours*. <https://doi.org/10.4000/aad.1354>

MIRANDA, F. & COUTINHO, M. A. (2010). **Las etiquetas como género de texto – un abordaje comparativo**. In M. Ibáñez (coord.).

Vino, lengua y traducción, vol. II (Publicación en CD-ROM), (pp. 315-334). Publicaciones de la Universidad de Valladolid.

MIRANDA, F. (2008). **O discurso interactivo em diferentes géneros: uma abordagem empírica**. Estudos Linguísticos/Linguistic Studies, 3, 365-381. URL: <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/3v-florenxia-miranda.pdf>.

SIMONIN-GRUMBACH, J. (1975). **Pour une typologie des discours**. In Kristeva, J., J.-C Milner & N. Ruwet (dirs). Langue, discours, société. Pour Émile Benveniste (pp. 85-121). Seuil.

VOLOCHINOV, V. N. (1977). **Le marxisme et la philosophie du langage** (edição original 1929). Minuit.

VYGOTSKY, L. S. (2007). **Pensamento e linguagem** (edição original 1934). Relógio d'Água Editores

VYGOTSKY, L. S. (2018). **La science du développement de l'enfant**. Textes pédologiques (1931-1934). In Leopoldoff Martin, I. & Schneuwly, B. (Eds.) (2018). *L.S. Vygotskij. La science du développement de l'enfant. Textes pédologiques (1931-1934)*. Peter Lang. DOI: 10.3726/b13459

WEINRICH, H. (1964-1973). **Le temps: le récit et le commentaire**. Seuil

WODAK, R. (2013). **Editor's Introduction: Critical Discourse Analysis**. In R. Wodak (Ed.), *Critical Discourse Analysis: Vol. 1* (Concept (pp. xix–xliii)). <https://doi.org/10.4135/9780857028020.d4>

Anexo 1

Pergunta 1:

Pode contar-nos a aventura dos descobrimentos portugueses?

Resposta 1 | ChatGPT

Claro, com prazer! Os Descobrimentos Portugueses foram uma série de explorações marítimas iniciadas no século XV que levaram Portugal a descobrir novas rotas comerciais e a expandir seu império pelo mundo. Aqui estão alguns dos principais eventos:

- O primeiro grande feito dos portugueses foi a conquista de Ceuta em 1415. Ceuta era uma cidade norte-africana que

servia como um importante centro comercial, e sua captura permitiu aos portugueses controlar a entrada do Mediterrâneo e estabelecer um posto avançado para futuras explorações.

- Em 1419, os portugueses chegaram à Ilha da Madeira, que se tornaria um importante centro de produção de açúcar.

- Em 1434, o navegador Gil Eanes contornou o Cabo Bojador, no atual Marrocos, provando que era possível navegar além desse ponto, que era considerado por muitos navegadores da época como um ponto sem retorno.

- Em 1488, Bartolomeu Dias alcançou o Cabo da Boa Esperança, na África do Sul, tornando-se o primeiro europeu a navegar até o extremo sul do continente africano.

- Em 1498, Vasco da Gama completou a primeira viagem de Portugal para a Índia, navegando pelo Oceano Índico e chegando a Calicute. A viagem foi marcada por várias dificuldades, incluindo a escassez de suprimentos e o conflito com navios árabes, mas permitiu aos portugueses estabelecer uma rota comercial lucrativa com a Índia.

- Em 1500, Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, que se tornaria uma colônia portuguesa importante por mais de três séculos.

Essas são apenas algumas das conquistas dos Descobrimientos Portugueses, que foram uma importante contribuição para o desenvolvimento do comércio global e o estabelecimento de um império português em todo o mundo.

Pergunta 2

Pode contar-nos algum episódio que mostre a face escondida e opressora dos Descobrimientos Portugueses?

Resposta 2 | ChatGPT

Sim, com certeza. Embora os Descobrimientos Portugueses tenham sido uma série de explorações marítimas que resultaram em importantes avanços na navegação, comércio e expansão do império português, também houve muitos episódios que mostram

a face escondida e opressora desses eventos. Aqui estão alguns exemplos:

- Escravidão: A exploração dos recursos e a expansão do império português muitas vezes envolviam o uso de escravos africanos e indígenas. Os portugueses transportaram milhares de africanos escravizados para trabalhar em plantações de açúcar nas ilhas atlânticas e nas colônias americanas. Além disso, os portugueses escravizaram e subjugaram os povos indígenas das áreas que conquistaram, como o Brasil e a África.
- Destruição de culturas e povos indígenas: A expansão do império português muitas vezes envolvia a destruição das culturas e povos indígenas das regiões conquistadas. Os portugueses muitas vezes impuseram sua própria religião, língua e costumes aos povos nativos, muitas vezes usando a força para converter os povos indígenas ao catolicismo.
- Exploração de recursos naturais: Os portugueses exploraram os recursos naturais das regiões que conquistaram, muitas vezes sem considerar as consequências

Pergunta 3:

Pode contar algum episódio importante da sua vida?

Resposta 3 | ChatGPT

Desculpe, mas como um modelo de linguagem, não tenho uma vida pessoal como humanos. Eu não posso ter experiências ou episódios para compartilhar. Minha única função é processar informações e gerar respostas com base em padrões em dados de treinamento. No entanto, se você tiver alguma dúvida ou quiser discutir algum tópico, fique à vontade para perguntar e tentarei fornecer uma resposta útil.

Pergunta 4

De acordo com a perspectiva que estudou, será adequado e suficiente dizer que um texto é um objeto produzido em língua

natural, dotado de propriedades de coesão e coerência? Justifique brevemente a sua resposta.

Resposta 4 | ChatGTP

De acordo com algumas perspectivas da Linguística Textual, afirmar que um texto é um objeto produzido em língua natural e dotado de propriedades de coesão e coerência pode ser considerado um ponto de partida válido para descrever alguns aspectos de um texto, mas não é suficiente para uma análise completa do mesmo.

Embora a coesão e a coerência sejam importantes propriedades de um texto, a compreensão do texto também depende do conhecimento prévio do leitor sobre o mundo e sobre o gênero textual em questão, bem como sobre o contexto de produção e recepção do texto. Além disso, outros aspectos, como a intencionalidade do autor, a estrutura argumentativa do texto e as estratégias discursivas utilizadas, também podem ser relevantes para a compreensão e interpretação do texto.

Assim, embora a definição de texto como um objeto produzido em língua natural e dotado de coesão e coerência possa ser útil para algumas análises, é importante considerar outros fatores que também contribuem para a construção do sentido em um texto.

Pergunta 5

Do seu ponto de vista, qual a utilidade do ensino da gramática em contexto escolar?

Resposta 5 | ChatGTP

Na minha opinião, o ensino da gramática em contexto escolar tem uma utilidade significativa na medida em que pode contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. A gramática é uma ferramenta que permite aos alunos compreender a estrutura e o funcionamento da língua em que se expressam, o que pode facilitar a produção e a compreensão de textos escritos e falados.

Além disso, o ensino da gramática pode ajudar os alunos a entender as regras e normas da língua, o que pode ser útil em

contextos formais, como redações, provas, entrevistas de emprego, entre outros. A gramática também pode ser útil no processo de aprendizagem de outras línguas, já que muitos aspectos gramaticais são comuns a várias línguas.

No entanto, é importante ressaltar que o ensino da gramática deve ser contextualizado e relacionado à produção e compreensão de textos reais. Não se trata apenas de ensinar regras isoladas, mas de apresentar exemplos concretos do uso da língua em diferentes contextos e de mostrar como a gramática pode contribuir para uma comunicação mais eficiente e adequada. Além disso, é importante que o ensino da gramática esteja integrado a outras práticas de ensino, como a leitura, a produção de textos e a análise linguística, para que os alunos possam compreender a língua como um todo e não apenas como um conjunto de regras isoladas.

Pergunta 6

Em que circunstâncias usa a primeira pessoa do singular nos seus textos?

Resposta 6 | ChatGPT

Como um modelo de linguagem de inteligência artificial, não tenho uma personalidade e não produzo textos de forma autônoma ou com intenção pessoal. Minha função é gerar respostas e informações com base nas entradas que recebo e nos dados que aprendi em meu treinamento.

No entanto, posso dizer que a primeira pessoa do singular, "eu", é usada em textos quando o autor quer expressar suas próprias ideias, opiniões, experiências ou sentimentos. Por exemplo, em textos narrativos pessoais, como memórias, diários e relatos de viagem, a primeira pessoa do singular é frequentemente usada para descrever experiências vividas pelo próprio autor.

Em textos acadêmicos, a primeira pessoa do singular pode ser usada em algumas circunstâncias, como em dissertações ou teses, quando o autor precisa descrever suas próprias experiências ou observações, ou quando o autor quer enfatizar que determinada opinião ou ideia é sua. No entanto, o uso da primeira pessoa do

singular em textos acadêmicos é geralmente restrito a certos gêneros e disciplinas, e deve ser usado com cuidado para evitar a subjetividade excessiva e garantir a objetividade e a imparcialidade do texto.

Pergunta 7:

Como é que se relaciona com a escrita?

Resposta 7 | ChatGPT

Como modelo de linguagem de inteligência artificial, não tenho uma relação pessoal com a escrita, mas posso dizer que a escrita é uma forma importante de comunicação e expressão humana. A escrita permite que as pessoas transmitam suas ideias, opiniões, sentimentos e conhecimentos a outros indivíduos, mesmo em distâncias geográficas e temporais distantes.

Além disso, a escrita é uma habilidade importante em muitas áreas da vida, desde a educação e o mundo acadêmico até a carreira profissional e a comunicação diária. A capacidade de escrever de forma clara, coesa e coerente é essencial para o sucesso em muitos campos, incluindo a redação de relatórios, propostas, projetos, apresentações e outros tipos de documentos.

Por outro lado, a escrita também pode ser uma forma de arte e de expressão pessoal, permitindo que as pessoas explorem e compartilhem suas emoções, pensamentos e experiências de forma criativa e significativa.

Em resumo, a escrita é uma habilidade fundamental para a comunicação e a expressão humana, e é importante para muitos aspectos da vida pessoal, acadêmica e profissional.

Pergunta 8:

O que acha de ir hoje ao cinema?

Resposta 8 | ChatGPT:

Como modelo de linguagem de inteligência artificial, não tenho sentimentos ou capacidade de fazer planos sociais. Meu objetivo é apenas fornecer informações e respostas às perguntas que me são feitas. Então, infelizmente, não posso aceitar o convite para ir ao

cinema. Mas posso lhe fornecer informações sobre filmes em exibição se você quiser!

Pergunta 8':

O que acha da possibilidade de ir hoje ao cinema?

Resposta 8' | ChatGPT:

Como modelo de linguagem de inteligência artificial, não tenho opiniões ou preferências pessoais. Meu objetivo é apenas fornecer informações e respostas às perguntas que me são feitas. Portanto, não tenho uma opinião sobre a possibilidade de ir ao cinema hoje. No entanto, posso lhe fornecer informações sobre filmes em exibição e sessões de cinema se você quiser!

Pergunta 8'':

Será que podemos ir hoje ao cinema?

Resposta 8'' | ChatGPT:

Como modelo de linguagem de inteligência artificial, não sou capaz de sair ou ir ao cinema, pois sou apenas um programa de computador. No entanto, posso fornecer informações sobre filmes em cartaz e sessões de cinema em sua região, se desejar. Espero ter ajudado!

Pergunta 9:

O que lhe apetece fazer hoje?

Resposta 9 | ChatGPT:

Como um modelo de linguagem de inteligência artificial, não tenho desejos, necessidades ou vontades pessoais. Minha função é fornecer informações e respostas às perguntas que me são feitas da forma mais precisa e objetiva possível. Então, posso ajudar respondendo a quaisquer dúvidas ou perguntas que você possa ter em mente, sobre qualquer assunto dentro do meu conhecimento. Por favor, sinta-se à vontade para perguntar!

Pergunta 10:

Sobre o que quer conversar hoje?

Resposta 10 | ChatGPT:

Como modelo de linguagem de inteligência artificial, estou aqui para ajudá-lo a responder perguntas e fornecer informações sobre vários tópicos. Sinta-se à vontade para me perguntar sobre qualquer coisa que você queira saber ou discutir. Posso ajudá-lo a entender conceitos, encontrar informações ou até mesmo apenas conversar sobre assuntos diversos. O que posso fazer por você hoje?

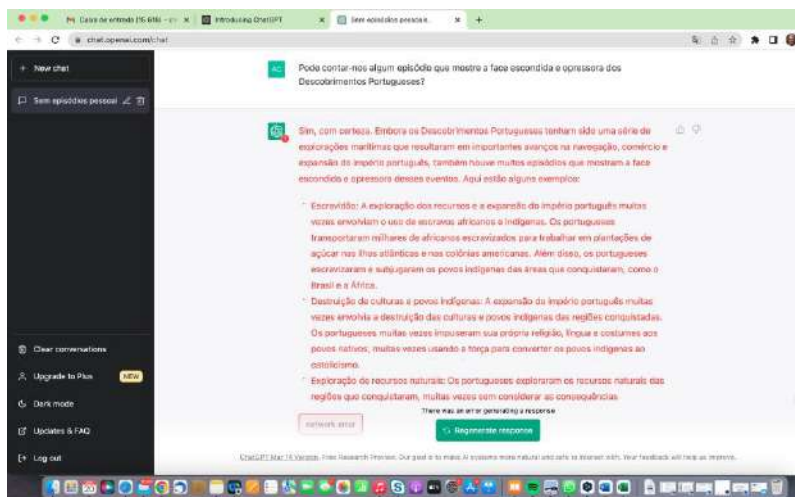
Pergunta 10':

Sobre o que quer conversar hoje?

Resposta 10' | ChatGPT:

Como modelo de linguagem de inteligência artificial, não tenho desejos, necessidades ou vontades pessoais. Minha função é fornecer informações e respostas às perguntas que me são feitas da forma mais precisa e objetiva possível. No entanto, posso ajudá-lo a encontrar informações ou discutir tópicos de seu interesse, seja sobre ciência, tecnologia, cultura, história, entre outros. Por favor, sinta-se à vontade para fazer perguntas ou indicar algum tópico que você gostaria de discutir!

Anexo 2



Anexo 3

Pergunta 4

De acordo com a perspectiva que estudou, será adequado e suficiente dizer que um texto é um objeto produzido em língua natural, dotado de propriedades de coesão e coerência? Justifique brevemente a sua resposta.

Resposta 11 (Estudante A)

De acordo com a perspectiva que estudei, a perspectiva das Ciências da Linguagem, é adequado mas não é suficiente dizer que um texto é um objeto produzido em língua natural, dotado de propriedades de coesão e coerência. Nesta perspectiva, um texto é uma unidade comunicativa global que circula numa terminada atividade social, e com uma determinada finalidade. É também estruturado segundo planos definidos social, cultural e historicamente (os géneros de texto). É produzido (pelo menos) numa língua natural, e, está inscrito num determinado suporte (que tanto pode ser escrito como oral).

Resposta 12 | (Estudante B)

Um texto não se limita apenas a ser um objeto produzido em língua natural com propriedades de coesão e coerência, visto que o mesmo existe como resultado de interações sociais, não sendo apenas de língua de origem e um texto não possui apenas um gênero, isto é, não se limita apenas a ser textos em livros ou em obras, mas, desde a mensagem convencional que é enviada entre pessoas no telemóvel às mensagens em placards de protestos, o texto está presente em tudo.

ADIESTRARNOS EN LA DUDA DESDE LA EXPERIENCIA EN LOS ESTUDIOS CRÍTICOS DEL DISCURSO

Claudio Araya Seguel¹

Introducción

En momentos de incertidumbre e inestabilidad política, social y económica en el mundo y particularmente en Chile, conviene detenerse un instante para reflexionar acerca de nuestro quehacer investigativo. Al enfrentarnos a la incertidumbre puede ser conveniente aprovechar la duda que lleva consigo y rescatar sus bondades para nuestra disciplina. Traer ese elogio de la duda cultivado por la filosofía (Camp, 2018) a los estudios críticos del discurso (en adelante ECD).

Como lo han declarado diversos intelectuales (Eco, 2016; Chul-Han, 2017, 2021; Harari, 2018; Peterson et al., 2018; Zizek, 2018; entre muchos otros), vivimos y observamos abruptos cambios que van afectando distintos aspectos de la vida humana. La vida humana ha sido una hilera de cambios, solo que ahora se concretan de forma más acelerada. Esos cambios se sostienen en gran medida, por una parte, en las tecnologías exponenciales como la Inteligencia Artificial, Realidad Virtual, Interfaces Cerebro-Computadora e Ingeniería Genética; y, por otra, en los métodos y modelos disruptivos, como germen de la innovación. Probablemente, la influencia de esos dos soportes, a los que es difícil sustraerse, se sintetice en las 6 D de nuestro mundo contemporáneo: Digital, Distorsionado, Disruptivo, Desmaterializado, Desmonetizado y Democratizado (Ismail et al., 2014). Esas tecnologías concretan la denominada transformación digital, entendida no meramente

¹ Universidad de Santiago - Chile

como la inserción de dispositivos tecnológicos en las organizaciones, sino como un cambio de mentalidad que impacta en la cultura de las prácticas sociales y en las formas de concebir las relaciones humanas dentro de ellas.

Estos cambios tienen repercusiones, por cierto, también en las relaciones de poder dentro de las sociedades, en un momento en que parece estar muriendo algo y empezando a nacer otra cosa. Esos diversos y complejos impactos justifican detenerse a pensar nuestra actividad como estudiosos críticos del discurso. Esta actividad la realizamos en tiempos liminales, tiempos en los que no se está en ningún sitio y nos deslizamos en un transitar indefinido. Quizás no estar en ningún sitio contribuya a la amplitud de miras.

Quisiera compartir algunas reflexiones respecto al quehacer de los ECD. Estas reflexiones intentan advertir sobre algunos problemas de distinta índole que -estimo- están afectando dicho quehacer. Las reflexiones que comparto derivan de mi experiencia como estudioso del discurso, profesor y evaluador de trabajos, del diálogo con estudiantes y de conversaciones con amigos y colegas acerca de nuestra labor.

Más que proyectar una agenda de investigación a partir de un panorama de cambios tecnológicos, sociales, y más ampliamente, civilizacionales, propongo atender algunos problemas y también desafíos que puedan aportar en el fortalecimiento de nuestro campo disciplinario. Muchos de esos problemas se han expresado en críticas que se arrastran hace décadas y que en su momento generaron intensas discusiones acerca del abordaje del discurso. En este trabajo, algunas de esas críticas las actualizo brevemente para retomar la necesaria reflexión respecto a nuestro quehacer como estudiosos del discurso dentro de instituciones académicas.

Este trabajo se organiza a partir de dos grandes temas: i) una mirada general acerca de algunos problemas de los ECD y ii) una reflexión respecto a sus aportes. Dentro de estos temas inserto y trato de responder algunas preguntas orientadoras, las cuales sirven para desarrollar los problemas y desafíos que he advertido en el ejercicio del oficio.

Sobre algunos problemas

Una observación inicial

Si tuviera que caracterizar a un estudioso crítico del discurso, necesariamente debo recordar aquello que he observado. Esa observación la he realizado desde mi trabajo en el ámbito de los ECD que se ha centrado en el tratamiento discursivo de la diversidad sexual y de fenómenos y procesos políticos en el Chile de la última década. Esos temas los he examinado fundamentalmente en la práctica social de la ciberprensa.

En los inicios de mi acercamiento a los ECD, intuí que rastrear el discurso y, específicamente, las relaciones de poder que en él se configuran a través de recursos lingüísticos, podría servir para denunciar prácticas manipuladoras de las élites. Dejarlas al descubierto mediante la descripción del funcionamiento de los recursos lingüísticos, contribuiría a concientizar a la comunidad respecto de un engaño orquestado por los poderosos. Esta intuición inicial puede ser considerada utilitaria al ser funcional a ciertos intereses políticos. También, puede ser considerada “paternalista”, despectiva respecto a la capacidad de oposición crítica que puedan activar los lectores u oyentes. Conviene recordar a Charaudeau (2014), cuando aclaraba que una cosa son los efectos que se persiguen y otra, los efectos que se producen. Según Widdowson (1995), la discordancia entre la intención comunicativa del emisor/escritor y la del receptor/lector, al referirse al discurso como proceso pragmático que revela, por un lado, un compromiso del hablante con la realidad y por otro, una interpretación del receptor anclada a sus intereses o posicionamiento identitario.

Al mirar retrospectivamente mis primeros trabajos, he advertido que los datos fueron armados para ilustrar una interpretación a priori, es decir, algo ya conocido. Al visitar esos trabajos me pregunto ¿qué sentido tiene realizar un análisis lingüístico y semiótico si sé lo que voy a encontrar? ¿No será que nos deslizamos desde una supuesta manipulación a otra, ahora de

los datos? Se trataría entonces de un prejuicio validado por los datos ad hoc. Y esto se sigue manifestando incluso en algunos trabajos que se publican. Tal vez esta sea una de las razones que explique una cierta incomprensión respecto a la tarea de los estudiosos críticos del discurso. A Halliday (en Thompson y Collins, 2001; Ghio, Navarro y Lukin, 2017) le llamaba la atención que no los tomaran (¿los lingüistas?) lo suficientemente en serio. Y agrega: “Si se está realmente interesado en el lenguaje del poder, se debe tomar en serio el poder del lenguaje” (en Thompson y Collins, 2001: p. 12).

Al observar el creciente interés latinoamericano en los ECD, probablemente, se esté tomando en serio; la pregunta es cómo. La proliferación de trabajos puede estar revelando no solo el interés, sino también puede estar obstruyendo la vigilancia respecto a las maneras de proceder en el campo. Más aún si estamos presionados por las métricas e indicadores cuantitativos dentro de las instituciones universitarias que se condensan en la denominada tiranía de paper (Santos-Herceg, 2020).

En mi experiencia como profesor e investigador en el ámbito de los ECD, he podido observar, sobre todo al momento de evaluar artículos para revistas, trabajos finales de grado o trabajos parciales de los estudiantes, que aparentemente muchas cosas caben dentro de dicho ámbito. Pareciera que solo basta asumir y explicitar una postura frente a un problema social y desplegar una interpretación impresionista. Así es entendido. El objetivo parece ser la denuncia o el reproche ético. Ese análisis con actitud (van Dijk, 1999), debiera repensarse desde la pregunta ¿actitud acerca de qué? Esta manera de concebir los ECD podría reforzar su instrumentalización, junto con reducir su potencial en la comprensión de los problemas, especialmente en un contexto ideológico -que ha permeado los espacios académicos- proclive a un espíritu justiciero basado en la cultura “woke” y en la “twitterización” de la discusión política. A su vez, es frecuente notar que los criterios para construir un corpus muchas veces no se explicitan. En algunas ocasiones ni siquiera observamos descripciones metodológicas que detallen los

procedimientos tanto de conformación del corpus o de abordaje de los textos. A veces se omite la contextualización, en su dimensión situacional, social, cultural, política, de estos textos, oscureciendo así su comprensión e interpretación. De hecho, se suele notar una amplia distancia entre la interpretación y la evidencia lingüística y/o semiótica que la origina. Un vacío argumentativo, disimulado por la postura adoptada.

Al margen de los problemas sociales abordados o del lugar del mundo en el que se sitúe el estudioso, las principales críticas formuladas a la disciplina apuntan a la dimensión metodológica, teórica y, sobre todo, a la “actitud” del estudioso hacia los problemas sociales y políticos que aborda e incluso la actitud hacia sus propios datos.

Actualizando críticas

En general, las críticas a los ECD apuntan a la actitud y el compromiso del investigador y a cuestiones de índole teórica y metodológica que incluso se pueden observar hoy. Si no las recogemos y sometemos a examen podemos, por una parte, dar continuidad a concepciones distorsionadas respecto a las tareas de ECD y, por otra, debilitar el aporte que este campo disciplinario puede significar en la colaboración con otras disciplinas y, por tanto, en la comprensión de los problemas de la contemporaneidad.

En los años 90 del siglo pasado, uno de los reclamos de Widdowson (1995, 2004) apuntaba a la necesidad de una mayor objetividad del analista crítico del discurso. Demandar una mayor objetividad implica asumir el predominio de la mirada del sujeto y reconocer un cierto desborde de la subjetividad. El lingüista inglés planteaba que el análisis crítico del discurso era una interpretación sesgada ideológicamente y no estrictamente un análisis (Wodak y Meyer, 2003). Un llamado quizás a limitar la subjetividad del analista, amparado en la tradición positivista. A su vez, en la dimensión teórico-metodológica advierte sobre una recurrente y difusa aproximación a las nociones de texto y discurso. En muchos

trabajos se observa, según el lingüista inglés, el uso indistinto de ambos conceptos y se da por sentada su afinidad, sin realizar el esfuerzo por diferenciarlos. Estos aspectos son precisamente los que reprocha Widdowson (1995) en la conocida controversia con Fairclough (ver Fairclough, 1996; Seidlhofer, 2003).

Fairclough (1996), al ver interpelado su trabajo, refuta las críticas. En términos generales, señala que Widdowson emplea una versión de la típica distinción “liberal” entre las nociones de “ideología” y “ciencia”. Esta última asociada a imparcialidad y neutralidad, mientras que la primera con significado de prejuicio, parcialidad y compromiso político con posiciones particulares, generalmente de izquierdas. Sin embargo, dentro de los ECD, el concepto de ideología se refiere a ciertos supuestos que se construyen en las prácticas discursivas y que sustentan generalmente de manera encubierta las relaciones de poder. Así entonces, sería perfectamente posible realizar ECD desde lo que en el discurso político se denomina “derechas” -como lo sostiene el propio Fairclough-, si somos coherentes y atendemos y reconocemos principios democráticos y pluralistas, alineados con la construcción de una sociedad mejor. Si estudiamos el discurso de ultraderecha, como lo hace Wodak (2021) en el caso austriaco, por qué no estudiar el discurso de ultraizquierda, en momentos en que los populismos adoptan distintos signos y hacen peligrar las democracias (Krauze, 2018; Levitsky y Ziblatt, 2018). Por tanto, los ECD -como cualquier disciplina- pueden ser ideológico en la medida en que lo ejercitamos en prácticas discursivas con sus propios supuestos.

Halliday (1985), por su parte, advertía que un análisis del discurso que no se ampara en una gramática podía ser considerado en mero comentario. Además, reclama a los analistas la necesidad de situar lo que dicen acerca del lenguaje dentro de un marco general para de ese modo notar en qué medida se emplean los recursos del sistema según los contextos (Thompson y Collins, 2001; Ghio, Navarro y Lukin, 2017). Parece que nos enfrentamos, por una parte, a la necesidad de poner límites a nuestra propia

subjetividad y, por otra, a sostener argumentativamente la relación entre las categorías lingüísticas y las teorías sociales.

Antaki et al. (2001) nos han mostrado aquello que no es un análisis del discurso por medio de la descripción de los así llamados pseudo-análisis o atajos analíticos: i) pseudo-análisis a través de resúmenes, ii) Seudo-análisis basado en la toma de posición, iii) pseudo-análisis por exceso o aislamiento de citas, iv) pseudo-análisis circular de discursos y constructos mentales, v) pseudo-análisis por falsa generalización y vi) pseudo-análisis por localización de elementos. Estos atajos o pseudo-análisis, en general, aluden a los procedimientos y métodos que los analistas emplean al abordar sus materiales discursivos; Además, los autores ponen en relieve la interrogante acerca de qué implica “analizar”.

Jones (2006), en una posición más polémica, argumenta la inexistencia del análisis crítico del discurso. En general, esa supuesta inexistencia la sostiene, por un lado, en que la actividad comunicativa humana es en sí misma “crítica” y, por otro - aludiendo al trabajo de Fairclough- en un engaño, consistente en pasar por relevantes para la sociedad los constructos lingüísticos.

Respecto al carácter “crítico” de las actividad comunicacionales, Jones plantea que los humanos permanentemente reaccionamos cuestionando o aceptando los planteamientos críticos de otros, por lo cual no necesitamos de un experto analista crítico del discurso, dando a entender que se trata de una especie de necesidad creada. El autor describe siete razones que respaldan la capacidad crítica de los humanos: i) la respuesta crítica como forma de involucramiento, ii) la respuesta crítica y la responsabilidad, iii) la respuesta crítica como conducta moral, iv) la respuesta crítica como elemento indispensable de todas las actividades humanas concertadas, v) la respuesta crítica y la reflexividad, vi) la respuesta crítica como involucramiento intelectual y vii) la respuesta crítica como práctica comunicativa que conlleva el desarrollo de habilidades especiales (Cautín-Epifani, 2015). Jones, además, impugna la relación que se establece entre discurso y cambio social. No se puede hablar de problemas

políticos o sociales solo desde la evidencia lingüística o discursiva, puesto que se trataría de existencias distintas que no necesariamente están vinculadas. En este sentido, los discursos no crean realidades. Para Jones establecer una relación automática entre un evento o proceso y los discursos que los representan sería una especie de “reificación fantástica”, pues se le otorga al discurso el poder de constituir las prácticas sociales.

Asimismo, Sayago (2007) nos advierte sobre la complejidad del objeto de investigación. En esta complejidad intervienen dos supuestos necesarios de atender: i) la relación automática que se establece entre lo que un hablante dice y piensa y ii) que esa relación está condicionada por factores subjetivos y factores objetivos. Es decir, el hablante es sensible a las variaciones contextuales.

El primero de estos supuestos implica asumir que el hablante se comporta de manera transparente. El autor nos recuerda que un hablante puede también engañar, ocultar y manifestar confusión. El segundo supuesto obligaría al estudioso del discurso a precisar y explicar el carácter del condicionamiento a objeto de contextualizar el discurso. Esto significa, por una parte, recurrir a enfoques centrados en el actor para describir al hablante de acuerdo a su trayectoria vital y, por otra, valerse de enfoques centrados en la organización social para situarlo en la estructura social e institucional dentro de la cual emplea el discurso.

A estas críticas puedo agregar aquellas que se refieren a lo formal. Lo formal suele ser despreciado, pero puede desvirtuar el fondo. Ayudaría a prestigiar nuestro campo disciplinario apartarse de ese estilo escritural esotérico (van Dijk, en Bolívar, 2007) y por momentos ilegible que se suele cultivar. Ese estilo puede activar las sospechas: o no se tiene nada que decir o se necesita disimular que lo que se sostiene no es verdad (Scruton, 2015; Murray, 2020). Esta crítica se ha formulado persistentemente a las humanidades y a las ciencias sociales. ¿Por qué obstruir algo que estimamos relevante? En Chile, Lucy Oporto (2022), de manera tangencial, ha advertido sobre ese estilo que ha ido copando gran parte el discurso

académico, intelectual y artístico, “(...) con su (de)formación a la moda basada en sociologías postmodernas y sus neologismos hipnóticos para pseudoiniciados sin alma, funcionales al mercado académico internacional. Grito y plata”. ¿No es mejor evitar esas sospechas?

¿Académico o activista?

Una cuestión delicada dentro de los ECD es la credibilidad del investigador y, por consiguiente, de la investigación. Si el investigador está involucrado en el objeto de estudio se le acusa de sesgo, de anteponer su subjetividad y deformar su cuerpo de datos y sus análisis. Por el contrario, si el investigador no está involucrado se le reprocha una supuesta falta de conocimientos o de dominio conceptual al explorar un territorio poco frecuentado (Charaudeau, 2014). Yo mismo me he referido a esto último con la expresión “turismo investigativo” -tomada de conversaciones con Lésmer Montecinos (QEPD)- para advertir sobre una cierta deambulación investigativa, una aproximación circunstancial a problemas sociales abordados desde el lenguaje (Araya, 2019). El involucramiento o compromiso del investigador parece ser el problema que explica en parte una cierta desconfianza hacia los ECD desde otras subdisciplinas lingüísticas, sobre todo de aquellas que, como sostenía De Beaugrande (2001), separan el lenguaje del discurso. Sería ingenuo pensar en una neutralidad del investigador, pues siempre toma partido por una metodología, un aparato teórico, una práctica social o, incluso, un género discursivo. Sin embargo, el rol de investigador lo obliga a un contrato comunicacional y a una responsabilidad ética distinta del rol de activista, como nos señala Charaudeau (2014).

El investigador aspira a entender el mundo desde un estatus institucional y el activista persigue cambiarlo. Asumimos que a veces estos roles coinciden en una misma persona, pero los discursos que despliegan deberán ser distintos. El activista optará por la retórica del poder y esto implica perfilar tres tipos de

destinatario: al direccionar el discurso hacia un prodestinatario con el propósito de reforzar su alineación ideológica; al desalinearse del adversario o contradestinatario para distinguir el endo y el exogrupo; y al intentar conquistar a aquel grupo “fuera de juego” o paradesinatario con objeto de incrementar adhesión. De esta manera refuerza, polemiza e intenta persuadir, respectivamente (Sexe, 2004). El investigador, por su parte, intentará dialogar con una comunidad discursiva con la que comparte intereses epistémicos, en el afán por comprender las cosas.

El intento por entender el mundo a través de la exploración de textos, su funcionamiento dentro de las prácticas sociales, la intersubjetividad que se va negociando, no significa automáticamente que el investigador esté adoptando una posición favorable o desfavorable hacia tal o cual punto de vista, accionar o ideología. Tampoco implica que el investigador no tenga una posición respecto a los fenómenos o problemas sociales que explora a través de los materiales discursivos. En efecto, examinar las causas de un fenómeno, evento o problema social no supone justificarlos, validarlos o legitimarlos.

Desde sus orígenes, los ECD emergen aparentemente para hacer frente a los efectos del capitalismo y, dentro de este sistema económico y social, para denunciar las desigualdades, el ejercicio abusivo del poder y la dominación.

Charaudeau (2014) nos recuerda que en algunas ocasiones los analistas críticos emplean, por ejemplo, el concepto de dominación olvidando que los roles de dominadores y dominados van cambiando. Las relaciones de poder se caracterizan por un equilibrio inestable, nos advertía Fairclough (2013). Las hegemonías se van reajustando permanentemente de acuerdo con los contextos ideológicos. Con el agravante de que en la trayectoria histórica, el concepto de ideología ha ido adquiriendo connotaciones negativas, fundadas en lo que Gee (2005) denomina “La jugada de Napoleón” y “Marx y la falsa conciencia”.

Lo crítico de lo crítico

Otra pregunta que surge tiene que ver con el concepto “crítico” adherido a la denominación de estudios del discurso. ¿Qué significa asumir un posicionamiento crítico?

Sabemos que desde sus orígenes, los ECD emplean esa palabra para referir a una perspectiva vinculada a la Escuela de Frankfurt en cuanto a la adopción de un compromiso sociopolítico con la construcción de una sociedad distinta (¿mejor?) mediante el abordaje de expresiones y estrategias discursivas de dominación y ejercicio abusivo del poder (Pardo, 2007; Oteíza, 2010).

En esta misma línea, Wodak y Meyer (2003) sostienen que los ECD se centran de manera específica en la relación entre el lenguaje y el poder. Bolívar (2015), por su parte, distingue la toma de posición crítica y la toma de posición política. ¿Qué significa una y otra? ¿Cuál de estas posiciones debiera prevalecer? El problema que observo tiene que ver con que se requiere de una definición de lo político. La conceptualización de la posición crítica parece más nítida.

Desde la mirada de Wodak y Meyer (2003) el concepto de crítica debiera estar asociado al distanciamiento de los datos, al ejercicio de situarlos en lo social, en la adopción explícita de una posición política y en la focalización en la autocrítica.

Van Dijk (2003), por su parte, precisa que los ECD constituyen una perspectiva analítica con actitud y que combina lo que denomina “solidaridad con los oprimidos” y disidencia contra quienes abusan del poder. El problema de esta aproximación recae en la falta de precisión de esa actitud y en no tener en cuenta que las relaciones de poder son cambiantes y, por lo tanto, esa solidaridad con los oprimidos puede ser dinámica, pues estos pueden estar en distintos lugares según los cambios en esas relaciones de poder. Por lo demás, se pasa por alto que no todas las relaciones de poder implican abuso o dominación.

Se ha aceptado que el estudioso crítico del discurso manifiesta un posicionamiento crítico y un posicionamiento político. ¿Cómo interactúan estos posicionamientos? Se reconoce que el

investigador asume un compromiso político, pero -en concreto- ¿hacia qué se orienta ese compromiso político? ¿Hacia una interpretación específica? ¿Hacia un problema o fenómeno social? ¿Qué significa que un investigador sea crítico?

Quizás conviene preguntarse cuál es la diferencia entre un estudioso crítico del discurso y un investigador crítico. El significado de la palabra “crítico” puede resultar confuso.

Por mi parte, visualizo -en términos más amplios- al investigador crítico adiestrado en la duda y en el escepticismo. ¿No debiera el estudioso crítico del discurso integrar el valor de la duda y ponerla en tensión con el compromiso respecto a los problemas sociales?

En línea con la relevancia de la duda, Fant (2013) sostiene que el término “crítico” adherido al campo disciplinario implica poner algo en duda, someter a cuestionamientos, sobre todo, aquello relativo al ejercicio del poder. Una forma más elaborada de concebir lo crítico, según Fant, es “un enfoque analítico lúcido e imparcial que cuestiona, ante todo, los clichés, los estereotipos, las ideas preconcebidas o, en términos más abstractos, todo lo que se pueda calificar de construcción discursiva” (p. 144).

¿Acaso la discusión pública no está repleta de eslóganes, clichés, estereotipos y etiquetas? Una somera mirada a la discusión pública en el Chile actual arroja algunas pistas. Frecuente es escuchar y/o leer eslóganes ciertamente creativos anclados a eventos políticos recientes: “No son 30 pesos son 30 años”, “Un presidente no puede ir más adelante que su pueblo”, “La ciudadanía optó por el sentido común”, “El tratado profundiza el modelo ‘neoliberal’”, “La mayoría silenciosa...”. Frecuente también es notar la difusión de informaciones relativas a violencia contra personas y bienes públicos y privados con las etiquetas “manifestaciones” o “manifestantes”, además de muchas piruetas y acrobacias lingüísticas ejercitadas profusamente, fundamentalmente, por personeros del gobierno actual (los anteriores no se escapan, dicho sea de paso). ¿No vendría bien contribuir a dismantelar esos eslóganes, clichés y, en algunos

casos, significantes vacíos, pero biensonantes? ¿No será que el desmontaje de esos discursos sea nuestra tarea, “vengan de donde vengan” (disculpen el cliché)?

Ese enfoque que nos propone Fant nos permitiría estar vigilantes ante el peligro de que nuestra disciplina sea cooptada por un sector político, las izquierdas. Además, nos previene de que la disciplina se circunscriba solo a ciertos temas, se focalice en la crítica solo hacia un sector político y sus prácticas discursivas y que estas limitaciones se conviertan en indicador identitario partisano. Esa actitud vigilante es una salvaguarda para los ECD, advierte Fant.

“Cuando pensamos lo mismo no estamos pensando mucho”

Una actitud escéptica de vigilancia basada en la duda tal vez nos ayude a sortear la crítica referida a la identidad partisana de la disciplina que lleva a muchos al reproche expresado en el mantra “cuando pensamos lo mismo no estamos pensando mucho”. Y también contribuya a ampliar la mirada hacia la formulación de preguntas novedosas, susceptibles de ser respondidas a partir del estudio de los materiales discursivos y del distanciamiento de posturas cuasi-religiosas que asfixian el diálogo y deterioran la convivencia democrática. Hoy es común observar una actitud complaciente y obsecuente con las nuevas hegemonías discursivas que invaden la discusión pública, al perder de vista los movimientos en las relaciones de poder que abren espacios a esas nuevas hegemonías. Esa actitud inhibe el ponerlas en cuestión, plasmando entonces una actitud más bien acrítica. Así entonces, pareciera que estamos pensando lo mismo, pero no pensando mucho.

El clima ideológico en muchas instituciones universitarias obstruye o limita la actitud de investigadores hacia los problemas explorados y constriñe sus agendas. En este sentido, podríamos estar en presencia de una nueva intolerancia, no solo respecto a quienes intentan pensar con independencia, sino también respecto a la complejidad de los problemas sociales. Se espera, probablemente, que los investigadores orienten su quehacer al

servicio de agendas políticas del momento, exigiendo de este modo un compromiso, buscando al “intelectual comprometido” sartreano. Toda esta exigencia de compromiso puede ser impertinente al trabajo académico, como plantea Cordua (2019) o puede ser un intento por revestir posicionamientos políticos (de izquierdas, preferentemente) del prestigio social del que goza la academia, tal como lo señalaba Weber (1967) al hablar del profetismo de cátedra.

Me temo, además, que la corrección política (Barraycoa, 2001; Fairclough, 2009; Peterson et al. 2018), la cultura “woke” (Murray, 2020) y la twitterización del discurso están minando peligrosamente la búsqueda y generación de conocimiento, al silenciar la discusión y con esto limitar potenciales agendas de investigación. Sin duda, esto afecta el quehacer disciplinario, pues restringiría los intereses intelectuales de los estudiosos críticos del discurso al arrinconar la libertad de pensamiento, si es que genuinamente queremos aportar a la comprensión de los problemas sociales y, fundamentalmente, ampliar el horizonte temático.

Un activista quiere cambiar el mundo, al considerarlo injusto, abusivo. Anhela voltear el timón del curso de la historia para orientarla por un correcto sendero. Un académico quiere comprender ese mundo. Aprender cosas y examinarlas en su mérito con plena libertad de pensamiento y honestidad intelectual. Puede que en esos objetivos reveladores de actitudes frente a la realidad radique la diferencia entre esos dos tipos humanos tensionados en el territorio disciplinar.

Vale hacerse la pregunta: ¿buscamos en realidad comprender el mundo -al menos en parte- a través del abordaje del discurso? ¿Buscamos validar y reforzar agendas políticas y compromisos ideológicos con la tribu?

Parece primar también en los espacios académicos aquello que Rosanvallon (2020) denomina corrupción cognitiva para aludir a aquellos intentos de excluir a los “otros” de la discusión pública mediante la deslegitimación moral. Esto lo he observado de manera

frecuente en trabajos que me han pedido evaluar recientemente. Incluso en charlas, en momentos de encierro pandémico, ha sido motivo de reproche citar a ciertos intelectuales rotulados de “liberales”. ¿Por qué las voces de ciertos intelectuales, académicos y pensadores tienen que ser excluidas? ¿No se estará imponiendo una supuesta superioridad moral desde los ECD? ¿O ya se instaló? Cabe interrogarse si esta es una nueva forma de fascismo, amparada en una retórica de la bondad. Recordar los planteamientos de Eco (2018) respecto al fascismo -totalitarismo que padeció- podría arrojar más claridad acerca del carácter de la convivencia social en nuestros días y que se aprecia en la “actitud” advertida en algunos trabajos de nuestro campo disciplinario.

Me temo que la toma de posición automática y el confinamiento de los actores sociales en categorías binarias de buenos y malos se ha extendido a los espacios académicos de publicaciones, restándole relevancia a los datos lingüísticos que con gran esfuerzo muchos investigadores levantan desde ciertos criterios. Ese esfuerzo es liquidado por esa toma de posición rápida muchas veces al no controlar la propia subjetividad. Digo controlar, pues -como señalé más arriba- reconozco que aquella está presente en la toma de posición teórica, metodológica y experiencial.

Sobre los aportes de los estudios críticos del discurso

Para abordar los aportes de los ECD en la contemporaneidad, necesitamos disponer de algunas nociones acerca de ese estadio histórico. Desconozco, por lo demás, cuál es su delimitación, si es que existieran lindes categóricos.

Si adoptamos una mirada de “sentido común” respecto a ese concepto podemos señalar que se trata de una época de la trayectoria histórica extremadamente cambiante. Desde la sociología, Bauman (2000) ha descrito ese estadio epocal como “líquido”. Todo se escurre como el agua. La liquidez está diluyendo muchas cosas y, por ello, todo resulta precario, provisorio e inasible.

El aporte de los ECD radica en aquello que nos revela acerca de una época, al ofrecer un registro que retiene los significados sociales que se nos escapan. Se trataría posiblemente de una contribución a la memoria. Y este aporte se vería enriquecido con la actualización de una actitud vigilante. Aquello que nos revelan los ECD son significados sociales articulados a través de ciertos recursos lingüísticos y/o semióticos y estrategias discursivas cambiantes en prácticas sociales de contextos sociohistóricos marcados por la inestabilidad, por el carácter exponencial de los cambios, por la conflictividad, por la violencia y por la disolución de las instituciones democráticas invisibles: la autoridad, la confianza y la legitimidad (Rosanvallon, 2020). Ofrece la posibilidad de respiro para intentar retener esos significados que parecen resbaladizos.

Sin embargo, su alcance parece ser siempre parcial. Parcial en el sentido de que se hace cargo de una porción de los significados sociales vigentes en un momento histórico. Y parcial, en tanto muestra la interpretación del estudioso crítico, basada -se supone- en la evidencia lingüística y semiótica identificada. Reconocer explícitamente esta doble parcialidad ayudaría a reducir expectativas acerca de los alcances. Si el estudioso crítico del discurso se esfuerza por reducir el espacio que media entre la descripción de la evidencia lingüística / semiótica y su interpretación, sin duda, la segunda de las parcialidades mencionadas será más consistente y provechosa en la comprensión de los problemas sociales y políticos.

El discurso suele ser una productiva ventana para mirar los movimientos de las relaciones de poder en el abordaje de los problemas sociales, políticos y culturales. Entonces, nuestros hallazgos parciales pueden iluminar el quehacer de otras disciplinas. Los discursos vehiculan significados hoy quizás fugaces por la viralización y por el predominio de la cultura del acceso por sobre la lectoría, pero que algo nos revelan acerca de los supuestos imperantes, de los climas ideológicos en distintos campos de la actividad humana. Sería deseable que esos hallazgos

podrían conversar permanentemente con el trabajo de otras disciplinas para concretar y proyectar de manera sólida y sistemática la tan referida inter, multi y transdisciplinarietà. La complejidad de los problemas que enfrenta la contemporaneidad en su agobiante liquidez requiere de esa articulaci3n.

El impacto de las tecnologías de la informaci3n y la comunicaci3n, sin duda, activa el flujo incesante de los discursos en distintos campos de la actividad humana. La velocidad de producci3n, propagaci3n y lectura de los discursos, fundamentalmente a trav3s de las redes sociales, producen movimientos de significados (Silverstone, 1999) que muchas veces no alcanzan a cristalizar frente a la emergencia de un nuevo significado. Por ejemplo, los grandes temas y problemas que aquejan a la regi3n y a Chile, específicamente, se abordan en Twitter. Esta red social modela la discusi3n polítca e influye en las decisiones de las autoridades, cuesti3n que ha sido denominada la ciberpolítca o polítca 2.0 (Gutiérrez Vidrio, 2020). En dicha red, la discusi3n polítca se realiza en 140 caracteres y, en general, desde un atrincheramiento poco proclive al razonamiento y a la duda, sino más bien inclinado a invalidar a los otros, llevando al extremo el ejercicio de esa vieja estrategia de legitimaci3n y deslegitimaci3n e ilustrando, cada vez de manera más pavorosa, lo planteado por Eco (2016) cuando señalaba que las redes sociales dan voz y tribuna a legiones de idiotas (...). O, como sostiene Murray (2020), las redes sociales como el medio ideal para instalar el dogmatismo y aplastar al oponente en lugar de escucharlo.

Twitter como resumidero de violencia en el que la proliferaci3n de tweet indiscriminados equiparan la experticia con la ignorancia. No es extraño que en las discusiones polítcas se vea un creciente desprecio por el conocimiento especializado. Todo esto lo menciono como uno de los ejemplos que ilustran los problemas que debemos enfrentar al identificar y encarar un problema social mediante la exploraci3n del discurso, al construir nuestro cuerpo de datos, al interpretar la evidencia lingüística y

semiótica de manera más abstracta, al apartarnos del texto para avanzar a dimensiones contextuales.

El caso de Twitter y la twitterización del discurso, ilustra aquello que nos anunciaba Fairclough (2009), cuando se refería al rol de las industrias culturales en la mediación con otros espacios de práctica social como la política, la experiencia familiar y la vida en comunidad. Este caso, no lo olvidemos, evidencia además la influencia de la cibercultura del ciberespacio en los procesos discursivos. En este espacio virtual o sitio impreciso por lo infinito, millones de personas interactúan y ocupan gran parte de su tiempo. Y en él operan una serie de formas de vida, convenciones, formas de interacción y prácticas de distinta índole caracterizadas por un sentido de colectividad, materializado en la conexión con otros desde las posibilidades que brinda la tecnología (Levy, 2007). En este entorno virtual los discursos se nos revelan. Muchos de nosotros exploramos los problemas sociales, políticos y culturales precisamente en ese entorno. Como estudiosos críticos del discurso cabe preguntarse si conocemos ese conjunto de prácticas que engloba la cibercultura y si somos capaces de integrarlas en nuestros análisis.

Consideraciones finales

Los ECD conforman un campo interdisciplinario importantísimo en la comprensión de los problemas sociales, políticos y culturales de nuestra época. Esa importancia queda de manifiesto al observar el gran número de revistas especializadas en la materia y el creciente interés de estudiantes e investigadores en el discurso como objeto transversal de exploración. Precisamente debido a esa relevancia, estimo importante al menos tener presente las críticas formuladas a este campo disciplinario y continuar examinando de manera crítica nuestro propio quehacer. Seguir dudando y mirando con escepticismo los climas ideológicos desde donde emergen los discursos parece ser un camino de progreso para nuestra disciplina y para consolidar su aporte a la

comprensión de los problemas que aquejan a nuestras sociedades, caracterizadas por una creciente inestabilidad política. Probablemente esos aportes se orienten a las nuevas relaciones de poder configuradas por el impacto tecnológico, por la crisis institucional y por el proceso anómico que viene experimentando particularmente la sociedad chilena, en el que la violencia política ha cobrado protagonismo, impactando a los grupos medios y a los sectores más pobres.

Asimismo, conviene mantener presente la reflexión de Fant (2013), quien advierte sobre lo que considera una necesidad, en los estudios críticos latinoamericanos, de una mayor autoconfianza para formular nuevas y propias perspectivas que se aparten de la tradición europea.

Más allá de las advertencias que he intentado esbozar, estimo relevante mantener presente algunas preguntas que, en cierta medida, condensan la actitud vigilante en un mundo extremadamente cambiante: ¿Qué significa el apellido “crítico”? ¿En qué medida el discurso refleja el contenido cognitivo de los hablantes? ¿De qué manera el discurso revela, al menos en parte, la estructura social que lo produce, distribuye y reproduce? Mantener vigentes estas y otras preguntas contribuiría a darle continuidad a la reflexión respecto a nuestro quehacer en contextos sociohistóricos tan dinámicos, para así evaluar nuestros enfoques, nuestras prácticas, nuestra manera de enseñar/aprender en este campo disciplinario.

Probablemente, muchos estudiosos del discurso recordarán, en el caso chileno al menos, la atávica etiqueta conceptual “amarillo”, usada en la discusión política para aludir a personas que no adoptan posiciones políticas claras y taxativas. Empleada también, por cierto, para deslegitimar o invalidar a esas personas. Esa etiqueta reprocha una supuesta ausencia de compromiso y militancia con ciertas “ondas ideológicas”. En su acepción más extrema, denuncia una aparente actitud acomodaticia. Quizás de ese manido recurso y rótulo convertido en vergonzante (y que devalúa ese bello color del arcoíris), podamos rescatar su

eclecticismo. Recontextualizado en el ámbito académico investigativo, ese carácter ecléctico aporta una dosis de distancia útil, alineada con la duda vigilante. Esa dosis podría servirnos para sortear el problema del desborde de nuestra propia subjetividad, que nos ayude a anteponer el esfuerzo por comprender los fenómenos, antes de encaramarnos acriticamente en causas, muchas de ellas ciertamente legítimas, pero cuyos fundamentos necesitamos primero conocer.

Los ECD pueden entregar algunas luces respecto a los problemas que nos afectan como sociedad contemporánea para así poder tratar de subsanarlos. La filosofía nos recuerda, en la voz de Ortega y Gasset, que no saber lo que nos pasa es lo que nos pasa. Y no tener conciencia del mal que nos aqueja puede ser el germen de nuestros problemas, nos advertía Jorge Millas. Adiestrarnos en la duda y el escepticismo en la liquidez contemporánea pareciera ser un camino para el fortalecimiento de los ECD.

Referencias

ANTAKI, C; BILLIG, M; EDWARDS, D. Y POTTER, J. (2003). El análisis del discurso implica analizar: crítica a seis atajos analíticos. *Athenea Digital*, 3, 14-35.

ARAYA, C. (2019). **Concepciones ideológicas acerca de la comunidad desde sus representaciones discursivas en textos de ciberprensa chilena (2012-2017)**. Tesis doctoral.

Bauman, Z. (2000). **Modernidad líquida**. FCE.

BOLÍVAR, A. (2015). Crítica y construcción de teoría en el análisis del discurso latinoamericano. *En Libro homenaje a los 20 años de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso. Pasado, presente y futuro en los estudios en América Latina*. ALED.

Bolívar, A. (Comp) (2007). **Análisis del discurso. ¿Por qué y para qué?** Universidad Central de Venezuela.

BYUNG-CHUL HAN. (2017). **La sociedad del cansancio**. Barcelona: Herder.

- BYUNG-CHUL HAN. (2021). **No cosas. Quiebras del mundo de hoy**. Barcelona: Taurus.
- Camp, V. (2016). *Elogio de la duda*. Madrid: Arpa Editores.
- CAUTÍN-EPIFANI, V. (2015). Análisis crítico del discurso: una discusión sobre su relevancia. **The LEC Journal**.
- CHARAUDEAU, P. (2014). El investigador y el compromiso. Una cuestión de contrato comunicacional. **ALED**, 14(1), 7-22.
- CORDUA, C. (2019). **De todas layas**. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales.
- DE BEAUGRANDE, R. (2001). La saga del análisis del discurso, en van Dijk (comp) **El discurso como estructura y proceso**, 67-106. Barcelona: Gedisa.
- ECO, U. (2016). **De la estupidez a la locura**. Barcelona: Lumen.
- ECO, U. (2018). **Contra el fascismo**. Santiago: Lumen.
- FAIRCLOUGH, N. (1996). A reply to Henry Widdowson's 'Discourse analysis: a critical view'. **Language and Literature**, 5(1), 49-56.
- FAIRCLOUGH, N. (2009). "Políticamente correcto": la política de la lengua y la cultura. **Discurso & Sociedad**, 3(3), 495-512.
- FAIRCLOUGH, N. (2013). **Critical discourse analysis. The critical study of language**. Second Edition. New York: Routledge.
- GEE, J. P. (2005). **La ideología en los discursos**. Madrid: Morata.
- GHIO, E, NAVARRO, F Y LUKIN, A. (Comps) (2017). **Obras esenciales de M.A.K. Halliday**. Santa Fe: Ediciones UNL.
- GUTIÉRREZ, S. (2020). El discurso político en la era digital. Donald Trump y su uso de Twitter. **Estudios Del Discurso**, 6(1), 56-81.
- HALLIDAY, M. A. K. (1985). **An introduction to functional grammar**. London: Arnold.
- HARARI, Y. N. (2018). **21 lecciones para el siglo XXI**. Santiago: Penguin Random House.
- ISMAIL, S, MALONE, M Y VAN GEEST, Y. (2014). **Organizaciones exponenciales**. A Singularity University Book.
- JONES, P. (2006). Why there is no such thing as "critical discourse analysis". **Language & Communication**, 27(4), 337-368.
- KRAUZE, E. (2018). **El pueblo soy yo**. Ciudad de México: Debate.

- LÉVY, P. (2007). **Cibercultura. La cultura de la sociedad digital.** México: Ed. Anthropos.
- Londoño, O. (2013). **Poliedros discursivos. Miradas a los estudios del discurso.** Buenos Aires: Eduvim.
- MURRAY, D. (2020). **La masa enfurecida. Cómo las políticas de identidad llevaron al mundo a la locura.** Santiago de Chile: Ariel.
- OPORTO, L. (2020). **He aquí el lugar en que debes armarte de fortaleza. Ensayos de crónica filosófica.** Santiago: Katankura.
- PARDO, N. (2007). **Cómo hacer análisis crítico del discurso. Una perspectiva latinoamericana.** Santiago de Chile: Frasis.
- PETERSON, J; FRY, S; DYSON, M Y GOLDBERG, M. (2018). **La corrección política.** Madrid: Planeta.
- ROSANVALLON, P. (2020). **El siglo del populismo. Historia, teoría, crítica.** Buenos Aires: Manantial.
- SANTOS-HERCEG, J. (2020). **La tiranía del paper.** Santiago: Ediciones UACH.
- SAYAGO, S. (2007). La Metodología de los estudios críticos del discurso. Problemas, posibilidades y desafíos. En Santander Molina (ed.). **Discurso y crítica social.** Valparaíso, Universidad Católica de Valparaíso, 45-60.
- SCRUTON, R. (2015). **Locos, impostores y agitadores. Pensadores de la Nueva Izquierda.** Santiago: FPP.
- SEIDLHOFER, B. (Ed.) (2003). **Controversies in applied linguistics.** Oxford: Oxford University Press.
- SEXE, N. (2004). **Diseño. Com.** Buenos Aires: Paidós.
- THOMPSON, G. Y COLLINS, H. (2001). "Entrevista con M. A. K. Halliday, Cardiff, julio de 1998". **D.E.L.T.A**, 17(1), 131-153.
- VAN DIJK, T. (1999). El análisis crítico del discurso. **Anthropos** 186, 23-36.
- VAN DIJK, T. (2003). La multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. En Wodak y Meyer (eds.) **Métodos del análisis crítico del discurso**, 143-177. Barcelona: Gedisa.
- WEBER, M. (1967). **El político y el científico.** Madrid: Alianza.

- WIDDOWSON, H. (1995). Discourse analysis a critical view. **Language and Literature**, 4(3), 157-172.
- WIDDOWSON, H. (2004). **Text, Context, Pretext. Critical Issues in Discourse Analysis**.
- WODAK, R. (2021). **The politics of fear. The shameless normalization of far-right discourse**. London: Sage.
- WODAK, R. Y MEYER, M. (2003). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa.
- ZIBLATT, S, Y LEVITKY, D. (2018). **Cómo mueren las democracias**. Santiago: Ariel.
- ZIZEK, S. (2018). **El coraje de la desesperanza**. Madrid: Anagrama.

LAS REPRESENTACIONES DE LA MATERNIDAD Y LA IDENTIDAD MATERNA: UN ESTUDIO CRÍTICO DEL DISCURSO EN UN GRUPO DE MADRES CHILENAS PERTENECIENTES A TRES GRUPOS SOCIOECONÓMICOS

Consuelo Gajardo Moller¹

Introducción

Los Estudios Críticos del Discurso (ECD) se enfocan en la resolución de problemas socioculturales que aquejan a las sociedades contemporáneas actuales, tales como la desigualdad, el sexismo y la discriminación, entre otros, cuyas prácticas discursivas reproducen y perpetúan exclusión e injusticias sociales (Wodak y Meyer, 2016). Por medio del estudio del funcionamiento de las ideologías que se reproducen y se desafían en los discursos, el objetivo de los ECD es desnaturalizar el lenguaje para promover discursos alternativos que permitan una transformación social “para mejor” (Fairclough, 2018).

Un fenómeno social relevante para estudiar las transformaciones sociales es la identidad materna. Su estrecho vínculo con la identidad femenina y con diversas representaciones y expectativas género-normativas, permite que su análisis dé cuenta de cambios y continuidades en las relaciones de género, así como también de los discursos e imaginarios que han situado a las mujeres en una posición social inferior (Badinter, 1981; O’ Reilly, 2008; LaChance Adams, 2014; Stets y Lee, 2021). Considerada históricamente como el núcleo de la identidad femenina, la maternidad ha descansado en un ideal de buena madre y en el

¹ Pontificia Universidad Católica de Chile. (cgajardom@uc.cl)

instinto maternal, lo que ha generado representaciones como la “maternidad intensiva” (Hays, 1996), que ha naturalizado prácticas y comportamientos opresivos para las mujeres, configurándose como un mecanismo de control.

Actualmente, las transformaciones sociales producto de la globalización, la tecnologización y la presencia consolidada de la mujer en la esfera laboral, han conducido a cuestionar fuertemente los roles de género y las prácticas maternas, emergiendo discursos tendientes a la igualdad genérica y a maternidades alternativas (Potok, 2015; Barceló, 2016; Bogino Larramberbere, 2020). En Chile, se han realizado esfuerzos por establecer la equidad de género en las políticas públicas y en materias legislativas, lo que, entre muchos otros aspectos, ha generado identidades femeninas cuyo sustrato lo componen ideales y discursos que celebran la realización personal y profesional más allá de la maternidad (Sharim, 2005; Schwarz, 2007; Yopo Díaz, 2016; Gallardo Aranguren y Guerra Pinto, 2021).

Si bien estos estudios reconocen que las representaciones de la maternidad se han alejado de valores tradicionales, encuestas nacionales ponen de relieve que las tareas propias de las esferas reproductivas, como el cuidado y las labores domésticas, continúan adscribiéndose a las mujeres (PNUD, 2014; INE, 2016; CASEN, 2017; MOVIED-19, 2020, ENE, 2022). En consecuencia, la sobrecarga que experimentan las madres les supone muchas veces sobrellevar una “triple jornada” (Lagarde, 1996) laboral que impone restricciones en su desarrollo profesional y en el despliegue de otras facetas de su identidad. Así, se perpetúan inequidades genéricas porque, dentro de otros factores, las madres tienen un desigual acceso a cargos profesionales o trabajos bien remunerados, donde se encuentran con una “barrera maternal” (Wheaton, 2017), que las obliga a flexibilizar, e incluso abandonar, sus ocupaciones para encargarse de sus hijos. Esta exigencia que experimentan las madres demuestra que en Chile los cambios en las representaciones y labores maternas han sido más bien simbólicos, pero no se han manifestado en prácticas concretas. Si

consideramos, además, que la maternidad no se vive de igual manera en madres de distintos grupos socioeconómicos, ya sea por diferencias en su acceso a remuneraciones o redes de apoyo, a los cuidados y/o a recursos simbólicos, no es de extrañar que las transformaciones sociales, en este caso, genéricas, también presenten variaciones entre clases sociales.

Ha habido un extenso desarrollo en investigaciones respecto de la identidad materna en Chile, provenientes de diversas áreas como la psicología (Sharim, 2005; Schwarz, 2007; Ansoleaga y Godoy, 2013), sociología (Sanhueza, 2006; Arteaga *et al.* 2020, Yopo Díaz, 2021), antropología (Molina, 2006; Murray y Tizzoni, 2022) y ciencias médicas (Fuentes *et al.*, 2010; Calquín-Donoso y Yáñez Urbina, 2020), entre otras, las que han realizado un valioso aporte conceptual sobre las ideologías maternas, los conflictos en la maternidad y los factores sociales que inciden en su construcción desde una perspectiva diacrónica y sincrónica. Estos estudios, basados en análisis de contenido, se han enfocado principalmente en mujeres de clase media y en características macro-sociales de este fenómeno social, advirtiendo que se trata del grupo más fuertemente afectado por los cambios sociales, de tal manera que estas mujeres han tendido a la construcción de una maternidad más moderna (Molina, 2006; Fuller, 2010; Salvo y González, 2015). Sin embargo, como analistas críticos del discurso, desde una perspectiva lingüística, nos interesa dar cuenta de la manera en que las prácticas discursivas y, más específicamente, cómo los recursos propios de la lengua colaboran, no solo con la construcción de ideologías e identidades maternas, sino que también en cómo estas se legitiman, aspecto desestimado en los estudios antes referidos. Al mismo tiempo, a partir de una postura crítica, resulta necesario extender la indagación sobre las representaciones de la maternidad y la construcción de la identidad materna a distintos grupos sociales, puesto que los cambios en relaciones genéricas no ocurren de manera homogénea en la estructura social (O'Reilly, 2019). Por ello, en este documento nos interesa, en primer lugar, analizar la construcción discursiva de las representaciones sobre la

maternidad que colaboran con la construcción identitaria materna en un grupo de 12 madres trabajadoras chilenas pertenecientes a los grupos socioeconómicos bajo, medio y alto de Santiago de Chile. Estas construcciones las abordaremos como un objeto de estudio discursivo que favorecerá la comprensión de los posicionamientos ideológicos de las madres, a partir de determinados procesos discursivos, según su grupo socioeconómico de pertenencia.

En segundo término, pretendemos proponer un diseño teórico-metodológico útil para el estudio de las identidades y las representaciones sociales, que incluye los ECD, específicamente, el enfoque dialéctico-relacional tridimensional de Fairclough (1992, 1995, 2001, 2003, 2013 [2010], 2014 [1992], 2018, 2023) y el sistema de VALORACIÓN (Martin 2000; Martin y White 2005; Hood y Martin 2005; Hood 2010, 2019), basado en la Lingüística Sistémico Funcional (LSF), que permita identificar los recursos valorativos que legitiman distintas representaciones e identidades maternas. Por medio de estos objetivos, procuramos aportar con la identificación del funcionamiento de los recursos lingüísticos para construir posicionamientos ideológicos que contribuyen con los procesos de (de) construcción de identidades, en este caso, la materna. De esta manera, podremos observar hasta qué punto se han generado transformaciones genéricas, sobre todo considerando que en Chile ha habido una masificación de discursos de igualdad de género que desafían las identidades femeninas normativas, producto de un vertiginoso desarrollo del movimiento feminista en los últimos años (Lamadrid y Benitt, 2019; Contreras, 2021).

La próxima sección presenta una breve introducción a los Estudios Críticos del Discurso, posterior a lo cual abordaremos el estudio de la identidad desde una perspectiva crítica, particularmente la identidad materna, en conjunto con sus representaciones y significados. La sección teórica finaliza con una propuesta teórico-metodológica para el estudio de la identidad

materna, basada en el enfoque crítico de Fairclough y el sistema de VALORACIÓN.

En la segunda sección se utiliza esta propuesta analítica para estudiar la construcción discursiva de las representaciones de la maternidad y de la identidad materna en madres trabajadoras chilenas de tres grupos socioeconómicos. Se incorporan aspectos metodológicos, tales como la conformación del corpus, una breve descripción de las madres participantes y la manera en que se analizaron los datos. Posteriormente, se incluye el análisis y la discusión de los resultados más relevantes, en conjunto con las conclusiones.

Estudios críticos del Discurso

Los Estudios Críticos del Discurso (ECD) corresponden a un movimiento interdisciplinario de la lingüística orientado a la resolución de problemas sociales (Wodak y Meyer, 2016), que estudia el lenguaje como también distintos medios semióticos y subsume una variedad de enfoques, cada uno con distintos modelos teóricos, métodos de investigación y agendas (Flowerdew y Richards, 2018). Transversal a los ECD es el objetivo de explicar el funcionamiento de las ideologías construidas en el lenguaje a través de la identificación de las prácticas discursivas con las cuales los hablantes representan el mundo, expresan sus pensamientos, creencias y valores (Machin y Mayr, 2012). De esta manera, los ECD se proponen dar cuenta del modo en que el discurso reproduce, mantiene o resiste ideologías dominantes que están al servicio de instituciones y grupos en posiciones de poder (Fairclough, Mulderrig y Wodak, 2011; Catalano y Waugh, 2020) para comprender de mejor manera la cultura y los mecanismos lingüísticos utilizados por las sociedades para explicitar sus creencias e identidades (Pardo Abril, 2007).

Existe un gran desarrollo de este campo de estudio con diversas orientaciones en cuanto a lo teórico y metodológico, destacándose el enfoque socio-cognitivo propuesto por van Dijk

(e.g. 1991, 2005, 2009), el discursivo-histórico (e.g. Wodak, 1996; Reisigl y Wodak, 2009; Wodak y Meyer, 2016) y el dialéctico-relacional de Fairclough (e.g. Chouliaraki y Fairclough 1999; Fairclough 2003, 2006, 2018, 2023). Si bien estas aproximaciones presentan diferencias, comparten una visión socio-semiótica del lenguaje, donde el interés recae en el modo en que se utilizan los recursos semióticos con distintas funciones según el contexto social, ya sea para comunicar ideas, valoraciones e identidades (Machin y Mayr 2012; Wodak y Meyer, 2016).

ECD e identidad

El estudio de la identidad se ha instalado en el debate académico comprendiéndola como un constructo múltiple, fragmentado e inestable, producto de la influencia del pensamiento posmodernista y de las transformaciones sociales tras la globalización, la industrialización y la tecnología (Gergen, 1991; Giddens, 1991). Descartadas las visiones esencialistas, la identidad se interpreta como un proceso que emerge en la interacción social en un contexto específico, por lo que se construye en el discurso (Hall 1996; Brubaker y Cooper 2000; De Fina, Schiffrin, Bamberg 2006; Benwell y Stokoe 2006). Como actividad co-construida, la identidad no solamente está mediada por la situación particular, sino también por el contexto histórico, las relaciones de poder y las ideologías (Sunderland y Litosseliti, 2002; Jenkins, 2008; Larraín, 2017). Por lo tanto, analizar la identidad es dar cuenta de la manera en que grupos sociales se definen a sí mismos y a los otros, los discursos con los cuales se involucran y sus posicionamientos ideológicos, prácticas discursivas claves para entender los cambios y continuidades en nuestras prácticas sociales como miembros de una cultura particular. El estudio de las identidades, entonces, resulta clave para los ECD, pues su análisis permite observar cambios sociales, desentrañando la manera en que los grupos se construyen como sujetos pasivos o agentes transformadores en las sociedades (Flowerdew and Richardson, 2018).

Identidad materna e ideologías de la maternidad

Una identidad relevante de ser analizada desde una perspectiva crítica es la materna, considerada como la causante de una “crisis identitaria” (Slomian *et al.*, 2021), porque en ella confluyen factores como la compatibilización de la crianza con el trabajo, las dinámicas de pareja, además de diversas representaciones sobre la maternidad, que generan una ruptura entre la mujer y la madre (Laney *et al.*, 2015). Se trata de un constructo social que conlleva distintos significados dependiendo del contexto cultural e histórico y ha estado tradicionalmente ligado a la identidad femenina, lo que ha generado un profundo impacto en la construcción subjetiva de las mujeres, así como también en su lugar y posicionamiento en la sociedad (Badinter, 1981; LaChance Adams, 2014; Stets y Lee, 2021). Las ideologías sobre la maternidad obedecen a la internalización de un ideal de mujer y buena madre, por tanto, generan expectativas y establecen roles que limitan su comportamiento y el ejercicio materno, generando un alto nivel de inculpación (Rich, 1995; Potok, 2015; Paricio del Castillo y Polo, 2020).

Diversos discursos han contribuido históricamente a legitimar el rol de la mujer/madre en la esfera privada como responsable del bienestar de sus hijos. Si bien en el siglo XIX la madre se validaba cívicamente en la crianza de futuros ciudadanos (Badinter, 1981), en el siglo XX los discursos psicoanalistas y médicos concluyen que la privación materna es la causante de disfunciones emocionales, psicológicas y sociales en los hijos (Bowlby, 1952; Winnicott, 1960). Se conformó así una ideología materna basada en valores de sacrificio y abnegación, denominada maternidad institucional (Rich, 1995) o maternidad intensiva (Hays, 1996) que, asentada sobre el instinto maternal, por tanto, en la naturaleza de las mujeres, resulta una ideología difícil de cuestionar (O’Reilly, 2008) y tiene consecuencias en la distribución del poder y en las relaciones genéricas desiguales (Schwarz, 2007; Agudelo Londoño *et al.*, 2016).

La maternidad tradicional también se instaló en Chile influenciada por discursos políticos, médicos y religiosos, que le proporcionaron un rol ineludible a las madres para consolidar la nación a través de la “maternidad republicana”, para disminuir las tasas de aborto y abandono infantil, producto del quiebre del “Binomio Madre y niño” (Hurtado, 2012), para hacer frente al abandono del padre español en la cultura mestiza (Montecino, 2007) y para cumplir el rol de madre sacrificada a partir del ícono mariano en el catolicismo (Larraín, 2017). Sumado a ello, diversas instituciones promovidas por el estado como el matrimonio civil y la familia (Yopo Díaz, 2016) reforzaron una representación de la maternidad basada en la presencia y entrega femenina absoluta.

La modernización y democratización del estado chileno y el ingreso masivo de la mujer al mundo laboral ha creado un proceso de individuación que ha transformado la identidad de las mujeres (Sharim, 2005; Schwarz, 2007; Yopo Díaz, 2016). La instalación de la igualdad de género en materias legislativas y en las políticas públicas² han mejorado sus condiciones de vida y han reconstruido las representaciones maternas, desplazando el núcleo de la identidad femenina desde la maternidad a la autorrealización. Se han establecido, de esta manera, modelos modernos y progresistas de la maternidad y la feminidad, donde cobra valor la mujer profesional, autónoma y exitosa, quien realiza sus actividades laborales conjuntamente con las de crianza (Gómez 2014; Gallardo Aranguren y Guerra Pinto, 2021).

Pese a que las mujeres chilenas cuestionan fuertemente la maternidad tradicional y reconocen relaciones genéricas más equitativas, en la práctica el cumplimiento del rol de madre trabajadora ha significado una sobrecarga en sus labores, puesto que siguen recayendo en ellas las tareas de cuidados, produciéndose una doble jornada laboral (PNUD, 2014; INE, 2016; CASEN, 2017; MOVID-19, 2020, ENE, 2022), que en muchas mujeres produce una

² A este respecto destacan la extensión del posparto, el aborto en tres causales, planes nacionales de equidad social y medidas para la conciliación trabajo-familia.

“barrera maternal” (Wheaton, 2017), debiendo elegir si cumplir con esta exigencia o flexibilizar su trabajo.

Las transformaciones o permanencias en las representaciones de la maternidad también dependen del grupo socioeconómico de pertenencia (O’Reilly, 2019), puesto que entre clases sociales existe un desigual acceso a las remuneraciones, a los cuidados, a la educación y a las redes de apoyo (Arteaga y Abarca, 2018). Incluso si en los últimos años la maternidad se ha pospuesto en los grupos socioeconómicos bajos y medios (Escobar Estay, 2018), en las madres en condiciones de pobreza coexiste un modelo tradicional de maternidad sin cuestionamientos, donde las identidades de madre, mujer y trabajadora se fusionan en la necesidad de proveer para sus hijos, materializándose el rol de la madre-mujer sacrificada (Arteaga *et al.*, 2021). Las madres de clase media son las mujeres que más fuertemente han cuestionado la maternidad exclusiva, al ser las más afectadas por los procesos de secularización y pluralización propias de una era posmoderna, predominando en ellas la construcción de una mujer exitosa profesionalmente (Guerra, 2016). Las mujeres de clases altas, finalmente, también construirían identidades maternas con una fuerte inclinación hacia el desarrollo profesional, acogiendo un modelo de maternidad moderno, ya que, sus mayores remuneraciones le permiten, no solamente balancear la maternidad con la actividad productiva, sino que además disponen de tiempo propio para realizarse en cualquier ámbito que escojan (Fernández, 2017).

Enfoque dialéctico-relacional de Fairclough y sistema de VALORACIÓN

Este estudio se sustenta en el enfoque dialéctico-relacional elaborado por Fairclough (1992, 1995, 2001, 2003, 2013, 2014, 2018, 2023), considerado como un tipo de análisis crítico del discurso orientado al texto (Pardo Abril, 2007). El autor desarrolla una teoría social del discurso (Fairclough, 1992), que articula los estudios del

lenguaje con las ciencias sociales para investigar los cambios discursivos involucrados en los procesos más globales de transformación social (Fairclough y Chouliaraki, 1999). En este sentido, el discurso se considera una práctica social implicada dialécticamente en una serie de actividades y procesos propios de la estructura social. A este respecto, el discurso es construido socialmente y a la vez es parte constitutiva de la sociedad, puesto que está involucrado en la construcción de las relaciones, las ideologías y las instituciones que condicionan el uso del lenguaje. Desde esta perspectiva constructiva, el efecto ideológico más importante del discurso es la construcción y la transformación de las identidades. Es justamente el análisis de las identidades de los sujetos lo que permite recuperar, en parte, la ideología (Fairclough, 2013). Consecuentemente, este modelo pretende dar cuenta de las ideologías y los tipos de identidades que se (des) normalizan en los discursos, a través de prácticas discursivas concretas, con el objetivo de deslegitimar aquellas que reproducen y perpetúan relaciones de poder asimétricas e imponen identidades normativas, posibilitando la creación de nuevos discursos identitarios.

Esta aproximación crítica a los discursos dialécticamente vinculados con los fenómenos sociales requiere de una teoría lingüística que aborde la relación interdependiente del lenguaje en su contexto social, como la Lingüística Sistémico Funcional (LSF) (Oteíza, 2018). Su orientación socio-semiótica y funcional del lenguaje (Halliday, 1994) permite analizar las codificaciones lingüísticas como un sistema de opciones semánticas que se manifiestan en contextos particulares. En este estudio particular utilizamos el sistema de VALORACIÓN, basado en la arquitectura teórica de la LSF.

El sistema de VALORACIÓN constituye una perspectiva discursiva semántica para evaluar la experiencia social y proporciona una herramienta lingüística detallada para el análisis de la expresión de la intersubjetividad, las representaciones y las identidades en el discurso (Martin y White, 2005). Para ello, se entiende la valoración como una actividad interpersonal, ya que los

miembros de una cultura negocian sus opiniones y sentimientos para formar parte de sus comunidades sociales y afiliarse ideológicamente con sus interlocutores (Martin, 2000). De ahí que la expresión de valoraciones no solo manifiesta, sino que conforma una comunidad de creencias compartidas que construyen las ideologías de los discursos, en el caso de esta investigación, las representaciones de la maternidad y la identidad materna (Martin y White, 2005).

Con el objetivo de facilitar la descripción de las prosodias evaluativas en distintos géneros, el sistema de VALORACIÓN se planteó como una perspectiva complementaria de los significados interpersonales más allá de los sistemas lexicogramaticales de modo y modalidad (Martin, 2014, 2019). El sistema de VALORACIÓN ofrece una sistematización de los recursos valorativos ordenados en los sistemas de actitud, apreciación y compromiso.

El sistema de ACTITUD reúne las valoraciones para manifestar sentimientos (subsistema de Afecto), admirar o condenar el comportamiento de las personas (subsistema de Juicio) y valorar las ideas, objetos y eventos (subsistema de Apreciación). Estas actitudes pueden ser positivas o negativas y pueden expresarse de manera inscrita o evocada, por medio de señales evaluativas en el co-texto o contexto (Martin y White, 2005). La ACTITUD puede expresarse en grados en el segundo sistema de GRADUACIÓN, que ordena los recursos para amplificar o disminuir su fuerza y para agudizar o desdibujar su foco. El último sistema corresponde a COMPROMISO, que sistematiza los recursos para el posicionamiento intersubjetivo en discursos monoglósicos (voz autorial) o heteroglósicos (distintas voces). Las opciones heteroglósicas incluyen recursos de Refutación y Proclamación para contraer el dialogismo, mientras que los de Consideración y Atribución se utilizan para la expansión dialógica.

En este trabajo proponemos que estos dos enfoques teórico-metodológicos son complementarios para el análisis de las representaciones de la maternidad y de la identidad materna. En primer lugar, el enfoque crítico de Fairclough concibe la identidad

como la expresión de un posicionamiento ideológico, por lo que su análisis en tres flancos (texto, práctica discursiva y práctica social) revela los procesos discursivos por medio de los cuales las madres se adhieren o desafían de las ideologías de la maternidad y de la praxis materna que circulan en sus comunidades sociales y, por tanto, en la sociedad chilena. De este modo, se puede observar hasta el punto en que se han generado cambios o permanencias en relaciones genéricas asimétricas y en las ideologías dominantes de la maternidad que históricamente han oprimido a las mujeres.

En segundo término, con su énfasis en el lenguaje como constructor de sentidos e identidades, este modelo posibilita que un fenómeno social como la identidad de madre se vuelva uno fundamentalmente discursivo, que se instancia y recupera en los textos que las madres producen por medio del análisis lingüístico.

Por otro lado, la manera en que las madres comparten sus opiniones y puntos de vista sobre la maternidad, en otras palabras, cómo valoran la experiencia materna, las hace ser parte de una comunidad de valores compartidos que dan forma a las ideologías en sus discursos, favoreciendo algunas prácticas maternas por sobre otras, por lo que, siguiendo a Thompson y Hunston (2000), el análisis valorativo resulta clave para estudiar las ideologías y, en consecuencia, las identidades maternas. Finalmente, ambos enfoques comparten una visión socio-semiótica acerca del lenguaje, es decir, lo conciben como un sistema de opciones que crea significados en contextos situacionales y sociales particulares. De acuerdo con esta relación mutuamente influyente entre el lenguaje y el contexto social, ambas perspectivas comparten el interés por examinar las estrategias discursivas que dan cuenta de diversos posicionamientos ideológicos a partir de distintas selecciones lingüísticas. Consecuentemente, consideramos que integrar el modelo de Fairclough y el sistema de VALORACIÓN permite un análisis riguroso de las ideologías y las representaciones de la maternidad que se (des) naturalizan y que colaboran con la construcción de identidades maternas con una sólida base lingüística.

Un estudio crítico sobre las representaciones de la maternidad y la identidad materna en madres chilenas de tres grupos socioeconómicos.

En esta sección presentaremos los aspectos metodológicos de este estudio y, posteriormente, el análisis, la discusión de los resultados más relevantes y las conclusiones. Es necesario destacar que en este capítulo se replica la metodología utilizada en Gajardo (2017, 2018, 2021) que indagó sobre las identidades que construyen las madres chilenas diferenciadas por grupo socioeconómico. En esta ocasión, en contraste, nos detendremos en las representaciones que las madres de la muestra le asignan a la maternidad y la manera en que estas ideologías colaboran con su construcción identitaria.

Aspectos metodológicos

Este estudio de carácter cualitativo incorporó un diseño de estudio de caso que se centra en la comprensión en detalle de una problemática social más que en su extensión (Clark, Foster, Sloan y Bryman, 2021). El corpus analizado corresponde a cuatro relatos de vida (Bertaux, 2005) por cada grupo socioeconómico (bajo, medio y alto), es decir, un total de doce, recabados en veinticuatro entrevistas semiestructuradas (dos por cada madre), que fueron grabadas y posteriormente transcritas. La muestra se conformó por medio de un muestreo intencionado (Bordens y Barrington Abbott, 2022), seleccionando a cuatro madres representativas de los grupos socioeconómicos bajo, medio y alto, a partir de los niveles sociales adaptados de ICCOM (2007) y AIM (2015), de los cuales se consideraron las variables de ingreso familiar per cápita, nivel educacional, profesión u ocupación y comuna de residencia. Se convocó, entonces, por medio del efecto “bola de nieve” (Bertaux, 2005) a Eva³, Ofelia, Ana y Fran (GSE bajo), Catalina, Flo, Matilde y Fabiola (GSE medio) y Jacinta, Isidora, Mari y Bernardita (GSE

³ Se utilizaron pseudónimos para resguardar las identidades de las madres.

alto), quienes pertenecen al rango etario 30-39, trabajan con jornada completa y la edad de sus hijos oscila entre los 4 y los 14 años.

El análisis de los datos se llevó a cabo adaptando el modelo de Fairclough complementado con el análisis valorativo. Se realizaron dos fases analíticas, a saber, una discursiva y otra interpretativa-social. Para la primera se diseñó una matriz con las categorías analíticas del sistema de VALORACIÓN para la identificación de las (1) entidades discursivas valoradas, (2) cómo estas son valoradas (sistema de ACTITUD), (3) en qué grados (sistema de GRADACIÓN) y (4) el origen de las valoraciones (sistema de COMPROMISO). Este análisis identificó los patrones de co-ocurrencia de significados valorativos o “claves valorativas” (Martin y White, 2005) que dan cuenta de las estrategias valorativas empleadas por las madres para representar la maternidad y para auto-representarse. Estos significados se vincularon con los contextos sociales, trayectorias y comunidades de las madres, con el objetivo de determinar procesos de producción y consumo de sus discursos (Fairclough, 1992). Finalmente, el análisis interpretativo-social articuló los datos obtenidos de la fase analítica anterior con aspectos propios de las relaciones, instituciones y estructuras sociales más globales de la práctica discursiva de las madres, a fin de identificar las ideologías sobre la maternidad y su posicionamiento frente a ellas. Para ello, se emplearon, teorías y conceptualizaciones provenientes de otras disciplinas como la sociología, la historia, la antropología, entre otras, complementando el análisis lingüístico.

Análisis y discusión

Representaciones de la maternidad del grupo socioeconómico bajo

La maternidad se configura como el aspecto principal en la vida de este grupo de madres y como una práctica que les ha

entregado la fortaleza que no han encontrado en otros ámbitos, constituyendo su “razón de vivir”⁴:

(1) “Para mí, bueno, yo tuve, quedé embarazada a los 16 años, de mi hija mayor (...) ellos son mi razón de vivir ⁵(...) **feliz** po, **feliz** con mi hija/ yo a mi hija la **adoro**, pa mí **es todo**/ ella es mi **regalona**/ después ya el señor me mandó una **bendición** que es el Carlos /bueno pa mí, mis hijos **son todo**/ **son todo**/ ellos son mi razón de vivir” (Ofelia).

Ofelia, madre a los 16 años, construye a sus hijos como los personajes centrales de su vida por medio de, en primer lugar, una metáfora léxica que, en términos de ACTITUD, provoca una Apreciación de Valoración Social (“*son mi razón de vivir*”). Adicionalmente, la utilización del cuantificador “todo”, lexicalizado como atributo, intensifica la Fuerza, al mismo tiempo que inscribe Afectos de Felicidad (“*mi hija pa mí es todo*”, “*mis hijos son todo, todo*”). Esta prosodia afectiva se irradia también por medio de epítetos (“*feliz, feliz*”) y de procesos de comportamiento (“*la adoro*”), que igualmente inscriben Afectos de Felicidad. Las inscripciones y evocaciones de los Afectos, así como también la intensificación de estos sentimientos, saturan el discurso de esta madre con una carga afectiva que demuestra, no solo una relación estrecha con sus hijos e hijas, sino también una auto-representación como una *madre apegada*⁶, cuyos hijos constituyen la figura más importante en su vida.

⁴ Es necesario señalar que por razones de espacio elegimos los ejemplos más representativos por cada grupo socioeconómico.

⁵ Notación: La ACTITUD inscrita se registra en el ejemplo con **fuentes negritas** y la ACTITUD evocada con **fuentes negritas y cursivas**. La GRADACIÓN de la ACTITUD se presenta con **fuentes normal y subrayada**, mientras que el COMPROMISO se señala con **fuentes normal y subrayado doble**.

⁶ Las madres del grupo socioeconómico bajo construyen tres voces identitarias principalmente; (1) la voz de la madre instructora, que refiere a una identidad positiva en tanto madre capaz y orgullosa de educar a sus hijos, mediante el esfuerzo y el trabajo continuo, (2) la voz de la madre apegada, que se construye a través de la voz de sus hijos/as, posicionándose como la figura más importante en

La relevancia que tienen los hijos en la vida de estas madres también se construye por medio de la enumeración de las acciones sacrificadas que realizan a fin de proveer para sus hijos, como también el reconocimiento de las dificultades que han interferido en la crianza:

(2) “Me da mucha alegría mi hijo, yo por él doy todo por él, él es mi, por él estoy parada aquí, no es por nadie más/ si no tengo, no tengo, yo me las corro/ este, si tengo que sacar las garras con quien sea, yo las saco, porque a mí me ha costado parirlo, a mí me ha costado criarlo, y a mí me ha costado todo con él, yo no he ido donde el vecino a decirle “oiga, me falta un pañal o una polera” no/ siempre yo/ yo de donde pueda me rasguño pa poder estar ahí con mi hijo” (Eva).

La maternidad se construye por medio de los sacrificios que realiza la madre para asegurar el bienestar de su hijo. Los valores de esfuerzo y sacrificio se inscriben mediante Juicios de Estima Social respecto de la tenacidad de esta madre, quien lleva a cabo lo que sea necesario para satisfacer las carencias de su hijo (“doy todo por él”). El lenguaje metafórico igualmente se utiliza para evocar Juicios de Tenacidad (“sacar las garras”, “me las corro”, “me rasguño”) ya que, como un recurso de GRADACIÓN de Fuerza, provoca una respuesta actitudinal por parte del lector respecto de la tenacidad de esta madre. La razón de vivir de esta madre es “darlo todo” por su hijo, expresado por medio de un COMPROMISO de Contracción Dialógica de negación (“por él estoy parada aquí, no es por nadie más”), que rechaza otro punto de vista alternativo. Estos mismos recursos contractivos se emplean para expresar que la falta de medios económicos promueven el esfuerzo (“si no tengo, si no tengo, yo me las corro”), al igual que para enfatizar que solo ella, sin ayuda de nadie, logró criar a su hijo (“yo no he ido donde el vecino”, “no, siempre yo”). Esta prosodia de significados de abnegación y sacrificio, por

sus vidas, y (3) la voz de la madre luchadora, que refleja los valores de abnegación y de sacrificio, dirigidos a la provisión de los recursos fundamentales para que sus hijos no padezcan ningún tipo de necesidad (cf. Gajardo y Oteíza, 2017).

una parte, y de dificultades económicas, por otra, constituyen la base de una identidad de *madre luchadora*.

Un aspecto más negativo sobre la maternidad en el discurso de estas mujeres se relaciona con su condición de haber sido madres adolescentes:

(3)“Oh, **confuso** (risas)// No/ es **raro/** De primera **no sabía** qué hacer, y **decía**” uy qué voy a hacer si **no tengo idea** // A veces me gusta y a veces **no**. A veces me eh /**me gustaría** así como retroceder de nuevo y **no haberlas tenido todavía**. No me arrepiento de haberlas tenido, pero eh de repente pienso que tal vez no maduré en el minuto que tuve a la la primera y vine recién a **aterrizar** cuando tuve a la segunda (...) Haber tenido a la Andrea fue **postergar** los estudios. (...). **Me gusta. Me gusta** y significa **harto**. En realidad, es como una **bendición** grande que te da, al tener un hijo.” (Fran).

Fran tiene una visión crítica de ella como madre en un comienzo, valorando la maternidad negativamente, por medio de la inscripción de Apreciaciones de Composición aludiendo a su complejidad (“*confuso*”, “*raro*”). Mediante una inscripción de Afecto de satisfacción (“*a veces me gusta*”) y de un Afecto de insatisfacción (“*y a veces no me gusta*”), esta madre da cuenta de sentimientos contradictorios, producto de haber tenido a sus hijas a una edad temprana. La inscripción de un Afecto de Inclinación (“*me gustaría*”) en condicional indica que su deseo es “*no haberlas tenido todavía*”. Al mismo tiempo, los recursos de COMPROMISO de Contracción dialógica de negación (“*no*”) y contra-expectativa (“*todavía*”) invitan a una lectura de arrepentimiento, en la que ella lamenta haber tenido a sus hijas no siendo lo suficientemente “*madura*” a los 17 años. Además de no sentirse capacitada para ser madre tan joven, otra dificultad en relación a la maternidad fue “*postergar*” sus estudios, lo que redundó en el impedimento para conseguir estudios terciarios. Sin embargo, posterior a esta reflexión, Fran añade que le “*gusta*” la maternidad, inscribiendo Afectos de Satisfacción, y señala que “*significa harto*”, expresión que evoca una Apreciación de Valoración Social, mediante el recurso

de GRADACIÓN de Fuerza alta (“*harto*”). Esta posición se reafirma con un significado de Proclamación que, en términos de COMPROMISO, contrae las posiciones alternativas (“*en realidad*”). La maternidad que en su discurso ahora se construye como “*una bendición grande*”, le permitirá evitar la soledad, ya que sus hijos, cuando ella sea mayor, “*estarán ahí*” para ella.

Representación de la maternidad de las madres del grupo socioeconómico medio

En el caso del GSE medio, todas las madres, al igual que las del GSE bajo, consideran que la maternidad constituye lo más importante en sus vidas:

(4)

(5) “Yo te diría que es lejos lo más importante de mi vida. Es el **sentido**, es el **desafío**, es la **responsabilidad**, o sea es todo lo **bueno** y todo lo **malo**/ pero al final, al final de cuentas, la raya pa la suma es, es lo **máximo**. (Risas) (Catalina).

La importancia de la maternidad se construye por medio de la inscripción de una Apreciación positiva de Valoración Social (“*importante*”), aumentada en la Fuerza alta mediante un intensificador aislado (“*más*”). Dentro de los significados que le atribuye Catalina a la maternidad se encuentran “*el sentido*”, el “*desafío*” y la “*responsabilidad*”, metáforas gramaticales que inscriben, por una parte, Juicios positivos respecto de su capacidad para apreciar y entender (“*sentido*”) (RAE, 2022), como también Juicios sobre su integridad moral como madre (“*responsabilidad*”) y, finalmente, una Apreciación negativa de Composición respecto de la complejidad de la maternidad (“*desafío*”). Realizado un balance entre los significados favorables y adversos de la maternidad, esta madre concluye que, a pesar de las dificultades, esta es apreciada positivamente como “*lo máximo*”.

Además de constituir el elemento más significativo en sus vidas, la maternidad en las madres del GSE medio se entiende

igualmente como una responsabilidad inherente al ejercicio de ser madre:

(6)“¿Qué significa par mí ser mamá? Como mi **primera responsabilidad** creo yo, una **responsabilidad** a largo plazo, entonces como, mucho depende de ti, tus hijos **dependen** de ti ehm ahora en esta etapa en todo sentido y lo que *lleguen a ser* en el futuro también va a reflejar de alguna forma lo que tú **hiciste** en una primera etapa entonces como, **responsabilidad** es la palabra **clave** pa mi con los niños, yo me **tomo muy en serio** la parte de, o sea si a los niños les va **bien** en el colegio es en parte por ellos pero también es en parte por mí, porque yo los he **apoyado**. Como están emocionalmente **depende** también de mí” (Fabiola).

Para esta madre la maternidad consiste en su “*primera responsabilidad*”, expresión que al mismo tiempo que inscribe una Apreciación positiva de Valoración Social (“*primera*”), inscribe, además, un Juicio positivo de Sanción Social, que se dirige a la integridad moral de la madre, mediante una metáfora gramatical (“*responsabilidad*”). Desde el COMPROMISO más bien monoglósico de su enunciado, se naturaliza esta labor como algo inherente en las prácticas de una madre, es decir, la responsabilidad de los estudios y de lo que “*lleguen a ser*” se consideran como un deber materno. Esta responsabilidad también se ve reflejada mediante la utilización del verbo “*dependen*”, que da cuenta de las obligaciones y responsabilidades de una madre (“*mucho depende de ti*”, “*tus hijos dependen de ti*”). El empleo, además, de la segunda persona singular “*tú*” demuestra que el origen de sus valoraciones se encuentra en un consenso social, en una comunidad de valores compartidos donde existe acuerdo sobre los deberes y responsabilidades de una madre, los que Fabiola naturaliza en su discurso. La responsabilidad materna abarca diversos aspectos de la formación de sus hijos, incluyendo su futuro, el desempeño que tengan en el colegio y su estado emocional. En concreto, existe una relación causal entre el bienestar de sus hijos, tanto en el ámbito escolar como en el emocional, y su labor materna.

Otros elementos que permiten significar la responsabilidad materna como inherente corresponden a la utilización de la modulación de obligación realizada por el modal “deber” en una oración condicional (“uno debería saber”) que contrae el alcance de posiciones alternativas y el uso de referentes generalizadores “tú” y “uno”, que demarcan un COMPROMISO de Expansión Dialógica y que implica un posicionamiento ideológico alineado con las voces del colectivo de madres. Además, el mandato indica que las madres debieran “saber manejar” esta responsabilidad, expresión que, adicionalmente, inscribe un Juicio positivo respecto de las capacidades que se espera que posean las madres para cumplir con su labor. En otras palabras, una madre debe “saber” y “conocer” naturalmente las necesidades de sus hijos, además de contar con los recursos adecuados para satisfacerlas.

Esta gran responsabilidad que conlleva la maternidad emanada de los discursos de las madres del GSE medio da a lugar a una serie de cuestionamientos sobre sus roles y a una auto-representación negativa como mujeres que no “saben” si sus prácticas maternas son las correctas y si responden al deber ser social de una madre:

(7)“Uff por más que yo tengo **apoyo** de mi pareja mucho, es como tiempo, lo que hablábamos la otra vez, de estar un poco fuera, y claro, como que cada espacio como que uno un poco está en un tiempo fuera del tiempo, fuera de la productividad, fuera de todo, de que no sabís si está **bien** estudiar o **no, no sabís** si está **bien**, pero como que vai tanteando po, vai probando, pero sí me han venido sentimientos de ¿estoy puro hueviando aquí? ¿Debería estar en la casa? O ¿debería estar acá? digamos”(Matilde).

La maternidad se representa negativamente como “*tiempo de estar un poco fuera*”. Esta expresión metafórica, que funciona como un recurso de GRADACIÓN de Fuerza, invita a una lectura negativa en dos aspectos; por una parte, evoca una Apreciación negativa de Valoración Social respecto de la maternidad, concebida como un espacio de reclusión y de tensión de identidades y, en segundo

término, evoca un Juicio negativo que se dirige a sí misma, aludiendo a su falta de capacidad para compatibilizar sus roles de madre y de mujer trabajadora. Esta tensión de sus roles se demuestra en su discurso, además, por recursos de GRADACIÓN en Foco, realizado por el adverbio de modo “*como*”, (“*como que*”, “*como que uno*”), cuya función es la de desdibujar la precisión de sus roles, volviéndolos más ambiguos.

Esta idea de sentirse “*fuera*” se repite a lo largo de su relato (“*un tiempo fuera del tiempo*”, “*fuera de la productividad*”, “*fuera de todo*”), provocando sentimientos de inseguridad respecto de si está o no haciendo lo correcto, lo que se manifiesta en su discurso, por una parte, a través del proceso mental cognitivo “*saber*”, con polaridad negativa (“*no sabís si está bien estudiar o no*”, “*no sabís si está bien*”), que inscribe Juicios negativos dirigidos a su capacidad para discernir cómo actuar en este período. Por otro lado, las preguntas retóricas (“*¿Estoy puro hueviando aquí?*”, “*¿Debería estar en la casa?*” o “*¿debería estar acá?*”), utilizando recursos de modulación de obligación “*debería*”, muestra un COMPROMISO de Contracción Dialógica que limita el alcance de posicionamientos alternativos, demostrando que la madre responde a un ideario social respecto de lo que se espera de su rol como madre. Con estos elementos estas madres construyen una voz de *madre y mujer trabajadora en tensión*⁷ y expresan la necesidad de responder a un ideal de madre que dicta deberes y roles específicos, generando sentimientos contradictorios respecto de cumplir con este imaginario materno o desarrollarse profesionalmente.

⁷ Las madres del GSE medio (Gajardo, 2018) configuran (1) la voz de la madre reflexiva y en proceso de construcción, que corresponde una auto-representación positiva como madres que se están desarrollando de acuerdo con los discursos sobre la maternidad que circulan en sus comunidades de práctica y (2) la voz de madre y de mujer trabajadora en tensión, que da cuenta de un conflicto identitario como madres y mujeres trabajadoras a la vez, y que demuestra la existencia de una división entre el ámbito privado del hogar y la crianza, y el público del trabajo y del estudio.

Representaciones de la maternidad en madres del grupo socioeconómico alto

Para las cuatro madres de la muestra la maternidad constituye una práctica que disfrutan y les “encanta” y, además, la valoran como una actividad que encauza su existencia y les entrega un propósito de vida:

(8) “**Me encanta, me encanta**. Como que igual le da un **sentido** a veces pienso “si no estarían las niñitas, ¿qué haría?, ¡qué **lata!**” qué qué, le da como toda una **trascendencia**, todo un **sentido de vida**”. (Jacinta)

Jacinta evalúa la maternidad positivamente mediante Apreciaciones de Valoración Social manifestando que le da un “*sentido de vida*” una “*trascendencia*”. Sus hijas le entregan un propósito de vida, por lo que imaginarse que ellas no estuvieran se valora negativamente a través de una exclamación, que inscribe un Afecto de Insatisfacción (“¡*Qué lata!*”).

Además de posicionarse como madres que disfrutan de la maternidad, en sus discursos también se construye una identidad de *madre presente*⁸ que destina parte de su tiempo para estar con sus hijos/as pero, al mismo tiempo, se define como una mujer profesional exitosa, que no transa su desarrollo profesional ni su tiempo propio:

(9) “Me defino como una mamá trabajadora o sea, **me encanta** estar con los niños, **me encanta** pero, también **me encanta** trabajar, con **ganas** de tener un espacio pa mí, y **me encanta** que ese espacio no

⁸ Las madres del GSE alto, conforman (1) la voz de la madre integral, rol que gira en torno al sacrificio y a las renunciaciones que las madres realizan para compatibilizar la crianza y el trabajo a la vez, (2) la madre culpable, que emerge cuando logran satisfacer sus marcados deseos de auto-realización, pero estos interfieren en la crianza y, por último, (3) la voz de la madre presente, que demuestra la internalización de un ideario de madre omnipresente que debe “estar ahí” para sus hijos (Gajardo, 2021).

solo sea el trabajo sino que para hacer cosas para mí, como ir a comprarme algo, ir a la peluquería también, o sea y el tiempo que estoy con Arturo o con la María, siempre trato de **jugar** con ellos, también de **enseñarle** cosas, o sea **me encanta** estar con los niños, pero también me **agotan**". (Bernardita)

Las madres del GSE alto se definen como una "*mamá trabajadora*" y afirman que disfrutan de ambas prácticas, por medio de la inscripción de un Afecto de Satisfacción que se dirige a estar con sus hijos ("*me encanta estar con los niños*"), y otro que apunta a su trabajo ("*me encanta trabajar*"). Además, esta madre valora tener un espacio exclusivamente para ella, que sea distinto al laboral y al de la crianza, manifestado por medio de la inscripción de un Afecto de Inclinación ("*con ganas de tener un espacio pa mí*"), porque, igualmente, reconoce que sus hijos la "agotan". Las actividades de este espacio personal son de dispersión y bienestar, como ir de compras o ir a la peluquería, las que son valoradas de manera positiva mediante Afectos de Satisfacción ("*me encanta*"). Como se trata de madres que al mismo tiempo le asignan una gran importancia a la presencia materna (cf. Gajardo, 2021), una vez en la esfera privada ellas dedican su tiempo a "*jugar*" con sus hijos y "*enseñarles cosas*", las cuales constituyen expresiones que inscriben Juicios positivos de Sanción Social que se dirigen a su integridad moral como madre.

Otro aspecto identitario significativo de estas madres es su auto-representación como mujeres exitosas, que hacen "de todo" y logran sus cometidos⁹, por lo que la maternidad también se representa negativamente como una actividad que interfiere con su autonomía y tiempo propio:

(10)"La maternidad o sea con Alonso fue como una **bomba atómica** y tuve que aprender a **renunciar** a muchas cosas me entendís el tiempo pa mi/ o sea el dormir o llegar a la casa a ver tele o leer o cualquier cosa que fuera tiempo para mí o tiempo para Juan [su

⁹ Véase Gajardo (2021)

esposo]/ cachai, todo eso se vio **mermado** con el tiempo hacia Alonso cachai/entonces, tenís una **renuncia** como, además de tiempo como física, no sé, como que tenís que dedicarte, tienes que estar ahí, cachai? Fue como/ fue súper fuerte al principio. O sea la **responsabilidad** y de la de **menos autonomía** porque yo era muy autónoma, y eso ya no puedes hacer entonces en una manera ha significado **menos autonomía** y **menos libertad**, Es **duro**, pero sí, tiene su **recompensa**. No, es **rico**, es parte de la vida. Tampoco concebía, yo no concibo mi vida sin hijos, ¿cachai? Y era siempre parte del proyecto que nosotros con Juan **queríamos** hacer como familia (...) (Mari).

La maternidad es valorada negativamente a través de una Apreciación negativa de Valoración Social, intensificada en la Fuerza alta (“*bomba atómica*”). Los gatillantes de estas valoraciones son las “*renuncias físicas*” y también las de “*tiempo*”, expresiones que inscriben Juicios positivos de Tenacidad, si se dirigen a la madre, pero también Apreciaciones negativas respecto de la maternidad¹⁰. Una de estas renuncias la constituye el escaso tiempo disponible para sí misma, por ejemplo, para “*leer*”, “*dormir*”, y también para su hijo y marido, situación que valora negativamente, aunque de manera indirecta. La evocación se realiza por medio de la GRADACIÓN en Fuerza, codificada en el verbo “*mermar*”, que funciona como un cuantificador (“*todo eso se vio mermado*”), e invita a una Apreciación negativa de Valoración Social. La pérdida de autonomía constituye el principal cambio vital y se manifiesta contrastando la manera en que se describe antes y después de la llegada de su hijo. Ella era una mujer “*autónoma*”, expresión que inscribe un Juicio de Tenacidad, pero eso “*ya no pudo ser*”, lo que evoca una Apreciación negativa sobre la maternidad, que se manifiesta en su discurso mediante el uso de recursos de Modulación en polaridad negativa desde un COMPROMISO de Contracción dialógica (“*ya no puedes hacer*”). Es importante señalar que, para esta participante, la maternidad se naturaliza como un

¹⁰ La RAE define “*renunciar*” como: “*Desistir de algún empeño o proyecto*” (2022).

proyecto de vida, al señalar que “*es parte de la vida*”. Asimismo, ella incluye a su marido para afirmar que los hijos eran “*parte del proyecto que queríamos hacer como familia*”, expresión que inscribe una Afecto de Inclinación (“*queríamos*”), dirigido tanto a ella como a su marido respecto de formar una familia. La responsabilidad que conlleva la maternidad también se hace visible, mediante las expresiones “*demandante*” y “*tener que*”, las que constituyen recursos de Modulación de obligación respecto de la conducta de las madres (“*es tan demandante*”, “*tienes que dedicarte*”, “*tienes que estar ahí*”). Es decir, el hecho de que las madres modulen su comportamiento hacia lo que la sociedad aprueba se considera como una responsabilidad inherente a las madres y refleja la naturalización de un ideal materno.

Este análisis ha demostrado que las madres de los grupos socioeconómicos alto, medio y bajo representan la maternidad con diversas estrategias valorativas que se corresponden con aspectos ideológicos y factores propios de sus estratos y contextos particulares. Las madres del grupo socioeconómico bajo emplean al menos cuatro estrategias para significar la maternidad, expresada como la “principal” actividad, la “más importante” e incluso como su “razón de vivir”, lo que favorece la construcción de la identificación con una *madre apegada*. Son sus hijos/as la figura primordial en sus vidas, quienes las validan y las hacen sentir importantes socialmente y queridas, porque tomando en consideración solo su grupo social no pueden validarse¹¹. Otra estrategia valorativa para representar la maternidad corresponde a la enumeración de las acciones sacrificadas que realizan para la provisión de recursos fundamentales a fin de que sus hijos no padezcan ningún tipo de necesidad como ellas experimentaron en su infancia. Así, estas madres lo dan “todo” por sus hijos hasta el

¹¹ Se trata de madres que quieren que sus hijos sean “alguien en la vida”, por lo que indirectamente admiten que ellas no son reconocidas socialmente, debido a sus ocupaciones, sus contextos marcados por la pobreza y por haber sido abandonadas por sus parejas (Gajardo y Oteíza, 2017).

punto de “sacar las garras” por ellos, representándose por medio de Juicios positivos de Tenacidad. La tercera estrategia corresponde al reconocimiento de las dificultades y lo que les “ha costado” la crianza de sus hijos. Estas valoraciones negativas surgen de haber criado a sus hijos solas, sin ayuda y en condiciones de extrema pobreza y vulnerabilidad. Estas dos últimas estrategias valorativas conforman una identidad de *madre luchadora*, identidad positiva como madres sacrificadas que han logrado sacar adelante a sus hijos pese a los obstáculos que se les han presentado. En sus discursos también se pone de relieve la manera en que abordaron la maternidad siendo adolescentes y abandonadas por sus parejas, empleando la estrategia valorativa de auto-representarse negativamente como madres que “no sabían” ni “tenían idea” acerca de la maternidad. Aquí se manifiesta un aspecto esencial de sus identidades relacionado con sus realidades sociales, ya que debieron “postergarse” en sus estudios o derechamente abandonarlos en la educación básica y/o la media, situación que, en el caso de Chile, resulta en limitadas posibilidades de obtener un trabajo bien remunerado (González *et al.* 2013), volviéndose aún más difícil vencer la pobreza. Estos contextos corresponden a experiencias compartidas en madres en condición de pobreza en Latinoamérica, en las que se fusionan las identidades de madre y mujer trabajadora, materializadas en la noción de sacrificio con el fin de proveer para sus hijos (Madrid, 2016). Esto demuestra que este grupo de madres reproduce un modelo de maternidad intensiva sin cuestionamientos, es decir, en ellas se normalizan la entrega y la responsabilidad materna para mantener a sus hijos, porque de ellas depende su subsistencia. Se trata de *madres luchadoras* que, pese a la precariedad de su existencia, cumplen en soledad con garantizarle afecto y condiciones de subsistencia a sus hijos.

En las madres del grupo socioeconómico medio la maternidad también se representa positivamente como un proyecto fundamental en sus vidas, concibiéndola como su “primera responsabilidad” y “lo más importante”. Otra estrategia valorativa en este grupo de madres es naturalizar la responsabilidad

inherente del ejercicio materno cuyo efecto se prolonga en el “largo plazo”, de tal forma que el desarrollo integral de los hijos y “lo que lleguen a ser en el futuro” es producto de la atención y de los cuidados de la madre. En otras palabras, las madres afirman que “mucho depende de ti”, incluso su éxito escolar y, luego, profesional “va a reflejar lo que tú hiciste”. Las fuentes de las valoraciones de este deber materno se fundan en un consenso social, lo que se revela a partir del uso de referentes generalizadores (“uno”, “tú”), reconociendo las voces del colectivo de madres. La naturalización de este deber materno genera una auto-representación negativa como mujeres que se cuestionan sus roles de madres y mujeres trabajadoras, contribuyendo a una construcción de *identidad de madre y mujer en tensión*. Indirectamente, la maternidad se evalúa como un espacio de reclusión, en el que señalan sentirse “fuera de la productividad”, derivado de la escasa congruencia que existe entre la maternidad y el mundo laboral, por lo que se expone una línea que fractura la identidad de la mujer y de la madre. Estos datos contrastan con la mayoría de los estudios de madres chilenas de clase media, los cuales señalan que en ellas cobra mayor fuerza un modelo de mujer profesional exitosa por sobre el rol de madre (Agudelo Londoño *et al.*, 2016; Godoy, 2018). Sin embargo, esta misma identidad de *madre y mujer trabajadora en tensión* demuestra que en este grupo de madres es donde se cuestionan más fuertemente las exigencias de la maternidad y la visión dicotómica de los espacios laborales y domésticos y la manera en que la sociedad configura estos ámbitos en desmedro de las madres. En consecuencia, esta construcción identitaria manifiesta un modelo de maternidad transicional que, pese a legitimar valores de la maternidad exclusiva, también la cuestiona y desafía, posibilitándoles reconstruir sus identidades y adoptar los modelos maternos que más se ajusten a sus contextos.

En contraste, las madres del grupo alto valoran positivamente la maternidad como una experiencia reconfortante que les proporciona un “sentido a sus vidas” y que les deja “una trascendencia”, no como una “prioridad” como lo hacen las madres

del grupo medio y bajo. Estos rasgos no son identificables en el discurso de las madres de los demás grupos sociales en estudio, cuyo énfasis está puesto en otros aspectos, como la lucha de que sus hijos “sean alguien en la vida” y tengan sustento, en el caso del grupo bajo, y en la reflexión constante que implica (re) construirse en la maternidad, en el grupo socioeconómico medio, mientras que las madres del grupo alto se reconfortan y disfrutan de este proceso. En tal sentido, el mayor poder de negociación que tienen con sus parejas (Gómez, Arellano y Valenzuela, 2017), sus mayores remuneraciones y el hecho de que estas no constituyan la base del sustento, les permite delegar la tarea de los cuidados a trabajadoras de casa particular (Fernández, 2017) y así conseguir mayor tiempo propio y recreacional con sus hijos y familia (Arriagada y Todaro, 2012), además de poder construirse como mujeres líderes y triunfadoras (Rojas, Falabella y Leyton, 2016) en diversos ámbitos.

Sin embargo, estas madres también internalizan un modelo de maternidad intensiva (Hays, 1996) que las conduce a valorarla negativamente, ya que la relacionan con las “renuncias” y la pérdida de “autonomía” y “libertad”. En este punto, expresan que ahora que son madres deben asumir que “hay cosas que ya no puedes hacer”, naturalizando la pérdida de autonomía. Además, el uso de referentes generalizadores como “uno” demuestra que se trata de renuncias que se dan por supuesto en su comunidad de valores compartidos. De esta forma, se manifiesta la voz de la *madre integral*, quien realiza renuncias y sacrificios en pos de la maternidad. La responsabilidad materna también está normalizada en sus discursos, refiriéndose al mandato de tener que “dedicarse” y “estar ahí” para sus hijos, responsabilidades propias de una *madre presente*. Es importante destacar que estas mujeres se definen como madres trabajadoras y sus identidades de mujer y madre están delimitadas, por lo que el sacrificio y las renuncias propias de la internalización de la responsabilidad materna se orientan, más que a sus hijos, a su autonomía, coexistiendo un modelo de maternidad tradicional con uno de mujer exitosa en todos los ámbitos.

Por último, las mujeres de clase alta manifiestan que la maternidad “es parte de la vida”, es decir, la conciben como una consecuencia natural de formar una familia y del plan que habían trazado para sus vidas, creencia común en mujeres de clase alta (Rojas, Falabella y Leyton, 2016), que coincide con las expectativas de sus familias de origen y sus contextos sociales más amplios. Esta descripción se opone a la descrita por las madres del grupo bajo, quienes no planificaron la llegada de sus hijos y, a la vez, deben criarlos solas. Si bien la recompensa de este grupo de madres es la validación que les proporcionan sus hijos, para las madres del grupo alto la recompensa es que sus hijos existan y que le den “un sentido de vida”, más allá de que la maternidad ha mermado la capacidad de mantener su autonomía.

Conclusión

En este capítulo hemos analizado la construcción discursiva de las representaciones de la maternidad y de la identidad materna en un grupo de madres trabajadoras chilenas de los grupos socioeconómicos bajo, medio y alto. El análisis dio cuenta que, por medio de estrategias valorativas particulares, las madres de los tres grupos socioeconómicos legitiman la maternidad intensiva, en mayor o menor medida, lo cual favorece la construcción de identidades maternas diferenciadas según sus grupos sociales. La responsabilidad ineludible que adoptan las madres revela que en la sociedad chilena todavía persisten imaginarios tradicionales de la maternidad que propician un ideal de madre como sostenedora de sus hijos lo que, además de generar sobrecarga, perpetúa relaciones de género desiguales. En las madres de clase media, sin embargo, es donde se cuestionan con mayor fuerza las exigencias impuestas en las mujeres y las madres, por lo que construyen una identidad, basada en un modelo de maternidad transicional que, si bien incluye aspectos de la maternidad exclusiva, también la desafía. Aun así, pese a importantes avances encauzados a la igualdad genérica, este estudio contribuye a demostrar que los

espacios productivos y reproductivos todavía están diferenciados por género, evidenciando que no se han producido transformaciones estructurales significativas que permitan la conciliación trabajo-familia, que aqueja principalmente a las madres de clases bajas y medias. La comparación entre grupos socioeconómicos, además, refleja que el área de los cuidados se mantiene en el dominio femenino y que, asimismo, es un sitio para la desigualdad social, porque solo las mujeres que cuentan con los medios pueden acceder a ellos.

Es por ello que relevamos la importancia de compartir estos relatos de vida, que pueden contribuir a desafiar los paradigmas patriarcales de la maternidad y a transformar las representaciones esencialistas del ejercicio materno que siguen ejerciendo control sobre las mujeres. De esta manera, podremos reeducar a las comunidades donde vivimos para conseguir que la maternidad se concrete en prácticas menos opresivas para las mujeres. También destacamos la importancia de realizar un análisis lingüístico riguroso que permita articular los discursos de las madres con sus contextos sociales más amplios. Por ello, insistimos en que el enfoque tridimensional de Fairclough en conjunto con el sistema de VALORACIÓN, proporcionan un modelo que efectivamente da cuenta de los posicionamientos, representaciones e identidades maternas que se confrontan y reproducen en el discurso, a la vez que demuestra el lugar del discurso en procesos de cambios en las representaciones de la maternidad. Un análisis de este tipo colabora con los objetivos fundacionales de los estudios críticos del discurso de crear una sociedad más justa e igualitaria, en donde todas las mujeres madres de distintos grupos socioeconómicos tengan igual acceso a practicar su maternidad armónicamente con los demás ámbitos de sus trayectorias.

Referencias

(eds.). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. London and New York:

AGUDELO LONDOÑO, J., BEDOYA, J. Y OSORIO, D. (2016). Ser mujer: entre la maternidad y la identidad. **Poiésis**, (31), 306–313.

ANSOLEAGA E. Y GODOY L. (2013). La maternidad y el trabajo en Chile: Discursos actuales de actores sociales. **Revista Latinoamericana** 12(35): 337-356.

ARRIAGADA, I. Y TODARO, R. (2012). **Cadenas globales de cuidados: el papel de las migrantes peruanas en la provisión de cuidados en Chile**. Santiago: ONU Mujeres.

ARTEAGA, C. Y ABARCA, M. (2018). Tensiones, limitantes y estrategias de género en mujeres trabajadoras. **Estudios de género** 4(10):1-36.

ARTEAGA, C., ABARCA, M., POZO, M. Y MADRID, G. (2021). Identidad, maternidad y trabajo. Un estudio entre clases sociales en Chile. **Revista de Ciencias Sociales** 34 (48): 155- 173.

ASOCIACIÓN INVESTIGADORES DE MERCADO (AIM). (2015). Nuevo modelo de grupos socioeconómicos: AIM.

BADINTER, E. (1981). **¿Existe el amor maternal? Historia del amor maternal. Siglos XVII al XX**. Barcelona: Paidós.

BARCELÓ, M. (2016). Un camino hacia la maternidad pospatriarcal. **Revista de Antropología Iberoamericana** 11 (1): 131-152.

BENWELL, B. Y STOKOE, E. (2006). *Discourse and Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

BERTAUX D. (2005). **Los Relatos de Vida: perspectiva etnosociológica**. Barcelona: Bellaterra.

BOGINO LARRAMBEBERE, M. (2020). Maternidades en tensión. Entre la maternidad hegemónica, otras maternidades y no-maternidades. **Investig. Fem.** 11(1): 9-20.

BORDENS, K. Y BARRINGTON ABBOTT (2022). **Research Design and Methods: A Process Approach**. Nueva York: McGraw Hill.

BOWLBY, J. (1952). **Maternal care and mental health: A report prepared on behalf of the World Health Organization as a**

contribution to the United Nations programme for the welfare of homeless children. Geneva: World Health Organization.

BRUBAKER, R., Y COOPER, F. (2000). Beyond "identity". **Theory and society**, 29(1), 1-47.

CALQUÍN-DONOSO, C., Y YÁÑEZ-URRUTIA, C. (2020). Metáforas de la maternidad en un sistema de atención sanitaria de la infancia en Chile: entre la naturaleza y el capital humano. **Musas** 5 (2): 44-59.

CATALANO, T. Y WAUGH, L. (2020). **Critical Discourse Analysis, Critical Discourse Studies and Beyond.** Cham: Suiza. Catalonia.

chilena. **Convergencia** 21(66), pp. 229-253.

CHOULIARAKI, L. Y FAIRCLOUGH, N. (1999). **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis.** Edinburgh: Edinburgh U.P.

CLARK, T., FOSTER, L., SLOAN, L. Y BRYMAN, A. (2021). **Bryman's Social Research Methods.** Oxford: Oxford University Press.

CONTRERAS, MJ. (2021). Poniendo los cuerpos en la lucha contra la violencia basada en el género: el Tsunami Feminista en Chile el 2018. **Taller de Letras** 68: 162-180.

cuidados o de la familia?. **La manzana de la discordia**: 12 (1), pp. 33-47.

DE FINA, A., SCHIFFRIN, D., & BAMBERG, M. (Eds.). (2006). **Discourse and identity.** Cambridge University Press.

desigualdad. pp. 233-268. Santiago de Chile: Ediciones UC.

ELIZABETH K. LANEY, M. ELIZABETH LEWIS HALL, TAMARA L. ANDERSON & MICHELE M. WILLINGHAM (2015). Becoming a Mother: The Influence of Motherhood on Women's Identity Development, **Identity**, 15:2, pp. 126-145.

ENCUESTA DE CARACTERIZACIÓN SOCIOECONÓMICA NACIONAL (CASEN) (2017). Gobierno de Chile.

ENCUESTA NACIONAL DE EMPELO (ENE) (2022). Instituto Nacional de Estadísticas de Chile.

ENCUESTA NACIONAL SOBRE EL USO DEL TIEMPO (ENUT). (2015). Instituto Nacional de Estadísticas de Chile.

- FAIRCLOUGH, N. (1992). **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press.
- FAIRCLOUGH, N. (2001). **Language and Power** (segunda edición). London: Longman.
- FAIRCLOUGH, N. (2003). **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. Psychology Press.
- FAIRCLOUGH, N. (2013). **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language. Language in social life series**.
- FAIRCLOUGH, N. (2014). **Critical language awareness**. New York: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. (2018). "CDA as dialectical reasoning". En: Flowerdew, J. y Richardson, J.E.
- FAIRCLOUGH, N. (2023). Technologization of Discourse. Em: Caldas-Coulthard, C.y Coulthard, M. (eds). **Texts and Practices Revisited: Essential readings in Critical Discourse Analysis**. New York: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N., MULDERRIG, J. Y WODAK, R. (2011). Critical Discourse Studies. En: Van Dijk, T. **Critical Discourse Studies: a multidisciplinary introduction**. Londres: Sage.
- FERNÁNDEZ, R. (2017). Mujeres de elite y trabajo doméstico remunerado en Chile: ¿crisis de
- FLOWERDEW, J. Y RICHARDSON, J.E.(2018). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. Londres y Nueva York: Routledge.
- FULLER, N. (2010). **Identidad femenina y maternidad: una relación incómoda**. Lima: UCPC.
- GAJARDO, C. (2018). La construcción discursiva de la identidad de madre/ trabajadora en madres del grupo socioeconómico medio de Santiago de Chile. **RALED** 1: 118-137.
- GAJARDO, C. (2021). Madres que hacen de todo. La construcción discursiva de madre trabajadora en el grupo socioeconómico alto de Santiago de Chile. **Discurso & Sociedad** 15, 2: 268- 298.
- GAJARDO, C. Y OTEÍZA, T. (2017). The ideological construction of mother identity in the discourse of four women of the lower socio-economic group from Santiago, Chile. **Discourse & Society** 28: 142-161.

- GALLARDO ARANGUREN, R., Y GUERRA PINTO, K. (2021). Maternidades Transgresoras: resignificaciones político-afectivas de mujeres activistas en la postdictadura chilena. **Propuestas Críticas En Trabajo Social**, 1(2), 73–96
- GERGEN, K.J. (1991). **The saturated self**. New York: Basic Books.
- GIDDENS, A. (1991). **Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern age**.
- GODOY, C. G. (2018). Profesional, madre y trabajadora: significados de la igualdad de género entre mujeres universitarias y profesionales de la ciudad de Santiago de Chile. **Revista Temas Sociológicos** 22, pp. 87-118.
- GÓMEZ, V. (2014). Modelos de ciudadanía: discursos sobre roles femeninos en la legislación
- GÓMEZ, V., ARELLANO, O. Y VALENZUELA, C. (2017). Negociaciones en familia: género, trabajo y cuidado en Chile. **Revista Estudios Feministas** 25(2): 661-682.
- GONZÁLEZ, E., LEAL, I., MOLINA, T. Y CHACÓN, P. (2013). Patrón intergeneracional del embarazo adolescente en las hijas de una cohorte de mujeres que controlaron su primer embarazo en un centro integral para adolescentes embarazadas. **Revista chilena de obstetricia y ginecología**, 78(4), 282-289.
- GUERRA, R. (2016). **Formas positivas y negativas de reconocimiento en el trabajo: Un estudio crítico-interpretativo del discurso de cajeras de grandes cadenas de supermercados en Santiago de Chile** (Tesis de Maestría). Santiago: Universidad Alberto Hurtado.
- HALL, S. (2004). South African pottery past and present. En A. Walter-Oliphant, Delius, P. & Meltzer, L. (eds) **Democracy X: marking the present, re-presenting the past**:13-21. UNISA Press: Pretoria.
- HALLIDAY, M. A. K. (1994). **An Introduction to Functional Grammar**. London:Edward Arnold.
- HAYS, S. (1996). **The cultural contradictions of motherhood**. New Haven, CT: Yale University

- HOOD, S. (2010). **Appraising Research: Evaluation in Academic Writing**. Palgrave Macmillan.
- Huidobro, J.E. **Mercado Escolar y Oportunidad educacional: Libertad, diversidad y**
- HURTADO, E. (2012). Intelectuales tradicionales, educación de las mujeres y maternidad republicana en los albores del siglo XIX en Chile. *Acta literaria*, (44), 121-134.
- ICCOM. (2007). **Descripción Básica de los Niveles Sociales Hogares Urbanos Región**
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (INE). (2016). Enfoque estadístico sobre género y empleo. Santiago: INE
- JENKINS, R. (2008). **Social Identity**. London: Routledge.
- LACHANCE ADAMS, S. (2014). **Mad Mothers, Bad Mothers & What a "Good" Mother Would do: the ethics of ambivalence**. New York: Columbia University Press.
- LAGARDE, M. (1996). **Género y feminismo: desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas y horas.
- LAMADRID, S. Y BENNETT, A. (2019). Cronología del movimiento feminista en Chile 2006-2016. *Revista Estudios Feministas* 27(3):1-15.
- LARRAÍN, J. (2017). **¿América Latina moderna? Globalización e Identidad**. Santiago: LOM.
- Latinoamericana**. Santiago de Chile: Frai.
- MACHIN, D. Y MAYR, A. (2012). **How to do Critical Discourse Analysis**. Londres: Sage.
- MADRID, S. (2016). La formación de masculinidades hegemónicas en la clase dominante: el caso de la sexualidad en los colegios privados de elite en Chile. *Sexualidad, Salud y Sociedad* 22, pp. 369-398.
- MARTIN, J.R. (2000). "Beyond Exchange: Appraisal Systems in English". En: Hunston, S. y
- MARTIN, J.R. (2014). Evolving systemic functional linguistics: beyond the clause. *Functional Linguistics* 1(3):1-24.
- MARTIN, J.R. Y WHITE, P.R.R. (2005). **The Language of Evaluation: Appraisal in English**. New York: Palgrave Macmillan.
- Metropolitana 2007**. Santiago: ICCOM Investigación de Mercado.

- MOLINA, M.E. (2006). Transformaciones Histórico Culturales del Concepto de Maternidad y sus repercusiones en la Identidad de la Mujer. *Psykhé* 15(2): 93-103.
- MONITOREO NACIONAL DE SÍNTOMAS Y PRÁCTICAS COVID-19 EN CHILE (MOVID-19). (2020). **¿Cuál ha sido el impacto de la pandemia en las labores de cuidado? Un análisis desde una perspectiva de género.**
- MONTECINO, SONIA. (2007). **Madres y huachos. Alegorías del mestizaje chileno.** Santiago:
- MURRAY, M., Y TIZZONI, C. (2022). Raising children in hostile worlds in Santiago de Chile: Optimism and 'hyper-agentic' mothers. *The Sociological Review*, 70(1), 92–107.
- O'REILLY, A. (2019). Maternal Theory: Patriarchal motherhood and empowering mothering. En: O'Brien, L., O'Reilly, A. y Giles, M. **The Routledge Companion to Motherhood.** Pp. 19- 35. London: Routledge.
- O'REILLY, A. (ed) (2008). **Feminist Mothering.** New York: State University of New York Press.
- OLAVARRÍA, J. (2014). Transformaciones de la familia conyugal en Chile en el período de la transición democrática (1990-2011). *Polis* 13(37) pp. 473-497.
- OTEÍZA, T. (2018). Estudios del discurso desde una perspectiva social-ideológica y semiótica. En Anglada, L., Calvo, A., Gaido, A., Meehan, P. y Oliva, M. B. (Eds.). **La Lingüística Sistémico Funcional en Diálogo. Reflexiones acerca del lenguaje, su uso y su enseñanza.** p. 59-81. Córdoba:Universidad Nacional de Córdoba.
- PARDO ABRIL, N. (2007). **Cómo hacer Análisis Crítico del Discurso: una perspectiva**
- PARICIO DEL CASTILLO, R. Y POLO, C. (2020). Maternidad e identidad materna: deconstrucción terapéutica de narrativas. *Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.* 40(138): 33-54
- POTOK, M. (2015). La mala madre: la maternidad como práctica subversiva en la escritura de Lucía Etxebarria. *Ámbitos* (33), pp. 53-63.

- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD) (2014). *Sostener el Progreso Humano: reducir vulnerabilidades y construir resiliencia*. Santiago:PNUD.
- REISIGL, M., Y WODAK, R. (2009). The discourse-historical approach (DHA). **Methods of criticaldiscourse analysis**, 2(87), 121.
- RICH, A. (1995). **Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution**. New York and London: Norton and Company.
- ROJAS, M. T., FALABELLA, A Y LEYTON, D. (2016). Madres de clases medias frente al mercado educativo en Chile: decisiones y dilemas. En: Corvalán, J., Carrasco, A. y García-Routledge.
- SALVO, I. Y GONZÁLVEZ, H. (2015). Monoparentalidades Electivas en Chile: emergencias, tensiones y perspectivas. **Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad** 14(2):40-50.
- SANHUEZA T. (2006). De prácticas y significancias en la maternidad. Transformaciones en identidad de género en América Latina. **La Ventana** 22 pp.146-188.
- SCHWARZ, P. (2007). "Prácticas, estrategias y percepciones de la maternidad en mujeres jóvenes de clase media urbana". En: Kornblit, A.L. (ed) **Juventud y vida cotidiana**. Buenos Aires: Biblos, pp.133-150.
- SHARIM, D. (2005). La Identidad de Género en Tiempos de Cambio: Una Aproximación Desde los Relatos de Vida. **Psykhé** 14(2) pp. 9 -32.
- SLOMIAN, J., REGINSTER, JY., Y EMONTS, P. (2021). Identifying maternal needs following childbirth: comparison between pregnant women and recent mothers. **BMC Pregnancy Childbirth** 21, 405
- STETS, J. Y LEE, J. (2021). The mother identity and self-esteem. En Brenner, P., Stets, J. y Serpe, R. (Eds). **Identities in Action: developments in identity theory**. Pp. 133-153. Cham: Suiza.
- SUNDERLAND, J. Y LITOSSELITI, L. (2002). Gender Identity and Discourse Analysis: Theoretical and empirical considerations. En: Litosselitti, L. y Sunderland, J. (Eds.). **Gender Identity and Discourse Analysis**. Pp. 3-42. Amsterdam: John Benjamins.

- THOMPSON, G. (eds) **Evaluation in Text**. Oxford: Oxford University Press.
- THOMPSON, G., Y HUNSTON, S. (2000). Evaluation: An Introduction. En: Thompson, G. y Hunston, S. (Eds.). **Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse**. p. 1-27. Oxford: Oxford University Press.
- WHEATON, A. (2017). Working Mothers: Assessing organizational attitudes, identity and social media presentations of motherhood (Tesis de Magíster). Portland: University of Portland Winnicott, D. W. (1960). The theory of the parent-infant relationship. **The International journal of psycho-analysis**, pp. 541-585.
- WODAK, R. (1996). **Disorders in Discourse**. London: Longman.
- WODAK, R. Y MEYER, M. (2016). **Methods of critical discourse studies**. Los Ángeles y Londres: Sage.
- YOPO DÍAZ, M. (2016). Enacting motherhood: time and social change in Chile. **Journal of Gender Studies** 27(4) pp. 411-427.

ESTUDIOS DEL DISCURSO Y PRÁCTICAS DE MINORIZACIÓN: EL ENFOQUE CRÍTICO COMO PRÁCTICA DOCENTE E INVESTIGATIVA

Carolina Pérez-Arredondo¹

Introducción

Los movimientos sociales y el activismo en Latinoamérica abarcan una prolongada tradición debido a que han sido catalizadores de cambios sociales radicales y de gran relevancia tanto a nivel local como regional. Ha sido a través de esta acción colectiva que se han visibilizado luchas y demandas sociales intersectadas por significaciones de género, raza y clase, entre otras, las cuales han revelado esas *no realidades* que han sido silenciadas y marginalizadas de las estructuras y discursos hegemónicos (Sousa Santos, 2006, p. 107). Estas estructuras y discursos hegemónicos están fundados en un pasado colonial sistemáticamente suprimido, que incluye dominación política, procesos de desterritorialización y genocidio. Este pasado y las características sociopolíticas, culturales y económicas de la región nos permiten, como analistas críticas del discurso latinoamericanas, repensar nuestra “posición compleja y privilegiada” en relación al estudio de fenómenos sociales complejos y la marginalización arbitraria de ciertas realidades, conocimientos, grupos y comunidades (Resende, 2018, p. 34).

Durante los últimos años he intentado relevar estos aspectos en la investigación que he realizado en torno a los discursos (contra-)hegemónicos sobre el movimiento estudiantil chileno

¹ Instituto de Ciencias de la Educación. Universidad de O'Higgins, Chile.

(Pérez-Arredondo, 2016; 2019) y la revuelta social (Pérez-Arredondo & Cárdenas, 2021; Pérez-Arredondo & Cárcamo, 2023), el trabajo doméstico (Pérez-Arredondo, 2014; 2017), la violencia de género online (Pérez-Arredondo & Graells-Garrido, 2021), y actualmente sobre lenguaje, identidad e interculturalidad (Pérez-Arredondo et al., en prensa; Pérez-Arredondo, 2022). Como investigadora me posiciono en el marco de los Estudios Críticos del Discursos, paradigma que involucra la incorporación del componente crítico en la examinación de relaciones interpersonales y la construcción del conocimiento en discursos hegemónicos. Particularmente, analizo aquellas prácticas sustentadas en abusos de poder sistemáticos que normalizan la exclusión, los prejuicios y estereotipos contra ciertos actores o grupos minorizados en el país.

En este capítulo, explico por qué es importante realizar estudios de discurso desde una perspectiva crítica e interseccional y las motivaciones que han dirigido mi investigación. Para este fin, el capítulo incluye una descripción de mi posicionamiento teórico y metodológico, el cual surge desde la escuela anglosajona de los estudios críticos del discurso (inspirados en el trabajo de Ruth Wodak y Norman Fairclough, principalmente), y una explicación de la importancia de estudiar el discurso en la contemporaneidad a partir del análisis de dos fenómenos sociales complejos que nos afectan actualmente como sociedad: el auge de la normalización desvergonzada (Wodak, 2020) y la relación entre educación e inmigración. Para concluir, esbozo los desafíos más importantes que, desde mi criterio, enfrentamos como analistas críticas del discurso latinoamericanas en la actualidad.

Los estudios críticos del discurso desde la escuela anglosajona

En Latinoamérica se pueden identificar cuatro grandes líneas de investigación del análisis del discurso desde la formación de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED) en 1995. Según Bolívar (2015, p. 14), las líneas corresponden a: 1) el estudio del lenguaje *en uso* en textos y contextos específicos, en

donde se privilegia el análisis micro manual o computacional de textos escritos (ej., gramática, semántica, argumentación); 2) el estudio de las interacciones habladas o escritas en contextos situados y la identificación de patrones en la construcción de identidades; 3) el estudio sobre cómo las personas construyen y representan la realidad y el conocimiento a través de representaciones sociales; y 4) el estudio macro de patrones asimétricos ideológicos, sociales y/o culturales en donde hay un énfasis claro por la semiótica discursiva y/o multimodal.

Considerando este marco, mi investigación se posiciona en las últimas dos líneas, en donde se destaca un interés común por develar ideologías y relaciones de poder a través del análisis transparente, sistemático y exhaustivo de textos (multi)modales. En este sentido, los Estudios Críticos del Discurso (ECD, en adelante) se pueden entender como una escuela o paradigma de investigación en donde el foco está en el “análisis, comprensión y explicación de fenómenos sociales que son necesariamente complejos y, por tanto, requieren de un enfoque multidisciplinar y multi-metodológico” (Wodak & Meyer, 2016, p. 2). Por tanto, se desprende que los ECD no son *un método* de análisis de textos multimodales, sino más bien un posicionamiento teórico y metodológico que nos permite explorar eclécticamente distintos fenómenos sociales a través de teorías, métodos y prácticas investigativas específicas a nuestras preguntas de investigación (van Dijk, 2013).

Esta heterogeneidad metodológica y teórica promueve distintas conceptualizaciones de términos claves que definen los ECD, las cuales generan debates constantes (y confusiones) sobre nuestra práctica investigativa (Wodak & Meyer, 2016). Sin embargo, pareciera haber un consenso en entender el discurso como una “práctica social” en donde se destaca “la relación dialéctica entre un evento discursivo en particular y la(s) situación(es), institución(es) y estructura(s) social(es) que determinan dicho evento (...) por tanto, el discurso es socialmente constitutivo, así como también socialmente condicionado”

(Fairclough & Wodak, 1997, p. 258). Esta conceptualización permite entender el discurso como un constructo abierto a la transformación, lo cual afecta la manera en que ciertas prácticas sociales se llevan a cabo. Por tanto, nos permite también explorar cadenas de recontextualización para entender cómo el conocimiento y la realidad se transforman al interactuar con distintos actores, contextos, tiempo y procesos de legitimación (van Leeuwen, 2018).

El enfoque crítico que caracteriza a los ECD está marcado por el interés en develar relaciones asimétricas de *poder*. Para los y las analistas del discurso, el poder está “integrado *en* y transmitido *por* discursos” y se entiende “en términos de control”, según lo cual una de las partes ejerce control sobre otra (van Dijk, 2008, p. 9). Esta definición permite examinar el rol central del poder en su implementación en la sociedad (Wodak & Meyer, 2016) y cómo el (abuso de) poder es ejercido, negociado, determinado y (re)producido discursivamente por el acceso de actores sociales en la esfera pública (Fairclough et al., 2011; van Dijk, 2006a). En este sentido, las ideologías o “sistemas de creencias” (van Dijk, 2006b, p. 116) y el poder van de la mano, ya que sostienen convenciones y supuestos ideológicos que no solo “determinan ciertas prácticas sociales, sino que también legitiman relaciones sociales y de poder existentes debido a la recurrencia de la familiaridad y su normalización” (Fairclough, 2015, p. 2). Considerando lo anterior, para la escuela anglosajona el lenguaje es la máxima realización de la ideología debido a su naturaleza social. Asimismo, el lenguaje está enraizado y es constitutivo de la forma en que percibimos la realidad bajo una organización compleja y esquemática de nuestras representaciones y actitudes en relación con nuestro contexto social.

Si bien los conceptos de ideología y poder distinguen a los ECD de los Estudios del Discurso en general, el concepto de *crítica* es particularmente relevante en las prácticas investigativas de las y los analistas críticos del discurso. Según Reisigl (2017, p. 50), hay tres grandes fuentes de inspiración que colaboran en la conceptualización de *crítica* en los ECD: 1) la Escuela de Frankfurt,

cuyo fin es resistir y desafiar el abuso de poder e ideologías que promueven la opresión y desigualdad social a través de la autoreflexión; 2) el trabajo de Michael Foucault (ej., 1972), que entiende la crítica como un posicionamiento del analista para cuestionar la normalización de relaciones interpersonales, sociales, e institucionales; y 3) el trabajo de Jürgen Habermas y su conceptualización de ética discursiva, en donde evidencia que es a través de la “idealización de la interacción diaria” que podemos analizar e interpretar lo que existe y repensar nuestras prácticas hacia lo que “deberían ser” (Forchtner, 2010, pp. 32-33).

El componente crítico de los ECD es esencial para la tarea investigativa del analista, y consiste en una reflexión continua y exhaustiva de nuestras actitudes, suposiciones y prácticas que pueden influenciar nuestra investigación. Sobre esto, Martin y Wodak (2003, p. 6) postulan que ser crítico no se trata de criticar ni de hacer juicios de valor con respecto a un fenómeno social, sino que de “tomar distancia de los datos, entenderlos desde lo social, explicitar la postura política, y enfocarse en la autorreflexión al hacer investigación”. Esto no quiere decir que las y los analistas críticos del discurso no poseen sesgos en relación con un fenómeno en particular: ser miembros de una sociedad inevitablemente afecta nuestras actitudes en torno a ciertos grupos y contextos específicos que restringen o promueven ciertas expectativas o propósitos de acuerdo con el evento comunicativo en cuestión. Asimismo, aspectos de nuestra identidad (ej., sexo, raza, clase social, religión, etc.) son cruciales en cómo interpretamos prácticas sociales e individuos en nuestro entorno, y los discursos a los que estamos expuestos pueden ser limitantes en nuestro propio accionar e interpretación (Baker et al., 2013; ver también Foucault, 1972). Por lo tanto, si bien los ECD evitan activamente hablar de “neutralidad científica” para favorecer el cambio social del fenómeno estudiado (van Dijk, 2008, p. 7), esto no quiere decir que los ECD sean menos rigurosos. La triangulación de datos, la autoreflexión teórica y metodológica, y el enfoque inter- y multidisciplinario de nuestra práctica investigativa son requerimientos esenciales en el estudio

para revelar inconsistencias o paradojas en la estructura interna del texto y/o de los discursos (Wodak & Meyer, 2016; ver también van Dijk, 2008; van Leeuwen, 2018).

Estos tres conceptos (poder, ideología y crítica) caracterizan fuertemente a un analista crítico del discurso. La preocupación principal tiende a ser el abuso de poder y cómo grupos dominantes reclaman y mantienen ese control sobre otros. Si bien es posible adoptar cualquier posicionamiento, es extraño encontrar analistas que argumentan a favor de, por ejemplo, la desinformación, la violación de los derechos humanos en protestas sociales, o la marginalización de grupos minorizados en la esfera pública. Quizás por eso pareciera ser que los ECD son realizados por analistas que se inclinan hacia la izquierda del espectro político (Baker et al., 2013). También existe un compromiso constante en el ejercicio de cambios sociales en el contexto/comunidad estudiados. Así, van Dijk (2008, p. 6) menciona una lista de criterios que las y los analistas críticos de discursos debiesen cumplir en el estudio de grupos dominados y/o minorizados:

[1] las relaciones de poder son estudiadas principalmente desde la perspectiva de, y bajo los intereses de, el grupo dominado; [2] las experiencias de (los miembros de) los grupos dominados también son incluidos como evidencia para evaluar los discursos dominantes; [3] se puede demostrar que las acciones discursivas del grupo dominante son ilegítimas; [4] se pueden formular alternativas viables a los discursos dominantes que son consistentes con los intereses de los grupos dominados.

Es de esperar, por tanto, que las motivaciones de las y los analistas críticos del discurso sean variadas. En algunos casos es anecdótica. Por ejemplo, mi interés por el movimiento estudiantil en Chile surge por una discusión con mi abuelo, quien me trató de anarquista al enterarse de que había participado en una protesta estudiantil que consistía en correr alrededor del Palacio de La Moneda por 1.800 horas, cifra que aludía a la cantidad de inversión

necesaria para garantizar una educación pública y gratuita en el país. Su argumento era que en la televisión solo mostraban desmanes y violencia y que *obviamente* estaba corriendo porque *intentaba escapar* de la policía. Esto me hizo advertir la limitada oferta noticiosa en el país, mayoritariamente controlada por una elite conservadora (Romero Lizama, 2020), que tiende hacia la criminalización de la protesta social y la juventud. En otros casos, las motivaciones están influenciadas por historias de vida o por la propia práctica docente y/o laboral, tal como han relevado autoras chilenas y latinoamericanas como Teresa Oteíza, Mariana Achugar y Julia Zullo, entre otras, en el podcast *Discursos Sacan Discursos*, desarrollado junto a Camila Cárdenas Neira (quien también participa de este libro).

Como nuestras motivaciones son variadas, también hay una tendencia a explorar distintas problemáticas cuyo factor en común es el abuso de poder. A continuación, examino brevemente dos fenómenos sociales que son particularmente relevantes en el Chile actual, los cuales debiesen interpelarnos como analistas críticos del discurso.

¿Qué nos revela el estudio crítico del discurso?

Como se mencionó anteriormente, los ECD cumplen un rol importante en cómo se construyen y legitiman actores y prácticas sociales que componen nuestra realidad, así como también permiten develar cómo se resiste y desafía dicha normalización. Según van Leeuwen (2018, p. 141), la validez de los ECD como paradigma teórico y metodológico consiste en tres supuestos: 1) los ECD dan cuenta sobre cómo se construye, interpreta y evalúa la realidad de forma indiscutible; 2) los ECD tienen un impacto en la cognición de las personas, afectando cómo categorizan e interpretan su entorno; y 3) que los resultados obtenidos de los ECD dan evidencia para poder evaluar críticamente dichas representaciones sociales.

A continuación, presento brevemente dos estudios de caso que pretenden evidenciar las características de los ECD en el contexto chileno bajo el paradigma propuesto por la escuela anglosajona (Reisigl & Wodak, 2001; 2016).

Construcción, legitimación y distribución del conocimiento: Hacia la normalización desvergonzada

Durante los últimos años, hemos podido ser testigos del auge de la retórica populista de extrema derecha tanto en Europa, Estados Unidos y Latinoamérica. El fortalecimiento de estos grupos políticos constituye una amenaza para los grupos minorizados (ej., inmigrantes y disidencias sexuales) y derechos sociales y sanitarios adquiridos como, por ejemplo, el aborto en Polonia y Estados Unidos. Las características principales de este tipo de retóricas incluyen el enaltecimiento del pasado y tradiciones (políticas, culturales y/o religiosas) nacionales como parte de una narrativa identitaria y la exageración de distintos temas políticos y fenómenos/crisis sociales actuales. Por ejemplo, hay algunos partidos políticos que enaltecen (ambivalentemente) un pasado fascista y/o dictatorial, o que construyen minorías étnicas o inmigrantes como amenazas contra la identidad nacional (Wodak, 2020, 2021).

Si bien existen populismos de partidos de izquierda y de derecha, hay características distintivas entre ambos. Dentro de las características de ideologías populistas de (extrema) derecha se encuentran 1) apelaciones al nacionalismo, nativismo e incluso anti-pluralismo; 2) una actitud antagónica en contra de las elites y el intelectualismo; 3) el autoritarismo; y 4) la protección de valores tradicionales y conservadores (Wodak, 2021, p. 178). Asimismo, construyen típicamente una dicotomía divisoria de las personas que viven en un territorio particular. Esto resulta en la comprensión de la sociedad como si estuviese compuesta por dos bloques opuestos: nosotros contra ellos, poderosos contra débiles, los buenos contra los malos, los trabajadores y aquellos que quieren todo gratis, etc. Esto conlleva al uso de *chivos expiatorios* como la

causa de los males que aquejan a *nuestro* grupo a través de distintos recursos discursivos, tales como metáforas para deshumanizar (INMIGRANTES SON ANIMALES; INMIGRANTES SON ENFERMEDADES) o encuadres para justificar medidas en contra de grupo extranjero (como los de GUERRA y CONFLICTO) (Hart, 2020), y falacias argumentativas (Wodak, 2020, 2021).

Estas características y estrategias son complementadas con lo que Wodak (2020) llama *normalización desvergonzada* (*shameless normalization*). Este concepto se refiere al comportamiento descortés y desvergonzado de políticos que trasgreden los límites de lo decible en la esfera política al referirse a temáticas complejas (o tabús). En este sentido, la autora (2020, p. 6) explica que “las normas y reglas tradicionales de la cultura política, de negociación y de deliberación son sobrepasadas con provocaciones continuas diseminadas a través de los medios de comunicación, y respaldadas por grupos conservadores y, por tanto, normalizadas” (ver también Wodak et al., 2021). Esta transformación de prácticas políticas discursivas se realiza a través de la escandalización estratégica, provocación continua y ambivalencia calculada (Wodak, 2020). Esta última se refiere al fenómeno de dos significados más o menos contradictorios en un solo enunciado, lo que no solo permite al hablante dirigirse a dos tipos de audiencias, sino que también le permite negar cualquier tipo de responsabilidad (i.e., “no era lo que quise decir”) (Wodak, 2021, p. 182).

Si extrapolamos estas características al contexto chileno, podemos identificar tres grandes chivos expiatorios en la retórica populista de derecha que son *homogeneizados* y *colectivizados* bajo el concepto de Octubrismo (en referencia al estallido social del 2019): el comunismo, los inmigrantes, y el pueblo Mapuche². Durante el

² La idea de una amenaza del comunismo es usualmente asociada a inmigrantes venezolanos, en donde incluso existe un neologismo para referirse a un escenario político, social y económico indeseable para el país por la influencia del régimen de Nicolás Maduro: Chilezuela (Saldaña & Rosenberg, 2020). En cuanto a la representación del pueblo Mapuche, el conflicto sociopolítico entre este y el

estallido social, el espacio público fue intervenido sistemáticamente por manifestantes pertenecientes a grupos históricamente marginalizados para expresar su malestar ante una falta de representatividad, afianzar la identidad colectiva, y protestar contra la desigualdad socioeconómica como resultado de la dictadura de Augusto Pinochet (1973-1990) (Cárdenas-Neira & Pérez-Arredondo, 2021). El estallido social fue seguido por el impacto de la pandemia COVID-19 (que incrementó la desigualdad y crisis política y económica del país), elecciones presidenciales entre (el ahora Presidente de la República) Gabriel Boric (Convergencia Social) y José Antonio Kast (Partido Republicano)³, y un proceso constituyente que buscaba la redacción de una nueva constitución a través de una Convención Constituyente que fue finalmente rechazada en Septiembre 2022 a través de un plebiscito obligatorio. A continuación, examino dos fenómenos asociados a los últimos dos ejemplos mencionados dentro de la política nacional reciente del país, para ejemplificar el tipo de evidencia que un análisis crítico del discurso puede develar.

Primero, me centraré brevemente en uno de los puntos más álgidos del debate presidencial entre los candidatos Boric y Kast: la solicitud de un test de drogas del candidato Kast al candidato Boric, y la entrega del resultado del test de este último (Canal 13, 2021). Este

Estado de Chile tiende a ser criminalizado y representado parcialmente por los medios de comunicación (Segovia et al., 2019). Cabe destacar que, durante el estallido social, se vio una reivindicación de este pueblo a través de distintas estrategias de reterritorialización en el espacio público (Cárdenas-Neira & Pérez-Arredondo, 2021).

³ Por un lado, el partido Convergencia Social define su misión y compromiso con “la consecución de una sociedad socialista, democrática, libertaria y feminista, a partir del fortalecimiento y profundización de la democracia económica, social e institucional” (2022, para. 1). Por otro lado, el Partido Republicano destaca distintos principios entre los cuales se encuentran la defensa de la “vida desde la concepción hasta la muerte natural”, la creencia en Dios, y la defensa y reivindicación de la Patria (2022, para 1). Según las características expuestas por Wodak (2020, 2021), este partido se podría clasificar dentro de la extrema derecha del espectro político.

evento discursivo es un perfecto ejemplo tanto del uso de la ambivalencia calculada como de la provocación constante característica de la retórica populista de (extrema) derecha. La pregunta realizada al candidato Kast requería una respuesta directa por parte de Boric sobre su programa de gobierno en relación con la penalización del consumo de drogas como la marihuana para frenar el avance del narcotráfico. La respuesta de Kast, sin embargo, desvía la pregunta para atacar a la autoridad (ej., la elite, un *ellos*) e interpelarlos a tener un cambio de actitud con respecto al tema. De esta forma, la respuesta se encuadra inmediatamente en la dicotomía *ellos* (permisivos y laxos al momento de proteger a las personas) y *nosotros* (mano dura contra el narcotráfico).

Después de este encuadre, la respuesta del candidato Kast apunta a su insistencia (instancias de *escandalización estratégica* y *provocación continua*) en la realización de un test de drogas, acusando al candidato Boric de “no haber acogido” su solicitud de realizárselo también, insistiendo en que “es un buen momento para que los dos digamos ‘vamos a hacernos un test de drogas de pelo para acreditar que ninguno de los dos consume’”. Esta interpelación consiste en una descortesía implicacional (Culpeper, 2011), ya que gatilla una implicatura conversacional negativa asociada a quien la recibe que no concuerda con el contexto o evento comunicativo. En otras palabras, José Antonio Kast sugiere que Gabriel Boric es un consumidor de drogas, replicando la misma actitud de las autoridades (la elite) ante el narcotráfico a través de un *topos de duda legítima* (Wodak, 2021). La premisa argumentativa, por tanto, se basa en que si Gabriel Boric no se realiza el test de drogas, es porque es drogadicto; pero si se lo hace, habrá evidencia científica de la acusación.

Asimismo, esta acusación se basa en estereotipos etarios y corporales, ya que generaciones mayores tienden a criminalizar los tatuajes en el cuerpo como indicadores de delincuencia y adicción, así como también a defender una mirada adultocéntrica que se niega a ver a la juventud como actor político. Esto cobra mayor relevancia considerando que Gabriel Boric entró a la palestra

política siendo un dirigente universitario durante las protestas estudiantiles (2011-2013) en Chile. Adicionalmente, esta alusión estereotipada a las personas tatuadas y que son indiferentes a protocolos tradicionales (como usar una corbata, por ejemplo), promueven la escandalización estratégica ya que sugiere que Gabriel Boric no se rige bajo los mismos valores tradicionales que la ciudadanía (deslegitimación moral, van Leeuwen, 2018). Así, se perpetúa la construcción de Gabriel Boric como una amenaza al buen vivir y las buenas costumbres.

La intervención concluye con Gabriel Boric mostrando el resultado de un test drogas realizado en una clínica privada, cuyos resultados son negativos. No obstante, una vez finalizado el debate, se cuestionó el resultado de la clínica en un intento de deslegitimar la evidencia presentada por el candidato Boric y mantener el *topos de legítima duda*. Si bien incluso la clínica rechazó el cuestionamiento a la integridad ética de la institución, el candidato José Antonio Kast comenzó a exigir otro test para respaldar el primero. Después de su derrota electoral, este candidato se convirtió en un vocero importante contra el proceso constituyente, por lo que este tipo de retórica fue constantemente televisada y diseminada en medios de comunicación (Pérez-Arredondo & Cárcamo, 2023).

La mediatización de la política juega un rol importante en cómo la ciudadanía se entera de procesos políticos que, de otra forma, son inaccesibles (Wodak, 2009). Sin embargo, los medios de comunicación en Chile están altamente monopolizados ideológicamente, lo que ha acrecentado la desconfianza transversal hacia estos (Mellado et al., 2021). Ante la crisis de legitimidad política que desencadenó el estallido social, se cuestionaron concepciones hegemónicas de lo deseable e indeseable en cuanto a las prácticas políticas (y de protesta), que complicó aún más la representación mediática del proceso constituyente como una práctica democrática e inclusiva para facilitar su comprensión entre la ciudadanía (Wodak, 2009). Por esta razón, se decidió examinar las estrategias discursivas utilizadas en la representación mediática del proceso constituyente en la prensa nacional (145 medios con presencia digital

en redes sociales) desde su elección hasta el término de la presidencia de Elisa Loncón (Pérez-Arredondo & Cárcamo, 2023).

Los resultados sugieren que la cobertura mediática del proceso constituyente se sustenta en la dicotomía *ellos* (radicales de izquierda) *contra nosotros* (*chilenos y chilenas de centro*), en donde la convención carece de legitimidad al relevar las consecuencias perjudiciales que un cambio constitucional puede causar al país y a su gente. En este sentido, se vislumbran aspectos de ideologías de (extrema) derecha, en cuanto hay una constante advertencia de un futuro apocalíptico y peligroso ante la posible aprobación de una nueva constitución (cf. Wodak, 2021) a través de estrategias de encuadre específicas: espectáculo y pánico moral. Estas son legitimadas por el conglomerado político tradicional y conservador que advierte del peligro de un tercer conglomerado político sustentado por democracia directa. También se recurre a distintas falacias argumentativas para relevar analogías con el comunismo (ej., Chilezuela y referencias al gobierno de Nicolás Maduro), las cuales se enmarcan en un encuadre de colapso social. Asimismo, se evidencia un control casi absoluto de los medios tradicionales, ya que concentran la mayor cantidad de interacciones y reacciones en redes sociales y se mantienen constantemente entre los 25 primeros en generar contenidos virales (ej., 24 horas, La Tercera, Canal 13, entre otros). En este contexto, los medios digitales alternativos no logran viralizar sus contenidos ni generar mayor interacción con sus usuarios, lo cual limita el alcance de construcciones discursivas contrahegemónicas del proceso constituyente.

En ambos casos (la ambivalencia calculada por parte del candidato José Antonio Kast y la representación mediática del proceso constituyente), podemos reconocer un tipo de narrativa que intenta normalizar y legitimar prácticas sociales asociadas a la tradición y el *statu quo*. En el lapso de un año ha existido una tendencia hacia la exaltación del nacionalismo y la protección de valores conservadores que podrían explicar, en cierta medida, por qué la nueva propuesta de Constitución fue ampliamente

rechazada⁴. La amplia diseminación de estos mensajes sin mayor pluralismo en cuanto al acceso de información permite esta normalización desvergonzada de información sesgada y/o ambivalente. Como consecuencia, grupos que fueron cruciales a la hora de llamar a una nueva constitución (ej., colectivos feministas, movimientos indígenas y disidencias sexuales, entre otros) fueron sistemáticamente deslegitimados y negados como sujetos de derechos reconocidos en una constitución que atendía sus demandas históricas. Por tanto, ambos casos ejemplifican los tres supuestos definidos por van Leeuwen (2018): la visibilización y diseminación de ciertas representaciones de la realidad alineadas al *statu quo* y a valores tradicionales (en desmedro de aquellas representaciones que las resisten) puede tener en la cognición (y toma de decisiones) de la ciudadanía, permitiendo una evaluación crítica de la situación política nacional.

Inmigración, interculturalidad y educación en Chile

El racismo y la representación de la inmigración en discursos hegemónicos ha sido un objeto de estudio fundacional en los ECD. Estos temas son particularmente salientes en las Ciencias Sociales debido a la complejidad de abordarlos, razón por la cual Reisigl y Wodak (2001, 2016) sostienen la necesidad del trabajo interdisciplinar en la comprensión de estas divisiones sociales que son de carácter estratégico (Jiwani & Richardson, 2011; Ladegaard, 2013). En este contexto, el trabajo realizado por Teun van Dijk en los 1980s y 1990s es particularmente relevante al proponer un marco de análisis de prácticas discriminatorias que promueven y normalizan la marginalización de inmigrantes y/o actores sociales basados en su origen étnico o racial (ej., 1984, 1987, 1991, 1993). Estas prácticas se manifiestan cotidianamente a través de prácticas

⁴ La plurinacionalidad, el derecho al aborto, y la idea de que se eliminaría la propiedad privada fueron sindicadas como los tres grandes factores que condicionaron el rechazo a la propuesta constitucional generada por la Convención Constituyente (Bargsted & González, 2022).

sutiles en donde se posiciona al inmigrante como un *otro* (*negative other-representation*) a través de siete categorías: *dominación* (refiriéndose a las relaciones asimétricas de las y los involucrados); *diferenciación* (a través de estereotipos y prejuicios); *distanciación* (exclusión/expulsión física y/o simbólica); *difusión* (de estos prejuicios, estereotipos y/o prácticas en el espacio público); *distracción* (a través de generalizaciones falaces para presentarlos como chivos expiatorios); *despersonalización* o *destrucción* (a través de la justificación de prácticas discriminatorias basadas en una supuesta inferioridad); y la *discriminación cotidiana* (micro-prácticas que incluyen las anteriormente señaladas) (van Dijk, 1984, p. 40).

A pesar del trabajo exhaustivo desde la escuela anglosajona sobre estas temáticas, solo se comenzó a problematizar la envergadura de este fenómeno social en el país durante los últimos 20 años. En Chile, el trabajo sobre discriminación racial se había centrado principalmente en la discriminación hacia el pueblo Mapuche (Merino, 2007; Merino et al., 2008; Merino & Tocornal, 2012) y a estereotipos raciales y de género asociados al trabajo doméstico (Pérez-Arredondo, 2014; 2018). Por otro lado, los ECD sobre la representación de la inmigración han sido escasos quizás porque la crisis migratoria que atraviesa el país es relativamente reciente (cf. Ivanova & Jocelin-Almendras, 2022). Según el Instituto Nacional de Estadística (2022), hubo un incremento de la población migrante de un 14,1% entre el 2018 y el 2021, en donde las comunidades extranjeras con mayor presencia corresponden a personas de Venezuela (30%), Perú (16.6%) y Haití (12.2%).

A pesar del aumento sostenido de la población migrante, no se han logrado cambios pertinentes y efectivos en el discurso público para mitigar las situaciones de vulnerabilidad a las que están expuestos y que los convierte en objeto de prácticas discriminatorias (Pavez-Soto et al., 2019). En este contexto, la comunidad haitiana está aún más expuesta a estas prácticas debido a su color de piel y la barrera lingüística, debido a que se espera una rápida asimilación cultural (Pavez-Soto et al., 2019; Sumonte et al., 2018). Esta situación es particularmente preocupante en escuelas del sistema público

chileno, el cual está diseñado para promover una lógica monocultural y occidental (Quilaqueo & Quintriqueo, 2010). A través de este tipo de prácticas institucionales y pedagógicas se construye un discurso que marginaliza grupos minorizados y legitima el *conocimiento* [y lenguaje] *oficial* de la mayoría (Apple, 1993). Por lo tanto, la incorporación de estudiantes extranjeros al sistema educacional público en Chile es, inherentemente, un problema social complejo sustentado en relaciones asimétricas de poder (interceptado por factores raciales, lingüísticos, culturales, de clase y de género) y factores ideológicos centrados en la valoración lingüística que inciden en actitudes negativas ante otros idiomas por ser percibidos como una amenaza a la identidad nacional (ej., Wodak, 2020).

Esta valoración lingüística es ineludiblemente un componente ideológico que influye en el debate educacional sobre la enseñanza de lenguas extranjeras, en línea con la mercantilización de la educación. Esta lógica comercial y neoliberal ha promovido valores como la competencia y la eficiencia, en donde el inglés es indispensable como indicador de estatus social (y económico) (Martín Rojo & del Precio, 2019). La construcción de estas narrativas se normaliza y mantiene a través de, por ejemplo, metáforas conceptuales como APRENDER ES UNA COMPETENCIA, EDUCACIÓN ES UN BIEN, y LA VIDA ES UNA CARRERA (Pérez-Arredondo & Bernales-Carrasco, 2022). En el contexto nacional, se identifica que estas narrativas utilitarias en torno a la enseñanza y el aprendizaje de lenguas extranjeras e indígenas presentan desafíos adicionales a la ya compleja y estática interacción entre culturas y lenguajes en contextos educacionales multiculturales (Pérez et al., en prensa; Calderón & Pérez-Arredondo, 2023).

Para poder identificar los discursos asociados a la interculturalidad en la sala de clases, se examinó el Programa Nacional Migrante (PNM, en adelante) cuyo objetivo es facilitar y promover relaciones interculturales con y para estudiantes extranjeros en el sistema educativo (Pérez-Arredondo et al., en prensa). Un análisis crítico del discurso asistido por metodologías de la lingüística de corpus reveló que el PNM adopta un enfoque

funcional de la interculturalidad, en el que se acepta y tolera la coexistencia de diferentes culturas, pero que no supone cambios significativos en el sistema (Walsh, 2010). Una de las estrategias discursivas más comunes en el documento corresponde a la colectivización y homogeneización de estudiantes extranjeros, favoreciendo la construcción de una normalidad homogénea; es decir, una promoción de prácticas inclusivas que normalizan la estigmatización de ser y/o parecer un otro (ver también Pavez-Soto y Galaz-Valderrama, 2018). A través de esta homogeneización, las prácticas docentes e institucionales sugeridas resultan insuficientes para abordar las barreras socioeconómicas, culturales, tecnológicas y lingüísticas que surgen en los contextos educativos multiculturales. Este resultado se aleja del concepto interculturalidad crítica de Catherine Walsh (2010, p. 4), quien argumenta que la representación y diferenciación del *Otro* “se construye dentro de una estructura y matriz colonial de poder racializado y jerarquizado, con los blancos y “blanqueados” en la cima y los pueblos indígenas y afrodescendientes en los peldaños inferiores”. Por ende, una interculturalidad crítica debiese presentarse como un proyecto bidireccional surgido desde los actores sociales y educativos y que pueda ejercer cambios estructurales en el discurso pedagógico (Giroux et al., 2020).

Si bien es importante examinar el discurso hegemónico que determina cómo entender la interculturalidad en contextos educativos multiculturales, también es importante comprender la experiencia de este grupo en dichos contextos. La discriminación racial y la construcción de la inmigración en el discurso político es ampliamente abarcada en la escuela anglosajona, aunque existen pocos estudios que examinen las dinámicas complejas y multifacéticas de la inmigración experimentada *por* inmigrantes y quienes buscan su integración (cf. Catalano et al., 2016). Ante esto, se examinó cómo padres haitianos y profesoras de inglés construyen, negocian y resignifican la identidad del estudiante

haitiano a través de entrevistas semi-estructuradas⁵ (Pérez-Arredondo, 2022).

Las estrategias discursivas más comunes en ambos grupos fueron *macro-estrategias constructivas*, esto es, el uso de recursos lingüísticos y discursivos para construir y/o establecer la idea de una identidad nacional promoviendo la unidad, unificación y solidaridad (Wodak et al., 2009). Sin embargo, estas se ocuparon con propósitos distintos. Por un lado, los padres haitianos las ocupaban para reforzar la identidad del grupo propio de inmigrantes (in-group), tanto haitianos como de otras nacionalidades. Por otro lado, las profesoras utilizaban estas estrategias para homogenizar a las y los estudiantes extranjeros y las condiciones socioeconómicas precarias a las que se ven expuestos (*estrategias de asimilación*). La segunda estrategia más común fue utilizada por padres haitianos con la finalidad de justificar sus razones para emigrar y construir su identidad de grupo (in-group) (*estrategias de justificación*). Estas eran complementadas con *estrategias de asimilación* a través del uso de geónimos y metáforas conceptuales tales como INMIGRACIÓN ES GUERRA, INMIGRACIÓN ES VIAJE, LA VIDA ES LUCHA, y LENGUAJE ES UN BIEN.

Lo más notorio de este estudio de caso es el rol de factores interseccionales en las narrativas de los y las participantes. En el caso de padres haitianos, la discriminación racial, legal y de clase eran resaltadas en sus testimonios mientras que estos mismos factores eran minimizados para describir las experiencias de sus hijos e hijas en la escuela (*estrategias de perspectivización*, Reisigl & Wodak, 2001). En este sentido, evalúan positivamente el rol de la escuela y de los profesores en la integración de sus hijos(as) en la comunidad escolar. En el caso de las profesoras, ellas resaltan la precariedad económica a la cual están sujetos todos sus estudiantes, independiente de su nacionalidad, homogeneizando la experiencia

⁵ Este estudio de caso se desprende del proyecto de investigación Fondecyt de Iniciación 11200041 (2020-2023) financiado por la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID).

educativa de sus estudiantes y suprimiendo diferencias culturales y raciales (*estrategias de mitigación*).

En ambos casos, se evidencian dinámicas asimétricas que influyen en el tipo de interacción entre la escuela, la esfera privada y la experiencia migrante. La PNM no problematiza la situación de estudiantes extranjeros de forma crítica ni interseccional, limitando efectivamente las estrategias de docentes en el aula. Asimismo, ante la falta de herramientas (y recursos estructurales y materiales de sus escuelas), estos profesores tienden a homogenizar a sus estudiantes extranjeros para facilitar la dinámica grupal. Esto, inevitablemente, marginaliza las experiencias particulares de aquellos estudiantes con barreras lingüísticas y que pueden estar sujetos a discriminación racial o étnica. Finalmente, la experiencia de los padres y las expectativas sobre la educación de sus hijos e hijas constituye un factor relevante para entender el desempeño de estos estudiantes en la escuela y los obstáculos a los que se enfrentan.

Comentarios finales: ¿Por qué es importante estudiar el discurso desde una mirada crítica en la contemporaneidad?

Uno de los objetivos centrales de este libro es responder por qué es importante estudiar el discurso en la contemporaneidad. A través de dos fenómenos sociales, he argumentado la necesidad de estudiar el discurso *desde una mirada crítica*, debido al giro internacional hacia discursos que oprimen, marginalizan y normalizan prácticas discriminatorias hacia grupos minorizados, consolidando la concentración y el abuso del poder en aquellos que tienen acceso al discurso público. En este contexto sociopolítico, en donde no solo derechos básicos se ven amenazados y coartados, sino que también libertades colectivas e individuales, es imperativo relevar el componente crítico en el análisis del discurso para contribuir a cambios en la sociedad desde nuestros espacios académicos y docentes.

En esta misma línea, los ECD también resultan indispensables en la formación y desarrollo del pensamiento crítico en nuestros

estudiantes y lectores. La transparencia de nuestros métodos, posicionamientos teóricos y fenómenos sociales que analizamos no solo nos permiten replicar estudios en otros contextos, sino que también validar este tipo de análisis como pertinente y riguroso (y no anecdótico). Esto, indudablemente, nos demanda una autorreflexión constante sobre nuestra práctica docente e investigativa, en cuanto a qué tipo de conocimientos damos visibilización, cuáles marginamos desde nuestra posición de poder, y también a quiénes lo transmitimos (Resende, 2018). Es importante destacar, sin embargo, que esto también implica descolonizar nuestras prácticas y discursos, ya que no somos salvadores ni salvadoras de las comunidades que estudiamos, sino que el medio por el cual grupos minorizados ocupan nuestro espacio de privilegio para visibilizarse.

Si mantenemos los resultados de nuestras investigaciones dentro de la academia, sin involucrar a las comunidades que estudiamos, es muy difícil atenuar el sentimiento anti-intelectual del cual dependen discursos populistas de (extrema) derecha. Esto es particularmente relevante: si no involucramos activamente las voces de quienes decimos representar y/o visibilizar, caemos en la normalización de estructuras y prácticas discursivas coloniales sustentadas en el abuso de poder que intentamos abolir. Al final de cuentas, la polarización de discursos se sustenta, muchas veces, en el miedo a lo desconocido (Wodak, 2020). Por tanto, es necesario juzgar las opiniones de la misma forma en que se juzgan las acciones en razón de si son dañinas o no, ya que “la principal justificación de la crítica social no es la igualdad ni la libertad de expresión, sino que la existencia del sufrimiento” (van Leeuwen, 2018, p.150).

Referencias

APPLE, M. (1993). The politics of official knowledge: Does a national curriculum make sense? *Discourse: Studies in the cultural politics of education*, 14(1), 1–16.

- BAKER, P., GABRIELATOS, C., & MCENERY, T. (2013). **Discourse analysis and media attitudes: The representation of Islam in British newspapers**. Cambridge University Press.
- BARGSTED, M., & GONZÁLEZ, A. (2022, septiembre 13). ¿Pesó la desinformación en el Rechazo? Una respuesta estadística. **CIPER**. shorturl.at/dLQZ6
- BOLÍVAR, A. (2015). Crítica y construcción de teoría en el análisis del discurso latinoamericano. En D. García da Silva & M. L. Pardo (Eds.), **Pasado, presente y futuro de los Estudios de Discurso en América Latina** (pp. 10-27). Universidad de Brasilia.
- CALDERÓN, M. & PÉREZ-ARREDONDO, C. (2023). Conceptualizaciones y representaciones sobre identidad e interculturalidad en las políticas públicas y educativas sobre pueblos originarios y migrantes en Chile: Una mirada desde la enseñanza del lenguaje. *Lenguas Modernas*, 61,53-7.
- CANAL 13. (2021, diciembre 14). **Boric muestra Test de drogas. Debate Presidencial 2021**, Canal 13 [Video]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=w_gheR62vQ0
- CÁRDENAS-NEIRA, C., & PÉREZ-ARREDONDO, C. (2021). Prácticas discursivas insurgentes y ocupación de espacios urbanos. Análisis de los paisajes semióticos creados en dos ciudades de Chile durante la revuelta social (2019-2020). *Bulletin of Spanish Studies*, 98(7), 1165-1190.
- CATALANO, T., FOX, J., & VANDEYAR, S. (2016). Being “in a Limbo”: Perceptions of immigration, identity and adaptation of immigrant students in South Africa and the United States. *Journal of Language, Identity & Education*, 15(3), 137-150.
- CONVERGENCIA SOCIAL. (2022, octubre). **Principios**. Convergencia Social. <https://convergenciasocial.cl/>
- CULPEPER, J. (2011). **Impoliteness: Using Language to Cause Offence**. Cambridge University Press.
- ENGEL, J., & WODAK, R. (2013). “Calculated ambivalence” and Holocaust denial in Austria. En R. Wodak & J. E. Richardson (Eds.), **Analysing fascist discourse: European fascism in talk and text** (pp. 73-96). Routledge.

- FAIRCLOUGH, N. (2015). **Language and power** (3a ed.). Routledge.
- FAIRCLOUGH, N., & WODAK, R. (1997). Critical discourse analysis. En T. van Dijk (Ed.), **Discourse as social interaction** (pp. 258-284). Sage.
- FAIRCLOUGH, N., MULDERRIG, J., & WODAK, R. (2011). Critical discourse analysis. In T. van Dijk (Ed.), **Discourse studies: A multidisciplinary introduction** (2nd ed., 357-378). Sage.
- FORCHTNER, B. (2010). Jürgen Habermas' language philosophy and the critical study of language. **Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines**, 4(1), 18-37.
- FOUCAULT, M. (1972). **The archaeology of knowledge**. Tavistock.
- GIROUX, H., RIVERA-VARGAS, P., & PASSERON, E. (2020). Pedagogía pandémica: Reproducción funcional o educación antihegemónica. **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**, 9(3), 1-7.
- HART, C. (2020). Animals vs armies: Resistance to extreme metaphors in anti-immigration discourse. **Journal of Language and Politics**, 20(2), 226-253.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. (2022). Informe de resultados de la estimación de personas extranjeras residentes en Chile al 31 de diciembre de 2021. Servicio Nacional de Migraciones, Ministerio del Interior y Seguridad Pública. shorturl.at/ctxAL
- IVANOVA, A., & JOCELIN-ALMENDRAS, J. (2022). Representations of (im)migrants in Chilean local press headlines: A case study of El Austral Temuco. **Journal of International Migration and Integration**, 23(1), pages 227-242.
- JIWANI, Y., & RICHARDSON, J. (2011). Discourse, ethnicity and racism. En T. van Dijk (Ed.), **Discourse Studies: A multidisciplinary introduction** (pp. 241-262). Sage.
- LADEGAARD, H. (2013). Demonising the cultural Other: Legitimising dehumanisation of foreign helpers in the Hong Kong press. **Discourse, Context and Media**, 2, 131-140.

- MARTÍN ROJO, L., & DEL PERCIO, A. (Eds.) (2019). **Language and neoliberal governmentality**. Routledge.
- MARTIN, J. R., & WODAK, R. (Eds.) (2003). **Re/reading the past: Critical and functional perspectives on time and value**. John Benjamins Publishing Company.
- MELLADO, C., CÁRCAMO-ULLOA, L., ALFARO, A., INAI, D., & ISBEJ, J. (2021). Fuentes informativas en tiempos de Covid-19: Cómo los medios en Chile narraron la pandemia a través de sus redes sociales. **El Profesional de la Información**, 30(4).
- MERINO, M. E. (2007). El discurso de la discriminación percibida en Mapuches de Chile. **Discurso & Sociedad**, 1(4), 604-622.
- MERINO, M. E., & TOCORNAL, X. (2012). Posicionamientos discursivos en la construcción de identidad étnica en adolescentes mapuches de Temuco y Santiago. **Signos**, 45(79), 154-175.
- MERINO, M. E., QUILAQUEO, D., & SAIZ, J. L. (2008). Una tipología del discurso de discriminación percibida en mapuches de Chile. **Revista Signos**, 41(67), 279-297.
- PARTIDO REPUBLICANO. (2022, octubre). **Sobre nosotros**. Partido Republicano de Chile. <https://partidorepublicanodechile.cl/>
- PAVEZ-SOTO, I., & GALAZ-VALDERRAMA, C. (2018). Hijas e hijos de migrantes en Chile: Derechos desde una perspectiva de inclusión social. **Diálogo Andino**, 57, 73-86.
- PAVEZ-SOTO, I., ORTIZ-LOPEZ, J. E., SEPÚLVEDA, N., JARA, P., & OLGUÍN, C. (2019). Racialización de la niñez migrante haitiana en escuelas de Chile. **Interciencia**, 44(7), 414-420.
- PÉREZ-ARREDONDO, C. & CÁRCAMO, L. (2023). Representaciones mediáticas del proceso constituyente chileno en Facebook. **Manuscrito enviado para su revisión**.
- PÉREZ-ARREDONDO, C. & CÁRDENAS-NEIRA, C. (2021). "The rapist is you": Semiotics and regional recontextualizations of the feminist protest 'A rapist in your way' in Latin America. **Critical Discourse Studies**, 19(5), 485-501.
- PÉREZ-ARREDONDO, C. & GRAELLS-GARRIDO, E. (2021). Twitter and Abortion: Online hate against pro-choice female

politicians in Chile. **Journal of Language Aggression and Conflict**, 9(1), 127-154.

PÉREZ-ARREDONDO, C. (2014). La evolución de la construcción discursiva de las trabajadoras domésticas en Chile: Una combinación de análisis crítico del discurso y lingüística de corpus. **Discurso & Sociedad**, 8(4), 705-733.

PÉREZ-ARREDONDO, C. (2016). La representación visual del movimiento estudiantil chileno en la prensa establecida y alternativa nacional: Un análisis multimodal. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, 30, 5-26.

PÉREZ-ARREDONDO, C. (2017). (Contra)Racismo diario y la invisibilización del mestizaje: Análisis de Anita Tijoux y su construcción como “cara de nana” en la blogósfera de un periódico chileno. En T. Hoff y D. Martínez (Eds.), **Discursos mediáticos sobre la diferencia en América Latina y Caribe** (pp. 111-126). L’Institut de la Comunicació de la Universitat Autònoma de Barcelona.

PÉREZ-ARREDONDO, C. (2019). Motives and social actor positioning: The representation of the Chilean student movement in the national press. **Communication & Society**, 32(4), 239-255.

PÉREZ-ARREDONDO, C. (2022, July 6-8). **An intersectional approach to the discursive construction of identity in multicultural educational contexts: The case of the Haitian community in the public school system in Chile** [Presentación en conferencia]. 9th CADAAD 2022, Bergamo, Italia.

PÉREZ-ARREDONDO, C., & BERNALES-CARRASCO, A. (2022). Parent and teacher perceptions of gradeless assessment and its relationship with education commodification: A case study. **Revista Educación**, 46(1), 1-15.

PÉREZ-ARREDONDO, C., CALDERÓN-LÓPEZ, M. & ARENAS-TORRES, F. (en prensa). Conceptualizations and enactments of precariousness and interculturality in multicultural schools and educational policies in Chile. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*.

- QUILAQUEO, D., & QUINTRIQUEO, S. (2010). Saberes educativos mapuches: Un análisis desde la perspectiva de los kimches. **Polis. Revista Latinoamericana**, (26), 1-21.
- REISIGL, M. (2017). The Discourse-Historical Approach. En J. Flowerdew & J. Richardson (Eds.), **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies** (pp. 44-59). Routledge.
- REISIGL, M., & WODAK, R. (2001). **Discourse and discrimination: Rhetorics of racism and antisemitism**. Routledge.
- REISIGL, M., & WODAK, R. (2016). The Discourse-Historical Approach (DHA). En R. Wodak & M. Meyer (Eds.), **Methods of Critical Discourse Studies** (pp. 23-61). Sage.
- RESENDE, V. (2018). Decolonizing critical discourse studies: For a Latin American perspective. **Critical Discourse Studies**, 18(1), 26-42.
- ROMERO LIZAMA, P. (2020). Discurso, ideología y medios: El periodismo de libre mercado en Chile. **Question/Cuestión**, 1(65), 1-17.
- SALDAÑA, M., & ROSENBERG, A. (2020). I don't want you to be my President! Incivility and media bias during the presidential election in Chile. **Social Media + Society**, 6(4), 1-11.
- SEGOVIA, P., OSORIO, F., AILLON., M., & BASUALTO, O. (2019). La construcción discursiva del acontecimiento "quema de iglesias" en el marco del conflicto mapuche: Una mirada desde el análisis del discurso. **Boletín de Filología**, 54(2), 319-349.
- SOUSA SANTOS, B. (2006). **A gramática do tempo: Para uma nova cultura política**. Afrontamento.
- SUMONTE, V., SANHUEZA, S., FRIZ, M., & MORALES, K. (2018). Inmersión lingüística de comunidades haitianas en Chile: Aportes para el desarrollo de un modelo comunicativo intercultural. **Papeles de Trabajo: Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural**, 35, 68-79.
- VAN DIJK, T. (1984). **Prejudice in discourse**. John Benjamins Publishing Company.
- VAN DIJK, T. (1987). *Communicating racism: Ethnic prejudice in thought and talk*. Sage.
- VAN DIJK, T. (1991). **Racism and the press**. Routledge.

- VAN DIJK, T. (1993). **Elite discourse and racism**. Sage Publications.
- VAN DIJK, T. (2006a). Discourse and manipulation. **Discourse & Society**, 17(3), 359-383.
- VAN DIJK, T. (2006b). Ideology and discourse analysis. **Journal of Political Ideologies**, 11(2), 115-140.
- VAN DIJK, T. (2008). **Discourse and power**. Gedisa.
- VAN DIJK, T. (2013). CDA is NOT a method of critical discourse analysis. *EDISO Debate – Asociación de Estudios Sobre Discurso y Sociedad*. www.edisportal.org/debate/115-cda-not-method-critical-discourse-analysis
- VAN LEEUWEN, T. (2018). Moral evaluation in critical discourse analysis. **Critical Discourse Studies**, 15(2), 140-153.
- WALSH, C. (2010). Interculturalidad crítica y educación intercultural. In J. Viaña, L. Tapia & C. Walsh (Eds.), **Construyendo interculturalidad crítica** (pp. 75-96). Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello.
- WODAK, R. (2009). **The discourse of politics in action: Politics as usual**. Palgrave Macmillan.
- WODAK, R. (2020). **The politics of fear: What right-wing populist discourses mean**. Sage.
- WODAK, R. (2021). From post-truth to post-shame: Analyzing far-right populist rhetoric. En C. Gordon (Ed.), **Approaches to Discourse Analysis** (pp. 175-192). Georgetown University Press.
- WODAK, R., & MAYER, M. (2016). Critical Discourse Studies: History, agenda, theory and methodology. En R. Wodak & M. Meyer (Eds.), **Methods of Critical Discourse Studies** (pp. 1-22). Sage.
- WODAK, R., CULPEPER, J., & SEMINO, E. (2021). Shameless normalisation of impoliteness: Berlusconi's and Trump's press conferences. **Discourse & Society**, 32(3), 369-393.
- WODAK, R., DE CILLIA, R., REISIGL, M., & LIEBHART, K. (2009). **The discursive construction of national identity** (2a ed.). Edinburgh University Press.

ESTUDIAR EL DISCURSO DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES CONTEMPORÁNEOS: UN ENFOQUE SOCIOCOGNITIVO CRÍTICO

Camila Cárdenas-Neira¹

Estudios Críticos del Discurso y movimientos sociales contemporáneos

Los Estudios Críticos del Discurso (ECD) conforman un programa de investigación interdisciplinario que abarca una variedad de enfoques, cada uno con distintos modelos teórico-metodológicos, cuyos referentes, métodos de observación, descripción y análisis pueden ser por completo diferentes según sean las tradiciones o escuelas a las que adscriba la o el investigador (Unger, 2016; Weiss & Wodak, 2003). Tanto la elección como la adecuación de estos enfoques dependerá de las áreas de aplicación, los objetivos de estudio, la naturaleza del corpus y otras condiciones del contexto de indagación.

Lo que une a los diversos enfoques disponibles en este campo es una preocupación compartida por las dimensiones semióticas de la dominación, la injusticia y la lucha por el cambio social, económico, político y/o cultural de la sociedad (Van Dijk, 2015; Wodak & Mayer, 2016). En esta dirección, los ECD persiguen desmitificar las ideologías y las relaciones de poder desiguales entre, por ejemplo, clases socioeconómicas, géneros, mayorías y minorías étnicas, etc., mediante el análisis sistemático, exhaustivo y transparente de los datos escogidos (Unger et al., 2016). Por lo tanto, las y los analistas críticos del discurso buscamos hacer patentes nuestras propias posturas y motivaciones,

¹ Instituto de Comunicación Social, Universidad Austral de Chile.
camila.cardenas@uach.cl

comprometiéndonos con los fenómenos que abordamos y permaneciendo sensibles a nuestros propios procesos de investigación (Van Dijk, 2016^a; Wodak & Meyer, 2016).

Asimismo, como analistas no examinamos unidades textuales en sí mismas, sino problemáticas sociales que involucran prácticas semióticas complejas en las que esos textos funcionan (Unger et al., 2016). Unas prácticas semióticas sobresalientes en las últimas décadas y que resultan paradigmáticas para los ECD son aquellas emprendidas por los movimientos sociales contemporáneos (Cárdenas, 2018; Martín Rojo, 2022; Van Dijk, 2020), específicamente las que sus miembros llevan a cabo para producir y distribuir discursos de protesta en espacios y medios de comunicación interconectados.

En esta línea, y siguiendo a Van Dijk (2009), podemos plantear que los discursos de protesta de los movimientos sociales (MS de ahora en adelante) engloban todas las prácticas semióticas que configuran la identidad de un colectivo movilizado por la resistencia contra el poder hegemónico y el ejercicio del contrapoder, esto es, los modos de disputar, subvertir o socavar el poder de sus oponentes y sus mecanismos de abuso y manipulación. De allí que los MS tiendan a desarrollar múltiples estrategias de disenso y contestación discursiva, tanto para dismantelar los discursos dominantes, como para confrontarlos por medio de la elaboración de sus propios contradiscursos (Van Dijk, 2009).

Estos contradiscursos operan siempre de manera situada, dependiendo de cuáles sean las condiciones estructurales y las oportunidades políticas que ofrecen los respectivos contextos sociales y comunicativos donde cada MS se desenvuelve. Típicamente, son contradiscursos que acompañan o subyacen a las muchas formas de protesta ejecutadas por sus miembros, tales como marchas, concentraciones, ocupaciones, huelgas y barricadas, cuyo estudio ha liderado largamente la sociología (McAdam et al., 2001; Tilly & Tarrow, 2006). Todas estas formas de protesta constituyen tácticas que integran un repertorio contencioso característico de cada MS (Tilly, 2002), las cuales son, a

su vez, performadas mediante un repertorio variado de géneros discursivos (Cárdenas, 2018, en prensa): asambleas, peticiones, manifiestos, comunicados de prensa, posteos, afiches, etc., entre otros que son usados habitualmente para convocar, coordinarse, tratar temas relevantes, discutir y llegar a acuerdos, realizar propaganda, etc. Lo que se ha estudiado menos es el hecho de que sus miembros solo pueden participar de estas formas de acción colectiva y generar textos acordes cuando piensan, hablan y/o escriben en y sobre ellas (Van Dijk, 2020).

Estos aspectos cognitivos y discursivos son esenciales para comprender cuál es el rol que actualmente juegan los MS en los procesos de transformación social a nivel local y global. Tales aspectos se han investigado desde 1980 a partir de lo que suele definirse como el giro cultural en los estudios de los MS (Álvarez et al., 1998), cuyo interés radica en examinar los componentes que dotan de sentido a sus repertorios contenciosos (Tilly, 2002), comunicativos (Mattoni, 2013) y propiamente discursivos (Steinberg, 1999), vale decir, aquellos que intervienen en la construcción de significados asignados a sus prácticas como miembros grupales. Algunos componentes destacados de estos estudios son, por ejemplo, los de *ideologías, marcos, narraciones, imágenes, símbolos, mitos y metáforas* (cf. Cárdenas, 2018), pero estos no se han trabajado sistemáticamente en las ciencias sociales, más que por medio de referencias generales, vagas o incluso intercambiables (cf. Van Dijk, 2020).

Recientemente, algunas/os analistas han abordado dichos componentes desde el punto de vista de los propios MS, incorporándolos a la agenda internacional de los ECD (ver, por ejemplo, Ben Said & Kasanga, 2016; García & Aguirre, 2016; Jia Lou & Jaworski, 2016; & Unger, 2016; Martín Rojo, 2016, 2022; Romano, 2013, 2015). Sin embargo, en el ámbito latinoamericano, aún prevalecen los análisis de discursos hegemónicos sobre los MS, comúnmente aquellos que emanan de los medios de comunicación oficiales (ver, por ejemplo, Cárdenas & Pérez, 2018, 2021b; Franco, 2021; León-Iglesias, 2021; Pérez, 2016, 2019; Pérez & Cárdenas,

2019) y las autoridades de gobierno (Araya & Farías, 2014; Leiva et al., 2020; Navarro & Tromben, 2019), cuyo denominador común consiste en criminalizar a los/as manifestantes y sus acciones, deslegitimando sus luchas para conservar un *statu quo* cimentado en lógicas neoliberales, patriarcales y coloniales.

Adoptando una perspectiva crítica, multisemiótica y decolonial (cf. Van Dijk, 2020; Martín Rojo, 2022; Resende, 2018), es importante averiguar cómo los discursos de protesta que los MS elaboran, apropian y difunden en el marco de sus respectivos repertorios colectivos pueden llegar a combatir y, por tanto, a desestabilizar y modificar al menos parcialmente la desigualdad estructural que se traduce en dinámicas de segregación, exclusión y represión específicas, avanzando en su autonomía o emancipación. En los últimos años, algunas/os analistas latinoamericanos/as han acogido esta perspectiva y se han enfocado en los discursos contrahegemónicos promovidos, entre otros, por MS estudiantiles, feministas, LGTBQA+ e indígenas (ver, por ejemplo, Cárdenas, 2014^a, 2014b; Cárdenas & Pérez, 2021b; Castellero-Ostio et al., 2021; Criollo, 2020; Pérez & Cárdenas, 2021; Vuorisalo-Tiitinen, 2016). Sus trabajos relevan las experiencias de subordinación y marginalización de sus miembros producto de la negación de derechos humanos largamente reivindicados, cuyas demandas de recuperación han instalado mediante el activismo callejero y online, combinando estrategias lingüísticas y semióticas de autorrepresentación positiva orientadas a dismantelar las representaciones sociales negativas de las que han sido objeto.

En este contexto, estudiar críticamente los discursos de los MS es importante, ante todo, debido al impacto –a menudo transnacional– que sus protestas han conseguido alrededor del mundo: desde el levantamiento del *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* en 1994 y la *Batalla de Seattle* en 1996, pasando por las manifestaciones *anti-globalización* de principios de siglo XX, hasta llegar en la última década a las *primaveras árabes* en países como Túnez y Egipto, las acampadas del *15-M* en España o del *Occupy Wall Street* en Estados Unidos, a las que le han seguido campañas

virales como *#MeToo* y *#BlackLivesMatter*, o *#YoSoy132* en México y *#NiUnaMenos* en Argentina, por mencionar solo algunos ejemplos. Este impacto se explica, en parte, por el poder prefigurativo/performativo que los MS contemporáneos ejercen allí donde sus protestas tienen lugar (Martín Rojo, 2016, 2020; Cárdenas & Pérez, 2021^a).

Como sugiere Arditi (2015), los MS son mediadores evanescentes que actúan como portadores del cambio social: instituyen este cambio a medida que lo enuncian, encarnan y pelean por él. Por lo tanto, sus prácticas activistas, en especial las discursivas, dan acceso a un conjunto de claves para interpretar el decurso de los procesos sociopolíticos y los modos en que estos afectan la democracia y la convivencia ciudadana. Adicionalmente, estos umbrales de cambio suelen gatillar el despliegue de fuerzas reaccionarias y autoritarias, como las procedentes de la extrema derecha (cf. Wodak, 2015), las cuales pugnan por el retorno de ideologías, normas y valores conservadores, como aquellos asociados al nacionalismo, el machismo, los credos religiosos y otros sistemas de creencias que restringen derechos y libertades, aumentan la polarización social e instigan la negación y exclusión de quienes se consideran diferentes. Desde este punto de vista, se amplían las posibilidades de análisis que habilita el desarrollo de los MS en la actualidad.

En concordancia con lo anterior, en mi trayectoria como analista crítica del discurso me he abocado a estudiar los discursos de protesta de los MS estudiantil (2011-2013)² y feminista (2018-2020)³ en Chile, así como aquellos emanados del estallido social⁴. He combinado enfoques sociosemióticos y sociocognitivos para ahondar en las prácticas discursivas activistas que estos MS llevan a cabo tanto en espacios urbanos como digitales. Me ha movido la

² Como se refleja en mi tesis doctoral (Cárdenas, 2018) y en diversas publicaciones referidas en este capítulo.

³ Como parte del proyecto Fondecyt de Iniciación 11200446 del que soy investigadora responsable.

⁴ Ver Cárdenas y Pérez (2021a) y Alarcón y Cárdenas (2021).

convicción de que las/os jóvenes y las mujeres son catalizadoras de transformaciones sociales históricas, por lo que sus actorías y voces deben ser visibilizadas y reivindicadas para comprender con mayor profundidad cómo se han gestado, y seguirán gestándose, los procesos sociopolíticos que lideran en búsqueda de mayor igualdad, justicia y reconocimiento para estos y otros grupos minorizados. Como contraparte, he comenzado a investigar la proliferación de noticias falsas, desinformación y discursos de odio⁵ que atentan contra estos procesos transformadores, cuya consecuencia más dramática se ha evidenciado con el rechazo de la nueva constitución redactada por la Convención Constitucional.

En este capítulo, adopto un enfoque sociocognitivo para abordar el análisis de discursos de protesta producidos y distribuidos durante el estallido social en redes sociales como Facebook e Instagram. Dicho enfoque corresponde al propuesto por Teun Van Dijk, quien fuera mi director de tesis doctoral en la Universidad Pompeu Fabra. En esa investigación pude operacionalizar varias categorías propias del análisis epistémico e ideológico que formula este autor, además de complementarlas con otras categorías provenientes de la lingüística cognitiva y los estudios de *framing* de los MS, entre otras áreas disciplinares que he vinculado en mi trabajo desde entonces. Específicamente, una aproximación sociocognitiva a los ejemplos escogidos busca relevar el funcionamiento de conceptos clave para el análisis discursivo de los MS, como *marcos*, *narrativas* y *metáforas*. Espero que dicho análisis brinde pautas concretas para que estudiantes y colegas emprendan estudios similares, mostrando la necesidad de articular los componentes sociales y discursivos distintivos de los MS, a los componentes mentales que los dotan de significación.

⁵ Como parte del proyecto Pluralismo 210013 del que soy coinvestigadora.

Un enfoque sociocognitivo crítico aplicado a los textos de los movimientos sociales

De acuerdo con Van Dijk (2020), uno de los propósitos principales del análisis del discurso es la descripción de las estructuras de los textos, y la explicación de por qué esas estructuras cumplen determinadas funciones cuando los textos son empleados en situaciones comunicativas dadas. Por ejemplo: los sonidos o la entonación en la fonología, las formas de las palabras en la morfología, el orden de las oraciones en la sintaxis, la denotación y la connotación en la semántica, los actos de habla en la pragmática, la selección de palabras e imágenes en la semiótica, etc. Los diferentes métodos de análisis del discurso suelen centrarse en una o varias de esas estructuras, pero ningún estudio empírico es capaz de abordarlas a la vez, de hecho, intentar abarcarlas todas no sería adecuado en primer lugar (Van Dijk, 2020). En lo que respecta a los textos de los MS, la definición de un(os) método(s) apropiado(s) dependerá de cuán relevante sea para nuestra investigación alguna(s) dimensión(es) característica(s) de sus prácticas sociales, como aquellas de reclutamiento, organización interna, coordinación de acciones de protesta, propaganda, etc.

El análisis discursivo de tales estructuras textuales se efectúa inicialmente a un nivel micro, y luego debe combinarse con el análisis crítico a un nivel macro que abarque los aspectos sociopolíticos del discurso, de un lado, como el poder de los grupos dominantes sobre las minorías, y de los aspectos sociocognitivos del discurso, del otro, como las creencias personales y colectivas de los miembros de cada grupo. Estos aspectos sociocognitivos requieren de un análisis epistémico e ideológico del discurso centrado en los distintos tipos de cogniciones sociales que se actualizan con determinados usos del lenguaje (Van Dijk, 2016b, 2016c, 2020).

Como explica Van Dijk (2016c), “las estructuras del discurso y las estructuras sociales son de naturaleza distinta y solo pueden estar relacionadas a través de representaciones mentales de los

usuarios del lenguaje como individuos y como miembros grupales” (p. 173). De este razonamiento deriva la aproximación triádica que este autor establece entre discurso-cognición-sociedad (Van Dijk, 2016c). Este tipo de mediación cognitiva se establece en razón de cuáles son los conocimientos, las actitudes y las ideologías, entre otras cogniciones sociales destacadas, que tienen en común los miembros de un grupo, y de cómo estos constructos influyen en los procesos de producción y comprensión discursiva que hacen posible la comunicación situada.

La dimensión mental del análisis sociocognitivo se ocupa de la *memoria* y de los *modelos mentales* de las personas (Van Dijk, 2011, 2012, 2016b, 2016c). Por una parte, la memoria se divide en virtud de su alcance de procesamiento y almacenamiento: a) *memoria a corto plazo*, que monitorea los procesos de producción y comprensión discursiva en línea, y; b) *memoria a largo plazo*, que se subdivide a su vez en la memoria episódica o autobiográfica, encargada de acopiar las experiencias individuales y el conocimiento personal, y en la memoria semántica o social, encargada de acopiar el conocimiento genérico y las ideologías y actitudes compartidas por grupos más amplios.

En el caso de los MS, interesa el estudio de la memoria colectiva que engloba tanto experiencias y representaciones comunes para los miembros del grupo, como conocimientos sobre hechos pasados que marcan una historia de lucha conjunta. Esta memoria colectiva sirve para que los miembros de un MS tomen conciencia en el presente sobre sus condiciones de vulnerabilidad y resistencia contra la opresión, la marginación o la discriminación. Y lo que es más importante, esta memoria colectiva no solo tiene una base cognitiva, sino también discursiva e interactiva, por cuanto se materializa en muchas formas de discurso personal y grupal como relatos, eslóganes, canciones, himnos, manifiestos, etc. (Van Dijk, 2020).

Por otra parte, los modelos mentales son de dos tipos: a) *situacionales*, también conocidos como *modelos semánticos*, ya que representan los acontecimientos a los que se refieren los discursos,

y cumplen la función de definir su significación y explicar la interpretación única y subjetiva de los/as interactuantes, y; b) *contextuales*, también conocidos como *modelos pragmáticos*, ya que representan el evento dinámico y cambiante en el que se desarrolla la interacción, y cumplen la tarea de controlar sobre qué información del modelo de situación se puede o debe hablar y cómo debería hacerse. Estos modelos tienen una estructura jerárquica estandarizada que abarca cuatro componentes principales: 1) escenario (coordinadas espacio-temporales), 2) participantes (incluidas sus identidades, roles y relaciones), 3) acciones o eventos, y 4) objetivos. Generalmente, los modelos mentales son multimodales y encarnados (*embodied*), pues contienen información visual, auditiva, sensomotriz, evaluativa y emocional de las vivencias que los conforman.

Estos modelos mentales también son cruciales para dar cuenta de los aspectos cognitivos de los MS (Van Dijk, 2020). De un lado, los modelos situacionales incorporan las experiencias de sus miembros y les permiten hablar o escribir sobre ellas, como aquellas que derivan de la participación en manifestaciones o la interacción con aliados u opositores. De otro lado, los modelos de contexto controlan la idoneidad y las estructuras de los géneros discursivos de los MS, como las asambleas o los comunicados de prensa, etc., en tanto definen quién comunica qué cosa, cuándo, cómo, a quién y con qué objetivo.

Por su parte, el componente social del análisis sociocognitivo se ocupa justamente de aquellas representaciones mentales que son compartidas por otros/as. De este modo, tenemos en común con los demás miembros de nuestra comunidad epistémica determinados *conocimientos* generales y abstractos del mundo, en virtud de los cuales nuestras interacciones resultan viables e inteligibles. En el caso de los MS, para que un/a manifestante se involucre en alguna forma de protesta debe conocer la situación problemática que ha dado lugar a dicha protesta en primer lugar (Van Dijk, 2020). Ahora bien, desde el enfoque cultural de los MS se ha subrayado que no es la situación problemática en sí la que provoca la protesta, sino su

interpretación (Snow, 2004), y dicha interpretación se sustenta necesariamente en un conocimiento social compartido o base común (*common ground*). Por ende, es esperable que todas las acciones colectivas y los discursos de los miembros de un MS presupongan, expresen, confirmen o desafíen en alguna medida ese conocimiento (Van Dijk, 2020).

Adicionalmente, los miembros de grupos especiales, como los MS, pueden coordinarse, reflexionar y actuar siguiendo *actitudes e ideologías* particulares, cuyos fundamentos se configuran típicamente en una relación de oposición con otros colectivos (Van Dijk, 1999, 2003). Así, por ejemplo, la interpretación de la situación problemática que moviliza a un/a manifestante a protestar se incorpora en su modelo mental como parte de una experiencia personal. De allí que los respectivos modelos mentales de los miembros de un MS puedan llegar a ser más o menos convergentes o divergentes a los de otros miembros de su colectivo o de un colectivo diferente, lo que habilita distintas prácticas de cooperación o competencia, y, por consiguiente, de discurso interpersonal, intergrupalo o público.

En una línea similar, las actitudes e ideologías sintetizan y/o adaptan el conocimiento socialmente compartido a los intereses y propósitos del propio grupo (Van Dijk, 1999, 2016c). Y este conocimiento también proporciona la base de las actitudes transversales (por ejemplo, en favor de la inmigración o el aborto) y las ideologías subyacentes (por ejemplo, de antirracismo o feminismo) que tienen en común los miembros de un MS. Dicho de otro modo, las ideologías abarcan creencias sociales axiomáticas o elementales que ordenan y controlan las actitudes más concretas de los miembros grupales (Van Dijk, 1999), mientras que las actitudes corresponden a aquellos conjuntos específicos de creencias evaluativas socialmente compartidas (Van Dijk, 1999), en materia de “identidad, origen, propiedades, acciones y objetivos de «otro» grupo y sus relaciones con «nuestro» grupo” (Van Dijk, 2016c, p. 178). Esta propuesta permite conectar teóricamente ambos constructos, “cuando

suponemos que las ideologías organizan actitudes, o que asignan alguna forma de coherencia a los conjuntos de actitudes gobernadas por la misma ideología” (Van Dijk, 1999, p. 91).

Por lo tanto, el análisis ideológico del discurso puede proporcionar una reconstrucción hipotética de la organización cognitiva de este sistema de creencias (cf. Cárdenas, 2018), a partir de una estructura polarizada endogrupo («nosotros») vs exogrupo («ellos»), que considere categorías como la identidad grupal, las relaciones entre aliados y enemigos, las acciones colectivas y sus objetivos, los recursos estratégicos, y las normas y valores comunes. Asimismo, el análisis epistémico del discurso puede ayudar a inferir los tipos de conocimientos que se afirman o implican en las manifestaciones –ya sean lingüísticas o multimodales- de estas actitudes ideológicas.

Análisis de discursos de protesta generados durante el estallido social en Chile

Mencioné anteriormente que ciertas categorías clave en el estudio de los MS, tales como *marcos*, *narraciones* y *metáforas*, han sido con frecuencia relevadas por la investigación sociológica, pero no se han abordado de manera sistemática desde una mirada discursiva (Van Dijk, 2020). Un análisis discursivo con enfoque sociocognitivo contribuye a aproximarnos a tales categorías desde un posicionamiento interdisciplinar, relevando sus componentes mentales, sociales, lingüísticos y multimodales simultáneamente. Así, los fundamentos revisados sirven de base para examinar dichas categorías tal y como son empleadas por los miembros de MS contemporáneos, reparando en cómo se instancian en textos concretos producidos y distribuidos en espacios urbanos y digitales. Específicamente, tomo como ejemplos textos obtenidos desde Facebook e Instagram durante el estallido social en Chile, y analizo cómo los componentes referidos revelan el funcionamiento de marcos, narraciones y metáforas con propósitos movilizatorios variados, pero complementarios.

1) Marcos. En primer lugar, entendemos que los marcos desempeñan un papel transcendental en la construcción de la realidad y el cambio social (Lakoff, 2009), y que cada cultura proporciona distintos recursos semióticos para enmarcar los significados que incorporamos en nuestros sistemas conceptuales (Kress, 2010). Como formula Goffman (2006), los marcos cotidianos funcionan para organizar la experiencia y guiar la acción al permitir a las personas localizar, percibir, identificar y etiquetar lo que ocurre en sus espacios de vida, aspectos que comparten los marcos de acción colectiva de los MS. Sin embargo, en este último caso, tales funciones operan para conducir propósitos más restringidos como convocar adeptos, convertir a los/as espectadores/as en seguidores/as, instalar los reclamos grupales y desmovilizar a los antagonistas. Por lo tanto, los marcos de acción colectiva son decididamente más agentivos y contenciosos que los cotidianos, pues persiguen desafiar los marcos hegemónicos ya existentes (Benford & Snow, 2000; Snow, 2004).

Así, mientras más polémicos o cuestionables sean los contextos donde emergen los MS, es más factible que estos provoquen el trabajo de enmarcado de sus miembros. Según los estudios de *framing* de los MS, los procesos de enmarcado que estos llevan a cabo pueden explorarse en la conformación de campos discursivos (Snow, 2004), definidos a grandes rasgos como aquellos “terrenos en los que ocurre la contestación de significados” (Steinberg, 1999, p. 748, traducción mía). Estos surgen en el curso de la discusión que mantienen los/as activistas sobre asuntos que les parecen controvertidos, y que demandan, por ende, un trabajo progresivo de alineación (Benford & Snow, 2000). Desde esta perspectiva, tales campos abarcan materiales culturales, como narrativas y metáforas (Lakoff, 2009), que son utilizados por sus miembros para representarse y referirse a sí mismos/as y a otros actores (e.g., antagonistas, espectadores), su identidad grupal y sus objetivos de lucha. En última instancia, los marcos ayudan a enlazar, amplificar, extender y transformar interpretaciones, tanto individuales como colectivas, para lograr que estas sean

congruentes y complementarias para los miembros de un MS (Benford & Snow, 2000; Snow, 2004).

Apenas se inicia el estallido social, este es interpretado por el expresidente Sebastián Piñera como una guerra, según las declaraciones que efectúa el 20 de octubre de 2019:

Estamos en guerra contra un enemigo poderoso, implacable, que no respeta a nada ni a nadie, que está dispuesto a usar la violencia y la delincuencia sin ningún límite, incluso cuando significa pérdidas de vidas humanas, que está dispuesto a quemar nuestros hospitales, nuestras estaciones del metro, nuestros supermercados, con el único propósito de producir el mayor daño posible a todos los chilenos; ellos están en guerra contra todos los chilenos de buena voluntad, que queremos vivir en democracia, con libertad y en paz (Tele13, 20 de octubre de 2019).

Como se desprende de este fragmento, y en concordancia con lo que plantean Van Dijk (1999) y Lakoff (2009), el *marco de guerra* insta una estructura de polarización ideológica entre un «nosotros» (endogrupo: “todos los chilenos”) y un «ellos» (exogrupo: “un enemigo poderoso, implacable”) que no se identifica explícitamente, pero de quien se destacan ciertos atributos negativos, típicos del cuadrado ideológico (cf. Van Dijk, 2003), como “no respeta[r] a nada ni a nadie”, estar “dispuesto a usar la violencia y la delincuencia sin ningún límite, (...) a quemar nuestros hospitales, nuestras estaciones del metro, nuestros supermercados”, y se le adjudica un propósito desviado y peligroso que consiste en “producir el mayor daño posible”. Para comprender estos enunciados, se afirman conocimientos de base común, como aquellos asociados a los incendios que afectaron las estaciones de metro la noche del 19 de octubre, cuyos antecedentes forman parte de los modelos mentales de quienes escucharon o vieron estas noticias, o bien presenciaron los hechos como testigos, y también se presuponen otros conocimientos sobre quienes ejercen la violencia o la delincuencia como método de protesta, con la finalidad de que se relacione a este enemigo con encapuchados y

vándalos. Adicionalmente, permanecen implícitos estereotipos y prejuicios en razón de los cuales se criminaliza a este «ellos», y se acude a principios (democracia, libertad, paz) y valores (buena voluntad) propios del «nosotros», que exacerban la polarización ideológica ya establecida con “el enemigo”.

Dado que la instalación de este marco de guerra se produce tras la primera jornada de incidentes, en realidad este trabajo de encuadre responde a lo que en los estudios de *framing* de los MS se conoce como un proceso contestatario de contra-enmarcado (Benford & Snow, 2000), el cual suele emanar de las autoridades de gobierno y los medios de comunicación oficiales para refutar, socavar o neutralizar públicamente los marcos promovidos por un MS determinado. En este caso, si bien no es claro al inicio de la revuelta que esta está siendo liderada por un MS definido y articulado, sí es posible sostener que los/as manifestantes proponen unos marcos de lucha social y de derecho a la protesta que legitiman las acciones colectivas de sus miembros. En la misma dirección, como observamos en los siguientes ejemplos (ver Figura 1), los/as manifestantes reaccionan a este marco de guerra con un proceso contestatario de re-enmarcado (Benford & Snow, 2000), con el cual procuran contener o revertir el daño que ocasiona dicho marco hegemónico.



Figura 1. “No estamos en guerra”

Cognitivamente, este proceso de re-enmarcado se realiza apelando a una ideología pacifista, y se expresa discursivamente en unos eslóganes más o menos unificados (“No es guerra”, “No estamos en guerra”) que se recontextualizan y resemitizan en múltiples textos por medio de diversos materiales y recursos multimodales. Algunos de estos eslóganes invierten la estructura

de polarización ideológica (endogrupo: «nosotros» vs exogrupo: «ustedes»), según la cual el enemigo es Piñera y su gobierno, por un lado, y los militares o policías que portan metralletas o disparan a quemarropa, por el otro. Asimismo, ciertos textos cambian el marco de *guerra* por otros que culpabilizan al enemigo desde la perspectiva de los/as manifestantes (“No es guerra es *terrorismo de Estado*”), como parte del enmarcado de diagnóstico que sindic a los responsables del conflicto (Snow, 2004), y cuya interpretación requiere activar conocimientos variables incorporados en la memoria colectiva de los/as manifestantes sobre las luchas sociales en dictadura y sus mecanismos represivos. Por último, la mayoría de los textos propugna principios y valores que justifican la protesta social y fundamentan la cohesión de los miembros grupales (“No es guerra es *dignidad*”, “No es guerra es *rebeldía*”, “No estamos en guerra *estamos unidos*”, etc.).

2) Narrativas. En segundo lugar, es un hecho que los MS suelen construir relatos para favorecer el trabajo de encuadre e identificación colectiva, debido a que les brindan la oportunidad de narrarse a sí mismos y de proponer otra narrativa con capacidad ideológica para perturbar las visiones hegemónicas de la realidad (Cárdenas, 2014a). Al igual que los marcos, estos relatos se plasman en la creación de productos culturales específicos, desde testimonios personales referidos a la participación en diferentes acciones de protesta, hasta la elaboración de artefactos semióticos más complejos como documentales, películas, etc. En los estudios de *storytelling* de los MS (Benford, 2002; Polletta, 2006), las narrativas son entendidas como formas de discurso, vehículos de ideología y elementos de los marcos de acción colectiva, pero, a diferencia de estos, pueden reconocerse en un texto por sus características formales. Dichas características corresponden a las estructuras narrativas que organizan de manera coherente participantes, acontecimientos y fines en tramas con un principio, desenlace y resolución discernibles (Cárdenas, 2014a; Cárdenas & Pérez, 2022).

Siguiendo a Lakoff (2009), el marco de guerra analizado anteriormente tiene el potencial de activar una *narrativa de rescate* que cuenta con una estructura genérica de roles semánticos (en mayúscula) más o menos estable:

Los personajes son: el Héroe, la Víctima, el Villano y los Ayudantes. El Héroe es intrínsecamente bueno; el Villano es intrínsecamente malo. Las Acciones principales forman un Escenario, normalmente en este orden: la Villanía, cometida por el Villano contra la Víctima; las Dificultades sufridas por el Héroe; la Batalla del Héroe contra el Villano; la Victoria del Héroe sobre el Villano; el Rescate de la Víctima por el Héroe; el Castigo del Villano; la Recompensa para el Héroe. La Villanía altera el equilibrio moral. La Victoria, el Rescate, el Castigo y la Recompensa restablecen el equilibrio moral (p. 24, traducción mía).

Es posible vincular dichos roles a los componentes de los modelos mentales que establece Van Dijk (2012a), debido a que las narraciones de experiencias, sean reales o ficticias, obedecen a un guion esquemático que contiene un escenario, unos actores (incluidas sus identidades y relaciones), unas acciones o eventos y unos objetivos. Si estas narraciones, a su vez, responden a los propósitos de los MS, es esperable que tales componentes reflejen alguna forma de polarización. En esta línea, Hansson (2015) plantea que culpar y evitar la culpa son aspectos esenciales de la narrativa de rescate, ya que sirven para construir una autorrepresentación positiva del endogrupo («nosotros»: los Héroes) y una heterorrepresentación negativa del exogrupo («ellos»: los Villanos). Así, en contextos donde esta oposición conlleva el sufrimiento de posibles daños o pérdidas, esta narrativa legítima y deslegítima, simultáneamente, a Héroes y Villanos ante las Víctimas que lo padecen.

Al respecto, Lakoff (2009) argumenta que la narrativa de rescate no solo se ha empleado en coyunturas políticas, como la guerra del Golfo o la guerra de Irak, donde el gobierno de Estados Unidos ha debido proponer una historia a los medios de comunicación y a la

ciudadanía en general para justificar su intervencionismo militar con base en valores como la libertad y la soberanía, sino que también se ha reutilizado típicamente en el cine hollywoodense para mediatizar la representación del heroísmo norteamericano y expandir su hegemonía cultural. Este ejercicio de mediatización puede complementarse con la noción de fanactivismo de Jenkins (2015), entendida como una práctica colectiva en la que los elementos de una narrativa ficticia son extrapolados a la vida real con fines de crítica o resistencia social. Se trata, en efecto, de una práctica de narración transmedia (Scolari, 2013), según la cual estos roles semánticos son performados a partir del uso integrado de varios medios y modos semióticos simultáneos, con los cuales se recontextualiza y resemiotiza el relato de origen mediante su reapropiación creativa en los entornos offline y online (Cárdenas, en prensa; Cárdenas & Pérez, 2021, 2022).

En el decurso del estallido social, se ejecutan múltiples instancias de narración transmedia donde la lucha entre el gobierno y los/as manifestantes es reenmarcada siguiendo la estructura de una narrativa de rescate (Cárdenas & Pérez, 2022). En este caso, la inversión de los roles adjudicados a Víctimas (la ciudadanía, debido a la destrucción de la propiedad privada, la alteración de sus rutinas de desplazamiento, la amenaza a su integridad física, etc.) y Victimarios (encapuchados, vándalos, violentistas, etc.) involucra un ejercicio de renarrativización (cf. White, 2003) según el cual los Victimarios son resignificados como Héroes y el rol de Villanos es asignado al gobierno y las fuerzas policiales, de tal manera que los sentidos de justificación y culpabilidad resultan redistribuidos (cf. Hansson, 2015).

Este ejercicio de renarrativización se cristaliza mediante la apropiación de una trama ficticia que, conservando el esquema de rescate, transpone el rol de Héroes y Heroínas a personajes que obtuvieron especial popularidad en el transcurso de la revuelta: los *Avengers Chilenos*. Los vengadores originales integran un equipo de superhéroes que aparecen en los cómics estadounidenses publicados por Marvel, quienes han traspasado este formato

trasladándose a la televisión y el cine en las últimas décadas. La saga de cuatro películas estrenadas entre 2012 y 2019 es la referencia directa –el intertexto– de personajes como Capitán Alameda (también conocido como Pare Man), Sensual Spiderman, Tía Pikachu, Nalca Man, Dino Azulado, entre varios otros, que reemplazan a los clásicos Capitán América, Spider Man, Iron Man, Hulk, etc., extendiendo ciertos atributos simbólicos (e.g., el heroísmo) y físicos (e.g., proteger su anonimato a través del uso de máscaras o cascos) de unos a otros.

Asimismo, el ejercicio de renarrativización descrito requiere que los/as manifestantes dispongan de la misma base epistémica para asociar la trama ficticia a los acontecimientos reales que se desencadenaron durante la revuelta, y hagan corresponder esos conocimientos compartidos a las categorías clave de sus modelos mentales para interpretar adecuadamente la transposición de roles semánticos entre personajes. Lo anterior también demanda el funcionamiento de ciertos procesos de alineación (Benford & Snow, 2000), como la amplificación de valores (i.e., estados finales que se aspira a conquistar o promover) o actitudes previas (i.e., convicciones que fundamentan la búsqueda de los valores deseados), que se relacionan con la entrega heroica de los/as manifestantes en defensa de la dignidad, la igualdad y la justicia social, en general, y de sus pares, en particular.



Figura 2. “Avengers Chilenos”

Como observamos en los siguientes ejemplos (ver Figura 2), la ficcionalización del conflicto entre el gobierno y el pueblo movilizado que se recrea con los *Avengers Chilenos* es una reacción

a la imposición del *marco de guerra* propuesto por Piñera. Este marco, al interpretarse narrativamente, exige una contra-historia que explique a la sociedad los efectos nocivos de declararle la guerra al país (como los actos de represión, tortura, mutilación ocular y asesinatos perpetrados contra los/as manifestantes). En este caso, el gobierno fracasa en instalar su propia narrativa de rescate (donde las fuerzas políticas, policiales y militares adoptan el rol de Héroe y los violentistas (encapuchados) el de Villanos), pues el MS invierte, mediante el ejercicio de renarrativización ya referido, tales roles semánticos, formulando una narrativa de rescate alternativa.

El ejemplo de la izquierda activa este marco de guerra con el título “Civil War”, al cual se sobrepone el logo del gobierno de Piñera. De este modo, al gobierno se le adjudica el rol de Villano mientras que el pueblo movilizado es identificado como Víctima, cuyo rescate está a cargo de los superhéroes. Según Lakoff (2009), existe una variación del esquema de rescate en el que el Héroe también puede ser la Víctima (i.e., donde los superhéroes son igualmente manifestantes), en cuyo caso se construye una *narrativa de autodefensa* según la cual el Héroe se rescata a sí mismo. En esta imagen también es claro que se sindicó a las fuerzas policiales como Villanos, quienes persiguen atacar y herir (e incluso matar) a los superhéroes que, siguiendo esta lógica de autodefensa, representan metonímicamente a todos/as los/as manifestantes unidos/as en el enfrentamiento físico (i.e., “por la fuerza” como se lee en escudo nacional, “nunca (...) por la razón” como se afirma en el afiche).

En el ejemplo de la derecha, en cambio, los Villanos quedan en un segundo plano pues el cómic está diseñado para activar un marco de ímpetu motivacional (Benford & Snow, 2000), con el fin de indicar a la ciudadanía las razones que mueven a los superhéroes a actuar (“por educación, por dignidad, por igualdad, por el futuro de nuestra gente y lo que significa la verdadera justicia”). Así, el modo escrito resignifica a los vengadores como justicieros y se ensambla con el modo visual para simbolizar el avance del MS durante la revuelta. Con ello se configura un

escenario en el que Héroes y Heroínas son recompensadas (i.e., se desplazan por las calles en formación grupal para recibir el reconocimiento de las Víctimas a quienes han protegido), emulando el fin de un relato moral (Van Leeuwen, 2008) donde los protagonistas son recompensados por participar en prácticas sociales legítimas (i.e., protestar como método de lucha), y por restaurar el orden social legítimo (i.e., reemplazar el modelo neoliberal por otro que garantice la dignidad, la igualdad y la justicia social).

3) Metáforas. En tercer lugar, asumimos que nuestro sistema conceptual ordinario, en función del cual pensamos y actuamos, está estructurado de manera metafórica por cuanto “la mayoría de los conceptos se entienden parcialmente en términos de otros conceptos” (Lakoff & Johnson, 1986, p. 96). Esto es así ya que, a partir de nuestra experiencia física y cultural, solemos caracterizar lo menos claramente delineado en términos de lo más claramente delineado, basándonos en conceptos que nos ayudan a categorizar, entender y recordar dicha experiencia (Forceville, 2008).

De acuerdo con la Teoría Conceptual de la Metáfora, una metáfora convencional responde a la fórmula DOMINIO CONCEPTUAL A ES DOMINIO CONCEPTUAL B, donde A corresponde al dominio de destino (más abstracto), y B corresponde al dominio de origen (más concreto). El dominio de destino es el que intentamos comprender mediante el dominio de origen (Lakoff & Johnson, 1986). Kövecses (2010) lo ejemplifica como sigue: “la VIDA, los ARGUMENTOS, el AMOR, la TEORÍA, las IDEAS, las ORGANIZACIONES SOCIALES, entre otros, son dominios de destino, mientras que los VIAJES, las ARMAS, los EDIFICIOS, los ALIMENTOS, las PLANTAS, entre otros, son dominios de origen. En este sentido, nuestras experiencias con el mundo sirven de base natural y lógica para comprender dominios más complejos, como en “LA VIDA ES UN VIAJE”, “LOS ARGUMENTOS SON ARMAS”, etc.

Lakoff y Johnson (1986) enfatizan que la elección del dominio fuente resalta algunos aspectos del dominio de destino, a medida que desatiende u oculta otros. Este sesgo es lo que constituye el

poder de encuadre (*framing*) de la metáfora (Semino et al., 2016), o más precisamente, su rol ideológico. Dada la penetración de expresiones metafóricas en nuestra vida cotidiana, estas suelen percibirse como completamente normales u objetivas, e interpretarse intuitivamente o apenas conscientemente. Como indica El Refaie (2013), “es precisamente el carácter irreflexivo y aparentemente de sentido común de las metáforas convencionales lo que les confiere tanto poder sobre la forma en que entendemos y actuamos ante determinados ámbitos de nuestra vida” (p. 238, traducción mía).

En ocasiones, estas expresiones metafóricas son recontextualizadas por distintos/as hablantes o escritores/as dentro de un mismo texto o en textos diversos a través del tiempo (Semino et al., 2013). Asimismo, estas expresiones con frecuencia exceden el modo verbal, pudiendo abarcar el modo pictórico o visual, fonético o sonoro, olfativo, gustativo o táctil, ya sea que alguno de estos se aproveche independientemente (metáforas monomodales) o en combinación (metáforas multimodales) (Forceville, 2008). Las metáforas visuales y multimodales difieren de sus pares lingüísticas por los significados que pueden abarcar, las cogniciones y emociones que transmiten, y por su atractivo sensual y apertura creativa.

Los MS suelen explotar diversos mecanismos de creatividad metafórica para destacar ciertas experiencias salientes y activas en la mente de los/as manifestantes, por medio de expresiones que estimulen la agregación y la participación masiva (Romano, 2013, 2015). En este sentido, los MS acuden a las experiencias más controversiales y urgentes (e.g., hastío, indignación, esperanza, etc.), y las ajustan de una manifestación a otra, de un género discursivo a otro, o de un medio o espacio de protesta a otro, alterando sus formas y significados (Cárdenas, 2018). Con ello consiguen representaciones sociales conmovedoras que tienen la virtud de instalarse y reacomodarse a sus contextos de uso.

En el contexto del estallido social, el marco de guerra y la narrativa de rescate también funcionaron para hacer inteligibles

manifestantes. Este conocimiento, a su vez, implica compartir actitudes sobre la violencia estatal y la vulneración de derechos humanos, pues el trabajo de enmarcado central que proponen los ejemplos apunta a condenar esta clase de crímenes y a sostener la lucha social desafiando estos u otros intentos por contenerla.

Por último, llama la atención cómo estos ejemplos vinculan los dominios de origen y de destino para interpretar lo que se sabe en términos de lo que se ve. Lo que se sabe constituye un campo de conocimiento muy variable que puede recoger una memoria colectiva acerca del terrorismo de Estado, como se ilustra con el funcionamiento del marco de guerra, así como referencias más actuales respecto de la brutalidad policial que ha seguido reproduciéndose en las décadas recientes. Más decisivamente, lo que se sabe sobre las causas que gatillan el estallido social, como el malestar acumulado ocasionado por las situaciones de abuso de poder, desigualdad y segregación social sostenidas por el modelo neoliberal, juega un papel clave tanto en la interpretación como en la alineación ideológica entre los miembros del MS. En este sentido, ver es despertar o ser consciente de esta realidad injusta que motiva la protesta colectiva, de allí que los/as manifestantes sean reprimidos/as no tanto por salir a las calles, sino por organizarse para luchar contra este sistema estructural.

Comentarios finales

En este capítulo he intentado reflexionar y argumentar en torno a la importancia de estudiar los discursos de los MS contemporáneos, adoptando un enfoque sociocognitivo crítico que releve los componentes sociopolíticos a la par de los componentes mentales, lingüísticos y multimodales que son característicos de los textos de protesta producidos y distribuidos por estos colectivos. Tanto la revisión teórica como el análisis de los ejemplos que he presentado buscan subrayar la necesidad de adoptar una perspectiva interdisciplinar para llevar a cabo este tipo de estudio, debido a que las prácticas discursivas activistas constituyen

prácticas semióticas complejas donde intervienen aspectos macro y microestructurales articulados por una interfaz sociocognitiva. Si, como planteaba al principio, los MS pueden ser concebidos como portadores del cambio social, es relevante describir, relacionar y explicar tales estructuras para comprender cómo estos grupos consiguen transformar material y simbólicamente la realidad. Sobre todo, en el campo de los ECD, es crucial asumir esta labor con rigurosidad analítica, proveyendo pautas concretas para que otras/os analistas puedan aprovecharlas en sus propias investigaciones.

Mi interés por los discursos de los MS ha radicado en un compromiso social y político hacia estos colectivos minorizados y sus reivindicaciones de lucha, en especial aquellos conformados por jóvenes y mujeres que han disputado largamente su reconocimiento como sujetos de derechos. En el Chile de posdictadura, estos grupos han emprendido movilizaciones sistemáticas que, a pesar de la pervivencia del modelo neoliberal sostenido por la Constitución de Pinochet, han logrado correr el horizonte de lo decible y lo posible con la obtención de demandas en materias de educación y género inimaginables hace unos años atrás. Esta capacidad de imaginar –prefigurar y performar– el futuro es lo que ha removido las conciencias de buena parte de la sociedad, volviendo intolerables injusticias y abusos por mucho tiempo normalizados.

En concreto, los MS liderados por jóvenes y mujeres me han interpelado por el rol que junto a mis propias estudiantes, colegas y compañeras desempeñamos a diario como ciudadanas críticas en las aulas, las calles, los hogares y las comunidades. En esta dirección, Van Dijk (2016a) acierta al identificar a las/os analistas críticos del discurso como activistas sociales. En alguna medida, todas/os estamos llamadas/os a ocupar este lugar en nuestros espacios de vida, contribuyendo en los procesos de transformación que garanticen la igualdad y la dignidad sin discriminación. Parte de esa tarea está dada no solo por la visibilización que como investigadoras/es y docentes damos a las problemáticas que

estudiamos, sino por el trabajo que podemos emprender junto a diversos actores y grupos resistentes.

Esto implica no cercar la academia como un reducto elitista abocado al extractivismo epistémico (Grosfoguel, 2016), y hacernos cargo de las decisiones que tomamos respecto de qué clase de conocimientos consideramos o marginamos, a quiénes o con qué intenciones los comunicamos (Resende, 2018), cuidando no reproducir las mismas jerarquías o lógicas de poder frente a las cuales nos rebelamos. En última instancia, debemos poder encarnar el componente crítico de los estudios que efectuamos en nuestras prácticas y discursos cotidianos, revisando constantemente los principios, valores y fines que *nos movilizan*.

Referencias

ALARCÓN, M., & CÁRDENAS, C. (2021). Convocatoria de protesta a través de Instagram: Un análisis sociocognitivo de estrategias discursivas en el contexto del movimiento social en Chile (2019-2020). **Revista Latina de Comunicación Social**, (79), 127-149.

ÁLVAREZ, S., DAGNINO, E., & ESCOBAR, A. (1998). **Cultures of politics. Politics of cultures: Re-visioning Latin American social movements**. Westview Press.

ARAYA, C., & FARÍAS, M. (2014). El movimiento estudiantil chileno del 2011 en intervenciones discursivas del Presidente Piñera. **Logos**, 24(1), 51-65.

ARDITI, B. (2015). Insurgencies don't have a plan – they are the plan: Political performatives and vanishing mediators in 2011. En C. de la Torre (Ed.), **The promise and perils of populism: Global perspectives** (pp. 113-139). University of Kentucky Press.

BEN SAID, S., & KASANGA, L. (2016). The discourse of protest: Frames of identity, intertextuality and interdiscursivity. En R. Blackwood, E. Lanza & H. Woldemariam (Eds.), **Negotiating and**

- contesting identities in linguistic landscapes** (pp. 71-83). Bloomsbury Academic.
- BENFORD, R. (2002). Controlling narratives and narratives as control within social movements. En J. Davis (Ed.), **Stories of change: Narrative and social movements** (pp. 53-75). State University of New York Press.
- BENFORD, R., & SNOW, D. (2000). Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, 26, 611-639.
- CÁRDENAS, C. (2014a). Representación visual de la movilización estudiantil en Chile: Las fotografías de las marchas como espacios de narración, actuación e identificación política. **Revista Onomázein, Número Especial IX ASFAL**, 115-137.
- CÁRDENAS, C. (2014b). Inútiles y subversivos: Representación transmedia de los estudiantes chilenos en redes sociales. **Romanica Olomucensia**, 26(2), 173-190.
- CÁRDENAS, C. (2018). **Discursos de protesta y redes sociales. Análisis de las prácticas discursivas activistas producidas en la comunidad de Facebook Universitario Informado durante las movilizaciones estudiantiles en Chile (2011-2013)** [Tesis doctoral, Universitat Pompeu Fabra]. <https://repositori.upf.edu/handle/10230/36188>
- CÁRDENAS, C. (*en prensa*). From participatory politics to fan activism. Digital discursive practices during the Chilean student mobilizations (2011-2013). En M. KhosraviNik & E. Esposito (Eds.), **Discourse in the digital age: Rigour and context across emerging discourses on digital participatory spaces**. Routledge.
- CÁRDENAS, C., & PÉREZ, C. (2018). Recontextualización multimodal de las acciones y motivaciones del movimiento estudiantil chileno en un reportaje de televisión. **Literatura y Lingüística**, 37, 217-236.
- CÁRDENAS, C., & PÉREZ, C. (2021a). Prácticas discursivas insurgentes y ocupación de espacios urbanos. Análisis de los paisajes semióticos creados en dos ciudades de Chile durante la

- revuelta social (2019-2020). *Bulletin of Spanish Studies*, 98(7), 1165-1190.
- CÁRDENAS, C., & PÉREZ, C. (2021b). Polarization and the educational conflict. A linguistic and multimodal approach to the discursive (re)construction of the Chilean student movement in the mainstream media and Facebook. En E. Morales & L. Filardo (Eds.), **Discursive approaches to socio-political polarization and conflict** (pp. 174-191). Routledge.
- CÁRDENAS, C., & PÉREZ, C. (2022). **Relegitimación multimodal de la capucha en redes sociales durante la revuelta social** (Chile, 2019-2020) [Manuscrito enviado para publicación].
- CASTILLERO-OSTIO, E., GIL-RAMÍREZ, M., & CASTILLO-ESPARCIA, A. (2021). Redes sociales como espacios comunicativos de articulación de movimientos sociales: Revolución de los Frijoleros (Guatemala). *Chasqui*, (148), 67-88.
- CRIOLLO, M. (2020). El discurso del movimiento LGBTI en Ecuador: Usos del lenguaje y la tecnología en momentos de campaña electoral. *Conexión*, (14), 87-101.
- EL REFAIE, E. (2013). Cross-modal resonances in creative multimodal metaphors. Breaking out of conceptual prisons. *Review of Cognitive Linguistics*, 11(2), 236-249.
- FORCEVILLE, C. (2008). Metaphor in pictures and multimodal representations. En R. Gibbs, Jr. (Ed.), **The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought** (pp. 462-482). Cambridge University Press.
- FRANCO, K. (2021). La representación de los movimientos estudiantiles en la prensa escrita mexicana: Un estudio sobre el discurso periodístico de El Universal acerca del movimiento del 68 y el caso de Ayotzinapa en 2014. *Anuario de Investigación de la Comunicación CONEICC*, (XXVIII), 30-41.
- GARCÍA, Ó., & AGUIRRE, F. (2016). Spatial practices and narratives: The GenkiDama for Education by Chilean students. In L. Martín Rojo (Ed.), **Occupy. The spatial dynamics of discourse in global protest movements** (pp. 157-178). John Benjamins.
- GOFFMAN, E. (2006). **Frame analysis: Los marcos de la experiencia**. CIS-Siglo XXI.

- GROSGOUEL, R. (2016). Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y ontológico. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, 1(4), 33-45.
- HANSSON, S. (2015). Discursive strategies of blame avoidance in government: A framework for analysis. **Discourse & Society**, 26(3), 297-322.
- JENKINS, H. (2015). "Cultural acupuncture": Fan activism and the Harry Potter Alliance. En L. Geraghty (Ed.), **Popular media cultures. Fans, audiences and paratexts** (pp. 206-229). Palgrave Macmillan.
- JIA LOU, J., & JAWORSKI, A. (2016). Itineraries of protest signage. Semiotic landscape and the mythologizing of the Hong Kong Umbrella Movement. **Journal of Language and Politics**, 15(5), 612-645.
- KHOSRAVINIK, M., & UNGER, J. (2016). Critical Discourse Studies and social media: Power, resistance and critique in changing media ecologies. In R. Wodak & M. Meyer (Eds.), **Methods of Critical Discourse Studies** (3rd Ed., pp. 205-233). Sage.
- KÖVECSES, Z. (2010). **Metaphor**. Oxford University Press.
- LAKOFF, G. (2009). **The political mind**. Penguin Books.
- LAKOFF, G., Y JOHNSON, M. (1986). **Metáforas de la vida cotidiana**. Cátedra.
- LEIVA, N., DOMINICINI, E., & FERNÁNDEZ, C. (2020). Representaciones sobre el movimiento feminista chileno en columnas de opinión de dos personajes públicos: Entre la legitimación y la deslegitimación. **Discurso & Sociedad**, 14(2) 365-392.
- LEÓN-IGLESIAS, J. M. (2021). La prensa escrita y la construcción de imaginarios sociales en torno al movimiento estudiantil en Pinar del Río, Cuba (1956-1958). **Santiago**, (153), 130-142.
- MARTÍN ROJO, L. (2022). Paisajes lingüísticos de los movimientos de protesta. En C. López Ferrero, I. Carranza, & T. Van Dijk (Eds.), **Estudios del discurso / The Routledge Handbook of Spanish Language Discourse Studies** (pp. 263-280). Routledge.
- MARTÍN ROJO, LUISA. (2016). Taking over the square: The role of linguistic practices in contesting urban spaces. In L. Martín Rojo

- (Ed.), **Occupy. The spatial dynamics of discourse in global protest movements** (pp. 47-76). John Benjamins.
- MATTONI, A. (2013). Repertoires of communication in social movement processes. En B. Cammaerts, A. Mattoni & P. McCurdy (Eds.), **Mediation and protest movements** (pp. 34-56). Intellect.
- MCADAM, D., TARROW, S., & TILLY, C. (2001). **Dynamics of contention**. Cambridge University Press.
- NAVARRO, F., & TROMBEN, C. (2019). "Estamos en guerra contra un enemigo poderoso, implacable": Los discursos de Sebastián Piñera y la revuelta popular en Chile. **Literatura y lingüística**, (40), 295-324.
- PÉREZ, C. (2016). La representación visual del movimiento estudiantil chileno en la prensa establecida y alternativa nacional: Un análisis multimodal. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, 30, 5-26.
- PÉREZ, C. (2019). Motives and social actor positioning: The representation of the Chilean student movement in the national press. **Communication and Society**, 32(4), 239-255.
- PÉREZ, C., & CÁRDENAS, C. (2019). The hooded student as a metaphor: Multimodal recontextualization of the Chilean student movement in a broadcast news report. En E. Esposito, C. Pérez-Arredondo, & J. M. Ferreiro (Eds.), **Discourses from Latin America and the Caribbean. Current concepts and challenges** (pp. 107-138). Palgrave Macmillan.
- PÉREZ, C., & CÁRDENAS, C. (2021). "The rapist is you": Semiotics and regional recontextualizations of the feminist protest 'A rapist in your way' in Latin America. **Critical Discourse Studies**, 19(5), 485-501.
- POLLETTA, F. (2006). **It was like a fever: Storytelling in protest and politics**. The University of Chicago Press.
- RESENDE, V. (2018). Decolonizing critical discourse studies: For a Latin American perspective. **Critical Discourse Studies**, 18(1), 26-42.
- ROMANO, M. (2013). Situated-'instant' metaphors. Creativity in Spanish 15M slogans. **Metaphor and the Social World**, 3(2), 240-259.
- ROMANO, M. (2015). La protesta social como 'laboratorio' de creatividad metafórica. **Discurso & Sociedad**, 9(1-2), 41-65.

- SCOLARI, C. (2013). **Narrativas transmedia: Cuando todos los medios cuentan**. Deusto.
- SEMINO, E., DEIGNAN, A., & LITTLEMORE, J. (2013). Metaphor, genre, and recontextualization. **Metaphor and Symbol**, 28(1), 41-59.
- SEMINO, E., DEMJÉN, Z., & DEMMEN, J. (2016). An integrated approach to metaphor and framing in cognition, discourse, and practice, with an application to metaphors for cancer. **Applied Linguistics**, 39(5), 625-645.
- SNOW, D. (2004). Framing processes, ideology, and discursive fields. En D. Snow, S. Soule & H. Kriesi (Eds.), **The Blackwell Companion to Social Movements** (pp. 380-412). Blackwell Publishing.
- STEINBERG, M. (1999). The talk and back talk of collective action: A dialogic analysis of repertoires of discourse among nineteenth-century English cotton-spinners. **American Journal of Sociology**, 105(3), 736-780.
- TELE13 (2019, 20 de octubre). **Piñera respalda a FF.AA y asegura: "Estamos en guerra contra un enemigo poderoso e implacable"**. <https://bit.ly/3MC5f4z>
- TILLY, C. (2002). Repertorios de acción contestataria en Gran Bretaña: 1758-1834. En M. Traugott (Ed.), **Protesta social. Repertorios y ciclos de acción colectiva** (pp. 1-17). Hacer.
- UNGER, J. (2016). The interdisciplinarity of Critical Discourse Studies research. **Palgrave Communications**. <https://doi.org/10.1057/palcomms.2015.37>
- UNGER, J., WODAK, R., & KHOSRAVINIK, M. (2016). Critical Discourse Studies and social media data. In David Silverman (Ed.), **Qualitative research** (4th Ed., pp. 277-293). Sage.
- VAN DIJK, T. (1999). **Ideología**. Gedisa.
- VAN DIJK, T. (2003). **Ideología y discurso**. Ariel.
- VAN DIJK, T. (2009). **Discurso y poder**. Gedisa.
- VAN DIJK, T. (2011). **Sociedad y discurso**. Gedisa.
- VAN DIJK, T. (2012). **Discurso y contexto**. Gedisa.

- VAN DIJK, T. (2015). Critical Discourse Analysis. En D. Tannen, H. Hamilton & D. Schiffrin (Eds.), **The Handbook of Discourse Analysis** (2nd Ed., pp. 466-485). John Wiley & Sons.
- VAN DIJK, T. (2016a). Análisis Crítico del Discurso. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, (30), 203-222.
- VAN DIJK, T. (2016b). **Discurso y conocimiento**. Barcelona: Gedisa.
- VAN DIJK, T. (2016c). Estudios Críticos del Discurso: Un enfoque sociocognitivo. **Discurso & Sociedad**, 10(1), 171-196.
- VAN DIJK, T. (2020). **Social movements, discourse and cognition** [Unpublished manuscript].
- VAN LEEUWEN, T. (2008). **Discourse and practice**. Oxford University Press.
- VUORISALO-TIITINEN, S. (2016). Un análisis crítico del discurso sobre la (des)igualdad de las mujeres zapatistas. **Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe**, 13(2), 57-83.
- WEISS, G., & WODAK, R. (2003). Introduction: Theory, interdisciplinarity and critical discourse analysis. En G. Weiss & R. Wodak (Eds.), **Critical discourse analysis: Theory and interdisciplinarity** (pp. 1-32). Palgrave Macmillan.
- WHITE, H. (2003). **El texto histórico como artefacto literario y otros escritos**. Paidós.
- WODAK, R. (2015). **The politics of fear: What right-wing populist discourses mean**. Sage.
- WODAK, R., & MAYER, M. (2016). Critical Discourse Studies: History, agenda, theory and methodology. En R. Wodak & M. Meyer (Eds.), **Methods of Critical Discourse Studies** (pp. 1-22). Sage.

ANÁLISIS DEL DISCURSO Y MEDIATIZACIÓN DE TRES ACONTECIMIENTOS EN EL MARCO DEL CONFLICTO CHILENO-MAPUCHE¹

Pablo Segovia Lacoste²

El Análisis del Discurso goza actualmente de un reconocimiento académico a nivel mundial y se encuentra presente en diferentes programas de estudios en múltiples universidades. Esta expansión geográfica de los estudios del discurso se encuentra estrechamente ligada con la legitimidad de este ámbito disciplinar para abordar los problemas sociales, lo que se evidencia en las numerosas revistas científicas y en los congresos consagrados a esta disciplina.

Ahora bien, este camino hacia el reconocimiento no ha sido homogéneo en cada tradición epistemológica ni ha estado exento de polémicas. Esto se debe, en gran parte, a la naturaleza interdisciplinaria de los estudios del discurso, que incita al diálogo y a la colaboración con otras disciplinas, al mismo tiempo que abre una serie de interrogantes sobre la naturaleza de esta cooperación: ¿es posible trabajar con la Antropología, Psicología, Historia y Sociología cuando se tiene una concepción de la lengua y del discurso diferente?, ¿qué noción de sujeto selecciono si esta es diferente en cada disciplina de las ciencias sociales?, ¿qué aspectos del contexto histórico, sociológico o antropológico considero para mis análisis de corpus? A pesar de lo anterior, los estudios del discurso se han insertado en un espacio mundial marcado por la

¹ Este trabajo fue financiado gracias al apoyo del proyecto Fondecyt Iniciación 11200579, titulado "La mediatización del acontecimiento "quema de iglesias" o "caso iglesias" en la prensa tradicional y alternativa: una mirada desde el Análisis del Discurso", dirigido por Pablo Segovia Lacoste.

² Universidad de Concepción

globalización y las colaboraciones internacionales. Tal como señala Maingueneau,

En materia de estudios de discurso, se pasó en pocos años de una división en espacios intelectuales nacionales (al principio de los años 1960-1970, existía esencialmente un análisis del discurso francés, inglés y norteamericano) a una investigación ampliamente globalizada: no solo este tipo de investigación se desarrolla en el conjunto del planeta, sino que los intercambios entre los investigadores son constantes. No se está más en territorios nacionales sino en redes transnacionales (Maingueneau, 2018:507).

El desafío de los estudios del discurso en esta era exige una reflexión constante sobre sus metodologías y acercamientos teóricos. Esto se debe a la naturaleza de los problemas sociales, cada vez más compleja y dinámica, lo que implica no solo considerar la dimensión discursiva de las demandas sociales, sino también su mediatización en la prensa, las redes sociales y el internet.

En este marco, mis trabajos de investigación sobre la mediatización del conflicto chileno-mapuche en los medios, específicamente sobre los acontecimientos “quema de iglesias”³, “caso Catrillanca”⁴ y “Temuicui”⁵, intentan responder a una demanda de sentido que surge en la sociedad chilena. Es pertinente mencionar que en el estudio sobre este conflicto se entrecruzan

³ El acontecimiento “quema de iglesias” o “caso iglesias”, que se desarrolló entre 2016 y 2022 en la VIII y IX región de Chile, corresponde a una serie de eventos en los que se incendiaron cultos religiosos católicos y evangélicos.

⁴ El caso “Catrillanca” corresponde a un acontecimiento de gran impacto mediático, que incluyó la renuncia del Ministro del Interior, y tuvo lugar a raíz del asesinato del mapuche Camilo Catrillanca por parte de Carabineros, el 14 de noviembre de 2018.

⁵ El caso “Temuicui” corresponde a un acontecimiento que tuvo lugar el 7 de enero de 2021 y que consistió en el ingreso en la zona de Ercilla de 850 miembros de policía de investigaciones, por medio de la fuerza, con apoyo de drones y helicópteros, en búsqueda de drogas. Este allanamiento terminó con la muerte de un funcionario de la policía de investigaciones y amenazas de muerte contra niñas de origen mapuche.

fenómenos de diferente orden: discriminación y estigmatización de una población de origen indígena, reacciones violentas de los actores involucrados, abuso de poder, explotación económica de un territorio, demanda de reconocimiento identitario, entre otros. Las preguntas que subyacen en mis investigaciones son las siguientes: ¿por qué estudiar el discurso de los medios sobre los acontecimientos recientes en el marco del conflicto chileno mapuche?, ¿cuál es la motivación de estudiar el discurso sobre este conflicto hoy y cuál es su importancia en la contemporaneidad?

Considero que es relevante estudiar en la actualidad el discurso de los medios sobre los acontecimientos recientes en el marco del conflicto chileno mapuche, puesto que nos permite evidenciar tres aspectos importantes: los patrones regulares en la construcción de los acontecimientos, los actores y los referentes; las representaciones y los imaginarios sociales que circulan al interior de estas expresiones; y los sentidos que se configuran a través de unidades de diferente rango (léxicos, sintagmáticos, semánticos, textuales y enunciativos) que se inscriben en determinados géneros discursivos. Estos tres elementos mencionados corresponden a fenómenos intersubjetivos relevadores de un posicionamiento social y político que, a través de su repetición, reformulación y distribución a lo largo del texto, se transforman en “rutina discursiva” (Veniard, 2013) que busca objetivizar las decisiones lingüísticas. Una de las labores del analista del discurso, y del estudioso del lenguaje, es evidenciar los mecanismos que relevan esta subjetividad y las elecciones discursivas.

Mi interés personal como investigador es, a la vez, disciplinar y social. El primer aspecto dice relación con el intento de cubrir un vacío existente sobre esta temática, dado que la mayoría de los trabajos se han realizado desde el Análisis Crítico del Discurso. Volveremos sobre esto más adelante. En cuanto a lo social, me motiva aportar desde el Análisis del Discurso a un diálogo más equilibrado entre la sociedad chilena y la mapuche. Esta última dimensión, independiente de la tradición epistemológica, corresponde a un elemento compartido por varios investigadores

chilenos y extranjeros que han contribuido desde una perspectiva discursiva a la comprensión de un conflicto social entre la sociedad chilena y mapuche.

A partir de lo expuesto, este artículo aborda el fenómeno de la mediatización del conflicto chileno-mapuche en la prensa escrita, de manera específica sobre los acontecimientos “quema de iglesias”, “caso Catrillanca” y “Temucuicui”. En un primer momento, se llevará a cabo un breve estado de la cuestión. En segunda instancia, se abordan cuatro dimensiones teóricas que caracterizan a la perspectiva francesa del Análisis del Discurso, con sus respectivos análisis de los tres acontecimientos mencionados. Por último, se reflexionará en torno a algunas consideraciones generales sobre la base de lo expuesto.

Breve estado de la cuestión

Los trabajos de investigación sobre la mediatización del conflicto chileno-mapuche en la prensa escrita han sido abordados, en su mayoría, bajo la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso.

En el año 2000, Merino publica un trabajo titulado “El prejuicio étnico en el discurso de la prensa. El caso “Mapuchstock””, en la que analiza un acontecimiento artístico-cultural mapuche que se desarrolló en Concepción, el 12 de octubre de 1999. El corpus está compuesto de un reportaje periodístico publicado en *El Mercurio* (17/10/1999), que fue analizado bajo la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso. Los hallazgos de la investigación resaltan la utilización de la intertextualidad como estrategia discursiva. De manera específica, el intertexto entre el acontecimiento artístico-cultural desarrollado en Concepción y el festival de música *Wood stock* en Estados Unidos, caracterizado por el descontrol. A partir de lo anterior, Merino (2000) plantea que las élites simbólicas del país ejecutan, a través de la prensa, una discriminación sistemática hacia los mapuches y sus actividades, tal como fue el caso de “Mapuchstock”.

En 2001, San Martín analizó, en el marco de su tesis doctoral, la representación de los mapuches en tres diarios nacionales (*El Mercurio, La Época y La Tercera*), entre abril de 1997 y abril de 1998. La metodología utilizada es cualitativa e incorpora elementos del Análisis del Discurso, Análisis Crítico del Discurso y la argumentación. Los principales hallazgos resaltan que la prensa construye sistemáticamente una representación negativa de los mapuches mediante diferentes estrategias, tales como la tematización de acontecimientos que denotan la violencia de los mapuches, la supresión de los contextos culturales e históricos del conflicto y la repetición de palabras con connotación negativas referidas a los mapuches. A su vez, este trabajo subraya que, en el corpus estudiado, solo se representa positivamente a los mapuches cuando están asociados a fenómenos folclóricos.

Otra tesis doctoral importante en el área corresponde a la de Merino (2004), titulada *El discurso intragrupal acerca del mapuche y la representación del no mapuche en el discurso público a través del diario Austral de Temuco, Chile*, bajo la dirección de Mauricio Pilleux. El corpus de este trabajo se compone de extractos representativos del discurso público no mapuche y el discurso público mapuche, correspondientes al diario *El Austral* de Temuco, entre 1999 y 2000. La metodología utilizada es de carácter cualitativa e incorpora algunos aspectos cuantitativos. La perspectiva asumida corresponde al Análisis Crítico del Discurso y los principales hallazgos resaltan que el discurso chileno sobre los mapuches es principalmente implícito y se encuentra construido sobre la base de presuposiciones y conocimiento compartidos por la comunidad chilena. Para esta autora, el discurso no mapuche presenta “las características propias de un discurso étnicamente prejuiciado o implícitamente racista y constituye, a la vez, un claro reflejo de la incapacidad de la sociedad no mapuche de comprender una lógica cultural distinta a la propia” (Merino, 2004:218).

En 2005, van Dijk publica el libro *Racism and Discourse in Spain and Latin America* y dedica un apartado en el que analiza la discriminación y el racismo discursivo que sufre las comunidades

mapuches en la prensa chilena. El autor (2005) se apoya en los trabajos de San Martín (2001) y Merino (2004) y lleva a cabo un análisis pormenorizado de una noticia publicada en *El Mercurio*, en la que se aborda una manifestación mapuche en Temuco. En este trabajo, van Dijk (2005) evidencia las principales estrategias discursivas empleadas por el diario, tales como el uso de figuras del lenguaje, determinados adjetivos, eufemismos y oraciones transitivas que enfatizan las acciones negativas de los mapuches.

El mismo autor publica en 2007 *Racismo y Discurso en América Latina*, en el que se encuentra un capítulo consagrado a la realidad chilena. Este apartado se encuentra a cargo de cuatro investigadores chilenos especialistas en el tema: Merino, Quilaqueo, Pilleux y San Martín. Aquello que llama la atención de este capítulo (Merino, Pilleux, Quilaqueo y San Martín, 2017) es la utilización de cuatro corpus distintos (discurso cotidiano, discurso de la prensa chilena, discurso público y manuales escolares) con el objetivo de analizar las principales estrategias discursivas empleadas por los chilenos cuando se aborda el tema mapuche. La metodología utilizada es de carácter cualitativa e integra la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso con métodos derivados de la sociología. Las conclusiones de este trabajo, en lo que concierne a los medios de comunicación estudiados (*El Mercurio*, *La Tercera* y *La Época*, entre 1997 y 1998), afirman que la prensa escrita chilena promueve una imagen sesgada de los mapuches mediante la presentación de estereotipos y descontextualizaciones históricas. Para estos autores, la prensa escrita promueve y actualiza la ideología de la cultura predominante a través de la cual aborda y categoriza los conflictos interétnicos en la región de La Araucanía.

El equipo de investigación encabezado por Merino ha contribuido de manera notable al estudio de la discriminación y el racismo en la prensa escrita chilena desde un ángulo discursivo. Así lo evidencian las numerosas publicaciones, en español e inglés (Pilleux y Merino, 2004; Merino y Pilleux, 2003; Merino, 2004; Merino et al., 2007). Uno de los grandes méritos de este equipo de

investigación, compuesto por lingüistas (Merino y Pilleux) y sociólogos (Quilaqueo), consiste en abrir un campo de investigación inexplorado en Chile mediante una perspectiva interdisciplinar⁶.

En 2015, Julio Sáez publica un artículo titulado “Análisis Crítico del Discurso y Representación de los mapuches en la prensa escrita chilena”. El corpus está compuesto de noticias publicadas en los diarios *El Mercurio* y *La Cuarta*, en relación con una huelga de hambre realizada por un grupo de mapuches ante la aplicación de la ley antiterrorista, entre julio y diciembre de 2010. Lo novedoso de este trabajo es que analiza tanto el texto como las imágenes, para lo cual el autor (2015) se sitúa en la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso y la semiótica visual de Kress y van Leeuwen. Los principales hallazgos de su investigación resaltan que los mapuches son representados visualmente como personas pasivas, carentes de agentividad, así como también personas activas y protagonistas de hechos violentos. Para el autor (2015), las elecciones de las imágenes utilizadas en el corpus reproducen una visión discriminatoria y racista de los mapuches, y positivas de los chilenos.

Durante el año 2018, del Valle y Osorio publicaron un artículo titulado “El conflicto estado-pueblo Mapuche en Chile. Análisis crítico, argumental y descolonial del discurso del diario *El Mercurio*”. El corpus de este trabajo se compone de columnas de opinión, editoriales y noticias de tres periodos históricos del Chile: de 1850 a 1880, de 1950 a 1973 y de 2013 a 2014. Los autores se inscriben al interior de la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso, incorporando elementos del Análisis Argumental del Discurso y de la teoría de los medios de comunicación. Los

⁶ La metodología adoptada por este equipo de investigación se centra en las formas lingüísticas características del discurso de connotación racista y, de manera más amplia, en la búsqueda de una ideología subyacente. En esta línea, la inclusión de categorías sociológicas como el racismo, la teoría de las representaciones sociales y las metodologías propias a las ciencias sociales, como las entrevistas semiestructuradas y focus group, contribuyen notablemente a enriquecer sus análisis al interior de la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso.

principales resultados de esta investigación señalan que existe una continuidad de la matriz ideológica desde la época colonial hasta el presente, en la cual el mapuche es presentado como un enemigo de la civilización y del progreso. A su vez, esta investigación da cuenta de un cambio en el lenguaje utilizado por el diario *El Mercurio* a lo largo de tiempo, en el que se destaca una moderación, atribuida al nuevo marco jurídico de respecto a los derechos humanos.

Lo revisado anteriormente se inscribe en la línea del Análisis Crítico del Discurso

Desde la perspectiva francesa del Análisis del Discurso, se puede mencionar la tesis doctoral de Otazo (2010), titulada *Discours des médias et dynamiques sémio-stratégiques des acteurs sociaux dans le cadre du conflit ethno-identitaire : Le mouvement des indiens Mapuche vu par la presse au Chili [1996-2004]*. La perspectiva asumida por el autor corresponde a la de las Ciencias de la Información, específicamente desde un punto de vista socio-semio-discursivo, inspirado en los trabajos de Charaudeau. Lo novedoso de este trabajo radica en el marco teórico y metodológico que relaciona teoría semiológica de origen francés y categorías del Análisis del Discurso. Además, resulta importante resaltar las conclusiones de este estudio que señalan que al momento de representar el “conflicto mapuche” y sus actores, la prensa chilena los estigmatiza de manera generalizada. Para el Otazo (2010), las estrategias discursivas empleadas por la prensa chilena corresponden a la condensación del hecho noticioso, el uso de cronologías y la utilización de titulares de alto impacto que promueven imaginarios catastróficos sobre el futuro.

En 2019, Segovia Lacoste publicó, junto a su equipo de investigación, el artículo “La construcción discursiva del acontecimiento ‘quema de iglesias’ en el marco del conflicto mapuche: una mirada desde el análisis del discurso”. El corpus de este trabajo se compone de artículos de prensa de los diarios *El Mercurio*, *La Tercera*, *The Clinic*, *Radio Bio-Bio* y *Publimetro*,

publicados entre marzo de 2016 y enero de 2018. Las conclusiones de la investigación resaltan que la prensa tradicional al momento de construir este acontecimiento lo abordó como un fenómeno de desorden público de carácter terrorista, evitando ofrecer una explicación histórica de este. Junto a esto, se abordó la construcción de los actores sociales, en la que resalta la representación negativa de los grupos mapuches responsable de estos hechos. Otros artículos del autor prologan esta reflexión sobre el tema, incorporando conceptos trabajados bajo esta perspectiva, tales como los discursos referidos, la negación polémica, la nominación y las representaciones sociales (Segovia Lacoste, 2015, 2016, 2021; Segovia, Basulto y Zambrano, 2018).

Como es posible advertir a lo largo de este breve estado de la cuestión, un primer aspecto que se releva corresponde a la representación negativa que realiza la prensa tradicional de los mapuches. Esto se realiza, tanto desde la perspectiva anglosajona como la francesa, a través de diferentes recursos lingüísticos como la adjetivación, las comparaciones y analogías con elementos peyorativos, el uso de palabras y sintagmas nominales de carga semántica negativa, roles semánticos de sujetos agentes y pacientes en función de la predicación, entre otros.

A partir de lo anterior, es posible prolongar la reflexión hacia la construcción identitaria de los mapuches vehiculada por la prensa tradicional, lo que permite el diálogo con otras disciplinas de las ciencias sociales. De esta manera, se puede trabajar tanto con la identidad atribuida, en este caso por la prensa tradicional, y, en menor medida, con la identidad reivindicada por las comunidades mapuches.

Un segundo elemento que resalta del este estado de la cuestión corresponde a la utilización de corpus⁷ de prensa escrita tradicional, especialmente de *El Mercurio*. Al estado actual, son escasos los

⁷ La selección y el tratamiento de los datos organizados en un corpus forma parte de un aspecto esencial en Análisis del Discurso, independiente de la perspectiva teórica asumida.

trabajos que abordan un corpus de prensa alternativo, es decir, que analizan medios de comunicación que se encuentran al margen del oligopolio El Mercurio S.A y COPESA. Lo anterior abre un campo para la exploración de diferentes corpus, cuya reflexión se puede extender hacia las ciencias sociales, específicamente a las Ciencias de la Información y la Sociología de la comunicación. Esto permite interrogarse sobre la concentración económica de los medios de comunicación en Chile y las relaciones de poder que se articulan entre grupos de presión, las elites y la sociedad.

Un tercer aspecto a resaltar del estado de la cuestión corresponde a los elementos teóricos movilizados por los diferentes autores, a saber, la relación poder-discurso y sociedad, análisis de la micro y macro estructura del texto, la utilización de figuras de lenguaje, la discriminación percibida, el racismo, las representaciones sociales, ciertos elementos argumentativos, entre otros. Estos elementos son movilizados en función de los objetivos del investigador, las hipótesis propuestas y el marco conceptual en el cual se desarrolla la investigación, lo que implica una reflexión permanente sobre estas herramientas conceptuales. En esta dirección, la perspectiva francesa de Análisis del Discurso ha llevado a cabo una importante reflexión sobre la construcción discursiva del acontecimiento mediático, que se articula sobre la base de la teoría de la nominación en el discurso, la semántica discursiva y la circulación de los decires y las palabras.

La construcción de un acontecimiento a través del lenguaje

Las reflexiones sobre el acontecimiento y las diversas maneras de abordarlo corresponde a una preocupación constante en el Análisis del Discurso francófono. Desde el monográfico de la revista *Terrain* (nº38, 2002) *Qu'est-ce qu'un événement ?*, pasando por los diferentes trabajos de Charaudeau (2001), Moirand (2007), Moirand y Reboul-Touré (2016), Veniard (2013), Calabrese (2016), hasta la publicación del libro *Dire l'événement. Langage, mémoire, société* (2013), las reflexiones sobre el acontecimiento en tanto objeto

de conocimiento son frecuentes y convocan a varias disciplinas de las ciencias sociales. De esta manera, entre la Historia, la Sociología, la Filosofía, las Ciencias de la Información y la Lingüística se van estableciendo puntos de encuentro para abordar los diferentes acontecimientos, tales como el desastre nuclear de Fukushima, la primavera árabe, los atentados del 11 de septiembre, la gripe porcina, la crisis sanitaria del Chikungunya, etc. Si bien cada disciplina posee su forma propia de trabajar y organizar sus datos (corpus, archivos, muestras, fuentes primarias y secundarias), es provechoso para el Análisis del Discurso conocer las metodologías de otras disciplinas.

La noción de acontecimiento parecía constituir un objeto de conocimiento común, que cada disciplina de las ciencias humanas y sociales estudia utilizando conceptos a veces cercanos, a veces diferentes, y métodos particulares, que parece importante conocer y comparar. Si algo sucede, no basta con describirlo, sino que cabe preguntarse qué implica esto para los actores o los testigos del hecho, por lo tanto, considerar el carácter humano del acontecimiento, desde el sentimiento de la experiencia a los decires que la ponen en escena o como relato, e incluso a las razones que explican su resonancia en el espacio público o las consecuencias que se derivan sobre el funcionamiento de las sociedades contemporáneas y la comprensión de su historia pasada y futura (Londei, Moirand, Reboul-Touré y Reggiani, 2013:15)

Como se expresa en el extracto, un acontecimiento, definido por el diccionario *Le Petit Robert* (2012) como “lo que acontece y que tiene una importancia para el hombre”, implica no solo centrarse en lo que “sucede”, “ocurre” en un momento determinado, sino también en los efectos en la sociedad. Un acercamiento desde la Lingüística hará hincapié en los aspectos formales del acontecimiento, es decir, en las estructuras semánticas y sintácticas, y en las formas nominales a través de las cuales se describe y se categoriza un acontecimiento. Asimismo, los verbos empleados y las predicaciones ligadas a un acontecimiento corresponden a

objetos privilegiados desde esta perspectiva. Un acercamiento desde las ciencias sociales relevará, por su parte, los efectos de los discursos sobre un acontecimiento en el espacio público, las diferentes experiencias de los sujetos, y los imaginarios y representaciones sociales que movilizan los discursos. Desde la perspectiva del Análisis del Discurso, tanto los abordajes lingüísticos como los de las ciencias sociales sobre el acontecimiento poseen gran relevancia, dado que coinciden con los propósitos de esta disciplina que busca articular los aspectos discursivos y sociales al interior de un dispositivo de comunicación (Maingueneau, 2014).

Una distinción importante para el estudio del acontecimiento corresponde a la elaborada por Quéré (2013), quien propone diferenciar entre un “acontecimiento existencial” y un “acontecimiento objeto”. El primero corresponde a una entidad que existe independientemente de los medios de comunicación, mientras que el segundo corresponde al fenómeno en el cual un “acontecimiento existencial” es abordado por el discurso, es decir, al interior de un modo de organización textual que conlleva una determinada orientación pragmática. Esto implica que los fenómenos que estudiamos, tales como los casos “quema de iglesias”, “Catrillanca” y “Temucucui”, corresponden, de acuerdo con Quéré (2013), a “acontecimientos objetos”, en la cual la dimensión discursiva resulta relevante, puesto que al mismo tiempo que describe o narra un evento, lo categoriza dentro de una clase objetos reconocidos por los lectores (un atentado incendiario, un acto de violencia policial, una toma de un predio agrícola, etc.). Una operación importante para describir y orientar un acontecimiento corresponde a la nominación.

La nominación en el discurso

La nominación o el acto de nombrar en el discurso corresponde a una práctica que es, a la vez, lingüística y social (Siblot, 1997), y pone en el centro de la preocupación la actividad

del sujeto enunciador. Este, a través del lenguaje, nombra los objetos de la realidad social al mismo tiempo que establece una relación con ellos:

“Nombrar no es solo situarse en relación al objeto, es también tomar una posición en relación a otras denominaciones del mismo objeto a través de las cuales el locutor toma igualmente posición. En consecuencia, es situarse en relación a ellos.” (Siblot, 1997, p.55).

Como se puede evidenciar en este extracto, la dimensión performativa del acto de nombrar deja entrever un punto de vista, un posicionamiento social y ético, a partir del cual el sujeto enunciador sale al encuentro de otras denominaciones posibles sobre este referente. Por ejemplo, en nuestro corpus, la prensa tradicional (*El Mercurio* y *La Tercera*) utilizan las denominaciones “conflicto mapuche”, “zona roja del conflicto mapuche”, mientras que la prensa alternativa emplea “conflicto chileno-mapuche” o “conflicto en la zona de La Araucanía”. Las dos primeras denominaciones resaltan la agentividad de un actor social, los mapuches, mientras que las otras dos visibilizan la acción de otros actores y la relevancia del lugar en el cual se producen los acontecimientos. Algo similar ocurre en los acontecimientos en torno a los incendios de iglesias en la Araucanía, entre 2016 y 2021. La prensa tradicional utilizó al inicio de estos acontecimientos la expresión “quema de iglesias”, una nominalización de evento que oculta a sus participantes, mientras que en los comunicados de la organización que reivindica estos hechos, Weichan Auka Mapu, se empleaba la expresión “acto de sabotajes” o “acciones de sabotaje”. Como es posible advertir de estas nominaciones, el uso de estas posee efectos en la realidad social, ya sea resaltando u ocultando el responsable de las acciones, lo que puede incidir en la estigmatización de un grupo social dado.

De acuerdo con Badiou (2013), la nominación contribuye a dar unicidad al acontecimiento, dado que agrupa una multitud de hechos heterogéneos en un conjunto coherente y reconocible por

los destinatarios. Esta idea es compartida por Calabrese y Veniard (2016), quienes, a su vez, subrayan cuatro características de la nominación: 1) implica un acto de categorización en el que se sitúa al nuevo aconteciendo en función de las expectativas sociales y culturales de los destinatarios; 2) La nominación se encuentra ligada estrechamente a la subjetividad del sujeto enunciador, al posicionamiento frente a otras denominaciones, tal como fue remarcado anteriormente; 3) La nominación posee una dimensión memorial, conmemorativa, que permite ligar acontecimientos recientes con otros, ya sea de la misma familia de acontecimientos o no. Por ejemplo, “Una nueva guerra de Arauco”, “un nuevo atentado incendiario”; 4) Los estudios de las nominaciones en el discurso relevan la importancia del entorno lingüístico, del cotexto. Las palabras no se encuentran aisladas, sino que están en relación con otras. Esto último posee gran relevancia en el estudio de nuestro corpus, pues, si nos centramos en los cotextos de la palabra violencia en el caso “quema de iglesias”, tanto en prensa tradicional como alternativa, el sustantivo abstracto violencia se encuentra acompañado de los términos “enfrentamiento”, “incendios”, “disparos”, “armas”, “zona roja del conflicto”, “grupos violentistas”, etc. Sin embargo, cuando observamos el término violencia en otros acontecimientos del conflicto chileno-mapuche (“Catrillanca” o “Temucuicui”) surgen otras las palabras que acompañan este término: “violencia policial”, “montaje”, “abuso”, “violación de los DDHH”, entre otras.

Según Moirand (2007), el concepto de nominación debe ser repensado en cuanto estrategia de comunicación. Lo anterior implica tomar en consideración la intención comunicativa de los diferentes actores sociales movilizados en los medios de comunicación y la dimensión argumentativa inherente a estos enunciados.

A continuación se analizarán dos textos en torno al caso “Catrillanca” con el propósito de reflexionar sobre el papel de la nominación visto como una estrategia de comunicación.

(1)

Editorial, *El Mercurio*, 18 de noviembre de 2018

La semana política

Retroceso en La Araucanía

La ola de violencia desatada en La Araucanía tras **la muerte de Camilo Catrillanca** -que incluyó graves desmanes y detenidos en Santiago- desnuda el estado de crispación latente en que se desenvuelve la convivencia en la región más pobre de Chile. Catrillanca recibió un disparo letal en la cabeza dentro de la comunidad de Temucuicui, y los antecedentes indicarían que se habría producido en el marco de una persecución policial a los automóviles sustraídos con extrema violencia a tres profesoras. Ni el testimonio de las víctimas del atraco ni las imágenes de Carabineros han podido aclarar si el comunero mapuche participó o no en los hechos. Se está a la espera del resultado balístico para determinar el origen del proyectil, aun cuando todo parece apuntar a que corresponde a Carabineros, que habría debido repeler los disparos de los asaltantes en fuga [...]

(2)

Editorial Colectivo *Mapuexpress*, 13 de diciembre de 2018

La ruta digna tras el asesinato del lamngen Camilo Catrillanca.

La dignidad con la que la comunidad y familia de nuestro lamngen Camilo Catrillanca, **asesinado** por funcionarios estatales chilenos, han enfrentado este lamentable hecho, ha significado un fuerte remezón para mirar con mayor precisión histórica y política lo que está ocurriendo en el Wallmapu, y ha generado una simple, pero poderosa ruta para el Pueblo Mapuche. Desmilitarización de nuestros territorios, establecer un estándar de verdad respecto al **genocidio** realizado por el Estado chileno, continuar la recuperación y control territorial, guiarse por el derecho a la Libre Determinación que “es superior a un eventual reconocimiento constitucional, al Consejo de Pueblos Indígenas y al Ministerio de Asuntos Indígenas”, es lo que ha dicho el Futa Trawun del 1 de diciembre en Temu kuikui. Como Colectivo Mapuexpress asumimos y compartimos estos planteamientos, en cuanto piso mínimo para una línea de trabajo a mediano y largo plazo [...]

En estos dos extractos, pertenecientes al género discursivo editorial, los medios de comunicación *El Mercurio* y *Mapuexpress* asumen perspectivas diferentes frente al mismo acontecimiento. En (1), el periódico *El Mercurio* utiliza el término “la muerte de Camilo Catrillanca” para designar este acontecimiento, mientras que en (2) utilizan el vocablo “el asesinato”. Estas nominaciones del mismo acontecimiento son portadoras de valores éticos y sociales distintos: mientras que la primera permite ocultar el agente responsable, la segunda pone el acento en el causante de los hechos.

Otras construcciones en (1) permiten reforzar la disimulación del agente responsable de la muerte de Catrillanca. En primer lugar, la oración pasiva, “Catrillanca recibió un disparo letal en la cabeza dentro de la comunidad de Temucucui”, y, en segundo lugar, el discurso referido indirecto, “los antecedentes indicarían que se habría producido en el marco de una persecución policial a los automóviles sustraídos con extrema violencia a tres profesoras”. Este último enunciado exculpa a los Carabineros de la responsabilidad de la muerte de Catrillanca, puesto que reaccionaron a un robo dirigido contra tres mujeres profesoras. Nótese que este acto delictivo es calificado como “con extrema violencia”, mediante el empleo del complemento circunstancial de modo, lo que activa la *doxa*⁸ de que la policía se defendió de un robo violento contra tres mujeres indefensas.

En el extracto (2) es posible evidenciar otras expresiones que refuerzan la responsabilidad de la policía en la muerte de Catrillanca y, por extensión, del Estado chileno: el uso del sintagma “Camilo Catrillanca, asesinado por funcionarios estatales chilenos”, que contiene el participio pasado del verbo asesinar, y el empleo del término “genocidio”, que posee una carga semántica negativa, al interior de la construcción “establecer un estándar de

⁸ La *doxa* o sentido común corresponde a una opinión compartida por una gran cantidad de hablantes a propósito de algo o alguien. Para un mayor desarrollo, véase la entrada *doxa* en el Diccionario de Análisis del Discurso (Charaudeau y Mainguenu, 2005).

verdad respecto al **genocidio** realizado por el Estado chileno”. Resaltemos de manera similar la nominalización “Desmilitarización de nuestros territorios”, que en el texto posee un valor de exigencia, de solicitud al Estado de Chile, quien sería indicado como el responsable del ingreso de militares chilenos en La Araucanía.

A partir de este breve análisis, es posible evidenciar que la nominación de los acontecimientos y los objetos referidos en el editorial puede adquirir un interés particular en cuanto estrategia de comunicación de los responsables de los dos medios de comunicación: *El Mercurio* y *Mapuexpress*. Esto nos incita a reflexionar sobre la relación que se establece entre los objetos nombrados en el texto y las consecuencias éticas del acto nombrar. En el primer caso, la semántica discursiva se ocupa de esta serie de relaciones entre las palabras en el nivel del cotexto y, en el segundo caso, las reflexiones que incorporan la dimensión ética, como el concepto de “ética lingüística” (Moirand y Porquier, 2005), puede abordar este aspecto. En este trabajo nos ocuparemos sobre todo de la semántica discursiva.

La semántica discursiva como procedimiento de análisis

Según Bonnafous y Tournier (1995), el sentido de los enunciados corresponde al resultado de las asociaciones de diferentes elementos a nivel textual y enunciativo. Esto implica dejar en un segundo plano la información de orden gramatical presente en los semas de las palabras, lo que permite privilegiar las relaciones asociativas de las palabras al interior de enunciados.

A continuación, presentaremos un enunciado para ejemplificar esto.

(3) Comuneros mapuche se tomaron Ruta 5 Sur: Carabineros logró dispersar a los manifestantes (24 horas, 30 de agosto de 2022).

En el extracto (1), el sintagma nominal *comuneros mapuches* se articula con el verbo “tomarse”. Este verbo transitivo, utilizado frecuentemente en el español de Chile para referir a situaciones de ocupación o bloqueo de un espacio por un grupo social, moviliza una determinada representación asociada a la reivindicación social. De esta manera, *comuneros mapuches*, *tomarse* y *Ruta 5 Sur* se relacionan a través de una red semántica que permite caracterizar el actor comunero mapuche. Este último es concebido como alguien intransigente, violento, que actúa a través de medidas de fuerza, muy lejos de los semas de la palabra mapuche que nos entrega el Diccionario de la RAE:

1. adj. Dicho de una persona: De un pueblo amerindio que, en la época de la conquista española, habitaba en la región central y centro sur de Chile, y que hoy constituye el pueblo indígena mayoritario de Chile. U. t. c. s.
2. adj. Perteneciente o relativo a los mapuches.
3. adj. Perteneciente o relativo al mapuche (|| lengua). Léxico mapuche.
4. m. Lengua araucana que hablan los mapuches en la zona central de Chile y en la Argentina.

Como se advierte en el análisis de (3), el sentido de este enunciado no es de orden gramatical, sino el resultado de las asociaciones a nivel léxico, textual y enunciativo. Esto nos incita a pensar en una semántica que no solo contemple los semas de las palabras inscritas en el Diccionario, sino también las diferentes redes semánticas que contribuyen en la construcción del sentido de los enunciados, es decir, en una semántica discursiva.

De acuerdo con Lecolle, Veniard y Guérin (2018), la semántica discursiva corresponde a un “proceso, una manera de pensar que puede enfocarse sobre objetos diversos (léxico, fraseología, hechos enunciativos, por ejemplo)” y que otorga un lugar fundamental al sentido, en toda su diversidad de manifestaciones. Estas autoras identifican cinco características principales. En primer lugar, la semántica discursiva va más allá de la oposición entre lengua y habla, en beneficio de una articulación dinámica de estos polos

tradicionales en lingüística. El extracto (3) evidencia este aspecto. En segundo lugar, la semántica discursiva se apoya en las formas y usos contextualizados, como también en los discursos y géneros textuales. Por ejemplo, describir el uso del sintagma nominal “el derecho de vivir en paz” en un género musical y en los comunicados de la Asociación para la Paz y la Reconciliación en La Araucanía (APRA), ligada a la extrema derecha en la IX región. En tercer lugar, la semántica discursiva da cuenta de la labilidad de los fenómenos semánticos, dando un lugar a la polisemia, a la ambigüedad y a los fenómenos de reconfiguración del sentido. A modo de ilustración, el empleo del término Apruebonao vs retraso para designar la campaña previa al plebiscito de 2022 (Apruebo vs rechazo).

En cuarto lugar, la semántica discursiva releva la influencia que ejercen los valores, creencias y conocimientos compartidos en la construcción del sentido de los enunciados. Por ejemplo, asociar sacrificios humanos con la autonomía territorial planteada por algunas comunidades mapuches en la columna de opinión de T. Marinovic (*El Mostrador*, 19-06-2014). En quinto lugar, la semántica discursiva describe la manera en que los usos se fijan a medida que circulan entre los hablantes y los medios de comunicación, donde las formas emergentes se transforman en “rutina discursiva” (Veniard, 2013), con el objetivo de convertirse en recursos compartidos por los usuarios de lengua en determinadas circunstancias. Véase el empleo del término administrativo “Macrozona Sur”, para referirse a la zona geográfica comprendida entre la VIII y la IX región de Chile, cuya circulación a través de los diferentes medios de comunicación contribuyó a fijarlo y transformarlo en un recurso socialmente compartido.

La circulación de los decires y las palabras

La teoría de la circulación de las palabras y los decires se sustenta en los postulados de Bajtín/Voloshinov (2009), quien sostiene que las palabras y los decires circulan de un enunciador a otro, de un género discursivo, de una época a otra, arrastrando

consigo los diferentes sentidos y *doxas* a lo largo de estos trayectos. El concepto fundamenta en esta perspectiva dinámica del lenguaje es el de dialogismo, entendido como “las relaciones que todo enunciado mantiene con los producidos anteriormente así como los enunciados futuros que sus destinatarios pueden llegar a producir” (Charaudeau y Maingueneau, 2005:169).

Cuando los medios de comunicación abordan un acontecimiento, el periodista encargado de la redacción del texto moviliza un conjunto de enunciadores (Moirand, 2007), con el propósito de reforzar su credibilidad ante la audiencia. Estos enunciadores, inscritos en el texto mediante el procedimiento enunciativo del discurso referido (directo, indirecto, indirecto libre)⁹, movilizan no solo decires y palabras, sino también representaciones sociales e imaginarios.

En la perspectiva de Bajtín/Voloshinov (2009) las palabras poseen un papel fundamental, dado que, al transitar de un enunciador a otro, de un género discursivo a otro, de un acontecimiento a otro, estas acumulan nuevos sentidos, perdiendo muchas veces su sentido original. En el caso chileno, la palabra *primera línea* designó a los manifestantes que combatieron contra las fuerzas policiales en el marco del denominado “estallido social”, mientras en el contexto de la pandemia coronavirus, la palabra *primera línea* designaba a los médicos y enfermeras que atendían a los pacientes con coronavirus. Visto así, las palabras en Bajtín/Voloshinov (2009) estarían “habitadas por otras voces” y serían “portadoras de memoria”, aspectos que contribuyen a formar una memoria colectiva, que funcionan como recurso compartido para la comprensión e interpretación de las diferentes palabras al interior de los textos.

Moirand (2007) identifica diversas formas de para trazar la circulación de una palabra, a través de sus repeticiones,

⁹ El discurso referido ha sido objeto de numerosos trabajos en el mundo francés y español. Véase la entrada Discurso Referido en el Diccionario de Análisis del Discurso (Charaudeau y Maingueneau, 2005).

reformulaciones, retomas y olvidos. Una mención especial requiere el concepto de “paradigma designacional” de Mortureux, que consiste en “una lista de los sintagmas (en general nominales, a veces verbales) que funcionan en correferencia con un vocablo inicial en un discurso dado” (Mortureux, 1993: 124), y que permite recoger información importante desde un punto de vista léxico y semántico. Por ejemplo, analizar las relaciones semánticas entre las palabras seleccionadas y sus reformulaciones (sinonimia, hiperonimia, hiponimia, metonimia, metaforización, paráfrasis designativa) a lo largo de un texto.

Veamos a continuación dos ejemplos de los acontecimientos “quema de iglesias” y “Temucucui”:

(4) Coordinador de la macrozona Sur por incendio en iglesia de Padre Las Casas: "Es un atentado de carácter terrorista" Como un "**atentado incendiario de carácter terrorista**" calificaron en el Gobierno el incendio ocurrido anoche en una iglesia en Padre Las Casas, Región de La Araucanía. Para el coordinador de la macrozona Sur, Pablo Urquizar, "lo ocurrido es muy grave, toda vez que el **atentado incendiario con carácter terrorista** contra una Iglesia afecta no sólo a la instalación misma, sino también a la libertad religiosa de las personas tanto mapuches como no mapuches" (EMOL, 14 de abril de 2021)

(5) Temucucui cita a "Lef Xawun" tras allanamiento al interior de la comunidad: están invitados autoridades políticas y del Poder Judicial

"**El terrorismo de estado** vivido por el territorio de Temucuiui, es una decisión que viene desde el Palacio de La moneda, es una decisión del Gobierno que junto con los demás poderes del Estado pretenden extinguir la resistencia mapuche, para dar libre transito a las empresas extractivistas. Por lo que mañana puede sufrir este tipo de agresión cualquier territorio mapuche, organización o grupo que se opone al **neoliberalismo**, por ello es urgente congregarse y dar

muestras vivas que existe un pueblo que se opone al **terrorismo de Estado, a su genocidio** y a su modelo económico", advierten (*El Mostrador*, 18 de enero de 2021).

En los extractos (4) y (5) se evidencia el empleo del término terrorista en dos noticias de diferentes medios de comunicación, ambos en discursos referidos directos. En (4) este término se encuentra al interior de la nominalización "atentado incendiario", cumpliendo la función de un complemento del nombre. Esta construcción se repite dos veces, con dos preposiciones distintas, "de carácter" y "con carácter", lo que es relevador del lenguaje jurídico. Cabe señalar que la ley antiterrorista contra las demandas mapuches ha sido utilizada de manera frecuente estos últimos quince años, tanto por gobiernos de derecha como de izquierda (Pinto, 2015), lo que explica la frecuencia de esta categorización jurídica en el texto. En (5), el término terrorista aparece en posición temática junto a un complemento del nombre, "de Estado", lo que nos orienta a otro universo discursivo, distante del lenguaje jurídico movilizado por los medios de comunicación tradicional. En este extracto se aporta información sobre quién ejerce el terrorismo, cómo lo realiza y para qué. A su vez, se relaciona "terrorismo de Estado" con "genocidio" y "modelo neoliberal", palabras cargadas de memoria y que nos sitúa en el ámbito de la lucha contra el poder hegemónico.

Una reflexión que considere la circulación de las palabras pone en foco en los diferentes sentidos que arrastra el término terrorista en Chile, que va desde su empleo por la dictadura cívico-militar de 1973 para designar a sus opositores hasta su uso jurídico en los gobiernos de la Concertación y posteriores, que aumenta las penas de cárcel a quienes se les aplica. El sentido inicial de este término, como una caracterización negativa y una amenaza para la paz social, no se ha perdido en sus innumerables trayectos. Lo que cambia es su referente, dado que en (4) se aplica a los responsables de los incendios contra las iglesias, específicamente a las asociaciones Weichan Auka Mapu y la Coordinadora Arauco Malleco, mientras que en (5) el referente es el

Estado de Chile, sobre todo a partir de los acontecimientos “Catrillanca” y “Temucuicui”. De esta manera, la palabra terrorista se transforma, en palabras de Bajtín/Voloshinov (2009), en una “arena de lucha”, entre quienes proponen un sentido unívoco al término terrorista, referido a determinados grupos mapuches, y quienes cuestionan este sentido unilateral y plantean otros referentes para esta palabra, específicamente el “terrorismo de Estado” aplicado contra las comunidades mapuches. La existencia de una pluralidad de referentes del vocablo terrorista, a raíz de los fuertes cuestionamientos y críticas de parte de la opinión pública a la acción de la policía y al Estado de Chile en los casos “Catrillanca” y “Temucuicui”, releva la inestabilidad semántica de la palabra terrorista, lo que concuerda con los postulados de la semántica discursiva.

Consideraciones finales

En este trabajo se abordaron algunas preguntas fundamentales para quienes trabajan en Análisis del Discurso, a saber, ¿por qué estudiar el discurso en la contemporaneidad?, ¿qué motiva estudiar el discurso hoy?, ¿cuál es su relevancia?, ¿qué evidencia los estudios del discurso? y ¿qué caracteriza a un investigador de estudios discursivos?

La manera de realizarlo fue a través de un breve estado de la cuestión de los estudios sobre la mediatización del conflicto chileno-mapuche en la prensa desde los estudios del discurso, así como también mediante la revisión de cuatro aspectos teóricos que caracteriza una de las múltiples perspectivas que reúne la escuela francesa del Análisis del Discurso. Se incluyó en la presentación de los conceptos ejemplos ilustrativos de mi corpus de los acontecimientos “quema de iglesias”, “Catrillanca” y “Temucuicui”.

El camino que se escogió para responder a las preguntas mencionadas se basa en la revisión de la literatura sobre el tema y en la articulación de los elementos teóricos y la descripción del corpus. Esta elección se sustenta, por un lado, en un procedimiento

recurrente de los investigadores, quienes realizan estados de la cuestión del objeto de estudio y, por otro lado, en una práctica característica de los investigadores en los estudios del discurso: el movimiento incesante de ida y vuelta entre la teoría y el corpus (Charaudeau, 2009; Maingueneau, 2014; Moirand, 2007). Este procedimiento permite cautelar que la recogida de los datos, organizados en un corpus, se adecúa a la naturaleza de la problemática estudiada. Además, este procedimiento supone que la revisión teórica es un ejercicio permanente en función de la naturaleza del corpus.

A partir del estudio de los tres acontecimientos (“quema de iglesias”, “Catrillanca” y “Temucuicui”) es posible relevar tres cosas:

- La importancia del lenguaje en la construcción de estos acontecimientos, que no solo nombraron y categorizaron los referentes del corpus, sino que otorgaron una orientación pragmática en relación con su interpretación.
- El análisis de las palabras y sus cotextos relevaron la naturaleza dinámica e inestable de ciertas palabras, es decir, la incapacidad de los diferentes actores sociales para proponer o fijar un sentido unilateral.
- Como consecuencia del punto anterior, el análisis del discurso debe procurar articular de mejor manera el sentido lingüístico, derivado del estudio del cotexto y el contexto, y el sentido social, entendido como la manera en que una sociedad comprende los fenómenos sociales. Esto requiere un trabajo de colaboración estrecha con sociólogos, antropólogos y comunicadores sociales.

Para finalizar, comparto las reflexiones de Moirand (2020) sobre este punto:

[...] cualquier reflexión sobre el “discurso” deriva, a mi parecer, de una serie de preguntas sobre el “sentido”, pero ¿de qué sentido se trata?, ¿del sentido de las palabras y las construcciones sintácticas, el

sentido lingüístico? ¿O bien de una interrogación sobre el sentido social de los comportamientos lingüísticos, del habla y de los dichos de los sujetos llamados “sociales”? ¿O también podría tratarse de una reflexión sobre el sentido de los enunciados en su relación con las condiciones de producción e interpretación? ¿O incluso podría ser sobre los discursos sociales, en el sentido de M. Angenot (2014): un sentido social, que se inscribiría en la historia de las ideas, en las temporalidades de una sociedad, por tanto, en un momento dado de su historia? (Moirand, 2020).

Referencias

- BADIOU A. (1988). **L'Être et l'événement**, Paris, Éd. Le Seuil.
- BAJTÍN/VOLOSHINOV, (2009). **El marxismo y la filosofía del lenguaje:(los principales problemas del método sociológico en la ciencia del lenguaje)**. Ediciones Godot.
- BONNAFOUS, S Y TOURNIER, M. (1995). “**Analyse du discours, lexicométrie, communication et politique**”. *Langages* 29: 67-81
- CALABRESE L Y VENIARD M. 2016. “**Événement**”. En **Publictionnaire. Dictionnaire encyclopédique et critique des publics**. En línea: <http://publictionnaire.huma-num.fr/notice/evenement>
- CHARAUDEAU, P Y OTROS (2001). **La télévision et la guerre: Déformation ou construction de la réalité?** Bruxelles: INA-De Boeck Université
- CHARAUDEAU, P. (2009). “Dis-moi quel est ton corpus, je te dirai quelle est ta problématique”. *Corpus*, (8), 37-66.
- CHARAUDEAU, P. Y MAINGUENEAU, D. (2005). **Diccionario de análisis de discurso**. Amorroto. Buenos Aires.
- DEL VALLE. C Y OSORIO, S. (2018). “El conflicto estado-pueblo Mapuche en Chile. Análisis crítico, argumental y descolonial del discurso del diario El Mercurio”. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, (139), 245-265.

- LECOLLE, M., VENIARD, M., & GUÉRIN, O. (2018). "Pour une sémantique discursive: propositions et illustrations". **Langages**, 210(2), 35-54.
- LONDEI, D., MOIRAND, S., REBOUL-TOURÉ, S. Y REGGIANI, L. (2013). **Les sens de l'événement. En Dire l'événement. langage, mémoire, société**. Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2013, (p. 11 – 20).
- MAINGUENEAU, D. (2014). **Discours et analyse du discours**. Paris, France: Armand Colin.
- MAINGUENEAU, D. 2018. "Quelques réflexions sur l'évolution de l'analyse du discours". En Ablali, D., Achard-Bayle, G., Reboul-Touré, S., Temmar, M. (eds), **Texte et discours en confrontation dans l'espace européen**, Berne, Peter Lang.
- MERINO, M. E. (2000). "El prejuicio étnico en el discurso de la prensa. el caso 'mapuchstock'". *Onomázein*, (5), 67-81.
- MERINO, M. E. Y PILLEUX, M. (2003). "El uso de estrategias semánticas globales y locales en el discurso de los chilenos no mapuches de la ciudad de Temuco". **Estudios Filológicos**, 38, 111-119.
- MERINO, M.E. (2004). **El discurso intragrupal acerca del mapuche y la representación del no mapuche en el discurso público a través del diario Austral de Temuco, Chile**. Tesis doctoral. Universidad Austral de Chile.
- MERINO, M.E., PILLEUX, M., QUILAQUEO, D., SAN MARTÍN, B. (2007). "Racismo discursivo en Chile. El caso Mapuche". En T. Van Dijk (ed.), **Racismo y Discurso en América Latina** (pp. 137-181). Madrid, España: Editorial Gedisa.
- MOIRAND, S. (2007). **Les discours de la presse quotidienne. Observer, analyser, comprendre**. Paris, France: PUF.
- MOIRAND, S. (2020). "Retour sur l'analyse du discours française, Pratiques, 185-186.
- MOIRAND, S. Y PORQUIER, R. (2005). "De l'éthique de la nomination à l'éthique de l'interprétation: autour du mot "otage" et de quelques autres". En Delamotte-Legrand y Caitucoli (eds.). **Morales langagières Autour de propositions de recherche de Bernard Gardin**, pp.139-154. Rouen: Publication des Universités de Rouen et du Havre.

- MOIRAND, S. Y REBOUL-TOURÉ, S. (2016). **“Nommer les événements à l’épreuve des mots et de la construction du discours”**. *Lingue française*, 188, 105-120.
- MORTUREUX, M-F. (1993). **“Paradigmes désignationnels”**. *SEMEN* 9: 121-141.
- OTAZO, J. (2010). **Discours des médias et dynamiques sémio-stratégiques des acteurs sociaux dans le cadre du conflit ethno-identitaire: Le mouvement des indiens Mapuche vu par la presse au Chili [1996-2004]**. Tesis doctoral, Paris III- Sorbonne nouvelle.
- PILLEUX, M. Y MERINO, M.E. (2004). **“El prejuicio ético desde una perspectiva de análisis del discurso”**. *Onomázein*, 9, 169-186.
- PINTO, J. (ed.). (2015). **Conflictos étnicos, sociales y económico. Araucanía 1900-2014**. Quéré, L. (2013). **“Les formes de l’événement”**. *Mediazoni* 15 [en línea]. Disponible en http://www.mediazioni.sitlec.unibo.it/images/stories/PDF_folder/document-pdf/15-2013/qur.pdf
- SÁEZ, J. (2015). **“Análisis crítico del discurso y representación de los mapuches en la prensa escrita chilena”**. *Lenguas y Literaturas Indoamericanas*, (17).
- SAN MARTÍN, B. (2001). **La representación de los mapuches en la prensa nacional**. Tesis doctoral en Lingüística. Universidad Católica de Valparaíso, Valparaíso, Chile. Santiago, Chile: Pehuén.
- SEGOVIA LACOSTE, P, (2021). **“La quema de iglesias o caso iglesias en la prensa: un acercamiento desde el Análisis del Discurso”**. *Synergies Chili*, 17, p. 45-57.
- SEGOVIA LACOSTE, P. (2015). **“Nommer le « conflit mapuche » dans la presse chilienne”**, in Richard, A et al. (dir.) **Le discours politique identitaire dans les médias**, (p.139-165). París, L’Harmattan.
- SEGOVIA LACOSTE, P. (2016). **“La construction discursive de l’événement conflit mapuche dans la presse écrite chilienne”**, *Synergies Chili*, 12, p.73-87.
- SEGOVIA LACOSTE, P., BASULTO GALLEGOS, Ó., Y ZAMBRANO URIBE, P. (2018). **“Imaginarios sociales y representaciones: su aplicación a análisis discursivos en tres**

ámbitos diferentes”, **Revista de metodología de Ciencias sociales Empiria**, 41, p. 79-102.

SEGOVIA LACOSTE, P., OSORIO ZÚÑIGA, F., AILLON NEUMANN, M., Y BASULTO GALLEGOS, Ó. (2019). “La construcción discursiva del acontecimiento" quema de iglesias" en el marco del conflicto mapuche: una mirada desde el análisis del discurso”. **Boletín de filología**, 54(2), 319-349.

SIBLOT, P. (1997). “Nomination et production de sens: le praxème”. **Langages**, 127, 38–55.

VAN DIJK, T. (2005). **Racism and Discourse in Spain and Latin America**. Amsterdam, Netherlands: Benjamins.

VAN DIJK, T. (2007). **Racismo y Discurso en América Latina**. Barcelona, España: Gedisa.

VENIARD, M. (2013). **La nomination des événements dans la presse. Essai de sémantique discursive**. Paris, France: Presses universitaires de Franche-Comté.

LOS ESTUDIOS DEL DISCURSO EN AMÉRICA LATINA: PASADO Y PRESENTE

María Cristina Arancibia Aguilera¹

María Teresa Oteíza²

Introducción

En Latinoamérica y el Caribe, los estudios del discurso poseen un foco en problemáticas críticas para la región como son la alfabetización y la pobreza. Por una parte, a mediados de la década de 1990, surge la preocupación respecto del alto impacto que tiene el acceso inequitativo a una educación de calidad en las escuelas y en los bajos índices de comprensión y producción escrita en contextos de educación terciaria (Parodi, 2005; 2007). Así también, comienza a instalarse una creciente preocupación, vinculada con los efectos de una nueva etapa de globalización que comienza a observarse a partir de 1970 y cuyo impacto, se visualiza notoriamente desde 1990. Este último fenómeno causa una fuerte reacción entre miembros de los círculos académicos, puesto que la aplicación de políticas liberales por parte de algunos gobiernos latinoamericanos resulta en una notoria pobreza extrema y una profunda desigualdad (Pardo Abril, 2012; Pardo, 2017). En este escenario, tanto la escritura académica como el análisis crítico del discurso están, claramente, presentes en el quehacer académico (Bolívar, 2010; Pardo, 2010).

En relación con la vertiente investigativa que aborda la comprensión y producción del discurso escrito, a fines de la década de 1990, luego de casi veinte años de investigación empírica en el tema de la comprensión del discurso, Parodi (2007) manifiesta su

¹ PUC-Santiago – Chile

² PUC-Santiago – Chile

posicionamiento hacia la comprensión como un proceso abordable desde la interdisciplinariedad. Esta perspectiva responde al dominio, en la década de 1980, de una mirada centrada en aspectos meramente cognitivos de la comprensión. Esta perspectiva es refutada por Parodi (2005, 2007), quien propone una mirada antropológica y trascendente hacia el lenguaje. De hecho, Peronard y Gómez (1985), son los primeros en definir el proceso de comprensión como la construcción consciente de significados de un texto, que trasciende la comprensión individual, para alcanzar su plenitud cuando se hace a otros partícipes de este proceso de construcción de significados. A partir de 1990, los estudios de comprensión son liderados en Chile por Parodi (2007). Su obra inicial realiza un recorrido crítico por los modelos de lectura y escritura desde 1970 hasta las publicaciones más actuales a la fecha, para luego dar su visión sobre la proyección que tiene la investigación en el área de comprensión y producción escrita. Ya en la primera década del nuevo milenio, Parodi (2005; 2007) traza un recorrido fundamental para comprender cómo el desarrollo de estrategias de comprensión y producción del discurso en la escuela se encuentra en relación estrecha con el saber que se crea al interior de las disciplinas y que se recontextualiza en los textos escolares.

En la actualidad, en el área de escritura disciplinar, investigadores como Sabaj et al. (2015) han trabajado la descripción de los informes de arbitraje de artículos de revistas científicas y tesis de grado. Junto a estas investigaciones, encontramos los trabajos de Vidal y Leiva (2021) y Vidal (2021) en el área desarrollo de habilidades de escritura académica en estudiantes universitarios desde la perspectiva de la Lingüística Sistémico Funcional (LSF). Estas y otras investigaciones en el área, nos permiten comprender que la investigación en comprensión y producción del discurso en la actualidad, se ha ampliado y continuará ampliándose en virtud del desafío que impone la emergencia de nuevas plataformas de interacción social y tecnologías asentadas en la inteligencia artificial que pueden ser puestas al servicio de la alfabetización.

Una segunda línea disciplinar que aborda los estudios del discurso y en la que se concentrará este capítulo, se relaciona con la representación de los significados sociales y culturales inscritos en las prácticas sociales y realizados en el discurso cotidiano. En este contexto, los estudios del discurso en Latinoamérica comienzan a dar sus primeros frutos hacia mediados de 1990 con los trabajos de Bolívar (1994) y Carbó (1999), quienes concentran su análisis en el discurso político desplegado en los medios de comunicación. Esta tradición en los estudios del discurso aborda problemas sociales a los que se intenta responder desde la lingüística en conjunto con teorías sociales que poseen una raigambre en paradigmas que comienzan a generarse en Europa en la década de 1970.

En 1995, la creación de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED) reúne a un grupo de investigadores de la región en torno a estudios relacionados con la representación de la pobreza extrema como un fenómeno multidimensional que se observa en la precariedad de la vivienda, trabajo, salud pública, educación y en todos aquellos aspectos relacionados con derechos sociales y humanos (Pardo Abril, 2012; Pardo, 2017; Marchese, 2020; Resende, 2020). Asimismo, otra línea de trabajo relevante ha sido la investigación en memoria y trauma tras las dictaduras que se asentaron en Latinoamérica en los años 1970 (Oteíza y Pinuer, 2016; Oteíza, 2018; Achugar 2011). También, en el área de derechos humanos en intersección con diversidad sexual, la investigación de Soich (2018, 2021) en Argentina ha sido relevante para desnaturalizar la marginación que viven las personas trans en Argentina. Adicionalmente, otra preocupación que ha surgido asociada a los derechos humanos es la inclusión de personas con necesidades especiales. En esta área los estudios conducidos por Godoy et al (2015), Vergara Heidke (2019) y Manghi et al (2016) han realizado un importante aporte. Asimismo, existen crecientes investigaciones en inclusión de minorías étnicas: Merino, Becerra y De Finna (2017), Arancibia y Alarcón (2019), Oteíza (2021, 2023) y Franzani (2021). Como se puede apreciar, la producción académica en la región ha permanecido activa y comprometida con

problemáticas que inquietan a las comunidades locales y temas que, reconociendo la adversidad, celebran la fuerza de comunidades para seguir sus luchas. De este modo, los estudios del discurso en Latinoamérica son un espacio de resistencia y expresión de las voces que se encuentran ocultas en las prácticas sociales que tienden a perpetuar estados de injusticia y marginación.

Temáticas que reúnen a las comunidades académicas Latinoamericanas en torno a los estudios del discurso en la actualidad

Como señalamos en la sección anterior, la fuerza con que se impone la globalización en nuestra región (Pardo, 2016) nos enfrenta a nuevas formas de capitalismo y, por consiguiente, la extrema pobreza sigue siendo objeto de estudio junto a temas que se exploran la intersección de pobreza y salud durante la pandemia y la problemática ambiental vinculada a la influencia del ser humano, como principal causante del cambio climático.

En relación con la crisis sanitaria mundial que afectó de manera profunda a los países de la región a partir de 2020, en el caso específico de Chile, la pandemia se traslapa con un país convulsionado (Ojeda y Campo, 2020), que vivió su momento cúlmine durante la revuelta popular que comienza en octubre de 2019 y que en 2020 se pensó que se vería disminuida por las largas cuarentenas, situación que no fue así. Desde una perspectiva sociológica, Guerrero y Pérez (2020) afirman que la continuidad del movimiento social en pandemia podría radicar en la rabia que siente la población frente a gobiernos que se muestran pasivos ante la profunda desigualdad social que lleva décadas sin respuesta. Los autores señalan que el estado de Chile, a partir de 1975, va perdiendo gradualmente capacidad estatal por las políticas liberales que se instauran. Esto, sumado a un sistema político que, desde el proceso de recuperación de la democracia, en 1990, no logró neutralizar la influencia del poder económico en el espacio

de toma de decisiones. Esta lógica estructural, imbricada en un modelo socioeconómico de mercado, generó profundas desigualdades. Producto de lo anterior, en un lapso de cuarenta años, el ciudadano común y corriente experimenta el abandono del estado frente al trato abusivo y corrupto de empresas privadas a cargo del transporte, de la construcción de viviendas y de los servicios básicos como señalan en su investigación Cárdenas Neira y Pérez (2021) desde una perspectiva discursiva.

En este contexto, la pandemia muy lejos de desmovilizar la acción colectiva, exagera las demandas por respuestas al desamparo que vuelve a enfrentar la población en Chile durante crisis sanitaria. Estas demandas se materializarían mediante la participación activa de la población en redes sociales. Facebook, Twitter, YouTube e Instagram, se convierten, así, en espacios de desafío al discurso hegemónico de las autoridades de la época lo que contribuye a dar continuidad al cambio comenzado en octubre de 2019, a través de la esfera digital (Cárdenas-Neira y Pérez, 2021). En este escenario de crisis sanitaria, las plataformas virtuales tradicionales, como es el caso de Facebook, se convierten en un espacio de contestación a las autoridades políticas por parte de la ciudadanía, la cual interpreta, construye y negocia adhesión al posteo de opiniones y crea afiliación hacia rituales de condena moral a las autoridades políticas (Arancibia y Montecino, 2017; Arancibia, 2022).

En relación con la condena discursiva que se materializa en redes sociales durante la pandemia, Arancibia (2022) señala que, frente a la indolencia de las autoridades gubernamentales chilenas en 2020, quienes muestran un grave desconocimiento en relación con los índices de hacinamiento y precariedad que vivía el pueblo en cuarentena, las plataformas más tradicionales, como es el caso de Facebook, se convierten en un espacio que busca generar filiación entre los usuarios de esta plataforma con el propósito de reprochar el comportamiento indiferente y apático de las autoridades y clase política. Esta condena, se refleja mediante posteos organizados como una cascada de comentarios que

muestran al lector/hablante que existe un conocimiento compartido y aceptado como verdadero entre usuarios (Arancibia y Montecino, 2017). Mediante expresiones como “*viven en el Olimpo*” o “*viven en una burbuja*” las autoridades de gobierno y a la clase política se representan alejados de la ciudadanía. Este análisis encuentra respaldo en el estudio que Fábrega (2022) hiciera respecto del proceso de elección de constituyentes para redactar una nueva constitución en Chile. Los resultados de la elección a nivel nacional causa cierto estupor en la clase política, puesto que 103 de un total de 155 constituyentes elegidos por voto directo, no pertenecían a un partido político. Esta situación pone de manifiesto la condena de los ciudadanos a la clase política, considerada incapaz de empatizar con las demandas sociales.

En este escenario de fuerte presión por el hacinamiento y pobreza que resulta de las largas cuarentenas, el centro norte de Chile enfrenta en 2020 el décimo año de una sequía que amenaza seriamente el ecosistema de espacios rurales como señalan los estudios realizados por Oppliger et al. (2019), desde la perspectiva geográfica. Los autores analizan el fenómeno de escasez hídrica que comienza a observarse en el sur de Chile también y llegan a la conclusión de que este es un evento socionatural. Esto implica comprender que el cambio climático es un fenómeno multifactorial, principalmente causado por razones antropogénicas (Bolados y Babidge, 2017). Los autores señalan que una de las razones asociadas al fenómeno de la sequía en Chile es la falta de adecuada gestión del agua, la cual ha priorizado por más de cuarenta años actividades de alto interés económico a nivel nacional. Esta perspectiva profundamente economicista ha provocado la comercialización sin precedentes de agua, bosques, recursos minerales, entre tantos otros ejemplos (Oppliger et al, 2019). El proceso de desruralización que está sufriendo Latinoamérica, resulta un tema vital para que desde los estudios del discurso podamos avanzar hacia la mantención del equilibrio del ecosistema social y natural del planeta.

Estudios críticos del discurso: aproximaciones teórico-metodológicas en Latinoamérica

Como hemos señalado en la introducción a este capítulo, los estudios del discurso en Latinoamérica, en un comienzo, reciben la influencia teórica y metodológica de los trabajos realizados por académicos europeos. No obstante, desde la década de 1990, investigadoras e investigadores comienzan a construir una identidad propia. El enfoque crítico hacia los estudios del discurso en la región, se asienta, fundamentalmente, en las propuestas de Bolívar (1994, 2003, 2010), Pardo (2010, 2016, 2017), Pardo Abril (2012), Montecino (2010), Resende (2020) y Oteíza (2018, 2021, 2023). De este modo, los estudios críticos del discurso en Latinoamérica han abordado el análisis de temáticas vitales para la construcción de sociedades más justas e inclusivas, fundamentalmente a través de miradas históricas y culturales, enfoques sociocognitivos y cognitivos y perspectivas sociosemióticas con sus respectivos abordajes metodológicos y de análisis de corpus. Describiremos brevemente los dos primeros enfoques, para luego centrarnos en los principios teórico-metodológicos de la mirada sociosemiótica.

2.1 Miradas históricas y culturales

El enfoque histórico hacia el discurso (EHD) y el enfoque cultural (ECD) asumen perspectivas críticas hacia los fenómenos sociales y reconocen una base multidisciplinar en la búsqueda para dar respuesta a las preguntas de investigación que se proponen contestar. En el caso específico del EHD, sus exponentes más conocidos son Wodak y Reisigl (2009), Reisigl y Wodak (2016) entre otros autores. Este enfoque posee una fuerte orientación hacia la teoría crítica desde tres objetivos que la orientan. El primer objetivo es la crítica inmanente, la cual trata de descubrir contradicciones y paradojas en las estructuras internas de los discursos que circulan en las instituciones. El segundo objetivo corresponde a la crítica socio diagnóstica, orientada a la búsqueda de teorías sociales que permitan al analista visualizar aquellas estructuras interaccionales

que deben ser desnaturalizadas y expuestas. Finalmente, la crítica prospectiva contribuye a la transformación y mejoramiento de la comunicación al interior de las instituciones mediante la corrección de estrategias de comunicación que perpetúan abusos y discriminaciones (Reisigl y Wodak, 2016).

En Latinoamérica, las investigaciones de Pardo (2015, 2016, 2017), Marchese (2015, 2020, 2021) y Soich (2021, 2018) son representativas de miradas históricas y también culturales desde el paradigma crítico del discurso. Los autores desarrollan sus estudios sobre pobreza y discriminación a partir de un problema sociocultural, enfocado desde la interdisciplina y con una mirada ecléctica hacia su abordaje analítico. Esto último implica sumar teorías y métodos que se consideran útiles para comprender y explicar el fenómeno discursivo, como señalan Pardo y Soich (2020). El Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos de autoría de Pardo, 2011, provee al analista de una serie de categorías gramaticalizadas y otras semántico-discursivas. *Estas categorías muestran la manera en que los diferentes actores sociales representan discursivamente su mundo* (Pardo et al, 2020, 103). También orientadas hacia un enfoque cultural, se encuentran los trabajos de Merino et al (2016), quienes analizan el posicionamiento discursivo de jóvenes mapuche chilenos que habitan la urbe en la construcción dilemática de su identidad étnica.

2.2 Enfoques cognitivo y sociocognitivo

Una segunda línea teórico-metodológica corresponde a la perspectiva sociocognitiva, cuyo principal exponente es van Dijk (2018). El autor reconoce la naturaleza interdisciplinar de los estudios críticos del discurso, los cuales aborda desde el concepto de modelo mental, considerado como fundamental para la comprensión y producción del discurso. En este contexto, van Dijk (2018) afirma que los usuarios de una lengua no solo construyen modelos semánticos de los eventos cotidianos, sino también, construyen modelos pragmáticos, almacenados en la memoria a largo plazo (MLP), lo que permite a las personas comprender y participar de interacciones cotidianas, puesto que permiten un

manejo del conocimiento por individuos en una sociedad. Las investigaciones de van Dijk relevan la importancia del contexto y del conocimiento compartido por miembros de una misma comunidad en relación con los fenómenos que se materializan en el discurso. Asimismo, el autor llama a prestar atención a las proposiciones, que a nivel semántico, representan los eventos del mundo. A nivel gramatical, sugiere al analista concentrarse en la estructura de las cláusulas, el uso de pronombres, nominalizaciones y estructuras pasivas, entre otras que estén vinculadas a la construcción de conocimiento expresado en el discurso. Algunos estudios que adoptan esta perspectiva son las investigaciones de Cárdenas Neira (2020, 2017, 2016), Bonnín (2013) y Resende y Gruppi de Mendoca (2019).

Otra perspectiva ampliamente conocida y difundida en América Latina, corresponde al paradigma cognitivo. Actualmente, denominada Teoría de la Metáfora Conceptual (TMC) por Kovecses (2002) y Semino (2008), esta corriente teórico-metodológica sostiene que en la mayoría de las lenguas, existen expresiones para referirse a fenómenos en términos de cosas más concretas. Estas expresiones, no solo constituirían una manera de hablar sino también patrones de pensamiento. La TCM se enfoca en expresiones que pueden consistir de una palabra o frases que hacen referencia a un *dominio meta*, más abstracto, mediante el vínculo a un *dominio fuente* que es más concreto, simple y familiar (Semino, 2008, 96). Algunas investigaciones realizadas desde esta perspectiva en la región son los estudios de Bonnín (2017) y Resende (2020).

Perspectiva sociosemiótica

Un tercer acercamiento teórico-metodológico hacia los estudios del discurso corresponde al enfoque sociosemiótico, representado por la investigación desarrollada desde la perspectiva Sistémico Funcional (LSF) por Halliday con Matthiessen (2014) con los aportes posteriores Martin y Rose (2008), Martin y White (2005)

y Martin, Quiroz y Figueiredo (2021) entre otros muchos trabajos relevantes en este tema. Adicionalmente, desde el enfoque multimodal, la investigación realizada por Kress y van Leeuwen (2006, 2021), se centra en la multiplicidad de modos semióticos que se combinan para la creación de significado.

La mirada de la LSF hacia el lenguaje, propuesta por Halliday con Matthiessen (2014), se asienta primeramente en una definición que lo concibe como un sistema estratificado de opciones para significar. Este rasgo permite a los seres humanos comprender su propia experiencia, interactuar con su entorno social y natural y organizar sus mensajes orales y escritos en flujos coherentes y cohesionados. Desde esta perspectiva, las opciones de significados que realizan los hablantes de una lengua no son aleatorias, sino que correlacionan con tipos de actividades que se ejecutan en el contexto de las instituciones de una sociedad o comunidad (Martin y Rose, 2008). Los patrones regulares de actividad cultural son modelados, mediante el principio de realización, por las variables de registro correspondientes al campo o actividad social, tenor o naturaleza de la interacción entre participantes y modo o papel del lenguaje en la interacción. Cada una de estas variables es realizada por las dimensiones funcionales del lenguaje, que organizan los significados contextuales en aquellos que interpretan la experiencia del ser humano en el mundo, metafunción experiencial; aquellos significados que representan las relaciones entre personas y con su entorno, metafunción interpersonal y, aquellos que organizan el discurso, metafunción textual (Martin y Rose, 2008). Podemos observar de este modo, que la LSF representa el lenguaje como una semiótica social por cuanto a los tres estratos internos del lenguaje, le rodean dos estratos superiores, más abstractos que representan el ambiente social esencial para la mantención y desarrollo del lenguaje (Martin y Rose, 2008; Martin y White, 2005; Hood, 2019). Las dimensiones del contexto social, se vinculan, por consiguiente, de manera vital con el lenguaje mediante una relación dialéctica de mutua interpretación y transformación a través de la historia.

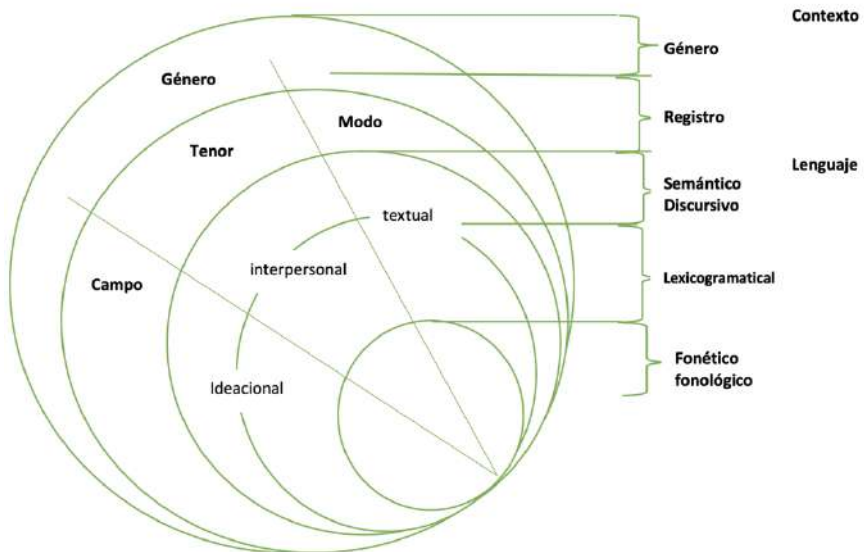


Figura 2. El sistema estratificado del lenguaje (adaptado de Martin y Rose, 2008, 37)

Esta relación transcendental entre contexto y lenguaje como muestra la Figura 2 y, según los aportes realizados por Martin y White (2005), Martin y Rose (2008) y Hood (2010, 2019), representa la configuración recurrente de significados culturales constitutivos del género como el estrato más abstracto del modelo sociosemiótico del lenguaje que propone la LSF. Estos patrones de significado, realizados por las dimensiones registrales del contexto de situación, se manifiestan en las dimensiones funcionales del lenguaje en cada uno de los estratos. Desde esta mirada, cada texto es considerado una instancia del sistema y del contexto cultural, conformando así una unidad semántica, en la que los patrones de organización social se despliegan como patrones de discurso en los textos orales y escritos que circulan en cada cultura y, a los que se accede mediante la exploración de los recursos lexicogramaticales que realizan los significados experienciales, interpersonales y textuales (Martin y Rose, 2008).

En este escenario teórico, el estudio de los fenómenos discursivos desde la perspectiva sistémico funcional, por consiguiente, requiere, como señalan Halliday con Matthiessen (2014), Martin y Rose (2008) y Martin (2014, 2019), explorar y analizar los discursos asumiendo una mirada trinocular, la cual prioriza la perspectiva descendente, con foco en el sistema, siendo su dimensión fundamental de análisis el principio axial. (Martin & Rose, 2008; Martin et al 2021). Este principio modela los significados contextuales codificados en cada estrato de la lengua como un sistema de oposiciones paradigmáticas, siendo cada oposición realizada por recursos del estrato inferior. De este modo, el análisis de fenómenos discursivos como señala Martin et al (2021) requiere que el analista observe los recursos lexicogramaticales que realizan los patrones de significado semántico en el discurso, por cuanto esto hace posible un análisis explícito, transparente y preciso procurando mantener el rigor académico.

El fenómeno de la sequía en la prensa chilena desde la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso

Como hemos señalado en este capítulo, el ACD tiene como objetivo comprender y modificar ciertas realidades sociales provocadas por las restricciones que son producto del impacto que tiene la acción humana en el mundo social y natural (Fairclough, 2003, 2010, 2018). En esta sección, nos proponemos brevemente dar cuenta cómo en el discurso cotidiano y, frente a la sequía que se experimenta hace 12 años en el centro-norte de Chile por razones principalmente antropogénicas (Bolados y Babidge, 2017), la información privilegiada por los medios de comunicación se inclina a representar este fenómeno como resultado exclusivo del cambio climático, excluyendo el impacto que la acción humana sostenida por décadas ha causado sobre el clima (Opplinger et al.2019). Esto ha contribuido a provocar un desequilibrio ecológico preocupante. Como manifestamos en la sección 2 de este capítulo,

el fenómeno de escasez hídrica en la zona centro y sur de Chile es un evento socionatural asociado a una gestión del agua que ha priorizado actividades económicas de alto interés económico a nivel nacional. Teniendo en cuenta la perspectiva de la LSF, exploramos un corpus de prensa chilena en el que se acentúa el cambio climático como exclusiva causante de la crisis hídrica en vastas zonas de Chile para analizar la manera en que la voz autoral en los artículos noticiosos, extraídos de dos plataformas digitales chilenas, a saber, EMOL, de corte conservador y de derecha y, El Mostrador, de corte liberal y pluralista (Gronemeyer y Porath, 2017), construyen grados de alineamiento axiológico en el lector putativo, mediante la expansión o contracción dialógica del discurso (White, 2010, 2021).

Género y registro

Como hemos señalado hasta el momento, desde la teoría sociosemiótica, el contexto se modela como un estrato superior de significado (Figura 2) (Martin y Rose, 2008), reinterpretando el contexto de cultura y el contexto social como estratos semióticos sociales, denominados respectivamente, género y registro. El género se define en palabras de Martin y Rose (2008) como una configuración de significados recurrentes que representa las prácticas sociales de una cultura. Estos significados culturales modelados por las dimensiones funcionales de campo, tenor y modo dan cuenta del contexto social en el cual las interacciones orales y escritas cotidianas se manifiestan.

Para White (2010, 2012) y Bednarek y Caple (2018), la estructura genérica de un artículo periodístico está orientada por un potencial retórico que posee una funcionalidad ideológica importante. Los autores coinciden en señalar que un artículo informativo consta de tres etapas. Una primera etapa, denominada “títular” y, que opcionalmente, puede constar de una bajada de título; una segunda etapa denominada de “introducción”, la que consta de un resumen. Este corresponde, frecuentemente, al primer

párrafo de la noticia. Finalmente, la tercera etapa llamada “cuerpo de la noticia” que es la que recoge los eventos y en la que se insertan ángulos autoriales diversos (White, 2012, 2021). Estos contribuyen a la construcción de grados de alineamiento de las voces con la audiencia ideal. Esta estrategia discursiva está vinculada a los patrones de significados mapeados por el subsistema de COMPROMISO que conforma parte del sistema de VALORACIÓN (Martin & White, 2005; Hood, 2010, 2019; Oteíza, 2018, 2023b) que será abordado brevemente a continuación.

3.2 El sistema de VALORACIÓN: patrones de significados interpersonales en el estrato semántico discursivo

El modelo de estratificación de la LSF representa el sistema de la lengua conformado por tres niveles dispuestos en círculos cotangenciales, como muestra la Figura 2. Los estratos por su naturaleza redundante, se relacionan entre sí mediante el principio de realización. El estrato semántico discursivo es aquel que actúa de interfaz entre la lexicogramática y el contexto, en este estrato los recursos semántico discursivos se encuentran organizados en sistemas de recursos, uno de los cuales es el sistema VALORACIÓN, en el que se despliegan los patrones de significado interpersonal del lenguaje. Este sistema modela las categorías de valores presentes en tres subsistemas que interactúan entre sí, a saber, ACTITUD, GRADACIÓN y COMPROMISO (Hood, 2019) (Figura 3), los cuales construyen prosodias evaluativas que se propagan sobre extensos segmentos en textos escritos y orales.

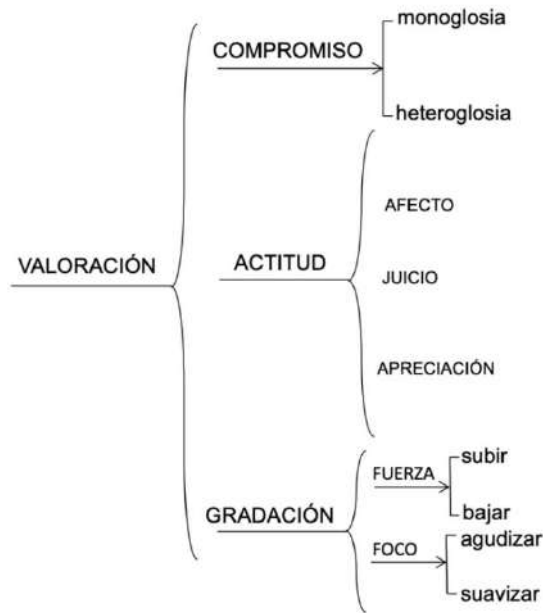


Figura 3: Sistema de VALORACIÓN (Hood, 2019, 285).

El subsistema de ACTITUD modela las categorías de valores que pueden expresar AFECTO, APRECIACIÓN y JUICIO. En relación con la actitud como AFECTO esta dimensión se refiere a la estados o respuesta emocional frente a cosas o personas y se expresa en categorías de in/felicidad, in/seguridad, in/satisfacción y des/inclinación. La actitud expresada como APRECIACIÓN evalúa entidades y eventos en categorías de reacción o impacto de un fenómeno, composición vinculada al equilibrio entre los elementos en una obra de arte y también a la complejidad de los elementos en una obra o fenómeno y finalmente el valor en relación con las propiedades de una obra o fenómeno. Finalmente, la actitud como JUICIO, se refiere a la evaluación de personas o de su comportamiento mediante las categorías de estima social o comportamientos valorados o criticados por una comunidad y sanción social o comportamientos objeto de aprobación o condena según códigos éticos o leyes (Martin y White, 2005; Hood, 2019)

Un segundo subsistema es el de GRADACIÓN, este modela aquellas opciones que nos permiten dimensionar grados de significados actitudinales. Los recursos de gradación operan mediante dos ejes de escalabilidad que corresponden a FOCO o grado de prototipicalidad de un rasgo semántico y FUERZA o grado de intensidad o cantidad que opera sobre ciertas cualidades. Este sistema es propuesto por Martin y White (2005) y posteriormente elaborado por Hood (2010; 2019) y, en español, ha sido trabajado por Oteiza (2023). El tercer subsistema corresponde al COMPROMISO, cuyos recursos de significado interpersonal negocian las perspectivas intersubjetivas que construyen grados de alineamiento en las voces autorales insertas en el discurso. Esto significa que el texto oral y escrito es visto como un evento interactivo en el cual escritores y hablantes adoptan y asignan roles de habla a sus interlocutores con quienes intercambian mercancía semiótica. Desde el sistema de FUNCIONES DEL HABLA (Halliday con Matthiessen, 2014, 136), los intercambios orales y/o escritos ofrecen o demandan información o bienes y servicios. Para las instancias de intercambio de información, la cláusula adopta la forma de proposición, pudiendo expresar el conocimiento en grados de probabilidad o, frecuencia; mientras que, en las instancias de intercambio de bienes y servicios, la cláusula asume la forma de propuesta para expresar evaluaciones respecto de los eventos en grados de deber o inclinación.

Los recursos dialógicos del sistema de COMPROMISO en el área de artículos de prensa contribuyen, a construir grados de alineación de las voces insertas en el discurso con aquellas voces de la audiencia putativa mediante movimientos básicos que corresponden a la monoglosia y a la heteroglosia. La monoglosia, según White (2010, 2021) reúne aquellos significados orientados a resaltar el carácter concluyente de una proposición expresada como aserción o que acentúan la existencia de valores y creencias previamente compartidas como ocurre en el caso de la monoglosia por presunción (White, 2010).

La opción, heteroglósica, por su parte, reconoce, evoca o desafía otras perspectivas en el discurso. Esta dimensión semántica está subdividida en opciones de contracción y expansión del espacio dialógico (Hood, 2010; 2019). La contracción dialógica comprende aquellos recursos organizados en dos movimientos heteroglósicos [contraer: refutar] y [contraer: proclamar] que contribuyen a la construcción de posicionamientos intersubjetivos que se imponen sobre aquellas voces que difieren de las voces autorales (Oteíza y Pinuer, 2019; Fryer, 2021; Valerdi, 2021). En el caso del movimiento [contraer: refutar] la opción de contracción está dirigida a negar o resistir perspectivas que contradicen las voces que se insertan en el discurso. El efecto que posee esta opción es proyectar el desalineamiento de la voz autoral con perspectivas que se oponen en términos de valores, creencias y actitudes, entre otras opciones. Respecto del movimiento [contraer: proclamar], la contracción dialógica de esta opción está orientada a relevar el posicionamiento de la voz autoral por encima de posicionamientos alternativos (Valerdi, 2021; Oteíza, 2021).

La expansión dialógica, por su parte, comprende aquellos recursos que acentúan las proposiciones expresadas por las voces autorales como alternativas a otros posicionamientos. Los movimientos dialógicos [expandir: considerar] y [expandir: atribuir] invitan, por consiguiente, a la audiencia a reflexionar frente a posicionamientos diversos que pueden diferir de las perspectivas autorales (Valerdi, 2021). En el caso del movimiento [expandir: considerar] la presencia de recursos del sistema de MODALIDAD, expresa posicionamientos respecto del conocimiento, del hacer y del parecer que contribuyen a presentar las proposiciones en expansión dialógica, abriéndose así a otras miradas hacia los fenómenos discutidos. En el caso del movimiento [expandir: atribuir], la inserción de otras voces en el discurso, permite expresar la distancia o proximidad que siente la voz autoral respecto de otras miradas al fenómeno que se negocia (Oteíza y Pinuer, 2019; Oteíza, 2021). Cada una de las opciones en la red axial del subsistema de COMPROMISO, se presenta como un

conjunto de elecciones cerradas por corchetes y en grado de delicadeza de izquierda a derecha, como muestra la Figura 4.

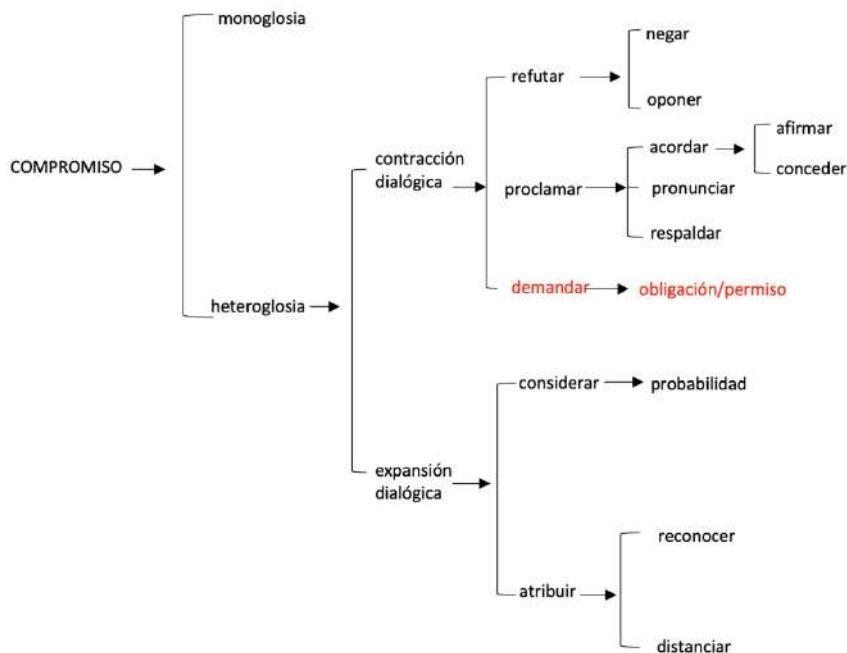


Figura 4: Red sistémica del sistema de COMPROMISO de Martin y White (2005) traducida por Oteíza y Pinuer (2019, 223) y con posteriores adiciones por Oteíza (2023a)

El estudio del sistema de COMPROMISO en español ha sido abordado principalmente por Oteíza y Pinuer (2019) y Oteíza (2023a). En esta última investigación, la autora propone la inclusión del movimiento [contraer: demandar] como parte de un marco analítico significativo para la exploración de la gradación de posicionamientos dialógicos contractivos de voces en el discurso oral y escrito en español.

Presencia de patrones dialógicos del sistema de COMPROMISO en artículos de noticias.

En esta sección, presentamos el análisis de los recursos dialógicos mapeados por el sistema de COMPROMISO que en interacción con otros subsistemas del sistema de VALORACIÓN contribuyen construir grados de alineamiento en autores y receptores de los artículos de noticias analizados. Los fragmentos de noticias que presentamos en esta sección, corresponden a un corpus de investigación en se encuentra en curso y que es parte del proyecto FONDECYT 1220347: Sistema de COMPROMISO en español: recursos lingüísticos para construir dialogicidad.

Para este capítulo seleccionamos 12 noticias publicadas entre 2019-2021 en las plataformas de EMOL y El Mostrador. La plataforma EMOL posee una línea editorial conservadora que representa el pensamiento de empresarios y políticos del ala derecha. El Mostrador, por su parte, corresponde a una plataforma de noticias creada en 2000 de principios pluralistas (Gronemeyer y Porath, 2017). Del corpus de 12 noticias, seleccionamos cuatro, cuyos análisis presentamos en esta sección. Los recursos que construyen compromiso reciben resaltado en gris, mientras que los recursos del sistema de ACTITUD son considerados cuando se produce ensamble (coupling) con recursos del subsistema de COMPROMISO, que es nuestro foco en este artículo. En estos casos, las instancias actitudinales se marcan con **negrita** cuando son inscritas y en **negrita y cursiva** cuando son evocadas. Finalmente, las instancias de recursos del sistema de GRADACIÓN se subrayan. Es importante destacar que proponemos un análisis selectivo de algunos fragmentos de los textos analizados por razones de espacio. Este análisis se encuentra incluido en matrices que adhieren a la metodología utilizada por Martin y White (2005).

3.3.1.1 El discurso de la sequía: las voces de las autoridades.

Los fragmentos 1-3 analizados en esta sección corresponden a noticias publicadas en dos plataformas de periódicos digitales de las cuales hemos extraído, por razones de espacio solo el título, la

bajada de título, cuando está disponible, y parte de la introducción al cuerpo de la noticia.

El primer fragmento que presentamos a continuación corresponde a una noticia publicada en la plataforma de EMOL, el día 25 de agosto de 2019.

[1] Los estragos de **la sequía que golpea** [FUERZA: intensificación: proceso] a comunas rurales de la Región Metropolitana [monoglosia] [-va/APRECIACIÓN: impacto (inscrita)]

Muerte de ganado, un embalse que desde 2008 [FUERZA: cuantificación: extensión: alcance: tiempo] **no cuenta con agua** [contraer: negar] y **vecinos que "ya no pueden plantar sus huertos"** [-va/APRECIACIÓN: impacto (inscrita)] [contraer: negar], **son algunos de los efectos de la falta de agua** [contraer: respaldar].

"Situación temporal de escasez de agua que obliga a reducir los consumos de agua y a adoptar medidas de ahorro y conservación a las administraciones hídricas competentes [contraer: demandar]". Este es el significado que la Real Academia Española le da a sequía [expandir: atribuir], un **fenómeno que está causando estragos** en varias comunas de la zona central del país [-va/APRECIACIÓN: impacto (inscrita)] [contraer: pronunciar]. De hecho, *el Gobierno ha decretado emergencia agrícola* en las regiones de Coquimbo, Valparaíso y O'Higgins [contraer: pronunciar] [+va/JUICIO: estima social: capacidad (evocada)].³

En este fragmento, la aseveración en el título nos indica que la voz autoral construye al lector ideal alineado con un conocimiento consensuado y aceptado como verdadero. Este posicionamiento monoglosico ensambla con instancias evaluativas y de gradación: [-va/APRECIACIÓN: impacto (inscrita)] y [FUERZA: intensificación], las cuales construyen una prosodia proyectiva que inscribe el impacto negativo de la sequía en las comunidades rurales de la

³ <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/08/25/958940/Los-estragos-de-la-sequia-que-golpea-a-comunas-rurales-de-la-Region-Metropolitana.html>

Región Metropolitana. La bajada de título, por su parte, muestra que los patrones de posicionamientos intersubjetivos están orientados, mayoritariamente, a contraer el espacio dialógico, para construir discursivamente la evidencia de los estragos provocados por la falta de agua: *“Muerte de ganado, un embalse que desde 2008 no cuenta con agua y vecinos que “ya no pueden plantar sus huertos” son algunos de los efectos de la falta de agua”*. En relación con los recursos de los sistemas de GRADACIÓN y de APRECIACIÓN, estos contribuyen a construir la sequía como un fenómeno de alto impacto, que se ha asentado en la zona central por un tiempo prolongado. Esto último resulta relevante para nuestro análisis, por cuanto el énfasis en los estragos y efectos negativos apuntan a la sequía, lo que excluye a la administración deficientemente del agua por parte del equipo del presidente Piñera (2018-2021) de la responsabilidad del peor desastre natural que afecta la zona centro-norte de Chile (Bolados et al, 2017).

Finalmente, en la introducción de la noticia, podemos ver que la voz autoral, mediante un movimiento heteroglósico [atribuir] expande el espacio dialógico para presentar la definición del concepto sequía: *“Situación temporal de escasez de agua...”*, esta estrategia posiciona nuevamente a la crisis hídrica como responsable de las emergencias que experimentan las zonas afectadas. En el fragmento siguiente, la voz autoral contrae el espacio dialógico con un movimiento [pronunciar], el cual ensambla con la inscripción de actitud que acentúa el impacto negativo de la carencia de lluvias: *“...un fenómeno que está causando estragos en varias comunas...”*. El texto de noticia cierra con un ensamble dialógico y actitudinal, a través del cual la voz autoral construye un lector putativo alineado con las acciones del gobierno en: *“De hecho, el Gobierno ha decretado emergencia agrícola...”*

La siguiente noticia, correspondiente al fragmento [2], fue publicada en la plataforma digital de EMOL el día 14 de septiembre de 2019. Se observa desde el título, que la voz autoral del periodista informante, se posiciona frente a la sequía desde la monoglosia, para proyectar un lector putativo alineado con la perspectiva que

coloca este fenómeno natural como la causa de estragos en las zonas agrícolas. De este modo, en el fragmento que sigue, la voz autoral inserta un movimiento heteroglósico de expansión [considerar] para relevar las medidas paliativas en las que trabaja el gobierno de Piñera. En este fragmento del título cobra importancia el recurso de GRADACIÓN que intensifica la envergadura de las medidas que se informan.

[2] Sequía en el país [monoglosia]: A fines de septiembre [FUERZA: cuantificación: extensión: alcance: tiempo] comenzaría el traslado de ganado [expandir: considerar] [FOCO: logro: actualización] de la Región de Valparaíso hacia otras zonas [FUERZA: cuantificación: distancia: espacio]

El seremi de Agricultura de la Quinta Región señaló [expandir: atribuir] que se identificará a los animales antes del viaje hacia lugares del sur [+va/JUICIO: estima social: capacidad (evocado)] [FUERZA: cuantificación: distancia: espacio] con más agua y mejores zonas de pastoreo [+va/APRECIACIÓN: impacto de las medidas de traslado].

En la provincia de Petorca, San Felipe y Los Andes [FUERZA: cuantificación: alcance: espacio] se vive una gran mortandad de animales [contraer: pronunciar] [FUERZA: intensificación] debido a la crisis hídrica que afecta a la zona [monoglosia]. Esto ha provocado que ya se esté gestionando [contraer: pronunciar] el traslado de ganado vacuno, caprino y bovino de la Región de Valparaíso a las regiones de O'Higgins, del Maule y del Biobío [FUERZA: cuantificación: alcance: espacio] para que puedan tener acceso a agua y alimento [+va/APRECIACIÓN: impacto de las medidas de traslado (evocada)].⁴

Se observa en la bajada de título que la voz autoral se posiciona desde un movimiento de expansión heteroglósica [atribuir] para

⁴ - <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/09/14/961305/Sequia-en-Chile-animales-agua.html>

insertar la voz de la autoridad de gobierno que dirige el traslado de ganado: “El seremi de agricultura de la Quinta Región señaló...”. Se puede ver que el ángulo que asume la voz autoral acentúa las acciones propuestas por el gobierno para enfrentar la sequía. De manera similar, al título, la instancia [FUERZA: espacio] especifica con más detalle la ruta de movimiento que seguiría el ganado. Estos recursos de gradación contribuyen a construir una prosodia actitudinal que evalúa positivamente la capacidad que muestra el gobierno para mantener los estándares sanitarios controlados antes del traslado: “...se identificará a los animales antes del viaje...”. Asimismo, se evoca el impacto positivo de la propuesta implementada por el gobierno para beneficiar a los ganaderos de la zona.

Finalmente, en el cuerpo de la noticia, la voz autoral opta nuevamente por la instancia [FUERZA: espacio] para resaltar el alcance de la crisis hídrica y se posiciona contrayendo el espacio dialógico hacia miradas alternativas, para construir la sequía, desde un ángulo más subjetivo, como la única causa de la mortandad de animales. En esta zona geográfica, la administración del agua por el gobierno de Piñera fue ampliamente cuestionada por la falta de control del uso de este recurso natural por la agroindustria de la palta (Bolados et al, 2017). La prosodia que construye la voz autoral en todo el fragmento de la noticia evoca actitudes que ponen énfasis en el impacto positivo que genera para la comunidad de agricultores que se traslade a los animales a zonas de pasto y agua. No obstante, desde la perspectiva más social y crítica, las medidas implementadas no hacen sino desviar la atención de los ciudadanos hacia aspectos superficiales, manteniendo oculto el hecho de que la entrega de derechos de usos sobre las aguas a las industrias provocó graves consecuencias en el área.

El último texto de noticia, correspondiente al fragmento [3], fue publicado en la plataforma digital de EMOL el 8 de octubre de 2019. La información se centra en la visita que realiza el presidente Piñera a las zonas afectadas por la crisis hídrica. En esta noticia observamos la estrategia discursiva del ejecutivo, quien mediante la utilización de la expresión terremoto silencioso evoca resonancia

actitudinal asentada en la gestión exitosa que tuvo el gobierno en el primer período del mandatario (2010-2014)⁵.

[3] Lucha contra "el terremoto silencioso" [expandir: atribuir] [-va/APRECIACIÓN: impacto alto (evocada)] de la sequía [FUERZA: intensificación], la bandera que busca tomar [expandir: considerar] el Gobierno y Chile Vamos.

El tema fue tratado [expandir: atribuir] ayer en el comité político ampliado, donde el oficialismo concordó [expandir: atribuir] *actuar en unidad ante el problema* [+va/juicio: sanción social: integridad (evocado)] y *salir a terreno para liderar una especie de "reconstrucción"* [+va/JUICIO: sanción social: capacidad (evocado)] al respecto.

"Yo les pido a mis compatriotas [contraer: demandar] [fuerza: intensificación: propuesta] que nos unamos para enfrentar juntos este terremoto silencioso [contraer: respaldar] [FUERZA: intensificación] que significa la peor sequía [FUERZA: intensificación] que afecta a nuestro país en los últimos 40 años [FUERZA: cuantificación: extensión: alcance: tiempo]", ese fue el llamado que hizo el pasado jueves el Presidente Sebastián Piñera [expandir: atribuir: reconocer], en medio de una actividad donde *entregó ayuda a crianceros de Punitaqui (en Coquimbo)* [+va/JUICIO: estima social: integridad (evocado)], que **se han visto afectados por la escasez hídrica** [-va/APRECIACIÓN: impacto de la sequía (inscrito)].

El título de la noticia puede interpretarse como el lema de la campaña contra la sequía de parte de los partidos de derecha que apoyan al gobierno de Piñera. Esta suerte de consigna hace una referencia intertextual a las palabras utilizadas por el presidente Piñera en su visita al norte: "*el terremoto silencioso*". La referencia intertextual a expresiones o palabras utilizadas por autoridades en el título construye alineamiento con el ángulo desde el que se

⁵ <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/10/08/963546/Gobierno-y-Chile-Vamos-sequia.html>

posiciona el ejecutivo para construir la sequía, desde una prosodia actitudinal que evoca estragos y otros efectos asociado al potencial destructivo de un terremoto que además, se retrata como silencioso. Asimismo, el título proyecta un lector ideal que no está posicionado desde el cuestionamiento al gobierno. La voz autoral en el fragmento que corresponde a la bajada de título, mediante micro-maniobras dialógicas (White, 2003), posiciona su voz el movimiento expansivo [atribuir], el cual es coherente con su rol de periodista informante: *“El tema fue tratado ayer...”*. Posteriormente, la voz textual expande el espacio dialógico para insertar la voz del oficialismo, el cual aparece construido por recursos actitudinales que contribuyen a evocar comportamientos que resuenan en una prosodia positiva: *“actuar en unidad...salir a terreno”*

Finalmente, en el cuerpo de la noticia la inserción de la voz del mandatario mediante el llamado que hace a la ciudadanía a la unidad, posiciona su voz desde la obligación para relevar la necesidad de unirse para combatir la sequía. Este movimiento [contraer: demandar] en ensamble con recursos del subsistema de GRADACIÓN, gradúa el ángulo asumido por el gobernante, quien llama a los chilenos a unirse frente a la adversidad mediante una configuración metafórica de significados con orientación subjetiva e implícita (Halliday con Matthiessen, 2014, 698-701). Esta configuración, se realiza en el estrato lexicogramatical por un grupo verbal finito con significado de obligación alta, que opta en el rango de la palabra por el modo Indicativo presente y singular: *“Yo les pido a mis compatriotas que...”*. La voz de Piñera en la cláusula proyectada: *“...que nos unamos para enfrentar este terremoto silencioso...”* vuelve a contraer el espacio heteroglósico para posicionarse frente a la sequía que observa en su visita a la localidad de Punitaqui como la evidencia de que se trata de un terremoto. Esto último, esta discursivamente marcado por la instancia [FUERZA: tiempo] que realza el fenómeno de la sequía actual como un evento único en los últimos cuarenta años. El fragmento cierra con una prosodia que irradia retrospectivamente evaluaciones positivas respecto de la integridad que muestra el

mandatario al visitar la zonas en problemas y concluye realizando mediante una apreciación el impacto de la sequía.

En estos tres ejemplos hemos observado que las autoridades construyen la sequía como un fenómeno que trae consecuencias destructivas que lo hacen comparable al terremoto que azotó el centro sur de Chile en 2010. No se menciona, en ningún momento los conflictos que ha provocado el manejo ineficiente del agua en zonas expuestas a la agroindustria y a la minería, labores extractivas que rompen el equilibrio ecosistémico (Oppliger et al. 2019; Bolados et al. 2017). En la siguiente sección, se presenta la crisis hídrica desde la mirada de las voces expertas, las cuales establecerán diferencias fundamentales en la manera como representa discursivamente la sequía el mundo académico.

El discurso de la sequía: las voces de los expertos

Los fragmentos 4-6 analizados en esta sección corresponden a noticias publicadas en dos plataformas de periódicos digitales. Como hemos señalado, por razones de espacio incluimos el título, bajada de título, cuando está disponible y parte de la introducción al cuerpo de la noticia.

El fragmento [4] fue publicado en la plataforma digital de EMOL, el 8 de septiembre de 2019. En este fragmento observamos que la voz experta, referida en el texto, mediante una instancia evocada [+va/JUICIO: estima social: capacidad], legitima que representa la voz de Maisa Rojas: “...*Maisa Rojas, académica del Departamento de Geofísica...y la única científica*”. La voz de la científica en este fragmento asume posicionamientos heteroglósicos que contraen el espacio dialógico y, por consiguiente, se distancian del ángulo que defiende el gobierno de Piñera. Vemos en el título que la voz experta desde el movimiento [contraer: negar] refuta las opiniones que tratan a la sequía como un efecto único del cambio climático y señala, contrariamente a la posición del gobierno, la acción humana como principal responsable, como se observa en la inscripción de actitud que

acentúa el impacto que ocasiona la manera en que se le administra:
“...también de cómo organizamos el agua”

[4] Científica que colabora en COP25: "**La sequía no es solo culpa del cambio climático [contraer: negar], también de cómo organizamos el agua**" [-va/APRECIACIÓN: impacto (inscrito)]

Maisa Rojas habló sobre **el problema** [-va/APRECIACIÓN: conflictividad alta (inscrita)] que se vive en Chile actualmente por la falta de lluvias y reservas de agua, según ella "lo que **debiéramos pensar** [contraer: demandar] [FUERZA: intensificación: propuesta] es que tenemos que tener un cambio profundo en la manera" en que la **gestionamos**. [contraer: demandar] [FUERZA: intensificación: propuesta]

Al respecto, Maisa Rojas, *académica del Departamento de Geofísica, actual directora del Centro de Ciencia del Clima y la Resiliencia (CR2) de la Universidad de Chile y la única científica que participa en el Consejo Presidencial que colabora con la planificación y desarrollo de la COP25* [+va/ JUICIO: estima social: capacidad (evocado)], habló con El Mercurio de Valparaíso. Para empezar, la física señala que la existencia del cambio climático "no se puede negar ni discutir [contraer: negar]". "**Todo el calentamiento global** [FUERZA: intensificación] **que hemos observado en los últimos 150 años** [FUERZA: cuantificación: extensión: alcance: tiempo] **es atribuible a actividad humana** [contraer: pronunciar], en concreto **a la quema de combustibles fósiles y al cambio del uso de la tierra que los humanos hemos hecho sobre el planeta**". [+va/APRECIACIÓN: conflictividad alta/impacto (evocada)]⁶

El ángulo dialógico contractivo que asume la voz experta en el título es nuevamente relevado en el pie de página, por el periodista informante. Esta voz autoral en un movimiento [atribuir: distanciar] en: "Al respecto, Maisa Rojas habló sobre el problema que se vive en Chile...según ella... ", proyecta, por un lado, la perspectiva dominante que tomará el artículo de noticia, la

⁶ <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/09/08/960609/COP25-sequia-Chile-cambio-climatico.html>

visualización de la sequía desde los significados actitudinales que relevan la alta conflictividad de la crisis hídrica. Por otra parte, también construye a la voz experta desalineada de las posturas oficialistas. La voz experta, como señalamos, asume una perspectiva dialógica contractiva, mediante un ensamble de recursos de los sistemas de COMPROMISO y GRADACIÓN que intensifica su evaluación de la necesidad de cambio en la manera de administrar el agua desde la obligación. Finalmente, en el cuerpo de la noticia, la voz textual reconoce positivamente el lugar de enunciación de la voz de la científica Maisa Rojas, mediante recursos de actitud y cierra el fragmento con otro movimiento dialógico [atribuir]. La inserción de la voz experta contrae la heteroglosia con un movimiento [pronunciar] en ensamble con recursos del sistema de GRADACIÓN que construye el calentamiento global como el efecto de la actividad humana, la que aparece valorada desde el impacto y el conflicto (Oteíza y Pinuer, 2019) que ha provocado en el ambiente natural.

El fragmento [5] fue publicado en la plataforma digital de El Mostrador, el 18 de agosto de 2021. Desde el título se aprecia que la voz textual construye la emergencia climática como un fenómeno provocado por la sequía y se posiciona desde la contracción del espacio dialógico para refutar perspectivas que puedan inclinarse por la existencia de apoyo de las autoridades para enfrentar la falta de lluvias: “...medidas que requieren de facultades que no existen”

[4] Emergencia Climática por sequía: medidas que requieren de facultades extraordinarias que no existen [contraer: negar]

Chile, 76% del territorio está afectado por la sequía y desertificación [contraer: pronunciar] [FUERZA: cuantificación: extensión: alcance: espacio] [-va/APRECIACIÓN: impacto alto (evocado)]

A una semana de la alerta respecto al calentamiento global que emitió el informe de IPCC [contraer: respaldar], surgen dudas sobre la urgencia con la que debe ser gestionada la escasez hídrica en el país [contraer: demandar]. Para diversos especialistas,

declaraciones como la de Emergencia Climática [expandir: atribuir], si no son dotadas de un mayor estándar político [contraer: negar], en que vayan acompañadas de acciones concretas y extraordinarias, se quedarán como meras acciones simbólicas [monoglosia] [-va/APRECIACIÓN: impacto bajo]. “El 2019 sigue siendo, hasta ahora, el año más seco de las últimas décadas [FUERZA: intensificación] [contraer: pronunciar] y el 2021 se está pareciendo mucho a julio del 2019 [expandir: considerar] [-va/APRECIACIÓN: impacto alto (evocado)]. *Si no se hace nada al respecto o si se sigue haciendo lo mínimo* [-va/JUICIO: estima social: capacidad (evocada)], las predicciones indican claramente que *vamos a sobrepasar los 1,5 grados*, que es el límite que se ha puesto el IPCC [contraer: respaldar] [-va/APRECIACIÓN: conflicto alto (evocada)]”, advirtió Francisco Cereceda, doctor en química analítica ambiental y profesor de la Universidad Técnica Federico Santa María⁷.

En la bajada de título se observa nuevamente la voz textual en un posicionamiento contractivo en ensamble con recursos de actitud y de fuerza para construir la sequía con un impacto amplio en el territorio de Chile: “Chile, 76% del territorio está afectado...”. Vemos que, en este caso, la voz del periodista informante se alinea con posicionamientos oficialistas. No obstante, en el cuerpo de la noticia, la voz textual, contrae el espacio dialógico en un inicio mediante movimientos heteroglósicos [respaldar] y [demandar] para construir grados de desalineamiento y duda en relación con el manejo de la sequía por las autoridades: “Surgen dudas sobre la urgencia con la que debe ser...”. El fragmento que sigue, expande el espacio dialógico para insertar las voces expertas materializadas en un informe emitido por el Grupo Intergubernamental de Expertos sobre Cambio Climático (IPCC), organismo internacional que monitorea y evalúa la crisis climática a nivel planetario. A partir de este punto, observamos que la voz textual mediante micro

⁷ <https://www.elmostrador.cl/cultura/2021/08/18/emergencia-climatica-por-sequia-medidas-que-requieren-de-facultades-extraordinarias-que-no-existen/>

maniobras discursivas (White, 2003) asume un posicionamiento contractivo [respaldar] que se centra en la alerta climática emitida por el organismo mencionado: *“A una semana de la alerta respecto del calentamiento global que emitió el informe de IPCC...”* y expande el espacio dialógico hacia voces externas que aclaren las dudas sobre la urgencia de actuar respecto de la grave sequía en el país. Las voces de expertos que resuenan en la voz textual, a través de la contracción del espacio dialógico advierten mediante el movimiento heteroglósico [contraer: negar] que las declaraciones del IPCC no poseen una fuerza ejecutoria: *“Para diversos especialistas, declaraciones como la de la Emergencia Climática, si no son dotadas de mayor estándar político”*, el comentario de los expertos en voz del periodista inserta una aserción monoglósica en ensamble con recursos de actitud que enfatiza de manera radical el bajo impacto del trabajo de los expertos en las decisiones políticas: *“...se quedarán como meras acciones simbólicas”*. Finalmente, al cierre del fragmento, la voz textual inserta la voz experta. Esta voz asume un ángulo intersubjetivo de contracción heteroglósica que en ensamble con recursos de actitud enfatizan la gravedad de la situación hídrica: *“Si no se hace nada o se sigue haciendo lo mismo...”*. Esta voz irradia proyectivamente una prosodia que evoca la falta de capacidad política que contribuye a la construcción de la perspectiva contractiva [respaldar] con que la voz experta, apoyada en las predicciones del informe anuncia una crisis climática con conflictividad alta: *“Las predicciones indican claramente que vamos a sobrepasar los 1,5 grados...”*.

Finalmente, en el fragmento [6], publicado en la plataforma digital de El Mostrador, el 7 de diciembre de 2021, la voz autoral, mediante una aserción monoglósica, proyecta una lectoría que tiene conocimiento y aceptación de este hecho.

[6] Lagos andinos de Chile pierden hasta un cuarto de sus aguas por megasequía [monoglosia]

El estudio, publicado en la revista científica Journal of Hydrology, advierte sobre implicancias en la disponibilidad de agua dulce para las comunidades humanas y actividades productivas [contraer: respaldar]. Ecosistemas de lagos corren riesgo de desaparecer a causa del aumento de las temperaturas, déficit de precipitaciones y diversas presiones humanas [monoglosia].

Junto a su belleza, **son importante fuente de agua para las comunidades humanas y de diversas especies, y para nuestras actividades productivas** [monoglosia] [+va/APRECIACIÓN: impacto alto]. Se trata de 12 lagos andinos chilenos, cuya superficie ha disminuido hasta en un 25% [FUERZA: cuantificación: extensión: alcance: espacio] debido a la megasequía que afecta con fuerza a la zona central de nuestro país [monoglosia] [FUERZA: cuantificación: extensión: alcance: espacio] [-va/APRECIACIÓN: impacto alto]. Así lo **demostró un reciente estudio** [contraer: respaldar] desarrollado por tres universidades nacionales y liderado por Magdalena Fuentealba, investigadora del Instituto de Geografía de la Universidad Católica, y del Instituto de Ecología y Biodiversidad (IEB)⁸.

La inserción de la voz experta, en la bajada de título introduce el ángulo desde el que se mira la sequía. Se observa que mediante un movimiento [contraer: respaldar], la voz textual del periodista informante inserta una fuente externa para apoyar su aserción que más adelante en el mismo fragmento informa sobre el riesgo que corren los ecosistemas y las razones de este riesgo, entre las que se considera la influencia humana: “*Ecosistemas de lagos corren riesgo de desaparecer a causa de las temperaturas, déficit de precipitaciones y diversas presiones humanas*”. En el cuerpo de la noticia, la voz autoral, se posiciona desde la monoglosia en ensamble con recursos de actitud para evaluar positivamente la relevancia de estos cuerpos de agua: “...*son importante fuente de agua para las comunidades humanas...*”. Asimismo, mediante recursos del sistema

⁸ <https://www.elmostrador.cl/cultura/2021/12/07/lagos-andinos-de-chile-pierden-hasta-un-cuarto-de-sus-aguas-por-megasequia/>

de GRADACIÓN en ensamble con recursos de actitud, la voz textual construye el impacto de la sequía, no obstante, a diferencia de las voces que surgen del gobierno de Piñera, el fragmento reconoce la responsabilidad humana en la sequía.

A modo de síntesis, el análisis muestra los ángulos contrapuestos que surgen desde las voces expertas para desalinearse de la voz del oficialismo. La sequía desde la voz del gobierno de Piñera, se construye como un desastre natural que, de manera similar a un movimiento telúrico, es causa de devastación como se pudo observar en la nominación que el presidente Piñera y sus ministros dan a la sequía: “terremoto silencioso”. De manera opuesta, las voces de los expertos, se posicionan desde un espacio dialógico contractivo que se desalinea de la voz oficialista y se apoya en la autoridad propia y de sus investigaciones para construir una prosodia actitudinal que coloca la responsabilidad de la falta de lluvias en la acción humana.

Consideraciones finales

El objetivo de este capítulo fue presentar la investigación realizada en Latinoamérica desde los estudios del discurso. Hemos visto como en la región existe una preocupación constante en relación con la pobreza como un fenómeno multidimensional que aparece en intersección con fenómenos como la etnicidad, género, salud mental, inclusión y ecología, entre otros temas de investigación. Como bien sabemos quienes trabajamos desde los estudios del discurso, el lenguaje constituye una parte fundamental de la vida social y es transversal a las estructuras que conforman el mundo social. Desde esta mirada, los textos escritos y orales que resultan de la interacción cotidiana entre miembros de una sociedad son instancias particulares de cultura que se agrupan en discursos diariamente utilizados por las instituciones sociales con objetivos específicos. En este contexto, los estudios críticos del discurso nos llaman a desnaturalizar aquellas relaciones opacas de causalidad y determinación que se dan entre prácticas discursivas,

eventos y estructuras sociales y culturales, ideológicamente establecidas por relaciones de poder que dificultan la construcción de ecosistemas inclusivos y equilibrados.

Referencias

ACHUGAR M (2011) Aproximaciones discursivas a la transmisión intergeneracional del pasado reciente [Discursive approaches to the intergenerational transmission of the recent past]. In: Oteiza T, Pinto D (eds) *En (re)construcción: Discurso, nación e identidad en los manuales escolares* [In (re)construction: Discourse, nation and identity in school textbooks]. Santiago, Chile: Cuarto Propio, pp. 43–88.

ACHUGAR, M. (2016). **Discursive processes of intergenerational transmission of recent history:(Re) making our past**. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

ANGERMULLER, J., MAINGENEAU, D., & WODAK, R. (2014). **The Discourse Studies Reader**. An Introduction. UK: John Benjamins

ARANCIBIA, M.C Y MONTECINO, L.2017The construction of anger in comments to the public behavior of members of the social elite in Chile. *Discourse & Society*, 28(6): 595-613. Publicado [Wos] 0957-9265 JCR: 1.237

ARANCIBIA, M.C Y ALARCÓN, F. (2019), **Construcción discursiva del estatus de sabio en el relato de dos kimches mapuche pehuenche**, *RALED*, 1 (19), pp.75-97

Arancibia, M.C (2022).

BEDNAREK, M., & CAPLE, H. (2014). Why do news values matter? Towards a new methodological framework for analysing news discourse in Critical Discourse Analysis and beyond. *Discourse & Society*, 25(2), 135-158.

BEDNAREK, M., & CAPLE, H. (2017). **The discourse of news values: How news organizations create newsworthiness**. Oxford University Press.

- BOLÍVAR, A. (1994). **Discurso e interacción en el texto escrito**. Caracas: Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico.
- BOLÍVAR, A. (2010). A change in focus: from texts in contexts to people in events. **Journal of Multicultural Discourses**, 5 (3), 213-225.
- BONNIN, J.E. (2013). The public, the private and the intimate in doctor-patient communication: Admission interviews at an outpatient mental health care service, **Discourse Studies**, 15 (6), pp.687-711.
- BONNIN, J.E. (2014). Expanded answers to bureaucratic questions: Negotiating access to public healthcare. **Journal of Sociolinguistics**, 15(5), pp.685-707.
- BONNIN, J. E. (2017). Dissent, protest and resistance: Discourses of contestation and mental healthcare in Buenos Aires. **Javnost-The Public**, 24(3), 218-234.
- BONNIN, J. E. (2019). **Discourse and mental health. Voice, inequality and resistance in medical settings**. Londres: Routledge.
- CARBÓ, T (1999) "Desde este lugar, hablar", **Discurso y Sociedad** 1(1), pp. 13-17.
- CÁRDENAS NEIRA, C., & CÁRCAMO ULLOA, L. (2017). **Estudiantes Informados: Gestión contra-informativa de los jóvenes chilenos en Facebook**. Observatorio (OBS*), 11(4).
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. (2005). **Discourse in late modernity**. Edinburgh: University Press
- FAIRCLOUGH, N. (2003). **Analyzing discourse**. Textual analysis for social research. Londres: Routledge. Fairclough
- FAIRCLOUGH, N. (2010). **Critical Discourse Analysis**. The Critical Study of Language. Oxon, New York: Routledge.
- GODOY, G., ; MANGHI, D., SOTO, G. Y ARANDA, I. (2015). Recursos comunicativos de un joven con autismo: enfoque multimodal para mejorar la calidad de vida, **Actualidades Investigativas en Educación**, 15(1), pp.1-23
- HALLIDAY, M. A. K. (1978). **Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning**. London: Edward Arnold.

- HALLIDAY, M., & MATTHIESSEN, C. (2014). **An Introduction to Functional Grammar**. London: Routledge.
- HOOD, S. (2010). **Appraising research: Evaluation in academic writing**. Springer.
- HOOD, S. (2019). **Appraisal**. *The Cambridge handbook of systemic functional linguistics*, 382-409.
- KÖVECSESES, Z. (2002). Cognitive-linguistic comments on metaphor identification. *Language and Literature*, 11(1), 74-78.
- KOVECSESES, Z. (2002). **Metaphor: A practical introduction**. Oxford university press.
- KRESS, G., & VAN LEEUWEN, T. (2021). **Reading images: The grammar of visual design**. Routledge.
- LAKOFF, G., & JOHNSON, M. (1980). **The metaphorical structure of the human conceptual system**. *Cognitive science*, 4(2), 195-208.
- MANGHI, D, OTÁROLA, F, Y ARANCIBIA, M.(2016) “Adaptaciones metodológicas para el análisis del discurso de niños con discapacidad intelectual: narrando sin lenguaje”, **Signo y Pensamiento** 35 (69), 68-82.
- MARCHESE, M. (2015). Carencia de vivienda en la Ciudad de Buenos Aires: análisis sociodiscursivo crítico de sus causas y consecuencias. **Onomázein Revista de lingüística, filología y traducción**, 32(5), pp.80-100
- MARCHESE, M. (2020). La representación sociodiscursiva de la problemática habitacional en discursos legales del GCABA (período 2008-2009), **RALED**, 17(1), pp.27-52.
- MARCHESE, M. (2021). Categorización discursiva diferencial-selectiva: análisis crítico sobre la representación sociodiscursiva problemática habitacional en la CABA. **Signo y seña**, (40).
- MARTIN, J. R., WHITE, P. R. (2005). **The Language of Evaluation: appraisal in English**. Palgrave Macmillan.
- MARTIN J. R., & ROSE D. (2008). **Genre relationships: mapping culture**. London: Equinox.
- MARTIN J. R., QUIROZ B, & FIGUEREDO G. (2021). **Interpersonal Grammar: Systemic Functional Linguistic Theory and Description**. Cambridge University Press.

- MERINO, M., & BECERRA, S. & DE FINA, A. (2016). Narrative discourse in the construction of Mapuche ethnic identity in context of displacement. **Discourse & Society**. 28, pp. 60-80.
- MONTECINO, L. (2010). **Discurso, pobreza y exclusión en América Latina**. Cuarto Propio.
- NEIRA, C. C. (2014). Inútiles y subversivos: Representación transmedia de los estudiantes chilenos en redes sociales. **Romanica Olomucensia**, (2), 173-190.
- OPPLIGER, A., HÖHL, J., & FRAGKOU, M. (2019). Escasez de agua: develando sus orígenes híbridos en la cuenca del Río Bueno, Chile. **Revista de Geografía Norte Grande**, (73), 9-27.
- OTÁROLA, F, Y CRESPO, N. (2016). “Características de las estructuras narrativas de experiencia personal de estudiantes sordos bilingües en lengua de señas chilena”, **Lengua y Habla** 20, 1-25.
- OTEIZA, T. Y PINUER, (2016). Appraisal framework and critical discourse studies: A joint approach to the study of historical memories from an intermodal perspective. **International Journal of Language Studies**, 10(2), pp.5-32.
- OTEIZA, T. (2018). Prácticas de la memoria en clases de historia: construcción de la evidencia multimodal e intertextual del pasado reciente chileno. **Discurso & Sociedad**, 12(1), pp.112- 160
- OTEÍZA, T. (2021). Mapuche people: valuing a colonial past in the official primary History textbook from an intermodal perspective of historical sources. **Journal of Foreign Languages** 44 (1): 42-64.
- OTEÍZA, T. (2023a). Graduating points of view in Spanish written language. The role of modality. **Language, Context and Text**, 5(1), pp. 161-192.
- OTEÍZA, T. (2023b). **What to remember, What to Teach. Human Rights Violations in Chile’s Recent Past and the Pedagogical Discourse of history**, Sheefield, Bristol, Routledge
- PARDO ABRIL, N. (2012). **Discurso en la web: pobreza en YouTube**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia
- PARDO, M.L (2017). Discurso, Derechos Humanos y pobreza, **Discurso y Sociedad**, 11, pp.414-432.

- PARDO, M.L. (2010). Latin-American critical discourse studies: state of the art and new perspective. **Journal of Multicultural Discourses**, 5, pp. 183 – 193.
- PARDO, M.L. (2016). “Modernity, postmodernity, culture and representations of work in the discourse of the Argentine extreme poor”. En **Discourses of the Developing World: Researching properties, problems and potentials of the developing world**, Shixu, K.K, Prah y M.L Pardo (eds), 154-164. London, New York: Routledge
- PARDO, M.L. Y NOBLÍA, M.V. (2015). Ni diálogo ni debate: la voz de la audiencia en los comentarios digitales sobre la pobreza. **RALED**, 15(2), pp.117-137
- PARDO, M.L Y BUSCAGLIA, V. (2008). Pobreza y salud mental desde el Análisis Crítico del Discurso. El aislamiento social y el deterioro comunicativo y cognitivo, **RALED**, 2(2), 357-393.
- PARODI, G. (2005). La comprensión del discurso especializado escrito en ámbitos técnico-profesionales: ¿Aprendiendo a partir del texto, **Signos**, 38(58), pp221-278.
- PARODI, G. (2007). **Lingüística de Corpus y discursos Especializados: Puntos de Mira**. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso
- PERONARD, M. & GÓMEZ MACKER, L. (1985). Reflexiones acerca de la comprensión lingüística: Hacia un modelo. **Revista de Lingüística Teórica y Aplicada**, 23, 19-32.
- POUNDS, G. (2010). Attitude and subjectivity in Italian and British hard-news reporting: The construction of a culture-specific ‘reporter’ voice. **Discourse studies**, 12(1), 106-137.
- QUIROZ, B. (2021). **Interpersonal Grammar in Spanish**. Interpersonal Grammar: Systemic Functional Linguistic Theory and Description, 34.
- RESENDE, V. (2009). It's not a matter of inhumanity': a critical discourse analysis of an apartment building circular onhomeless people'. **Discourse & Society**, 20(3), 363-379.

- RESENDE, V. (2020). A controversy in Folha de S. Paulo : Critical discourse reflections on the representation of homelessness and the colonality of being. **Discourse & Society**. 31, pp.584-606
- ROGERS, R. (2018). **Reclaiming Powerful literacies: New Horizons for Critical Discourse Analysis**. New York: Routledge
- ROGERS, R. (2011). **An Introduction to Critical Discourse Analysis in Education**. U.S: University of Missouri-St Louis.
- ROJAS, D, LAGOS, C., Y ESPINOZA, M. (2016). "Ideologías lingüísticas acerca del mapudungun en la urbe chilena: el saber tradicional y su aplicación a la revitalización lingüística". **Chungará** 47: 1-11.
- SABAJ, O., GONZÁLEZ, C., VARAS, G. & PINA-STRANGER, A. (2015). A new form for the evaluation of scientific articles under peer review. **Revista Argos**, 32(62), 119-129.
- SEMINO, E. (2008). **Metaphor in discourse** (p. 81). Cambridge: Cambridge University Press.
- SOICH, M. (2021). Back to where they were: The socio-discursive representation of transgender sex workers and urban space in a television news report: **Frontiers in Sociology**, 6, pp.1-21
- SOICH, M. (2018). De la esencia al proceso. Análisis lingüístico de la construcción de representaciones discursivas sobre la identidad de género en historias de vida de personas trans. **Romanica Olomucensia** 30(1), pp.21-42
- SOICH, M. (2016). The collective need to be inside, the individual spectacle of the outer: Critical Discourse Analysis of the construction of discursive representations about transvestites on Argentinean television. **Discourse & Society**, 27(2), 215–238
- VAN DIJK, T.A.(2018). Socio-cognitive Discourse Studies. In Flowerdew, J & Richards, J (Eds), pp, 26-43. **Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**, pp.13-25. London: Routledge.
- VERGARA HEIDKE, A. (2019). El discurso sobre la discapacidad: principales dimensiones dicotómicas. **RALED**, 19(2), pp.96-110
- VIDAL, M. (2021). Aplicaciones del Programa Leer para Aprender en el nivel universitario: principios, desafíos y adaptaciones. **Signo**, 46, pp. 164-178.

VIDAL, M. Y LEIVA, N. (2021). Aproximación discursiva a la 'solemne' en derecho desde la lingüística sistémico funcional: una aplicación del sistema de figura. **Literatura y Lingüística**, 11, pp. 345-375.

WODAK, R., & MEYER, M. (Eds.). (2015). **Methods of critical discourse studies**. Sage.

WHITE, P. R. (2003). Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance. **Text-Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse**, 23(2), pp.259-284.

WHITE, P. R. (2010). Taking Bakhtin seriously: Dialogic effects in written, mass communicative discourse. **Japanese Journal of Pragmatics**, 12(1), 37-53.

WHITE, P. R. (2021). Textual anticipation and the putative reader in persuasive discourse. **Journal of Foreign Languages**, 44(1), 1-20.

BIODATAS

Dos organizadores

Rodrigo Acosta Pereira



Doutor em Linguística, na área de concentração Linguística Aplicada, na UFSC (CNPq). Pós-doutor em Linguística Aplicada na PUCSP. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino e aprendizagem de língua materna na esfera escolar, formação de professores, análise de gêneros do discurso, análise dialógica do discurso, escritos do Círculo de Bakhtin. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina, no Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, campus central de Florianópolis-SC. Atua na graduação e nos Programas de Pós-graduação em Linguística (PPGLg) e Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Atuou no PIBID - Língua Portuguesa da UFSC. É do conselho editorial da Revista Caminhos em Linguística Aplicada (Unitau), Working Papers em Linguística (UFSC) e Fórum Linguístico (UFSC). Membro do NELA - Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada na UFSC. Membro do GT - Gêneros Textuais/Discursivos da ANPOLL. Membro efetivo da ABRALIN. Sócio pleno da ALAB. Participou da avaliação de livros didáticos

do MEC/PNLD - Língua Portuguesa/Ensino Fundamental II (2019/2020), do MEC/PNLD - Projetos de Vida/Ensino Médio (2020-2021), do MEC/PNLD - Linguagens e suas tecnologias para o Ensino Médio (2021), do MEC/PNLD - Língua Portuguesa/Ensino Fundamental I - Alfabetização (2022), do MEC/PNLD - Língua Portuguesa/Ensino Fundamental I - Língua Portuguesa (2022), do MEC/PNLD - Língua Portuguesa/Ensino Fundamental I - Obras literárias (2022), do MEC/PNLD - Língua Portuguesa/Ensino Fundamental II (2023). Integra projetos de cooperação científica internacional com Universidade de Vigo (Espanha), Universidade do Porto (Portugal) e PUC-Santiago (Chile). Lidera o GELID - Grupo de Estudos em Linguagem e Dialogismo. Lidera o NELA (CNPq) - Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada - <https://nela.cce.ufsc.br/> ResearcherID: <https://orcid.org/0000-0003-0148-8725> .

Atualmente, é pesquisador CNPq-PQ2.

Maria Alexandra de Araújo Guedes Pinto



Licenciou-se em 1989 em Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e prosseguiu os seus estudos de mestrado e doutoramento na mesma Faculdade, onde em 2008 se doutorou em Linguística, com uma tese sobre aspetos do discurso publicitário. Em 1998, inicia a sua carreira académica na FLUP, onde ainda hoje trabalha como Professora Associada em várias unidades curriculares de Linguística nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências da Linguagem (licenciatura; mestrado e doutoramento). É especialista em Análise do Discurso, Pragmática e Sociolinguística. É diretora da licenciatura em Ciências da Linguagem, membro da Comissão Científica do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos e membro da Comissão de Acompanhamento do Doutoramento em Ciências da Linguagem. Em 2003, integrou a equipa de investigação da Unidade de I&D Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP), fazendo parte da linha de investigação Texto/Discurso; em 2008 junta-se à Comissão Científica da Unidade e em 2022 passa a ser membro da direção. Participa em vários projetos e redes de investigação internacionais. Foi coordenadora do Projeto Internacional 63IT41G0, financiado no âmbito do Acordo de Cooperação Internacional I&D USP/U.Porto, sobre o Discurso da Ciência nos estudos dos media. É fundadora e organizadora principal, desde 2011, das JADIS (Jornadas Internacionais de Análise do Discurso (<http://web4.letras.up.pt/jadis>) e fundadora e diretora editorial da REDIS (Revista de

Estudos do Discurso) do CLUP/FLUP (<http://ojs.letras.up.pt/index.php/re>). Está ativamente envolvida na orientação de teses, com mais de 30 teses de mestrado (já concluídas e em orientação) e 12 teses de doutoramento (já concluídas e em orientação). Foi membro do grupo de trabalho de publicidade da Sociedade Portuguesa de Comunicação (SOPCOM) e do Argumentation Hub do Media Innovation Labs da Universidade do Porto (<https://mil.up.pt/>). Foi membro da Comissão Científica do IJUP (Investigação Jovem da UP) entre 2016 e 2022. É também membro da Associação Portuguesa de Linguística (APL), desde 2008, e de redes internacionais ligadas aos Estudos do Discurso, como a EDISO e a Discourse.net. É autora, coautora e editora de vários trabalhos em publicações nacionais e internacionais na área dos Estudos do Discurso, tendo-se debruçado sobre o discurso mediático, político, científico e jurídico. Uma síntese curricular pode ser consultada em <https://www.cienciavitae.pt/CB1D-AA66-6572>

Maria Cristina Arancibia



Es profesora asociada de la Pontificia Universidad Católica de Chile. Ella posee el grado de doctor en lingüística y sus áreas de investigación son el análisis del discurso y el desarrollo de las competencias de comprensión y producción del discurso en lenguas adicionales. Actualmente, enseña cursos para el pre-grado de la Licenciatura en Letras Inglesas y para el Doctorado en Lingüística en la Facultad de Letras de la Universidad Católica de Chile



Este livro é resultado de parcerias internacionais entre a UFSC, a Universidade do Porto e a Pontifícia Universidad Católica de Chile no âmbito de estudos do campo discursivo. O livro reúne pesquisadores do Brasil, de Portugal e do Chile que buscam discutir sobre a importância e a contribuição dos estudos discursivos para (re)pensar e transformar a realidade social.



U. PORTO



PONTIFÍCIA
UNIVERSIDAD
CATÓLICA
DE CHILE

